

**ANAIS**

**XXXVI SEMANA DE HISTÓRIA**

**DIREITOS NA HISTÓRIA**

**27 a 29 de outubro de 2020**



Imagem de uma das ruas de São Paulo tomada de trabalhadores com bandeiras vermelhas na greve geral de 1917. Fonte: Christina da Silva Roquette Lopreato: *O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917*, p. 30, primeiramente publicada no jornal *A Cigarra* em 26 de julho de 1917. Autor desconhecido.

**Realização:**  
**Departamento de História**  
**Programa de Pós-Graduação em História**  
**Faculdade de Ciências e Letras (Unesp/Assis)**

**unesp**   
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
Câmpus de Assis

André Figueiredo Rodrigues  
Lúcia Helena Oliveira Silva  
Tania Regina de Luca  
(Organizadores)

ANAIS DA  
XXXVI Semana de História  
Direitos na História

27 a 29 de outubro de 2020

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO  
Faculdade de Ciências e Letras de Assis  
Departamento de História Programa de Pós-Graduação

Unesp  
Câmpus de Assis  
2021

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO

REITOR: Pasqual Barretti

VICE-REITORA: Maysa Furlan

FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS DE ASSIS

DIRETOR: Darío Abel Palmieri

VICE-DIRETOR: Francisco Cláudio Alves Marques

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

CHEFE: Áureo Busetto

VICE-CHEFE: Hélio Rebello Cardoso Júnior

CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

COORDENADOR: André Figueiredo Rodrigues

SUBCOORDENADOR: Paulo César Gonçalves

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (Assis e Franca)

COORDENADOR: Ricardo Alexandre Ferreira

SECRETARIA DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

ASSESSORIA ADMINISTRATIVA: Clarice Gonçalves e Miriam Granero

Comissão Organizadora:

Docentes

André Figueiredo Rodrigues

Lúcia Helena Oliveira Silva

Tania Regina de Luca

Discentes

Ms. Thiago Henrique Sampaio

Comissão Científica:

André Figueiredo Rodrigues

Andrea Lúcia Dorini Oliveira Carvalho Rossi

Áureo Busetto

Carlos Alberto Sampaio Barbosa

Claudinei Magno Magre Mendes

Eduardo José Afonso

Eduardo Romero de Oliveira

Fabiana Lopes da Cunha

Germán A. De la Reza

Hélio Rebello Cardoso Junior

Ivan Esperança Rocha

José Carlos Barreiro

José Luis Bendicho Beired

Lúcia Helena Oliveira Silva

Paulo Cesar Gonçalves

Paulo Henrique Martinez

Ricardo Gião Bortolotti

Ronaldo Cardoso Alves

Ruy de Oliveira Andrade Filho

Tania Regina de Luca

Thiago Henrique Sampaio

Wilton Carlos Lima da Silva

Zélia Lopes da Silva



### Conselho Editorial

Dário Abel Palmieire (Presidente)  
Álvaro Santos Simões Junior  
Ana Paula Alves da Silva  
Carlos Camargo Alberts  
Gustavo Henrique Dionísio  
Jorge Luis Ferreira Abrão  
Juliana de Oliveira  
Laura Akie Saito Inafuko  
Marco Antonio Domigues Sant'Anna  
Paulo César Gonçalves  
Pitágoras da Conceição Bispo  
Rosana Marta Kolb  
Rozana Aparecida Lopes Messias  
Sandra Aparecida Ferreira  
Tania Regina de Luca  
Wilton Carlos Lima da Silva

### Secretário

Paulo César de Moraes

### Conselho Consultivo

Adilson Odair Citelli (USP)  
Antonio Castelo Filho (USP)  
Carlos Alberto Gasparetto (UNICAMP)  
Durval Muniz Albuquerque Jr (UFRN)  
João Ernesto de Carvalho (UNICAMP)  
José Luiz Fiorin (USP)  
Luiz Cláudio Di Stasi (IBB – UNESP)  
Oswaldo Hajime Yamamoto (UFRN)  
Roberto Acízelo Quelha de Souza (UERJ)  
Sandra Margarida Nittrini (USP)  
Temístocles César (UFRGS)



## FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Laura Akie Saito Inafuko - CRB 8/9116

S471a      Semana de História (35.: 2020: Assis, SP)  
Anais da XXXVI Semana de História [recurso eletrônico]:  
Direitos na História: 27 a 29 de outubro de 2020 / André  
Figueiredo Rodrigues, Lúcia Helena Oliveira Silva, Tania  
Regina de Luca (organizadores). Assis, SP: UNESP - Campus  
de Assis, 2020.  
546 p. : il.

Vários autores

**ISBN 978-65-88740-03-3**

1. História. 2. Direito e história . I. Rodrigues, André  
Figueiredo. II. Silva, Lúcia Helena Oliveira. III. Luca, Tania  
Regina de. IV. Título.

CDD 907.2

## Sumário

|                                                                                                                                                                                                                       |            |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>Apresentação .....</b>                                                                                                                                                                                             | <b>9</b>   |
| <b>Sobre a antiguidade e o medievo .....</b>                                                                                                                                                                          | <b>11</b>  |
| <i>A interação entre a cultura greco-romana e o cristianismo: o uso dos autores clássicos na retórica apologética de Atenágoras de Atenas (séc. II d. C).</i> Paulo Samuel Viana Castro; Marinalva Vilar de Lima..... | 12         |
| <i>Considerações a respeito dos exílios (1182-5 e 1188-9) de Henrique o Leão.</i> Vinicius Cesar Dreger de Araujo.....                                                                                                | 21         |
| <b>Mundos coloniais.....</b>                                                                                                                                                                                          | <b>32</b>  |
| <i>Sobre o Atlântico Sul entre os séculos XV e XVIII: a historiografia brasileira perante as discussões globais.</i> Alec Ichiro Ito .....                                                                            | 33         |
| <i>O topônimo Baependi no território sul-mineiro: do Distrito do Caminho Velho à vila de Santa Maria (c. 1700-1814).</i> Maria Cristina Neves de Azevedo .....                                                        | 42         |
| <b>Economia, migrações e trabalho.....</b>                                                                                                                                                                            | <b>58</b>  |
| <i>Economia Cafeteira e Endividamento Público: o papel dos empréstimos externos dos governos central e paulista no desenvolvimento do capitalismo no Brasil (1850-1930).</i> Lara Pires dos Santos Feriotto.....      | 59         |
| <i>Alienação na Primeira República: o Hospital Psiquiátrico Allan Kardec e a internação de mulheres (1889-1930).</i> Igor Alexandre S. F. de Almeida.....                                                             | 68         |
| <i>Trabalho no mundo da loucura: um retrato dos funcionários do Hospital Psiquiátrico Allan Kardec na primeira metade do XX.</i> Igor Moraes da Silva.....                                                            | 79         |
| <i>Portugueses no Brasil na década de 1830: companhias colonizadoras e a construção da categoria “escravo branco”.</i> Marina Simões Galvanese .....                                                                  | 89         |
| <i>A imigração de judeus no Governo Vargas (1930-1945).</i> Jesiane Debastiani .....                                                                                                                                  | 100        |
| <i>O masculino dentro do Hospital Allan Kardec (1922-1937).</i> Gabriel Lopes; Márcia Pereira da Silva.....                                                                                                           | 109        |
| <i>O complexo percurso da legislação trabalhista brasileira da categoria rural entre 1930 e 1988.</i> Luis Henrique de Souza Ferreira; Genaro Alvarenga Fonseca.....                                                  | 119        |
| <b>Identidades em debate .....</b>                                                                                                                                                                                    | <b>128</b> |
| <i>A evolução histórica do Direito brasileiro, breves observações.</i> Antonio Wilton da Silva .....                                                                                                                  | 129        |

|                                                                                                                                                                                                       |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <i>Os desgraçados: a explicação das mazelas nacionais por meio da ausência de fé.</i> Jonatan Rafael de Souza Mello .....                                                                             | 140 |
| <i>Reconfigurações da identidade argentina na década de 1920.</i> Igor Alexander Webel Ramos .....                                                                                                    | 145 |
| <i>Memória e identidade no Poder Judiciário fluminense.</i> Jorge Luís Rocha da Silveira.....                                                                                                         | 152 |
| <i>Os nomes que a República quer celebrar: a transformação da casa em que viveu Rui Barbosa em um museu (1889-1924).</i> Mariana Freitas de Andrade .....                                             | 161 |
| <b>Gênero e escritas da história</b> .....                                                                                                                                                            | 169 |
| <i>Mulheres na literatura romana: educação e interseccionalidade.</i> Renata Cerqueira Barbosa .....                                                                                                  | 170 |
| <i>Negras de taboleiro na Alagoas oitocentista (1850-1888).</i> Andresa Porfírio Gomes.....                                                                                                           | 178 |
| <i>Uma intelectual sufragista na Era Vargas: sua atuação por meio dos periódicos.</i> Isabela Bracalente Infanger .....                                                                               | 187 |
| <i>A figura da mulher no filme La Cabalgata del Circo (1945) a partir do papel de Eva Perón.</i> Gabriela Rohrbacher Medeiros Longo.....                                                              | 197 |
| <i>Pagú indignada n'A Tribuna - Patrícia Galvão, entre palco e plateia.</i> Gilberto Figueiredo Martins .....                                                                                         | 205 |
| <i>Dos recônditos dos lares ao julgamento público: empregadas domésticas e violência sexual nos processos-crimes da década de 1940 em Assis (SP).</i> Gabrielli Guldoni.....                          | 217 |
| <b>Impressos periódicos, editoras e mídia televisiva</b> .....                                                                                                                                        | 225 |
| <i>Revista da Semana (RJ, 1900): caracterização e recepção pela imprensa.</i> Nathália Agnes C. Monteiro Bove; Tessa Cardoso Mateus .....                                                             | 226 |
| <i>A Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia: uma imersão no movimento eugênico por meio de suas publicações institucionais entre os anos de 1918-1949.</i> Daniel Florence Giesbrecht ..... | 235 |
| <i>Suicídios motivados pela Segunda Guerra Mundial no Estado do Rio de Janeiro segundo jornais cariocas (1939-1945).</i> Douglas Henrique de Souza.....                                               | 245 |
| <i>Entre políticas, imagens e representações: o estudo de Mundo Peronista a partir de suas capas (1951-1955).</i> Raquel Fernandes Lanzoni .....                                                      | 253 |
| <i>A CPI do Ipês e do Ibad (1963): apontamentos sobre o caso do jornal A Noite.</i> Luana Carolina dos Santos.....                                                                                    | 263 |
| <i>Jornal do interior e posicionamento político: editoriais do Diário de Notícias em Ribeirão Preto-SP no ano de 1964.</i> Maximiliano Martin Vicente .....                                           | 275 |

|                                                                                                                                                                                |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Hicimos la revolución del libro: <i>a Editora Quimantú, um signo inequívoco de que dentro do Chile anda uma revolução (1971-1973)</i> . Amanda Beatriz Riedlinger Soares ..... | 285 |
| <i>O “milagre econômico” brasileiro nas páginas do jornal Opinião (1972-1973)</i> . Luan Gabriel Silveira Venturini.....                                                       | 292 |
| <i>A revolução em periódicos: a revista Sexología y Sociedad, o CENESEX e a normatização da diversidade sexual em Cuba</i> . Pedro Sampaio Azevedo.....                        | 300 |
| <i>Entre a telinha da TV e o início da campanha presidencial de 2006: a minissérie “JK”</i> . André Ricardo Zimmermann da Silva .....                                          | 314 |
| <i>70 anos de telejornalismo brasileiro diante da sociedade midiaticizada</i> . Valquíria Aparecida Passos Kneipp .....                                                        | 321 |
| <b>História, memória e visualidades</b> .....                                                                                                                                  | 331 |
| <i>Iconografia Demoníaca em manuscritos ilustrados da Commedia de Dante (c. 1340-1480)</i> . Paula Vermeersch .....                                                            | 332 |
| <i>O medo da morte e a relação com as imagens no contexto da Baixa Idade Média</i> . Marina Barbosa do Rego Silva.....                                                         | 344 |
| <i>Imagens histórico-literárias do vampiro britânico: contos e poesias dos séculos XVIII e XIX</i> . Walter Bulhões Pinheiro Júnior .....                                      | 354 |
| <i>A Construção da Imagem de Tiradentes como o Cristo Brasileiro</i> . Laura Morales Borges .....                                                                              | 363 |
| <i>A influência da circulação de imagens na visualidade artística de Manuel da Costa Ataíde</i> . Daniel Henrique Alves de Castro .....                                        | 371 |
| <i>Grandjean de Montigny e a arquitetura neoclássica francesa no Brasil de d. João VI</i> . Lucas de Araujo Barbosa Nunes.....                                                 | 382 |
| <i>Mother India (1957): O cinema no contexto pós-colonial e a construção do imaginário coletivo indiano</i> . Paula Tainar de Souza.....                                       | 390 |
| <i>A memória fotobiográfica de Jorge Amado por Zélia Gattai em Reportagem Incompleta (1987)</i> . Kassiana Braga .....                                                         | 399 |
| <i>Considerações sobre Clarice Lispector em biografia e fotobiografia</i> . José Ailton da Silva .....                                                                         | 408 |
| <i>#IDF? Instagram, fotografia pública e a construção das representações visuais das forças armadas israelenses</i> . Carolline Mello .....                                    | 417 |
| <b>História da educação e ensino de história</b> .....                                                                                                                         | 426 |
| <i>A educação como prática de resistência: uma análise dos valores presentes na escola da colônia nipônica em Bauru (1937-1957)</i> . Rosemeire Pereira D’Ávila .....          | 427 |

## **Apresentação**

A XXXVI Semana de História, realizada entre 27 e 29 de outubro de 2020, teve como temática central a questão dos Direitos na História, tema candente no atual contexto político. Diante da pandemia que se instalou em âmbito mundial, o evento teve que ser realizado virtualmente, o que não diminuiu o interesse pelo mesmo, que contou com 728 inscritos. Entre suas atividades registrou-se a realização de doze minicursos, catorze simpósios temáticos, com apresentação de 197 trabalhos. Mesas e conferências contaram com a participação de importantes pesquisadores brasileiros: Lilia Schwartz (USP), Keila Grinberg (Unirio), Patrícia Teixeira dos Santos (Unifesp), Pedro Paulo Abreu Funari (Unicamp).

Os textos que se seguem constituem-se em resultados parciais de pesquisas, apresentados no âmbito dos diversos simpósios temáticos. Não se pode perder de vista a importância desse tipo de atividade para a formação dos alunos no âmbito da Iniciação Científica, ou seja, graduandos que principiam sua trajetória como investigadores, passando por mestrandos, doutorandos e, ainda, pesquisadores já experientes, alguns já inseridos no ensino universitário. Trata-se, portanto, de um conjunto heterogêneo, que aponta para a diversidade de temáticas, fontes, perspectivas teóricas e metodológicas, abrangência espaço-temporal, ao que se deve acrescer o diferente estágio no processo de formação intelectual dos autores. Essa diversidade constitui-se numa fotografia que aponta para o vigor do campo historiográfico e, mais particularmente, do curso e do programa de pós-graduação em História da Faculdade de Ciências e Letras de Assis.

Ordenar esse conjunto de mais de cinquenta e três textos foi uma tarefa desafiadora, mas considerou-se que valia a pena romper com a praxe de compor o índice a partir da ordem alfabética dos sobrenomes, em prol da constituição de conjuntos temático. Não custa lembrar que as classificações prendem-se, em geral, menos às características intrínsecas do que se tenta ordenar do que ao olhar de quem discrimina. A organização proposta é, portanto, uma dentre muitas possíveis e, por certo, cada leitor construirá diferentes percursos, ainda mais porque os textos ensejam leituras e apreensões diversas, apontam para múltiplas perspectivas analíticas e colocam desafios não totalmente contemplados no subtítulo ao qual foram vinculados.

O volume abre-se com dois textos que remetem para a Antiguidade e o Medievo, seguidos de outros dois relativos ao período colonial brasileiro. Já Economia, migrações

e trabalho compõe-se de sete colaborações, enquanto a questão da identidade é abordada em outras cinco. Gênero e escrita da história, por seu turno, conta com seis trabalhos e a problemática relativa aos impressos periódicos, editores e mídia televisiva reúne onze pesquisas. Igualmente representativo é o conjunto dedicado à temática da visualidade, entendida em sentido amplo (ilustrações, fotografias, cinema), formado por dez textos, aos quais se seguem outros sete dedicados ao Ensino de História. As seis contribuições que fecham o obra remetem para desafios que se colocam com força na contemporaneidade, caso das demandas por reparações, negacionismos, crises ambientais e a atual pandemia.

O volume apresenta um rol diversificado e rico de sugestões e possibilidades interpretativas. Boa leitura.



SOBRE A  
ANTIGUIDADE  
E O  
MEDIEVO

## **A interação entre a cultura greco-romana e o cristianismo: o uso dos autores clássicos na retórica apologética de Atenágoras de Atenas (séc. II d. C)**

Paulo Samuel Viana Castro<sup>1</sup>  
Marinalva Vilar de Lima<sup>2</sup>

### **Introdução**

A relação entre cristianismo e Império romano vem sendo um tema cada vez mais discutido. Os dois primeiros séculos da Era Comum são marcantes na observância dessas complexas relações. Percebidos inicialmente como mais um novo grupo/seita vinculado diretamente ao âmbito judaico, os cristãos começaram a manifestar sua autonomia. Embora sejam enfáticas as visões modernas de que a realidade das comunidades cristãs no Império romano foi marcada pelas hediondas perseguições e, conseqüentemente, pelo derramamento de sangue, convém salientar que a presença dessa nova crença resguarda multifacetados percursos.

Até a década de 60 d. C., por exemplo, os adeptos da crença cristã viviam aparentemente tranquilos quanto às ocorrências de eventos reacionários por parte da política imperial. Até por que as delimitações entre a fé judaica e a nova crença cristã não eram ainda tão precisas. Acerca da relação conflituosa que começa a marcar o cristianismo dos primeiros séculos, Chevitarese destaca a mudança política do último imperador da dinastia júlio-claudiana, Domício Nero (54-68 d.C). A partir dele, os cristãos são alvos de algumas acusações mais precisas. As perseguições contra os cristãos, no governo de Domiciano, segundo Chevitarese, “tiveram um significado de longo alcance no futuro desenvolvimento das relações entre Império romano e cristianismo”.<sup>3</sup>

De fato, não se pode afirmar, no decorrer dos quatro primeiros séculos, que houve um tempo de estabilidade na ausência de conflitos contra os cristãos, nem tampouco que tal período foi marcado por constantes perseguições. Conforme certifica Dawson, por um pouco mais de dois séculos, a começar pelo imperador Nero, a relação conflituosa entre cristãos e Império não

---

<sup>1</sup> Mestrando em História do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Campina Grande. Orientadora: Marinalva Vilar de Lima.

<sup>2</sup> Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo e docente da Universidade Federal de Campina Grande.

<sup>3</sup> CHEVITARESE, A. L. Cristianismo e Império Romano. In: MENDES, N. M; SILVA, G. V. da (Org). *Repensando o Império Romano: Perspectivas socioeconômica, política e cultural*. Rio de Janeiro: Mauad, Vitória: Edufes, 2006, p. 168.

fora “totalmente terminada, apesar de períodos ocasionais de trégua e descanso, até a conversão do imperador Constantino (272-337)”.<sup>4</sup>

Nesse contexto, onde algumas acusações contra os cristãos são desenvolvidas, dois escritores da virada do século I para o II d. C. nos dão informações importantes, sendo eles Tácito e Suetônio. Enquanto que o primeiro<sup>5</sup> acusa os cristãos de perniciososa superstição (*exitiabilis superstitio*) e ódio ao gênero humano (*ódio humani generis*), o segundo<sup>6</sup> centra em seu escrito a acusação de superstição.

Entre outras coisas, alguns documentos revelam, sobre a nova crença, considerações de natureza doutrinal e de ordem prática. Tais documentos são pertencentes tanto ao âmbito cristão, a exemplo das apologias de Justino de Roma,<sup>7</sup> como aqueles provindos do Império, como as cartas de Plínio ao imperador Trajano, no período de transição para o século II d. C. Sobre essa dimensão, Pierre Grimal sublinha que “em meio a calúnias, os cristãos foram acusados de se reunirem secretamente à noite e se entregarem a práticas abomináveis”.<sup>8</sup>

Diante desse contexto, alguns discursos apologéticos surgem como forma de salvaguardar a prática cristã, além de tornar mais compreensível a crença desses determinados grupos. Muitos foram os indivíduos que através de cartas e escritos em geral, endereçadas a imperadores ou homens ligados ao Império, puderam manifestar sua defesa em relação às acusações sofridas.

Do século II d. C. tem-se destaque algumas apologias, sobretudo de língua grega, a exemplo da Carta a Diogneto, as Apologias de Justino Mártir, as Apologias de Taciano da Síria e Atenágoras de Atenas, nos quais a ele são atribuídos dois escritos, sendo um deles a “petição em favor dos cristãos”,<sup>9</sup> tomado com maior profundidade nestas páginas. Para Drobner, embora os escritos neotestamentários apresentem elementos apologéticos,<sup>10</sup> “só o séc. II elevou a apologética à condição de gênero literário próprio em virtude da nova situação da Igreja”.<sup>11</sup>

---

<sup>4</sup> DAWSON, Christopher. *A formação da cristandade*. Tradução Márcia Xavier de Brito. São Paulo: É Realizações, 2014, p. 183.

<sup>5</sup> Historiador romano, é possível encontrar referência aos cristãos em seus Anais 15, 44. Nele, inclusive, tem-se uma associação dos cristãos ao famoso incêndio de Roma ocorrido no período do governo de Nero.

<sup>6</sup> Sua famosa obra é a “Vida dos doze Césares”. Sobre os cristãos no período de Nero, ver Nero 16:12.

<sup>7</sup> As duas apologias escritas por Justino de Roma, no século II d. C., trazem algumas informações sobre a liturgia dominical, importantes na compreensão da prática ritual dos cristãos.

<sup>8</sup> GRIMAL, Pierre. *História de Roma*. Tradução de Maria Leonor Loureiro. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 154.

<sup>9</sup> *Legatio pro christianis*.

<sup>10</sup> Como exemplos, podemos citar o contexto de censura aos judeus por não reconhecerem Jesus como o Messias enviado e o discurso de Paulo no Areópago ateniense, observado em Atos 17, 19-34.

<sup>11</sup> DROBNER, Hubertus R. *Manual de Patrologia*. 2. ed. Tradução de Orlando dos Reis e Carlos Almeida Pereira. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008, p. 76.

## A retórica apologética de Atenágoras de Atenas e a cultura Greco-romana

Neste presente artigo, tomaremos como fonte principal a apologia escrita pelo cristão Atenágoras de Atenas, a “petição em favor dos cristãos”. A partir dela, pontuaremos algumas considerações acerca dos recursos retóricos que o mesmo se utiliza para defender sua fé. De forma especial, daremos ênfase ao uso dos autores considerados clássicos, articulados, sobretudo, para reafirmar a fé monoteísta do cristianismo.

Sobre sua vida não se tem muitas informações, pois o mesmo não é citado por escritores cristãos como Eusébio de Cesaréia<sup>12</sup> e São Jerônimo.<sup>13</sup> Entretanto, a ele são atribuídas duas obras escritas, a já citada “petição em favor dos cristãos” e “sobre a ressurreição dos mortos”.<sup>14</sup> A julgar pela redação de seus escritos, o apologista é dotado de extensa formação filosófica. A utilização direta de autores clássicos, por exemplo, revela em Atenágoras de Atenas grande erudição. Inclusive, a epígrafe presente no manuscrito de suas duas obras o classificam como “filósofo de Atenas”. Endereçada ao imperador Marco Aurélio (161-180 d.C.) e seu filho Lúcio Aurélio Cômodo, a “petição em favor dos cristãos” é dividida em 37 capítulos, distribuídos em três partes principais.

As três partes, inclusive, correspondem as principais acusações levantadas em desfavor dos cristãos. A primeira parte tem o objetivo de refutar as acusações de ateísmo, reafirmando também a crença monoteísta dos cristãos. A segunda parte se debruça sobre as acusações de imoralidade e incesto. Por fim, tem-se a terceira parte, na qual o apologista tenta reiterar a ideia de que os cristãos não são antropófagos. Embora o apologista cristão se detenha nessas três acusações principais, a primeira delas é onde encontramos maior esforço, haja vista ocupar 26 capítulos do total. Ao considerar tal constatação, somos levados a concluir que seja esta a acusação mais forte e ferrenha no contexto de Atenágoras.

É também na primeira parte da apologia que Atenágoras, ao se esquivar das acusações de ateísmo, articula em sua retórica uma série de poetas, filósofos e historiadores gregos. Entre uma multiplicidade de autores, é possível destacar Diágoras de Melos, Eurípides, Sófocles, Filolão, Platão, Aristóteles, Heródoto, Homero, Orfeu, Empédocles, Hesíodo e Píndaro. Ora os aproximando, ora os distanciando, o cristão ateniense os utiliza à medida que contribuem para

---

<sup>12</sup> Sua obra mais emblemática é “História eclesiástica”, escrita por volta do século IV no qual o autor aborda cronologicamente acontecimentos desde o século I.

<sup>13</sup> Jerônimo possui uma obra intitulada “Dos homens ilustres” (*De Viris Illustribus*) que trata de importantes personalidades cristãs, desde o apóstolo Pedro até ele próprio.

<sup>14</sup> *Resurrectione mortuorum*.

sua retórica, se objetivando também demonstrar para o imperador que a crença cristã é compreendida de forma errônea pela população.

Nesse sentido, logo na introdução, encontramos o autor dizendo que “com o nosso discurso compreenderéis que sofremos sem causa e contra toda lei e razão”.<sup>15</sup> Além de se mostrar conhecedor da cultura clássica, o autor da “petição em favor dos cristãos” também utiliza, em sua apologia, argumentos de natureza jurídica. Destaca que caso haja comprovação de crimes, que os cristãos sejam devidamente penalizados.

O capítulo 4 é o início da primeira parte da apologia. Na oportunidade, Atenágoras de Atenas aproveita para reafirmar o credo monoteísta dos cristãos, sendo estes não descrentes no divino, mas fiéis a um único e exclusivo Deus. Para embasar sua retórica o apologista evoca a figura de Diágoras de Melos, poeta e sofista grego do século V a. C, conhecido e perseguido por ser ateu. Ao contrário de Diágoras, que segundo Atenágoras, “diretamente afirmava que Deus não existe em absoluto”,<sup>16</sup> os cristãos acreditam em um único Deus, não tendo, portanto, motivo para má-fama e perseguição.

Adentrando cada vez mais no universo dos filósofos gregos, Atenágoras se coloca a altura destes a medida que os mesmos especularam sobre os Deus e ninguém os classificou como ateus. Aqui o apologista parece advogar para o fato de que tais poetas, mesmo muito antes de Cristo, já discursavam sobre o caráter único da divindade. No capítulo 5 é possível perceber a citação de duas personalidades, Eurípides e Sófocles. Sobre o primeiro, considerado como um dos maiores poetas gregos da tragédia, Atenágoras o recorta quando este especula a respeito do caráter zeloso da divindade. Já no segundo, Sófocles, o apologista se apresenta mais enfático quando, ao trazer uma de suas obras, cita que “um, em verdade, um só é Deus, que fabricou o céu e a vasta terra”.<sup>17</sup> Em ambos há o ensinamento que Deus, além de encher o universo de beleza, “deve ser necessariamente uno”.<sup>18</sup>

Os capítulos subsequentes têm como objetivo reafirmar a crença monoteísta dos cristãos, ao mesmo tempo que evocar famosas personalidades do universo grego politeísta que defenderam ideias semelhantes ao cristianismo e que nem por isso sofreram pré-julgamentos como os cristãos daquela realidade de Atenágoras. Sem dúvida, essa é a grande argumentação que o apologista cristão a todo instante aprofunda e respalda no decorrer de sua obra. No

---

<sup>15</sup> ATENÁGORAS. Petição em favor dos cristãos. In: *Padres apologistas*. Introdução e notas explicativas Roque Frangiotti; tradução Ivo Storniolo, Euclides M. Balancin. São Paulo: Paulus, 1995. - Coleção Patrística, p. 122.

<sup>16</sup> Id., p. 126.

<sup>17</sup> Id., p. 126.

<sup>18</sup> Id., p. 126.

capítulo 6, por exemplo, o autor inicia com a menção a Filolão,<sup>19</sup> famoso por ser adepto da doutrina pitagórica, atribuindo ao citado escritor a demonstração “que Deus é uno e que está acima da matéria”.<sup>20</sup>

É se aproveitando desse mesmo raciocínio que o apologista cristão faz menção a mais dois importantes filósofos do pensamento ocidental, Platão e Aristóteles. Ao citá-los, Atenágoras defende a tese de que a doutrina do Deus único, tão particular aos cristãos, fora precedida por filósofos e escritores gregos, a exemplo dos dois citados. Sob um olhar mais atento, essas afirmações se constituem como um prelúdio para uma contundente declaração posterior, a de que a crença no Deus único não se constitui tão somente sob a ótica da fé, mas é uma realidade. E mais uma vez, nesse caso, filósofos são evocados, a exemplo de Sócrates.

Embora sua retórica seja marcada pela articulação entre a filosofia clássica e a fé cristã, o apologista ateniense se coloca em um percurso peculiar. Atenágoras deixa claro que tais constatações, como talvez possa parecer, não foram concebidas por conhecimento humano, mas por revelação divina através dos profetas. Com isso, o autor traz presente a literatura hebraica, tida como “Sagradas Escrituras”. Ao se propor adentrar na doutrina cristã, a fim de evidenciar que tal crença não representa o que se acusa, Atenágoras não se aprofunda em questões teológicas complexas, até por que essa dimensão ainda é bastante incipiente no segundo século.<sup>21</sup> Ao contrário, o apologista evoca a base do postulado cristão, dessa vez se utilizando da literatura neotestamentária. Sobre isso, uma pergunta retórica é aplicada:

Quais são essas doutrinas com as quais nos nutrimos? “Eu vos digo: amai os vossos inimigos, bendizei aqueles que vos amaldiçoam, orai pelos que vos perseguem, para que vos torneis filhos do vosso Pai que está nos céus, que faz nascer o seu sol sobre maus e bons, e chover sobre justos e injustos.”<sup>22</sup>

Ao articular tal ideia à sua retórica, Atenágoras questiona o interlocutor, qual dos sábios ou filósofos “prometem fazer felizes os seus discípulos por essas ou semelhantes doutrinas?”.<sup>23</sup> Dessa forma, temos a adesão à crença cristã não como iniciação a uma escola filosófica ou a postulados intelectuais, mas uma prática de fé, verdadeiro exercício ético. A crença em Deus, criador do mundo e de tudo o que nele contém, segundo o apologista, é a grande motivação

<sup>19</sup> Filolau de Crotona, ou Filolão, foi um filósofo do século V a.C no qual se atribui um pensamento pré-socrático pitagórico.

<sup>20</sup> ATENÁGORAS, op. cit., p. 126.

<sup>21</sup> A partir do século IV, através dos grandes concílios ecumênicos, questões teológicas são colocadas em debate, a exemplo dos concílios de Niceia (325) e Constantinopla (381). As apologias do segundo século, como visto, não possuem como objetivo principal a elaboração de tratados doutrinários.

<sup>22</sup> ATENÁGORAS, op. cit., p. 132.

<sup>23</sup> Id., p. 132.

para uma vida pura, indo além da concepção filosófica grega de então, centrada no *epistème*, conhecimento. Até por que, “todos os pensadores gregos viam no conhecimento a virtude por excelência do homem e a realização da essência do próprio homem”.<sup>24</sup>

Essa noção de que, mais do que uma filosofia, o cristianismo é uma forma de viver, e o que conseqüentemente acarretaria a negação da submissão ritual ante os deuses do Império, é evidenciado em diversos escritos protocristãos e aparece em diversos pesquisadores. Grimal, por exemplo, chega a confirmar tal proposição ao dizer que “a religião cristã nascente era mais exigente do que uma crença filosófica”.<sup>25</sup> Por outro lado, como Atenágoras também pontua quando fala sobre as outras acusações, a crença cristã não significava somente acolher uma verdade revelada, “ela acarretava a aceitação total de um gênero de vida que marcava o cristão e fazia dele um ser à parte na ‘comunidade’ romana”.<sup>26</sup>

Se nos capítulos iniciais de sua apologia Atenágoras coloca respeitosamente a relação entre cristianismo e a cosmogonia grega, a partir do capítulo 14 o filósofo cristão já parte para a ofensiva, numa clara tentativa de desqualificar a religião do império, muito embora ele reitere o oposto. Ora, se nem todas as cidades do mundo helenista cultuam os mesmos deuses, que dirá os cristãos, argumenta. Ao assim alegar, o cristão ateniense enumera uma série de cidades, no entorno do mediterrâneo, associando estas a sua divindade principal, a exemplo dos lacedemônios que sacrificam a Menelau, troianos que estabeleceram Heitor e os amatúsios, que consideram Onesilau. Com estas informações, além de Atenágoras se mostrar versado do ambiente cultural e religioso da região, ratifica a ideia de que possui intimidade com a literatura de Homero e Heródoto.

Sendo mais duro e inflexível, Atenágoras chega a afirmar que os deuses e seus nomes são criações humanas, elaboração poética. É partindo deste pressuposto que o autor afirma: “Portanto, digo que Orfeu, Homero e Hesíodo são os que estabeleceram as famílias e deram os nomes aos que por eles são chamados deuses”.<sup>27</sup> Não satisfeito com as menções feitas, e afim de corroborar a afirmação apresentada, o apologista cristão cita, de forma direta, o historiador de Halicarnasso, Heródoto. Desta vez, faz uma citação mais direta, retirada do segundo livro de *História*,<sup>28</sup> capítulo LIII:

---

<sup>24</sup> REALE, G.; ANTISERI, D. *História da Filosofia 2: Patrística e Escolástica*. Tradução Ivo Storniolo. São Paulo: Paulus, 2003, p. 17.

<sup>25</sup> GRIMAL, op. cit., p. 154.

<sup>26</sup> Id., p. 154.

<sup>27</sup> ATENÁGORAS, op. cit., p. 128.

<sup>28</sup> HERÓDOTO. *História*. 3. ed. Tradução J. Brito Broca. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

Considero Hesíodo e Homero quatrocentos anos mais antigos do que eu, não mais, e foram eles que estabeleceram a Teogonia para os gregos, que deram suas denominações aos deuses, distribuindo suas honras e ofícios e explicando suas formas.<sup>29</sup>

Dito isso, Atenágoras parece preparar terreno para afirmar que, além dos deuses serem criações poéticas, ao cultuá-los e representá-los através de imagens, a crença se insere no campo daquilo que é corruptível, e isso não pode ser associado ao que é divino. Para dar base a esse argumento, o autor cristão se utiliza da filosofia platônica e do estoicismo. Sobre Platão, Atenágoras traz presente a discussão que o filósofo clássico faz sobre o que é inteligível e o que é sensível, sendo o primeiro incriado, por isso eterno, e o segundo associado ao “criado, que começa a ser e deixa de ser”.<sup>30</sup>

Sobre a filosofia estóica, o apologista traz uma característica importante. Se referindo a estes, o autor afirma que “os estóicos dizem que tudo há de perecer numa conflagração, e voltar a ser de novo, readquirindo princípio”.<sup>31</sup> Sobre a “conflagração” citada pelo apologista, vemos claramente uma associação ao estoicismo. Para estes a conflagração, também chamada de Ecpirose, pode ser entendida como uma destruição do cosmos em uma espécie de combustão periódica. Essa noção de evento renovador estará presente também em Orígenes de Alexandria, porém, com maior fundamento e sob outros termos.<sup>32</sup> Não obstante, convém perceber nesse caso uma relação de assimilação e apropriação que aqui não convém aprofundar, mas que em Atenágoras não se mostra distante.

Avançando na teogonia dos deuses, Atenágoras se objetiva ressaltar sua forma física, considerando algo absurdo para a natureza divina, a exemplo das divindades egípcias. Com isso, além de tratar da criação dos deuses que povoam o universo, leva-se em consideração seu formato, o que para ele comprova concretamente o caráter finito ou criacional destes. Que ensinamento essas histórias, sempre tidas como criações literárias, podem trazer? Como um deus, por exemplo, pode conceber uma víbora? São esses os questionamentos que Atenágoras lança. Se aquilo que é divino não é diferenciado daquilo que é a matéria, conclui o cristão ateniense, não podem ser deuses.

Uma outra característica da natureza dos deuses que Atenágoras nos apresenta, e que vai na contramão daquilo que ele pontua em relação à natureza da divindade, é que os deuses,

---

<sup>29</sup> ATENÁGORAS, op. cit., p. 138.

<sup>30</sup> Id., p. 141.

<sup>31</sup> Id., p. 141.

<sup>32</sup> O apologista cristão Orígenes de Alexandria, na virada do século II d. C, traz em seus escritos algo semelhante, porém associado a uma restauração redentora em Deus, onde a salvação se destinaria a todos. Tal ideia, denominada por Orígenes de *Apocatástase* foi considerada equivocada pelo segundo Concílio de Constantinopla.



não sendo carnavais, não podem ser tomados pela ira e pelo desejo, e isso já seria o bastante para concluir que os relatos sobre os deuses gregos não passam de “charlatanice e coisa ridícula”, como ele mesmo declara. São com essas afirmações que o apologista ateniense inicia o capítulo 21. Para comprovar tais afirmações, como é comum em seu texto, temos algumas citações.

Nesse caso, para dizer que os deuses gregos são tomados por desejos descontroláveis, Atenágoras de Atenas menciona a literatura homérica, de forma específica sua obra *Ilíada*. Mostrando que Zeus se angustia por Pátroclo matar Sarpedon, Atenágoras cita o Canto XVI no verso 433.<sup>33</sup> Na sequência, cita o fato de Afrodite ser ferida por Diomedes, presente no Canto V verso 376,<sup>34</sup> acontecendo a mesma coisa com o deus Hares, como pode-se observar no verso 858,<sup>35</sup> no mesmo Canto V.

Atenágoras de Atenas, no restante da “petição em favor dos cristãos”, chega a reconhecer a não necessidade de se recorrer a abundante literatura dos deuses para tomar amplo conhecimento da doutrina cristã. Segundo ele, “é suficiente acrescentar apenas uma consideração”.<sup>36</sup> Essa consideração que Atenágoras aborda é justamente a carência de motivo para perseguir os cristãos, que apenas distinguem a matéria daquele que é o eterno Deus. Até por que, continua o apologista, os poetas e filósofos já abordaram uma espécie de categorias no plano divino, onde uns idealizavam deuses como demônios, matéria e homens.

Com isso, comprovasse a interessante estratégia de, ao defender o credo cristão contra os ataques do povo através da utilização da literatura grega, inserir também outros enunciados importantes na compreensão da doutrina cristã de meados do século II d. C. Ainda na primeira parte, para além dos autores clássicos que Atenágoras de Atenas se apropria, nos quais aqui foram destacados apenas alguns, observasse outros temas, a exemplo da característica trinitária do Deus cristão, explicações acerca da origem dos anjos e demônios, bem como pistas para pensarmos a interação entre o mundo heleno e o cristianismo, muitas vezes concebida, erroneamente, como dicotômica.

## Considerações finais

Sem dúvida, como já mencionado, Atenágoras de Atenas não aparece sozinho no catálogo de apologias que emergiram no segundo século de nossa era. Inclusive, também

---

<sup>33</sup> HOMERO. *Ilíada*. Tradução e prefácio de Frederico Lourenço. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013.

<sup>34</sup> Id.

<sup>35</sup> Id.

<sup>36</sup> ATENÁGORAS, op. cit., p. 149.

endereçada a Marco Aurélio, atribui-se a apologia cristã de Melitão de Sardes, que infelizmente não chegou até nós. Em contrapartida, alguns elementos marcantes na “petição em favor dos cristãos” também podem ser encontrados em outras apologias, como é o caso do objeto aqui discorrido, a interação entre a cultura greco-romana e o cristianismo.

Os estudos e as constatações sobre a apropriação da filosofia grega para pensar postulados cristãos não são novas. Há muito vem sendo abordadas e discutidas. Voegelin, ao analisar o conjunto Roma, Helenismo e Cristianismo primitivo, sinaliza que não se trata apenas da persistência de culturas político-religiosas intransponíveis. Isto por que “o cristianismo difundiu-se do Oriente para a esfera da civilização helenística e romana, isto é, para a esfera da pólis e dos seus cultos”,<sup>37</sup> e dessa forma, “guardando o caráter do consenso dos crentes, adaptou-se às formas da civilização em que penetrou”.<sup>38</sup>

Em todo esse processo multifacetado, que diz respeito a interação entre esses dois universos, o já estabelecido Império e o cristianismo, há de se destacar o contexto precisamente histórico do século II d. C, onde o Império romano começa a sentir as marcas daquilo que posteriormente serão atribuídas como causas de seu declínio - sobretudo no período do governo de Marco Aurélio, período também da produção da apologia de Atenágoras.

Além das invasões de outros povos que ameaçam o poderio do Império, destaca-se distúrbios naturais, como a ocorrência de terremotos e pestes. É nesse contexto que os “cristãos passam a ser vistos como responsáveis pelos problemas que afetam o Império, em particular pela sua tendência em rejeitar as formas tradicionais da religião imperial e a seu ‘ateísmo’”.<sup>39</sup> Isso também se articula ao fato de que muitas das acusações que Atenágoras tenta dar resposta advém de insatisfações populares, ou, como é apresentado na apologia, do *vulgo*.

Sem dúvidas, a “petição em favor dos cristãos”, escrita por Atenágoras de Atenas, considerando todos os elementos internos e externos ao texto, nos permite analisar muitas das inúmeras questões que se relacionam ao universo cristão dos primeiros séculos. Compreender esse mesmo universo trilhando o olhar da alteridade, ao mesmo tempo que buscando entender as práticas cristãs por meio de suas particularidades, é um trajeto que muito precisa ser descortinado, possível nos faróis da História.

---

<sup>37</sup> VOGELIN, Eric. *História das ideias políticas* - Volume I: helenismo, Roma e cristianismo primitivo. Tradução Medo Castro Henriques. São Paulo: É realizações, 2012, p. 241.

<sup>38</sup> Id., p. 241.

<sup>39</sup> CHEVITARESE, op. cit., p. 170.

## Considerações a respeito dos exílios (1182-5 e 1188-9) de Henrique o Leão

Vinicius Cesar Dreger de Araujo<sup>1</sup>

A presente comunicação se insere em um projeto de pesquisa vinculado ao departamento de História da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) intitulado *Aspectos políticos e culturais sobre períodos e afastamentos geográficos forçados na Antiguidade e no Medievo: Estudos de casos sobre banimento, exílio e autoexílio (sécs. IV, V e XII d.C.)*, do qual fazem parte a professora Dra. Helena Amália Papa, o professor Dr. Robson Murilo Grando Della Torre e o presente autor. Um de seus objetivos é compreender tanto a dinâmica de tais deslocamentos forçados de forma comparativa entre a Antiguidade Tardia e a Idade Média quanto as próprias possibilidades de atuação dessas figuras que eram retiradas de seu meio habitual para cenários muitas vezes desconhecidos e/ou restritivos.

Este tema encontra eco na historiografia especializada, como demonstram a coletânea organizada por Laura Napran e Elisabeth van Houts<sup>2</sup> e o livro de William Chester Jordan<sup>3</sup> com enfoque semelhante. Como nota van Houts, “o exílio ou banimento na Idade Média adotou muitas formas diferentes. Como tema literário, teve uma longa tradição do período clássico até o Renascimento”.<sup>4</sup> O exílio variava entre a expulsão permanente e medidas temporárias, dependendo das circunstâncias políticas locais:

No mundo secular medieval, usualmente o exílio significava o banimento de um indivíduo por uma autoridade superior por razões políticas. Como resultado, o exilado deixava suas terras e sua família por períodos variáveis; algumas vezes o exilado não esperava ser expulso, mas partia por sua própria vontade. Deixar sua casa para partir em peregrinação ou, no caso das mulheres, para se casar com alguém em terras estrangeiras também poderia ser experienciado como uma forma de exílio.<sup>5</sup>

---

<sup>1</sup> Doutor em História Social (USP, 2011), professor efetivo de História Medieval na UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes Claros, membro permanente do PPGH/UNIMONTES.

<sup>2</sup> NAPRAN, Laura & VAN HOUTS, Elisabeth (ed.) *Exile in the Middle Ages: Selected Proceedings from the International Medieval Congress, University of Leeds, 8-11 July 2002*, Leiden: Brepols, 2004.

<sup>3</sup> JORDAN, William Chester. *From England to France: felony and exile in the High Middle Ages*, Princeton: Princeton University Press, 2017.

<sup>4</sup> NAPRAN; VAN HOUTS, *op. cit.*, XI.

<sup>5</sup> Id.

Dentre as possíveis causas para este fenômeno no medievo, particularmente para o contexto da Germânia Imperial, destaca-se o antigo (1910) mas ainda relevante estudo de Franz Liebermann,<sup>6</sup> com foco nos banimentos na Inglaterra Anglo-saxônica, que os aponta como desenvolvimento de uma tradição germânica ao destacar a “quebra da paz” (*Friedlosigkeit*) como a base do conceito legal para a punição. Por outro lado, em fins do século XII, particularmente na Europa centro-ocidental, veio a surgir e/ou se tornar mais comum (ainda há muito debate a esse respeito), a figura do indivíduo criminalmente exilado, normalmente em decorrência de condenações por violência (como os casos estudados por William Chester Jordan), como fruto da reestruturação jurídica das monarquias, ligada à transformação de um sistema jurídico compensatório para um sistema punitivo.

Nosso caso dialoga principalmente com as nuances políticas e jurídicas, além de ressignificar a questão tradicional da “quebra da paz” na discussão acerca dos exílios medievais, especificamente germânicos, posto que se trata de situação exemplar: Henrique da linhagem dos Welf, cognominado “o Leão” (1129-1195), duque da Saxônia e da Bavária, foi, entre 1154 e 1181, o príncipe mais poderoso da aristocracia imperial germânica. Entre 1179 e 1180 foi processado, principalmente pela quebra da paz, condenado *in absentia* e destituído de seus títulos ducais, feudos e advocacias, enfim, de tudo que não fosse posses alodiais.

Então, entre 1180 e 1182 ocorre uma guerra contra o ex-duque para implementar as decisões judiciais e, para finalizar o conflito, Henrique teve que partir para o exílio, a ser cumprido nos domínios de seu sogro, Henrique II Plantageneta, rei da Inglaterra. Este exílio foi cumprido entre 1182 e 1185. Já o segundo exílio, entre 1188 e 1189, teve como contexto o ajuste da situação interna da Germânia Imperial como pré condição da partida da expedição de Frederico Barbarossa para o oriente durante a Terceira Cruzada, concluindo com o retorno ilegal de Henrique à Germânia, o que gerou grande turbulência que só foi debelada com a celebração da paz entre Henrique o Leão e o novo monarca, Henrique VI em 1194.

O principal enfoque para analisarmos este caso será o recurso às discussões acerca dos padrões ritualísticos e de comunicações não verbais conforme elaborados pelo medievalista alemão Gerd Althoff a partir de obras como *Spielregeln der Politik im Mittelalter – Kommunikation in Frieden und Fehde* (1987 e 2014) e *Kontrolle der Macht - Formen und Regeln politischer Beratung im Mittelalter* (2016). As ações contra Henrique e os exílios que cumpriu são processos importantes para entendermos os realinhamentos de poder no interior da Germânia imperial medieval entre os séculos XII e XIII.

---

<sup>6</sup> LIEBERMANN, FRANZ. Die Friedlosigkeit bei den Angelsachsen, in: *Festschrift für Heinrich Brunner zum siebenzigsten Geburtstag dargebracht von Schülern und Verehren*, Weimar: Hermann Böhlau, pp. 17–37, 1910.

## Henrique o Leão

Henrique o Leão era o duque titular da Saxônia e da Bavária, além de ainda possuir o controle sobre terras ancestrais da antiga e longeva linhagem dos Welf tanto na Suábia quanto na Lombardia. Seu primo em primeiro grau, o imperador Frederico I *Barbarossa*, devia sua coroa em grande parte ao apoio dado por seus parentes Welf e ele recompensou seu primo Henrique conferindo-lhe uma posição equivalente à de vice-rei ao norte e leste do baixo Elba e retornando-lhe o ducado da Bavária,<sup>7</sup> que havia sido confiscado pelo monarca anterior, Conrado III.

Essa relação permitiu ao príncipe Welf uma ampla gama de ações de caráter verdadeiramente imperialista sobre os príncipes vizinhos (tanto leigos, como os condes de Holstein e os margraves do Brandenburgo, quanto eclesiásticos, como o arcebispado de Magdeburgo e o bispado de Halberstadt), além de influenciar os assuntos internos do reino da Dinamarca e dos principados eslavos fronteiriços.

Para termos ideia da escala de recursos disponíveis a Henrique, devemos recordar que graças às heranças de seus pais, ele possuía numerosos condados, alódios, feudos, advocacias, castelos e ministeriais, concentrados ao redor de Braunschweig e Lüneburg, na cordilheira dos Harz e na Saxônia meridional. Ele era o advogado de cerca de cinquenta igrejas, incluindo os bispados de Bremen, Osnabrück e Verden, a abadia imperial de Corvey e fundações dinásticas como St. Blasien em Braunschweig. Aproximadamente 400 linhagens de ministeriais serviam ao duque. Henrique tentava se inserir entre os outros aristocratas saxônios e o imperador, reformulando sua relação com estes príncipes em termos feudais, restringindo seus direitos de posse e de herança.

Em diversas circunstâncias, suas ações levaram a reações coletivas de seus vizinhos. Por exemplo, entre 1154-55, quando Henrique acompanhou Frederico em sua primeira campanha italiana, o arcebispo Hartwig I de Bremen conspirou contra Henrique com o Arcebispo Wichmann de Magdeburgo, o Bispo Ulrich de Halberstadt, e o margrave de Brandenburgo Alberto o Urso. Na dieta de Nuremberg em agosto de 1163, Frederico foi capaz de persuadir o duque Vladislav da Boêmia, o duque Henrique *Jasomirgott* da Áustria, o margrave Ottokar III da Estíria e mesmo seu tio e de Henrique, Welf VI, a não conspirar contra Henrique com o margrave de Brandenburgo Alberto o Urso, o conde palatino da Saxônia Adalbert de Sommerschenburg e o Landgrave Luís II da Turíngia. Entre 1166 e 1168 foi

---

<sup>7</sup> FREED. John B. *Frederick Barbarossa - The prince and the myth*, New Haven: Yale UP, 2016.

deflagrada a Guerra Saxônica contra Henrique, capitaneada pelo arcebispo Wichmann, Luís II da Turíngia, Alberto o Urso com seus filhos e genro, o margrave Otto de Meissen, os irmãos deste e Adalbert de Sommerschenburg. Em 1167 o conflito foi ampliado, com a entrada de forças enviadas pelo arcebispado de Colônia. Esta conflagração só foi debelada com a intervenção direta do imperador, que pacificou a situação em vantagem para Henrique.

Todas estas tentativas de conter o poder crescente de Henrique foram desarmadas por intervenções conciliatórias de Frederico *Barbarossa*. Entretanto, no decorrer da década de 1170 passou a haver um distanciamento entre os primos, devido a várias causas, dentre as quais podemos destacar: a competição geral entre as grandes linhagens germânicas para acumulação patrimonial; a falta de cooperação de Henrique para as campanhas militares de Frederico na Lombardia e as pressões crescentes dos príncipes saxônios.

É possível que Frederico tenha considerado a falta de cooperação de Henrique neste período, crítico em insucessos em suas intervenções na Lombardia, como uma das causas que o impeliram a negociações menos vantajosas com o papado na Paz de Veneza (1177), auxiliando na ofensa ao *Honor imperii*. Assim, quando novo conflito eclodiu em 1179, Henrique pode ter pensado que, baseado nas situações pregressas, estaria seguro contra nova coligação. Entretanto, o afastamento entre ambos durante a década de 1170 provou-se decisivo.

Mas antes de entrarmos em mais detalhes, discutiremos brevemente a perspectiva teórica que embasa nossa análise, o Ritualismo de Gerd Althoff.

## Ritualismo

A vida medieval era repleta de regras implícitas e rituais e os relacionamentos sociopolíticos não eram exceção. Cerimônias, rituais e gestos eram utilizados não apenas para fortalecer relacionamentos: eles também eram empregados para estabelecer a posição e o status dos indivíduos, para que pudessem ser tratados de maneira apropriada. Estas ações rituais, de comunicação não verbal formam a matéria-prima para os estudos de Gerd Althoff, em obras que vão do *Spielregeln der Politik im Mittelalter – Kommunikation in Frieden und Fehde* (1987)<sup>8</sup> a *Kontrolle der Macht - Formen und Regeln politischer Beratung im Mittelalter* (2016),<sup>9</sup> que vieram a influenciar todo esse campo analítico.

---

<sup>8</sup> ALTHOFF, Gerd. *Spielregeln der politik im Mittelalter - Kommunikation in Frieden und Fehde*, Stuttgart: WBG, 2014.

<sup>9</sup> ALTHOFF, Gerd. *Kontrolle der Macht: Formen und Regeln politischer Beratung im Mittelalter*, Stuttgart: WBG, 2016.

Um exemplo típico do poder das ações demonstrativas não verbais é providenciado pela celebração da missa: ela inclui gestos como a genuflexão e o beijo da paz; as pessoas entram na igreja em determinada ordem e se sentam em determinada ordem. Todas estas ações comunicam muito mais do que seria possível apenas com palavras. O único pré-requisito era o de que todos compreendessem estes sinais e, indubitavelmente, as pessoas no medievo possuíam fluência desta linguagem, muito mais do que nós.

Os laços políticos, explicitados nas assembleias imperiais eram cimentados nas consultas do monarca aos príncipes. Havia claramente dois tipos de consulta: a discussão informal e confidencial, presenciada por pessoas reunidas por relacionamentos de confiança e, em algum momento posterior, o encontro oficial, conduzido em público em uma corte ou assembleia, que Althoff veio a denominar como *colloquium familiare*, *colloquium secretum* e *colloquium publicum*. Uma grande quantidade de contatos informais costumava ter lugar antes que quaisquer opiniões fossem expressas em público. Desta maneira, o consenso público podia ser garantido de antemão, normalmente por meio de intermediários (*internunti* ou *mediatores*).

O objetivo era evitar os confrontos face a face, potencialmente explosivos, algo já delineado por Hincmar de Reims no capítulo 34 de seu *De ordine palatii*. Ele afirma que sempre que um monarca necessitasse do conselho de seus nobres, estes não deveriam responder imediatamente, mas sim ter alguns dias para trocas informais de opiniões entre eles, intermediadas por emissários; apenas então deveriam responder. Assim seriam evitadas as dissensões e confrontos durante as discussões públicas e oficiais.

Para compreendermos o processo pelo qual essa *Willensbildung* (construção do consenso) acontecia e as decisões eram tomadas, é necessário colocar estas e outras normas de processo consultivo em seu contexto político. Uma característica básica deste processo consistia na formação de uma opinião no interior de um pequeno grupo, geralmente de pessoas que confiavam umas nas outras; só então expressavam-na publicamente, algum tempo depois. Também era comum que uma pessoa de status mais elevado fosse o porta-voz desta opinião, que assim não teria chances reais de ser desafiada. No entanto, caso houvesse falta de confiança no interior do grupo decisório ou se o grupo não fosse mantido por laços de confiança, tais como parentesco ou amizade, então o processo de *Willensbildung* entrava em colapso.

Os laços que geravam tal confiança eram assim muito valorizados. Se alguém tivesse à sua disposição família, amigos e associados com influência suficiente, então estaria em posição de garantir o resultado de uma assembleia pública, ao organizar apoio suficiente para garantir uma decisão prévia.

Se alguém rompesse a paz existente entre si e outros membros de seu grupo, então, na verdade, não havia alguma autoridade ou regulamentação para reforçar a paz. Contudo, isso não significa que, na ausência de uma corte de arbitragem, não houvesse outros meios para controlar ou resolver conflitos, sendo um dos mais importantes, o já mencionado emprego de *mediatores*, *intercessores* e *internuntii*, com laços próximos às facções em conflito.

Normalmente os mediadores eram arcebispos, bispos ou leigos com posição social similarmente elevada. Em nosso caso, o próprio imperador atuou muitas vezes como esse mediador a favor de Henrique. Buscava-se um modelo de resolução de conflitos caracterizado na teoria dos jogos como soma diferente de zero, o “ganha-ganha”, no qual ambas as partes saíam com a honra intacta. Não é coincidência que estas ações fossem realizadas com a maior publicidade possível: por exemplo, durante a celebração de um casamento, de uma missa solene ou nas assembleias imperiais.

Quando as disputas alcançavam o estágio do confronto aberto, as operações tinham início por meio de incursões ao território inimigo, objetivando devastar as propriedades do inimigo. Naturalmente, tal ação tinha que ser respondida da mesma forma. Todavia, ao mesmo tempo ambas as partes convocavam certas pessoas para ajudar a resolver a disputa. Via de regra estas pessoas possuíam influência significativa e, de alguma forma, ligada a ambas as partes. Havia então uma peculiar mistura de combates e negociações. O objetivo era o de restaurar o status quo ante sem que ninguém perdesse honra. Isto era alcançado pelo emprego de métodos e rituais que, em princípio, enfatizavam o poder de um, mas também reduziam ao mínimo o dano imposto ao outro, como a prostração, a *deditio*. Tendo em vista esses elementos, retornemos ao caso contra Henrique o Leão.

### **Rumo ao exílio e além**

Quando novo conflito eclodiu em 1179, Henrique pode ter pensado que, baseado nestas situações pregressas, estaria seguro contra nova coligação. Entretanto, como dissemos anteriormente o afastamento entre ele e o imperador no correr da década de 1170 provou-se decisivo.

Todos os príncipes laicos e eclesiásticos envolvidos em conjuras anteriores contra Henrique apresentaram formalmente ao imperador uma queixa contra o duque, acusando-o de “quebra da paz”. Esse ponto precisa ser considerado por dois lados diferentes: a apresentação pública da queixa, considerando o que discutimos previamente em relação à construção do consenso, coloca o monarca como um ativo participante da conjuração. Por outro lado, a



questão da quebra da paz é fundamental, posto que, desde 1104, ainda sob Henrique IV, a *Landfriede* se tornou um dos principais instrumentos do exercício do poder imperial no interior da Germânia. Assim, romper a paz imperial equivalia a um ato de traição, podendo o condenado ser declarado fora da lei e, normalmente, com o apoio eclesiástico, ser excomungado, rompendo assim todos os laços sociais do mesmo.

O Leão recebeu três oportunidades para se defender. Mas optou por ignorá-las. Evidentemente porque já sabia do papel do imperador na situação e atacou preventivamente seus adversários. Isso levou à assembleia de Gelnhausen, a 13 de abril de 1180, na qual seus ducados foram confiscados, a Saxônia dividida entre o ducado da Westfália, concedido ao Arcebispado de Colônia e o diminuído ducado da Saxônia, concedido ao conde Bernardo de Anhalt. O ducado da Bavária foi concedido a Otto de Wittelsbach, um dos mais confiáveis auxiliares de Frederico<sup>10</sup>.

Em julho de 1180 o próprio Frederico assumiu o comando das tropas coligadas para atacar Henrique, que atacou primeiro e teve uma nova série de sucessos militares. No entanto, entre fins de julho e setembro, as forças imperiais ocupavam grande parte dos domínios de Henrique, que permaneceu firme em seus alódios ao redor de Braunschweig.

A campanha foi retomada em fins de maio de 1181, com as forças imperiais assediando Braunschweig, Lüneburg e Lübeck, com o imperador perseguindo implacavelmente a seu primo, isolado em Stade. Henrique então iniciou negociações para sua submissão ao monarca, que veio a acontecer na assembleia de Erfurt em novembro de 1181: o ex-duque prostrou-se aos pés de seu primo. Frederico ergueu-o e deu-lhe o beijo da paz. A Henrique foi permitido que mantivesse suas posses alodiais em Braunschweig e Lüneburg, mas foi-lhe requisitado que deixasse a Germânia com sua esposa e filhos por tempo indeterminado (que acabou por efetivar-se durante três anos), a partir de 25 de julho de 1182, a festa de Santiago e não retornar sem a permissão do imperador.

É importante ressaltarmos os aspectos rituais envolvidos na cerimônia: Henrique negociou previamente os termos da submissão, o que explica o hiato entre junho e novembro, com intermediários percorrendo a Germânia nas negociações para a construção do consenso a ser publicamente apresentado; quando da assembleia, Henrique recorreu ao tradicional rito da *deditio*, a prostração pública, na qual o suplicante lança todo seu prestígio neste comportamento demonstrativo de contrição e assim priva aqueles que o acusam da oportunidade de recusar o perdão. O ato foi completado com a troca do beijo que sela a paz, encerrando o conflito.

---

<sup>10</sup> EHLERS, Joachim. *Heinrich der Löwe - Eine biographie*, Munique: Siedler Verlag, 2008.

Outro aspecto ritualístico associado a seu exílio pode ser percebido no significado da data de partida: imediatamente após sua chegada à Normandia (Henrique cumpriria seu exílio nas terras de seu sogro, o rei Henrique II da Inglaterra), Henrique o Leão empreendeu uma peregrinação a Compostela. É possível que tenha sido uma condição para a anulação da excomunhão que recebeu juntamente à sua criminalização por violação da paz e dos direitos das igrejas. A imposição desta penitência poderia explicar por que a data de 25 de julho de 1182 foi fixada como o dia de sua partida.

Recapitulando: os assuntos internos da monarquia imperial germânica eram mais regulados por ações rituais e construções de consenso entre os príncipes do que por códigos escritos e decisões impostas monocraticamente pelo imperador. Entretanto, chama a atenção justamente o elemento que destoa das práticas especificamente germânicas do período, justamente o exílio. Gerd Althoff (2016) aponta que a forma pela qual este conflito foi concluído é “significativamente diferente do comportamento adotado na resolução de conflitos anteriores comparáveis”.

Ao compararmos situações de conflito entre os imperadores e súditos poderosos tanto no período otônida (s. X), quanto no sálio (s. XI) quanto no próprio Staufer (s. XII-XIII), não encontramos ocorrência da resolução de conflitos incluindo pena de banimento ou exílio. Tradicionalmente ocorria a busca por resoluções negociadas, intermediadas e concluídas publicamente por meio da *deditio*, para a restauração pública da paz rompida, sendo os contendores reintegrados à sua prévia posição entre os príncipes imperiais.

A própria destituição feudal possuía precedentes tanto nos séculos anteriores quanto mais recentemente, no reinado de Conrado III, tio e antecessor imediato do Barbarossa, quando este destituiu Henrique o Soberbo, pai do Leão, de seus dois ducados, em um quadro de guerra civil entre os Staufer e os Welf, na esteira da sucessão imperial de 1125. Aliás, este conflito foi justamente intermediado e levado à pacificação pelo próprio Frederico Barbarossa, então em sua juventude.

Todavia, não foi o caso da pena de exílio. Em outras sociedades consideradas como germânicas, como a anglo-saxônica e as escandinavas, o exílio foi, durante muito tempo, uma punição muito comum, diferente mente da Germânia imperial. Consideramos que este exílio possa ser entendido na perspectiva de um expediente imposto pelos príncipes e referendado pelo imperador para atingir dois objetivos: o primeiro foi a sobrevivência do próprio Henrique, mesmo que empobrecido, garantida pelo imperador e por Henrique II da Inglaterra, evitando um possível conflito entre os angevinos e o império (situação que quase veio a acontecer subsequentemente); o segundo foi garantir tempo para que os príncipes contemplados com os

títulos, feudos imperiais e advocacias eclesiásticas previamente associadas a Henrique, pudessem reorganizar seus domínios e afastando de posições chave indivíduos por demais identificados com o regime anterior, fortalecendo assim sua autoridade recém-adquirida.

A destruição completa de um príncipe tão poderoso quanto Henrique o Leão, por mais incrível que possa parecer, não favoreceria ao exercício colegiado de poder, característico da monarquia imperial Staufer. Ao imperador não interessava que os príncipes pudessem destruir completamente alguém tão poderoso, já que a partir de agora o posto de homem mais poderoso na Germânia era ocupado justamente por ele. Aos príncipes não interessava que se tornasse simples a fragmentação do poder de um dos seus, numa situação que pudesse favorecer principalmente à coroa. Ou seja, interessava a todos os envolvidos que Henrique fosse diminuído, mas que o cerne do status quo fosse mantido no interior da aristocracia imperial germânica.

Segundo John Freed, autor da mais recente biografia do Barbarossa (2016):

O erro de cálculo fatal de Henrique foi que ele esqueceu que era, em última instância, dependente das boas graças e apoio de Frederico. Foram os príncipes que se beneficiaram da alienação entre os primos nos anos 1170 e da derrota de Frederico na Itália para destruir Henrique. Os príncipes foram os verdadeiros vitoriosos em 1180.

Entretanto Henrique não se manteve inativo em seu luxuoso exílio, já que em diversas ocasiões buscou negociar seu retorno. Efetivamente, Henrique o Leão retornou à Germânia, comparecendo à Assembleia de Mainz no Pentecostes de 1184, na esperança de obter o perdão do Imperador, sendo mal sucedido nesta tentativa.

Nestes anos Henrique II parece ter tentado por diversas vezes reconciliar o imperador com seu genro. Uma nova oportunidade se deu quando o Arcebispo de Colônia Felipe de Heinsberg e o Conde Felipe de Flandres vieram à Inglaterra em fins do verão de 1184 (ou seja, pouco depois do retorno de Henrique o Leão), ostensivamente em peregrinação ao santuário de São Thomas Becket em Canterbury, mas realmente em uma missão diplomática. Felipe de Heinsberg era um dos mais ferrenhos adversários de Henrique o Leão e um dos principais beneficiários de sua queda. A partir desta embaixada, passou a ter um comportamento diferente para com o duque, sendo muito mais conciliador.

É possível que o arcebispo tenha sugerido que Henrique II envolvesse o papa Lúcio III na mediação entre o duque e o imperador. A embaixada de Henrique II alcançou a corte papal, então em Verona, na segunda metade de outubro: um momento afortunado, já que o próprio imperador se encontrava em Verona para tratar de assuntos políticos e eclesiásticos germânicos e italianos. A mediação de Lúcio III foi bem sucedida: o imperador concordou com o retorno

de Henrique à Germânia, com o casal ducal e seu séquito alcançando Braunschweig no outono de 1185.

Após seu retorno, Henrique se envolveu em intrigas na tentativa de recuperar partes de seu patrimônio perdido na Saxônia. No entanto, notícias da queda de Jerusalém perante Saladino, reacenderam o fervor cruzadístico na corte imperial.

Na assembleia ocorrida em Mainz em março de 1188, Frederico declarou sua partida para o oriente. Mas antes de partir, era necessário deixar a Germânia pacificada. Assim, na Saxônia, Frederico reuniu uma assembleia em Goslar entre julho e agosto de 1188, para a qual Henrique o Leão foi convocado. De acordo com o cronista Arnold de Lübeck, Frederico

Ali reconciliou várias pessoas que estavam em conflito e ordenou que vários castelos [adulterinos] fossem destruídos na tentativa de impedir conflitos. Sua intenção era que, com todos os homens em paz, ele empreendesse a jornada proposta com mais devoção e mais liberdade. Ele também ordenou que o duque Henrique estivesse presente ali, para que pudesse de algum modo, e de acordo com a vontade dos príncipes, restaurar a paz entre ele e o duque Bernardo [de Anhalt], uma vez que não havia pouca disputa entre os dois por causa do ducado [da Saxônia]. Ele finalmente deu ao duque Henrique três opções: que receberia a oportunidade de restaurar uma parte específica de seu antigo senhorio (abrindo mão do restante); ou que partiria com o imperador em sua peregrinação às custas deste último, ao final da qual seria totalmente restaurado em seus direitos; ou que ele e seu filho de mesmo nome abjurassem as terras em disputa por três anos. O duque, no entanto, preferia renunciar temporariamente às terras ao invés de viajar para algum lugar que não desejava ir, ou ver seu senhorio original diminuído de alguma forma.<sup>11</sup>

Assim sendo, Henrique aceitou a terceira opção, partindo novamente para o exílio com seu filho de mesmo nome, nas terras de seu sogro, Henrique II da Inglaterra.

Poucas semanas depois de sua chegada à Inglaterra, a 6 de julho, seu sogro, Henrique II faleceu. A 28 de junho, alguns dias antes de seu pai, a duquesa Matilda faleceu em Braunschweig aos 32 ou 33 anos, sendo sepultada na recém-completada catedral (de São Brás). Ao saber de sua morte, Henrique, a despeito de sua promessa juramentada ao imperador de permanecer exilado por três anos, retornou à Saxônia para salvaguardar seus direitos.

A ausência de muitos de seus oponentes saxônios e do próprio imperador na cruzada, pareceu a Henrique uma oportunidade de recuperar seu prévio poder, boa demais para ser desperdiçada. Entre 1189 e 1194, Henrique e o novo monarca germânico, Henrique VI, combateram e negociaram até a reconciliação de ambos, no palácio imperial de Tilleda em março de 1194. O Leão veio a falecer em Braunschweig em abril de 1195.

---

<sup>11</sup> ARNOLD OF LÜBECK, *The Chronicle of Arnold of Lübeck*. (trad. Graham A. Loud), Londres: Routledge, 2020, p.147.

Seu segundo exílio foi ainda mais marcadamente político do que o primeiro e demonstra mais uma vez a natureza colegiada do poder imperial medieval e sua baixa capacidade de coação sobre os príncipes imperiais. A excepcionalidade destes exílios demonstra na verdade uma quebra dos padrões ritualísticos de resolução de conflitos na cultura política da Germânia imperial medieval, que vieram a ser restaurados em 1194, quando da reconciliação entre Henrique o Leão e Henrique VI.

MUNDOS  
COLONIAIS

## Sobre o Atlântico Sul entre os séculos XV e XVIII: a historiografia brasileira perante as discussões globais

Alec Ichiro Ito<sup>1</sup>

### Introdução

As relações atlânticas foram intrincadas ao longo de todo o período entre os séculos XV e XVIII, como lembram Luiz Felipe de Alencastro, Manolo Florentino, Roquinaldo Ferreira e mais recentemente Crysleine Gloss Marão Alfagali e Alexandre Almeida Marcussi.<sup>2</sup> Embora a Idade Moderna do Atlântico Sul padeça de pesquisas, fato é que a passagem do XVI para o XVII carece de estudos mais profundos e analíticos, como já apontara Vitorino Magalhães Godinho. Durante o século XVI, por exemplo, ocorreu a lenta viragem estrutural das carreiras das Índias orientais para o complexo açucareiro do Atlântico Sul. O deslocamento foi intensificado com a crise financeira do último quartel quinhentista.<sup>3</sup> Com solapamento do comércio oriental, a economia açucareira da América portuguesa ascendeu, em grande medida graças ao fornecimento de escravizados provenientes da colônia de Angola. A prosperidade econômica do Atlântico Sul garantiria o revigoramento da economia portuguesa.<sup>4</sup>

Nas sábias palavras de Vitorino Magalhães Godinho, importa menos estipular as datas precisas ou eventos que marcaram a mudança histórica entre os séculos XV e XVIII, senão

---

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Social na Universidade de São Paulo. Orientador: Pedro Luis Puntoni. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), processo 88887.571217/2020-00. Agradeço aos comentários e sugestões de André Figueiredo Rodrigues (UNESP/Assis), de Charles Nascimento de Sá (UNESB/ Eunápolis-BA) e dos participantes do Simpósio Temático “Mundos Coloniais, 1492-1822”.

<sup>2</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: A formação do Brasil no Atlântico Sul*. 5ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. FERREIRA, Roquinaldo. *Cross-Cultural Exchange in the Atlantic World: Angola and Brazil During the Era of the Slave Trade*. 1ª edição. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX*. [1995]. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. ALFAGALI, Crysleine Gloss Marão. *Ferreiros e fundidores da Ilamba: uma história social da fabricação do ferro e da Real Fábrica de Nova Oeiras (Angola, segunda metade do século XVIII)*. 2017. Tese de doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Universidade de Campinas (UNICAMP), 22 de maio de 2017, Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/325346>. Acesso em: 28 nov. 2020, particularmente a explicação na p. 194. MARCUSSI, Alexandre Almeida. *Cativeiro e cura: experiências religiosas da escravidão atlântica nos calundus de Luzia Pinta, séculos XVII-XVIII*. 2015. Tese de doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo (USP), 7 de agosto de 2015. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-11112015-134749/pt-br.php>. Acesso em: 28 nov. 2020.

<sup>3</sup> GODINHO, Vitorino Magalhães. *Ensaio II: sobre história de Portugal*. 1ª edição. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1968, pp. 20-21 e 187-189. Nas palavras de Vitorino Magalhães Godinho: “Não há dúvida: crise de meados do século XVI é uma viragem estrutural” (p. 197).

<sup>4</sup> Id., pp. 203-204.

perceber as denominadas “viragens estruturais” que permearam o “*processus* de transformação coletiva”, durante a passagem da “medievalidade” para a “modernidade” europeia.<sup>5</sup> As palavras de Godinho nutrem algumas indagações. O que se debateu ao longo dos anos? Quais foram as contribuições brasileiras para a constituição dessa modernidade expandida? Na busca por respostas, verificaremos uma bibliografia diversificada que, em maior e menor grau, está vinculada ao Atlântico Sul. Assim, levantaremos as contribuições historiográficas que foram relevantes para o assunto, destacando que a historiografia sobre o tema passou por deslocamentos de interesses, objetos de investigação e o surgimento de novos dilemas.

Primeiramente, analisaremos como alguns pensadores do pós-guerra abordaram os conceitos de “sentido da colonização” e “atrofia dos mercados dependentes”, especialmente para o contexto colonial brasileiro. Depois, argumentaremos que uma abordagem mais alargada de Atlântico Sul inspirou as abordagens de Frédéric Mauro, Vitorino Magalhães Godinho, Luiz Felipe de Alencastro, Manolo Florentino e outros. Em terceiro lugar, ponderaremos que o Atlântico Sul passou por um deslocamento de abordagem relevante, no qual a organização institucional jurídica, o corporativismo e a autonomia das partes do Império português ganharam peso. António Manuel Hespanha e João Fragoso são nomes caros à perspectiva.

O desenvolvimento da historiografia superou a problemática delineada por Godinho, encaminhando três campos de investigação que prevalecem atualmente. Suspeitamos que um deles, a perspectiva estrutural e sistêmica, é largamente produtiva.

### **Uma historiografia brasileira para assuntos globais**

O paradigma estrutural é uma das faces do legado historiográfico brasileiro. Desde o decênio de 1940, aspectos como o “imperativo econômico inelutável” do escravismo e a dependência dos mercados mundiais entrecruzam os debates contemporâneos, pautando reações e contrarreações devedoras dos trabalhos de Caio Prado Júnior e Celso Furtado.<sup>6</sup> Ao longo dos últimos sessenta anos, a perspectiva foi retrabalhada por Fernando Novais e Laura de Mello e Souza,<sup>7</sup> consagrando o modelo analítico do *antigo sistema colonial*, cuja vitalidade

---

<sup>5</sup> Id., p. 12, itálicos do autor.

<sup>6</sup> PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*: Colônia. [1942]. 23ª edição. São Paulo: Brasiliense, 2007. FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. [1958]. 32ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

<sup>7</sup> NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. [1979]. 6ª edição. São Paulo: Editora Hucitec, 1995, principalmente o capítulo 2. SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. 1 edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. Sobre o pensamento desses intelectuais, conferir: PUNTONI, Pedro. *O Estado do Brasil: poder e política na Bahia colonial*. Tese de livre-docência, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de



advém da explicação histórica sobre a situação colonial brasileira. O modelo dá conta de como o neocolonialismo fora “entranhado no âmago do capitalismo monopolista oitocentista, cujos tentáculos se entendiam ao Brasil dos anos 1960 na forma do imperialismo norte-americano”.<sup>8</sup>

A noção de antigo sistema colonial preconiza que as economias atlânticas funcionavam de modo estrutural e exclusivista, interligando a oferta manufatureira de baixo custo, produzida na Europa, com os mercados consumidores da América e África. O *sentido da colonização* diz respeito à exploração colonial da metrópole em relação às colônias, sendo o cerce da questão a acumulação primitiva de capital na metrópole. Pelo fato dos mercados coloniais serem dependentes dos metropolitanos, qualquer atividade econômica que não fosse direcionada para a exportação era secundária, ou embargada.<sup>9</sup> Assim, o efeito colateral do sentido da colonização era a *atrofia dos mercados dependentes*, de sorte que a reprodução social nos povoamentos ultramarinos estava intimamente relacionada com a vocação exportadora do açúcar, tabaco e algodão. A América portuguesa era uma “sociedade escravista nos tempos modernos”,<sup>10</sup> cuja inserção econômica no Atlântico Sul cumpria o papel decisivo no arranjo do capitalismo comercial, no pacto colonial e no fornecimento de mão de obra indígena e africana às economias americanas.

A perspectiva estrutural não foi uma peculiaridade brasileira. Na França dos anos de 1950 e 1960, pesquisadores como Pierre Chaunu e Frédéric Mauro desenvolveram importantes

---

São Paulo (USP), 2010, pp. 13-14. SCHWARTZ, Stuart B. A historiografia dos primeiros tempos do Brasil Moderno. Tendências e desafios das duas últimas décadas. *História: Questões & Debates*. Curitiba: Editora UFPR, vol. 50, n.º 1, janeiro/ junho de 2009, pp. 214-215. FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras*: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX. [1995]. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp. 70-72.

<sup>8</sup> ARRUDA, Jobson de Andrade. Fernando Novais: um marxista pascaliano?. *Economia e Sociedade*. Campinas: Universidade de Campinas (UNICAMP), vol. 24, n.º 1, pp. 201-214, abril de 2015, pp. 206-207. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3533.2015v24n1art8>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642122>. Acesso em: 28 nov. 2020. Sobre a importância do conceito de “acumulação primitiva de capital” no pensamento de Novais, conferir FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras*: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX. [1995]. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp. 72-73.

<sup>9</sup> Conferir especialmente: FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. [1958]. 32ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005, capítulos 9 e 10. Também verificar as observações realizadas em: FRAGOSO, João. Modelos explicativos da chamada economia colonial e a ideia de Monarquia Pluricontinental: notas de um ensaio. *História* (São Paulo). Franca: Universidade do Estado de São Paulo (UNESP), vol. 31, n.º 2, julho/dezembro de 2012, p. 107. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-90742012000200007>. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-90742012000200007&script=sci\\_abstract](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-90742012000200007&script=sci_abstract). Acesso em: 28 nov. 2020.

<sup>10</sup> Ponderação feita em: FRAGOSO, João. Modelos explicativos da chamada economia colonial [...]. *História* (São Paulo). Franca: Universidade do Estado de São Paulo (UNESP), vol. 31, n.º 2, julho/dezembro de 2012, pp. 107-108. Consultar também: PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*: Colônia. [1942]. 23ª edição. São Paulo: Brasiliense, 2007, principalmente o capítulo 1. FLORENTINO, Manolo. Tráfico atlântico, mercado colonial e famílias escravas no Rio de Janeiro, Brasil, c. 1790-c. 1830. Editora UFPR (Universidade Federal do Paraná): Curitiba, n.º 51, julho/ dezembro de 2009, p. 70. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/his.v51i0.19985>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/19985>. Acesso em: 28 nov. 2020.

trabalhos sob a influência do *La Méditerranée et le monde méditerranéen* de Fernand Braudel.<sup>11</sup> Lembramos dos oito tomos de *Séville et l'Atlantique*, obra prima assinada por Huguette e Pierre Chaunu.<sup>12</sup> Frédéric Mauro publicou *Le Portugal et l'Atlantique*,<sup>13</sup> destacando que a assimetria econômica entre metrópole e colônia provinha da exploração das zonas dominantes em relação às zonas dominadas. A desigualdade econômica estava atrelada à dominação dos espaços coloniais,<sup>14</sup> algo que em grande medida também fora destacado pela historiografia brasileira, embora certos recenseamentos contemporâneos ignorem essa contribuição.<sup>15</sup>

Sob a forte influência dos *Annales*, Vitorino Magalhães Godinho publicou os dois volumes de *Os descobrimentos e a economia mundial*, entre os decênios de 1960 e 1970. Ensejava-se uma análise sobre as transformações históricas que vigoraram ao longo da expansão portuguesa entre os séculos XI e XVII, na qual a “escala do mundo torna-se o vetor dominante da evolução econômica, forma-se o Estado burocrático e centralizado de matriz mercantilista”.<sup>16</sup> Fundada na noção de *complexo histórico-geográfico*, Godinho subdividiu a investigação em dois eixos.<sup>17</sup> O primeiro é o *geométrico*, no qual estão contidas as “distâncias medidas em velocidades e em riscos e custos de comunicação”; o segundo é o da *dominância*,

<sup>11</sup> Ver as explicações em: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. História, política e cultura. *Estudos avançados*. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), vol. 25, n.º 72, agosto de 2011, p. 238. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142011000200019>. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142011000200019&lng=en&nrm=iso](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142011000200019&lng=en&nrm=iso).

Acesso em: 28 nov. 2020. VIDAL, Cécile. Pour une histoire globale du monde atlantique ou des histoires connectées dans et au-delà du monde atlantique? *Annales. Histoire, Sciences Sociales*. Paris: Éditions de l'EHESS, n.º 67, 2012/2, p. 392, nota 3. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-Annales-2012-2-page-391.htm>. Acesso em: 28 nov. 2020. MARZAGALLI, Sylvia. Sur les origines de l'«Atlantic History»: paradigme interprétatif de l'histoire des espaces atlantiques à l'époque moderne. *Dix-huitième Siècle*. Paris: Société Française d'Etude du Dix-Huitième Siècle, n.º 33, 2001, pp. 17-31 p. 23. Disponível em: [https://www.persee.fr/doc/dhs\\_0070-6760\\_2001\\_num\\_33\\_1\\_2396](https://www.persee.fr/doc/dhs_0070-6760_2001_num_33_1_2396). Acesso em: 22 nov. 2020.

<sup>12</sup> CHAUNU, Huguette e Pierre. *Séville et l'Atlantique*, 1504-1650. 1ª edição. Paris: Éditions de l'IHEAL, tomo I-VIII, 1955-1959.

<sup>13</sup> MAURO, Frédéric. *Portugal, o Brasil e o Atlântico* (1570-1670). [1960]. 1ª edição. Tradução de Manuel Barreto. Lisboa: Editorial Estampa, vol. I-II, 1989.

<sup>14</sup> Os comentários foram expedidos em: GODINHO, Vitorino Magalhães. *Ensaio II: sobre história de Portugal*. 1ª edição. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1968, pp. 10-11. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. História, política e cultura. *Estudos avançados*. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), vol. 25, n.º 72, agosto de 2011, p. 238.

<sup>15</sup> Por exemplo: VIDAL, Cécile. Pour une histoire globale du monde [...]. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*. Paris: Éditions de l'EHESS, n.º 67, 2012/2. MARZAGALLI, Sylvia. Sur les origines de l'«Atlantic History» [...]. *Dix-huitième Siècle*. Paris: Société Française d'Etude du Dix-Huitième Siècle, n.º 33, 2001.

<sup>16</sup> CURTO, Diogo Ramada. A historiografia do império português na década de 1960: formas de institucionalização e projeções. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*. Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), vol. 5, n.º 10, novembro de 2012, pp. 115-116. DOI: <https://doi.org/10.15848/hh.v0i10.508>. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/508>. Acesso em: 28 nov. 2020. GODINHO, Vitorino Magalhães. *Os descobrimentos e a economia mundial*. [1963]. 2ª edição. Lisboa: Editorial Presença, vol. I, 1991, p. 15. Assim, para Godinho a “progressiva construção do Estado moderno” estava intimamente ancorada no desenvolvimento da “economia de mercado” (p. 31).

<sup>17</sup> GODINHO, Vitorino Magalhães. *Ensaio II: sobre história de Portugal*. 1ª edição. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1968, p. 11.

relacionada com a hierarquização entre setores regionais. Buscando uma compreensão estrutural do assunto, para Godinho o vínculo entre as regiões e os mundos, ou “totalidades em relação a outras totalidades”, integrava agentes e grupos em uma “sociedade global”.<sup>18</sup>

Novas abordagens foram ensaiadas nos anos de 1980 e 1990. Sublinhando a importância do “pacto” ou “exclusivo” colonial como a égide da reprodução social escravista nos dois lados do Atlântico, Luiz Felipe de Alencastro assinalou que o “controle metropolitano” era uma “instância política do sistema colonial”.<sup>19</sup> Tal condição perdurou entre os séculos XVI e XVII, sendo subvertida no século XVIII, quando os interesses mercantis brasílicos desafiaram o pacto entre metrópole e colônia, em prol das relações bilaterais que interconectavam as margens do Atlântico Sul.<sup>20</sup> Na mesma senda caminhou Manolo Florentino, com a publicação de *Em costas negras*. Refletindo sobre a tese de Alencastro, ele pontua que a complementaridade do tráfico escravagista atlântico, coordenado por Portugal e alimentador dos “complexos açucareiros” da Bahia e do Caribe, predominou até o século XVIII devido à inoperância do “Estado português” e à ineficiência de um “projeto de colonização pragmática” da África, onde o circuito continental do tráfico de escravos era comandado por Estados africanos.<sup>21</sup> Na virada do século XVIII para o XIX essa situação foi redimensionada, de sorte que o bilateralismo estrutural passou a exercer um impacto transformador na África, sob o comando dos grandes traficantes brasílicos, sobretudo cariocas. Assim, a *produção social do escravo* na “esfera Sul-Sul do mercado atlântico” resultou na “cristalização e/ou o incremento da diferenciação social” e na “expansão das relações escravistas”, ambas fundadas na “violência fundadora do escravo”.<sup>22</sup> Transformado pela guerra de captura de escravos, o regime escravagista africano perdera a “feição tradicionalmente doméstica para tornar-se uma escravidão cada vez mais mercantil”.<sup>23</sup>

---

<sup>18</sup> Id., pp. 15-16.

<sup>19</sup> Alencastro nota que entre os séculos XVI e XVII “os negociantes portugueses estabelecidos nas zonas agrícolas combinarão as vantagens próprias de uma posição de oligopsônio (na compra do açúcar) com as vantagens inerentes a uma situação de oligopólio (na venda de escravos)”, de modo que é possível falar de uma complementaridade econômica entre América e África coordenada por Portugal. ALENCASTRO, Luiz Felipe. Tráfico negreiro e colonização portuguesa no Atlântico Sul. VI ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES, Olinda, 16 a 20 de outubro de 1988. *Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), vol. 3, 1988, pp. 16-37. p. 28. Conferir também as pp. 18 e 25. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/476/461>. Acesso em: 28 nov. 2020.

<sup>20</sup> Id., pp. 18-21 e 31.

<sup>21</sup> FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras*: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX. [1995]. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp. 86-88, 94-95.

<sup>22</sup> Aqui Florentino segue parcialmente a posição de: MILLER, Joseph C. *Way of Death*: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730-1830. 1ª edição. Madison: The University of Wisconsin Press, 1988.

<sup>23</sup> FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras*: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX. [1995]. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp. 101-102.

Os deslocamentos propostos desde a década de 80 são devedores de múltiplas influências. Há ressonâncias de Claude Meillassoux, Charles Boxer, Georges Duby e Pierre Verger nas ideias de Luiz Felipe de Alencastro;<sup>24</sup> também são sensíveis os ecos de Joseph C. Miller, Paul E. Lovejoy, David Birmingham e Frederick Cooper.<sup>25</sup> Doravante, os estudos econômicos sobre o Atlântico Sul ora enfatizam o bilateralismo comercial – como Roquinaldo Ferreira e Mariana P. Candido –, ora a triangularidade entre Europa, América e África, como sublinham Gustavo Acioli Lopes e Maximiliano Mac Menz.<sup>26</sup>

## Palavras finais

Hoje em dia três campos investigativos prevalecem nas academias ibero-americanas. O primeiro diz respeito à pluralidade de agências que participaram da montagem dos impérios ultramarinos, com ênfase nas práticas jurídicas e ações políticas. Ganham destaque os funcionários régios e as lideranças governamentais das periferias,<sup>27</sup> o escrutínio das relações

<sup>24</sup> Ver os comentários em ALENCASTRO, Luiz Felipe de. História, política e cultura. *Estudos avançados*. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), vol. 25, n.º 72, agosto de 2011, p. 237.

<sup>25</sup> Ver as referências em: FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX*. [1995]. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp. 94-95, 75, 101.

<sup>26</sup> Sobre o debate historiográfico e as contribuições recentes, consultar: LOPES, Gustavo Acioli; MENZ, Maximiliano M. Resgate e mercadorias: uma análise comparada do tráfico luso-brasileiro de escravos (Angola e Costa da Mina, século XVIII). *Afro-Ásia*. Salvador: Universidade Federal da Bahia (UFBA), n.º 37, 2008, pp. 43-73. DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/aa.v0i37.21152>. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21152/0>. Idem, Vestindo o escravismo: o comércio de têxteis e o Contrato de Angola (século XVIII). *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Associação Nacional de História (ANPUH), vol. 39, n.º 80, abril de 2019, pp. 109-134. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-93472019v39n80-05>. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882019000100109&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882019000100109&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 28 nov. 2020. MENZ, Maximiliano M.; LOPES, Gustavo Acioli. A população do reino de Angola durante a era do tráfico de escravos: um exercício de estimativa e interpretação (c. 1700-1850). *Revista de História*. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), n.º 177, 2018. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2018.122490>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/122490>. Acesso em: 28 nov. 2020. Ver ainda: LOPES, Gustavo Acioli. *Negócio da Costa da Mina e comércio atlântico: tabaco, açúcar, ouro e tráfico de escravos, Pernambuco (1654-1760)*. 2011. Tese de doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo (USP), 2011, sobretudo as “Considerações finais”. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-01122009-093954/pt-br.php>. Acesso em: 28 nov. 2020.

<sup>27</sup> Sobre esses dois pontos, verificar: CARDIM, Pedro; BALTAZAR, Miguel. La diffusion de la législation royale au Portugal et dans ses possessions atlantiques, 1621-1808. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Débats*. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHSS), 2018, pp. 7-8. DOI: <https://doi.org/10.4000/nuevomundo.72281>. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/72281>. Acesso em: 28 nov. 2020. SCHAUB, Jean-Frédéric. La notion d'État Moderne est-elle utile? Remarques sur les blocages de la démarche comparatiste en histoire. *Cahiers du monde russe*. Paris: Éditions de l'EHESS, vol. 46, n.º 1, 2005, pp. 56-57. DOI: <https://doi.org/10.4000/monderusse.8775>. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-cahiers-du-monde-russe-2005-1-page-51.htm>. Acesso em: 28 nov. 2020. Ver ainda: THOMAZ, Luís Felipe F. R. *De Ceuta a Timor*. 1ª edição. Linda-a-velha: Difel, 1994. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: A formação do Brasil no Atlântico Sul*. 5ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

entre as elites reinóis e coloniais<sup>28</sup> e as perscrutações sobre os grupos intermediários e as classes subalternas.<sup>29</sup> O “estudo da factologia básica”<sup>30</sup> incide sobre ação efetiva desse leque de agentes, gerando enriquecedoras interfaces de investigação.<sup>31</sup> Ainda se questiona o imperativo absoluto das Casas de Habsburgo e de Bragança,<sup>32</sup> em razão da “problemática da monarquia compósita e as questões de ordem constitucional”.<sup>33</sup> Nas diversas esferas de existência,<sup>34</sup> a luta e o trabalho são realidades incontornáveis. Amiúde, o estudo das agências foca dois macroagrupamentos: de um lado existe a “nobreza da terra” e de outro a “agência subalterna”.

O segundo campo de investigação se desprende do governo da norma, imposto como uma superestrutura sobre as sociedades modernas.<sup>35</sup> No âmago dela coexistem a polissinodia institucional e o sustento monárquico, logrados através de “gordas pensões, de patentes de ordens militares, títulos nobiliárquicos e sempre conforme uma relação de natureza contratual entre um rei detentor do direito da graça e dos beneficiários das liberalidades”.<sup>36</sup> Mesmo que prematuramente, é possível sustentar que a orquestração ultramarina harmonizava a

<sup>28</sup> CARDIM, Pedro. O governo e a administração do Brasil sob os Habsburgo e os primeiros Bragança. *Hispania*. Madri: Instituto de Historia/ Centro de Ciencias Humanas y Sociales (CSIC), vol. 64, n.º 216, 2004, pp. 140-141, 144-147. DOI: <https://doi.org/10.3989/hispania.2004.v64.i216.199>. Disponível em: <http://hispania.revistas.csic.es/index.php/hispania/article/view/199>. Acesso em: 28 nov. 2020. MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. [1975]. 3ª edição. São Paulo: Editora 34, 2007.

<sup>29</sup> CARDIM, Pedro. O governo e a administração do Brasil [...]. *Hispania*. Madri: Instituto de Historia/ Centro de Ciencias Humanas y Sociales (CSIC), vol. 64, n.º 216, 2004, pp. 118-119, 129-30. Recordamos dos trabalhos de Stuart Schwartz, Emilia Viotti da Costa, Kátia M. de Queirós Mattoso, João José Reis, Silvia Hunold Lara, Manuela Carneiro da Cunha, John Manuel Monteiro e outros.

<sup>30</sup> O termo é de Pedro Cardim.

<sup>31</sup> CARDIM, Pedro. O governo e a administração do Brasil sob os Habsburgo e os primeiros Bragança. *Hispania*. Madri: Instituto de Historia/ Centro de Ciencias Humanas y Sociales (CSIC), vol. 64, n.º 216, 2004, p. 130.

<sup>32</sup> Id., pp. 132-133. SCHAUB, Jean-Frédéric. La notion d'État Moderne est-elle utile? Remarques sur les blocages de la démarche comparatiste en histoire. *Cahiers du monde russe*. Paris: Éditions de l'EHESS, vol. 46, n.º 1, 2005, p. 61. Nesse sentido, veja as críticas sustentadas em: HESPANHA, António Manuel. A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. IN: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (org.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. PUJOL, Xavier Gil. Centralismo e Localismo? Sobre as Relações Políticas e Culturais entre Capital e Territórios nas Monarquias Europeias nos Séculos XVI e XVII. *Penélope: revista de história e ciências sociais*. Lisboa: Cooperativa Penélope, Fazer e Desfazer a História, n.º 6, 1991, pp. 119-144. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2689844>. Acesso em: 28 nov. 2020.

<sup>33</sup> CARDIM, Pedro. O governo e a administração do Brasil [...]. *Hispania*. Madri: Instituto de Historia/ Centro de Ciencias Humanas y Sociales (CSIC), vol. 64, n.º 216, 2004, p. 123.

<sup>34</sup> “Esferas de existência” seriam recortes temáticos, como o econômico, social, econômico e outros. A acepção é proposta em: NOVAIS, Fernando A.; SILVA, Rogério Forastieri da (org.). *Nova História em Perspectiva*. 1ª edição. São Paulo: CosacNaif, vol. I, 2011, p. 30.

<sup>35</sup> CARDIM, Pedro. O governo e a administração do Brasil [...]. *Hispania*. Madri: Instituto de Historia/ Centro de Ciencias Humanas y Sociales (CSIC), vol. 64, n.º 216, 2004, p. 122.

<sup>36</sup> SCHAUB, Jean-Frédéric. La notion d'État Moderne est-elle utile? [...]. *Cahiers du monde russe*. Paris: Éditions de l'EHESS, vol. 46, n.º 1, 2005, pp. 55, 57-58 (no original: “Tout était bon, la distribution de grasses pensions, de patentes des ordres militaires, de titres nobiliaires, mais toujours dans un rapport de nature contractuelle entre un roi détenteur du droit de grâce et les bénéficiaires de ses largesses [...].”). Uma ótima síntese sobre a importância da polissinodia pode ser verificada em: SCHAUB, Jean-Frédéric. *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*. 1ª edição. Tradução de Isabel Cardeal. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

centralização estatal e a autonomia das partes, contanto que prevalecesse o equilíbrio do conjunto compósito. Ademais, a administração e a burocracia estão atreladas à criação de saberes e à circulação de informações,<sup>37</sup> através dos canais de regulamentação, da fiscalização e da regulamentação da luta e do trabalho. Vocábulos como “império”, “monarquia”, “governo” e “administração” são ressignificados<sup>38</sup> diante da experiência ultramarina, reformulando projetos imperiais compostos por um horizonte de expectativas vincado *pela e na práxis mediadora e dialética*.<sup>39</sup>

O terceiro campo retoma o legado de Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Fernando Novais, José Jobson de Andrade Arruda e Laura de Mello e Souza. Destaca o processo de transformação das economias coloniais a nível transatlântico, bem como a reflexão sobre a repactuação política entre metrópoles e colônias de maneira global. Trata-se de uma perspectiva estrutural e sistêmica, capaz de focalizar a circulação de bens, pessoas e serviços entre centros e periferias, destacando o fluxo desigual de riquezas entre metrópoles e colônias. Por um lado, o modelo teórico às vezes é considerado antiquado, inadequado ou mecânico. Por outro lado, sua vitalidade advém da totalidade analítica do enquadramento metodológico, capaz de abarcar a completude das esferas de existência – econômica, social, cultural, entre outras – em diferentes níveis de análise – estrutura, conjuntura, acontecimento –, nos termos de Fernando Novais e Rogério Forastieri.<sup>40</sup> Nesse sentido, a perspectiva suscita três desdobramentos

<sup>37</sup> CARDIM, Pedro; BALTAZAR, Miguel. La diffusion de la législation royale au Portugal [...]. *Nuevo Mundo* [...]. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHSS), 2018, pp. 3, 6 e 8. MEGIANI, Ana Paula Torres. Contar coisas de todas as partes do mundo: as *Relaciones de Sucesos* e a circulação de notícias escritas no período filipino. IN: ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de; SILVA, Gian Carlo de Melo; RIBEIRO, Marília de Azambuja. *Cultura e sociabilidades no mundo atlântico*. 1ª edição. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012, pp. 469, 471, 474-475. Nesse sentido, consultar estes trabalhos: ÁLVAREZ, Fernando Bouza. *Portugal no tempo dos Filipes. Poderes e Representações. 1580-1640*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos, 2000. Idem. *Corre manuscrito: una historia cultural del Siglo de Oro*. 1ª edição. Madri: Marcial Pons, 2001. CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. *Sentir, escrever e governar. A prática epistolar e as cartas de D. Luís de Almeida, 2º Marquês do Lavradio (1768-1779)*. 2011. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo (USP), 28 de agosto de 2011. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-16042012-164420/pt-br.php>. Acesso em: 28 nov. 2020.

<sup>38</sup> SCHAUB, Jean-Frédéric. La notion d'État Moderne est-elle utile? [...]. *Cahiers du monde russe*. Paris: Éditions de l'EHESS, vol. 46, n.º 1, 2005, p. 55. CARDIM, Pedro. O governo e a administração do Brasil [...]. *Hispania*. Madri: Instituto de Historia/ Centro de Ciencias Humanas y Sociales (CSIC), vol. 64, n.º 216, 2004, p. 122. Para alguns exemplos, consultar: SALDANHA, Antônio Vasconcelos. *Iustum Imperium. Dos Tratados como Fundamento do Império dos Portugueses no Oriente. Estudo de História do Direito Internacional e do Direito Português*. 1ª edição. Lisboa: Fundação Oriente, 1997. CURTO, Diogo Ramada. *Cultura imperial e projetos coloniais (séculos XV a XVIII)*. 1ª edição. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

<sup>39</sup> Segundo José Jobson de Andrade Arruda, a teoria da práxis deve ser entendida como “atividade mediadora entre homem e natureza, entre indivíduo e sociedade, entre objetividade e subjetividade, entre conhecimento e realidade empírica”. Não é por menos que, portanto, “mediação e totalidade são conceitos siameses, não há um sem o outro”. ARRUDA, Jobson de Andrade. Fernando Novais: um marxista pascaliano?. *Economia e Sociedade*. Campinas: Universidade de Campinas (UNICAMP), vol. 24, n.º 1, p. 210. Para mais informações, consultar as pp. 202, 208-210 do mesmo artigo.

<sup>40</sup> NOVAIS, Fernando A.; SILVA, Rogério Forastieri da (org.). *Nova História em Perspectiva*. 1ª edição. São Paulo: CosacNaif, vol. I, 2011, pp. 30, 42.

importantes, mormente influenciados pelo materialismo histórico. Primeiramente, são incontornáveis as realidades do mundo do trabalho e da luta de classes, ambas subsumidas à base de produção econômica. Em segundo lugar, o determinismo econômico é deslocado pela ação dialética, de modo que as mediações entre a estrutura e os eventos são resolvidas por meio da ação humana e das práticas sociais, assim transformando a realidade coeva. Terceiro ponto: a tensão entre a análise empírica e a narrativa sobre o passado é superada através da teoria da práxis. Nesse sentido, as categorias de exame são testadas mediante a experiência empírica, de modo que a prática efetiva dos agentes – amiúde envolvida com a luta e a realidade material e social do trabalho – mantém íntima relação com a mediação entre estrutura e os eventos.<sup>41</sup> A experiência colonial é violenta e a história factual é cercada pelo ambiente conflituoso; em ambas, a dominância imposta aos agentes subalternos é cruel e o jogo político é envolvido por complôs e reviravoltas.<sup>42</sup>

O enquadramento metodológico que foi sumarizado defende a necessidade de *ver sentido em uma história com sentido*, rearticulando assim algumas das palavras emitidas por José Jobson de Andrade Arruda.<sup>43</sup> *Sentido*, vale repetir para precisar,<sup>44</sup> da *colonização*.

---

<sup>41</sup> Reinterpretamos aqui algumas dos ensinamentos expedidos em: ARRUDA, Jobson de Andrade. Fernando Novais [...]. *Economia e Sociedade*. Campinas: Universidade de Campinas (UNICAMP), vol. 24, n.º 1, pp. 202, 208-210. Nos termos de José Jobson de Andrade Arruda, a teoria da práxis deve ser entendida como “atividade mediadora entre homem e natureza, entre indivíduo e sociedade, entre objetividade e subjetividade, entre conhecimento e realidade empírica”. Não é por menos que, portanto, “mediação e totalidade são conceitos siameses, não há um sem o outro”. Verificar o mesmo artigo, p. 210.

<sup>42</sup> Como destacado em: ITO, Alec Ichiro. *Uma “tão pesada cruz”: o governo da Angola portuguesa nos séculos XVI e XVII na perspectiva de Fernão de Sousa (1624-1630)*. 2016. Dissertação de mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo (USP), 26 de agosto de 2016. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-03112016-152529/en.php>. Acesso em: 28 ago. 2020.

<sup>43</sup> ARRUDA, Jobson de Andrade. Fernando Novais [...]. *Economia e Sociedade*. Campinas: Universidade de Campinas (UNICAMP), vol. 24, n.º 1, p. 206.

<sup>44</sup> Afinal de contas, “repetir é retomar para desdobrar”. ARRUDA, Jobson de Andrade. Fernando Novais [...]. *Economia e Sociedade*. Campinas: Universidade de Campinas (UNICAMP), vol. 24, n.º 1, p. 206.

## O topônimo Baependi no território sul-mineiro: do Distrito do Caminho Velho à vila de Santa Maria (c. 1700-1814)

Maria Cristina Neves de Azevedo<sup>1</sup>

Este artigo é um recorte do primeiro capítulo de minha tese de doutorado,<sup>2</sup> que traz como proposta a análise das transformações do espaço territorial sul-mineiro<sup>3</sup> tendo como chave de leitura o topônimo Baependi. Como denominação que remonta à descoberta e conquista do território que veio a configurar-se como Minas Gerais, sua origem indígena levou à inúmeras traduções realizadas por linguístas e historiadores, podendo ser um indicativo do processo de apropriação daquele espaço.

Esta parcela da América portuguesa conheceu diferentes ritmos no que tange à sua ocupação, povoamento e urbanização, entre o final do século XVII e a primeira metade do século XIX. Situada no Caminho Velho, na serra da Mantiqueira, a localidade registrou processo de urbanização tardio em relação às primeiras vilas e assentamentos das Gerais. Para a elaboração desta abordagem foram mobilizados os conceitos de *território* e de *territorialidade*.

*Território* é conceito relacionado à jurisdição de área delimitada, associado ao domínio e à soberania, como propõem Angelo Alves Carrara e Pedro José de Oliveira Machado em artigo sobre o ordenamento territorial dos municípios brasileiros nas Minas, entre os séculos XVIII e XIX. Assim sendo, não pode ser “confundido com o [conceito] de espaço ou de lugar”.<sup>4</sup> No mesmo sentido, para Marcel Roncayolo a definição de território está associada ao âmbito da geografia política, da jurisdição. Assim, território é entendido como “a extensão de terra que depende de um império, de uma província, de uma cidade, de

---

<sup>1</sup> Doutora em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Ouro Preto.

<sup>2</sup> AZEVEDO, Maria Cristina Neves de. *Do necessário para a comodidade dos povos: urbanização e civilidade no território sul-mineiro, Baependi (1754-1856)*. 374 f. 2020. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2020. Disponível em: <http://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/12862>. Acesso em: 02 fev. 2021.

<sup>3</sup> O recorte geográfico desta reflexão é fluído, por esta razão adotamos como referência para a localização desta área a povoação de Vila Rica, centro administrativo das Minas, nos períodos colonial e imperial. Mesmo que no período inicial este espaço colonial não se enquadre juridicamente como capitania de Minas Gerais, adotamos esta referência por ser a de maior amplitude temporal para a localização de Baependi.

<sup>4</sup> CARRARA, Angelo Alves; MACHADO, Pedro José de O. Ordenamento territorial dos municípios brasileiros: Minas Gerais, séculos XVIII-XIX. In: *Almanack*, Guarulhos, n. 24, 2020, p. 3. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-463324ea03918>. Acesso em: 02 fev. 2021.



uma jurisdição”.<sup>5</sup>

Já *territorialidade* é entendida como consciência de pertença e identidade grupal que não se encontra atrelada a um espaço específico, sendo considerada sua contínua reconstituição ao longo do tempo. Roncayolo associa o conceito com o processo de apropriação cultural do espaço, por meio de um “conjunto de relações sociais, de hábitos, de ritos, de crenças”.<sup>6</sup> Sandra Albagli, considera que às “territorialidades distintas correspondem também temporalidades distintas e coexistentes”, expressando as relações de poder construídas entre sociedade, espaço e tempo.<sup>7</sup>

Neste sentido, ressaltamos a impermanência dos limites territoriais que muitas das vezes se sobrepunham, especialmente nos casos português e espanhol, em função do direito do Padroado.<sup>8</sup> Assim, a associação entre a toponímia e o processo de organização de um espaço físico é plausível, visto a configuração espacial estar associada ao universo mental e cultural destas sociedades. Estas características podem ser identificadas na documentação utilizada para reflexão, que foi produzida pelos funcionários metropolitanos e colonos que seguiram para as Minas.

## Procedimentos

No processo de análise dos itens documentais, foi elaborado um vocabulário que permitiu identificar as alterações na apropriação de um espaço geográfico, legitimando-o como território subordinado a uma administração, fosse esta secular ou eclesiástica. Esta formulação teve como referência documentação administrativa metropolitana relacionada às questões de domínio fundiário como as Cartas de Sesmaria, os Concursos para Provimento

---

<sup>5</sup> RONCAYOLO, Marcel. Território. In: ROMANO, Ruggiero (dir.). *Região. Enciclopédia Einaudi*. vol. 8. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986, p. 262.

<sup>6</sup> Id., p. 266.

<sup>7</sup> RAFFESTIN, 1993, p. 160 *apud* ALBAGLI, Sandra. Território e Territorialidade. In: LAGES, Vinícius; MORELLI, Gustavo; BRAGA, Christiano (org.). *Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Brasília, DF: SEBRAE, 2004, p. 30.

<sup>8</sup> As bulas e breves papais regeram as atribuições concedidas aos reis de Portugal e Espanha. Para Portugal, o primeiro foi o breve *Dum Diversas* de Nicolau V, em 1452, e, o último o breve *Praecelse Devotionis* de Leão X, em 1514. Segundo Boxer “Mais especificamente, os monarcas ibéricos foram autorizados pelo papado: a) a erigir ou permitir a construção de todas as catedrais, igrejas, mosteiros, conventos e eremitérios na esfera dos respectivos patronatos; b) a apresentar à Santa Sé uma curta lista dos candidatos mais convenientes para todos os arcebispados, bispados e abadias coloniais e para as dignidades e funções eclesiásticas menores, aos bispos respectivos; c) a administrar jurisdições e receitas eclesiásticas e a rejeitar as bulas e breves papais que não fossem primeiro aprovados pela respectiva chancelaria da coroa.” BOXER, Charles Ralph. *A igreja e a expansão ibérica: 1440-1770*. Lisboa: Edições 70, 2013, pp. 88-89; BOXER, Charles Ralph. *O Império Marítimo Português: 1415-1825*. Lisboa: Edições 70, 2017. pp. 227-228.

de Párocos, a concessão de Patentes e o primeiro Livro de Assento de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora de Monserrate de Baependi. Nestes registros encontram-se os termos relativos à inserção de Baependi em diferentes ambientes como as áreas naturais, as já ocupadas e aquelas em que a delimitação territorial indica a jurisdição à qual está submetida.

Consideramos que as denominações dos assentamentos humanos permitem identificar o processo de constituição de um dado espaço físico, a partir da ação social coletiva na paisagem natural revelando momentos de negociação, de imposição de valores e gostos à configuração de um lugar. Os termos abaixo elencados nos apontaram a existência de diferentes temporalidades para a atribuição das categorias espaciais vinculadas à administração secular e eclesiástica nesta espacialidade. Desta maneira, foi possível o acompanhamento dos processos de sua ocupação e domínio por meio das alterações dos vocábulos para a sua denominação.

Assim, no Distrito do Caminho Velho o vocábulo *sertão* – como expressão de *vazio* – e os acidentes geográficos fluviais – presentes nas delimitações das propriedades fundiárias – foram substituídos pelas designações territoriais como freguesias, distritos, arraiais e vilas que foram instituídas nesse perímetro, dentro do recorte temporal estipulado. Estas ações apresentam como resultado uma paisagem complexa e preche de memória.

**Tabela 1: Categorias espaciais identificadas nas Cartas de Sesmarias, Patentes e Provimento de eclesiásticos**

| Categorias espaciais       |                                                                                                                                              |
|----------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Sertão                     | vazio de população, vazio administrativo secular ou eclesiástico, ausência de atividades produtivas à exemplo da produção mercantil europeia |
| Natureza                   | morro, serra, campo, matos virgens, campos gerais, rio, ribeirão, córrego, lagoa, cabeceiras, vertentes, cachoeira, salto, barra             |
| Administração secular      | caminho, picada, paragem, distrito, arraial, julgado, vila, comarca                                                                          |
| Administração eclesiástica | capela particular, capela filial, freguesia, freguesia colada, vara eclesiástica                                                             |
| Atividade produtiva        | mineração, cultivo, currais de gado                                                                                                          |

Fonte: autoria própria.

Como referência teórica, esta proposta tem por base pesquisas nos âmbitos da História e da Linguística. Francisco Eduardo de Andrade toma a alteração das denominações dos lugares como reveladoras do “processo histórico de criação ou invenção sociocultural, política e

econômica, nos limites de uma condição colonial”.<sup>9</sup> Para Claudia Damasceno Fonseca e Ângelo Alves Carrara as designações das localidades devem ser analisadas em relação à sua abrangência territorial, salientando que a delimitação espacial não é estanque.<sup>10</sup> Para Sérgio Ricardo da Mata os topônimos podem ser considerados como chave de leitura para se refletir entre a atribuição da denominação do lugar e a produção de um dado espaço urbano.<sup>11</sup>

Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick aponta que os estudos dos topônimos regionais antigos permitem explicar os contextos geográficos e históricos de atribuição de denominação aos lugares.<sup>12</sup> Para a linguista, as características da toponímia permitem atribuir um “padrão motivador dos nomes” que confira sentido ao espaço nomeado. O topônimo pode ser considerado como um identificador de um lugar, apontando “direções, caminhos físicos, posições situacionais” sendo “instantâneos” de uma dada espacialidade.<sup>13</sup>

Com vistas à compreensão da “construção de lugares de identificação dos sujeitos” em relação ao (re)conhecimento do espaço brasileiro, Ceci-Maria Aparecida Honório mobiliza o entendimento dos topônimos no mesmo sentido que Dick, compreendendo-o como “papel sógnico no universo do discurso” que aponta “pistas, [indicando] caminhos interpretativos” para os nomes de lugares.<sup>14</sup> Dick considera que a desnaturalização dos nomes permite o acesso a “certos saberes sobre o mundo”,<sup>15</sup> uma abordagem que admite a interpretação da denominação do espaço como recurso de transmissão de um saber sobre determinada territorialidade.

Seguindo estas linhas de abordagem, Francisco de Assis Carvalho analisa o topônimo Baependi recorrendo à sua condição de *testemunho* “da relação entre o homem e o espaço”<sup>16</sup> e de sua associação à memória coletiva.<sup>17</sup> É a partir da reflexão de Jacques Le Goff que Carvalho

<sup>9</sup> ANDRADE, Francisco Eduardo de. *A invenção das Minas Gerais: empresas, descobrimentos e entrada nos sertões do ouro da América portuguesa*. Belo Horizonte: Autêntica Editora: Editora PUC Minas, 2008, p. 15.

<sup>10</sup> CARRARA, Ângelo Alves. Minas e Currais: produção rural e mercado interno em Minas Gerais 1674-1807. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2007, p. 41; FONSECA, Claudia Damasceno. *Arraiais e vilas d’El Rei*. Espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 74.

<sup>11</sup> MATA, Sergio Ricardo da. O desencantamento da toponímia. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto L. (org.) *Geografia: temas sobre a cultura e o espaço*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, p. 115-140, 2005.

<sup>12</sup> DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Atlas toponímico: um estudo dialetológico. In: *Revista Philologus*, n. 10. Rio de Janeiro: Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos, 1998, pp. 64-65.

<sup>13</sup> Id., p. 61.

<sup>14</sup> HONÓRIO, Ceci-Maria Aparecida. A construção discursiva do espaço brasileiro em Viagem ao Brasil: inclusões e apagamentos. In: *Revista Ruas*, Campinas, n. 11, 2005, p. 82. Agradeço a indicação deste periódico a José Horta Nunes, pesquisador do Laboratório de Estudos Urbanos (LAEURB), da Unicamp. Ver: <https://www.labeurb.unicamp.br/site/web/>. Acesso em: 10 nov. 2020.

<sup>15</sup> DICK, op. cit., p. 61.

<sup>16</sup> CARVALHO, Francisco de Assis. Baependi: investigação toponímica, diacrônica e etimológica. In: Cadernos do CNLF, vol. XVI, n. 04, t. 1 – *Anais do XVI Congresso Nacional de Linguística e Filosofia*, 22 a 26 ago. 2011, p. 383.

<sup>17</sup> Considerada como “elemento essencial” para se analisar os topônimos, associando-os à identidade atribuída ao espaço (CARVALHO, op. cit., p. 384).

analisa o vínculo entre os nomes dos lugares e a produção de memória, considerando a atribuição de veículo de armazenamento de memória à linguagem.<sup>18</sup> Para Carvalho, conhecer um topônimo é buscar os acontecimentos mais ou menos relevantes e as indicações geográficas a ele associados.<sup>19</sup>

Procedimento considerado como essencial por Teodoro Fernandes Sampaio que defende a “identificação histórica do vocábulo ou a *restauração* da sua grafia primitiva” à luz dos documentos “mais antigos, as crônicas, roteiros, *relações de viagem*, os *mapas geográficos* que primeiro publicaram” buscando o registro *mais verdadeiro*.<sup>20</sup> Como último procedimento, o conhecimento das “*feições características quer topográficas, quer indicadoras das suas produções mais abundantes*”, presente ou pretérita, o que “de certo deu origem à denominação que se investiga”.<sup>21</sup> Este processo de restauração histórica permitiria o acesso ao seu significado original<sup>22</sup> e a explicação de sua variação no tempo, como aqui propomos.

A partir da perspectiva que associa o topônimo Baependi aos significados de *caminho*, *pouso* e *nação* propomos a vinculação destes com a apropriação do espaço das Minas por paulistas e portugueses, especialmente no que diz respeito à articulação de vias de comunicação e apropriação fundiária, estabelecendo pontos de fixação colonial que facilitaram a interiorização da colônia.

Os registros cartográficos aqui apresentados viabilizaram o acompanhamento da transformação de um espaço difuso em *territórios*. O recorte cronológico percorre o intervalo de tempo entre os primeiros registros do topônimo, a partir do final do século XVII, e a criação da Vila de Santa Maria, em 1814. Este limite temporal viabilizou a identificação da permanência do topônimo no processo de atribuição de diferentes instâncias administrativas para a região, revelando suas alterações territoriais e a correspondência destas com o seu significado.

---

<sup>18</sup> LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão et al. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990, p. 425.

<sup>19</sup> Propõe como procedimento para o estudo dos topônimos os mesmos indicados por Teodoro Sampaio: realizar uma busca etimológica para identificar sua origem linguística, fazer um extenso levantamento de todas as formas possíveis nos documentos e estabelecer uma cronologia (CARVALHO, op. cit.; SAMPAIO, Teodoro. *O Tupi na Geographia Nacional*. Memória lida no Instituto Histórico e Geographico de S. Paulo. São Paulo: Typ. da Casa Ecletica, 1901, p. 42, 88; especialmente o 3º capítulo).

<sup>20</sup> SAMPAIO, op. cit., p. 89. Grifo meu.

<sup>21</sup> Id., p. 94. Grifo meu.

<sup>22</sup> CARVALHO, op. cit., p. 383.

## Caminhos pendurados

Para o Dr. João Mendes de Almeida Júnior o topônimo teria o significado de *muitos caminhos pendurados* e esta tradução seria alusiva à composição topográfica do lugar “quase exclusivamente *composto de ladeiras com bastante declive*”. Nelson de Senna, em seu *Anuário de Minas Gerais*, de 1906, concordava com esta acepção “pela conformidade da mesma com a gramática e a *topografia local*”.<sup>23</sup> Esta tradução pode ser associada, ainda, às vias pré-cabralinas que cruzam o território sul-mineiro, como apontam os estudos de Maria Leônia Chaves de Resende.<sup>24</sup> A historiadora associa as vias indígenas com a Estrada Real, tendo como referência a presença de vestígios líticos e de inscrições rupestres ao longo do caminho e localidades que margeiam a via.<sup>25</sup>

Nos documentos cartográficos, que apresento neste primeiro ponto, Baependi aparece como referência de acidente geográfico fluvial e sem indicação de casa ou capela junto ao seu leito. O registro do Mapa do Rio de Janeiro e São Paulo (Mapa 1), traz data incerta. No entanto, junto ao rio Grande, a representação de uma edificação e a denominação Rio das Mortes permite afirmar que a produção do documento está entre 1699 e 1713, datas que se referem à criação deste arraial e à vila de São João del Rei, especificamente.<sup>26</sup> Na folha nº 5 das Cartas da Capitania de Minas Gerais (Mapa 2), aparecem identificados o rio Verde e seus tributários, como o rio Baependi.<sup>27</sup> Ao rio Grande foi, acertadamente, registrado um de seus afluentes, o rio Capivari, registro ausente no Mapa 1.

<sup>23</sup> SENNA, Nelson Coelho de. *Anuário de Minas Gerais: Estatística, História, Chorographia, Finanças, Variedades, Biografias, Literatura, Indicações*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1906, p. 456; SENNA, Nelson Coelho de. *Anuário de Minas Gerais: Chorographia do Estado, História, Estatística, Variedades, Letras, Bibliographia*. Ano V. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1913, p. 294.

<sup>24</sup> RESENDE, M<sup>a</sup> Leônia Chaves de; SALES, Cristiano L.; ROCHA, Leonardo C.; FONSECA, Bráulio M. Mapeamento da arte rupestre na Estrada Real. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano/v. 46, n. 2, pp. 108-125, jul-dez, 2010.

<sup>25</sup> Os materiais citados vêm sendo identificados nos últimos 30 anos e, para Baependi foram encontrados dois conjuntos de inscrições rupestres, junto a caminhos que cortam o território da freguesia em direção à serra da Mantiqueira, ao Rio de Janeiro e São Paulo. Próximo à divisa entre Baependi e Pouso Alto, a picada do Jacú contava com posto de cobrança de passagem. Estes caminhos permanecem em uso. Núcleo de Pesquisas Arqueológicas Alto do Rio Grande (NPA). Notícias. NPA visita sítios Arqueológicos Rupestres em Baependi, 15 jan. 2016. Disponível em: [http://www.npa.org.br/noticias\\_listar.php?idNoticia=50](http://www.npa.org.br/noticias_listar.php?idNoticia=50). Acesso em: 02 fev. 2021.

<sup>26</sup> BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*. Edição comemorativa de dois séculos e meio da capital de Minas Gerais. Belo Horizonte: Editora SATERB, 1971, pp. 460-461.

<sup>27</sup> Neste registro, foram manuscritas as *traduções* dos topônimos Aiuruoca e Ibitipoca, indicando a ampliação do domínio espacial pelos paulistas. Aiuruoca foi traduzida como “morro que é casa de papagaios” e Ibitipoca por “jorra língua da serra, morro que estoura” (BNRJ - [Cartas da Capitania de Minas Gerais]. [17--]. Folha nº 5).



## Pouso Alegre, pouso bom, clareira aberta

Neste segundo ponto, consideramos a possibilidade de atribuir as transformações na paisagem, no caminho entre São Paulo e as Minas, ao incremento do trânsito no Caminho Velho, que levou ao estabelecimento de uma Passagem no rio Baependi (Maependy).<sup>28</sup> A discordância entre os funcionários régios sobre o período de atuação do posto de cobrança, no entanto, não nos impede de considerar esta atividade entre os anos de 1716 e 1720. Esta afirmação resulta da atribuição da capitação, no Distrito do Caminho Velho, à Tomé Rodrigues Nogueira do Ó, português da vila de Funchal, estabelecido no sítio Baependi.<sup>29</sup>

Nelson Coelho de Senna indica um debate sobre o significado do topônimo entre os estudiosos João Mendes de Almeida Araújo e Diogo de Vasconcelos.<sup>30</sup> Para este último, a tradução de *pouso alegre* ou *ameno* estaria baseada na etimologia proposta no *Dicionário* do padre Montoya. Assim, para o historiador sua interpretação seria plausível visto estar em atendimento ao “tédio dos invasores, que afinal se livravam da zona aspérrima da Mantiqueira, e suas matas, vindo achar naquele sítio *aprazível conforto*”.<sup>31</sup>

Também citada por José Alberto Pelúcio é a análise de Plínio Airoso, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, que concorda com a tradução apresentada por Teodoro Sampaio – *clareira aberta* – associando o termo com “lugar limpo, roçado, raspado, *a zona em que pousavam os caminhantes, abrindo uma clareira, limpando uma certa área na floresta*”.<sup>32</sup>

Laurent Vidal indica a perspectiva da toponímia como tradutora da percepção da paisagem local. Para o pesquisador, é reveladora a associação dos topônimos atribuídos aos *pousos* com a tradição linguística indígena, fazendo referência a um “*conhecimento*

---

<sup>28</sup> COELHO, José João Teixeira. *Instrução para o Governo da Capitania de Minas Gerais*. Introdução Francisco Iglesias. Leitura paleográfica e atualização ortográfica por Claudia Alves Melo. Coleção Mineiriana. Série Clássicos. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994, p. 213; CÓDICE Costa Matoso. *Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. 2v, p. 620; Coordenação geral Luciano Raposo de Almeida Figueiredo e Maria Verônica Campos, estudo crítico Luciano Raposo de Almeida Figueiredo (Coleção Mineiriana, Série Obras de Referência).

<sup>29</sup> APM-CC – 1031, *Livro do quinto e capitação a cargo do Sargento-Mor Tomé Rodrigues, 1718-1720*. Em 1723, receberia a patente de Capitão-mor do Distrito do Caminho Velho. APM, SC-21, *Livro de 1721-1725, Registro de Cartas Patentes, Provisões etc.*, ff. 130v e 131.

<sup>30</sup> SENNA, op. cit., 1913, p. 294.

<sup>31</sup> VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga de Minas Gerais*. 4ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, v. 1 e 2, 1974, p. 79. Grifo meu.

<sup>32</sup> PELÚCIO, José Alberto. *Baependi*. São Paulo: Graphica Editora, 1942, p. 8. Grifo meu.

*pragmático*, apoiado em uma leitura vernacular dos recursos naturais”.<sup>33</sup> Ao refletir sobre os lugares de pouso ao longo dos caminhos coloniais Vidal diz que, além dos vocábulos indígenas, as localidades que têm sua origem associada à instalação de vendas e pontos de alimentação e descanso, podem trazer denominações relativas à esta função.

É a partir deste horizonte que apresento o terceiro documento. Integrando o conjunto das *Cartas da Capitania de Minas Gerais*, a folha nº 9 (Mapa 3), que traz pronunciadas mudanças no Caminho Velho, em comparação aos dois primeiros registros cartográficos. Inicialmente podemos afirmar que o reconhecimento territorial é mais amplo, em função da correção da localização dos acidentes geográficos, sendo indicados os afluentes para os principais rios: Verde e Grande. Para estes casos, foram redigidas explicações que não estavam presentes nos primeiros itens analisados. Por outro lado, as letras que trazem as informações atualizadas não podem ser atribuídas ao mesmo indivíduo, pela diferença ao serem grafadas.

Deduzimos que existisse naquele período e perímetro, uma circulação de maior quantidade de informação que teria possibilitado a *correção* dos dados, promovendo maior controle do espaço de entrada nas Minas do Ouro. É admissível que a presença de funcionários da administração metropolitana teria aprimorado este conhecimento, visto a vila de São João del Rei já figurar no registro. Este dado aponta que o documento tem limite temporal inicial após 1713, quando a vila foi instituída.

Ao longo do caminho, às margens dos rios que servem como pontos de indicação do trajeto, a inclusão de edificações simples pode ser traduzida como *pouso* ou *paragem*. Pouso Alto, Boa Vista, Baependi, Ingaí e Carrancas foram contempladas com tais representações. O caminho pelo sertão das Carrancas<sup>34</sup> seria um antigo trajeto nativo, como apontam pesquisas recentes.<sup>35</sup> No caso do Caminho Velho, os sítio de Baependi e Ingaí, tem origem indígena. Já Pouso Alto e Boa Vista possuem menção sobre a existência de estrutura de hospedagem, confirmando a tendência de a toponímia estar vinculada às atividades predominantes nestas localidades.

---

<sup>33</sup> DICK, op. cit, 1990, 1999; ANANIAS; ZAMARIANO, 2014, p. 205 *apud* VIDAL, Laurent. A gênese dos pousos no Brasil moderno. Considerações sobre as formas (urbanas) nascidas da espera. In: *Tempo* (Niterói online), I, vol. 22, n 40, mai-ago 2016, p. 411. Grifo meu.

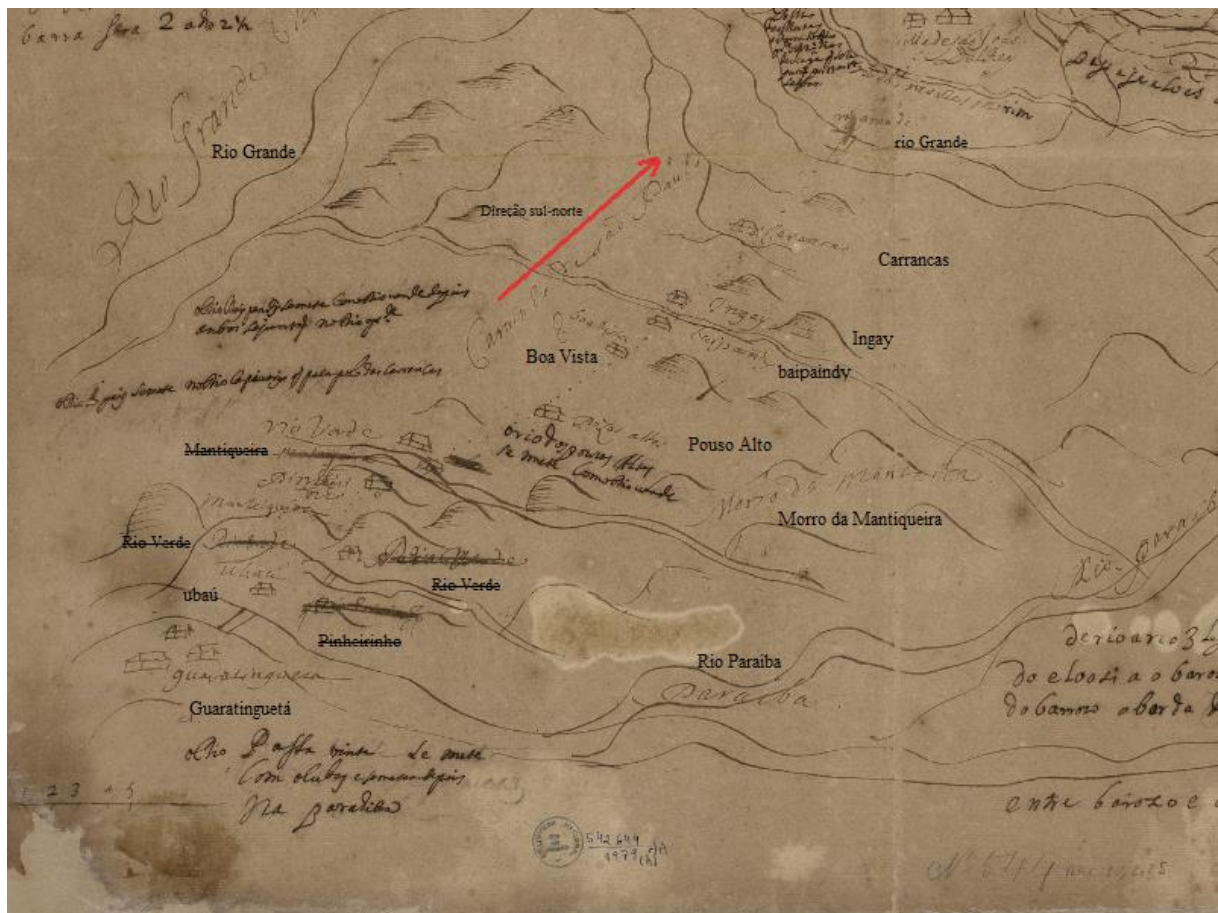
<sup>34</sup> VASCONCELOS, op. cit., p. 223.

<sup>35</sup> Núcleo de Pesquisas Arqueológicas Alto do Rio Grande (NPA). Notícias. NPA visita sítios Arqueológicos Rupestres em Baependi, 15 jan. 2016. Disponível em: [http://www.npa.org.br/noticias\\_listar.php?idNoticia=50](http://www.npa.org.br/noticias_listar.php?idNoticia=50). Acesso em: 02 fev. 2021; RESENDE, op. cit..



Laurent Vidal entende que o conhecimento das formas de abrigo na tradição européia permite cogitar uma “transposição ou talvez [proposta] de reinvenção [destas estruturas] no contexto específico do Novo Mundo” levando à intensificação do trânsito e, consequentemente, um maior conhecimento destes trajetos no desenvolvimento da empresa colonial. Considera que estas estruturas revelam os “rastros de uma época, pela atuação das *mobilidades humanas* no espaço” o que transformaria estes caminhos, e assentamentos, em *territórios* e *territorialidades* através da identificação dos processos históricos e experiências ali registrados.<sup>36</sup>

**Mapa 3: Detalhe do item nº 9, indicando a direção S-N (vermelho), a toponímia com os acréscimos e supressões feitos no registro**



Fonte: *Cartas da Capitania de Minas Gerais, século XVIII*, [Cartas Sertanistas]. [posterior a 1718], 8 cartas manuscritas: desenho a tinta e a lápis; 54 x 67 cm. Folha nº 9. BNRJ.

<sup>36</sup> VIDAL, op. cit., pp. 405-407. Grifo meu.

## Que nação é a tua?

Por fim, dentre os diferentes significados propostos para Baependi, apresentamos uma tradução estabelecida a partir do centenário de elevação do arraial de Baependi à vila.<sup>37</sup> Na ocasião, Monsenhor Marcos Pereira Gomes Nogueira,<sup>38</sup> pároco da cidade, proferiu um discurso no qual apresentou uma versão sobre o topônimo que ganhou repercussão local. Em sua interpretação, os bandeirantes teriam embarcado em uma “jangada pelo Rio Verde abaixo: [e] à distância de umas 6 léguas viram na margem, do maior tributário, um índio solitário” que teria proferido a pergunta – *M bae pe ndy* – ao guia de caminhos e línguas que se encontrava com os bandeirantes. A pergunta foi traduzida por “que gente é esta que vem contigo” ou “que nação é a tua”.<sup>39</sup>

Esta tradução foi considerada por Nelson Coelho de Senna como uma “*curiosa variante*, [sendo] atribuída a anônimo camarada de alguma *bandeira*”. Segundo Senna, esta interpretação “corre aqui” e lhe parece “*absurda*” sendo traduzida por “*Qui tibi vis?*”.<sup>40</sup> Interessante perceber como a memória coletiva local aderiu a esta tradução para o topônimo, o que sugere a proeminência do vigário sobre a comunidade de Baependi. A partir de pesquisa bibliográfica, chegamos ao artigo de Virgílio Correia Filho que indica que a tradução - *que nação é a tua?* - tem origem no *Anuário de Minas Gerais*, para o ano de 1909.<sup>41</sup>

A partir desta referência foi possível afirmar que a versão imortalizada por Monsenhor Marcos P. G. Nogueira tem origem em autor anônimo. Waldemar de Almeida Barbosa atribuiu este mesmo significado à vários estudiosos, incluindo nominalmente o clérigo de Baependi.<sup>42</sup> Consideramos que esta versão se aproxima da representação de uma espacialidade submetida a uma jurisdição administrativa, a um *território*, no sentido de soberania e poder. O conceito de *nação*, neste entendimento, estaria relacionado ao estabelecimento de jurisdição por um corpo

<sup>37</sup> Por Alvará de 19 de julho de 1814, foi criada em vila o arraial de Baependi, com a denominação Vila de Santa Maria de Baependi. APM-SG-Cx. 91, Doc. 18. *Alvará Régio determina os limites da Vila da Campanha da Princesa, cria a Vila de Santa Maria de Baependi, assim como a de São João Carlos do Jacuí, etc.*, 19/07/1814.

<sup>38</sup> Nascido a 18 de junho de 1847, filho de João Constantino Pereira Guimarães e Dona Anna Engrácia de Meirelles Nogueira Cobra, foi provido, em abril de 1870, como pároco de Baependi, onde permaneceu entre 1871 e 1916, quando faleceu. Sua atuação nas obras da igreja matriz, realizadas entre 1872 e 1880, foram fundamentais para imprimir o estilo eclético que possui atualmente (GONÇALVES, Orestes Campos. Baependi. *Algumas escolas e personalidades do Sul de Minas*. S.l.: Pro-Contato Editora e Gráfica, 2002, p. 83; SERVA, José Wilson. *Baependi – Quae gente é tva? Centenário de elevação de Baependi à cidade*. S.l., s.e., 1956, p. 63-65; PELÚCIO, op. cit., pp. 13-21).

<sup>39</sup> GONÇALVES, op. cit., p. 91.

<sup>40</sup> SENNA, op. cit., p. 294. Grifo meu.

<sup>41</sup> CORREIA FILHO, Virgílio. “Caxambu”. In: *Revista Brasileira de Geografia*, v.2, n. 3, jul., 1940, p. 325.

<sup>42</sup> BARBOSA, op. cit., p. 55.

político-administrativo em perímetro determinado, ou seja, a instalação do domínio metropolitano.

Para este ponto selecionamos dois mapas datados para as primeiras décadas do século XIX, que trazem delimitações espaciais de jurisdições administrativas, especificamente da proposta de delimitação territorial da vila da Campanha da Princesa (Mapa 4) e, a jurisdição territorial da Câmara da Vila de Santa Maria de Baependi (Mapa 5). Em ambos é possível perceber a apropriação do território sul-mineiro pela administração secular e eclesiástica, visto estas divisões territoriais se sobreporem no caso da América portuguesa, como já explicitado.

O Mapa de toda a extensão da Campanha da Princesa, fechada pelo Rio Grande, e pelos registos, que limitam a Capitania de Minas (Mapa 4) traz em sua representação o conjunto de freguesias que comporia o Termo da nova vila criada, no ano de 1798. Datado para o ano de 1810, o registro foi produzido por Francisco de Salles e, originalmente, se encontra sob guarda do Arquivo Histórico Ultramarino. O documento fez parte das negociações para a delimitação do território municipal de Campanha sendo possível identificar as freguesias de Aiuruoca, Baependi e Pouso Alto.

A representação traz, em seu centro, a sede da vila da Campanha da Princesa, com suas edificações – que podemos considerar como um registro da civilidade local – e as estradas de ligação entre a sede e os arraiais de sua pretensa jurisdição. As vias de comunicação se estendem às capitanias de São Paulo e Rio de Janeiro. O mapa inclui, também, os principais rios que banham o território pleiteado. Registra-se a divisão entre os Bispados de São Paulo e Minas, indicando a importância da Igreja nas colônias portuguesas, não só no pasto espiritual, mas também na apropriação e delimitação dos espaços coloniais. Saliento que para a freguesia de Aiuruoca foi dado destaque às suas capelas filiais (parte superior direita), sendo estas as únicas representadas neste nível hierárquico eclesiástico.

As delimitações incluem os Registros de passagem, pontos de arrecadação que foram objeto de disputa entre as vilas da Campanha e a cabeça da comarca do Rio das Mortes, a vila de São João del Rei. Os argumentos sustentados por Campanha, para ser agraciada com tão grande extensão territorial, foram questionados pela Câmara de São João del Rei, que vislumbrava a queda de sua arrecadação e a consequente inviabilidade de sustento da administração da vila e das necessidades de sua população.<sup>43</sup>

---

<sup>43</sup> ARAÚJO, Patrícia Vargas Lopes de. *Vila de Campanha da Princesa: urbanidade e civilidade em Minas Gerais, 1798-1840*. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280678>. Acesso



A contenda entre as vilas da Campanha da Princesa e de São João del Rei foi a término com a expedição de alvará pelo qual, o Príncipe Regente, estipulava a dimensão do Termo da Vila da Campanha. D. João determinou, no mesmo documento, a criação das vilas de Santa Maria de Baependi e de São Carlos do Jacuí<sup>44</sup>. A atribuição de denominação no âmbito do calendário litúrgico, nas novas unidades administrativas, não fez com que os topônimos de tradição indígena fossem excluídos, indicando a força desta tradição nas localidades.

**Mapa 4: Localização das freguesias de Baependi, Pouso Alto e Aiuruoca em relação as capitanias de São Paulo, abaixo (Sul), e a do Rio de Janeiro, (Leste) pela serra da Mantiqueira**



Fonte: Mapa de toda a extensão da Campanha da Princesa, fechada pelo Rio Grande, e pelos registros, que limitam a Capitania de Minas. Francisco de Sales. AHU.

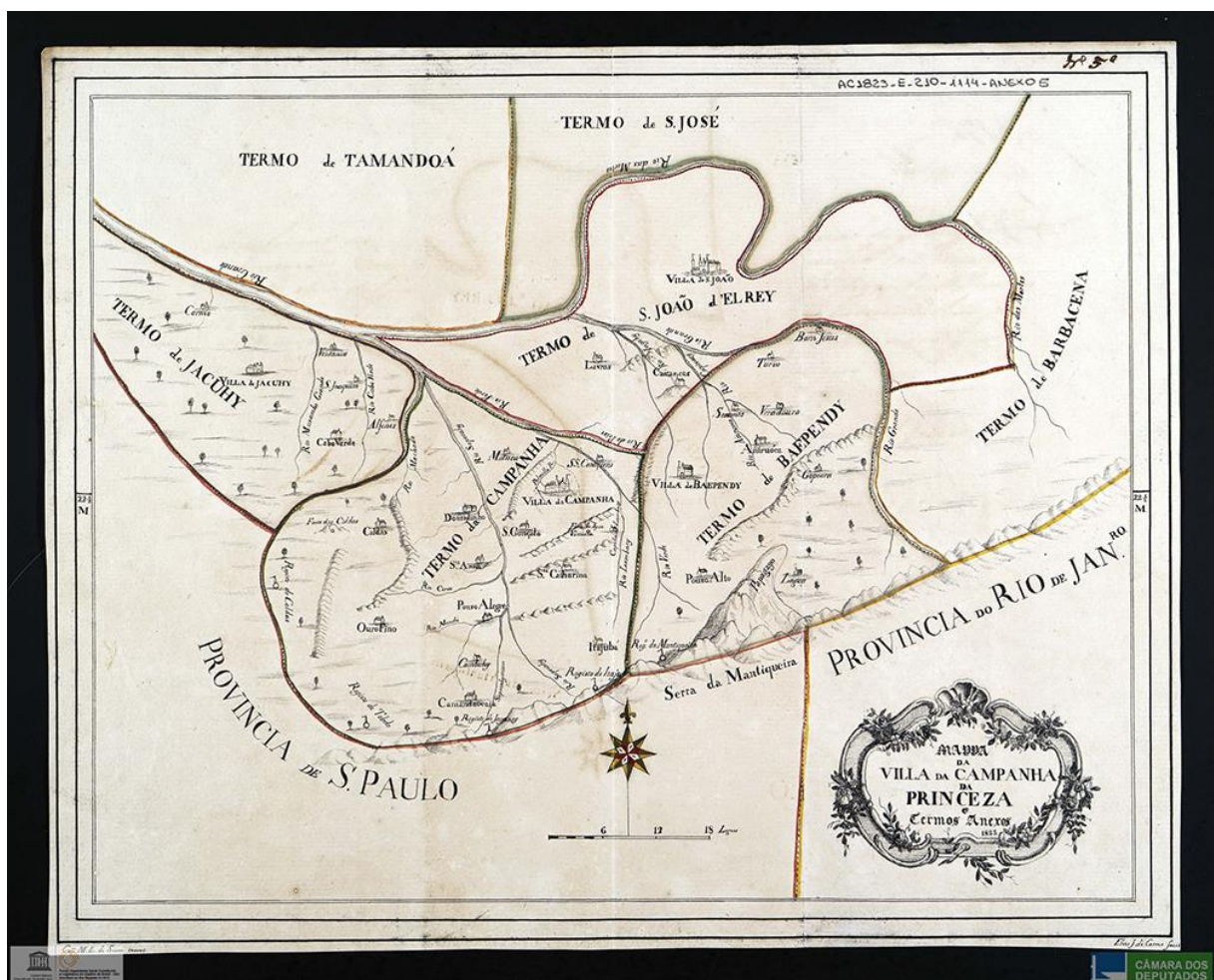
em: 02 fev. 2021; FONSECA, op. cit.; Congresso Nacional de Linguística e Filosofia, pp. 383-393, 22 a 26 ago. 2011; CHAVES, Claudia Maria das Graças. Conflitos de jurisdição e poderes locais. In: PIRES, Maria do Carmo; ANDRADE, Francisco Eduardo de; BOHRER, Alex Fernandes. *Poderes e lugares de Minas Gerais: um quadro urbano no interior brasileiro, Séculos XVIII-XX*. São Paulo: Scortecci; Ouro Preto: Editora UFOP, 2013.

<sup>44</sup> APM-SG-Cx. 91, Doc. 18. Alvará Régio determina os limites da Vila da Campanha da Princesa, cria a Vila de Santa Maria de Baependi, assim como a de São João Carlos do Jacuí, etc., 19/07/1814.



No último registro (Mapa 5), intitulado *Mapa da Vila da Campanha da Princesa e Termos anexos*, é possível identificar os termos das vilas criadas – de Baependi e Jacuí – e os termos das vilas da Campanha e São João del Rei. A localização de Baependi em área fronteiriça às capitânias, e depois províncias, de São Paulo e Rio de Janeiro fazia com que através de seu território transitassem pessoas e mercadorias em dupla via: as que se dirigiam à Corte e aquelas que se direcionavam para as Minas, tendo partida no porto da cidade do Rio de Janeiro. Esta circulação crescente reservava aos Registros, que ali estavam instalados, significativa arrecadação que foi alvo das disputas territoriais entre as vilas da comarca do Rio das Mortes.

**Mapa 5: Representação do Termo da Vila de Santa Maria de Baependi (vermelho) e principais rios (azul)**



Fonte: *Mapa da Vila da Campanha da Princesa e Termos anexos*. Anexo 5. *Representação da Câmara da Vila da Campanha da Princesa*, 01/09/1823. Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil 1823.

## Conclusão

Como vimos, a trajetória do topônimo Baependi permite afirmar que a produção de uma designação é historicamente determinada, pois no *espaço do homem* – espaço socialmente produzido – a nomeação das coisas explicita o processo histórico de sua concepção. A partir desta perspectiva, proponho que não há uma tradução com maior legitimidade que as demais, entendendo que os diferentes significados do topônimo Baependi foram atribuições historicamente datadas. Desta maneira, é possível acompanhar suas alterações através de documentação referente à ocupação e povoamento da localidade e de seu entorno, revelando que conhecimento e poder se alimentam mutuamente na produção e na representação do espaço.

Sobre a permanência, ou desaparecimento, dos topônimos de origem indígena considero que em áreas de maior ocupação demográfica existe um maior dinamismo, no que concerne à alteração das denominações. Em direção contrária, a longevidade do topônimo Baependi permite confirmar uma espacialidade com baixa densidade populacional, especialmente nos espaços mais distantes do sítio de estabelecimento do núcleo urbano da vila de Santa Maria.

As paragens do Morro Queimado, São Pedro, Piracicaba, Passagem, Chapéu da Lage e Casa Branca mantiveram a toponímia setecentista e oitocentista, sendo possível sua localização, em mapa atualizado, como bairros rurais do município de Baependi. Alguns destes povoados estão situados próximos aos sítios arqueológicos identificados no território municipal, o que permite retomar a questão acerca da apropriação de terras e assentamentos nativos pelos colonos portugueses. Se assim o for, as paragens do São Pedro e Chapéu da Lage, seriam áreas de ocupação pré-colonial.

Os caminhos que seguem, até hoje, de Baependi para Alagoa e Itamonte margeiam essas paragens e as vias fluviais vizinhas aos sítios que possuem vestígios líticos e rupestres. Essas convergências nos fazem levantar algumas questões. Seriam as solicitações de sesmarias nestas áreas decorrentes de conhecimento adquirido junto à população nativa sobre os caminhos de comunicação entre as diferentes freguesias? A ocupação destes pontos estaria associada ao controle das picadas e rotas internas aos territórios em processo de ocupação e domínio?

Tomando como ação enunciativa a descrição das paisagens, poderíamos cogitar, como chave de leitura para os topônimos indígenas o seu entendimento como uma marca

histórica? Seria a passagem dos bandeirantes, por este território, marcada pela utilização do tupi para a denominação e descrição da paisagem?

ECONOMIA,  
MIGRAÇÕES  
E TRABALHO



## **Economia Cafeeira e Endividamento Público: o papel dos empréstimos externos dos governos central e paulista no desenvolvimento do capitalismo no Brasil (1850-1930)**

Lara Pires dos Santos Feriotto<sup>1</sup>

### **Introdução**

Durante a década de 1970 e em resposta às teorias da CEPAL e à Teoria da Dependência, estudos sob uma ótica marxista surgiram interessados em compreender a questão do desenvolvimento capitalista no Brasil e América Latina. Não por acaso, o contexto de análise de boa parte de seus intelectuais foi o século XIX e início do XX, visto as profundas transformações socioeconômicas do período. Elas, no âmbito internacional, dizem respeito à fase de expansão do capitalismo ao redor do globo a partir de 1850, propiciada pelas inovações tecnológicas do momento - as estradas de ferro, os navios a vapor e telégrafos.<sup>2</sup> No âmbito interno, estão relacionadas à ascensão da produção e exportação cafeeira, que proporcionou uma nova conjuntura de relações ligadas ao processo de acumulação de capital e, consequentemente, às emergências de certas relações capitalistas. Como resultado, a segunda metade do Oitocentos foi marcada pelo desenvolvimento tardio, em relação aos países centrais, do sistema capitalista no Brasil, através dos desdobramentos da economia cafeeira.<sup>3</sup>

O desafio em retomar, atualmente, o debate - em alta nas décadas de 1960 e 1970, porém deixado de lado a partir de 1990 - está em compreender, da melhor forma possível, como as relações capitalistas se desenvolveram em uma realidade igual à brasileira: inserida na periferia do sistema internacional, com um passado colonial e várias outras especificidades. Enquanto, na Europa, se desenvolveu um processo de acumulação estamental de capital conformada com uma fase de desenvolvimento econômico; no Brasil, esse processo se transformou em um estado permanente, em outras palavras, é errônea a ideia do subdesenvolvimento equivalente a uma etapa circunstancial das nações latino-americanas, sendo, na verdade, uma condição própria de reprodução do capitalismo, em sua fase monopolista.<sup>4</sup>

---

<sup>1</sup> Graduanda do quarto ano em História da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp/Assis). Desenvolve pesquisa em iniciação científica intitulada *Economia Cafeeira e Endividamento Público: o papel dos empréstimos externos dos governos central e paulista no desenvolvimento do capitalismo no Brasil (1850-1930)*. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, processo nº 2019/18494-6.

<sup>2</sup> HOBBSBAWM, E. J. *A era do capital, 1848-1875*. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 49.

<sup>3</sup> MELLO, João M. Cardoso de. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982, p. 177.

<sup>4</sup> Diferentes categorizações de países, ao longo do tempo, incluindo a atual divisão entre países desenvolvidos, subdesenvolvidos e em desenvolvimento, pouco contribuem para se entender o que de fato é a divisão internacional do trabalho e o caráter associado entre as economias nacionais, através de suas burguesias. Cf. MARQUES,

Inserido nessa discussão, o presente trabalho realiza síntese da pesquisa em iniciação científica, por meio da qual se procurou analisar o papel dos empréstimos externos contraídos pelos governos central e paulista durante o predomínio da economia cafeeira e, portanto, no desenvolvimento do capitalismo no Brasil, dentro do recorte temporal de 1850 a 1930. Na investigação, a compilação das operações de crédito foi realizada por meio das obras de Valentim F. Bouças, inseridas na série *Finanças do Brasil* (1932-1957, 20v.), e de Liberato de C. Carreira, *História Financeira e Orçamentária do Império no Brasil* (1889). Fontes primárias também foram recorridas, disponíveis na plataforma digital do *Latin American Microform Project* (LAMP)<sup>5</sup> e do projeto *Memória Estatística do Brasil*.<sup>6</sup> A metodologia se apoiou na análise interna e externa dos livros e das fontes primárias; recolhimento dos dados, para organizá-los segundo as questões pertinentes à pesquisa; e contextualização das informações levantadas com a problematização proposta, a partir da leitura da bibliografia.

### **Empréstimos externos sob uma ótica marxista**

O intervalo de tempo analisado – 1850 a 1930 – não abrange exatamente o período chamado de *Imperialismo*,<sup>7</sup> mas se pode considerar que ele abarca as etapas de “causa”, “resultado” e “consequência” desta fase do capitalismo. Em resumo, visto o elevado grau das esferas produtivas no Hemisfério Norte, a aplicação de capital passou a ser mais lucrativa em países com atrasada estrutura econômica ou, segundo Rosa Luxemburg, com relações não capitalistas.<sup>8</sup> Logo, as exportações de capitais ganharam força e, no lugar da concorrência no mercado de mercadorias, no qual apenas o preço é decisivo, destacou-se a concorrência no mercado de capitais, na oferta de capital de empréstimo, cuja concessão já está vinculada à

---

Leônidas de Santana. Contribuições de Caio Prado Júnior, Celso Furtado e Florestan Fernandes para pensarmos o desenvolvimento capitalista no século XXI. *Revista PerCursos*, Florianópolis, v. 21, n. 46, p. 272-300.

<sup>5</sup> O *Latin American Microform Project* produziu imagens digitais de séries de publicações emitidas pelo Poder Executivo do Governo do Brasil entre 1821 e 1993, e pelos governos das províncias desde as mais antigas disponível para cada província até o fim do Império em 1889. O projeto proporciona acesso via Internet aos documentos, facilitando assim a sua utilização por pesquisadores e prestando apoio às pesquisas latino-americanas nesta iniciativa patrocinada no hemisfério pela Fundação Andrew W. Mellon. Cf. <http://www-apps.crl.edu/node/2>. Acesso em: 01 fev. 2021.

<sup>6</sup> O projeto “Memória Estatística do Brasil” preza pela divulgação e preservação científica, cultural e física do acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro (BMF/RJ) permitindo acesso às estatísticas históricas do Brasil pela comunidade científica e o público em geral. Cf. <http://memoria.org.br/>. Acesso em: 01 fev. 2021.

<sup>7</sup> Para Hobsbawm, tal período, intitulado de “A Era dos Impérios”, abarca os anos de 1875 a 1914. Produto da crise da próspera expansão capitalista européia, foi marcado por guerras e formou o mundo do século XX. Cf: HOBSBAWM, E. J. *A era dos impérios, 1875-1914*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

<sup>8</sup> Cf: LUXEBURGO, Rosa. *A Acumulação de Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

condição posterior de absorção de mercadorias.<sup>9</sup> As exportações de capitais, somadas ao retorno da política colonial, consolidam uma oligarquia financeira, retratada pelas grandes potências que partilharam o mundo entre si.<sup>10</sup>

Em 1914, 90% da África tornou-se colônia, o mesmo ocorreu com 99% da Oceania e 56% da Ásia.<sup>11</sup> Havia, ainda, os territórios independentes politicamente, porém, dependentes economicamente, cuja esfera de influência também foi disputada pelas potências e, junto às zonas colonizadas, constituíram a periferia da economia mundial. Uma questão a ser levantada é: quais as consequências do Imperialismo nesta periferia? Lênin responde à pergunta: “As exportações de capitais influem, acelerando-o poderosamente, no desenvolvimento do capitalismo nos países para onde são canalizadas”.<sup>12</sup> Ao encontro com a resposta, e focado na realidade brasileira, Sérgio Silva defende que, quando as exportações de capitais tornaram-se dominantes, o desenvolvimento da produção capitalista foi realizado em proporção mundial e, para compreender o fenômeno, é necessária a análise das importações de capitais pela periferia e, portanto, pelo Brasil, com atenção à reprodução do capital.<sup>13</sup>

**Tabela 1. Serviço da dívida externa e novos empréstimos contraídos pelo Brasil entre 1851 e 1900 (em milhões de *mil-réis* ou 1000 *contos*)**

| Anos      | Serviço das dívidas | Novos empréstimos |
|-----------|---------------------|-------------------|
| 1851-1860 | 5,3                 | 4,1               |
| 1861-1870 | 12                  | 10,1              |
| 1871-1880 | 16,7                | 9,3               |
| 1881-1890 | 30,5                | 38,1              |
| 1891-1900 | 57,3                | 63,3              |

Fonte: SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976, p. 34.

A “tabela 1” relaciona os valores pagos para o serviço da dívida, juros e amortizações, à contração de novos empréstimos durante um mesmo período; isto é, apresenta a entrada e saída de capitais no Brasil via dívida pública externa. Quando a análise é limitada ao âmbito da circulação – colocado, por exemplo, pelo quadro acima – as saídas de capitais do território parecem anular os efeitos das exportações de capitais recebidas por ele, pelo devedor pagar

<sup>9</sup> HILFERDING, Rudolf. *El Capital Financiero*. Madrid: Tecnos, 1985, p. 304.

<sup>10</sup> LENIN, Vladimir I. *O Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo*. 2ª ed. São Paulo: Global, 1982, p. 88.

<sup>11</sup> SAES, Flávio A. Marques de; SAES, Alexandre Macchione. *História Econômica geral*. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 294.

<sup>12</sup> LÊNIN, op. cit., p. 63.

<sup>13</sup> SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976, p. 30.

mais do que recebeu.<sup>14</sup> A afirmação, entretanto, se choca com a impossibilidade de explicar as transformações ocorridas ao longo do XIX e XX e, em outras palavras, o papel dessas operações de crédito no desenvolvimento capitalista brasileiro. Ao considerar apenas o âmbito da circulação, ignora os efeitos materiais dos empréstimos no território: eles, direta ou indiretamente, foram contraídos para a construção de ferrovias, implantação de serviços públicos e para a própria construção e consolidação do Estado.

Ao longo da investigação realizada, se notou uma ligação entre dívida externa e economia cafeeira ao decorrer do século XIX. Até meados da década de 1850, a contração de empréstimos era limitada em número e finalidade: entre 1822 e 1850, 5 empréstimos foram contraídos no exterior, todos destinados a cumprir com obrigações de dívidas anteriores e a suprir *déficits* ministeriais.<sup>15</sup> Porém, liderando a produção mundial e lastreando as exportações, o café modificou o panorama do Segundo Reinado ao contribuir com o aumento de valor e volume da balança comercial. A situação favorável da balança de pagamentos permitiu maior estabilização das contas externas; com isso a dívida externa deixou de ser destinada somente a cobrir *déficits* e a resgatar dívidas antigas, proporcionando, direta ou indiretamente, investimentos internos,<sup>16</sup> e, pode-se dizer, contribuindo com a acumulação de capital do período, cujo centro era a economia cafeeira, mas não se limitava a ela.<sup>17</sup>

Sob a ótica da reprodução se é possível perceber que o endividamento público contribuiu com a modificação da estrutura produtiva e com a inserção do Brasil neste recém sistema econômico capitalista mundial. Por isso, para analisar as demandas provocadas pelo desenvolvimento econômico (terra, capital, trabalho e infraestrutura) e sua relação com o contexto interno, a economia cafeeira, e externo, a evolução do capitalismo internacional, os objetivos específicos da pesquisa consistiram em identificar as diferenças, causas e consequências dos empréstimos, detectar um sentido em comum entre eles e, principalmente, verificar as suas finalidades. Pois elas forneceram, ao menos, um horizonte sobre o destino das operações e, desse modo, as transformações provocadas.

---

<sup>14</sup> Ao limitarem seus estudos à balança de pagamentos de cada país, alguns economistas chegaram à conclusão de que os países periféricos são os verdadeiros exportadores de capitais, o que é contrário ao próprio conceito marxista de exportação de capitais. Dentre eles, Sérgio Silva aponta como exemplo o economista Arghiri Emmanuel. Cf: SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976, p. 32.

<sup>15</sup> Há a exceção do Tratado da Convenção de 1825, destinado a indenizar Portugal pela perda de propriedades e bens da coroa, por meio do qual o Brasil tomou para si o empréstimo português contraído em 1823 com os *Rothschild*.

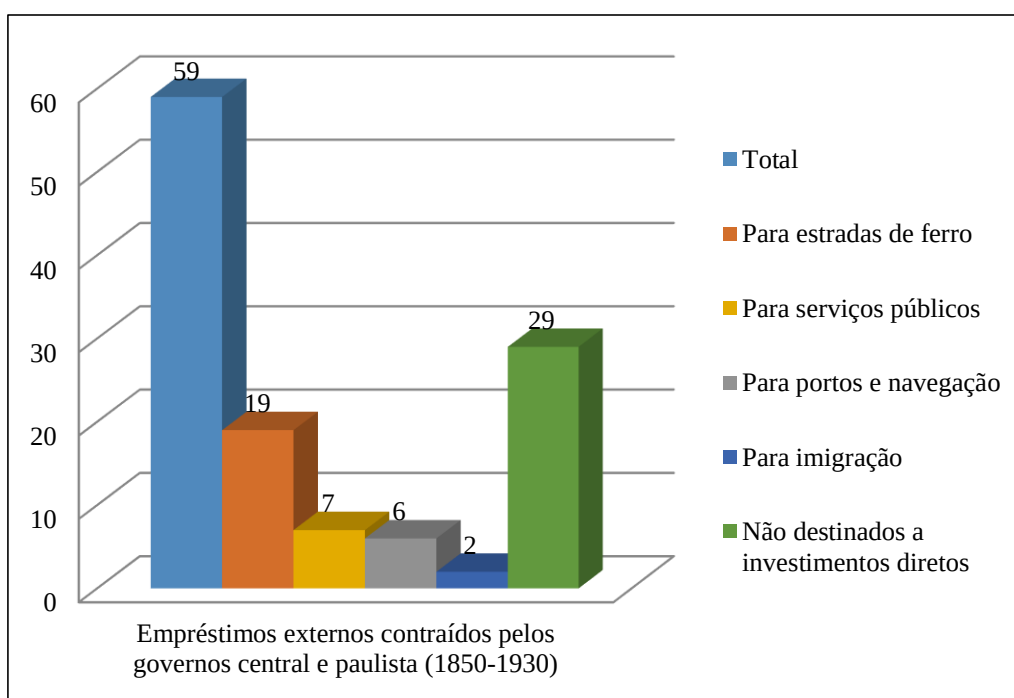
<sup>16</sup> PINTO, Virgílio Noya. *Balanço das transformações econômicas no século XIX*. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.) *Brasil em perspectiva*. 3ª ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971, p.139.

<sup>17</sup> O primeiro a ser contraído com essa finalidade foi o de 1858 realizado em 19 de maio para o prolongamento da estrada de ferro D. Pedro II.

### As finalidades dos empréstimos externos

Para apresentar os resultados alcançados, devido aos limites deste texto, foi elaborado um gráfico que engloba o conjunto das operações realizadas pelos governos central e paulista. Embora ele não transmita detalhes, fornece uma visão geral sobre o número de operações e suas finalidades. Assim, os dados demonstram:

**Gráfico 1. Finalidades dos empréstimos externos contraídos pelos governos central e paulista (1850-1930)**



Fonte: BOUÇAS, Valetim F. [Finanças do Brasil] (1934) *Dívida externa, histórico dos empréstimos emitidos pelos Estados e ainda em circulação em 1934*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 3, pt. 2, 1935; BOUÇAS, Valetim F. [Finanças do Brasil] (1824-1937) *História da dívida externa da União*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio Rodrigues & C, v. 19, 1955 e CARRERA, Liberato de Castro. *História Financeira e Orçamentária do Império no Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1980.

Da totalidade de 12 empréstimos contraídos pelo governo central durante os anos de 1850 a 1889, 5 foram diretamente destinados a investimentos internos no país. Já, na Primeira República, entre as 27 e 20 operações realizadas, respectivamente, pelo Governo Federal e o Estado de São Paulo,<sup>18</sup> 17 e 8 possuíam essa finalidade. Dos 30 empréstimos para investimentos diretos no país – considerando em conjunto os centrais e paulistas, e a

<sup>18</sup> Há a exceção do empréstimo de 1888 contraído pelo Estado de São Paulo ainda durante o Império.

possibilidade de um possuir diferentes finalidades –, 19 destinaram-se às estradas de ferro; 6, à infraestrutura portuária e navegação; e 7, aos serviços públicos, cuja maioria, 5, era de responsabilidade do Estado de São Paulo.

A esfera ferroviária foi a principal receptora de recursos proveniente do endividamento público externo, o que demonstra sua importância ao Estado enquanto mecanismo de desenvolvimento econômico. Serviu às questões de interesses nacionais, como encampações,<sup>19</sup> integração e proteção territorial,<sup>20</sup> mas, sobretudo, atendeu à montagem da infraestrutura primário-exportadora por se destinarem, essencialmente, a ligar o interior ao litoral portuário. Isso nem sempre se relacionava diretamente com o café, porém, de qualquer modo, voltava-se ao transporte de produtos primários aos portos. Nesse contexto também estavam os empréstimos com a finalidade de reformar e realizar obras portuárias, principalmente, nos dois portos sob responsabilidade do Estado Federal: o do Rio de Janeiro e Recife. Em razão da dependência às exportações e importações, os portos possuíam importante papel. Dentro da ideia de complexos regionais,<sup>21</sup> pode-se apontar a seguinte ligação: da economia da borracha com o porto de Manaus; a da cana-de-açúcar com o porto de Recife, a do algodão com o Maranhão; do cacau com o porto de Salvador; da erva-mate com os portos de Paranaguá e São Francisco do Sul; do charque com o porto de Rio Grande e, finalmente, a do café com o porto de Santos. Os trilhos, junto aos portos, assumiram e consolidaram, internamente, a posição periférica dos demais estados brasileiros em relação ao Estado de São Paulo; e, externamente, a posição periférica do Brasil quando comparado ao Hemisfério Norte. E os empréstimos externos públicos, ao permitirem seus prolongamentos, construções, reparos, satisfizerem os

---

<sup>19</sup> Visto a escassez de recursos para encabeçar um empreendimento ferroviário, o capital estrangeiro foi o principal responsável pelas construções das ferrovias no período, interessados nos benefícios garantidos pelo Estado brasileiro. Com o passar dos anos, os juros a serem pagos passaram a pesar nos cofres públicos, resultando na encampação de inúmeras linhas sob garantia de juros, por meio da contração de empréstimos externos. As operações de encampações marcam uma tentativa do Estado de alcançar certa autonomia com o controle administrativo de suas ferrovias, o que subentende a existência de conflitos de interesses entre capital estrangeiro e Estado brasileiro. Porém, as aquisições das linhas não significaram ausência de capital externo, até porque, elas foram realizadas devido à concessão de crédito por bancos estrangeiros. Cf: CASTRO, Ana C. *As empresas estrangeiras no Brasil, 1860-1913*. Editora Zahar, 1979.

<sup>20</sup> Houve a contração de empréstimos para ferrovias em vista da continuação da política idealizada pelo Império de integração nacional, com a constituição, em 1890, de uma comissão para elaborar o Plano Geral de Viação Federal, o qual abarcou questões voltadas à integração, povoamento e controle do território através de vias férreas, navegação fluvial e rodovias. A ideia era garantir a segurança do país e, ao mesmo tempo, a integração das regiões isoladas, na medida em que efetivava o transporte de produtos aos portos. Cf: CAMELO FILHO, José Vieira. *A implantação e consolidação das estradas de ferro no nordeste brasileiro*. 2000. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) - Instituto de Economia da Universidade de Campinas, Campinas, 2000, p. 230.

<sup>21</sup> CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 2ª ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981, p. 17-23.

compromissos antes assumidos pelas companhias ferroviárias e servirem aos principais portos, possuíram papel fundamental no processo.

A recente nação agroexportadora não foi, necessariamente, constituída por comunidades rurais isoladas, pois a relação com a rede de cidades que as interligavam aos portos foi parte integrante das condições de existência de cada grande plantação.<sup>22</sup> Dessa forma, no fim do século XIX, reformas urbanas nas principais cidades foram iniciadas, cuja implementação estabeleceu as bases legais de um moderno mercado imobiliário em termos capitalistas. Nela, houve a expulsão e exclusão das massas populacionais às periferias, ocorrido, em especial, nas capitais de São Paulo e Rio de Janeiro, onde as mudanças resultaram no saneamento ambiental, “embelezamento” paisagístico e segregação territorial.<sup>23</sup> Incluído no fenômeno, estava o abastecimento de água dos municípios, com a transição do modo de distribuição coletiva e gratuita – realizada por chafarizes, bicas e fontes –, ao baseado em redes de distribuição às residências. Ao passo em que as mudanças de aprofundavam, os chafarizes públicos foram demolidos<sup>24</sup> e substituídos pela “mercadorização” da água, mediante o serviço de abastecimento. Isto é, houve a apropriação e comercialização de um bem até então de acesso irrestrito.<sup>25</sup> As operações para os serviços públicos foram, majoritariamente, para o abastecimento de água e reformas na rede de esgoto das citadas capitais, Rio de Janeiro e São Paulo, e também da cidade de Santos.

Ainda, houve o empréstimo paulista de 1904, voltado para os melhoramentos sanitários da Capital e de Santos e para imigração. Junto a ele, o contraído em 12 de setembro de 1888 foi destinado à liquidação da dívida interna e à vinda de estrangeiros para trabalharem na grande lavoura. A questão da mão de obra é grande exemplo da singularidade brasileira em meio ao desenvolvimento capitalista. Por tempo considerável, a historiografia nacional, pautada na ideia de incompatibilidade entre escravidão e modo de produção capitalista, associou a escravidão a um dos principais entraves do país à transição para o capitalismo. Em relação ao trabalho livre, sua instauração nas lavouras de café foi associada à ascensão de relações tipicamente capitalistas de produção ou, em outras palavras, à emergência da mão de obra assalariada no

---

<sup>22</sup> GARCIA, Afrânio; PALMEIRA, Moacir. Rastros de casas-grandes e senzalas: transformações sociais no mundo rural brasileiro. In: SACHS, I; WILHEIM, J; PINHEIRO, P. S. *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 42.

<sup>23</sup> MARICATO, E. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. *São Paulo em Perspectiva*, v. 14, 2000, p. 22.

<sup>24</sup> MURTHA, N. A.; CASTRO, J. E.; HELLER, L. Uma perspectiva histórica das primeiras políticas públicas de saneamento e de recursos hídricos no Brasil. *Revista Ambiente & Sociedade*, v. 18, n. 3, 2015, p. 200. Cf. em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-753X2015000300012&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2015000300012&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 01 dez. 2020.

<sup>25</sup> Id., p. 200.

Brasil. No entanto, o debate recebeu contribuições críticas às antigas perspectivas sobre escravidão<sup>26</sup> e mão de obra livre imigrante. Em relação a essa última, José de Souza Martins (1979) argumenta que os fazendeiros do oeste paulista eram empresários capitalistas, não porque adotaram formas de trabalho mais modernas do que a escravidão, mas porque adotaram as formas mais baratas e mais atrasadas possíveis de trabalho em meio a uma ascensão inevitável do trabalho livre. Para o historiador, teria existido uma contradição em meio à emergência do trabalho livre, expressa na transformação das relações de produção a partir da segunda metade do Oitocentos para preservar a economia colonial de exportação, isto é, para preservar o padrão de realização do capitalismo no Brasil, definido pela subordinação da produção ao comércio: tratava-se de mudar para manter.<sup>27</sup> Somente com a intervenção do Estado na contração de empréstimos para financiar a vinda de imigrantes, que foi possível quebrar o circuito do trabalho cativo, procedendo-se de uma socialização dos custos da formação da força de trabalho. As transformações, somadas à promulgação da Lei de Terras de 1850, mudaram o pólo dinâmico da fazenda de café e, se antes esse era a colheita e o trato do cafezal realizado pelos escravos, passa a ser o valor de mercado da fazenda materializado pelo trabalho nas plantações, ou seja, a construção de fazendas.<sup>28</sup> E, o Estado, através da compra da vinda de imigrantes, representou o fornecimento de subsídios para a formação do capital do empreendimento cafeeiro.

Por fim, no “gráfico 1”, os empréstimos sob o rótulo generalizante de “não destinados a investimentos diretos” eram normalmente voltados a suprir *déficits* públicos,<sup>29</sup> satisfazer compromissos do Tesouro e financiar a política de sustentação de preços do café. Em 1896, surgiam os primeiros sintomas da crise de superprodução, cujas causas resultaram dos desdobramentos econômicos internos, expressos na combinação da queda da taxa de câmbio com disponibilidade dos fatores de produção, estimulando a produção de café acima da

---

<sup>26</sup> Podem ser apontados como uma das principais contribuições atuais os estudos em torno da chamada “Segunda Escravidão”, os quais evidenciam que o sistema escravista não se limitou à fase de acumulação primitiva do capitalismo, e que, na verdade, serviu também ao momento de expansão do sistema capitalista ao redor do globo, a partir de 1850. Cf: MARQUESE, Rafael de Bivar; SALLES, Ricardo. *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

<sup>27</sup> MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2020, p. 31.

<sup>28</sup> Id., p. 59.

<sup>29</sup> Pode-se afirmar que, apesar da modernização advinda das construções de estradas de ferro, portos, industrialização e urbanização, saldos negativos foram uma das características do capitalismo desenvolvido no Brasil, como os *déficits* orçamentários. Entre as décadas de 1870 e de 1930, anos em que o resultado orçamentário obteve *superávit* foram exceções, tanto no âmbito do governo central quanto no do governo paulista. Cf: LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. *História Econômica e Social do Brasil: o Brasil Desde a República*. São Paulo: Saraiva, 2016, p. 368 e LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. *História Econômica e Social do Estado de São Paulo 1850-1950*. SP: Imprensa Oficial, 2019, p. 144-145.



capacidade de sua absorção pelo mercado internacional.<sup>30</sup> Ocorre a primeira intervenção no mercado cafeeiro pelo Estado de São Paulo em 1906, fundamentada pelo Convênio de Taubaté.<sup>31</sup> Com o intuito de tornar viável a contínua contração de créditos no exterior para financiar a política, o serviço dessas dívidas seria coberto por um novo imposto cobrado em ouro sobre cada saca de café exportada. Ao encontro com a visão de Sérgio Silva, conclui-se aqui que a política de valorização, ao sustentar a continuidade da produção, quando a crise colocou em pauta a economia cafeeira, assegurou a continuidade do capitalismo no Brasil. E, na medida em que dependeu de constantes inversões de empréstimos externos, o desenvolvimento capitalista foi efetivado pela maior participação do capital externo. E, a produção de valor na economia brasileira procedeu do financiamento externo e se destinou, substancialmente, a pagar os custos da intermediação financeira estrangeira.<sup>32</sup>

### Considerações Finais

O papel dos empréstimos externos demonstrou ter sido crucial, por, além de contribuir com a acumulação de capital da infraestrutura primário-exportadora, ter sustentado a continuidade do desenvolvimento do capitalismo, mesmo a base de *déficits* públicos e em momentos de crise. Por outro lado, não se pode esquecer a função dos empréstimos enquanto exportações de capitais durante os séculos XIX e XX: produzir mais-valia no exterior ao país que exporta capitais. Assim, a dívida externa também representou a intermediação financeira sob controle do capital estrangeiro, pela qual esse capital se apropriou de boa parte da mais-valia produzida, principalmente, durante os anos da política de valorização do café. Em resumo, ao passo que o capitalismo brasileiro se desenvolvia, gerava valor para pagar os custos dessa intermediação.

---

<sup>30</sup> DELFIM NETTO, Antônio. *O problema do café no Brasil*. 3ª. ed. Campinas: Ed. FACAMP/ Ed. UNESP, 2009, p. 34-35.

<sup>31</sup> Furtado resume a política definida pelo Convênio: a) com o fim de restabelecer o equilíbrio entre oferta e procura de café, o governo interviria no mercado para comprar os excedentes; b) o financiamento dessas compras se faria com empréstimos estrangeiros; c) o serviço desses empréstimos seria coberto com um novo imposto cobrado em ouro sobre cada saca de café exportada; d) a fim de solucionar o problema mais longo prazo, os governos dos estados produtores deveriam desencorajar a expansão das plantações. Cf: FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961, p. 201.

<sup>32</sup> OLIVEIRA, Francisco de. A emergência do modo de produção de mercadorias. In: FAUSTO, Boris (org.) *O Brasil Republicano: Estrutura de Poder e Economia, 1889-1930*, In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, Vol. 1. São Paulo: Difel, 1975, p. 449.

## **Alienação na Primeira República: o Hospital Psiquiátrico Allan Kardec e a internação de mulheres (1889-1930)**

Igor Alexandre S. F. de Almeida<sup>1</sup>

Márcia Pereira da Silva<sup>2</sup>

A Proclamação da República, ocorrida no Brasil no ano de 1889, sem dúvidas, significou a inauguração, ainda que simbólica, de um novo tempo e de uma nova sociedade. Não tardou para que reflexões, pensamentos, teorias e ideias que zelavam pela reorganização e pela formação desta “nova” sociedade começassem a se espalhar, em um primeiro momento, pelas capitais e, em seguida, por todo o país. Importado sobretudo da França de finais do século XIX, onde um processo de urbanização e limpeza social fora empreendido na cidade de Paris, todo o arcabouço teórico que por aqui desembarcou, tomou como palavras-chave, naquilo que tangia a tomada de ações pelo poder público, os pensamentos acerca da ordem, beleza, limpeza e progresso.

Em relação àquilo que se verificou na Paris de finais do século XIX, é possível inferir que frente a doenças as quais pouco se tinha conhecimento científico, como a varíola, surgiram teorias médicas “profiláticas” que foram incorporadas, como uma espécie de base ideológica, a um projeto de reforma urbana. O barão e urbanista Georges Eugène Haussmann (1809-1891) foi quem empreendeu, na condição de prefeito do Sena, uma série de mudanças que transformaram a histórica cidade, anteriormente com uma estrutura bastante medieval, em um espaço moderno e funcional. As antigas edificações foram demolidas, ruas foram alargadas, praças foram idealizadas e um novo espaço de conagração surgiu – o *boulevard*.<sup>3</sup> Aos mais vulneráveis, contudo, ficaram reservados os subúrbios periféricos, afastados do novo espaço que se erguia monumentalmente em Paris.

O projeto de Haussmann logo foi importado por outras cidades ao redor do globo, desejosas de obterem um *status* próximo aquele que gozava a capital francesa. No Brasil, a primeira cidade a utilizá-lo foi o Rio de Janeiro, isso já a partir das últimas décadas do século XIX.<sup>4</sup> Os antigos cortiços, que eram localizados na área central da cidade, foram

---

<sup>1</sup> Graduando em História da Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (Unesp/Franca). Bolsista de Iniciação Científica com vínculo junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

<sup>2</sup> Doutora em História. Professora do Departamento e da Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (Unesp/Franca).

<sup>3</sup> BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1986.

<sup>4</sup> O projeto implantado na cidade do Rio de Janeiro, todavia, estendeu-se durante as primeiras décadas do século XX e somente neste período começou a apresentar resultados mais significativos.

demolidos provocando o deslocamento das classes menos abastadas para os morros que, ainda no tempo presente, são componentes importantíssimos da paisagem carioca. Neste novo espaço – o morro – os desvalidos de toda a sorte se utilizaram dos materiais advindos das demolições em curso na cidade para a edificação de suas novas moradias. Gradualmente, com uma tentativa que, ao longo do tempo se demonstrou falha, de apartação dos mais pobres dos meios de socialização e espaços públicos, a cidade era embelezada. Importante é dizer que essas reformas só foram possíveis graças aos lucros obtidos com a lavoura do café, produto que, ainda na segunda metade do século XIX, já havia ultrapassado o açúcar e o algodão em matéria de exportação.<sup>5</sup> Não por acaso, outra capital que vivenciou significativas reformas urbanas, as quais também tomaram como base o projeto de Haussmann, foi São Paulo.

Em relação a São Paulo, é importante ressaltar que o projeto de reformas das paisagens humana e urbana não ficou restrito apenas à capital, ele se infiltrou pelo interior chegando às cidades que compartilhavam como base econômica a cultura do café. Tal aspecto, bastante singular, resultou naquilo que alguns estudiosos convencionaram chamar de *Belle Époque Paulista*, ou seja, a integração de algumas cidades cafeicultoras do Estado de São Paulo em prol de reformas urbanísticas que, aos moldes parisienses, ocorreram mais ou menos de forma simultânea em inícios do século XX. Em meio a este cenário, era possível visualizar o município de Franca.<sup>6</sup>

Foi, portanto, na passagem do século XIX para o século XX que, na cidade Franca, teve início um processo de urbanização e, posteriormente, de industrialização. Tal fenômeno foi estimulado com a instalação, no ano de 1887, dos trilhos da “Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e Navegação”, que era uma importante empresa sediada em Campinas. Tal fato resultou na inserção definitiva de Franca junto à dinâmica economia cafeeira paulista. A partir deste momento, foi possível visualizar na paisagem da cidade significativas transformações. Os cafeicultores que, até então, ocupavam a zona rural, se mudaram de suas fazendas e se instalaram na área central de Franca, com isso, tinham por objetivos o acesso a melhores condições de vida (aqui relacionadas ao maior conforto que a cidade poderia oferecer), o acesso a uma educação formal e também a participação mais efetiva na política. Não por acaso, esta elite do café logo começou a pressionar os órgãos públicos para que estes empreendessem reformas que propiciassem uma condição de vida aos moldes daqueles experimentados nas grandes capitais do país.

---

<sup>5</sup> CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil*. 2ª ed.: Rio de Janeiro, 1978.

<sup>6</sup> FOLLIS, Fransérgio. *Modernização Urbana na Belle Époque Paulista*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

As melhorias não demoraram a chegar, sobretudo e porque, as autoridades locais contaram com recursos financeiros públicos e privados, estes últimos advindos do cafezal, para o empreendimento das ações. O centro da cidade, onde residiam as famílias recém-chegadas e mais abastadas foi, é claro, a região mais beneficiada com os melhoramentos urbanísticos, paisagísticos e tecnológicos. Todo este processo modernizante por assim dizer, para o qual a chegada da ferrovia foi de suma importância, foi gradual e modificou hábitos de uma população que compartilhava, até aquele momento, uma cultura predominantemente agrária. Água encanada, iluminação pública, calçamento de ruas, construção de praças e jardins, além do endurecimento das punições previstas nos códigos de postura municipais, foram algumas das mudanças visualizadas na cidade de Franca nas décadas iniciais do século XX.<sup>7</sup>

Não demorou muito para que a cidade se tornasse atrativa para famílias, por vezes, desempregas e em condição de subalternização econômica. Por isso e através dos trilhos recém instalados, começaram a chegar a Franca muitas pessoas em busca de condições mais dignas de vida. Contudo, com um comércio e indústria locais ainda incipientes, as opções de trabalho ficaram concentradas nas lavouras de café que, por sua vez, não foram capazes de integrar todos aqueles que buscavam um emprego. Obviamente que na cidade, antes mesmo de sua urbanização, já existiam alguns empobrecidos. O que ocorreu foi que a estes foram somados os novos agentes que ingressavam vertiginosamente no cenário urbano francano. Este processo em particular resultou em uma espécie de formação de um “corpus local de empobrecidos”, coisa que, é claro, desagradou e muito a elite cafeeira que projetava na cidade um espaço ordenado, seguro e belo.

Diante disso, alguns grupos religiosos, frente ao despreparo e/ou insuficiência do poder público local, começaram a auxiliar os mais desamparados por meio de ações assistencialistas. Importante é salientar que naquele momento desembarcaram na cidade negros recém-saídos da escravidão, migrantes internacionais advindos sobretudo da Itália e do Japão, além de desvalidos de toda a sorte. Os que se propuseram a ajudar foram basicamente dois grupos: católicos e espíritas e, foi a partir da ação notavelmente articulada deste segundo grupo religioso, que o Asylo Allan Kardec, futuro Hospital Psiquiátrico Allan Kardec, foi edificado.<sup>8</sup>

O início da atuação do grupo espírita em Franca esteve diretamente associado à ação da maçonaria. No final da década de 1860, o Livro dos Espíritos, elaborado por Allan

---

<sup>7</sup> BARBOSA, Agnaldo de Sousa. *Empresariado Fabril e Desenvolvimento Econômico: Empreendedores, ideologia e capital na indústria do calçado (Franca, 1920-1990)*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2006.

<sup>8</sup> SOUZA, Livia Pereira de. *A atuação social espírita em Franca: uma recuperação histórica*. 2013. 102 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2013.

Kardec (1804-1869) e que contém as premissas da Doutrina, foi introduzido na cidade a partir de componentes da loja maçônica. No ano de 1880, relatos de reuniões entre grupos de famílias que eram espíritas começaram a ser produzidos.<sup>9</sup> Já em 1890, a família Petraglia, destacada membra do grupo, iniciou atividades assistencialistas e caritativas, como a distribuição de mantimentos para os mais necessitados. Uma figura notável para o fortalecimento da Doutrina Kardecista em Franca foi o comerciante e médium José Marques Garcia (1862-1942) que, em 1904, criou nos fundos de sua residência o primeiro centro espírita da cidade – o Centro Espírita Esperança e Fé –, o qual foi essencial para a melhor organização e fortalecimento dos seguidores da Doutrina no município. Ocorreu, entretanto e em um curto período de tempo, um aumento circunstancial da procura pelo Centro idealizado por Marques Garcia, que, além do trabalho de evangelização, oferecia também alimentos e donativos levantados àqueles que solicitavam. Isso fez com que o comerciante criasse, para um melhor atendimento aos necessitados, o Asylo Allan Kardec, o qual se tornou, na segunda metade do século XX, um dos maiores hospitais psiquiátricos do Estado de São Paulo.

Inaugurado em 19 de novembro de 1922, em meio ao efervescente processo de transformação da paisagem francana, o Asylo recebeu um significativo número de pessoas durante a primeira metade do século XX. A instituição que é quase centenária e ainda pouco estudada insere-se, portanto e com facilidade, no cenário da História Institucional da Psiquiatria Brasileira. O Hospital veio a somar-se a uma outra instituição de saúde presente no município. Esta, por vez, fora fundada pelo grupo de católicos no ano de 1897, tratava-se da Santa Casa de Misericórdia. Tal cenário, no campo da especulação, parece sugerir que a questão da saúde pública em Franca ficou a cargo, tal como em outras localidades, de agrupamentos religiosos e, portanto, a cargo da sociedade civil organizada.

Em relação ao Hospital Psiquiátrico Allan Kardec, os muitos que por ali passaram, na condição de internos, apresentam histórias únicas e variáveis perfis sociais. Já foi possível visualizar, a partir de consultas ao arquivo da Fundação Espírita Allan Kardec (FEAK), a qual preserva os documentos do Hospital, que o quadro de pacientes fora composto por homens e mulheres, crianças e idosos, brancos e negros, proletários e proprietários, ou seja, uma multiplicidade notável de pessoas. Contudo, necessário é dizer que esta instituição figurou como espécie de refúgio aos marginalizados pelos processos de transformação que foram desencadeados no município de Franca, além de uma oportuna solução às elites que desejavam

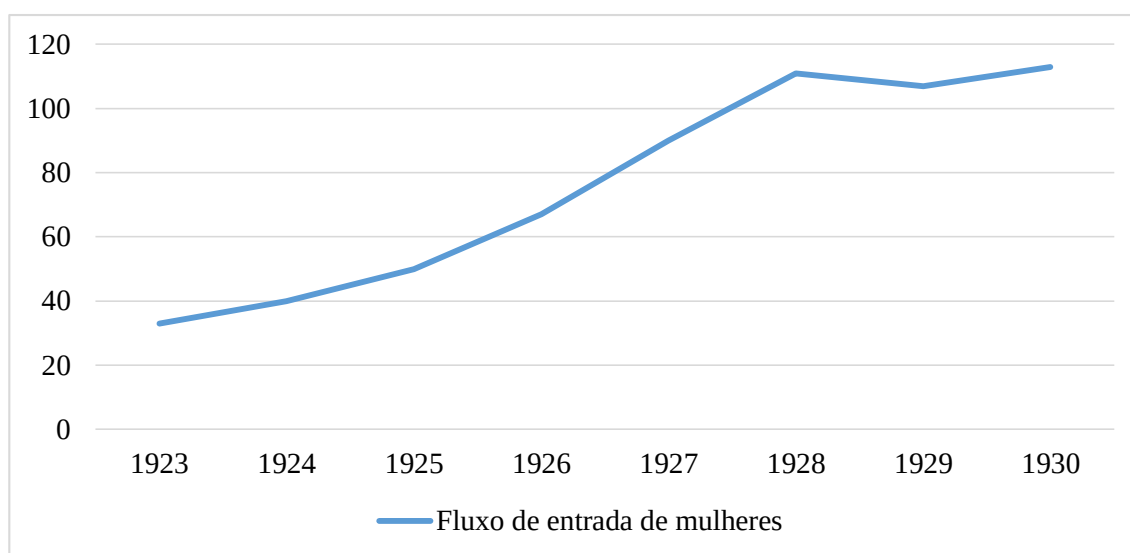
---

<sup>9</sup> Id.

dar continuidade a tais processos. Diante disso, os leitos do Hospital foram ocupados sobretudo por aqueles julgados, segundo o pensamento do período, como figuras socialmente incômodas.

A pobreza, conforme apontou Hannah Arendt (1980, p. 48),<sup>10</sup> “é mais do que privação, é um estado de constante carência e aguda miséria, cuja ignomínia consiste em sua força desumanizadora”. Sem dúvida, os novos atores sociais empobrecidos de Franca – imigrantes, negros libertos, desempregados e os considerados inválidos – somados aos menos privilegiados que habitavam o município, mesmo antes do processo de urbanização, incomodaram a elite cafeeira que concebia o espaço urbano como a mais perfeita organização social, dotado de opções de lazer e de comércio. Não por acaso, de acordo com as fontes consultadas da FEAK, até a década de 1930, ou seja, durante os anos iniciais de existência do Hospital, o fluxo de entrada de pacientes – aqui consideradas apenas as mulheres – foi intenso. Tal informação está demonstrada no Gráfico 1:<sup>11</sup>

**Gráfico 1: Entrada das internas no Hospital Psiquiátrico Allan Kardec (1923-1930)**



Fonte: autoria própria.

Isto posto, é importante dizer, conforme aquilo que apontou Gérard Vicent,<sup>12</sup> que “o grande acontecimento na vida privada dos ocidentais, nestas últimas décadas (do século XX), foi talvez o surgimento de um erotismo totalmente estranho ao sistema cultural judaico-cristão”.

<sup>10</sup> ARENDT, Hannah. A Questão Social. In: ARENDT, Hannah. *Da Revolução*. Brasília: Unb / Ática, 1980. Cap. 2. pp. 47-91.

<sup>11</sup> O Gráfico 1 retrata apenas a entrada de mulheres que foi o grupo-objeto do estudo que originou este trabalho. Contudo, já foi verificado que o número geral de entradas de pacientes foi crescente durante a década de 1920.

<sup>12</sup> VICENT, Gérard. Uma História do Segredo? In: PROST, Antoine; VINCENT, Gérard (orgs.). *História da Vida Privada*, 5: da Primeira Guerra a nossos dias. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009, p. 324.

O descobrimento íntimo dos prazeres do corpo e da mente são novos e, ainda em muitos lares, um completo tabu. A sexologia, essa ciência em curso, apareceu em meados do século XIX, mas seu desenvolvimento só ocorreu após a II Grande Guerra. Até então, o paradigma hegemônico era o da privação dos prazeres, sobretudo dos prazeres femininos. Contudo, a histórica desigualdade encontrada entre homens e mulheres não estava restrita ao campo da vida privada, ela estava visivelmente institucionalizada. No Brasil, durante os séculos XIX e até meados do século XX, “o Código Penal, o complexo judiciário e a ação policial eram os recursos utilizados pelo sistema vigente a fim de disciplinar, controlar e estabelecer normas para as mulheres dos segmentos populares”.<sup>13</sup> Em relação ao exercício da sexualidade, as ações possíveis frente a um adultério, por exemplo, eram discrepantes entre homens e mulheres, sendo assegurado ao primeiro o direito de dispor sobre a vida da parceira. Portanto, é possível inferir que o controle masculino era, em grande medida, uma realidade. Contudo, nem todas as mulheres, além de outros grupos da sociedade, estavam dispostas a se subordinar às imposições colocadas e, por vezes, desafiavam um sistema de conduta que se pretendia hegemônico. Diante disso, é necessário considerar que o simples fato de uma mulher ser colocada em uma instituição de reclusão ou instituição total<sup>14</sup>, demonstra que ela, de alguma maneira ou forma, apresentava (ou representava) um desvio aos padrões, às normas e/ou às expectativas socialmente dela esperadas.

Em relação aos ocupantes dos leitos do Hospital Psiquiátrico Allan Kardec, foi possível, a partir do recolhimento de informações dos Livros de Entrada, também chamados de Livros de Registro de Pacientes, que foram as fontes desta pesquisa histórica, o levantamento de alguns dados interessantíssimos acerca da internação de mulheres para o período analisado (1922-1930). A indagação que foi colocada sobre as fontes estudadas esteve voltada para a possibilidade ou não de construção de um perfil social para este grupo específico de pacientes. Afinal, como tem sido demonstrado, a busca por perfis sociais acaba por gerar um importante retrato de época.<sup>15</sup> Para tanto, foram tomadas três fontes históricas: o “Primeiro Livro de Internados”, utilizado durante o período de 19 de novembro de 1922 até o mês de maio de 1926 para o registro de homens e mulheres; o “2º Livro das entradas e saídas de doentes”, utilizado a partir do mês de junho de 1926 até dezembro de 1929, também para registros de ambos os grupos; e, por fim, um último livro não intitulado que compreendeu, em seus dados, os anos de

---

<sup>13</sup> SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil Urbano. In: PRIORE, Mary Del. (org.). *História das mulheres no Brasil*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2018, pp. 363.

<sup>14</sup> GOFFMAN, Erving. *Manicômios, Prisões e Conventos*. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

<sup>15</sup> VILLARI, Rosario (org.). *O Homem Barroco*. Lisboa: Presença, 1995.

1930 a 1936. Nestas fontes, foi possível notar que a permanência das mulheres ditas enfermas no Hospital apresentava variabilidade de tempo, sendo que o período de internação poderia ser de dias, meses e até anos, pois a instituição apresentava um livre trânsito de figuras sociais e funcionava como albergue, asilo e enfermaria. A permanência anual, ou seja, pelo período de um ano, foi, contudo, a mais observada nos registros.

A procura pelo Hospital Psiquiátrico Allan Kardec, como mencionado, foi bastante significativa logo nos primeiros anos de sua fundação. Os motivos que impulsionavam tal procura, para além daqueles que aqui foram anteriormente citados, também se relacionavam à determinadas patologias que, no período, se chocavam com tratamentos bastante questionáveis. Por isso, é importante ressaltar que na condição de hospital psiquiátrico, o Allan Kardec recebeu para compor seu quadro de pacientes indivíduos julgados como completos desajustados mentais. Todavia, por se tratar de uma instituição edificada sobre as bases do kardecismo, o tratamento dispensado aos internos procurou se afastar daqueles que eram convencionalmente empregados nas instituições de saúde e/ou psiquiátricas públicas e laicas do período. O eletrochoque, por exemplo, parece não ter existido entre os muros do Hospital Psiquiátrico Allan Kardec, isso porque, a concepção acerca do fenômeno da loucura era outra.

De acordo com aquilo que foi verificado, os diagnósticos proferidos se constituíram a partir de uma mescla entre as teorias espíritas-kardecistas e as teorias orgânico-higienistas. Por isso, é preciso considerar que, mesmo entre os não espíritas que compunham a equipe dirigente do Hospital (característica que também foi verificada), a doutrina kardecista estava no dia a dia da instituição, de forma que parte desta equipe buscou interpretar a loucura como um fenômeno não estritamente cientificista, mas também como uma “doença da alma”. Segundo a teoria espírita, a loucura pode ser causada pela influência de desencarnados, fato conhecido como obsessão. O doente obsedado, caso recorrente nos Livros de Entrada, é atormentado por um espírito de alguém que foi, por exemplo, seu inimigo em outra encarnação. Desta forma, as medidas e os tratamentos convencionais que se apresentavam no período a exemplo do já mencionado choque elétrico, mas também a lobotomia e as camisas de força, não seriam capazes de curar o enfermo. Para isso, seriam necessárias formas mais ligadas à socialização e ao trabalho manual para que a mente do paciente fosse completamente preenchida e o mau espírito então se esvaísse.<sup>16</sup> Por outro lado, essa diferença acerca da compreensão da loucura não significa que o Hospital deixou de incorporar, para a composição de seu quadro de

---

<sup>16</sup> SILVA, Márcia Pereira da. Os males da mente: o tratamento das doenças mentais entre o espiritismo e a psiquiatria na primeira metade do século XX no Brasil. *Monções: História, Fronteiras e Identidades*, Campo Grande, v. 3, n. 5, 2016, p.117-135.



pacientes, determinados preconceitos vigentes na sociedade francana no início do século XX, afinal e como mencionado, aquelas figuras ditas incômodas para a convivência no meio social mais amplo, foram deste meio apartadas e colocadas, por vezes, dentro da estrutura murada do Hospital.

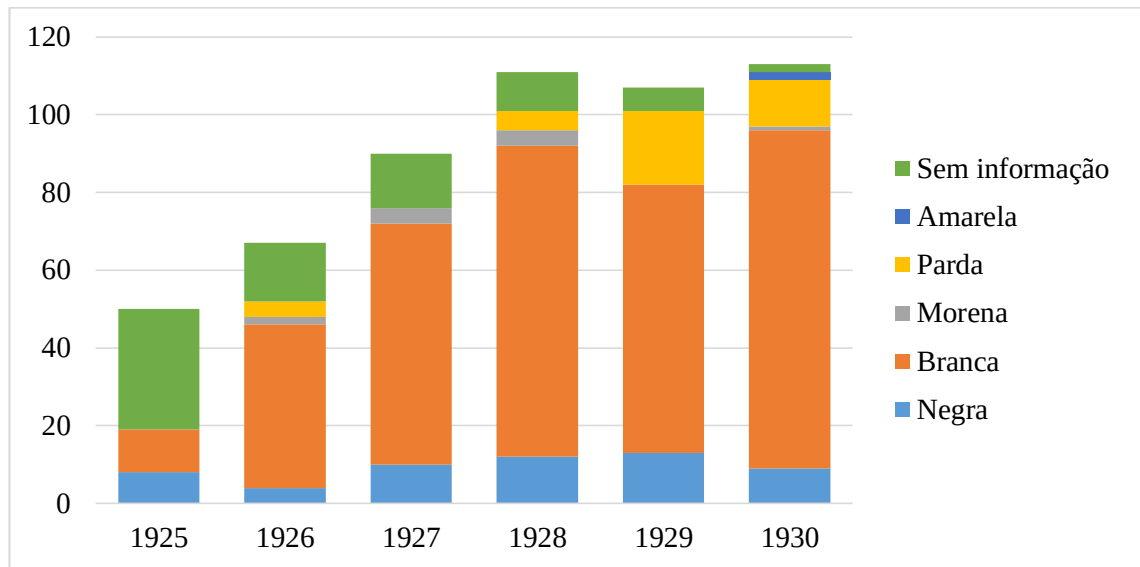
Um dado interessante na tentativa de construção do perfil social para as mulheres que foram internadas no Hospital Psiquiátrico Allan Kardec durante as primeiras décadas do século XX, diz respeito ao estado civil das pacientes. A situação de casada foi a mais visualizada nos registros que também demonstraram, em grande medida, que era o próprio marido o solicitante da internação. Quando da situação de solteira, o pai e o irmão foram os que mais apareceram como solicitantes da internação. Apesar que sobre este ponto, é importante destacar que agentes públicos, como prefeitos de cidades próximas, delegados de polícia e juízes, também se fazem presentes nos registros. A “Delegacia de polícia de Franca”, por exemplo, intermediou o envio de um número considerável de mulheres para o Hospital Psiquiátrico Allan Kardec no período analisado.

Outro dado observado nos Livros de Entrada foi o do registro da cor das mulheres reclusadas. A partir do ano de 1926, ocorreu a introdução das nomenclaturas “morena” e “parda” que foram somadas àquelas que já eram utilizadas, a saber: “branca” e “preta”. Até o ano de 1925, apenas a adjetivação “preta” aparecia constantemente nos registros o que, no campo da especulação, parece indicar que as outras mulheres que foram registradas eram “mulheres brancas”. A partir de 1930 foi notada uma nova classificação: a cor “amarela”, a qual foi utilizada para designar as mulheres imigrantes do Japão que ingressavam, primeiro na municipalidade e depois no Hospital. O número mais expressivo, ainda quando não apontado de maneira direta nos registros, foi o de internação de mulheres “brancas”. No total foram coletados 507 registros de mulheres brancas contra uma soma de 162 registros de mulheres negras, pardas além daquelas classificadas como “amarelas”, conforme indica o Gráfico 2:<sup>17</sup>

---

<sup>17</sup> Para que o leitor possa ter uma melhor visualização das informações acerca da internação de mulheres, optamos por fazer um recorte de tempo dentro do recorte previamente estabelecido pelo presente trabalho (1922-1930). Por isso, para a construção do Gráfico 2 e também do Gráfico 3, apenas o período de 1925 a 1930 foi considerado. Isto, contudo, não interferirá na compreensão do leitor e não interferirá na análise histórica que aqui se pretende tecer, isto porque, as transformações mais significativas na internação de mulheres ocorreram justamente no período abordado pelos gráficos que foram produzidos.

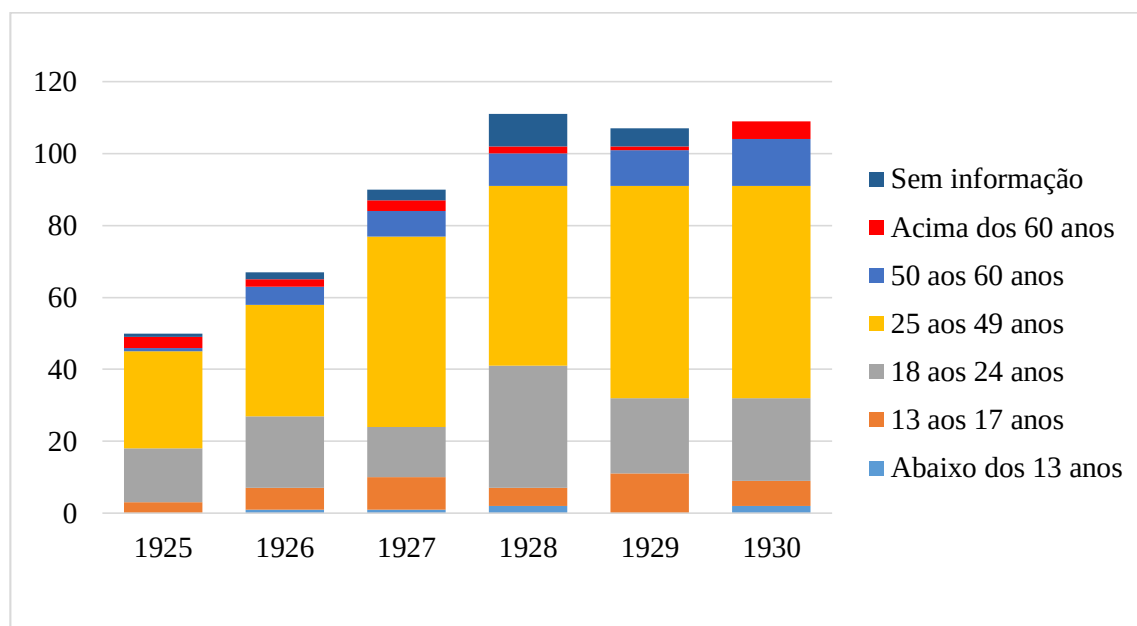
**Gráfico 2: Fator “cor” como um dos componentes dos registros de internação de mulheres no Hospital Psiquiátrico Allan Kardec (1926-1930)**



Fonte: autoria própria.

Também coube observar um último aspecto de grande relevância acerca da internação de mulheres, que corrobora, é claro, para a edificação do perfil social aqui buscado: trata-se da idade com a qual as pacientes costumavam ingressar no Hospital. De acordo com a análise dos registros e conforme apresenta o Gráfico 3, o maior contingente de internadas foi o de mulheres com idade entre 25 e 49 anos, seguido daquelas que tinham entre 18 e 24 anos. As mulheres idosas, com idade entre 50 e 60 anos, aquelas com idade acima dos 60 anos, as crianças e jovens com, respectivamente, idades abaixo dos 13 anos e entre 13 e 17 anos, foram internadas em menor número. As mulheres com idades entre 25 e 49 anos eram, em grande medida, casadas as com idade entre 18 e 24 anos, quando solteiras, foram internadas, como foi mencionado, a pedido do pai ou do irmão.

**Gráfico 3: O fator idade na construção do retrato da loucura feminina em Franca (1925-1930)**



Fonte: autoria própria.

Diante disso e à guisa de conclusão, é possível inferir que a mulher alienada, ou seja, a mulher que compôs o quadro de pacientes do Hospital Psiquiátrico Allan Kardec, era majoritariamente casada, tinha em média uns 25 a 49 anos de idade e apresentava cor branca – ainda que aqui a imprecisão fenóptica seja significativa. Sua inserção no Hospital ocorria sobretudo por ação do próprio marido e, por vezes, até de um outro membro familiar masculino muito próximo como o pai, o irmão e o filho. Além dos integrantes do corpus familiar, foi verificado que comumente agentes públicos, em sua maior parcela homens, costumavam interferir (solicitando ou coordenando) alguns processos de internação de mulheres. Assim, pode-se dizer que foi o retrato da loucura feminina no município de Franca no início do século XX, cidade que, como mencionado, passou por um processo de transformação social e urbana notável.

Por fim, é importante ressaltar que regras e padrões, conceitos que foram importantes aos projetos desencadeados em inícios do século XX no Brasil, são construções sociais e históricas e que “se ninguém se desviasse, se todo mundo observasse as regras, expressões ativas das normas, a vida social seria impossível”.<sup>18</sup> O desvio às regras e aos padrões

<sup>18</sup> VICENT, op. cit., p. 251.

rigidamente estabelecidos causa fascínio ao espectador que se delícia com a leitura da coleção da História da Vida Privada e, no presente caso, ofereceu um vasto material de pesquisa e trabalho científico. Contudo, esses desvios ao longo da história foram silenciados, suprimidos e, por vezes, destruídos, afinal “um sistema que produz sua própria transformação integrando os ruídos contestadores é, ao cabo, estável”.<sup>19</sup> Resta a nós, pesquisadores jovens ou experientes, o recolhimento de fontes, além da tentativa de reconstrução de um passado, quase impossível de ser captado por meio de uma macroleitura para, enfim, alcançar esses “desviantes sociais”. A tarefa aqui proposta é árdua de ser realizada, porque em relação às doenças mentais elas “se situam sempre no campo do secreto porque o tratamento psiquiátrico pertence a uma história quase imóvel”.<sup>20</sup> Todavia, essa tarefa também é instigante, recompensadora e necessária “para que, no lugar de se trocar as camisas de força pelos remédios psicoativos, reinvente-se também, as formas de relacionamento com aqueles que fogem do padrão da normalidade”.<sup>21</sup>

---

<sup>19</sup> VICENT, op. cit., p. 251.

<sup>20</sup> Id., p. 276.

<sup>21</sup> SILVA, Mary Cristina Barros e. *Repensando os Porões da Loucura: um estudo sobre o Hospital Colônia de Barbacena*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008, p. 11.

## **Trabalho no mundo da loucura: um retrato dos funcionários do Hospital Psiquiátrico Allan Kardec na primeira metade do XX**

Igor Moraes da Silva<sup>1</sup>

### **Introdução**

O processo de crescimento e urbanização das cidades brasileiras assume grande importância para pensarmos o desenvolvimento das práticas de alienação, já que estas aparecem como regulamentadoras, no que diz respeito a ordem social do final dos oitocentos. O ideário de progresso caminhou lado a lado com a narrativa alienista e penetrou as estruturas do ordenamento social vigente nos antigos povoamentos. Mesmo que em São Paulo tal processo tenha se formulado a passos curtos, diferentemente do Rio de Janeiro – sede do governo, foi no final do século XIX que a província paulista, que até então apresentava em seu corpo estrutural e social características coloniais, assistiu a nova configuração radical na organização de suas vilas, de modo que novos aspectos de concepção urbana se viam em ascensão no território.<sup>2</sup>

Foi nesse contexto que nos municípios do interior estabeleceram-se instituições cujo objetivo seria a garantia da paz e ordem social. No início do século XX, José Marques Garcia<sup>3</sup> construiu pequenas casas em um terreno grande que dispunha na então Rua dos Irmãos Antunes e ali passou a acomodar doentes mentais, pessoas carentes ou abandonadas que circulavam pelo município de Franca. Essas pequenas casas deram origem, em 1922, ao Asilo Allan Kardec.

O desenvolvimento urbano na cidade acarretou mudanças e transformações essenciais na economia. Este contexto pode ser apresentado na sucessão de dois grandes aspectos econômicos locais: a priori a cafeicultura e, posteriormente, o desdobramento da investida local no setor calçadista e de couro. Os aspectos mencionados trouxeram consigo um olhar de prosperidade e de possível estabilidade econômica dos indivíduos na cidade, o que ocasionou o aumento populacional considerável na região, bem como o crescimento dos habitantes urbanos e, conseqüentemente, a diminuição daqueles que viviam nas zonas rurais, fator este que tem grande importância para o entendimento das transformações demográficas na região, principalmente nas décadas de 30 e 40 do século XX.

---

<sup>1</sup> Graduando em Licenciatura Plena e Bacharelado em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp/Franca). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

<sup>2</sup> CUNHA, Maria Clementina Pereira. *O Espelho do Mundo: Juquery, a História de um Asilo*. 2a ed. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

<sup>3</sup> José Marques Garcia (1862-1942), segundo relatos anedóticos, já abrigava os doentes mentais em sua própria residência bem antes da fundação do Asilo.

## **Loucura e urbanização: aspectos do desenvolvimento econômico de Franca**

Inicialmente, o asilo, assim primeiro denominado, não se limitava ao atendimento específico dos doentes mentais, mas acolhia/recolhia aqueles que não tinham para onde ir, já que desenvolve suas funções alicerçado no assistencialismo como um dos princípios do espiritismo. Nadia Luz, nesse sentido, em um exaustivo levantamento de dados acerca dos pacientes da instituição, aponta a existência de imigrantes, atraídos pelo alto desenvolvimento econômico da região:

Dentre os imigrantes italianos, espanhóis, portugueses, e japoneses, constamos nos livros de registros, nas colunas que se referem ao endereço e profissão, que a maioria veio de zona rural onde exerciam a profissão de lavradores. Do meio urbano vieram os alemães, o israelita, o jamaicano, a francesa, o polaco, os argentinos, os russos, os sírios e os austríacos, com profissões de comerciantes, no caso dos homens, e domésticas, no caso das mulheres.<sup>4</sup>

As investigações que envolvem a história do Hospital Allan Kardec, assim como a de Nadia Luz, apontam que os internos ali estavam por condições variadas, uma vez que a instituição era aberta aos mais diversos motivos e funcionava como uma espécie de albergue. Como mostra a autora, em seus primeiros anos, a entidade acolhia imigrantes cujas oportunidades de emprego encontravam-se quase nulas e não viam outra opção senão se amparem no Asilo. Na medida em que eram internados, os pacientes acabavam, a partir dos livros de registros, dando a entender à primeira vista que eram indivíduos com patologias mentais.<sup>5</sup>

O desenvolvimento de Franca e a consolidação como polo econômico foi o principal motivo que levou o município a tornar-se palco de atração de inúmeros imigrantes/migrantes que viam na cidade uma forma de sucesso econômico. Este artigo teve como um de seus objetivos, compreender então o espaço dessas pessoas no processo de urbanização da cidade, bem como quais foram as transformações que ocorreram no espaço físico, para que assim pudesse comportar o significativo crescimento dos indivíduos que se estabeleceram tanto na zona rural quanto na zona urbana, bem como compreender a subjetividade da rede de empregabilidade cabível a essas pessoas.

É possível afirmar que a população de Franca foi sempre crescente e as perdas populacionais ocorridas estiveram ligadas a desdobramentos políticos – como em 1945 com a

---

<sup>4</sup> LUZ, Nadia. *Ruptura na história da psiquiatria no Brasil: espiritismo e saúde mental (1880-1970)*. Franca: Unifran, 2006, p. 141.

<sup>5</sup> Id.

emancipação de São José da Bela Vista e as consequências advindas do fim da Segunda Guerra Mundial – bem como as mudanças na configuração da estrutura urbana nas décadas de 1920 e, principalmente, 1930, que teve que se modificar para que pudesse comportar um significativo crescimento populacional de 13,47% anuais durante os anos de 1931 e 1940.<sup>6</sup>

O estabelecimento do município de Franca como centro comercial se deu ainda durante o século XIX como o principal distribuidor de sal marítimo para o centro oeste. Porém, tem sua decadência com o fim da Guerra do Paraguai e o desbravamento do sertão paulista. Todavia, foi com a inauguração da Estação Ferroviária Mogiana, que concentrou o transporte de produtos agrícolas entre São Paulo e os estados do Centro-Oeste, em 1887, que a cidade passou a comportar outro elemento principal na formação da renda do município: o café.<sup>7</sup>

Em 1900, Franca detinha uma população urbana de aproximadamente 7.500 habitantes, o que correspondia a cerca de 50% do total do município. Em meados do mesmo ano, a cafeicultura sofreu sua primeira grande crise com a queda dos preços do produto no mercado internacional, o que se prolongou por quase duas décadas. O término da crise se deu com a queda dos estoques mundiais do produto, que foi indiretamente provocada com o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e pela geada que no ano de 1918 atacou as lavouras de todo o Estado de São Paulo. Foi diante deste contexto de crise que temos o registro das primeiras expansões do município datando da década de 20 – período este em que o Asilo Allan Kardec é oficialmente fundado. Nessa década assistimos a necessidade da criação de novos bairros devido ao crescimento populacional urbano, sendo eles Vila Aparecida, Vila Chico Júlio, Vila Nicácio e Vila Santo Antônio.<sup>8</sup>

A segunda grande crise do café na cidade de Franca se dá em 1929, concomitantemente à crise econômica mundial. Seu impacto interferiu não apenas na economia como em toda a estrutura sócio demográfica e no mercado empregatício da cidade. Entre os anos finais da década de 20 a população, que antes crescia, assiste a uma diminuição do processo de crescimento demográfico.<sup>9</sup> Contudo, as novas configurações nas dinâmicas econômicas de Franca trouxeram consigo novamente um aumento populacional significativo.

O desenvolvimento industrial foi fundamentado no acúmulo de capital e nas mutações do corpo econômico, social e cultural, uma vez que a cidade se encontrava ainda inserida no

---

<sup>6</sup> TOSI, Pedro G. *Capitais no Interior: Franca e a História da Indústria Coureiro - Calçadista (1860-1945)*. Tese (Doutorado em Economia). Campinas, SP: IE/UNICAMP, 1998.

<sup>7</sup> MOLINARI, Natalia Manfrin. *Expansão urbana de Franca - 1970 a 2004: conflitos e atores*. 2006. 153 p. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2006.

<sup>8</sup> Id., pp. 33-34.

<sup>9</sup> Id., p.35.

contexto de economia cafeeira. As atividades de sapateiro na forma de empresas introduziram-se nas condições de oferta e de procura incentivadas pela união de mercados promovida pela cafeicultura e pela ferrovia. Este processo propiciou uma população operária urbana que se envolveu na comercialização dos produtos de couro.<sup>10</sup>

A indústria calçadista se consolidou na cidade na década de 1940. Embora não tenha um desenvolvimento de grandes empresas nessa época, algumas fábricas, quando analisamos o capital ou o número de operários, já se encontravam na categoria de indústrias de médio porte. No ano de 1945, as cinco maiores empresas do município eram, respeitando a ordem de volume de capital, Calçados Palermo, Calçados Peixe, Calçados Mello, Calçados Spessoto e Calçados Samello.<sup>11</sup>

### **O mercado psiquiátrico: a empregabilidade das instituições psiquiátricas**

A historiografia aponta a segunda metade do século XIX e o início da primeira metade do XX como o período da grande higienização urbana no Brasil. Em virtude disso, o discurso médico-higienista caminhou lado a lado com as políticas de transformação social e econômica. Foi durante o Segundo Reinado (1840-1889) que se criaram instituições que se denominavam “exclusivas para alienados” em São Paulo (1852), Pernambuco (1864), Pará (1873), Bahia (1874), Rio Grande do Sul (1884) e Ceará (1886). Assim, Rezende acentua que as fatídicas entidades de exclusão social surgiram em um contexto de ameaça às regras que ditavam a garantia da paz em sociedade:

[...] as primeiras instituições psiquiátricas surgiram em meio a um contexto de ameaça à ordem e à paz social, em resposta aos reclamos gerais contra o livre trânsito de doidos pelas ruas das cidades; acrescentem-se os apelos de caráter humanitário, as denúncias contra os maus tratos que sofriam os insanos. A recém-criada Sociedade de Medicina engrossa os protestos, enfatizando a necessidade dar-lhes tratamento adequado, segundo as teorias e técnicas já em prática na Europa.<sup>12</sup>

Para a historiadora Eliane Maria Monteiro da Fonte, a princípio a criação de tais entidades a partir de uma perspectiva religiosa acabava por restringir o caráter médico das instituições, ao passo que, durante o Império, poucas foram as preocupações com a presença de especialistas em saúde nas ditas instituições. A ausência significativa de médicos não só era

<sup>10</sup> TOSI, Pedro G. *Capitais no Interior: Franca e a História da Indústria Coureiro - Calçadista (1860-1945)*. Tese (Doutorado em Economia). Campinas, SP: IE/UNICAMP, 1998

<sup>11</sup> BARBOSA, Agnaldo de Sousa. *Empresário e Capital na Indústria do Calçado de Franca – SP (1920-2000)*, 2008, p. 9.

<sup>12</sup> RESENDE, H. Política e saúde mental no Brasil: uma visão histórica. In: TUNDIS, S.; COSTA, N. (Orgs.). *Cidadania e Loucura: Políticas de Saúde Mental no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 2007, p. 38.



uma realidade na formulação do corpo de funcionários, como também eram superficiais as regras que regiam a internação de pacientes, regras estas que estavam sob concepção de uma autoridade da ordem pública.<sup>13</sup> Foi somente no início do século XX que os médicos conquistaram significativa presença na administração dessas instituições, de maneira que se ocuparam da direção desses locais.

É válido ressaltar que as características do Allan Kardec estão alicerçadas no discurso religioso, mais especificamente, o discurso espírita, cujo grande fundamentalismo é a política assistencialista.

Dentro do processo de legitimação da psiquiatria enquanto ciência, encontramos o Hospital do Juquery, que nas décadas de 1920 e 1930 foi a instituição base para a instrução de enfermeiros e profissionais da área de saúde mental que passaram a atuar junto aos hospitais psiquiátricos de São Paulo. Dessa maneira, muitos dos indivíduos que tinham como objetivo a profissionalização como enfermeiros, tiveram parte de sua formação dentro do sanatório. A partir da concepção de que eram esses profissionais que tinham o contato direto e diário com os pacientes, Pacheco e Silva, então diretor do Complexo do Juquery, escreveu, em 1930, o livro *Cuidado aos Psychopathas*, que serviria como instrumento de uso nos cursos de enfermagem que formariam profissionais para atuarem nos manicômios de São Paulo, uma vez que até então a exigência para a contratação de enfermeiros no Juquery era somente que esses fossem alfabetizados.<sup>14</sup>

Contudo, a ruptura com as práticas terapêuticas até então vigentes se encontra presente nos hospitais psiquiátricos espíritas fundados no Brasil. Para a compreensão de tal especificidade, é necessário entender o contexto social brasileiro que propiciou o discurso médico espírita, assim como suas práticas.

Várias pessoas traduziram os livros do francês Allan Kardec, entre eles encontra-se o médico Adolpho Bezerra de Menezes. Em 1893, durante o governo do marechal Deodoro da Fonseca, o médico conseguiu retirar do “Código Penal Brasileiro” a prática espírita como “doutrina deletéria”. Dessa forma, a ruptura ocorreu na introdução proposta por Bezerra de Menezes nos últimos anos do século XIX em sua tese, cujo pseudônimo utilizado era Max, “A

---

<sup>13</sup> FONTE, Eliane Maria Monteiro da. *Da Institucionalização da loucura à Reforma Psiquiátrica*: as sete vidas da agenda pública em saúde mental no Brasil. Estudos de Sociologia - ISSN: 2317-5427, [S.l.], v. 1, n. 18, mar. 2013. ISSN 2317-5427. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235235/28258>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

<sup>14</sup> TARELOW, Gustavo Querodia. *Entre febres, comas e convulsões*: as terapias biológicas do Hospital do Juquery Administrado por Pacheco e Silva (1923 -1937). São Paulo, SP: 2011. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História Social, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. p. 15.

loucura sob novo prisma: estudo psíquico fisiológico”. Na obra, o médico propunha que a “loucura necessitaria ser observada, diagnosticada e cuidada por terapêutica diferencial, quando se tratasse de loucura psíquica ou obsessão”.<sup>15</sup>

Definida a questão, a loucura sob novo prisma, exposta a doutrina onde se encontram as leis que a explicam, vem de molde, e antes de mais, discriminá-la da outra espécie, única até hoje conhecida: fazer o diagnóstico diferencial. Vamos, pois, tratar dos meios de reconhecermos a loucura procedente de lesão cerebral, e das que nos podem dar o conhecimento da obsessão ou loucura produzida por ação fluídica de Espíritos [...] Obsessão, respondeu-nos o Espírito que veio à nossa evocação; acrescentando: além do tratamento terapêutico, que deve ser rígido sobre o baço, que, no homem, como o útero na mulher, é a parto as obsessões, sempre ligadas a uma lesão orgânica, é indispensável evocar o obsessor, e alcançar dele que desista da perseguição.<sup>16</sup>

Bezerra de Menezes, então, constituiu sua tese na ideia de investigação sobre as possibilidades de cura do indivíduo louco, cuja patologia é diferenciada por ele como loucura psicológica ou obsessão: “para distinguir-se esta nova espécie, chamar-lhe-emos loucura moral, ou mais apropriadamente: loucura psicológica, por tratar-se da perturbação da faculdade anímica, e não do instrumento da manifestação”.<sup>17</sup> Nesse sentido, os hospitais espíritas fundados a partir da segunda década do século XX foram orientados pela tese fundamentada por Bezerra Menezes. Eram essas instituições em sua grande maioria de caridade que se mantinham através de sócios contribuintes e contavam com voluntários da área médica. Esse foi o caso do *Asilo*, posteriormente Casa de Saúde e, somente na década de 80 dos noventa, Hospital Psiquiátrico Espírita Allan Kardec. Fundado em 1917 como asilo, assim como a maioria das instituições espíritas, registrou suas atividades em 1922, com declarações de prestação de socorro à doentes mentais, transpondo-se oficialmente a Casa de Saúde em 1933, após comprovação judicial de seus novos estatutos que previam a direção de um médico.<sup>18</sup>

Ainda que fossem os indesejados e os desprivilegiados os alvos dessas instituições, os internos não eram os únicos desprivilegiados nesse universo, mas também aqueles que ali trabalham e não desempenhavam funções de responsabilidade administrativa ou médica.

Assim, não se tratou de termos aqui como sujeitos os excluídos – internos – e/ou o tratamento a eles ofertados, mas a grande rede de empregados em percentual correspondente as funções que uma instituição desse tipo exigia, dado que sob o amparo do discurso higienista, as casas de recolhimento se abarrotaram de indesejados. O objeto de estudo, então, situou-se

<sup>15</sup> LUZ, Nadia. *Ruptura na história da psiquiatria no Brasil: espiritismo e saúde mental (1880-1970)*. Franca: Unifran, 2006, p. 91.

<sup>16</sup> BEZERRA DE MENEZES, Adolpho. *A loucura sob novo prisma. Estudo psíquico-fisiológico*. 2 ed. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 1946, pp. 100-101.

<sup>17</sup> Id., p. 91.

<sup>18</sup> LUZ, Nádia, op. cit., p.100.

no universo do trabalho para refletir sobre quem eram essas pessoas, quais as condições de trabalho, os horários e do papel que desempenhavam na rotina do Hospital Psiquiátrico.

### **Foucault e o Allan Kardec: a disciplina dos corpos nos registros de funcionários**

Pensar a disciplina dos corpos faz com que se compreenda que aqueles que foram regulamentados pela noção de ordem e moral social, que regiram os hospitais psiquiátricos da época, não eram somente indivíduos ligados às práticas de medicalização – pacientes – afetados por tais políticas, mas sim todas as pessoas que compunham o espaço cotidianamente – funcionários e prestadores de serviço em geral. Nesse sentido, as teorias sobre tal construção tiveram influência primordial no que diz respeito a atuação daqueles que trabalharam em entidades que tratavam a mente e o corpo indesejado.

O embate que se deu entre os discursos psiquiátricos e o discurso espírita da época, no qual o primeiro baseia-se na teoria de cientificação da medicina e psiquiatria e o segundo é pautado no assistencialismo hospitalar a partir da crença de que indivíduos com patologia estariam em obsessão espiritual, também ajuda a compreensão desse cenário específico que a Casa de Saúde Allan Kardec está inserida. Outro aspecto relevante nessa análise é a discussão que se deu na época de higienização pública, bem como a transformação das relações políticas e sociais de trabalho nas décadas de 20, 30 e 40 do século XX, além das análises das leis que regulamentavam o universo psiquiátrico do período como os decretos de 1903 e 1934, também tornou-se necessário a análise do Código Penal de 1942.

Segundo Foucault, a concepção da loucura está atrelada com a mentalidade de verdade ou verdades de uma época, ou seja, a loucura varia de acordo com a época na qual o indivíduo está inserido. É nesse sentido, que os ditos “loucos” passam a sofrer pelo enclausuramento a partir do século XVII, sendo banidos da vida pública, visto que a loucura nesse momento é tida como um crime.<sup>19</sup> Nesse período, a loucura era entendida como todas as ações e/ou características anormais e de degeneração do corpo social. Eram considerados loucos os desocupados, mendigos, homossexuais, bêbados, desprivilegiados de toda ordem e tudo aquilo que se desviava da “normalidade”. O século XVIII, por sua vez, estabelece o universo da loucura dentro de uma lógica de “doença”, cria-se, então, a ideia de existência de um “homem normal”, enquanto há também, a existência de um homem deteriorado pela doença – o louco – um homem distante da condição normal. O funcionário tal qual um “homem normal” dentro

---

<sup>19</sup> FOUCAULT, Michel. *História da loucura*. São Paulo, Perspectiva. 1978.

dessa concepção, executa suas funções no espaço da loucura, sendo assim é necessário compreender como essas pessoas se relacionavam com tais condições.

A lista de funcionários do *Allan Kardec* revela que o papel da entidade de isolamento social está além do assistencialismo aos pacientes ali tratados, mas também contempla a capacidade de se assistir aos funcionários, que não apresentavam psicopatologias, porém usufruíam do assistencialismo ali existente – empregabilidade de indivíduos sem muitas perspectivas de emprego na sociedade.

Os Livros de Registros que organizam informações referentes aos funcionários que passaram pela entidade ao longo do século XX, os quais serviram de fontes primárias para o nosso intento, contam com uma série de informações sobre os funcionários da instituição, informações estas que consistem em: nome, data de nascimento, função, horário de trabalho, data de admissão e data de saída, salário, cor,<sup>20</sup> entre outras informações, o que tornou possível a confecção de tabulações das características dos contratados. Em alguns casos é possível acompanhar a trajetória do empregado durante os anos de labor, visto que nos registros há informações referentes a aumento de salário, afastamentos e motivo de saída do emprego ou abandono de função. Tais livros de registros demonstraram que não são apenas informações sobre os alienados foram de interesse da Instituição. As ideias de postura e ordem atingiram todos os que cotidianamente se colocavam naquele espaço. A análise dos livros de registros permitiu concluir a contratação de pessoas que não possuíam especialização em funções específicas.

O retrato dos funcionários que passaram pelo Hospital Psiquiátrico Allan Kardec, percorrendo os pilares da construção das políticas e relações do trabalho da época, bem como a regulamentação das formas de operação das ditas instituições, é importante para que assim possa dar visibilidade a essas personagens que muito contribuíram para o andamento das atividades exercidas na instituição e quais eram suas especificidades quando tratamos de uma instituição psiquiátrica.

Para que se chegasse ao objetivo desse artigo foi preciso analisar e interpretar a chegada e adoção das políticas assistencialistas que iniciaram o processo de institucionalização da loucura no Brasil. Assim, passamos pela análise dos decretos de leis e Código Penal que basearam as doutrinas que assistiram os sujeitos lidos como loucos que estavam no imaginário daquela sociedade. As leis em análise – decretos federais de 1903, de 1934 e o código penal de

---

<sup>20</sup> Utiliza-se a palavra “cor” uma vez que a fonte utiliza de tal conceito. Está descrito na documentação a cor declarada pela pessoa no ato da contratação, que pode ser comparada a foto que também se encontra nas folhas de registros dos funcionários.

1942 que foi promulgado em 1940, porém só entra em vigor em 1942 – fizeram possível entender como se deu a estruturação de um corpo de funcionários que atendessem as medidas necessárias para que assim se cumprissem as ordens então vigentes.

A partir de 1903, a concepção e a percepção do ser alienado mental transformou as formas de se compreender indivíduo tido como louco no corpo social. A legislação do mesmo ano – Decreto nº 1.132 – cujo projeto foi escrito por Juliano Moreira, acabou por definir o alienado como “um indivíduo que, por moléstia congênita ou adquirida, compromete a ordem pública ou a segurança das pessoas”.<sup>21</sup> As concepções acerca do alienado mental antes da legislação de 1903 entendia que o indivíduo patológico possuía a mente alheia e não o corpo e, é nesse sentido, que após o projeto de Juliano Moreira compreende-se que é dever também alienar o corpo do convívio social – dando assim início a legitimidade da criação de asilos, hospitais e instituições que travam a mente por meio da alienação do corpo. O surgimento do Asilo Allan Kardec em 1922 é fruto desse novo pensamento psiquiátrico.

Já na década de 1930, mais precisamente no ano de 1934, foi criada uma nova lei voltada para o doente mental, o Decreto nº 24.559, que estabeleceu o fornecimento de assistência e proteção ao doente mental por parte do Estado. No decreto é possível compreender que ficou a cargo do Estado o tratamento ofertado, bem como a proteção à pessoa e os bens do psicopata.<sup>22</sup> Foi criada também a Divisão de Assistência ao Doente Mental, de maneira que a partir desse momento os diretores e administradores das entidades de responsabilidades psiquiátricas deveriam ter formação na área médica de cuidados mentais, tal qual ser uma instituição restrita a somente tratamentos psíquicos. É preciso elencar que nenhuma exigência foi feita aos funcionários que trabalhavam no cotidiano dos hospitais, para além dos administradores e do corpo médico. Foi neste contexto que o então Asilo Allan Kardec por meio de declarações de prestação de socorro à doentes mentais, passou oficialmente a Casa de Saúde em 1933 com a comprovação de administração da instituição por um médico.

A análise dos salários de acordo com o gênero e os cargos que haviam na instituição entre os anos de 1929 e 1940, tornou perceptível que se concluísse uma relativa padronização das atividades somente a partir de 1942, ano em que é realizado o primeiro registro dos funcionários no Departamento Estadual do Trabalho, em Ribeirão Preto – mesmo ano em que foi publicado o primeiro código penal que contemplava os indivíduos com patologia mental. Segundo o Código Penal de 1942, aquele que fosse sentenciado e apresentasse patologias

---

<sup>21</sup> Id., p. 61.

<sup>22</sup> Nessa época utiliza-se o termo “psicopata” para designar todos aqueles que possuem psicopatologias.

psíquicas deveria ser recolhido em um manicômio judiciário ou estabelecimento que se assemelhasse, à falta deste, para custódia do Estado. Contudo, “os doentes em questão eram apenas cerceados em um manicômio como forma de preservar a sociedade do perigo que representavam, tendo em vista o delito que cometeram, mas não se relevava sua condição enquanto indivíduos portadores de uma patologia”.<sup>23</sup>

## Conclusão

A preocupação por parte da administração da então Casa de Saúde Allan Kardec em se fazer registros daqueles que lá trabalhavam se deu somente com o processo de institucionalização da entidade. Ao observarmos o crescimento do corpo de funcionários, é possível deduzir que o emprego ali ofertado estaria em uma escala de “subemprego”, à vista que não seria possível que uma associação do porte que era o Allan Kardec ter somente como funcionários aqueles que se apresentam nos registros oficiais.

Ao avaliar o mercado empregatício que se apresentava na cidade de Franca no período em questão, notou-se que depois de um longo tempo em que a economia local se baseava na comercialização do café, a indústria do calçado e couro estruturou-se durante a década de 1930 – período em que assistimos uma crescente no processo de institucionalização do Allan Kardec. Nesse sentido, a cidade se torna polo de atração empregatício, porém o trabalho almejado se fazia nas grandes fábricas de calçado e curtume, de modo que os elementos denotados na comparação entre o número de empregados da “rede psíquica” da cidade em relação às indústrias citadas, permitiu-nos inferir que este era um ramo de serviço das camadas inferiores. Fator este mais evidente quando colocado em números: no ano de 1937 a quantidade de empregados da Casa de Saúde representava aproximadamente 3,25% da parcela de funcionários das 10 maiores indústrias do calçado e 4 maiores curtumes da cidade, além de representar cerca de 4,4% dos funcionários que se tinham em todas as 40 maiores empresas em outros ramos do ano em questão.

Por fim, um aspecto que nos é interessante é justamente o fato da Casa de Saúde não apresentar nenhum registro de demissão de funcionários, todas as demissões foram feitas por motivos pessoais, como pedido de demissão, abandono do emprego ou falecimento. Sendo assim, a entidade via o trabalho como uma forma de caridade como citado acima, além de não apresentar requisitos para a contratação, sobre a saúde ou sobriedade dos indivíduos.

---

<sup>23</sup> MACEDO, op. cit., p. 95.

## **Portugueses no Brasil na década de 1830: companhias colonizadoras e a construção da categoria “escravo branco”**

Marina Simões Galvanese<sup>1</sup>

Este texto se dedica à análise das primeiras experiências imigratórias no Brasil, realizadas na década de 1830, ainda antes da abolição definitiva do tráfico de escravizados. Com um recorte cronológico que antecede a iniciativa – já bastante estudada, sobretudo pela historiografia paulista – das colônias de parceria instituídas pelo senador Nicolau de Campos Vergueiro, este trabalho tem um duplo objetivo: (i) demonstrar que, no primeiro lustro dos anos 1830, as elites brasileiras já buscavam alternativas à escassez da mão de obra escravizada em decorrência da iminente abolição do tráfico; (ii) observar a reação causada pela chegada ao Brasil de portugueses provenientes, sobretudo, das ilhas dos Açores entre a comunidade lusitana já radicada no país e entre as autoridades da ex-metrópole, que trataram de denunciar o “tráfico da escravatura branca”. Com isso, procura-se esclarecer que a categoria de “escravo branco” foi forjada no âmbito das tentativas de se assegurar a atividade produtiva num contexto de escassez de escravizados no Brasil (e também nas colônias britânicas).

Antes de prosseguir, importa fazer um rápido balanço – que não se pretende completo ou exaustivo – da historiografia sobre o assunto. No que diz respeito ao Brasil, poucos trabalhos dedicaram-se à imigração iniciada na década de 1830. É esse o caso de um artigo do historiador Marcus de Carvalho, publicado na Revista do IHGB em 1988.<sup>2</sup> A partir da análise da correspondência enviada pelo cônsul de Portugal no Recife, o autor abordou o “tráfico da escravatura branca” para Pernambuco antes década de 1850 e discutiu a pertinência do termo “escravo branco”. A discussão por ele iniciada não encontrou, contudo, continuidade numa historiografia que demorou a reconhecer que a Lei Feijó de 1831 incentivara a busca por trabalhadores europeus.

Mais recentemente, foi o historiador José Juan Meléndez que inventariou as inúmeras companhias de colonização organizadas no Brasil antes de 1850.<sup>3</sup> Apesar de recusar a hipótese

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Social pela Universidade de São Paulo. Este trabalho é parte da pesquisa de doutorado financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

<sup>2</sup> CARVALHO, Marcus J. M. O “tráfico da escravatura branca” para Pernambuco no ocaso do tráfico de escravos. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, vol. 149, nº 358-361, p. 22-51, 1988.

<sup>3</sup> MELÉNDEZ, José Juan P. *The business of peopling: colonization and politics in Imperial Brazil (1822-1860)*. 2016. Tese (Doutorado em História) – Faculty of the Division of Social Sciences, University of Chicago, Illinois, agosto de 2016.

de que algumas dessas companhias foram formadas com o objetivo claro de inserir trabalhadores que “substituísssem” os escravizados quando se observasse a escassez de mão de obra, o trabalho de Meléndez tem o mérito de mostrar o empenho do governo Imperial na atração de estrangeiros, além de deixar claro o envolvimento das elites brasileiras em investimentos como esses.

Em Portugal, muito embora haja também uma predominância de estudos sobre a emigração para o Brasil na segunda metade do XIX e início do XX, o deslocamento de açorianos nos anos 1830 e 1840 e a questão do “tráfico da escravidão branca” foi abordada por alguns historiadores. A historiadora Fernanda Paula de Sousa Maia identificou o momento em que a expressão adentrou as fronteiras do Parlamento português e entendeu a aproximação entre os deslocamentos migratórios e o tráfico da escravidão como uma “retórica dominante” pela qual “evitavam-se também outras explicações para o fenômeno que pudessem evidenciar as dificuldades de um regime incapaz de fixar a sua própria população”.<sup>4</sup>

A interpretação aventada por Sousa Maia tem predominado na historiografia portuguesa. Na mesma linha argumentativa, o historiador Victor Pereira afirmou que a elite política, ao responsabilizar os engajadores de mão de obra pela emigração, “escondia os diversos fatores que poderiam explicar os níveis massivos de partidas”.<sup>5</sup> A abordagem, que vê nos discursos um véu tecido com o intuito de disfarçar ou esconder interesses e assuntos incômodos, tem o mérito de evidenciar os usos feitos deles pelos agentes estatais em diferentes momentos históricos. No entanto, a preocupação com a “apropriação” dos discursos diz pouco sobre o processo de tessitura desse “véu”, sobre a sua materialidade ou densidade. Tal abordagem, tampouco, permite averiguar aspectos relevantes da emigração portuguesa, como as redes transatlânticas que a tornaram possível e a inserção dos emigrantes numa sociedade marcada pela escravidão, além de reforçar um nacionalismo historiográfico cuja consequência é o fortalecimento de uma imagem idílica do Brasil como terra de riquezas fartas e fáceis, ou seja, como um espaço não concreto.<sup>6</sup>

Ainda em Portugal, os historiadores que se dedicaram à emigração açoriana foram aqueles que mais levaram a expressão “tráfico da escravidão branca” a sério. A historiadora

---

<sup>4</sup> MAIA, Maria Paula de Sousa. *O discurso parlamentar português e as relações Portugal-Brasil: a Câmara dos Deputados (1826-1852)*. Lisboa: Calouste Gulbenkian e FCT, 2002, p. 381.

<sup>5</sup> PEREIRA, Victor. Portugal and human trafficking (1822-2018). In: WINTERDIK, J. e JONES, J. (eds.), *The Palgrave International Handbook of Human Trafficking*. New York: Palgrave Macmillan, 2019, p. 1-17, p. 2. Tradução nossa.

<sup>6</sup> MACHADO, Igor Renó. O “brasileiro de torna-viagens” e o lugar do Brasil em Portugal, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 35, p. 47-67, jan./jun. 2005.



Susana Serpa Silva procurou avaliar o termo “escravatura branca” e as razões da persistência do mesmo até fins do XIX. Analisando relatos de jornais e considerando as condições de transporte e de trabalho no Brasil, a historiadora questionou a existência de um “total desfasamento entre o mundo dos políticos e o mundo real”.<sup>7</sup> No entanto, o trabalho de Silva ainda padece do mesmo nacionalismo historiográfico que os demais autores supracitados. Além de faltar um diálogo mais próximo com a produção historiográfica brasileira acerca da inserção dos imigrantes no país na primeira metade do XIX, foram analisadas apenas fontes produzidas em território português.

Falta, portanto, um trabalho que, na linha daquele realizado por Marcus de Carvalho, avance na recolha dos relatos redigidos pelas autoridades consulares portuguesas – que conferiam substância ao termo difundido em Portugal – e considere os trabalhos de historiadores brasileiros que vêm avançando no debate sobre as zonas cinzentas na distinção entre trabalho “livre” e “forçado”.

### **O Brasil se prepara para receber imigrantes**

Na década de 1830, o Parlamento brasileiro aprovou duas leis que regulamentavam a contratação de trabalhadores livres: a lei dos contratos, de 1830, e a lei de locação de serviços de 1837. Antes de analisa-las, importa lembrar que desde a segunda metade da década de 1820 crescia no Brasil a preocupação com o iminente fim do tráfico de africanos. Neste período, verificou-se o incremento da importação de escravizados em decorrência das pressões inglesas e da assinatura do tratado antitráfico de 23 de novembro de 1826, ratificado em 13 de março de 1827.<sup>8</sup> Finalmente, no dia 7 de novembro de 1831, a Lei Feijó determinou que seriam considerados livres os africanos que dessem entrada no país a partir daquela data.

Como o tráfico prosseguiu clandestinamente até 1850, avaliou-se que a lei de 1831 fora aprovada apenas para amenizar a pressão britânica. No entanto, alguns historiadores demonstraram que, não apenas ela cumpriu um papel fundamental na exigência de liberdade

---

<sup>7</sup> SILVA, Susana Serpa. A emigração açoriana para o Brasil por meados do século XIX e a questão da “escravatura branca”. *História: questões e debates*, Curitiba, n. 56, p. 37-6, jan./jun. 2012, p. 58.

<sup>8</sup> Nas palavras de Manolo Florentino: “os dados de que disponho sugerem claramente que os compradores de africanos acreditavam no fim próximo e definitivo do comércio negreiro e que tal crença se refletiu no mercado de africanos entre 1826 e 1830. [...] acompanhando o evoluir das negociações, as camadas escravistas brasileiras passaram, a partir de 1826, à compra desenfreada de africanos”. FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Editora UNESP, 2014, p. 42.

por parte de africanos ilegalmente escravizados,<sup>9</sup> como de fato foi responsável pela redução do tráfico na primeira metade dos anos 1830 – até o estabelecimento da política do contrabando<sup>10</sup>. A proximidade do fim do nefasto comércio e a abrupta queda do número de entradas de africanos assustaram as elites político-econômicas brasileiras que, rapidamente, se organizaram para atrair trabalhadores europeus despossuídos com o fim de substituir a mão-de-obra escrava no país.

No contexto de busca por soluções viáveis e economicamente rentáveis para o problema da mão de obra que se avizinhava, o senador Nicolau de Campos Vergueiro apresentou na sessão de 6 de agosto de 1829<sup>11</sup> o projeto de lei sobre contratos. Pelo debate, que não cabe aqui reproduzir em detalhes, fica clara a preocupação com a formação de um mercado de trabalho composto por indivíduos que não os africanos escravizados. Fica evidente, também, a desconfiança das elites políticas e econômicas do Brasil com relação ao trabalhador “livre” e o empenho em fornecer garantia e segurança a quem se arriscasse a contratar um imigrante europeu. Por isso, o projeto previa mecanismos de coerção não-econômica para o cumprimento dos contratos, de tal modo que ficasse assegurada a continuidade das atividades produtivas mesmo num cenário de escassez de escravizados. O projeto sofreu algumas emendas e por fim foi aprovado nas duas casas do Congresso, dando origem à lei dos contratos de 13 de setembro de 1830.<sup>12</sup>

A lei, que oferecia algumas garantias aos contratados – como a obrigatoriedade da manutenção (ou melhoria) das condições estipuladas em caso de transferência do contrato –, tinha como principal preocupação garantir os interesses dos contratantes e daqueles que “se arriscavam” a introduzir imigrantes no país. Assim, caso o trabalhador se recusasse a prestar os serviços combinados, deveria restituir os valores adiantados – descontados os trabalhos já executados – e pagar a metade do que receberia se cumprisse o contrato até o fim. Pelo artigo 4º da lei, se o contratado não pagasse a multa devida, poderia ser preso pelo juiz de paz e, ao fim de três prisões correccionais ineficazes, ficaria obrigado a trabalhar na prisão até que, com seus serviços, indenizasse o contratante. Por isso, a historiadora Joseli Mendonça afirma que “o

---

<sup>9</sup> MAMIGONIAN, Beatriz G. *Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

<sup>10</sup> PARRON, Tâmis P. *A política da escravidão no Império do Brasil (1826-1865)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

<sup>11</sup> Projeto de Lei, sessão de 6 de agosto de 1829, *Anais do Senado do Império do Brasil* – segunda sessão da 1ª Legislatura, Tomo II - de 1 de julho a 3 de setembro de 1829, Rio de Janeiro, 1914, p. 187.

<sup>12</sup> Lei de 13 de setembro de 1830. *Coleção de Leis do Império do Brasil* – 1830, vol. I, parte 1, p. 33. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei\\_sn/1824-1899/lei\\_sn/1824-1899/lei-37984-13-setembro-1830-565648-publicacaooriginal-89398-pl.html](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei_sn/1824-1899/lei-37984-13-setembro-1830-565648-publicacaooriginal-89398-pl.html). Acesso em: 29 nov. 2020.

que ocorreu, a partir da lei de 1830, foi a legalização da prisão por dívida contraída pelos trabalhadores e reconhecida em contratos de trabalho”.<sup>13</sup>

Não bastava, contudo, aprovar a lei dos contratos para que os europeus se deslocassem para o Brasil. O transporte de trabalhadores despossuídos e dispostos aos riscos da travessia atlântica dependia da existência de uma rede organizada que viabilizasse as operações de recrutamento dos emigrantes nos países de origem e a viagem para aos portos brasileiros. No entanto, a lei de 1830, ao fornecer garantias a quem se contratasse imigrantes, incentivou a formação dessas redes. Perante a queda do número de escravizados entrados no país entre 1831 e 1834, figuras proeminentes do Império se organizaram para criar as primeiras companhias colonizadoras do Brasil.

Em novembro de 1835, José Calmon du Pin e Almeida reuniu 143 subscrições para fundar a Companhia Colonizadora da Bahia, com capital privado nacional. Em sua *Memória sobre o estabelecimento de uma companhia de colonização nesta província, oferecida aos baianos*, escrita com o objetivo de atrair interessados no investimento, Calmon defendeu a necessidade de “promover, mediante a introdução de braços livres e prestadios, o aumento da agricultura e indústria e o melhoramento da servidão doméstica”.<sup>14</sup> No mesmo ano, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional discutia a formação da Sociedade Promotora da Colonização do Rio de Janeiro (SPCRJ), proposta pelo conde de Gestas e analisada por uma comissão, cujos relatores consideraram ser de “grande vantagem”, para a agricultura e indústria nacionais, a “introdução de colonos livres”.<sup>15</sup> Recolhidas as assinaturas e o capital necessário, a SPCRJ iniciou suas atividades em abril de 1836, tendo à frente da direção o futuro Regente do Império, Pedro Araújo Lima.<sup>16</sup>

Pouco depois de formada, a SPCRJ percebeu os desafios que precisava enfrentar. Além dos riscos de fuga dos colonos transportados e da inadimplência de alguns dos contratantes de mão de obra, foram impostas dificuldades à atuação de agentes e engajadores das companhias

---

<sup>13</sup> MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Leis para “os que se irão buscar”: imigrantes e relações de trabalho no século XIX brasileiro, *História: questões e debates*, n. 56, p. 63-85, jan./jun. 2012, p. 77.

<sup>14</sup> ALMEIDA, Miguel Calmon du Pin e. *Memória sobre o estabelecimento de uma companhia de colonização nesta província, oferecida aos baianos*. Bahia: Tipografia do Diário de G. J. Bezerra & Cia, 1835, p. 3. A Companhia funcionou até meados de 1837, quando Calmon decidiu pôr fim às suas atividades, depois de concorrer para o transporte de algumas centenas – talvez milhares – de colonos (segundo Meléndez, até o início de 1837 a Companhia introduzira 804 imigrantes na província da Bahia).

<sup>15</sup> “Extrato da sessão da Assembleia Geral da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional reunida no dia 15 de novembro de 1835”. *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, III, nº 12, 1835.

<sup>16</sup> Seção de “Declarações”, *Diário do Rio de Janeiro*, nº 15, 20.04.1836. O mesmo texto foi novamente publicado no nº 20 de 26 abr. 1836.

brasileiras em Portugal.<sup>17</sup> No Brasil, a SPCRJ sentiu, portanto, a necessidade de uma lei mais completa que conferisse maiores garantias aos contratantes, mas também aos contratados – de modo a tentar alterar a imagem negativa do Brasil que circulava em Portugal, sobretudo nos Açores. Atendendo à solicitação remetida pela SPCRJ, foi apresentado o projeto de uma nova lei de locação de serviços, mais completa que a anterior.<sup>18</sup> A nova lei manteve a pena de prisão aos trabalhadores que se ausentassem antes de findo o contrato. No entanto, procurando amenizar as determinações legais, o diploma limitava as situações em que os contratados poderiam ser demitidos por justa causa; além de explicitar as circunstâncias em que o trabalhador ficaria livre da obrigatoriedade de cumprir o tempo de contrato.

Se a aprovação da lei de locação de serviços foi insuficiente para aplacar o discurso sobre o “tráfico da escravatura branca” em Portugal, ela certamente atendeu às ambições dos contratantes brasileiros – razão pela qual vigorou até a década de 1870. Têlio Cravo, que analisou a trajetória de oito colonos contratados para trabalhar nas obras da Estrada do Paraíbuna, apontou evidências de que “os instrumentos jurídicos da lei de locação de serviços” eram “extremamente propícios à intromissão senhorial no Judiciário” de modo a deslegitimar “eventuais reivindicações trabalhistas”.<sup>19</sup>

As leis de 1830 e 1837, bem como a formação, entre 1835 e 1836, de duas companhias colonizadoras evidenciam que o Brasil já se preparava para receber europeus despossuídos de modo a assegurar um mercado de trabalho flexível numa eventual queda abrupta do número de escravizados disponíveis no país. Porém, como afirmou Paulo César Gonçalves, “as relações de trabalho supostamente livres estipuladas em contrato encontravam na lei seus limites, sobretudo para o lado mais frágil”.<sup>20</sup>

---

<sup>17</sup> Para uma breve síntese das primeiras circulares e portarias relativas à emigração e ao “tráfico da escravatura branca”, ver: GALVANESE, Marina S. Criação e fracasso de um projeto: Sá da Bandeira e a tentativa de regulamentar a emigração portuguesa para o Brasil (1835-1843), *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 36, nº 69, p. 825-856, set./dez. 2019.

<sup>18</sup> Lei nº 108, de 11 de outubro de 1837. *Coleção de Leis do Império do Brasil*. 31 de dezembro de 1837, vol. I, col. 1, p. 76. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/norma/541072/publicacao/15632760>. Acesso em: 29 nov. 2020.

<sup>19</sup> CRAVO, Têlio et al. Imigração internacional e contratos de trabalho no Império do Brasil: colonos europeus na construção das estradas na década de 1830, *Almanack*, Guarulhos, p. 1-34, n. 25, 2020, p. 29.

<sup>20</sup> GONÇALVES, Paulo César. Escravos e imigrantes são o que importam: fornecimento e controle da mão de obra para a economia agroexportadora oitocentista, *Almanack*, Guarulhos, n. 17, p. 307-361, 2017, p. 325.

## Emigração e escravatura branca

É nesse contexto de busca por alternativas à mão de obra escravizada em países ou regiões escravistas que se deve compreender a construção da categoria de “escravo branco” em Portugal e a formação do discurso do “tráfico da escravatura branca”. Ainda que, num primeiro momento, esses termos tenham sido cunhados em função da forma como os açorianos eram transportados e contratados, a permanência da categoria “escravo branco” deveu-se, em grande parte, ao fato desses imigrantes ficarem presos aos contratos por longos períodos de tempo (normalmente, três anos). Ou seja, não é possível analisar esses discursos sem considerar que, no Brasil oitocentista, havia uma “miríade de arranjos de trabalho que recombinaavam graus diversos de liberdade e compensação financeira pelo trabalho, com elementos de coerção (física e pecuniária)”.<sup>21</sup>

A necessidade de inserir a compreensão que as autoridades portuguesas tinham da emigração na década de 1830 no contexto mais amplo da abolição do tráfico de escravizados fica evidente num ofício de 1835, enviado pelo ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal ao ministro do Reino. No documento, o primeiro comunicava a chegada, às Antilhas, de “um navio cheio de emigrados dos Açores”<sup>22</sup> que partira do Faial. Ainda segundo as informações apuradas pelo diplomata português, formara-se na Inglaterra uma “espécie de *joint stock company*” com o objetivo de “promover a emigração de braços europeus para as colônias, com o intuito de se ir suprir a falta que causara a abolição do tráfico da escravatura e mais, agora, a emancipação dos escravos”.<sup>23</sup> Esta é a informação mais antiga encontrada acerca da emigração de açorianos engajados por companhias estrangeiras com o claro objetivo de substituição da mão de obra africana escravizada.

No mesmo ano, o duque de Palmela, ocupando o ministério dos Negócios Estrangeiros, propunha que os governadores civis dos Açores restringissem a concessão de passaporte para fora do reino, devido à “necessidade evidente de proteger os açorianos contra as especulações de estrangeiros, que traficam com escravos brancos, e de proteger os incautos”.<sup>24</sup> Esta foi a

<sup>21</sup> LIMA, Henrique Espada. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX, *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 6, nº 11, p. 289-326, jul./dez. 2005, p. 295.

<sup>22</sup> TORRE DO TOMBO. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Registro de correspondência expedida para o Ministério do Reino. Transcrição do ofício enviado pelo ministro de Portugal em Londres, citado no ofício enviado pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Conde de Vila Real, ao ministro do Reino, Agostinho José Freire. Lisboa, 13 de maio de 1835. Livro 328, p. 100.

<sup>23</sup> Id.

<sup>24</sup> TORRE DO TOMBO. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Registro de correspondência expedida para o Ministério do Reino. Ofício enviado pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, duque de Palmela, ao ministro do Reino, Rodrigo da Fonseca Magalhães, Lisboa, 13 de outubro de 1835. Livro 328, p. 145. Grifo nosso.

primeira vez que os emigrantes portugueses foram explicitamente comparados a escravos brancos por uma autoridade portuguesa. A comparação foi feita poucos dias depois da chegada da escuna Fayalense ao Brasil, com 56 passageiros a bordo, os quais teriam sido “aliciados pelo agente consular brasileiro” no Faial. As informações relativas à Fayalense foram mais detalhadamente fornecidas pelo cônsul Francisco José de Noronha Feital quando da chegada do patacho “Cometa” no início de 1836 vindo da ilha de São Miguel com 146 passageiros. O acontecimento gerou indignação em Noronha Feital, que procurou libertar os portugueses proibidos de desembarcar e assegurar que firmassem vantajosos contratos com os proprietários locais.

De acordo com o ofício enviado no dia 27 de março, os ilhéus viajaram de posse dos respectivos passaportes e “sujeitaram-se a servir aqui a qualquer pessoa, pelo tempo que o capitão ou o consignatário estipulassem”,<sup>25</sup> além de terem concordado em não desembarcar “contra a vontade do capitão”.<sup>26</sup> A chegada desses passageiros causou, segundo o cônsul, “grande desgosto a todos os portugueses residentes desta praça, porque lhes recordava o que tinha havido com os colonos que vieram a bordo da escuna ‘Fayalense’”.<sup>27</sup> De modo a deixar mais claras a densidade e a substância do termo “escravo branco” que então se forjava, importa transcrever um trecho do ofício em que o cônsul traçou as semelhanças entre a contratação dos colonos e o comércio de escravizados:

Há nesta qualidade de transação alguma analogia com as da escravatura e isso deu motivo a usar-se, geralmente, a respeito dos colonos, a mesma linguagem de que se tivesse chegado um navio com escravos da costa da África. Em muitas partes se ouvia dizer se achar ‘dois colonos portugueses bons até 70\$000 ou 80\$000, compre’. Esta linguagem, e outra ainda mais repugnante, já tinha produzido grandes inconvenientes a alguns dos colonos que vieram pela ‘Fayalense’, porque além de se sujeitarem a três e mais anos de trabalho para pagarem a passagem, são tratados com bastante desprezo, pela ideia errada que a respeito deles se propagou e de que alguns patrões de má índole se aproveitaram.<sup>28</sup>

Os fatos relatados chamam a atenção por alguns motivos. O primeiro, por apontar a participação das autoridades consulares brasileiras no engajamento de imigrantes nos Açores – Meléndez afirma que o ministro brasileiro Manoel Alves Branco dera claras instruções aos

---

<sup>25</sup> TORRE DO TOMBO. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Correspondência consular recebida do consulado da Bahia. Ofício do cônsul de Portugal na Bahia ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Marquês de Loulé, Bahia, 27.03.1836, cx. 251.

<sup>26</sup> Id.

<sup>27</sup> Id.

<sup>28</sup> Id.

agentes consulares nos Açores para engajar colonos.<sup>29</sup> O segundo por evidenciar que, mesmo antes de formada a Companhia da Bahia, os capitães de navios já tinham a certeza de que conseguiriam recuperar o valor da passagem antecipado aos indivíduos incapazes de pagar pela viagem. O terceiro, por esclarecer que a analogia com a escravatura se devia mais à forma como os colonos eram transportados e transacionados numa sociedade habituada aos mercados de escravizados do que às características dos contratos celebrados.

No mais, os relatos sobre a “Fayalense” e o “Cometa” – os primeiros até aqui encontrados relativos ao “tráfico da escravatura branca” – demonstram a convergência de interesses que, em 1835 e 1836, propiciou a emigração de açorianos ao Brasil. Evidentemente que à formação de companhias interessadas em contratar imigrantes, aos interesses comerciais dos capitães e à necessidade de mão de obra no Brasil, somou-se a vontade, por parte de muitos ilhéus, de abandonar o arquipélago. Conforme a descrição fornecida pelo administrador geral de Angra do Heroísmo, em 1837, era grande a miséria nas ilhas, onde não era difícil aos trabalhadores comprovarem “sua extrema indigência” e o baixo valor auferido pelas jornadas para, assim, obterem um passaporte para emigrar.<sup>30</sup> Denúncia semelhante foi feita pelo deputado Manuel Santos Cruz que, num debate na Câmara no mesmo ano, afirmou que as ilhas eram “quase todo um morgado”,<sup>31</sup> de modo que a maior parte dos habitantes era composta por colonos ou jornaleiros.

Como as condições que empurravam os ilhéus para fora do arquipélago não foram alteradas, a emigração seguiu ao longo da década de 1830 (a despeito das medidas adotadas pelas autoridades portuguesas) e se intensificou devido aos incentivos dados pelas companhias baiana e carioca aos capitães de navios para que transportassem um grande número de passageiros.<sup>32</sup> Nos jornais brasileiros desse período, eram frequentemente anunciados os colonos à disposição de quem se interessasse. As autoridades consulares portuguesas, por sua vez, seguiam denunciando o fato dos emigrantes hipotecarem “suas pessoas, bens e herdeiros” e se comprometerem, por contratos assinados com os capitães, a não desembarcar enquanto não fossem quitados os valores do transporte.

---

<sup>29</sup> MELÉNDEZ, José Juan P. *The business of peopling: colonization and politics in Imperial Brazil (1822-1860)*. 2016. Tese (Doutorado em História) – Faculty of the Division of Social Sciences, University of Chicago, Illinois, agosto de 2016, p. 256.

<sup>30</sup> TORRE DO TOMBO. Ministério do Reino. Negócios Diversos. Ofício encaminhado pelo administrador geral de Angra do Heroísmo, visconde de Bruges, ao ministro do Reino, António Fernandes Coelho, Angra do Heroísmo, 10 de maio de 1838, mç. 2039.

<sup>31</sup> Intervenção do constituinte Manuel Santos Cruz durante a sessão de 18 de março de 1837. *Diário das Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa*, Lisboa, nº 48, p. 73.

<sup>32</sup> Não há, ainda, estatísticas confiáveis relativas ao número de açorianos que deram entrada no Brasil entre 1830 e 1850. No momento, estamos trabalhando nesse levantamento.

Em Portugal, o “tráfico da escravidão branca” indignava a opinião pública e, no Parlamento, o deputado Passos Manuel denunciou, em 1836, o mau tratamento que recebiam esses emigrados a bordo dos navios. O deputado lamentou, ainda, que num momento em que “as nações da Europa procura[va]m meios de estorvar ao tráfico da escravidão dos negros”, tinha início “o tráfico da escravidão dos brancos”.<sup>33</sup> A intervenção do deputado evidencia o incômodo causado na elite portuguesa, que percebeu a mudança do *status* dos lusitanos na antiga colônia, bem como a indignação seletiva provocada pela forma inaceitável como eram transportados portugueses – mas tolerável quando se tratava de africanos.

Posteriormente, foi a vez do deputado Bernardo Costa Cabral denunciar “as falsas promessas [...] feitas aos insulares por essas sociedades ou companhias que, não podendo fazer a escravidão negra nas costas d’África, vem hoje fazer a branca nos Açores”.<sup>34</sup> O deputado levantava, ainda em 1837, a suspeita de que as dificuldades impostas ao tráfico de africanos escravizados empurravam os traficantes ao transporte de ilhéus para o Brasil. Muito embora faltem ainda estudos mais aprofundados a esse respeito, historiadores como Marcus de Carvalho e Luiz Felipe de Alencastro<sup>35</sup> identificaram alguns comerciantes e capitães de navios que se dedicavam a ambas as atividades. Essa suspeita conferia ainda mais densidade à associação entre emigração e escravidão.

Do que foi aqui apresentado, fica clara a necessidade de novas pesquisas acerca da imigração no ocaso do tráfico de escravizados, as quais, superando um olhar restrito às fronteiras nacionais de um dos polos do fenômeno, sejam capazes de trazer à superfície as imbrincadas redes que uniam as políticas migratórias de Portugal e Brasil nos anos que se seguiram ao termo das relações coloniais.

Antes de encerrar as considerações deste trabalho, importa observar que, se o discurso do “tráfico da escravidão branca” possuía densidade e substância – sendo mais do que um véu com o objetivo de esconder a insuficiência das estruturas sociais portuguesas –, a comparação entre o fluxo emigratório e a escravidão era, obviamente, imprecisa. Apesar de não serem livres para desembarcar no momento da chegada dos navios, os emigrantes embarcavam voluntariamente e contavam, no Brasil, com representação consular e contratos de trabalho. Por mais que as instituições nacionais fossem favoráveis aos contratantes, esses indivíduos não

---

<sup>33</sup> Intervenção do deputado Manuel da Silva Passos, sessão de 5 de fevereiro de 1836. *Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*, n. 27, p. 349.

<sup>34</sup> Intervenção do constituinte Bernardo Costa Cabral durante a sessão de 18 de março de 1837. *Diário das Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa*, Lisboa, nº 48, 1837, p. 71.

<sup>35</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro (1850-1872). *Novos Estudos*, São Paulo, nº 21, jul. 1998, p. 29-56.



correriam o risco de serem postos em cativeiro – risco que acompanhava os africanos e afrodescendentes (mesmo os libertos) numa sociedade escravocrata e racista. Por piores que fossem os contratos de trabalho, suas cláusulas não eram vitalícias. Ou seja, se o trabalho não era completamente livre, os imigrantes estavam em condições mais favoráveis que os africanos escravizados.

## A imigração de judeus no Governo Vargas (1930-1945)

Jesiane Debastiani<sup>1</sup>

### Introdução

A política imigratória brasileira sempre buscou e incentivou a vinda de imigrantes para o país, como mão de obra e também como fator para a composição racial da população brasileira, dando preferencia ao imigrante europeu branco. Com o fim do tráfico de escravos (1850) e, posteriormente, a Lei do Ventre Livre (1871), juntamente com o crescimento dos movimentos abolicionistas anunciavam que a escravidão estava seus momentos finais.

Neste mesmo período, a lavoura cafeeira passava a demandar cada vez mais mão de obra. Os fazendeiros, ao se depararem com a escassez de mão de obra, passaram a cogitar a ideia de importarem trabalhadores imigrantes para o trabalho na lavoura exportadora.

A primeira tentativa para promover a imigração foi através do Sistema de Parceria implantado pela iniciativa particular de Nicolau Campos Vergueiro. Entretanto este sistema começou a apresentar alguns problemas como o endividamento dos imigrantes e também o fato de muitos fazendeiros estarem acostumados a lidarem com o trabalho escravo, tratando muitas vezes o imigrante como um escravo.

Após o Sistema de Parceria, surgiu o Colonato que se desenvolveu em grande escala na lavoura cafeeira, apresentando resultados, principalmente pelo fato que o Estado subvencionava as passagens para os imigrantes, livrando-os de dívidas como as de transporte.

Na década de 1880, com a escravidão praticamente próxima a seu fim, e com a demanda cada vez maior de mão de obra, o Estado Brasileiro passou a subsidiar a imigração. Primeiramente, por meio de Legislação, mas também através do subsídio financeiro, oferecendo serviços como recepção, embarque e desembarque, instalação para os imigrantes, sendo que uma das medidas foi à criação da Hospedaria da Ilha de Flores no Rio de Janeiro:

Destaca-se que a Província de São Paulo desempenhou um grande papel no que tange a promover a imigração para as áreas do interior. Os fazendeiros com a ajuda do Estado conseguiram alcançar soluções para as demandas da lavoura, uma vez que estas exigiram o dinheiro público, para isso alegando ser do interesse da riqueza do país.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Mestra em História pelo Programa de Pós-graduação em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp/Assis).

<sup>2</sup> GONÇALVES, Paulo Cesar. Escravos e imigrantes são o que importam: fornecimento e controle da mão de obra para a economia agroexportadora Oitocentista. *Almanack*, Guarulhos, n. 17, dez. 2017, p. 349.

Durante a Primeira República ocorreram mudanças na política imigratória brasileira, no sentido de sua descentralização. Com isso aos poucos os Estados brasileiros, através de inúmeros decretos e leis, passariam a terem maior liberdade de ação nas questões de imigração e colonização, principalmente o estado de São Paulo. Cabe destacar a Constituição de 1891 que estabelecia maior autonomia para os Estados lidarem com os problemas de imigração e colonização.

Ao mesmo tempo em que se incentivava a imigração para o Brasil, iniciava-se o debate acerca do imigrante “desejável” ao país. A seleção do imigrante no século XIX e posteriormente, no século XX, seria influenciada pela tese do branqueamento, segundo a qual, a vinda de europeus brancos, considerados como raça superior e civilizados, auxiliaria no processo de branqueamento da população brasileira do período, vista muitas vezes como atrasada, de maneira que conduziria a sociedade ao progresso.

Quaisquer imigrantes seriam bem-vindos, desde que “agricultores, trabalhadores e moralizados”, o que não dizia respeito aos chineses, aos africanos e nem aos nacionais, descendentes de raças não viris e pouco inclinadas ao trabalho. Tratava-se em suma de abrir o país ao progresso e para isso era urgente favorecer a chegada e estabelecimento de seus agentes, os estrangeiros pertencentes às raças vigorosas.<sup>3</sup>

Desta forma, podemos destacar que a política de imigração no século XIX caracterizou-se pela busca de mão de obra estrangeira para a lavoura cafeeira, como também para a formação de núcleos coloniais. Ao mesmo tempo, iniciava-se um debate acerca do imigrante ideal para a sociedade brasileira, destacando determinadas estratégias de seleção do imigrante. Seleção e restrição a estrangeiros, classificados como “desejáveis” e “indesejáveis”, que perduraria até as primeiras décadas do século XX.

### **A política imigratória no Governo Vargas**

A partir dos anos de 1930, período em que Vargas assumiu o poder no Governo Provisório a política imigratória passou por algumas transformações, pois se iniciava um maior debate, discussão a respeito das questões de imigração e colonização no Brasil, como também avaliava e selecionava quais nacionalidades seriam adequadas para o país.

Inúmeros decretos foram promulgados com a intenção de controlar e selecionar a entrada de estrangeiros no território brasileiro, como o Decreto-Lei n.19.482 de 12 Dezembro

---

<sup>3</sup> AZEVEDO. Celia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites- século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.146.

de 1930, no qual, seria limitada a entrada, no território nacional, de passageiros estrangeiros de terceira classe, e ainda dispunha sobre a localização e amparo de trabalhadores nacionais.

Outro decreto importante foi a Lei de Cotas promulgada em 1934, após intensos debates na Assembleia Constituinte, segundo a qual:

a entrada de imigrantes no território nacional sofreria as restrições necessárias à garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de dois por cento sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos.<sup>4</sup>

Através desta Lei ocorreu uma diminuição na entrada de estrangeiros no país, principalmente os considerados “indesejáveis”, sendo o principal alvo os imigrantes japoneses.

Através destes Decretos e dos resultados da Assembleia Constituinte percebemos que o período de livre imigração, período sem nenhum controle relacionado aos imigrantes, havia acabado. Iniciaria a partir de 1934, com o Governo Constitucional, comandado por Getúlio Vargas, um novo momento da história da política imigratória brasileira, caracterizado por mais restrições e seleções, tendo seu auge no Estado Novo.

O período do Estado Novo se caracterizou com intensa seleção e restrição das correntes imigratórias, sendo o imigrante considerado desejado ou indesejado, influenciado por ideias eugênicas, ideias estas que delimitavam e apontavam quais nacionalidades eram importantes para o processo de branqueamento e conseqüentemente do progresso do país.

O auge da centralização política e a ação intervencionista do Estado em relação à questão imigratória se configurou com a promulgação do Decreto-Lei n.406 de 04 de Maio de 1938, que dispunha sobre a entrada de estrangeiros em território nacional, os selecionando, mantendo o sistema de cotas, como também criava o Conselho de Imigração e Colonização.

Desta forma, o imigrante era bem-vindo desde que se integrasse ao “nós”, atendendo as regras impostas pelos ordenadores da sociedade brasileira. A partir do momento em que se tornava inoportuno à ordem instituída, propondo reformas sociais e políticas — ou seja, procurando instituir uma nova ordem segundo ideologias exóticas —, sua identidade era questionada como perigosa à composição racial da população ou à segurança da Nação.<sup>5</sup>

Com uma política restritiva baseada em ideias eugenistas o imigrante estrangeiro passou a ser analisado como imigrante desejável ou indesejável e, com isso, tornou cada vez mais

<sup>4</sup> Artigo 121, parágrafo sexto referente a Lei de Cotas presente na Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil 1934.

<sup>5</sup> CARNEIRO. Maria Luiza Tucci. A imagem do imigrante indesejável. *Seminários – nº 3. Crime, criminalidade e Repressão no Brasil República*. 2001, p.01.

complicada a entrada de imigrantes indesejáveis no país, principalmente durante a Segunda Guerra Mundial.

Entre os imigrantes considerados desejáveis eram os europeus brancos, devidamente selecionados em critérios físicos e psicológicos e o estrangeiro agricultor. Analisando a política imigratória do Estado Novo observou-se a preferência como imigrantes desejáveis os suecos e portugueses.

O Governo brasileiro ao selecionar o imigrante e o considerar como desejável, ao mesmo tempo considerava determinadas nacionalidades, grupos como indesejáveis alegando a estes a presença de caracteres não condizentes com o meio social brasileiro.

No grupo de imigrantes indesejáveis encontravam-se pessoas com deficiência física e mental, pessoas maiores de 60 anos e menores de 18 anos, negros, japoneses, alemães e judeus. Os imigrantes negros, japoneses e judeus embora não estejam presentes como indesejáveis na legislação imigratória, ao longo de todo o Governo Vargas, ocorreu inúmeros debates que consideravam estes imigrantes inferiores raciais em relação ao imigrante europeu branco, alegando a eles os mais diversos estereótipos.

### **O imigrante judeu na política imigratória**

Os judeus também foram vistos como indesejáveis durante o Governo Vargas. A entrada deste grupo e as restrições impostas, no período do Estado Novo, ainda é uma temática muito complexa e contraditória. Foi durante o Estado Novo em que percebemos o maior número de debates e restrições a estes estrangeiros.

Considerados, na maioria das vezes, como capitalistas, sendo que a principal atividade que se destacavam era o comércio, principalmente, no pequeno e ambulante, o acabava por facilitar sua ascensão social e econômica. Por outro lado, vemos que dificilmente esses imigrantes iam para a agricultura, algo que era priorizado pelo Governo Vargas.

Os intelectuais e formuladores políticos consideravam os judeus culturalmente indesejáveis, mesmo acreditando que eles mantinham um relacionamento especial e hereditário com o poder econômico e que poderiam, dessa forma, auxiliar o Brasil a desenvolver-se industrialmente.<sup>6</sup>

Percebemos que havia uma contradição, ambiguidade na imagem dos judeus no país principalmente entre os intelectuais, políticos do Estado Novo. Ainda que acreditassem que a

---

<sup>6</sup> LESSER. Jeffrey. *O Brasil e a questão judaica: imigração, diplomacia e preconceito*. Rio de Janeiro: Imago, 1995, p. 23.

imigração de judeus fosse indesejável ao país, ao mesmo tempo o fato destes imigrantes se destacarem nas atividades comerciais, em geral nas atividades ligadas ao poder econômico, os viam como uma forma de possibilitar o desenvolvimento econômico brasileiro.

Antes da instauração do Estado Novo em 07 de Junho de 1937 iniciaria o período de emissões de diversas circulares secretas destinadas aos judeus e emitida pelo Itamaraty, estas circulares proibiam a concessão de vistos aos semitas. Segundo Fábio Koifman, a circular foi adotada de forma irregular, o que, desta forma, o seu êxito dependia da interpretação de cada diplomata.

Através destas circulares principalmente as que foram destinadas aos semitas, israelitas, vemos um endurecimento da política imigratória brasileira destinada aos judeus, no mesmo período em que a situação deste grupo na Europa se dificultava cada vez mais devido ao avanço do governo nazista. Entretanto, este fato não excluiu a entrada de judeus no Brasil, pois, estes, em menores números, continuaram a vir ao país.

Um episódio que merece destaque na história de judeus para o Brasil, tratava-se da concessão dos 3.000 vistos para os alemães católicos não-arianos a pedido do Papa Pio XII ao governo de Getúlio Vargas. Foram um longo período de debates acerca da entrada destes não-arianos, envolvendo diplomatas, membros da Igreja Católica, como também o Conselho de Imigração e Colonização. Como resultado da questão dos católicos não-arianos ao Brasil dos 3.000 vistos solicitados pelo Papa Pio XII apenas 803.

A historiografia contemporânea trouxe novos trabalhos acerca da imigração judaica para o Brasil e como estes conviviam com o Estado Novo, fugindo da Segunda Guerra Mundial.

Inicialmente a historiadora Tucci Carneiro acredita que:

desde a instauração do Estado Novo, em novembro de 1937, o governo brasileiro procurou impedir a imigração dos judeus refugiados do nazismo e dos sobreviventes dos campos de concentração. Indiferentes ao drama vivenciado pelos judeus na Europa, as autoridades brasileiras optaram pela adoção de uma política imigratória seletiva e restritiva. Valendo-se de velhos argumentos antisemitas, interpretando essa imigração como uma ameaça à integridade étnica e religiosa da população, idealizada como branca e católica.<sup>7</sup>

Primeiramente acerca da existência ou não de um sentimento antissemita analisaremos essa questão posteriormente. Nos discursos de Tucci Carneiro sobre a política imigratória destinada aos judeus, percebemos que a autora defende uma ideia de total restrição a este grupo.

Diferentemente de Tucci Carneiro, Jeffrey Lesser acredita que:

---

<sup>7</sup> CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Muralha anti-semita. Inspiradas em ideias racistas, autoridades do Estado Novo impediram a entrada de refugiados judeus no Brasil. *Revista de História*, nov. 2007, p. 2.

as posições sobre a imigração judaica estavam em constante mutação. Os judeus eram considerados não-brancos e incompatíveis com a política de branqueamento racial do Brasil e, simultaneamente, vitais para o desenvolvimento econômico do país. Em 1939, apesar das ordens secretas restringindo o ingresso de judeus, mais judeus entraram no Brasil do que em qualquer período dos dez anos anteriores.<sup>8</sup>

Com isso, este trabalho considera pertinente a visão apresentada por Jeffrey Lesser, pois, ao mesmo tempo em que vemos o surgimento de inúmeras restrições com a intenção de restringir e controlar a entrada de judeus, sendo taxados dos mais diversos estereótipos, a imigração deste grupo não cessou, apenas sofreu uma redução. Observando os números de entradas, estes imigrantes continuaram a vir ao Brasil, com a ajuda de entidades aqui presentes, como também através da ação humanitária de Diplomatas brasileiros.

O que podemos concluir da imigração judaica é que esta apresentou contradições, no que diz respeito, à política migratória. Embora vista como indesejável, em certos momentos da história foi vista como necessária ao país, principalmente auxiliando no seu desenvolvimento econômico, de maneira que, quando necessário aos interesses econômicos do país, era autorizada, por exemplo, a entrada de banqueiros de origem semita.

Os imigrantes judeus, em relação aos nacionais alemães e japoneses, sofreram menos restrições em território brasileiro. “Judeus e japoneses foram vistos como instrumentos, fantoches da elite brasileira, vez que esta tratava dos imigrantes, em geral, como peças que auxiliariam na construção de um país branco, ao mesmo tempo, mais econômico e seguro militarmente”.<sup>9</sup>

Quando se aborda a entrada de judeus ao país no período pesquisado, a historiografia busca analisar a existência ou não de pensamento e práticas antissemitas no Governo Vargas.

Dentre os autores que defendem que o Governo Vargas se caracterizou como sendo antissemita, destaca-se a autora Maria Luiza Tucci Carneiro. Em suas diversas obras, encontramos o antissemitismo como prática recorrente do Estado Novo. “Valendo-se de velhos argumentos antissemitas, interpretou-se essa imigração (judaica) como uma ameaça à integridade étnica e religiosa da população, idealizada como branca e católica”.<sup>10</sup>

Para Cytrynowicz:

houve-se no Brasil há presença de ideias antissemitas na elite do Governo Vargas, principalmente no Itamaraty, além da atuação da Ação Integralista Brasileira, de maneira que o governo brasileiro se mostrou conivente com o antissemitismo na Europa, entretanto, o preconceito presente em esferas do governo, do Itamaraty, do

<sup>8</sup> LESSER, op. cit., 1995, p. 307.

<sup>9</sup> LESSER, Jeffrey. Repensando a política migratória brasileira na época Vargas. In. BOUCAULT. Carlos Eduardo de. RENOVAR, Teresa Malatian. *Políticas Migratórias: Fronteiras dos direitos humanos no século XXI*. Rio de Janeiro. 2003, p. 287.

<sup>10</sup> CARNEIRO, op. cit., p. 01.

corpo diplomático, da ação da polícia política, no Integralismo e em círculos intelectuais não se transformou em ações concretas dentro do Brasil ou em violência aberta.<sup>11</sup>

Para Marcos Chor Maio:

embora as ideias antissemitas fossem aceitas pelos mais diversos intelectuais do Estado Novo, e por meio legais buscasse restringir a entrada deste grupo de estrangeiros, com a utilização de Circulares-Secretas, Marcos Chor Maio acredita que no Brasil, além dos cálculos utilitários de Getúlio Vargas em face dos judeus em suas conexões externas, condicionantes internos relativos ao modo como segmentos da elite política pregavam máximas antissemitas que não se traduziam, em diversos momentos, em práticas antissemitas.<sup>12</sup>

Fábio Koifman (2017), no que diz respeito à imigração de judeus para o Brasil, no país:

este grupo, foi alvo de uma imagem negativa que se manifestava no meio intelectual brasileiro, porém, este fato não impediu ou dificultou os judeus, que viviam em território brasileiro, de ter uma vida normal, sem perseguições, sendo, muitas vezes, vistos como refugiados da Europa.<sup>13</sup>

Segundo Koifman:

a política imigratória adotada no governo referente às restrições, principalmente aos judeus, não foi influenciada pelo nazismo, mesmo que durante este período encontravam-se adeptos desta ideologia no Governo Vargas. Desse modo, não é possível compreender a política imigratória brasileira daquele tempo tão somente como expressão de antissemitismo de Estado ou decorrente da influência dos modelos fascistas.<sup>14</sup>

O antissemitismo que se fez presente no Estado Novo se mostrou diferente da ideologia antissemita nazista da Europa. “Ao se propor e utilizar um pensamento antissemita no Brasil observa-se que houve uma tropicalizada deste pensamento, como aconteceu com a eugenia”.<sup>15</sup>

Desta maneira, embora o antissemitismo brasileiro tenha tido influência desta ideologia na Europa, aqui, este pensamento, encontrou maneiras diferentes de expressar-se, sendo moldado conforme o contexto brasileiro.

Embora o discurso antissemita estivesse presente nas altas camadas do governo, este não impediu que muitos judeus entrassem no país. “Para Lesser, enquanto alguns judeus eram

<sup>11</sup> CYTRYNOWICZ. Roney. “Além do Estado e da ideologia: imigração judaica, Estado-Novo e Segunda Guerra Mundial”. *Revista Brasileira de História*, v. 22, n. 44. São Paulo, 2002, p. 395.

<sup>12</sup> MAIO. Marcos. Chor. Qual anti-semitismo? Relativizando a questão judaica no Brasil dos anos 30. In PANDOLFI. Dulce. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 249.

<sup>13</sup> KOIFMAN. Fábio. O Estado Novo e as restrições a entrada de refugiados: história e construção de memória. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, jul./dez. 2017, p. 72.

<sup>14</sup> Id.

<sup>15</sup> KOIFMAN. Fábio. *Quixote nas trevas: o embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 476.



proibidos de vir ao país, outros chegavam sem maiores problemas, o que, desta forma, a política judaica brasileira se assemelhava à da Espanha presente no Governo de Franco”<sup>16</sup>.

Ao analisar a política imigratória, no que tange aos judeus e o discurso antissemita que se fez presente nos meios intelectuais brasileiros, acredita-se que se trata de uma política complexa e ao mesmo tempo contraditória.

Desta maneira, esta pesquisa concorda com esta linha historiográfica. Houve um discurso antissemita no Brasil, diferente do que ocorreu na Alemanha. Podemos dizer que, como assevera Koifam, um antissemitismo tropicalizado, com características diferentes dos da Europa, sendo moldado ao contexto brasileiro, porém, esse discurso não se transformou em práticas antissemitas, como perseguições, encarceramento.

Ao contrário no país, os judeus conseguiram uma maior liberdade, se desenvolvendo economicamente, sendo muitas vezes, como acredita Lesser, “instrumentos, fantoches da elite brasileira, que de acordo com seus interesses ora os viam como estereótipos negativos, ora como imigrantes importantes para o desenvolvimento do país, assim permitindo sua entrada no Brasil”.<sup>17</sup>

## **Conclusão**

Com o início do Governo Vargas em 1930 inúmeras mudanças ocorreram nos diversos setores da sociedade, destacando a política imigratória brasileira. Neste período a política imigratória passou a ser centralizada através da criação do Conselho de Imigração e Colonização, como também mais restritiva e seletiva em relação aos imigrantes que entraram no país.

Com isso os imigrantes passaram a serem considerados desejáveis e indesejáveis com base em ideias eugênicas, desta forma, os imigrantes desejáveis eram os europeus brancos devidamente selecionados, principalmente os portugueses. Enquanto que os imigrantes indesejáveis eram os negros, japoneses, judeus, pessoas com deficiência física e psicológica.

Os judeus foram alvos da política imigratória a partir do ano de 1935, período em que se notou um grande aumento destes estrangeiros, a eles eram alegados aos mais diversos estereótipos, como capitalistas, imigrantes que não se misturavam com os demais.

---

<sup>16</sup> LESSER, op. cit., 1995, p. 307.

<sup>17</sup> LESSER, op. cit., 2003, pp. 286-287.

Através de circulares-secretas tentava-se controlar a entrada deste grupo em território brasileiro, entretanto apesar das restrições estes estrangeiros continuaram a entrar no Brasil. Acreditamos que estes imigrantes estando no país não sofreram perseguições como os japoneses e alemães, além de que não eram constantemente fiscalizados e vigiados.

No Brasil embora as ideias antissemitas tenham conseguido adeptos nos meios intelectuais, elas não se transformaram em práticas, perseguições aos judeus, como no caso do nazismo alemão. Desta forma, observa-se uma visão ambígua em relação a este grupo, que para os intelectuais e para o governo brasileiro, os judeus ora eram vistos como inassimiláveis, como apátridas, ora eram necessários ao país, pois, sua entrada favoreceria ao desenvolvimento econômico brasileiro. No Governo Vargas o fato da restrição ou aceitação dos judeus estava relacionado mais a questão de interesses políticos, e como essa atitude do governo brasileiro seria vista pelo cenário internacional.

Com isso, acreditamos que no grupo considerado “indesejável” havia os imigrantes que eram considerados como mais indesejáveis do que os demais, sendo que estariam primeiramente os japoneses, seguidos de alemães e por último os judeus.

## O masculino dentro do Hospital Allan Kardec (1922-1937)

Gabriel Lopes<sup>1</sup>

Márcia Pereira da Silva<sup>2</sup>

### Introdução

*– Pelo amor de Deus – disse. – Juro pela minha mãe morta que só vim telefonar. Bastou ver sua cara para saber que não havia súplica possível diante daquela energúmena vestida de mecânico que era chamada de Herculina por sua força descomunal. Era a responsável pelos casos difíceis, e duas reclusas tinham morrido estranguladas com seu braço de urso-polar adestrado na arte de matar por descuido. (Gabriel García Márquez).<sup>3</sup>*

Maria só queria telefonar. Com o carro quebrado, sua ida para Barcelona a fim de encontrar-se com o marido fora subitamente interrompida. Defronte de tal vicissitude, cerceada pela pane mecânica do automóvel e por uma dupla impossibilidade; prosseguir sua viagem e inteirar o marido acerca da situação inesperada; recorre a prática costumeira dos sinais de beira de estrada. Após uma hora de espera, consegue sua almejada carona. O chofer do automóvel alertara que não ia para muito longe. “Não importa”, secundou Maria. “Eu só preciso de um telefone”. Dentro do automóvel, notou as feições autoritárias da moça que viajava ao lado do motorista. Notou ainda o grupo de mulheres adormecidas, munidas da mesma manta que ela própria recebera ao adentrar no veículo. “Devem ser freiras”, pensou Maria. A lógica erigida em sua cabeça parecia de precisão absoluta: “Provavelmente seguimos em direção ao convento”. Adormeceu. Fora acordada pela estrada ruidosa que seguia rumo ao pátio escuro e nebuloso. As mulheres se organizavam em fila indiana e Maria, ao descer do automóvel logo apertou o passo. Incontinenti, rumo à entrada do edifício, fora interrompida pelo guarda, cujos ares imperiosos detiveram-na subitamente. Obedeceu às ordens severas e encaminhou-se em silêncio para a fila, junto às outras mulheres. No saguão, tomada pelo anseio de explicar sua penosa situação, perguntou sobre a dita localização do telefone. “Por aqui, gracinha, o telefone é por aqui”. A burocracia das filas parecia incontornável. Permaneceu junto às outras, que

---

<sup>1</sup> Graduando em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp/Franca). Bolsista FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo).

<sup>2</sup> Doutora em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp/Franca).

<sup>3</sup> MÁRQUEZ, Gabriel García. *Doze contos peregrinos*. Rio de Janeiro: Record, 1992.

caminhavam silenciosamente com destino ao dormitório coletivo. Avistou então uma mulher, distinta das guardas gerais, parecia pertencer a outra escala hierárquica. A mulher superior passou a conferir a identidade das recém-chegadas. Maria não trazia consigo nenhuma identificação: “É que só vim telefonar”, preveniu Maria e explicou com muito empenho sua circunstância desditosa. Contrariada, sem identificação, o médico a classificou como “agitada”. O sonífero que sufocou seus murmúrios noturnos – os quais ecoavam nas paredes remotas e ninguém parecia ouvir – logo cedeu lugar ao hábito cotidiano, partilhado junto as outras internas. Suas suspeitas iniciais foram contrariadas, não se tratava de um convento, mas sim, de um hospital para enfermas mentais.

A história acima parafraseada parcialmente pertence ao conto “Só vim Telefonar”, publicado no ano de 1992 e que faz parte dos Doze Contos Peregrinos, escritos por Gabriel García Márquez.<sup>4</sup> O enredo apresentado nos conta a história de Maria de La Luz Cervantes que, em busca de um telefone para alertar seu marido sobre a pane que sobreveio em seu carro, acaba por se ver trancafiada em um hospício para mulheres. O conto apresenta uma descrição literária do forte estigma que a loucura impõe ao louco.<sup>5</sup>

Uma vez dentro da instituição mental e aferroado pela marca de insano, aquele que assim se afigura se encontra numa situação de total desamparo, perdendo toda a sua autonomia e credibilidade. Ao desejo de Maria de explicar o que a trouxe para o edifício asilar, a procura de um telefone, não sucedeu nenhuma atenção digna de créditos. Seriam inócuas quaisquer que fossem as possíveis explicações de Maria diante de sua condição férrea de doente mental, uma vez dentro da fila das enfermas.

O episódio sofrido por Maria, mulher, internada sem motivações – e, portanto, sem diagnóstico clínico de moléstias mentais, levando em sua ficha a breve e não-clínica classificação de “agitada” – traz à tona uma percepção social comum ao século XX e amplamente corroborada pela historiografia tradicional: muitas mulheres foram internadas em instituições asilares por motivos adventícios às problemáticas mentais. Muitos desses motivos se referem ao descumprimento dos papéis vistos como próprios do feminino:

Vista como uma soma desarrazoada de atributos positivos e negativos, cujo resultado nem mesmo os recursos científicos cada vez mais sofisticados poderiam prever, a mulher transformava-se num ser moral e socialmente perigoso, devendo ser submetida a um conjunto de medidas normatizadoras extremamente rígidas que assegurassem o cumprimento do seu papel social de esposa e mãe; o que garantiria a vitória do bem

<sup>4</sup> Gabriel García Márquez (1927-2014), escritor colombiano mais conhecido pela sua obra “Cem anos de solidão”, publicada em 1967.

<sup>5</sup> NETO, Alfredo Naffah. O Estigma da Loucura e a Perda da Autonomia. *Revista Bioética*. v. 6, n. 1. 2009.

sobre o mal, de Maria sobre Eva. Se a mulher estava naturalmente predestinada ao exercício desses papéis, a sua incapacidade e/ou recusa em cumpri-los eram vistas como resultantes da especificidade da sua natureza e, concomitantemente, qualificadas como antinaturais.<sup>6</sup>

Contudo, nos cabe a pergunta: a problemática de internamentos sem evidente diagnóstico clínico de insanidade mental se refere única e exclusivamente ao sexo feminino? Não teriam também os homens sofrido internações em função da negativa frente aos pressupostos do masculino?

A historiografia de gênero pareceu ater-se ao feminino, enquanto os papéis relativos ao masculino foram esquecidos, escamoteados ou diminuídos. Todavia, na historiografia mais recente, a preocupação em torno do tema parece ter aumentado.

Há uma percepção social construída também para o masculino. Os papéis sociais vinculados à masculino (trabalhador, provedor) são erigidos de modo que seu descumprimento, seja devido ao desempenho inadequado ou propriamente em função da recusa total em incorporá-los, são motivos da alcunha de “insano”.<sup>7</sup>

Nosso objeto de estudo se assenta sobre estes papéis do masculino, assumindo o posicionamento que estes papéis são construídos socialmente, historicamente e culturalmente. Logo, tratam-se de *constructos* que se alteram de acordo com o período histórico em análise.

### **À guisa de introdução metodológica: a história de gênero**

A História preocupada com o feminino estalou no cenário historiográfico a partir dos anos 70 do século XX, ignitada pelo movimento feminista. Antes disso, a História era perpassada por análises estruturalistas. Essa perspectiva excluía de seu escopo questões privadas, resultando na invisibilidade feminina, que não adentrava nas explicações<sup>8</sup>.

Uma série de novas perspectivas inundou o panorama intelectual, dando movimento a um novo fluxo de perspectivas que estavam atreladas à história das mentalidades e às investigações vinculadas à antropologia. As feministas estiveram na posição inicial de redigir o papel do feminino da História – antes mesmo dos historiadores – sempre ocultado, e que para Simone de Beauvoir, autora de *O Segundo Sexo*, era desse modo um grande óbice ao orgulho

<sup>6</sup> ENGEL, Magali Gouveia. Psiquiatria e Feminilidade. In: PRIORE, Mary del. *História das mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

<sup>7</sup> Id.

<sup>8</sup> COSTA, Suely Gomes. Gênero e História. In: ABREU, Marta e SOIHET, Rachel. *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

feminino: as mulheres não tinham história, logo, estavam impossibilitadas de sentirem orgulho de si mesmas.<sup>9</sup>

Além das imbricações elementares do estudo das mentalidades e da antropologia no panorama intelectual, que deram margem para a entrada do espaço privado e consequentemente da mulher na análise histórica, outra composição significativa, cuja alteração concedeu uma maior preocupação com o feminino na historiografia, foi de cunho sociológico. Foi a partir dos anos 70 que a presença de mulheres nas universidades passou a ser significativa. Outro fator importante situa-se na esfera política, preocupada com a libertação da mulher e por conseguinte, questionando a universalidade de valores masculinos.<sup>10</sup>

A ocultação da mulher na história foi desvelada a partir de então, inflando os decênios seguintes com uma série de perspectivas provocativas e distintas que possibilitaram o surgimento da História das Mulheres. Este processo se deu ambientado em grande medida pelas grandes conquistas da política feminista em seu apogeu, que reivindicava seus direitos, e adquiria maior domínio sobre seus corpos e da vida reprodutiva.<sup>11</sup>

O movimento feminista, imbuído da missão de construir a história do feminino, estava atrelado fortemente ao plano político. Fazia-se necessário buscar as heroínas da história com objetivos pragmáticos: explicar a opressão feita pelo masculino e incentivar a ação.<sup>12</sup>

Ao longo dos anos 70 a História das Mulheres foi se afastando paulatinamente das amarras do pragmatismo político e se munindo de um aparato analítico mais consistente. Em algum momento dessa década a história das mulheres:

(..) ampliou seu campo de questionamentos, documentando todos os aspectos da vida das mulheres no passado, e dessa forma adquiriu uma energia própria. O acúmulo de monografias e artigos, o surgimento de controvérsias internas e o avanço de diálogos interpretativos, e ainda, a emergência de autoridades intelectuais reconhecidas foram os indicadores familiares de um novo campo de estudo, legitimado em parte, ao que parecia, por sua grande distância da luta política.<sup>13</sup>

A cisão definitiva com a preocupação estritamente política se deu na década de 80, a partir do surgimento da História de Gênero. Este surgimento concedeu uma nova forma ao

<sup>9</sup> PRIORE, Mary del. História das mulheres: as vozes do silêncio. Em: FREITAS, M. C. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, pp. 217-235.

<sup>10</sup> SOUZA, Ioneide Maria Piffano Brion de. *De feminino a feminista: a transformação na escrita literária dos romances de Heloneida Studart*. Rio de Janeiro, 2014.

<sup>11</sup> COSTA, op. cit., 2003.

<sup>12</sup> SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, P. *A escrita da História: novas perspectivas*. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

<sup>13</sup> Id, p. 64.

modo de se estudar o feminino, visto que o termo gênero não abriga em si nenhuma lateralidade explícita, mas sim confere um aspecto de neutralidade.<sup>14</sup>

A virada para a História de Gênero se deu a partir de tentativas de entender a construção dos papéis de gênero no passado, suas significações e sentidos. Essa perspectiva possibilitou que as análises fossem realizadas a partir de uma distinção generativa moldada conforme a cultura do indivíduo, isto é, construída socialmente e historicamente. Assim como divisões de classe e etnia, as construções de gênero se situavam a partir deste momento como uma nova categoria para os estudos históricos.<sup>15</sup>

Contudo, a despeito da grande importância de se inserir as categorias de gênero e suas respectivas análises de construção dentro do estudo histórico, a inserção do masculino se dava ainda em função subsidiada ao feminino. O homem estava colocado como contraposto para explicar o principal: a história do feminino. Em outras palavras, sua abordagem era sobretudo relativa, isto é, não tinha sua finalidade em si mesmo.

Situa-se nessa relação unilateral o cerne de nossas questões aqui levantadas. A História dos Homens e suas respectivas construções e pressupostos, que variam ao longo dos recortes temporais, ainda não foram tratados com o rigor necessário. O papel masculino só fora tratado, como já dito, enquanto atrelado à explicação feminina. Em suma, o papel atribuído ao masculino se reduzia como coadjuvante em um cenário onde a real preocupação era dar voz e primazia ao feminino.

Portanto, faz-se necessário cotejar de modo autônomo os pressupostos de masculinidade, submergindo nas questões próprias do masculino. Essa abordagem da perspectiva da construção dos atributos do masculino, variável com o tempo pode ser encontrada nas modificações da virilidade, isto é, daquilo que se considera atributo do masculino de acordo com as eras.

### **Por uma história dos homens**

Dentre os marginalizados de toda sorte, quando a questão é gênero os trabalhos enfatizam a mulher – mulheres sozinhas, divorciadas, abandonadas, mães solteiras e várias outras que não correspondiam ao padrão de feminino vão ser recolhidas, quase sempre estigmatizadas como loucas. Contudo, quase não se registra estudos sobre o universo masculino

---

<sup>14</sup> SCOTT, 1992.

<sup>15</sup> PRIORE, 1998.

nesse contexto. Trata-se da figura do homem que não atendia aos padrões de masculinidade vigentes no período republicano, crivado pela virilidade metropolitana que ascendia.

A formação da coragem no caráter viril, diariamente reforçada, deve ser amparada pelo zelo de levá-la a termo mediante o acompanhamento de precauções. Pois a coragem por si, sem o comedimento precavido, resvalará na estupidez. A educação formativa do homem deve necessariamente incluir o caráter destemido. A coragem para a mulher consiste em um adicional; já para o homem, uma obrigação. Obrigação esta que, materializada na virilidade rural do enfrentamento do desconhecido, devia ser acompanhada de cautela, fé, habilidades corporais e bom senso de previsão.<sup>16</sup>

Contudo, a partir da ascensão do homem urbano, novos valores passaram a substituir a fé desbravadora do homem campesino. A exibição da coragem encontrou novos meios de ser demonstrada publicamente. O homem passou a contar com máquinas para seu transporte, a ser induzido ao consumo de comodidades – tais como os produtos de beleza, roupas e remédios veiculados através das propagandas. Era um novo código valorativo que passava a vigorar:

A virilidade rural sofreu a concorrência de uma outra, feita de competições esportivas, corridas de automóvel, novas drogas e aventuras amorosas que substituíram as antigas travessuras e pelejas típicas da vida no meio rural. (...) Para alguns mancebos, buscar prestígio e ascensão social implicava ousar expor talentos em público, mesmo que fossem como o brilho de um falso medalhão. Para outros, tratava-se de arriscar novas propostas no comércio, na ciência ou nas finanças.<sup>17</sup>

Percebe-se que o papel social atribuído ao “bom macho” no período republicano foi permeado por envelopes. Envelopes estes que elencavam o burguês da urbe dentro de uma atribuição social pré-escalonada. Essa atribuição valorativa orbitava em função de várias esferas da vida. Estava nas vestimentas do indivíduo, no uso de comodidades pessoais (produtos de beleza, remédios e afins), estava em sua residência; que como esperado, também transmitia um status. Até mesmo sua esposa devia servir como “ostensório de seu poder e honra”.<sup>18</sup>

Deste modo, verifica-se que a figura do homem sexuado, variável segundo a transição dos tempos, também possuía uma postulação rígida no período republicano. Isso é, há uma especificação atribuída socialmente e historicamente de como o homem deveria ser. Instado por todo arcabouço apresentado até aqui, surgem inúmeras dúvidas hipotéticas às quais se nutrem diversas possibilidades investigativas.

---

<sup>16</sup> SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. Masculinidade e virilidade entre a Belle Époque e a República. In: PRIORE, Mary del; AMANTINO, Márcia. *História dos Homens no Brasil*. São Paulo: Unesp, 2013.

<sup>17</sup> Id, p. 247.

<sup>18</sup> Id.



Distante do papel universal do homem, concebido como idealizador da história universal, figura-se a construção sexuada do homem. O homem como algoritmo variável no curso da história, moldado em sua pré-concepção socialmente e historicamente. Em suma, uma construção com postulações distintas no tempo-espço. De forma sumária,

Trata-se de uma história plural, na qual a masculinidade não é um dado “natural”, mas uma variável edificada de acordo com as diferentes temporalidades, áreas geográficas, diferenças de classe, religião, e orientação sexual de cada um. De masculinidade confrontada com padrões de comportamento e representações do que era, no passado, ou é, no presente, ‘ser homem’.<sup>19</sup>

O “ser homem” espelha, no vértice oposto, as rígidas tipificações do papel feminino, cujo estudo se deu a contento no cenário acadêmico mais recente. A mesma prensa-mestra que forjou as premissas do enquadramento da mulher na sociedade ao longo da história também ditou sobremaneira as linhas fronteiriças do pressuposto viril. Explica-se: longe de ser prosaico, o perímetro construído em torno do “ser homem” foi artificialmente erigido com amparo nos pressupostos que regiram o masculino no decurso das eras.

Dentro do processo do ideário positivista, associado às ideias de ordenamento social, e historicamente empreendido por meios de políticas sociais consonantes, teria o homem que não atingia as rijas tipificações do masculino sido enquadrado dentro da lógica de limpeza social vigentes no período?

### **A era da virilidade (sécs. XIX-XX)**

O século XIX se apresenta como a era máxima da virilidade. É neste século em que os sistemas de representação do corpo, as normas e os valores viris encontram o pináculo de suas influências. A consolidação valorativa de tais virtudes do masculino passa sobretudo pelo crivo fisiológico. A contribuição dos fisiologistas é fundamental. O homem, à imagem da exterioridade de seus genitais, possui a legitimação para a busca exterior, sua energia e vigor físico o predispõem para o esforço. São os fisiologistas que passam a confirmação ao homem de que a ação masculina deve ser enérgica, dominante, engajada às questões sociais. Disto derivam as atribuições opostas, as quais serão repudiadas vigorosamente, “O covarde, o pusilânime, o frouxo, o impotente, o sodomita são mais do que nunca objetos de desprezo”.<sup>20</sup>

<sup>19</sup> Id, p. 9.

<sup>20</sup> CORBIN, Alain. A virilidade reconsiderada sob o prisma do naturalismo. In: CORBIN, A; COUTINE, JJ.; VIGARELO, G. (Org.). *História da Virilidade*, vol. II: O triunfo da virilidade: o século XIX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 7.

Desse modo, surgem também os locais específicos de frequência masculina, cuja presença valida o próprio comportamento do “modelo correto” do masculino. A exclusividade masculina é uma marca destes ambientes, tais como o seminário, o bordel, o fumódromo e o clube de caça. Os valores enquanto comportamento demonstráveis em grupo também fundam a virilidade, tal como a resistência à bebida, por exemplo. A incidência de tais valores no corpo masculino é efetuada desde a mais tenra idade. Do garoto é exigida a resistência ao choro, a aceitação de separações no seio familiar, a resistência às punições e aos maus-tratos. Todas essas validações insidiam no corpo pueril a formatação valorativa dos atributos destinados ao viril.<sup>21</sup>

A infância é um período em que os códigos de comportamento atrelados ao feminino e ao masculino serão incutidos no corpo pueril. O emprego de técnicas distintas ao masculino e ao feminino pode ser entrevisto a partir do aprendizado ginásial, na assimilação de saudações próprias para cada gênero, nas brincadeiras infantis, as quais aquelas destinadas à construção da virilidade serão expansivas, utilizando-se de brinquedos que reforçam às atividades profissionais do masculino (bolas, espadas e tambores). A fabricação de vestes específicas para cada sexo também está atrelada ao condicionamento viril.<sup>22</sup>

### **O masculino no Hospital Allan Kardec**

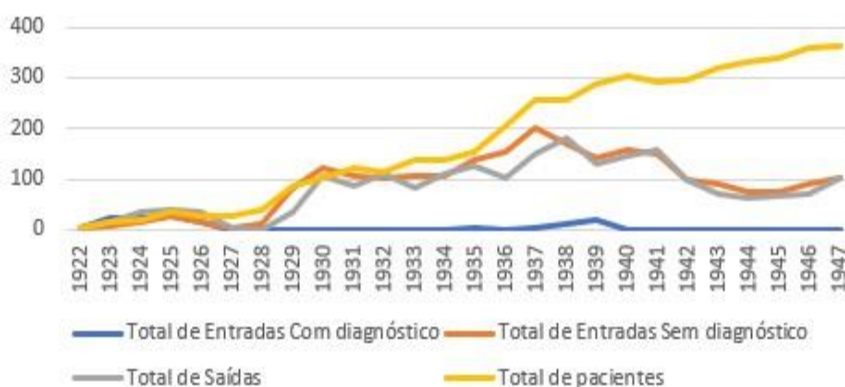
A Figura 1 mostra a quantidade ínfima de diagnósticos clínicos, apenas 5% com relação ao total de entradas. A ausência destes dados consiste em uma lacuna, a qual é possível especular outras interpretações acerca das motivações do internamento destes indivíduos.

---

<sup>21</sup> Id, pp. 13-34.

<sup>22</sup> Id.

**Figura 1: Total de pacientes com diagnósticos e sem diagnósticos do Hospital Allan Kardec (1922-1947)**



Fonte: autoria própria.

A Tabela 1 mostra a ausência de profissão (3,4%) como o segundo maior dado relativo ao campo profissional presente nos documentos.

**Tabela 1: Principais profissões apontadas nos livros de registros dos internos masculinos do Hospital Allan Kardec entre os anos de 1922 a 1947**

| Período   | Profissão     | Número de Pacientes | Porcentagem |
|-----------|---------------|---------------------|-------------|
| 1922-1947 | Lavrador      | 1135                | 45,7%       |
|           | Sem profissão | 85                  | 3,4%        |
|           | Comerciário   | 24                  | 0,97%       |

Fonte: autoria própria.

O papel social atribuído ao masculino exerce uma fundamental importância no tocante à predisposição às moléstias mentais. Desse modo, a não-incorporação de papéis de gênero basilares recai no enquadramento nas doenças mentais:

(...) o doente mental do sexo masculino é visto, essencialmente, como portador de desvios relativos aos papéis sociais atribuídos ao homem — tais como o de trabalhador, o de provedor etc. Assim, a predisposição masculina aos distúrbios mentais seria relacionada, sobretudo, às implicações decorrentes do desempenho desses papéis ou à recusa de incorporá-los.<sup>23</sup>

<sup>23</sup> ENGEL, op. cit., p. 342.

## **Considerações finais**

Percebe-se que os documentos apresentados neste trabalho demonstram uma série de pontos que merecem uma análise mais aprofundada. Um destes pontos se refere à ausência massiva de diagnósticos nos pacientes que adentraram ao hospital. Como visto, apenas 5% dos pacientes possui diagnóstico clínico, o que nos leva a indagar acerca das inúmeras motivações que podem ter exercido papel fundamental na internação desses pacientes.

As primícias do século XX, período do recorte temporal aqui adotado, resguardam os laivos da virilidade marcante em todo século XIX. Muitas são as atribuições relativas ao masculino no período, as quais terão por efeito a modelagem do homem-ideal. O modelo ideal terá inúmeras consequências, entre elas a formação por exclusão, isto é, por meio das antípodas dos caracteres ideais o homem-não-ideal será formado.

As disciplinas que atuam sob o corpo social exercem uma função biopolítica, a qual resultará na ação medicalizadora presente no Alienismo. Os dados relativos às profissões dos internos mostram que a ausência de profissão (3,4%) é a segunda maior presença nos dados erigidos. Dada a atribuição primária do masculino se referir ao trabalho como papel social definidor, a hipótese das motivações de internação adventícias aos transtornos psiquiátricos assume aqui um maior grau de solidez, conquanto ainda sejam necessárias investigações mais profundas.

## **O complexo percurso da legislação trabalhista brasileira da categoria rural entre 1930 e 1988**

Luis Henrique de Souza Ferreira<sup>1</sup>

Genaro Alvarenga Fonseca<sup>2</sup>

### **Introdução**

Ao pensarmos sobre a Legislação Trabalhista no Brasil, nos remetemos a como ela poderia ser justa e englobar o trabalho em suas centenas de variantes, como cada categoria rege de uma determinada forma, como cada relação entre empregado e empregador se dá de diferentes formas. Pensando nesta questão, nos remetemos especificamente nesta pesquisa ao trabalhador rural, tendo por base sua importância para tratativa dos problemas do Brasil, como este trabalhador é importante para que nossa economia possa andar, para preservação do nosso bem mais precioso que é o meio ambiente, e como muitas vezes ele é negligenciado pela legislação e pela própria cultura do brasileiro de sempre desconsiderar a cultura destes trabalhadores.

De acordo com os dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos publicado em 2014, a maior parte dos trabalhadores rurais no Brasil estão em situação de trabalho informal, sem as garantias trabalhistas garantidas por lei. Como exemplo, esta pesquisa citou que em 2013 dentro os 4 milhões de assalariados a maioria representada por 59,4% encontrava-se em trabalho informal. Demonstrando uma grande disparidade do cumprimento da legislação trabalhista no Brasil.

Assim, partindo da problemática acima mencionada, esta pesquisa questionou como foi findada a legislação trabalhista rural no Brasil e porque sua grande disparidade em relação ao trabalhador urbano, definimos assim, como nosso objetivo, traçar um retrospecto histórico da Legislação Trabalhista, limitando ao período de 1930, ano da Consolidação das Leis Trabalhistas no Brasil e até o ano de 1988 em que foi enfim consolidada na Constituição Federal. Objetivos específicos ficamos a cargo de analisar as discussões sobre a legislação e seu percurso, desde a CLT de 1930, passando pela Constituição Federal de 1946, Estatuto do

---

<sup>1</sup> Mestrando em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (Unesp/Franca) sob orientação de Genaro Alvarenga Fonseca.

<sup>2</sup> Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (Unesp/Franca).

Trabalhador Rural de 1963, a instituição do FUNRURAL de 1973 e enfim a Constituição Federal de 1988.

O percurso metodológico desta pesquisa procurou realizar seleção documental contemplando os principais documentos que regulam o trabalho no Brasil, limitando ao período de 1930 e 1988. Assim, o mapeamento iniciou-se com a CLT de 1930, fonte inicial das Leis Trabalhistas no Brasil; em seguida recorremos a Constituição Federal de 1946 e as discussões que se propunham no período sobre a ênfase específica aos trabalhadores rurais, passando ao Estabelecimento do Estatuto do Trabalhador Rural de 1963, já no período ditatorial civil/militar em 1973 com a regulamentação “efetiva” do FUNRURAL e por fim na Constituição Federal de 1988. Pudemos realizar um rastreamento dos aspectos ligados a especificidade das leis trabalhistas direcionadas ao trabalhador rural, utilizando palavras chaves como: Camponeses, trabalhador rural, campo, legislação trabalhista, empregadores, fazendeiros. Desse modo, foi possível obter aspectos relevantes para a análise do conteúdo e conclusões do objetivo proposto.

### **Luta da categoria Rural de 1930 a 1945**

O histórico da legislação trabalhista transcorreu, conforme é apresentado por José Murilo de Carvalho (2018).<sup>3</sup> Dois meses logo após o Golpe ou Revolução de 1930 em que Getúlio Vargas assumiu a presidência do Brasil, foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, ou como o próprio Ministro denominava “Ministério da Revolução” e assim foi criado em 1931 o Departamento Nacional do Trabalho, nos anos que sucederam algumas alterações foram sendo realizadas na legislação trabalhista, em 1932 temos a efetivação da regulação do trabalho de menores e o estabelecimento da carga horária de 8 horas diárias, o trabalho para as mulheres, neste mesmo ano foi criada a Carteira de Trabalho, documento de identidade do trabalhador, que posteriormente o trabalhador rural só foi ter direito em 1963.

Em 1934 temos a regulamentação do direito as férias e estabeleceu ao governo a competência de regular as relações de trabalho, quebrando a tradição jurídica de só admitir contratos individuais, assim neste mesmo ano foi estabelecido o salário mínimo, mas sendo efetivada somente em 1940. E logo em 1943 veio a conhecida CLT Consolidação das Leis do Trabalho, uma codificação de todas as leis trabalhistas e sindicais do período. Maria do Socorro Silva (2006) coloca para nós uma visão pré 1943:

---

<sup>3</sup> CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 24. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

A legislação trabalhista era feita para trabalhadores urbanos, não considerando a especificidade do trabalho no campo, quase não existiam juntas de conciliação e julgamento nas cidades do interior, o código civil não permitia a organização de sindicatos rurais, os proprietários rurais agiam de forma repressiva, inclusive acionando a polícia para reprimir qualquer tentativa de organização e mobilização dos trabalhadores (as) rurais.<sup>4</sup>

Em contraponto a esta política de direitos concedidas aos trabalhadores, temos as discussões propostas por esta pesquisa, a análise do papel dos trabalhadores rurais na concessão destes direitos, mas já colocamos que o trabalhador rural ficou totalmente excluído, apesar de serem o maior número de trabalhadores do Brasil neste período. Carvalho (2018) coloca que não era uma política social de direitos, mas sim de privilégios a quem convinha ao governo, se fosse como direito deveria beneficiar a todos da mesma maneira. Já no Art 7º da CLT é expresso nos dizeres:

**Art. 7º** Os preceitos constantes da presente Consolidação salvo quando fôr em cada caso, expressamente determinado em contrário, não se aplicam : (Redação dada pelo Decreto-lei nº 8.079, 11.10.1945)

**b)** aos trabalhadores rurais, assim considerados aqueles que, exercendo funções diretamente ligadas à agricultura e à pecuária, não sejam empregados em atividades que, pelos métodos de execução dos respectivos trabalhos ou pela finalidade de suas operações, se classifiquem como industriais ou comerciais;<sup>5</sup>

A legislação trabalhista e previdenciária abrangia apenas a parte urbana e industrial do mercado de trabalho, ou seja, apenas aqueles que o governo tinha intenção de favorecer, sendo que os trabalhos domésticos não eram beneficiados, assim como os autônomos e os trabalhadores rurais, que, naquele período, eram a maioria. “Tratava-se, portanto, de uma concepção política social como privilégio, e não como direito, porque, se fosse concebida como direito, deveria beneficiar a todos e da mesma maneira”.<sup>6</sup>

A legislação trabalhista neste período em bastante evidencia devido sua importância e ‘novidade’ para os trabalhadores, passava a premiar categorias profissionais com incentivos e benefícios sociais, buscando seu controle nas organizações sindicais e controle dos próprios trabalhadores em um período onde as movimentações e organizações trabalhistas causavam grandes revoluções ao redor do globo. Na contramão destes benefícios sociais, o regime punia aquelas categorias não regulamentadas e que não estavam devidamente institucionalizadas.

<sup>4</sup> SILVA, Maria do Socorro. *A História das nossas raízes: Itinerário das Lutas dos Trabalhadores (as) rurais no Brasil e o surgimento do Sindicalismo Rural*. Disponível em: <http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2012/01/A-Hist%C3%B3ria-das-nossas-ra%C3%ADzes-Socorro-Silva.pdf>. Acesso em out. 2020.

<sup>5</sup> BRASIL. *Lei nº nº 5.452 de 01 de Maio de 1943*. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10766113/artigo-7-do-decreto-lei-n-5452-de-01-de-maio-de-1943> . Acesso em: out. 2020

<sup>6</sup> CARVALHO, op. cit., p. 92.

Esta regulamentação foi tão severa que o conceito de cidadão neste período, estava diretamente relacionado a sua profissão, ela estava regulamentada pelo governo então você poderia ser considerado cidadão. A esta cidadania foi dada o nome de *Cidadania Regulada*, mais especificamente por Wanderlei Guilherme dos Santos (1979) o autor define:

Por cidadania regulada entendo o conceito de cidadania cuja raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que ademais tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal. Em outras palavras, são cidadãos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei.<sup>7</sup>

Como em discussão nesta pesquisa, o trabalhador rural durante os anos 40 ainda não possuía sua categoria regulamentada, então não era denominado como cidadão, Santos<sup>8</sup> coloca que eram, assim como os domésticos, considerados pré-cidadãos. Esta situação criava barreiras institucionais que impediam a entrada desta categoria nas discussões políticas e obrigando sua submissão ao Estado. Observamos que o acesso as políticas sociais estavam diretamente relacionadas as contribuições dos trabalhadores com o estado, de modo que, quem recebia maior salário obtinha mais benefícios. Extirpando mais uma vez os trabalhadores rurais deste direito.

### **O Estatuto do Trabalhador Rural de 2 de março de 1963 e a Constituição Federal de 1988**

De acordo com o autor Ricardo Oliveira Silva (2009)<sup>9</sup> o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) lutou desde 1950 para estabelecimento de reformas sociais para os trabalhadores rurais, como a tentativa de 1956 em que foi regida uma comissão para elaborar um código para os trabalhadores rurais, mas enfrentou forte oposição no Congresso. Sendo somente em 1962 que o legislativo encaminhou ao poder executivo brasileiro, um projeto de lei que instituía o Estatuto do Trabalhador Rural.

O Estatuto foi resultado de lutas camponesas e conflitos sociais que vinham em linha crescente em torno do problema da terra nos anos 40, 50 e culminando no início dos anos 60 no Estatuto. Vera Lucia Ferrante<sup>10</sup> menciona que este documento se tratou de um mecanismo

<sup>7</sup> SANTOS, Wanderley Guilherme. *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campos, 1979, p. 75.

<sup>8</sup> Id.

<sup>9</sup> SILVA, Ricardo Oliveira. O debate sobre a legislação trabalhista rural (1960-1963): o caso de Caio Prado Júnior e Fernando Ferrari. *Aedos*, Rio Grande do Sul, ano 2, v. 2, ed. 4, p. 263-274, 2009. Disponível em: < <https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/11450> >. Acesso em: 24 set. 2020.

<sup>10</sup> FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. *O estatuto do trabalhador rural e o FUNRURAL: ideologia e realidade*. Perspectivas: Revista de Ciências Sociais, v. 1, 1976.



ideológico utilizado pelo Estado brasileiro para conter as massas rurais e cedia a interesses da burguesia industrial que esperava que ao conceder os direitos trabalhistas a esta categoria eles pudessem se tornar consumidores de produtos industriais.

Edgard Carone expõe em sua obra a importância dos camponeses para composição das mudanças sociais no Brasil:

Os camponeses constituem a massa mais numerosa da nação e representam uma força cuja mobilização é indispensável ao desenvolvimento consequente das lutas do povo brasileiro. O movimento camponês se encontra, entretanto, bastante atrasado, sendo baixíssimo o seu nível de organização. Para impulsionar o movimento camponês, é preciso partir de seu nível atual, tomando por base as reivindicações mais imediatas viáveis, como salário mínimo, a baixa de arrendamento, a garantia contra os despejos e evitando, no trabalho prático, as palavras de ordem radicais que ainda não encontram condições maduras para sua realização.<sup>11</sup>

Ferrante coloca como problemática um dos pontos de grande discussão na tratativa deste assunto, que é como este Estatuto foi criado tendo como modelo as relações de trabalho urbanas, não respeitando e levando em consideração a diversificação das relações de trabalho na Zona Rural e nas indústrias rurais. Reduzindo desta forma, as centenas de variações de relações de trabalho que este meio possui, não refletindo o quadro real do meio rural. Podemos observar mediante as colocações desta autora, que se tratou da famosa “lei para inglês ver”. Ferrante menciona:

Essas rápidas considerações nos levam a referenda o nosso argumento de que o Estatuto do Trabalhador Rural representou uma solução conjuntural destinada a inibir as manifestações rurais, no momento mobilizadas politicamente pelas Ligas Camponesas, e como tal, não passou de uma expressão ideológica, de uma tática política empregada pelo Estado Populista na sua prática de concessão às massas.<sup>12</sup>

Ainda como nos coloca Ferrante<sup>13</sup> o trabalhador rural ainda desconhecia estas leis, por não ter acesso a elas, e muitas vezes considerando estes direitos sociais como algo concedido a eles de bom grado pelo estado, devido a descentralização desta categoria, muitos desconheciam as lutas travadas no restante do território brasileiro, assim chegava neles esta legislação como um presente do estado, relacionado ainda no estilo de quando o senhor do engenho concedia um agrado aos seus escravos.

A diferenciação entre trabalho rural e urbano estão relacionadas à alguns fatores como por exemplo, enquanto as juntas de conciliação e julgamento só existiam nos grandes centros urbanos, a aplicação da legislação trabalhista rural ficava a cargo de juizes de direito, que na

<sup>11</sup> CORONE, Edgard. *O P.C.B. II (1943-1964)*. São Paulo. Difel. 1982, p. 188.

<sup>12</sup> FERRANTE, op. cit., p. 197.

<sup>13</sup> Id.

maioria das vezes estavam sobrecarregados e os processos levavam até 10 anos, fatores como a dependência financeira dos empregados frente aos empregadores fazia com que eles não reclamassem seus direitos, mediante uma cultura ainda do coronelismo e em sua grande parte pelo desconhecimento da legislação dos trabalhadores sobre seus próprios direitos.

O Estatuto introduziu o uso obrigatório da Carteira de Trabalho para o trabalhador rural, desde que fosse maior de 14 anos, tanto do sexo masculino como feminino, Russomano<sup>14</sup> aponta que a emissão deste documento esbarrava em questões administrativas e notória falta de pessoal para desempenhar esta regulamentação específica. Mas conforme mencionamos acima, neste período ainda se tinha a cultura de se considerar cidadão aquele que firmasse sua vida profissional em uma categoria regulamentada pelo governo federal, sendo então neste momento o trabalhador rural colocado neste patamar, assim houve uma busca por este documento, pois nele existia a identificação pessoal e oficial, a prova documental do contrato de trabalho, suas aptidões profissionais e seu histórico de funções. O Estatuto estimulou a sindicalização dos trabalhadores rurais, na criação da Contribuição Sindical que financiava os sindicatos.

O Estatuto regulamentou o trabalho das mulheres e dos menores de 18 anos. Protegendo a mulher da dispensa em caso de gravidez ou casamento, e proibia que qualquer Convenção Coletiva retirasse estes direitos. No parto a mulher passou a ter garantido licença de 4 meses e podendo o médico acrescentar mais 15 dias para desmame, garantindo assim também a remuneração mensal de salário igual ao período da prestação de serviço. Os menores já não poderiam trabalhar em lugares considerados insalubres e nos horários noturnos. Mas a tutela dos pais em qualquer movimentação deste contrato de trabalho ainda era exigida, como nos casos de rescisão era exigido homologação em que o menor era obrigado estar acompanhado de seus responsáveis. As crianças deveriam frequentar a escola em período igual ao letivo, e propriedades que possuíssem mais de 50 famílias deveria ter uma unidade escolar e as férias ajustadas ao calendário das colheitas da região.<sup>15</sup>

Em vista analisar as falhas deste Estatuto, Caio Prado Junior (1979) *apud* Ricardo Oliveira da Silva<sup>16</sup> destaca que foi dado pouco cuidado a questão da diversidade do trabalho na Zona Rural em suas centenas de relações de trabalho. Foi engessado em um Estatuto leis que

---

<sup>14</sup> RUSSOMANO, Mozart Victor. *Linhas Gerais do Estatuto do Trabalhador Rural*. Rio de Janeiro. II Curso de Direito Agrário PUC Rio. 1966.

<sup>15</sup> RAMBO, Marcos Alberto. *O Estatuto do Trabalhador Rural (1963): lutas, impasses e contradições na extensão dos direitos trabalhistas ao meio rural no Brasil*. III Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social. Florianópolis. 2019. Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/202638> >. Acesso em: out. 2020.

<sup>16</sup> SILVA, Ricardo Oliveira. O debate sobre a legislação trabalhista rural (1960-1963): o caso de Caio Prado Júnior e Fernando Ferrari. *Aedos*, Rio Grande do Sul, ano 2, v. 2, ed. 4, p. 263-274, 2009. Disponível em: < <https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/11450> >. Acesso em: 24 set. 2020.

não condizem com a realidade de todos os trabalhadores rurais, deixando a margem de juristas decidirem a suas próprias interpretações o que estava certo ou errado nas relações de trabalho. Por outro lado, Caio Prado Junior expõem que o Estatuto trouxe para discussões um novo patamar a situação social da população rural.<sup>17</sup>

Em 1966, tivemos a criação do FGTS, Fundo de Garantia por tempo de Serviço, este benefício de caráter social inserido na legislação trabalhista, teve como finalidade, garantir um fundo no valor de 8% do salário mensal pago pelo empregador, mas que o empregado somente poderia sacar após sua demissão depois de 10 anos na mesma empresa. Neste mesmo ano criou-se o INPS, Instituto Nacional da Previdência Social, sendo a reunião de todos os diferentes institutos de aposentadorias e pensões. Já nos anos 70 os trabalhadores rurais, autônomos e domésticos foram enfim incorporados no sistema previdenciário.<sup>18</sup>

Após todas as conquistas do Estatuto do Trabalhador Rural, o golpe de 1964 representou para esta legislação um resfriamento de todas suas conquistas, com o fechamento de entidades e instituições representadas pelo movimento camponês, Welch (2010) *apud* Rambo (2019) cita que:

Todos os funcionários da CONTAG foram julgados subversivos, e de 23 das 33 federações estaduais foram julgados “fantasmas” e apagadas dos registros do Ministério do Trabalho. Dentro de um ano, o regime fechou 2.381 sindicatos de produtores autônomos, pequenos proprietários, trabalhadores agrícolas e rurais pela mesma razão, deixando o país com apenas cerca de 490 sindicatos funcionando em agosto de 1965.<sup>19</sup>

Assim, 10 anos após o estabelecimento do Estatuto e 9 anos após seu desmonte, especificamente em 1973 foi que o Ministro do Trabalho Júlio Barata propôs ao Ditador Médici razões para nova regulamentação da categoria rural, o Ministro argumentou que o antigo Estatuto repetia dizeres já presentes na CLT e assim aumentava a complexidade do sistema jurídico ao tratar destas questões. Desta forma, houve a revogação do Estatuto do Trabalhador Rural pela Lei 5.889/73, e o trabalhador rural passou a ficar sob a tutela da CLT e ficou proposto que seria complementada com “peculiaridades do trabalhador rural”.<sup>20</sup>

Sobre a continuidade da conquista dos direitos trabalhistas da categoria rural na década de 70, José Murilo de Carvalho conclui:

De qualquer maneira, os eternos párias do sistema, os trabalhadores rurais, tinham, afinal, direito a aposentadoria e pensão, além de assistência médica. Por mais

---

<sup>17</sup> Id.

<sup>18</sup> LUCA, Tania Regina de. Direitos Sociais no Brasil. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. *História da Cidadania*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

<sup>19</sup> WELCH, 2010 *apud* RAMBO, op. cit., p. 9.

<sup>20</sup> Id., p. 10.

modestas que fossem as aposentadorias, eram frequentemente equivalentes, se não superiores, aos baixos salários pagos nas áreas rurais.<sup>21</sup>

Foi somente em 1973 que a Lei Complementar nº 11 de 25 de maio de 1971 foi efetivada e houve a criação do FUNRURAL (Fundo de Assistência do Trabalhador Rural) através da LEI 5.889 de 1973, este programa colocou os trabalhadores rurais efetivamente como categoria de trabalho, e finalmente puderam gozar do status de cidadão. É de se estranhar tamanha concessão em um período tão opressor para as classes trabalhadores, mas justamente foi efetivado para impedir levantes da categoria e sua insatisfação com o regime. A criação então do chamado FUNRURAL se diferenciava do urbano, somente nas contribuições a previdência, o trabalhador rural não tem desconto em folha do INSS e o empregador contribui com 2,5% de Imposto sobre tudo que vende de sua produção. A Lei do FUNRURAL foi regularizada nos seguintes dizeres:

Art. 1º É instituído o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL), nos termos da presente Lei Complementar.

Art. 2º O Programa de Assistência ao Trabalhador Rural consistirá na prestação dos seguintes benefícios:

- I - aposentadoria por velhice;
- II - aposentadoria por invalidez;
- III - pensão;
- IV - auxílio-funeral;
- V - serviço de saúde;
- VI - serviço de social.<sup>22</sup>

Após a redemocratização de 1988 os direitos consolidados a todos de forma igualitária, como as contribuições ao INSS, obrigatoriedade do FGTS e posteriormente da Multa por dispensa sem justa causa.

## Considerações finais

Em toda a legislação trabalhista, pudemos observar e concluir que sempre houve categorias que ficaram ausentes, até pelo peso que os proprietários rurais exerciam na política brasileira, assim como as classes média no caso do trabalho doméstico. Embora não fossem explicitamente excluídos, mas o próprio fato de se exigir lei especial para garantia de seus direitos e da sua sindicalização que só foi instituída formalmente em 1963, já demonstra a negativa do governo em tratar destas categorias.

---

<sup>21</sup> CARVALHO, op. cit., p. 175.

<sup>22</sup> BRASIL. **Lei complementar nº 11, de 25 de maio de 1971.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/Lcp11.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp11.htm) . Acesso em: out. 2020.

Observa-se que até 1973 o trabalhador rural nem sequer era considerado cidadão, pois sua categoria trabalhista não era efetivamente regulamentada pelo governo, ficando a margem de muitas decisões políticas no Brasil, sua organização e mobilização era praticamente impossível devido as distancias geográficas que estes trabalhadores ficavam, longe das massas, dos meios de comunicação, assim pudemos verificar que até a legislação chegou atrasado para este povo. Após o levante do movimento camponês, as discussões da problemática agrária no Brasil, que o trabalhador rural passou a ser visto, e algumas mobilizações passaram a ser feitas, como colocamos acima a criação do Estatuto do trabalhador rural em 1963, mas que logo foi congelada pelo golpe dos militares.

Após a leitura da bibliografia mencionada na pesquisa, pudemos concluir que ainda existem muitos caminhos para percorrer, até na reparação histórica desta categoria de trabalhadores, sua recente regularização faz com que muitos empregadores ainda fujam das suas obrigações legais e como os empregados precisam trabalhar, muitas vezes acabam aceitando empregos precários, insalubres e com baixa remuneração.

E por fim, apontamos e ressaltamos a problemática da CLT hoje contemplar exatamente as mesmas leis tanto para os trabalhadores urbanos como os rurais, não respeitando suas especificidades das relações de trabalho, concordando com o apontado por Caio Prado Junior, relatando os anos 60 e 70, como naquele período também havia esta disparidade, colocamos que hoje esta divergência ainda existe, até porque é a mesma legislação desde 1943, e como estas diferenças culturais de relações de emprego estão sendo discutidas no âmbito da Justiça do trabalho? Fica um questionamento para uma pesquisa posterior.

IDENTIDADES  
EM DEBATE

## **A evolução histórica do Direito brasileiro, breves observações**

Antonio Wilton da Silva<sup>1</sup>

### **Introdução**

Sendo o Brasil um país notavelmente jovem, no que tange a história de suas instituições políticas, legislativas e organizacionais, se presume que leis, organizações ou mesmo instituições normativas mais presentes e dinâmicas, vieram a existir a pouco tempo, e isso não é verdade, basta um rápido vislumbre da evolução em que essas discussões avançam ao longo da história do Brasil que observamos, términos e permanências, evoluções e em até certo ponto retrocessos, no que tange a história do direito no Brasil.

Ressalta-se aqui a relação direta entre o contexto social e histórico em que se deu a evolução da organização legislativa no território brasileiro, tendo em vista que no período pré-cabraliano as sociedades aqui existentes se organizavam e muito bem, sem a necessidade de arcabouços jurídicos, como os trazidos nas primeiras ordenações para a colônia, porem foi a desorganização advinda da colonização que levou a necessidade de organização legislativa, seja para garantir proteções ou conter os ímpetos, mais bárbaros que aqueles que diziam civilizados trariam as terras brasileiras.

A história constitucional do Brasil também traz suas peculiaridade, não apenas no que tange os mecanismos ou motivações ideológicas que levaram a criação de cada uma delas, mas todo o contexto histórico empregado e vivenciado durante a suas, outorgas ou promulgações, assim entender as convulsões sociais que levaram a proposições de tais textos legislativos, é entender o cenário histórico a elas inerente, a história reflete as leis de seu tempo, muitas delas que infelizmente não mudaram ou simplesmente mantiveram-se como meras caricaturas ainda repetidamente existindo como testemunhas de abusos, que não só marcaram o passado como ainda marcam, como verdadeiras feridas abertas.

### **O Direito no Brasil. Seus primeiros momentos e vultos mais importantes**

Ao se analisar o nascimento do pensamento jurídico no Brasil, ou o surgimento do direito propriamente dito, é possível vislumbrar 3 momentos de grande importância o primeiro

---

<sup>1</sup> Graduado em História pela Universidade Regional do Cariri. Professor na Secretaria da Educação Básica do Ceará e na Prefeitura Municipal de Nova Olinda.

seria durante a colonização, a organização da justiça e das normas de conduta durante esse período, o segundo momento seria durante o regime imperial, e quanto ao terceiro momento ele se estende até os dias atuais a democracia e democratização do direito brasileiro tais mudanças ou incorporações bebem de fontes exteriores, a medida em que se concebe a construção de uma se assim pode ser chamada, “civilização brasileira”, a qual é largamente influenciada pelo pensamento jurídico europeu como aponta Wolkmer:

Os primórdios da cultura jurídica moderna no âmbito da civilização européia reproduziram as condições e o desenvolvimento de um processo particular de transformações que atravessou diferentes campos de atuação humana, seja religioso e cultural, seja econômico, social, político e científico. Algumas características da época, como a secularização, a racionalização, a individualidade e o antropocentrismo, marcam a passagem para a construção e consolidação de um novo mundo que legitima também uma nova forma de produzir, pensar e praticar o Direito. Assim, a “nova consciência jurídica européia” nasce da convergência histórica do naturalismo, da individualidade e da centralização política burocrática. A par de toda essa dinâmica específica, a nascente cultura jurídica eurocêntrica está profundamente afetada por fenômenos radicais e criadores que têm suas raízes no Humanismo renascentista e na Reforma Protestante. Tanto um quanto o outro, desses movimentos, exerceram uma influência direta nas instituições jurídicas e na moderna doutrina dos direitos fundamentais.<sup>2</sup>

A Relação entre a história e o direito no Brasil, nunca foi tão pungente quanto na atualidade, no que tange a mudanças drásticas ocorridas ao longo do século XX, porem esse processo é muito mais longo dinâmico e complexo de se entender como destacam, Silvia Hunold Lara e Joseli Maria Nunes Mendonça na apresentação do livro “Direitos e Justiças no Brasil, ensaios de História Social” desata-se nessa entre outras obras a busca de se vislumbrar a relação direta entre os processos histórico sociais e as mudanças no pensamento e no escopo jurídico do país.<sup>3</sup>

## **Direito colonial**

O primeiro momento da colonização brasileira, que vai de 1520 a 1549, foi marcado por uma prática político-administrativa feudais, como “o infrutífero” regime das Capitanias Hereditárias. As primeiras tentativas de se celebrar certos tipos de disposições legais desse período eram compostas pela Legislação Eclesiástica, pelas Cartas de Doação e pelos chamados Forais”.<sup>4</sup>

<sup>2</sup> WOLKMER, Antonio Carlos. Cultura jurídica moderna, Humanismo renascentista e Reforma Protestante. In: *Revista Sequência*, n. 50, jul. 2005, p. 25.

<sup>3</sup> LARA, Silvia Hunold e MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (Org). *Direitos e Justiças no Brasil: ensaios de história social*. Campinas, São Paulo: Ed. UNICAMP, 2006, p. 09.

<sup>4</sup> DIAS. Carlos Malheiro. *História da Colonização Portuguesa no Brasil*, v. III, p. 220.



Com o fracasso da grande maioria das capitanias, tentou a metrópole estabelecer uma unidade político administrativa com o sistema de governadores-gerais. Surgiu, assim, a utilização de um certo número de prescrições decretadas em Portugal, reunindo desde cartas de Doação e Forais das capitanias até Cartas-Régias, Alvarás, Regimentos dos governadores gerais, leis e, finalmente, as Ordenações Reais. De fato, o Direito vigente no Brasil-Colônia foi transferência da legislação portuguesa contida nas compilações de leis e costumes conhecidos como Ordenações Reais

Tais ordenações seriam as Ordenações Afonsinas (1446), as Ordenações Manuelinas (1521) e as Ordenações Filipinas (1603). Em geral, a legislação privada comum, fundada nessas Ordenações do Reino, era aplicada sem qualquer alteração em todo o território nacional. Concomitantemente, a inadequação, no Brasil, de certas normas e preceitos de Direito Público que vigoravam em Portugal determinava a elaboração de uma legislação especial que regulasse a organização administrativa da Colônia.<sup>5</sup>

Algumas alterações interessantes se fizeram presentes durante o período pombalino em matéria legislativa foi a ‘Lei da Boa Razão’ (1769) que definia regras centralizadoras e uniformes para interpretação e aplicação das leis, no caso de omissão, imprecisão ou lacuna. A ‘Lei da Boa Razão’ minimizava a autoridade do Direito Romano, dando ‘preferência e dignidade às leis pátrias e só recorrendo àquele direito, subsidiariamente, se estivesse de acordo com o direito natural e as leis das Nações Cristãs iluminadas e polidas, se em boa razão fossem fundadas

## **Direito imperial**

Após 1822 uma onda liberal, nacionalista e anticolonial varreu o Brasil, e assim como em vários outros aspectos também se buscou a emancipação da cultura jurídica no Brasil, ou seja, o desencadeamento do processo de elaboração da legislação própria no Público e no Privado. Inegavelmente, o primeiro grande documento normativo do período pós-independência foi a Constituição Imperial de 1824, imbuída de ideias e instituições marcadamente liberais, originadas da Revolução Francesa e de doutrinas do constitucionalismo francês.<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup> BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Resenha do livro “Crime e castigo em Portugal e seu Império. In: LARA, Sílvia Hunold (Org.). Ordenações Filipinas. Livro V. São Paulo: Companhia das Letras, 1999”. Et. Ali. *TOPOI*. Revista de História do Programa de Pósgraduação em História Social da UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000, n. 1, p. 224.

<sup>6</sup> SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. São Paulo: Malheiros, 2005.

Após uma problemática tentativa de elaboração de um texto por uma assembleia constituinte “Antilusitana e liberal” em desacordo com a vontade do monarca levou a Constituição outorgada que institucionalizou uma monarquia parlamentar, impregnada por um individualismo e um acentuado centralismo político. Naturalmente, essa Lei Maior afirmava-se idealmente mediante uma fachada liberal que ocultava a escravidão e excluía a maioria da população do país. A contradição entre o texto constitucional e a realidade social agrária não preocupava nem um pouco a elite dominante, que não se cansava de proclamar teoricamente os princípios constitucionais (direito à propriedade, à liberdade, à segurança), ignorando a situação miserável, e totalmente excluía de direitos em que encontrava-se a absoluta maioria da população brasileira no séc. XIX

Um acontecimento que merece referido destaque nesse período foi a implantação dos dois primeiros cursos de Direito no Brasil, em 1827, um em São Paulo e outro em Recife, tais cursos refletiam a exigência de uma elite, sucessora da dominação colonizadora, que buscava concretizar a independência político-cultural, recompondo, ideologicamente, a estrutura de poder e preparando nova camada para gerenciar o país”.

Uma outra mudança que se segue na mesma linha de ruptura com as velhas práticas jurídicas coloniais foi o Código Criminal de 1830, o mesmo representava um avanço, se comparado aos processos cruéis das Ordenações. Ainda que tenha conservado a pena de morte que veio mais tarde transformada em prisão perpétua essa legislação inovadora orientava-se, de um lado, pelo princípio da legalidade, ou seja, a proporcionalidade entre o crime e a pena; de outro, pelo princípio da pessoalidade das penas, devendo a aplicação da pena incidir exclusivamente no condenado, não se estendendo aos descendentes, o que era uma clara oposição as modalidades de pena existentes no período colonial esse código eliminou o caráter de espetáculo que a aplicação das penas ganhou em mais de 300 anos de execuções cruéis e públicas.

Nos momentos finais do regime imperial, principalmente em consequência de pressões internas como as campanhas liberais e externas como no caso da Inglaterra com a lei “Bill Aberdeen” legislações abolicionistas foram criadas em 1850, a Lei Eusébio de Queiroz que proibiu a chegada de embarcações negreiras no país. Em sentido prático, essa medida acabou sendo vista como a primeira lei abolicionista oficializada em território brasileiro. No ano de 1871, a Lei do Ventre Livre estipulou que todos os filhos de escravos que nascessem após o ano de publicação daquela lei fossem considerados libertos.

1885, a Lei dos Sexagenários determinou que os escravos maiores de sessenta anos fossem imediatamente libertados. Na época, a lei foi intensamente criticada, pois existiam

poucos negros em idade avançada. Somente no ano de 1888, quando a princesa Isabel assumiu o trono na condição de regente, os abolicionistas conseguiram aprovar o decreto que dava fim à escravidão no Brasil. Apesar de conceder a liberdade para milhares, a chamada “Lei Áurea” não tratou de pensar ou garantir a inserção dos negros libertos na sociedade brasileira. Deste modo, a abolição não trouxe transformações significativas na vida dessa parcela da população.

### **Direito republicano**

O estado liberal republicano recém nascido em 1889, um ano após a lei que pôs fim a escravidão e alguns anos após a mais sangrenta guerra da história do Brasil, mantinha consigo uma população ainda ausente de direito se da mínima participação política, sendo um projeto montado por poucos e para poucos. Seguindo nessa linha liberal e ao mesmo tempo centralizadora que o texto constitucional de 1891 expressava valores assentados na filosofia política republicano-positivista, pautados por procedimentos inerentes a uma democracia burguesa formal, gerada nos princípios do clássico liberalismo individualista.

Na realidade, toda aquela pompa de federalismo escondia interesses particulares de grupos específicos, que meticulosamente utilizaram-se da sombra da república para manter arcaicas estruturas de poder em esfera regional e nacional, sustentando-se na aparência de um discurso constitucional e acentuando “supostamente” o povo como detentor único do poder político, ao passo que na legislação constitucional da democracia recém nascida 3% da população poderia votar, erguia-se como suporte normalizador de uma ordem socioeconômica que beneficiava somente segmentos oligárquicos regionais como relata a historiadora Flávia Lages :

A proclamação da república foi portanto e de fato (sendo redundante) apenas uma proclamação. [...] A república nasceu de um golpe militar. O exército, descontente com os sucessivos ministérios, tendo tomado consciência de seu poder como único corpo nacional depois da guerra do Paraguai derrubou o governo com uma parte da classe dominante aplaudindo o efeito por acreditar que caso isso não ocorresse desta forma poder-se-ia dar ensejo à participação popular através de uma rebelião.<sup>7</sup>

Tem destaque nos anos posteriores a proclamação da república, o Código Civil de 1916 de Clóvis Beviláqua o mesmo Tinha apenas 1.807 artigos, curtos e com poucos parágrafos. Original e nacional são suas principais características. O Código se mostra conservador,

---

<sup>7</sup> CASTRO, Flávia Lages de. *História do Direito Geral e Brasil*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

especialmente nas regras sobre a família, há uma completa rejeição de aspectos sociais em seu conteúdo e seus preceitos foram redigidos com excesso de abstração.

No tocante aos textos constitucionais que se seguem no decorrer do período republicano esses se adequam e se estendem diante da situação sociopolítica em que o Brasil se encontra em cada momento, a constituição que sobrepõe a de 1891, segue momento político que se sobrepõe a república velha, como texto mais acessível e mais controlador em alguns aspectos, trata de situações como direitos trabalhistas, acesso ao voto e liberdades Cívicas, porém novamente mudanças no tecido das relações políticas amarram um novo texto constitucional, 1937 com o estado novo vem um governo repressivo e uma constituição restritiva a liberdades individuais.

Em pleno período ditatorial o período do Estado Novo em 7 de dezembro de 1940, pelo então presidente Getúlio Vargas é proposto um novo código penal o qual entrou em vigor em 1942, com a queda de Vargas segue nova mudança política e nova mudança no texto constitucional, de 1946 essa trouxe mudanças mais significativa restabelecendo certos direitos sociais até então retirados, nessa mesma época o mundo mergulha na chamada guerra fria e na América muitos países tem seus governos democráticos substituídos por sangrentas ditaduras, no Brasil em 1964, os militares tomam poder passando a governar por atos institucionais os “AI” uma nova constituição em 1967 imposta, coloca o Brasil no Bipartidarismo, censura e no fim de diversas liberdades cívicas.

A constituição de 1988 “cidadã” veio a ser mais democrática e abrangente de toda essa sequência de textos tão diversos e diversificados, a mesma veio para restaurar a ordem e as liberdades, civil social, e política do país depois de um longo período de repressão, possuindo remédios constitucionais, e trazendo ao longo de sua história diversas emendas, na tentativa de fazer com que a mesma evolua ao passo dos momentos históricos em que o país estiver a passar

### **A transformação do pensamento jurídico**

É possível se observar os principais aspectos das mudanças ocorridas no pensamento jurídico ao observar a grande influência do direito privado no desenvolvimento jurídico brasileiro e, ainda, a analisar ao longo da evolução os acertos, desacertos, incongruências e anacronismos na aplicação do Direito, pois apesar de sensíveis progressos da técnica judicial, a formação do jurista brasileiro bem como a produção de literatura jurídica ainda que ainda continua dissociada dos reclamos da realidade fática-social, restando ainda, sob a égide enigmática de arcaísmo jurídico bem peculiar de uma sociedade individualista e retrógrada.

Sem dúvida, apontar o desenvolvimento das Ciências Jurídicas no Brasil, evidencia a influência de estudos jurídicos que sofreram influência dos textos codificados, principalmente de Direito Civil os quais partiram de ideários liberais como a revolução francesa. É possível mesmo perceber a relação existente entre essa aproximação externa, a evolução da legislação civil e o aprimoramento da doutrina bem como o crescente prestígio da jurisprudência pátria. A verdade é que o Direito Privado dominou por bastante tempo a mentalidade dos juristas em todo mundo. E, essa forma de se enxergar o fenômeno jurídico, na ótica privatista, veio se modificar recentemente.

A Revolução Francesa é comumente associada ao início da predominância do ideário liberal e seu respectivo modelo de Estado, já que ela formatou as linhas mestras da política e da ideologia do século XIX, sendo a revolução de seu tempo.<sup>8</sup>

Até meados do século XIX, dominavam no cenário doutrinário, os autores de formação civilista, com raras exceções, como é o caso do constitucionalista Pimenta Bueno também conhecido como Marquês de São Vicente que pertenceu ao período monarquista e, foi autor de grande obra que analisou a Constituição do Império Brasileiro. Enfim, em regra, a ciência jurídica era mesmo identificada pelos trabalhos acadêmicos do Direito Privado. Tal fatídica herança deu enorme enfoque aos Códigos e a legislação codificada, dos quais o Brasil sofre influência, essas inovações legislativas que acompanham o avanço do liberalismo debruçaram-se sobre os interesses de grupos sociais específicos assim o direito que se consagra é um direito inequivocamente burguês.<sup>9</sup>

Já no séc. XX em sua segunda metade principalmente devido a influências externas como o direito alemão, nos impulsos pós segundos guerra mundial, o pensamento jurídico brasileiro passou a ter um viés muito mais voltado aos valores sociais, a democratização e constitucionalização do direito estendeu-se do direito público para o direito privado, o que é facilmente notado, por exemplo nos novos códigos propostos já no século XXI, que evocam a força constitucional sobre as relações privadas, como por exemplo as relações contratuais, “exemplo seria a função social dos contratos” a exemplo o código civil de 2002 que no que tange a sua aplicabilidade, nas palavras de Moraes:

---

<sup>8</sup> HOBBSAWN, Eric J. *A era das revoluções*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 71.

<sup>9</sup> MIRANDA, Jorge. *Manual de Direito Constitucional*. Tomo I. 6. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 1997, p. 87.

O Direito Civil foi identificado com o próprio Código Civil, que regulava as relações entre as pessoas privadas, seu estado, sua capacidade, sua família e principalmente sua propriedade, consagrando-se como o reino da liberdade individual.<sup>10</sup>

### **Breves considerações históricas em torno da estrutura constitucional brasileira**

Uma análise histórica do contexto em que a primeira constituição propriamente dita do Brasil veio a surgir, facilmente identifica todas as situações e grupos que levaram tal legislação a possuir suas características particulares e singulares em detrimento as demais constituições, a constituição de 1824, a única do período imperial, partiu de um projeto conturbado, de grupos antagônicos de um lado estavam os liberais brasileiros, em visível oposição a presença portuguesa e ao absolutismo monárquico, e de outro o próprio governo imperial que buscava unidade administrativa e estrutural, nas palavras de Bonavides:

A nossa “História Constitucional do Brasil” compreende quatro partes. A primeira se ocupa da constituinte de 1823 e da Constituição Política do Império, outorgada por D. Pedro I em 25 de março de 1824, bem como o Ato Adicional, que reformou a carta, e da chamada Constituição de Pouso Alegre, que esteve a pique de ser adotada numa das mais dramáticas crises da Regência e indubitavelmente de toda história imperial, deixando de vingar o projeto da outorga unicamente em razão do malogro do golpe de Estado parlamentar, ensaiado com a renúncia de Feijó e dos que acompanharam neste ato.<sup>11</sup>

A CF de 1824 Outorgada pelo imperador, trazia características únicas, propunha uma monarquia hereditária, obrigatoriamente católica, onde o voto era censitário, deixando mulheres, pobres e negros totalmente distantes a posição de cidadãos, a mesma constituição estabeleceu 4 poderes na esfera administrativa executivo, legislativo, judiciário e moderador, esse último exclusivo do imperador tinha poder de nomear executivo e judiciário e demitir o legislativo.

A constituição de 1891 surge na transição do fim do regime imperial e início do regime republicano, carregada com os ideais positivistas, é promulgada nos moldes de uma nação elitista e agrária, excludente em relação a 97% de sua população no tocante ao direito ao voto, essa constituição trouxe a laicidade para o estado Brasileira” atendendo a anseios positivistas” revogou a pena de morte mas manteve a exclusão social, a desigualdade e um distanciamento entre a população e os direitos. No dizer de Celso Bastos:

<sup>10</sup> MORAES, Maria Celina B. *A caminho de um Direito Civil constitucional*. Disponível em: <http://209.85.165.104/search?q=cache:V6OWPudQ4T8J:www.idcivil.com.br/pdf/biblioteca4.pdf+direito+civil+constitucional&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=4&gl=br>. Acesso em: 18 set. 2020.

<sup>11</sup> BONAVIDES, P.; ANDRADE, P. *História Constitucional do Brasil*. Brasília: OAB Editora, 2002, p. 20.

Com a Constituição Federal de 1891, o Brasil implanta, de forma definitiva, tanto a Federação quanto a República. Por esta última, obviam-se as desigualdades oriundas da hereditariedade, as distinções jurídicas quanto ao status das pessoas, as autoridades tornam-se representativas do povo e investidas de mandato por prazo certo.<sup>12</sup>

1934 ano da constituição promulgada no governo de Getúlio Vargas, sendo que a própria constituição nesse momento é fruto de um embate que ficou para a história do Brasil, dois anos depois da revolução constitucionalista de São Paulo, esse texto constitucional foi criado em um momento conturbado da história política brasileira, trazendo grandes alterações no tocante a direitos social mudanças na esfera trabalhista e o direito ao voto para mulheres, ao mesmo tempo que foi ditatorial no tocante a ampliação do poder do executivo federal

1937 foi o ano em que o Brasil mergulhou em um período ditatorial, nas mãos do próprio Getúlio Vargas participe da elaboração da constituição anterior, dessa vez o texto foi outorgado e em um período entre radicalismos ideológico, uma nova carta foi criada dessa vez, suprimindo direitos e liberdades, dando poderes ao executivo de forma exacerbada, ao mesmo tempo que o texto manteve de certa forma ampliou em alguns aspectos a legislação trabalhista. Tal aparato legislativo castrou a atividade política e alterou as atribuições do judiciário, como apresenta Cunha:

[...] Manteve, no essencial, o modelo do controle da constitucionalidade inaugurado em 1891 (art. 101, III, alíneas b e c, da CF/37). Por outro lado, trouxe um retrocesso ao pretender enfraquecer a supremacia do Poder Judiciário no exercício do controle da constitucionalidade das leis, possibilitando ao Poder Executivo tornar sem efeito a decisão de inconstitucionalidade proferida pelo Tribunal, quando a lei declarada inconstitucional, por iniciativa do Presidente da República[...].<sup>13</sup>

A constituição de 1946 abriu mais um período democrático da história brasileira, em um momento marcado pela guerra fria o Brasil se viu escolhendo um lado, ao romper relações com os soviéticos, esse texto constitucional tinha algumas peculiaridades como a proibição do divórcio, mas é absolutamente necessário o reconhecimento de que em sua íntegra restaurava muitas liberdades retiradas pela constituição anterior, tais considerações nas palavras de Celso Bastos:

A Constituição de 1946 se insere entre as melhores, senão a melhor, de todas que tivemos. Tecnicamente é muito correta e do ponto de vista ideológico traçava nitidamente uma linha de pensamento libertária no campo político sem descuidar da abertura para o campo social que foi recuperada da Constituição de 1934.<sup>14</sup>

<sup>12</sup> BASTOS, Celso Ribeiro. *Curso de direito constitucional*. São Paulo: Celso Bastos Editor, 2002, p. 173.

<sup>13</sup> JUNIOR, Dirley da Cunha. *Curso de Direito Constitucional*. Salvador: Jus PODIVM, 2011, pp. 302-303.

<sup>14</sup> BASTOS, op. cit., p. 200.

3 anos após o início do regime militar iniciado em 31 de 03 de 1964 uma nova constituição foi aprovada pelo congresso sob coação dos militares em 1967, essa carta constitucional dava aval aos “AI,s” atos institucionais esse período a história política brasileira, é marcada pela violência, pelo conflito, pelos movimentos de esquerda, pela repressão censura e o bipartidarismo, tal qual os outros momentos a constituição foi o reflexo dos aspectos históricos daquele momento, dentre as consequências desta carta constitucional está o esvaziamento do poder político e da plena capacidade jurídica do legislativo e judiciário em todos os âmbitos e fortalecimento do executivo.<sup>15</sup>

A constituição Cidadã promulgada em 1988 e a constituição vigente na atualidade, essa ampliou largamente os direitos sociais, abordou os mais variados temas, desde família, religião, trabalho saúde e segurança, sendo um divisor de águas como período anterior marcado pela arbitrariedade, a valorização dos direitos fundamentais trazidos nessa constituição, no momento histórico atual, vão além de norma programática e se estendem nos vários ramos do direito.

### **Considerações finais**

Justaposto, o direito no Brasil assim como todos os demais fenômenos que permeiam a sociedade é historicamente constituído, existindo sobre lutas e omissões, términos e permanências, mudanças e repetições que ocorrem sob as vistas de toda uma coletividade que existe e subsiste diante de modelos de governo que por vezes são justos ou o mais barbaramente injustos, no que tange a direitos e garantias de seu próprio povo, desde o direito alienígena, o direito burguês e o direito que aos poucos tornou-se constitucionalizado, todo o fenômeno sempre guarda o seu escopo de formação nas massas e na forma que essas agem ou reagem.

A análise que se pode obter em relação as constituições criadas e aplicadas no Brasil, desde o séc. XIX até a constituição atual, é que cada texto foi criado intrinsicamente para se adequar a uma realidade histórica específica, muitas vezes não para atender aos anseios de grupos sociais presentes, mas para satisfazer aos interesses de grupos que foram partícipes na elaboração de tais textos.

É visível o gigantesco distanciamento entre o que se tinha no texto positivado e a possibilidade real de tais leis serem aplicadas, ou das mesmas estenderem até a população em geral, porem ao longo dos anos, ou décadas, um processo de humanização daquilo que foi positivado, salvo grandes atrasos no tocante a constituição de um estado democrático de direito,

---

<sup>15</sup> MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de direito constitucional*. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 1094.



a evolução constitucional continuou a se fazer presente até chegar no atual arcabouço constitucional que temos hoje.

O modelo constitucional atual, não é perfeito, possui muitas falhas “e infelizmente até por parte daqueles que deveriam ser os guardiões da constituição está sendo atacado” porem mesmo com falhas, com lacunas e com importantes temas positivados em seu texto muito distanciados da realidade pratica, ela está em constante evolução, algo que para muitos descaracteriza a força de uma constituição, mas que se for olhado de um ponto de vista histórico é um fenômeno necessário, a sociedade muda, e muitos aspectos da vida social também mudam, regras, a aceitação social e determinadas situações econômicas tendem a ocorrer e o texto está a se adaptar a isso, sendo tão atual hoje graças as emendas constitucionais como era em 1988.

## Os desgraçados: a explicação das mazelas nacionais por meio da ausência de fé

Jonatan Rafael de Souza Mello<sup>1</sup>

### Contexto da virada do século

Segundo José Murilo de Carvalho em seu estudo *Os Bestializados* (1987), a aurora da Primeira República brasileira chegou por um minguido apoio popular, pois como disse Aristides Lobo no calor momento a 15 de novembro de 1889: “O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditaram seriamente estar vendo uma parada.”<sup>2</sup> A alienação e a acanhada participação das massas defronte do ocorrido no perecimento do Império, tem como antítese a vigorosa participação das elites políticas, em especial do eixo Rio-São Paulo, sobretudo dos republicanos.

Nos escombros do Império a gênese de um novo regime começa a tomar corpo, e grande parte dos órgãos do organismo que aos poucos foi sendo gerido, repelia veementemente a Igreja Católica.<sup>3</sup> Os homens que gozavam de abundante prestígio político no novo regime, eram em grande medida opositores da Igreja, e a instituição romana também execrava-os, vide encíclica *Quanta Cura*, e seu anexo *Syllabus* de 8 de dezembro de 1864, onde condenava o socialismo, naturalismo, racionalismo e as sociedades secretas, e a maçonaria.<sup>4</sup>

As tensões acima mencionadas são ainda mais salientes com o decreto 119-A, de 07 de janeiro de 1890, onde a Igreja foi apartada do Estado,<sup>5</sup> deixando séculos de vigorosos laços. Em 6 de agosto do mesmo ano, o clero elabora um documento destinado Marechal Deodoro da Fonseca, chefe do governo provisório. O texto contesta medidas que são alardeadas para a nova constituição, atacando o ateísmo que permeia a assembleia constituinte. Em especial, a igreja ataca positivistas e o ateísmo do seu tempo, influente nas elites intelectuais que favoreceram a

<sup>1</sup> Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp/Assis).

<sup>2</sup> Disponível em: <https://imagensehistoria.wordpress.com/tema-1-republica-velha/carta-de-aristides-lobo/>. Acesso em 05 nov. 2020.

<sup>3</sup> OLIVEIRA ROSA, Lilian Rodrigues de. *A Igreja Católica Apostólica Romana e o Estado Brasileiro: Estratégias de inserção política da Santa Sé no Brasil entre 1920 e 1937*. 2011. 289p. Tese (Doutorado em história) Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista, Franca, pp. 39-40.

<sup>4</sup> Disponível em: <http://www.vatican.va/content/pius-ix/it/documents/encyclica-quanta-cura-8-decembris-1864.html>. Acesso em 05 nov. 2020.

<sup>5</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1851-1899/D119-A.htm#:~:text=Prohibe%20a%20interven%C3%A7%C3%A3o%20da%20autoridade,padroado%20e%20estabelecimento%20outras%20providencias](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D119-A.htm#:~:text=Prohibe%20a%20interven%C3%A7%C3%A3o%20da%20autoridade,padroado%20e%20estabelecimento%20outras%20providencias). Acesso em 17 nov. 2020.

República.<sup>6</sup> Vale lembrar que o próprio papa Leão XIII, em 28 de outubro de 1890, já havia destinado ao chefe provisório de executivo, uma carta onde o líder romano buscava, assim como a carta dos bispos citada a cima, a manutenção dos interesses da igreja, buscando pelear para que a Igreja Católica brasileira não fosse lesada pela nova constituição, com a perda de influência, possíveis perseguições, espolio de possessões clericais, impostos etc.<sup>7</sup>

Evidentemente que nosso intuito aqui não tem como orientação, dissertar sobre o período complexo e turbulento entre a queda do Império e a promulgação da constituição de 24 de fevereiro de 1891. Também não nos cabe aqui desempenhar a hercúlea tarefa de ousar discorrer sobre a tensa e belicosa década que precede a pastoral de 1900. Cabe-nos dizer, ainda que de forma abundantemente resumida, que é neste contexto nacional e internacional que a Igreja católica estava envolvida. Internamente, a igreja buscava fazer frente as elites políticas e religiões opositoras a ela; e internacionalmente, digladiava-se com inúmeras ideologias da modernidade, buscando centralizar e sobrepajar os desafios do mundo moderno.

### **Análise da pastoral**

Logo de início o texto expressa evidente júbilo com o final do século XIX, período de “descrença” e “infieis”, grande ultraje a desrespeito a religião e a “Deus salvador”.<sup>8</sup> Além das jubilosas manifestações do término do século XIX, o autor destaca outro evento de igual destaque: a comemoração do 4 centenário do que o documento chama de “nosso nascimento civil e religioso”.<sup>9</sup>

Cabe a nós declarar que a carta pastoral de 1900 aqui analisada, é revestida de aparente ufanismo, semelhante ou mesmo lembrando um texto publicano no mesmo ano, de Afonso Celso, a obra *Porque me ufano de meu país* (1908). A carta pastoral defende a tese de que o Brasil destaca-se frente aos demais países do globo, por infinitas graças derramadas por Deus sob esta terra.<sup>10</sup>

No texto, o Brasil é destacado como sendo uma terra ilustre, e abraçada por Deus, gozando de uma história relativamente pacífica e singular frente as demais nações. O documento em questão argumenta que o catolicismo foi o laço que atou a nação brasileira,

---

<sup>6</sup> EPISCOPADO Brasileiro. *Reclamação do episcopado brasileiro dirigida ao Exmo. Sr. Chefe do Governo Provisório*, 1890.

<sup>7</sup> LEÃO XIII *apud* OLIVEIRA ROSA, op. cit., pp. 60-61.

<sup>8</sup> EPISCOPADO Brasileiro. *Pastoral coletiva do episcopado brasileiro ao clero e aos fieis*. São Paulo: Escola typographica Salesiana, 1900, p. 06.

<sup>9</sup> Id.

<sup>10</sup> Id.

dando a esta uma nacionalidade. Sob a análise do texto, o Brasil é um país católico, que contempla uma história de relativa paz e prosperidade, e se comparado a outros países, com poucas guerras no perpasso de sua história colonizadora e recolonizadora, salvando a nação do aniquilamento social graças as intercessões e benevolência divina.

As desgraças passadas, a escravidão, a caça e os mal tratos aos indígenas, foram fenômenos que a Igreja tentou corrigir, gerando até mesmo perseguição aos pastores religiosos.<sup>11</sup> As barbaridades da escravidão de negros, também é outra macula na história do Brasil, fruto da intervenção humana, e a “diminuta consideração dos governos para com os assuntos religiosos”.<sup>12</sup>

Segundo o texto, o início dos ultrages a religião católica começou no Império. Exercendo uma falsa proteção, o Império patrocinou, na visão expressa no documento, ideias antirreligiosas no Brasil, sendo condescendente com discussões, debates que vilipendiavam a religião católica.<sup>13</sup> Em uma das várias passagens críticas ao Império, diz o documento:

Em quanto deste modo se a opprимиão as Ordens religiosas, que civilizarão nossa pátria, tinham expansão libérrima e maçonaria e as outras sociedades secretas, que a Santa Igreja reprova e condemna com os seus mais severos anathemas. Não vimos nós, amados irmãos e filhos, nosso Bispos arrastados aos trunfaes e condenados á prisão com trabalhos como insignes criminosos, em obsequio á maçonaria, por condemnarem a seita, que a Snata Igreja condemna, e fazerem effectivas leis desta mesma Igreja em um paiz, cujo governo dizia professa-la? Vimos a religião desrespeitada em seus ministros, desprezada em seu culto, e ameaçada de leis iniquas, que já esvoaçavão, como aves negras, no céu turbado da pátria, e que sobre ella cahirão de chofre na mudança do regimen politico.<sup>14</sup>

O Império impedia o crescimento do clero para atender a demanda nos recantos mais longínquos do país, diferente desta proteção sufocante imperial, a liberdade da Igreja Católica é louvada pelos clérigos. Mas os “gêrmenes da destruição religiosas”<sup>15</sup> existentes no Império, ainda persiste na República, visto que esta segunda apartou a religião católica, única e divina religião, aquela que deu vida e civilizou o Brasil, do Estado, e nivelando-a “superstições inventadas por homens”.<sup>16</sup> Além de apontar os problemas para religião católica na República, o documento também ataca veementemente a imprensa radicalmente opositora da Igreja.<sup>17</sup> Diz o documento:

---

<sup>11</sup> Id., p. 15.

<sup>12</sup> Id., p. 16.

<sup>13</sup> Id., pp. 16-17.

<sup>14</sup> Id., p. 17-18. A prisão citada neste fragmento de ataque ao Império, refere-se a Questão Religiosa de 1872-1875, fato que levou a prisão de dois bispos, D. Vital (bispo de Olinda no período) e D. Antônio Macedo Costa (bispo do Pará), por uma série de conflitos com membros da maçonaria.

<sup>15</sup> Id., p. 18.

<sup>16</sup> Id.

<sup>17</sup> Id., p. 17.

A liberdade de cultos levada aos últimos extremos, e da imprensa sem nenhum correctivo no que póde ousar de mais radical e de mais ímpio, a insinuação dos princípios e praticas destruidores da família, da sociedade e da religião, não erão coisas estranhas; erão causas de gabos e de gloria em nossa terra.<sup>18</sup>

Segundo o texto, a religião católica “informou a vida dos Brasileiros, que lhes deu civilização, adotou os costumes, conservou a unidade nacional, e é o patrimônio mais precioso que recebemos de nossos paes e queremos legar a nossos filhos”.<sup>19</sup> Defender a religião católica de seus detratores, deve ser o norte dos fiéis que não devem ser omissos, indiferentes a questões religiosas tais como o Estado laico, e a ausência da religião na educação dos jovens e crianças. Defender a religião católica é ato de coragem, fé e de patriotismo, almejando sempre a fuga da danação eterna.<sup>20</sup> Diz o autor:

Se devéras amamos nossa pátria, se queremos ver pospera, respeitada, tranquila e uma, trabalhemos a todo nosso poder para restituir a Jesus Cristo. Procuremos que Jesus seja reconhecido e adorado pela sociedade, e não só pelos individuos; publica e oficialmente, e não só no interior das casas, no recinto dos templos e junto aos altares. Esforcemo-nos por cancellar do nosso código fundamental essas leis de apostasia que são a desgraça da nação Brasileira.<sup>21</sup>

No texto, a ideia de que o ano de 1900 é um ano de expiação dos pecados passados, e que o século seguinte pode ser o século diferente dos anos anterior, é bem presente no texto, principalmente próximo do fim. Em seguida, o texto aponta os movimentos que devem ser feitos pelo clero rente aos leigos, pais, meninos e crianças, para que estes passem a contemplar com exorbitante regozijo a religião católica.<sup>22</sup> Os objetivos de tais atos consistem em:

[...] reunir em um fasciculo os interesses do individuo, da pátria, de Deus, ficando o homem feliz, a pátria prospera e respeitada, Deus conhecido, amado e obedecido. Esta tripce glorificação do homem, da pátria, de Deus, é o alvo onde atirão os nossos ardentíssimos anhelos como Brasileiros, como chistãos, como Bispos.<sup>23</sup>

Em seguida, o texto segue fazendo recomendações, exigências e definindo datas para festas e dias reservados de cada semana para orações, esperando melhores condições para religião católica, a salvação da pátria e dos homens.<sup>24</sup>

---

<sup>18</sup> Id.

<sup>19</sup> Id., p. 19.

<sup>20</sup> Id., p. 24.

<sup>21</sup> Id.

<sup>22</sup> Id., pp. 28-29.

<sup>23</sup> Id., p. 33.

<sup>24</sup> Id., pp. 33-34.

## **Considerações finais**

O texto em questão debate inúmeros assuntos, procurando sublinhar nas suas primeiras páginas, as mais variadas vilezas existentes no Brasil, mencionando assassinatos, furtos, crises econômicas, morais etc. Para os autores, tais condições podem ser subvertidas pelo alinhamento irrestrito a religião católica, destacando está como sendo a civilizadora e formadora da nacionalidade brasileira. Em momentos do texto, é possível ver a defesa de um vínculo nacionalista, que ata o catolicismo a nacionalidade e a pátria brasileira, declarando que a defesa do catolicismo está indissociável da defesa da pátria.

Entre as ideias discutidas no texto, a que destacamos aqui, é a tese de que a religião católica, a fé, é o antídoto para as desgraças nacionais, que possuem sua fonte na oposição, indiferença e afastamento da religião romana, promovidas pelo Estado, e grupos com ideias anticatólicas e outras religiões. A agonia do século XIX, é visto pelo clero como um período passivo de transformações, e estas devem proliferar no século vindouro, onde os erros do passado não deverão ser abolidos e extirpados. A fé, e o pleno perfilamento com o catolicismo é a única fonte cândida capaz de subverter as desgraciosas e degradantes condições que o Brasil se encontrava, principalmente pelo afastamento da citada religião.

## Reconfigurações da identidade argentina na década de 1920

Igor Alexander Webel Ramos<sup>1</sup>

As primeiras reflexões a respeito da identidade nacional argentina datam de meados do século XIX. Maria Lígia Prado, ao investigar tais questões, destaca a posição estabelecida por Domingo Faustino Sarmiento no livro “Facundo ou Civilização e Barbárie” de 1845, no qual o autor busca relacionar elementos da vida campesina à barbárie, enquanto reivindica as cidades como ambiente propício à civilização e ao progresso.<sup>2</sup> Estabelecendo o campo, sua população e manifestações culturais como os responsáveis pelo atraso de seu país, as elites dirigentes e intelectuais do período encontraram no imigrante europeu a possibilidade de erradicar a barbárie a partir de um processo civilizatório.

Já nas primeiras décadas do século XX, intelectuais argentinos inspirados pelas discussões realizadas por filósofos alemães nos finais do século XVIII e início do século XIX, buscam revisar a proposta de Sarmiento. Atravessados por problemas de seu tempo derivados da modernidade, da política imigrantista que trouxe consigo ideologias ligadas à esquerda política e eventos ligados a Primeira Guerra Mundial, estes intelectuais enxergam no folclore, entendido por Kaliman como “uma apropriação de um certo conjunto de práticas populares por parte dos setores intelectuais das sociedades nacionais para acomodá-los e interpretá-los em função de suas próprias categorias e suas próprias necessidades históricas”,<sup>3</sup> a verdadeira identidade nacional argentina.

A lei Saénz Peña de 1912 que estabelece o direito ao voto secreto e obrigatório a homens argentinos em conjunto com os fatores expostos no parágrafo anterior determinam uma mudança no panorama político da Argentina. Em outubro de 1916, com a eleição do presidente Hipólito Yrigoyen, candidato pela União Cívica Radical (UCR), chega ao fim a “Ordem Conservadora”, período delimitado entre 1880 e 1916 no qual todos os candidatos do Partido Autonomista Nacional, cujos membros estavam ligados com a geração de 1880 ou influenciados por seu pensamento liberal, venceram as eleições.

A proximidade dos sindicatos com a União Cívica Radical e o discurso crítico às oligarquias de Hipólito Yrigoyen trouxe a certos grupos políticos o sentimento de ameaça de

---

<sup>1</sup> Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp/Franca) sob orientação de Tânia da Costa Garcia. Bolsista CAPES.

<sup>2</sup> PRADO, Maria L. C. *América Latina do século XIX: tramas telas e textos*. São Paulo: EDUSP, 1999, p. 61.

<sup>3</sup> KALIMAN, Ricardo. *Alhajita es tu canto: el capital simbólico de Atahualpa Yupanqui*. Córdoba: Comunic-arte Editorial, 2004, p. 27.

sua hegemonia. Para manter seus privilégios seria necessário estabelecer uma identidade nacional capaz de legitimar suas ações e privilégios. Estudando a relação deste grupos com intelectuais do que o autor irá chamar de literatura nativista, Diego Chein<sup>4</sup> observa que a partir de uma aliança com o Estado, escritores passaram a formular propostas políticas e educacionais voltadas ao resgate da argentinidade e difusão desta para a população de seu país. Chein destaca o benefício mútuo de tal aliança, visto que tanto as oligarquias – pessoas em posse de terras e poder político – que viam sua hegemonia ameaçada, quanto os intelectuais, que buscavam legitimidade e profissionalização tirariam proveito da situação.

### Referencial Teórico

Entendendo a definição de “intelectual” como mutável de acordo com a sociedade e o período a ser estudada, Sirinelli compreende ser necessário “defender uma definição de geometria variável, mas baseada em invariantes”,<sup>5</sup> estando presentes nesta categoria não só criadores, como também mediadores culturais.<sup>6</sup> Para entender totalmente suas contribuições e posições, é necessário não entendê-los não apenas como reféns de seu meio, pois estes “tomam a cor dos debates cívicos, mas também contribuem para lhe dar os seus tons”, concluindo que “o meio intelectual não é um simples camaleão que toma espontaneamente as cores ideológicas do seu tempo. Concorre, pelo contrário, para colorir o seu ambiente”.<sup>7</sup>

Para entender a dinâmica das relações destes intelectuais, é adotado o conceito de “campo” de Pierre Bordieu. Para o autor, o campo é um espaço de disputa onde as relações estabelecidas por seus agentes buscam a legitimação de suas representações sobre temáticas variadas.<sup>8</sup> Este campo “pode ser considerado tanto um 'campo de forças', pois constrange os agentes nele inseridos, quanto um 'campo de lutas', no qual os agentes atuam conforme suas posições, mantendo ou modificando sua estrutura”.<sup>9</sup>

No caso da folclorologia, a partir da discordância para com a identidade estabelecida por intelectuais portenhos, Alfonso Carrizo busca um capital simbólico capaz de dar a seu

---

<sup>4</sup> CHEIN, Diego. Escritores y estado em el centenario: apogeo y dispersion de la literatura nativista argentina. In: *Revista Chilena de Literatura*. Ñuñua, n. 77, 2010, p. 52.

<sup>5</sup> SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais in: RÉMOND, René. *Por uma história política*: Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996, p. 242.

<sup>6</sup> RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (dir.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 261.

<sup>7</sup> SIRINELLI, op. cit., p. 265.

<sup>8</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertran Brasil, 2001, p. 66.

<sup>9</sup> BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 50.



trabalho maior valor se comparado aos demais escritores. Bordieu compreende que esta forma de capital é “uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder”.<sup>10</sup>

A partir da definição de identidade nacional “como uma população humana denominada que ocupa um território histórico e compartilha mitos e lembranças, uma coletividade, uma cultura pública, uma só economia e direitos jurídicos e obrigações comuns”,<sup>11</sup> Anthony Smith estabelece que, apesar dos valores citados serem uma consturção, não deixam de ser sentidos ou vividos. Seu estudo, portanto, só é possível a partir de seus efeitos sociais e políticos “como parte de um nexos de ideias, sentimentos e experiências ligados ao nacionalismo”.<sup>12</sup>

### **Uma nova identidade nacional: a atuação de Leopoldo Lugones e Ricardo Rojas**

A partir de uma análise da *Encuesta Nacional del Folklore de 1921*, Vitor Neia identifica o início do século XX na Argentina como um período marcado por problemas que extrapolam a ordem política, trazendo também consequências políticas e sociais. Segundo o autor, para os intelectuais dedicados a estabelecer uma nova identidade nacional descolada da proposta de Sarmiento, “o remédio para a crise residiria nas profundezas do mundo rural, receptáculo da alma da nação ao qual se deveria recorrer para a salvação do projeto civilizatório do Estado”,<sup>13</sup> sendo a própria *Encuesta* uma evidência disto. O projeto, realizado durante o governo do radical Hipólito Yrigoyen por Ricardo Rojas e Juan Pedro Ramos, buscava compilar materiais referentes à cultura campesina argentina, para posteriormente contar com sua inserção na educação pública.

Neste mesmo período, o escritor Leopoldo Lugones também dedicou-se a pensar a cultura popular, encontrando no *gaucho*, um arquétipo do *criollo*, a representação ideal da argentinidade. Em suas conferências, posteriormente reunidas no livro *El Payador* (1917),<sup>14</sup> Lugones encontra a conexão com a cultura popular a partir de uma leitura muito particular do poema *El Gaucho Martín Fierro* (1872) de José Hernández. Caracterizando este como um poema épico, Lugones traça paralelos entre esta clássica obra da literatura argentina com outros

<sup>10</sup> BOURDIEU, op. cit., 2001, p. 15.

<sup>11</sup> SMITH, Anthony. *Comemorando a los muertos, inspirando a los vivos: mapas, recuerdos y moralejas en la recreación de las identidades*. In: Revista Mexicana de Sociología, 1998, p. 62.

<sup>12</sup> Id., p. 76.

<sup>13</sup> NEIA, Vitor Hugo. *A Encuesta Nacional del Folklore de 1921: cultura popular e nacionalismo argentino*. 2016. 235 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016, p. 13.

<sup>14</sup> LUGONES, Leopoldo. *El Payador y antología de poesía e prosa*. Santiago de León de Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 1979.

poemas que este julgava serem do mesmo gênero, como *A Divina Comédia* de Dante Alighieri e *A Odisséia* de Homero. A partir da idealização do personagem principal do livro da obra de Hernandez, Lugones retirou do *gaucho* seus traços rebeldes, transformando-o no modelo ideal de representação da argentinidade. O autor também destaca a semelhança entre o *gaucho* e o grego a partir da música, visto que ambos utilizavam em suas canções instrumentos de corda, o que dava a suas composições maior grau de elaboração e dificuldade na execução, enquanto os indígenas de seu país desenvolviam sua música a partir de instrumentos de sopro, elaborando músicas mais simples.

Entretanto, apesar de sua atuação literária, no período entre guerras Lugones dedicou-se a atuar politicamente como intelectual da direita nacionalista, apondo-se não só as ideologias de esquerda como também as vertentes liberais e conservadoras da direita. De acordo com, José Luis Beired, os intelectuais da vertente nacionalista eram “contra o avanço da modernidade política e cultural, propunham a manutenção das ‘tradições nacionais’ e defendiam princípios antiliberais e anti-igualitários”.<sup>15</sup> Apesar da notável contribuição ao idealizar o *gaucho* e ajudar a transformá-lo no arquétipo nacional, a atuação junto a direita nacionalista acaba por afastar Lugones dos debates ligados ao campo da folclorologia na década de 1920, csontruídos principalmente a partir da oposição entre Ricardo Rojas e Alfonso Carrizo.

Explorando a atuação de Rojas nas reconfigurações da identidade nacional, Patricia Funes apresenta o trabalho do autor como uma tentativa de repensar a argentinidade através de uma “síntese entre o passado e o presente, o rural e o urbano, o singular e o universal”.<sup>16</sup> Para o intelectual, a melhor forma de difundir estes valores seria através de uma educação que abandonasse os ideais cosmopolitas e positivistas que outrora havia adotado. Desta forma, este olhar para o folclore não era uma mera tentativa de inserir na educação símbolos e manifestações culturais capazes de representar verdadeiramente a argentinidade, mas também uma tentativa de construir nacionalidades “coesas e homogêneas”.<sup>17</sup> Como parte do Conselho Nacional de Educação, Ricardo Rojas agia de forma ativa frente a políticas públicas nacionais, encontrando respaldo no governo do presidente radical Hipólito Yrigoyen, cujos planos para a educação era o fortalecimento dos “sentimentos cívicos e patrióticos da escola”,<sup>18</sup> e a realização de projetos, como a *Encuesta Nacional del Folklore*, era capaz de

<sup>15</sup> BEIRED, José Luis Bendicho. *Sob o signo da nova ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945)*. São Paulo: Edições Loyola, 1999, p. 19.

<sup>16</sup> FUNES, Patricia. *Salvar la Nación: intelectuales, cultura y politica en los años veinte 20 latinoamericanos*. Buenos Aires, Prometeo Libros Editoriail, 2006, p. 93.

<sup>17</sup> NEIA, op. cit., p. 205.

<sup>18</sup> Id., p. 208.

reafirmar o poder centralizador e normatizador do Estado-nacional e do projeto político-ideológico daqueles que compartilhavam de suas instâncias decisórias, no caso, em especial, os pensadores e dirigentes identificados ao nacionalismo.<sup>19</sup>

Bastante recorrente nos escritos de Rojas é a relação que este tem com o indígena de seu país. Apesar de não considerar a contribuição destes de forma isolada, mas abordá-la a partir de uma concepção particular de mestiçagem, Rojas defende enfaticamente a contribuição das culturas pré-colombianas para a construção da Argentina, negando-se a aceitar a superioridade europeia sobre a América. Abordando a concepção de mestiçagem em Rojas, Alejandra Mailhe<sup>20</sup> destaca que o autor entendia que esta levaria a uma homogeneização cultural, e não a supressão da cultura indígena em detrimento da cultura hispânica. Corroborando com esta posição, Alejandra também destaca a posição de Rojas frente a Buenos Aires. Inicialmente este defendia uma necessidade de afastamento total da cultura cosmopolita da capital para uma busca pela legítima argentinidade, e posteriormente, a medida em que o autor se estabelece na cidade, passa a enxergar nela um espaço de mediação e mestiçagem entre as culturas da capital e das províncias.

### **O hispanismo de Alfonso Carrizo**

Proveniente da província de Catamarca, Alfonso Carrizo (1895-1957), a partir do contato com duas figuras conservadoras da política de Tucumán, Ernesto Padilla e Alberto Rougès, foi capaz de estabelecer em suas obras uma identidade nacional distinta daquela proposta por Rojas. Diego Bentevegna, a partir do estudo do livro *Antiguos Cantos Populares Argentinos* (1926) de Carrizo, identifica uma nova modalidade de análise da cultura popular, diferentes daquelas realizadas até o momento, e destaca que

Esse volume, publicado graças a ajuda de alguns dos mais proeminentes representantes da elite econômica e intelectual do noroeste (em especial, dos tucumanos Ernesto Padilla y Alberto Rougés), dá lugar a uma série de intervenções que supõe duas cenas de enunciação: uma pública e outra privada.

O enfoque de Bentevegna se dá na investigação de quais elementos Carrizo busca

---

<sup>19</sup> Id., p. 219.

<sup>20</sup> MAILHE, Alejandra. *Ricardo Rojas: viaje al interior, la cultura popular y el inconsciente*. Anclajes, v. XXI, n. 1, enero-abril 2017, p. 33.

aglutinar em torno de seu discurso a fim de legitimar sua narrativa a respeito do folclore frente àquela já estabelecida por Rojas. Dessa forma, o autor explora a ideia de que para conseguir o prestígio desejado, o catamarquenho explora sua proximidade com o objeto de estudo para apresentar ao público o “verdadeiro” ou “autêntico” folclore argentino. O embate estende-se também ao campo da língua, quando Rojas, ainda debruçado sobre o noroeste argentino como paradigma da identidade nacional, deparou-se com cantos em que aparecem palavras em línguas quíchuas e “a existência de uma série de cópias em que é possível identificar a hibridização entre quíchua e castelhano é um argumento para pensar o caráter sincrético da cultura argentina em geral”.<sup>21</sup> A presença da cultura indígena na obra deste autor foi registrada repetidamente, pois, para ele, esta era responsável pela distinção entre o argentino e o europeu. Carrizo também localizou cantos em línguas quíchuas, mas estes ocupavam um lugar marginal em seus compilados se comparados a importância dada pelo intelectual aos cantos que possuíam alguma ligação com o passado hispânico. Sendo assim, apesar de ambos autores se depararem com cantos que apresentam palavras de origens indígena, o local que estes ocupam na obra destes intelectuais é oposta: Rojas os vê como importante fator de distinção entre o argentino e o europeu, enquanto para Carrizo, estes cantos têm valor menor se comparados aos que remetem à herança hispânica e católica.

Buscando legitimar sua posição como pesquisador do folclore, Carrizo busca apoio em sua proximidade com a região estudada para legitimar seu trabalho, pois, uma vez que verdadeira cultura argentina estava distante de Buenos Aires, reservada aos moradores do Noroeste Argentino, nada melhor do que um pesquisador que vivesse em contato direto com esta cultura para estudá-la. O contato direto com as fontes de seu estudo lhe traria maior legitimidade para trabalhá-los, enquanto Rojas, por viver em Buenos Aires estaria refém de materiais e registros nem sempre autênticos, que chegavam até ele através dos compilados da *Encuesta Nacional del Folklore*, cuja metodologia, segundo Carrizo, seria inferior àquela desenvolvida por ele e pelos demais intelectuais provincianos.

A possibilidade de ver, ouvir e sentir por via direta o folclore, a capacidade de compreender melhor que ninguém seu sentido pelo vínculo espiritual de uma origem territorial compartilhada e poderosa empatia, é o que proclamam os folclorólogos ‘provincianos’ como um dom que lhes é próprio e exclusivo. A origem provinciana é endossada, dessa forma, como um capital simbólico no contexto da dinâmica do campo disciplinário da folclorologia.<sup>22</sup>

<sup>21</sup> BENTIVEGNA, Diego. El canto y la letra: disputas en torno de la definición de lo tradicional en Juan A. Carrizo y Ricardo Rojas. In: ARNOUX, N.; NOTHSTEIN S. *Temas de globopolítica: integración sudamericano y panhispanismo*. Buenos Aires: Biblos, 2014.

<sup>22</sup> CHEIN, Diego. Provincianos y Porteños. La trayectoria de Juan Alfonso Carrizo em el período de emergencia y consolidación del campo nacional de la folclorología (1935-1955) In: ORQUERA, Fabiola. *Ese ardiente jardín*

Também presente nos escritos e compilados de Carrizo é a influência de Padilla nas seleções realizadas pelo autor. Segundo Oscar Chamosa,<sup>23</sup> em determinado momento Carrizo teve contato com baladas que se referiam ao caudilho Juan Manuel de Rosas de forma heróica e queria utilizá-las para chamar a atenção dos intelectuais nacionalistas, mas foi impedido por Padilla devido ao histórico das elites tucumanas que tentaram resistir às políticas de Rosas e acabaram sendo vítimas do caudilho.

### **Considerações finais**

A partir do analisado, é possível estabelecer que a oposição ente capital e interior aparece em diversos momentos na história Argentina, e é potencializada graças ao crescimento populacional de Buenos Aires, visto que este era o principal destino dos migrantes e imigrantes. O centralismo portenho frente as províncias é incômodo as elites de Tucumán, e as disputas em torno das representações da identidade nacional aparecem como uma extensão deste desconforto. A partir desta perspectiva, há a hipótese de que os embates entre Ricardo Rojas – representante dos intelectuais portenhos – e Alfonso Carrizo – representante dos intelectuais provincianos – em torno da folclorologia extrapolam a dimensão do campo em questão, sendo também uma disputa política.

---

*de la república: Formación y desarticulación de un “campo” cultural: Tucumán, 1880-1975.* Córdoba: Alción Editora, 2010, p. 178.

<sup>23</sup> CHAMOSA, Oscar. *The Argentine Folklore Movement: sugar elites, workers, and the politics of cultural nationalism, 1900-1955.* Tucson: The University of Arizona Press, 2010, p. 107.

## **Memória e identidade no Poder Judiciário fluminense**

Jorge Luís Rocha da Silveira<sup>1</sup>

Esse artigo resume parte do estudo realizado sobre a história do Poder Judiciário fluminense, nascido da fusão dos estados da Guanabara e Rio de Janeiro em 1975. Tal investigação foi levada a cabo ao longo do processo de obtenção do grau de Doutor em História, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

### **A fusão do antigo Estado do Rio de Janeiro com o extinto Estado da Guanabara**

A ideia da “fusão” política dos territórios do Estado do Rio de Janeiro e do atual Município do Rio de Janeiro surgiu pela primeira vez já em 1834, quando a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro foi transformada em Município Neutro, para servir de sede à Corte do Império do Brasil, e separada da província fluminense.<sup>2</sup>

O que faltou para realizá-la neste, e em outros momentos históricos no qual a ideia foi recuperada, se apresentou na década de 1970. As conjunturas política e econômica foram favoráveis e determinantes na aprovação, pelo Congresso Nacional, da Lei Complementar n.º 20, de primeiro de julho de 1974 – a *Lei da Fusão*.<sup>3</sup>

Com ela, cujo processo concretamente se iniciou no dia quinze de março de 1975, os poderes públicos estaduais passaram por profundas transformações que acabaram assimiladas com o tempo. A organização do novo Poder Judiciário fluminense, entretanto, destoou dos demais e deixou marcas profundas na instituição: os tribunais de Justiça dos antigos estados do Rio e da Guanabara – criado em 1960, com a transferência da capital para Brasília – não foram fundidos, como ocorreu com os departamentos e serviços administrativos, as casas legislativas etc., daqueles estados. Foram extintos e substituídos por uma nova Corte e os respectivos quadros da magistratura e de funcionários reestruturados de modo autoritário e discricionário.

O processo, como foi executado, prejudicou tanto direitos constitucionais quanto prerrogativas funcionais. Por exemplo: a cúpula do Judiciário carioca, representada pelo Tribunal de Justiça da Guanabara, compunha-se de 36 desembargadores. Seu equivalente, no

---

<sup>1</sup> Doutor em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>2</sup> Baseado em: EVANGELISTA, Hélio A. *A fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998, p. 22.

<sup>3</sup> Maiores informações sobre esta e outras ocasiões em que a fusão foi discutida, ver: MOTTA, Marly S. Fusão: desafios. In: MOTTA, Marly S.; FREIRE, Américo; SARMENTO, C. E. (Coord.). *Um estado em questão: os 25 anos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001, p. 23.

antigo Estado do Rio de Janeiro, dezessete. Reunidos em uma nova Casa, esta teria 53 magistrados. No entanto, a legislação imposta determinava apenas 36 vagas para o novo tribunal. Em obediência ao decreto n.º 3, de quinze de março de 1975, todos os magistrados foram colocados em disponibilidade. Para compor a 2.<sup>a</sup> Instância do Judiciário do novo Estado foram chamados pelo Poder Executivo apenas aqueles que “em razão do interesse público e da Justiça” a mereciam.<sup>4</sup> Na prática, isto significou que dezessete magistrados permaneceram afastados de suas funções até serem eventualmente convocados. Alguns jamais retornaram porque faleceram ou se aposentaram pela idade. Os últimos entre os excluídos somente retornariam anos depois, durante o governo seguinte; de Antônio Chagas Freitas (1979-1983).<sup>5</sup>

### **Lembranças e pertencimento: um caminho para a hegemonia**

O Poder Judiciário, como toda organização política, constrói seu próprio passado e as imagens de si mesmo – ou representações, tema deste seminário. A instituição impõem a memória coletiva porque é ingrediente importante para a identidade do grupo e, conseqüentemente, à resistência do tecido social e das estruturas institucionais. Depoimentos de membros do Judiciário, utilizados na pesquisa que deu origem a este texto, revelam que, na construção das lembranças sobre a fusão dos estados, ocorreu todo um trabalho de enquadramento das memórias e de manutenção de certas aparências do passado. Ou seja: determinados eventos e figuras foram priorizadas em detrimento do que foi vivido pelo próprio grupo como um todo.<sup>6</sup>

Por que e como isso aconteceu? Um rápido olhar, sobre o período imediatamente posterior a 1975, é suficiente para encontrar as relações de poder que se estabeleceram entre os grupos oriundos do antigo Estado do Rio de Janeiro e da extinta Guanabara. Por exemplo: o cargo de presidente do Tribunal de Justiça representa o comando maior do Poder Judiciário. Hierarquicamente, ele é um dos substitutos do próprio chefe do Executivo em suas faltas e impedimentos. Pois, de 1975 a 1987, o novo Tribunal de Justiça teve sete presidentes, dos quais seis (ou 86%) pertenceram a Corte guanabarina. Apenas um (14%), iniciou sua carreira

---

<sup>4</sup> Trecho mencionado e maiores detalhes da Lei da Fusão: RIO DE JANEIRO (Estado). *Estruturas básicas do Estado do Rio de Janeiro e Lei da Fusão com o estado da Guanabara*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1975, p. 31.

<sup>5</sup> Sobre a carreira política de Chagas Freitas, ver: TRINDADE, Adriana A. *O estilo político da bica d'água: o chaguismo na Guanabara, 1969-1974*. Rio de Janeiro: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, 2000.

Um detalhe a mais: trabalhando ou não, todos os magistrados percebiam os vencimentos de suas origens, sem equiparação; embora realizassem as mesmas tarefas. O que só foi revisto judicialmente.

<sup>6</sup> POLLAK, Michel. Memória e identidade social. In: *Revista Estudos Históricos*. Monique Augras. Rio de Janeiro: s/ed., 1992, vol. 5, n.º 10, p. 200-212, p. 206.

profissional na “velha província” – denominação algo pejorativa para o antigo Estado do Rio ainda muito usada...

**Quadro 1: Relação de presidentes por período e origem**

|   | Nome                           | Período                     | Origem         |
|---|--------------------------------|-----------------------------|----------------|
| 1 | Luiz Antônio de Andrade        | 17/mar./1975 a 01/fev./1977 | Guanabara      |
| 2 | Marcelo Santiago Costa         | 01/fev./1977 a 01/fev./1979 | Guanabara      |
| 3 | Carlos Luiz Bandeira Stampa    | 01/fev./1979 a 02/fev./1981 | Guanabara      |
| 4 | Antônio Marins Peixoto         | 02/fev./1981 a 02/ago./1982 | Guanabara      |
| 5 | Francisco Rangel de Abreu      | 02/ago./1982 a 01/fev./1983 | Rio de Janeiro |
| 6 | Lourival Gonçalves de Oliveira | 01/fev./1983 a 01/fev./1985 | Guanabara      |
| 7 | Paulo Dourado de Gusmão        | 01/fev./1985 a 02/fev./1987 | Guanabara      |

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Antônio Abreu.<sup>7</sup>

No mesmo intervalo, dos treze vice-presidentes, responsáveis pela distribuição dos feitos judiciais na Segunda Instância, oito iniciaram sua carreira na Guanabara (61,5%). Outros cinco (ou 38,5%), no antigo Estado do Rio. Mesmo quando, a partir de 1979, a Vice-Presidência foi subdividida, a situação não mudou.<sup>8</sup>

**Quadro 2: Relação de vice-presidentes por período e origem**

|    | Nome                             | Cargo    | Período     | Origem         |
|----|----------------------------------|----------|-------------|----------------|
| 1  | Mauro Gouvêa Coelho              | Vice     | 1975 – 1976 | Guanabara      |
| 2  | Décio P. Borges de Castro        | Vice     | 1977 – 1978 | Guanabara      |
| 3  | Felisberto M. Ribeiro Neto       | 1.º Vice | 1979 – 1980 | Rio de Janeiro |
| 4  | Antônio M. Peixoto               | 2.º Vice | 1979 – 1980 | Guanabara      |
| 5  | Francisco R. Abreu               | 1.º Vice | 1981 – 1982 | Rio de Janeiro |
| 6  | Roque B. dos Santos              | 2.º Vice | 1981 – 1982 | Rio de Janeiro |
| 7  | Antônio J. P. C. Albuquerque     | 2.º Vice | 1982        | Guanabara      |
| 8  | Graccho A. S. V. P. Vasconcellos | 1.º Vice | 1983 – 1984 | Guanabara      |
| 9  | Jovino Machado Jordão            | 2.º Vice | 1983 – 1984 | Rio de Janeiro |
| 10 | Abeylard P. Gomes                | 3.º Vice | 1983 – 1984 | Guanabara      |
| 11 | Oswaldo G. Pires                 | 1.º Vice | 1985 – 1986 | Guanabara      |
| 12 | Ivânio C. C. Cauby               | 2.º Vice | 1985 – 1986 | Guanabara      |
| 13 | Hermano D. F. Pinto              | 3.º Vice | 1985-1986   | Rio de Janeiro |

Fonte: autoria própria.

<sup>7</sup> ABREU, Antônio I. C. *O judiciário fluminense: período republicano*. Rio de Janeiro: edição do próprio autor, 2007, p. 209.

<sup>8</sup> A organização da Justiça estadual é competência de cada estado e do Distrito Federal. Nela atuam juizes de Direito (primeira instância) e desembargadores (nos tribunais de Justiça, segunda instância). As instâncias são níveis ou graus de jurisdição em que este se ramifica (COTRIM, Gilberto V. *Acorda Brasil: o que você deve saber sobre a Constituição*. 3.ª ed. São Paulo: Saraiva, 1989).



Já a 1.<sup>a</sup> Instância foi dirigida por seis corregedores, até meados dos anos de 1980. Metade veio de um Estado e, metade, de outro. Entre tarefas das mais diversas, o Corregedor-Geral é responsável por organizar as serventias judiciais, designar e contratar o pessoal necessário para o funcionamento destas etc.

**Quadro 3: Relação de corregedores-gerais por período e origem**

|   | Nome                       | Período                     | Origem         |
|---|----------------------------|-----------------------------|----------------|
| 1 | Luiz Henrique Steele Filho | 17/mar./1975 a 01/fev./1977 | Rio de Janeiro |
| 2 | Júlio Alberto Álvares      | 01/fev./1977 a 01/fev./1979 | Guanabara      |
| 3 | Ebert Vianna Chamoun       | 01/fev./1979 a 02/fev./1981 | Guanabara      |
| 4 | Décio Ferreira Cretton     | 02/fev./1981 a 01/fev./1983 | Guanabara      |
| 5 | Olavo Tostes               | 01/fev./1983 a 01/fev./1985 | Rio de Janeiro |
| 6 | Synésio de Aquino Pinheiro | 01/fev./1985 a 02/fev./1987 | Rio de Janeiro |

Fonte: autoria própria.

Em resumo: do total de 26 desembargadores que ocuparam cargos administrativos de maior relevância, entre 1975 a 1985, dezessete (65%) vieram da Guanabara; enquanto nove (35%) do tribunal fluminense pretérito. Isto implica dizer que, no convívio entre os grupos que passaram a compor o Judiciário, o controle sobre os postos administrativos mais importantes permitiu, aos magistrados oriundos do Estado da Guanabara, o domínio do aparelho judiciário.

Tal situação foi observada – com indignação – pelos contemporâneos daqueles acontecimentos, como o desembargador Amaro Martins de Almeida:

Consumada a fusão, travou-se, no Tribunal, terrível luta nas sessões plenárias, no sentido de impedirmos a discriminação que os desembargadores da ex-Guanabara, em esmagadora maioria, com vista grossa de alguns órgãos do Executivo, queriam impor e de início impuseram, a magistrados do antigo Estado do Rio (substitutos de desembargadores em disponibilidade ou aposentados e juízes das três entrâncias), inclusive quanto aos vencimentos.<sup>9</sup>

O que o falecido Corregedor da Justiça do antigo Estado do Rio de Janeiro não disse ou não quis esclarecer em suas memórias, foi o tempo e o custo da correção das “discriminações” mencionadas...

### **Do que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido.**

Michel Pollak, ao abordar a relação entre a memória e a identidade, fixou a importância do pertencimento como elemento da lembrança. O processo de “memorizar” nosso passado tem

<sup>9</sup> ALMEIDA, Amaro M. *Valeu à pena: memórias*. Niterói: Ed. Cromos, 1993, p. 56.

três elementos essenciais: (1) as fronteiras físicas, que podem ser chamadas de “fronteiras de pertencimento”: o bairro; a cidade onde se vive; os lugares que se frequenta etc. (2) A continuidade dentro do tempo, pois dificilmente alguém lembra do que aconteceu passado um determinado período. Por fim, (3) o sentimento de conexão que repousa na coerência dos acontecimentos para a percepção do indivíduo.<sup>10</sup>

Esse processo deve ser destacado porque a memória individual não está inteiramente fechada ou isolada, mas busca – muitas vezes – as lembranças de outros. As toma por empréstimo como suas, muitas vezes por pressão do meio, das instituições em que se está inserido – como já referido anteriormente. Há, portanto, uma memória pessoal e outra, social. Uma memória autobiográfica e outra, histórica.<sup>11</sup>

O Tribunal de Justiça do novo Estado, com seus laços profissionais – em outras palavras, de classe –, estabelecendo os limites de “pertencimento” entre seus membros, delimitou a memória da Fusão a ser lembrada. As lembranças a serem recuperadas – pelo menos em público – foram municiadas pelo próprio *esprit de corps* da magistratura. A existência de limites bem definidos, estabelecidos no domínio das funções administrativas, dos mecanismos disciplinadores, da ética dos comportamentos etc., a partir das quais se tornou possível formar um conjunto específico de relações sociais, ditou o que devia ser lembrado ou esquecido. A construção da identidade dos sujeitos, com suas negociações e apropriações, estabeleceram as relações entre passado e presente; implicaram em “permanências e rupturas” que aprofundaram “as identidades e a consciência que se possui destes”.<sup>12</sup>

Cada grupo social luta para manter a persuasão sobre seus membros. Isto aparece quando o indivíduo atribui como seu, ideias, reflexões e sentimentos impingidos pelo bloco.<sup>13</sup> Como já afirmado neste texto: toda a organização política direciona seu próprio passado e a imagem que faz de si mesma. Esta memória envolve a identidade individual e do conjunto a que se pertence.<sup>14</sup> Assim foi no novo Judiciário fluminense.

Assim, entre as mais de uma centena de entrevistas reunidas para análise podem ser identificados os traços essenciais da percepção que emergirá do período: o reconhecimento da “incompreensão” mútua; a superação das “diferenças”; o “fortalecimento de ambos os lados”;

<sup>10</sup> Id., p. 204.

<sup>11</sup> De acordo com: HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Beatriz Sidou. 2.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Nova Centauro, 2013, p. 73.

<sup>12</sup> SILVA, Juliana B.; COLVERO, Ronaldo B.; KNACK, Eduardo. *Memória, identidade e representações sociais*. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre*, n.º 158, p. 43-58, julho de 2020.

<sup>13</sup> HALBWACHS, op. cit., p. 65.

<sup>14</sup> Afirmção feita com base em outro trabalho de Michel Pollak: *Memória, esquecimento, silêncio*. In: *Revista Estudos Históricos*. Dora R. Flaksman. Rio de Janeiro: s/ed., 1989, vol. 2, n.º 3, p. 3-15, p. 10.

a “consolidação” do Tribunal de Justiça – símbolos de um passado e de uma atitude que se deseja institucionalmente para o Judiciário. Como nas lembranças do desembargador José Joaquim F. Passos, presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro de 1986 a 1989:

P.: [...] Gostaríamos que V. Ex.<sup>a</sup> falasse agora um pouco das suas lembranças sobre a fusão dos antigos estados da Guanabara e Rio de Janeiro.

R.: Bem, o que eu posso lhe dizer é que nesse processo todo de fusão, o Poder Judiciário, pelo que eu saiba, não foi consultado a respeito. Aqui, no Rio de Janeiro, constituiu, inclusive para nós, uma surpresa muito grande quando soubemos que... de que ia haver a fusão. [...] Nenhum de nós foi consultado. Nasceu, também, uma incompreensão muito grande de ambos os lados. Cada qual se sentindo prejudicado com essa fusão que, inclusive, atrapalharia a carreira de todos nós. [...] De maneira que, a gente tinha que arranjar uma solução para esse problema. Tínhamos que ultrapassar as diferenças, tínhamos que ultrapassar todas essas dificuldades que eram opostas à fusão. Eu creio que, com aquele espírito público que todos nós devemos ter, aos poucos esse ambiente desagradável que houve entre os antigos componentes da magistratura do Estado do Rio e da Guanabara se desvaneceu. Hoje, inclusive, é um grupo muito coeso. Isso é uma reminiscência do passado e que não tem mais significação nenhuma. Evidentemente que o Tribunal do Rio de Janeiro ficou mais pungente. Ficou mais forte, porque houve um fortalecimento de ambos os lados. [...] E posso dizer que a fusão, sob alguns aspectos, se houve essa diferença, por outro lado serviu para que todos se compenstrassem da responsabilidade de representar um tribunal da mais alta importância na federação brasileira. [...] Hoje, há uma Justiça só: a Justiça do Rio de Janeiro. E posso falar porque já não estou mais atuando na Justiça propriamente dita e, por isso, me sinto à vontade para proclamar o que tem sido dito por pessoas com muito mais valor, com muito mais merecimento, com muito mais conhecimento do que eu. O Tribunal do Estado do Rio é, sem dúvida nenhuma, um dos mais importantes da federação – no ponto de vista judiciário. Aqui, se desenvolve uma atividade judiciária muito superior ao de outros estados e que tem servido até de modelo. Os tribunais superiores têm apontado como modelo de atuação, o do Poder Judiciário do Rio de Janeiro. [...] Hoje, o que existe é uma realidade nova, uma realidade que se concretizou, uma realidade que se consolidou que é a do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.<sup>15</sup>

Determinadas lembranças e certos entendimentos, preponderantes na memória da construção do Poder Judiciário pós-Fusão, se tornaram comuns; evidentemente hegemônicos. Hegemonia cujo conceito, nesta oportunidade, se amparou – em parte – em Karl Marx e Friedrich Engels. Numa famosa passagem de sua obra, afirmaram:

[...] as ideias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como ideias; portanto, a expressão das relações que tomam uma classe a classe dominante, portanto, as ideias de sua dominação.<sup>16</sup>

O filósofo italiano Antonio Gramsci, ao desenvolver o mesmo conceito, afirmou ser este um processo “através do qual parte da classe dominante, na liderança intelectual e moral, exerce o controle sobre as outras frações da mesma classe”. Para isso, esse grupo articulou um

<sup>15</sup> PASSOS, José Joaquim F. *Depoimento Prestado ao Programa de História Oral & Visual do Poder Judiciário*. Rio de Janeiro: Museu da Justiça, 25 de out. 2004. Entrevista n.º 115.

<sup>16</sup> MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Luís Cláudio C. Costa. 10.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

princípio que combinasse elementos comuns retirados “das visões de mundo e dos interesses de grupos aliados” e a fizesse ter poder sobre eles:

A relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como ocorre no caso dos grupos sociais fundamentais, mas é “mediatizada”, em diversos graus, por todo o tecido social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os “funcionários”. Seria possível medir a “organicidade” dos diversos estratos intelectuais, sua conexão mais ou menos estreita com um grupo social fundamental, fixando uma gradação das funções e das superestruturas de baixo para cima (da base estrutural para o alto). Por enquanto, podem-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, planos que correspondem, respectivamente, à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. Os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social [...]; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem” nem ativa ou passivamente, mas que é constituído por toda a sociedade [...].<sup>17</sup>

A crise provocada pela Fusão, entre a magistratura fluminense e carioca, não provocou uma ruptura concreta no seio do próprio sistema hegemônico; ou seja, não foi “fatal” para a instituição. Houve uma recomposição, com o grupo oriundo da Guanabara assumindo o controle dos principais cargos do aparelho judiciário e os próprios rumos institucionais a serem seguidos. Um “exemplo” concreto daquilo que o mesmo Gramsci, chamou de “unificação das tropas de muitos partidos sob a bandeira de um único partido, que melhor representa e sintetiza as necessidades de toda a classe” e reconheceu como um “fenômeno orgânico e normal”. Aos diferentes grupos de magistrados (“partidos”) foi oferecido uma direção única (“bandeira”), que proporcionasse solução ao problema vital da unidade da instituição judiciária.<sup>18</sup>

O processo de enquadramento das memórias da magistratura sobre a Fusão, escorado no controle dos cargos administrativos do Tribunal, entretanto, suporta divergências. Da mesma forma que é possível a diferentes indivíduos terem, sobre determinado acontecimento, uma representação comum; o contrário, também pode ocorrer. Isto sobrevém quando a associação entre os grupos ou membros de determinado grupo é apenas aparente ou quando a assimilação realmente não aconteceu.<sup>19</sup>

<sup>17</sup> GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Carlos N. Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, vol. 2, p. 20.

<sup>18</sup> GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Carlos N. Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, vol. 3, p. 61.

<sup>19</sup> HALBWACHS, op. cit., p. 140.

Esta dissensão de lembranças já foi chamada de “memória coletiva subterrânea” ou “memórias clandestinas” e alerta para que nem sempre o silêncio significa submissão a versão que hegemonizou a percepção dos fatos.<sup>20</sup> E mais: o limite das relações entre os membros da sociedade civil ou de grupos específicos com o Estado e/ou a sociedade majoritária, estabelecido entre o dito e não-dito, pode ser rompido pelo silêncio.<sup>21</sup>

Essa situação pode ser encontrada na obra do desembargador fluminense Amaro Martins de Almeida – já citada neste trabalho – e em depoimentos outros que não foram incluídos nesta oportunidade, mas analisados no estudo desenvolvido na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, para o Programa de Pós-Graduação em História.<sup>22</sup>

A entrevista do desembargador Luiz César Bittencourt Silva, que foi durante muitos anos *doublé* de juiz de Direito e professor de História, na Universidade Federal Fluminense, de certo modo sintetizou a postura dos que não relativizaram os acontecimentos passados, absorvendo a versão mais conveniente...

P.: Já que o senhor mencionou a fusão, o que pensa da fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro em relação ao Judiciário?

R.: [...] Mas, acontece que, essa fusão, criou alguns problemas muito sérios. Sobre tudo, problemas de funcionalismo. Nós juizes, com algumas poucas exceções, fomos recebidos com muita má vontade. E o governador de então, ajudou a criar esse antagonismo entre ex-Guanabara e ex-Rio de Janeiro. Não digo todos, mas alguns ou talvez até a maioria - que nos chamavam de *vietcongues*... E depois, o governador, sem nenhuma razão de ser, manteve os vencimentos do antigo Estado do Rio - que eram muito menores que os da antiga Guanabara -, com pessoas que faziam a mesma coisa e com o mesmo grau, com a mesma categoria. [...] Isso criou um problema sério porque, no Estado do Rio, o vencimento de um juiz de 3.<sup>a</sup> Entrância recebia dez por cento menos que um desembargador. Nós tivemos de ganhar essa equiparação numa ação que chegou até ao Supremo Tribunal Federal. Equiparados os vencimentos e com o correr dos tempos - como dizia o nosso velho Machado de Assis: “o tempo é o grande químico que transforma tudo” -, a coisa passou.<sup>23</sup>

É sintomático do embate “subterrâneo”, o apelido desdenhoso que circulava entre os desembargadores cariocas transformado em referência aos magistrados provenientes do antigo Estado do Rio: *vietcongues*. Ele foi lembrado no depoimento do desembargador Luiz César Bittencourt, mas também em outros. Os guerrilheiros sul-vietnamitas eram vistos como um

<sup>20</sup> POLLAK, 1989, p. 8.

<sup>21</sup> À mesma obra, à página 5, Pollak afirmou que o silêncio sobre o passado, “longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais”.

<sup>22</sup> Este é o caso das entrevistas dos magistrados Enéas Marzano, José Carlos S. Murta Ribeiro e José Domingos M. Sartori. Entendeu-se que o uso de todos os depoimentos disponíveis seria desnecessário e cansativo. Foram ouvidas e analisadas 114 entrevistas, realizadas pela equipe do Programa de História Oral & Visual do Poder Judiciário, do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, entre 1998 e 2005. Destas, duas foram descartadas e 26 não puderam ser relacionadas ao tema pesquisado. Das 86 restantes, 21 foram usadas diretamente.

<sup>23</sup> SILVA, Luiz C. B. *Depoimento Prestado ao Programa de História Oral & Visual do Poder Judiciário*. Rio de Janeiro: Museu da Justiça, 14 de jun. 2000. Entrevista n.º 56.

exército maltrapilho, “internacionalmente muito admirados [e temidos] por derrotar os franceses e o poderio dos EUA [...]”.<sup>24</sup> Na visão dos egressos do Tribunal de Justiça da Guanabara era o que, simbolicamente, os julgadores do “outro lado” podiam representar e ameaçar fazer.

Por fim, se recorda que a memória e, em especial, a memória coletiva se distingue da história em dois pontos, pelo menos. O primeiro, diz respeito a sua própria tendência de resguardar aquilo que ainda está vivo ou, de alguma forma, existe “na consciência do grupo que a mantém”. O segundo é sua multiplicidade. O que leva os indivíduos a optarem pela qual buscarão como suporte. Opção essa, muitas vezes, feita em função de um grupo “limitado no tempo e no espaço”.<sup>25</sup>

Quando essa diferença se reduz e a memória socialmente construída se pretende histórica, corre-se o risco de transformar a escolha de uns em regra para outros. Como parece ter acontecido no Judiciário fluminense, um dos mais importantes do país. O que é preocupante, tendo vista a necessária equidistância que o magistrado deve ter no exercício de suas funções. O lento, mas inexorável, desaparecimento dos que viveram a fusão dos antigos estados da Guanabara e Rio de Janeiro.

As formas peculiares de como a memória sobre ela foram – e continuam a ser – elaboradas em determinados setores da vida social, em grupos e instituições, com a pretensão de tecer a rede de uma história única, universal, são enganosas. Este processo tem se desdobrado, muitas vezes, através de mecanismos que se confundem com a própria disputa de poder, de hegemonia, dentro e entre os aparelhos que compõem o Estado. Devem, por isso, serem combatidas – quiçá com mais pesquisas que possam mostrar os diferentes ângulos do processo histórico de formação do nosso Judiciário.

---

<sup>24</sup> HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX. 1914-1991*. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 425.

<sup>25</sup> HALBWACHS, op. cit., páginas 102 e 106.

## **Os nomes que a República quer celebrar: a transformação da casa em que viveu Rui Barbosa em um museu (1889-1924)**

Mariana Freitas de Andrade<sup>1</sup>

### **Delimitação do objeto e discussão bibliográfica**

Esta pesquisa se propõe a analisar parte significativa da vida pública de Rui Barbosa, concentrando-se, principalmente, no processo pelo qual o senador é transformado em uma figura célebre na política brasileira, e buscando compreender a quem essa celebração serviu e quais foram os principais resultados dela.

A historiografia recente tem analisado Rui Barbosa como uma das expressões políticas mais importantes da História do Brasil. A maioria dos trabalhos sobre ele, dotam-no de um certo heroísmo, “mitificam” sua memória e lhe dão uma alta dose de enaltecimento. A popularidade e a glorificação de seu nome é tão forte e viva, ainda hoje, na sociedade brasileira, que somos levados a acreditar que isso faz parte de um fenômeno espontâneo, algo que ocorreu de forma completamente natural. Pretendemos escapar destes tipos de afirmações e abordagens e seguir por um caminho diferente, abandonando a narrativa de “herói da pátria” e “mito nacional”, e concentrando-nos em como sua trajetória de vida pública foi, na verdade, influenciada por um processo de consagração e celebração intencional, que se apoiou em três diferentes momentos.

Os três momentos remetem aos primeiros anos da República brasileira, mais precisamente entre 1889 e 1923. Neste período, Barbosa se tornou Ministro da Fazenda e da Justiça e foi convocado para a elaboração do projeto da futura Constituição de 1891; se tornou Senador pela Bahia; representou o Brasil na Segunda Conferência da Paz, realizada em Haia, e ainda se candidatou à presidência. Ao participar de grande parte dos mais importantes acontecimentos e processos históricos brasileiros, teve sua popularidade aumentada expressivamente, o que fez com que “a esfera pública estivesse sempre permeada de elementos sociais elaborados para dar a ele visibilidade”<sup>2</sup> para transformá-lo em algo simbólico e monumental.

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

<sup>2</sup> RANGEL, Aparecida Marina de Souza. *Museu Casa de Rui Barbosa: entre o público e o privado*. 2015. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015, p. 26.

Durante esse período, Barbosa também atuou ativamente na imprensa, fazendo publicações no *Diário de Notícias*, dirigindo o *Jornal do Brasil* e fundando *A Imprensa*. Por meio destes jornais, seus posicionamentos e ideais publicados estavam cada vez mais presentes nas casas e no cotidiano de seus leitores e, sendo a imprensa um “ator político produtor de múltiplas narrativas e interpretações”,<sup>3</sup> quando nela ele publicava ou quando por ela era mencionado, conseguia, como nenhum outro, ocupar a atualidade e ter seu nome envolto de uma intensa campanha de publicidade.

Quando morreu, em 1923, João Felipe Gonçalves<sup>4</sup> afirma que os jornais estampavam manchetes e frases como: “Apagou-se o sol!”; “A morte do maior gênio da raça”; “A grande catástrofe”; “Viverá para sempre com a imortalidade dos deuses!”. A notícia de sua morte se espalhou por todo o país e uma onda de comoção e luto tomou conta da população. Foram realizados grandiosos funerais para Rui Barbosa, com honras de chefe de Estado. Ministros, Deputados, e todo o tipo de elite brasileira se encontrava no velório do Senador, realizado na Biblioteca Nacional. Fez-se deste episódio uma verdadeira apoteose, como um último ato do espetáculo público que fora sua vida.

Nesta pesquisa, pretendemos reconstruir todos esses momentos considerando-os fundamentais para o processo de celebração política de Rui Barbosa. Entretanto, precisamos ter em mente que, “para que um sujeito histórico tenha, em torno de seu nome, uma memória consagrada, é necessário que, em algum momento, outros sujeitos históricos tenham deliberadamente investido na consagração dessa memória”.<sup>5</sup> Isso nos leva aos questionamentos norteadores dessa pesquisa, que são: para que e para quem a construção de figuras célebres serve? O quanto a consagração dessas figuras nada tem de desinteressada? E, no que resultam essas celebrações?

Refletir sobre estas questões nos trazem à temática central da pesquisa, a transformação da casa em que viveu Rui Barbosa em um museu. A partir da celebração de Barbosa, nos apoiaremos na hipótese de que essa celebração serviu a uma estratégia política voltada para a consolidação de um projeto nacional republicano e para a construção de um imaginário

---

<sup>3</sup> FAGUNDES, Luciana. *Do exílio ao panteão: D. Pedro II e seu reinado sob olhares republicanos*. Rio de Janeiro: Prisma, 2017, p. 25.

<sup>4</sup> GONÇALVES, João Felipe. Enterrando Rui Barbosa: um estudo de caso da construção fúnebre de heróis nacionais na Primeira República. *Estudos Históricos*, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, p. 135- 161, 2000. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2111/1250> . Acesso em: 03 fev. 2021.

<sup>5</sup> BONAFÉ, Luigi. *Como se faz um herói republicano: Joaquim Nabuco e a República*. 2008. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008, p. 17.



nacional, visando a legitimação e a afirmação do regime. Isso teria como resultado a musealização da casa em que ele viveu.

Segundo José Murilo de Carvalho, com a instauração da República no Brasil, em 1889, o Estado se empenhou na criação de uma nova identidade nacional; o governo necessitava de legitimação e referência. Era o início de um momento novo, que buscou signos referenciais para assegurar um sentimento de pertencimento e identificação com os novos ideais. Para isso, o regime buscou criar o seu panteão cívico e salientar figuras que serviam de imagem e de modelo para os membros da comunidade.<sup>6</sup> A nação carecia de personalidades que pudessem servir de inspiração ao povo brasileiro e honrar a história do país. Assim, essa nova forma de governo que emergia impôs as suas bases simbólicas, selecionando e negociando o que (e quem) deveria ser lembrado, esquecido e seria, a partir de então, celebrado.

Neste contexto, em 1924, imediatamente um ano após a morte de Rui Barbosa, por meio do Decreto nº 4.789, de 02/01/1924, assinado pelo Presidente Arthur Bernardes e pelo Ministro da Justiça, João Luiz Alves, o Governo Federal comprou de D. Maria Augusta, viúva de Barbosa, a casa, a biblioteca, os manuscritos, arquivos e mobiliários do casal, a fim de transformar a residência em que “vivera, estudara e escrevera o maior dos brasileiros” em museu.

Todos os momentos analíticos desta pesquisa estão compreendidos no período que vai de 1889, com o início da Primeira República brasileira, e quando a atuação política de Rui Barbosa começa a ser efetiva e a receber grande destaque, a 1924, o ano em que a casa de Rui Barbosa é comprada pelo Governo Federal para ser transformada em museu.

Há um caminho importante que trilha toda a trajetória política de Rui Barbosa em, *À sombra de Rui Barbosa*, de Américo Lacombe, *Ruy, o estadista da república*, de João Mangabeira e *Lado a lado de Rui*, de Carlos Viana Bandeira. O primeiro autor, ruiano declarado, o segundo, correligionário de Rui e o terceiro, seu próprio cunhado, mobilizam o Senador de forma a exaltá-lo, evidenciando seus grandes feitos, e mostrando exatamente o que pretendemos explorar nesta pesquisa: uma construção célebre em torno de seu nome, pela esfera social, pela República e por seus correligionários.

Lacombe, Mangabeira e Bandeira são nomes importantes para elaborar um completo roteiro da vida pública de Barbosa no regime republicano, com ênfase no cenário em que se desenvolveu a sua ação e os homens que da cena participaram. As obras anteriormente mencionadas, discutem a atuação de Barbosa enquanto jornalista, figura política e homem

---

<sup>6</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 14.

literário, ao mesmo tempo em que retratam os bastidores de sua vida pública e como era o Rui “íntimo”, uma versão do homem privado lidando e vivenciando as ações e os contextos em que o homem público estava inserido. Essas obras reúnem conferências, prefácios, recordações, cartas pessoais e ensaios em torno da figura de Rui Barbosa.

A transformação de Rui Barbosa em uma figura célebre se aproxima da análise realizada por Antoine Lilti, em sua obra *A invenção da celebridade*, na qual o autor aponta alguns mecanismos que elevaram pessoas comuns a figuras públicas e que fizeram com que a história de personagens políticos tivesse suas vidas e seus feitos transformados pela “cultura da celebridade”. Não somente exclusivos do mundo literário ou teatral, os mecanismos da celebridade também invadiram o campo da política e, como afirma Lilti, um homem fascinante por sua singularidade e seu talento, adquire uma força política com base na curiosidade que provoca, no apogeu que se tem por ele e em sua capacidade de encarnar uma sensibilidade coletiva<sup>7</sup>. Sendo assim, o interesse no conjunto de imagens e discursos associados ao indivíduo em destaque é o que impulsiona a cultura da celebridade. E é isto que buscaremos investigar na vida pública de Barbosa, considerando em especial os primeiros anos da República, quando sua vida, seu trabalho e suas ações passaram a despertar curiosidade, a alimentar a esfera pública e a afirmar cada vez mais sua notoriedade, tornando-o uma figura celebrada na sociedade brasileira e, principalmente, na Capital Federal.

Toda a celebração que teve a figura política de Rui Barbosa foi reafirmada e intensificada com a sua morte em 1923. A comoção nacional e o sentimento de luto aflorado na população brasileira, principalmente na Capital Federal, é um destaque na produção de João Felipe Gonçalves, em *Enterrando Rui Barbosa*, que nos fornece aspectos interessantes de análise sobre o tema. Em sua obra, Gonçalves via no enterro de Barbosa uma celebração da nação, um momento onde o ilustre falecido era mobilizado quase como uma alegoria, como um indivíduo que passava a representar, por seus atributos e por sua vida, ideias, coletividades ou épocas.<sup>8</sup>

Valéria Torres da Costa e Silva, em *Os Segredos da Imortalidade*, e Regina Abreu, em *O Enigma de “Os Sertões”*, também analisaram a questão dos grandes espetáculos que foram os velórios de outros grandes nomes para o país, Machado de Assis e Euclides da Cunha. Gonçalves, Silva e Abreu observaram que no enterro de personalidades importantes como Rui Barbosa, Machado de Assis e Euclides da Cunha, os discursos proferidos eram longos e

---

<sup>7</sup> LILTI, Antoine. *A invenção da celebridade (1750-1850)*. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 289.

<sup>8</sup> GONÇALVES, op. cit., p. 25.

numerosos, e visavam sempre à imortalização do “*preclaro morto*” e seu ingresso no panteão da Nação.<sup>9</sup> “Todos os falecidos eram descritos, no mínimo, como grandes patriotas, e seus trabalhos nas mais diversas áreas eram sempre remetidos ao engrandecimento da nação”.<sup>10</sup> Gonçalves entende que isso está associado intrinsecamente com a construção de grandes figuras individuais singulares.

Seguindo essa linha de análise, é importante pensarmos também em algumas questões políticas da Primeira República, que são fruto de uma produção recente, que teve início na década de 1990 aqui no Brasil, e que está vinculada à transdisciplinaridade, sendo produzida predominantemente por antropólogos, e que envolvem o estudo de símbolos, mitos e alegorias na construção de um projeto nacional republicano. Para compreender melhor essas questões, em um primeiro momento, é importante pensar no comentário de Luigi Bonafé, em sua tese *Como se faz um herói republicano*, sobre como as diversas análises de ideologias políticas e de mitos políticos, segundo Angela de Castro Gomes, tem “florescido no bojo de uma grande reflexão sobre a construção da identidade nacional brasileira, o que não pode ser empreendido em disjunção ao processo de construção do Estado Nacional”.

Nesse sentido, algumas obras de José Murilo de Carvalho são centrais para a pesquisa, principalmente a intitulada *A formação das almas*, na qual Carvalho analisa as batalhas simbólicas, ideológicas e políticas na criação de um imaginário social republicano para a legitimação do regime. José Murilo de Carvalho acredita que a elaboração de um imaginário é parte integrante de legitimação de qualquer regime político. É por meio dele que se podem atingir as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. Para Carvalho, é nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos. O imaginário social é construído e se expressa não só por ideologias e utopias, mas por símbolos, alegorias, mitos. Estes, por sua vez, podem tornar-se elementos poderosos de projeção de interesses e de manipulação, algo de suma importância em momentos de mudança política e social, e também de redefinição de identidades coletivas. “Não basta mostrar a verdade, é necessário que o povo a ame, é necessário apoderar-se da imaginação do povo”.<sup>11</sup>

Em sua tese *Museu Casa de Rui Barbosa: entre o público e o privado*, Marina Aparecida Rangel compreende que a criação do Museu Casa de Rui Barbosa faz parte da construção de um conjunto de dispositivos memoriais postos a serviço de interesses políticos inseridos em um discurso mais amplo de identidade e memória nacional. Rangel afirma ainda que, dos muitos

---

<sup>9</sup> Id., p. 21.

<sup>10</sup> Id., p. 22.

<sup>11</sup> CARVALHO, op. cit., p. 11.

dispositivos criados pelo Estado que perpassam e se conectam com a vida social e cultural dos sujeitos, a ela, interessa de maneira especial, pensar na construção de espaços museológicos. Por isso, sua tesa também é de fundamental importância para esta pesquisa. “Os museus, independentemente da categoria de pertencimento são dispositivos sociais, e, como tais abrangem uma complexa e imbricada rede de mecanismos acionados para o seu funcionamento”.<sup>12</sup>

## Metodologia de pesquisa

Como método para essa pesquisa, faremos, primeiramente, um estudo biográfico sobre Rui Barbosa, onde analisaremos, principalmente, toda a sua trajetória pública. Para isso, nos lançaremos nas obras de Fernando Nery, Rubem Nogueira, João Felipe Gonçalves, João Mangabeira, Eduardo Silva, Carlos Viana Bandeira, Américo Lacombe e Afonso Franco. Os principais e mais importantes trabalhos dedicados à figura de Rui Barbosa, trazem esses autores como referência. Também consultaremos a base de dados da Fundação Casa de Rui Barbosa, onde é possível ter acesso à documentos pessoais e institucionais, manuscritos, anotações e cartas do jurista, auxiliando assim uma análise completa sobre questões de sua vida pública e privada. Nesta base de dados, é possível, ainda, acessarmos os projetos de pesquisa da Fundação que são voltados para a figura de Rui Barbosa e que também serão contemplados pela pesquisa.

Para entender a imprensa como espaço de atuação e representação simbólica da figura política de Rui Barbosa, além de realizar uma revisão bibliográfica sobre o papel da imprensa no Brasil, durante a Primeira República, considerando alguns trabalhos como os de Matías Molina, *História dos jornais no Brasil*; Nelson Werneck Sodré, *História da imprensa no Brasil* e Carla Siqueira, *A Imprensa comemora a República*, examinaremos alguns jornais e periódicos onde ele teve participação ativa, seja elaborando artigos, dirigindo ou sendo o fundador, como o *Diário de Notícias*, *Jornal do Brasil* e *A Imprensa*. O foco será no período em que Rui Barbosa fez publicações nestes meios de comunicação, entre 1884 e 1901. A partir de suas publicações, examinaremos como as opiniões e ideais de Barbosa impactaram os leitores e elevaram sua popularidade política. Utilizaremos a Hemeroteca Digital Brasileira, da Biblioteca Nacional, o maior portal de jornais e revistas nacionais, e a obra completa de Rui Barbosa, *A Imprensa*.

As produções de João Felipe Gonçalves, *Enterrando Rui Barbosa*; Valéria Torres da Costa e Silva, *Os Segredos da Imortalidade*; Regina Abreu, *O Enigma de “Os Sertões”*; Vera

---

<sup>12</sup> RANGEL, op. cit., p. 58.

Lucia Borges, *Morte na República* e Douglas Attila Marcelino, *O corpo da Nova República: funerais presidenciais, representação histórica e imaginário político*, oferecem importantes subsídios sobre os grandes funerais que ocorreram na Primeira República, e como eles “imortalizaram” e consagraram personalidades de destaque na nação. Assim, nos aprofundaremos nos detalhes do episódio do velório de Rui Barbosa e compreenderemos como ele fez com que sua celebração atingisse o seu ápice.

Analisaremos também o contexto político da República brasileira e sua influência e interesse no processo de celebração de Rui Barbosa, realizando uma arqueologia dos discursos que o levaram à essa posição de figura célebre, por meio das obras de José Murilo de Carvalho como *Formação das almas*; da obra de Luciana Fagundes, *Do exílio ao panteão: D. Pedro II e seu reinado sob olhares republicanos*; de Noé Sandes, *A invenção da Nação: entre a Monarquia e a República*; de Lucia Lippi Oliveira, *As festas que a república manda guardar*, entre outras.

Para compreendermos o processo que envolveu a transformação da casa em que viveu Rui Barbosa em um museu, iremos analisar alguns decretos e leis, disponíveis para consulta pública no site oficial da Câmara dos Deputados ([www.camara.leg.br](http://www.camara.leg.br)), do Senado Federal ([www.senado.leg.br](http://www.senado.leg.br)) e do Planalto ([www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)), e seguir a cronologia de todo o processo que foi exposta por Aparecida Rangel, em sua tese “*Museu Casa de Rui Barbosa: entre o público e o privado*”. Faremos alguns apontamentos sobre a função e a história da criação de museus, a relação da Primeira República com os museus e as questões que envolvem a transformação de um espaço privado em espaço público, a partir do estudo de algumas obras, como a de Paul Valéry, *O problema dos museus*; Marlene Suano, *O que é Museu*; Myrian Santos, *A escrita do passado em museus históricos* e Maria Isabel Ribeiro, *O museu doméstico*, além de buscarmos entender como o Museu Casa de Rui Barbosa se tornou um espaço de afirmação e representação de uma imagem específica de Barbosa, partindo para uma análise da relação entre memória e poder nos espaços museais, a partir de algumas obras de Mário Chagas, como *A imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro*; *Memória e Poder: dois movimentos*, e etc. Ao longo das análises, teremos em mente que uma instituição museal é, também, a construção de um discurso interessado e um espaço político importante na sociedade.

## **Considerações finais**

Embora Rui Barbosa tenha sido objeto de diferentes estudos, o recorte que propomos pouco tem sido explorado. Pensar Rui Barbosa enquanto uma figura célebre é também buscar compreender a construção histórica que o levou a esse posto. Analisar a transformação da casa de um homem público em museu é também estabelecer uma relação intrínseca entre memória e poder. Mais do que encontrar respostas e conclusões definitivas, buscamos aqui desconstruir mitos, sobretudo vultos grandiosos da história nacional.

GÊNERO E  
ESCRITAS DA  
HISTÓRIA

## Mulheres na literatura romana: educação e interseccionalidade

Renata Cerqueira Barbosa <sup>1</sup>

Estudos referentes às mulheres na antiguidade, tornaram-se mais acessíveis nas últimas décadas, devido a disponibilização de fontes literárias, fontes materiais, compilação de inscrições, entre outros avanços acadêmicos e tecnológicos, contendo geralmente, uma perspectiva analítica fundamentada nos estudos de Gênero. No entanto, as questões relacionadas a estes estudos revelam apenas “a ponta do iceberg” no que diz respeito ao entendimento da mulher como agente transformador e autônomo no contexto da antiguidade clássica. Nas pesquisas referentes à temática, nos deparamos com outros problemas também relacionados a estas mulheres. A que status social elas pertenciam? Quais influências culturais refletiram em suas participações sociais, políticas ou artísticas? Neste contexto, os estudos sobre a interseccionalidade tornam-se uma nova ferramenta de análise que busca contemplar vários aspectos da vida dessas mulheres.

Na perspectiva dos estudos sobre a interseccionalidade,

(...) a ideia de um ponto de vista próprio à experiência e ao lugar que as mulheres ocupam cede lugar à ideia de um ponto de vista próprio à experiência da conjunção das relações de poder, de sexo, de raça, de classe, (...), pois a posição de poder nas relações de classe e de sexo, ou nas relações de raça e de sexo, por exemplo, podem ser dissimétricas.<sup>2</sup>

Portanto, “as definições vigentes de neutralidade, objetividade, racionalidade e universalidade da ciência, frequentemente incorporam a visão do mundo das pessoas que criaram essa ciência: homens, ocidentais, membros das classes dominantes”.<sup>3</sup>

O termo *interseccionalidade* foi criado pela jurista norte-americana Kimberlé W. Crenshaw em 1989, no entanto, passou a ser mais utilizado a partir do nosso século, principalmente pelos profissionais das Ciências Sociais.<sup>4</sup> A autora norte-americana ensina que

<sup>1</sup> Docente do Instituto Federal do Paraná, Campus Ivaiporã. Parte deste trabalho é resultado do pós-doutoramento finalizado em 2015 na Unicamp, sob supervisão de Pedro Paulo Abreu Funari.

<sup>2</sup> HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*. São Paulo, vol.26 no.1, p.1-13, Jan./June 2014.

Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20702014000100005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702014000100005) acessado em 08 jan. 2020.

<sup>3</sup> LOWY, Ilana. Ciências e gênero. In: Hirata, H. et al., *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo, 2009: Editora da Unesp, p. 40.

<sup>4</sup> Mais informações sobre a produção a respeito do tema, consultar: HENNING, C. E. Interseccionalidade e pensamento feminista: *As contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença*. Dossiê - Desigualdades e Interseccionalidades. *MEDIAÇÕES*, Londrina, v. 20, n. 2, pp. 97-128, jul./dez.. 2015



as desigualdades relacionadas à classe, gênero ou raça não são simplesmente passíveis de hierarquização: é a interação dessas categorias que atuam na produção e manutenção das desigualdades.<sup>5</sup>

Sirma Bilge, nos traz uma boa síntese sobre este conceito:

A interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais.<sup>6</sup>

Partindo desta rápida definição conceitual sobre a interseccionalidade, podemos tratar nesta ótica, a formação da mulher no pensamento antigo, conceito do qual se mostra, conforme Hallett & Skinner,<sup>7</sup> inerentemente contraditório. Esta análise interseccional, vem contribuir com o entendimento da situação das mulheres na antiguidade e os papéis por elas desempenhados.

As representações das mulheres na antiguidade sob o olhar masculino, mostram a mulher como passiva e na melhor das hipóteses, inferior em relação ao padrão anatômico e fisiológico do homem. Nada mais. Tudo o que se disse e se escreveu no debate sobre o feminismo de Platão, que na República, concebe uma cidade em que as mulheres deviam ser educadas como os homens, esbarra com esta evidência: “façam elas o que fizerem (...) Fá-lo-ão menos bem”.<sup>8</sup> Assim, os médicos hipocráticos, prontos a reconhecer que todo o indivíduo sexuado - macho ou fêmea - é portador de uma semente idêntica e andrógina, afirmam que a parte feminina dessa substância seminal é, em si, por uma qualidade intrínseca, menos forte que a parte masculina. E para Aristóteles, a inferioridade é sistemática em todos os planos - anatomia, fisiologia e ética.<sup>9</sup>

<sup>5</sup> RIOSA, F. & SOTEROB, E. Gênero em perspectiva interseccional. *PLURAL*, Revista do Programa de Pós-graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.26.1, pp.1-10, 2019.

<sup>6</sup> BILGE, Sirma. (2009), Théorisations féministes de l'intersectionnalité. *Diogenes*, 1 (225): p. 70-88. Disponível em [https://www.researchgate.net/publication/251061656\\_Theorisations\\_feministes\\_de\\_l'intersectionnalite](https://www.researchgate.net/publication/251061656_Theorisations_feministes_de_l'intersectionnalite).

<sup>7</sup> HALLETT & SKINNER. *Roman Sexualities*. New Jersey: Princeton University Press, 1997, p: 19-20.

<sup>8</sup> SISSA, G. Filosofias do gênero: Platão, Aristóteles e a diferença dos sexos. In: DUBY & PERROT. *História das Mulheres: A Antiguidade*. Porto: Edições Afrontamento, 1990, pp. 79-123.

<sup>9</sup> A passagem citada faz parte de um artigo publicado na *História Revista*: Revista do Departamento de História e do programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás. ISSN 1414-6312, intitulado “Gênero e Antiguidade: representações e discursos”; e na dissertação de mestrado “Sedução e Conquista: A amante na poesia de Ovídio”, defendida em 2002, sob orientação do prof. Dr. Renan Frighetto, na UFPR, ambos de minha autoria.

Seguindo a mesma linha de interpretação de Amy Richlin,<sup>10</sup> identificamos que o sistema cultural romano foi distinguido por limites de classe, etnia e gênero “perigosamente permeáveis”. Dicotomias como mesmo/outro e ativo/passivo são construídas em cada uma dessas três categorias, levando à sua inevitável confusão.

A discussão sobre sexualidade e gênero na Roma augustana, geralmente apela a uma oposição padrão: estudiosos interpretaram a literatura do período como “a favor” ou “contra” uma ideologia sexual “Augustana” que eles reconstroem das intervenções legislativas de Augusto na moralidade da elite romana.<sup>11</sup> As leis *Julia* sobre adultério e casamento, promulgadas em nome de Augusto em 18 A.E.C., abordavam o casamento e o adultério entre a elite, com especial atenção à regulamentação da sexualidade feminina nos interesses do estado. Sob essas leis, a união sexual fora do casamento ou concubinato se tornou uma ofensa criminal contra o Estado, e as penas para condenação eram severas. Lívio, Virgílio, e Horácio são comumente citados como defensores da ideologia, enquanto os poetas elegíacos como Propércio, Tibulo e Ovídio são geralmente identificados como seus críticos. Alison Keith<sup>12</sup> afirma que os estudiosos que desafiaram essa opinião da comunidade continuam a confiar no quadro de referência fornecido pelos termos “augustano” e “anti-augustano”, mesmo que demonstrem a cumplicidade de um com o outro.

A literatura, certamente, reflete o contexto citado. Nesse sentido temos a *Eneida*, de Virgílio,<sup>13</sup> em que a ideologia sexual implícita no episódio de Dido mostra pontos de contato significativos com as preocupações sociais e morais abordadas nas *leis Julia* de 18 A.E.C., um ano após a morte de Virgílio. Na opinião de Keith,<sup>14</sup> embora seja ingênuo supor que a *Eneida* não é mais do que a declaração política de Augusto que circulou como literatura, há evidências convincentes de que o poema estava de acordo com a política do novo regime.

A *Eneida* provocou grande interesse nos círculos romanos de elite muito antes de sua “publicação” oficial em 17 A.E.C.<sup>15</sup> Propércio refere-se a *Eneida* como algo maior que a *Ilíada*, (*Aeneid nescio quid maius Iliade*, 2.34.66) e resume o enredo na fraseologia de abertura da epopeia, em meados dos anos 20 A.E.C. (2.34.61-64). Virgílio apresentou partes da *Eneida* (certamente livros 2, 4 e 6) em recitações públicas e privadas em Roma, e Suetônio atesta o

<sup>10</sup> RICHLIN, Amy. “Pliny’s Brassiere”. In: HALLET & SKINNER. *Roman Sexualities*. New Jersey: Princeton University Press, 1997, pp. 197-220

<sup>11</sup> KEITH, Alison. Tandem venit amor: A Roman Woman Speaks of Love. In: HALLET & SKINNER. *Roman Sexualities*. New Jersey: Princeton University Press, 1997, pp. 295-310.

<sup>12</sup> Id.

<sup>13</sup> VIRGÍLIO. *Geórgicas, Eneida*. Tradução: Manuel Odorico Mendes. Rio de Janeiro: Clássicos Jackson, s/d.

<sup>14</sup> KEITH, op. cit.

<sup>15</sup> Id., p. 296.

impacto do poema em pelo menos uma mulher da elite agostiniana, Otavia (Suet. *Vita Vergili* 32- 33).<sup>16</sup>

O autor<sup>17</sup> assevera que a estreita conjunção temporal entre a promulgação da legislação moral de 18 A.E.C. em nome de Augusto e a publicação da *Eneida*<sup>18</sup> sobre a autoridade de Augusto no ano seguinte sugerem que a transgressão sexual de Dido pode estar relacionada aos esforços de Augusto em parecer (querer) regular a sexualidade feminina. Essa ideologia imperial refletida nas leis, apoiava-se na antiga moral e nos costumes retomados do período Republicano, o *mos maiorum*, “costumes dos ancestrais”. Autores considerados conservadores no que diz respeito à tendência filosófica e moral, a exemplo de Cícero e Sêneca,<sup>19</sup> fazem observações sobre a dissolução de costumes gregos e romanos.<sup>20</sup> Cícero reprova claramente o que ele chama de “comportamento libidinoso” e “todo o tipo de excesso”, o que era esperado de um autor com influências estoicas e fortes valores morais. No livro V, ele argumenta a respeito das antigas instituições, bem como da República Romana:

sem nossas instituições antigas, sem nossas tradições veneradas, sem nossos singulares heróis, teria sido impossível aos mais ilustres cidadãos fundar e manter, durante tão longo tempo, o império de nossa República. Assim antes da nossa época, vemos a força dos costumes elevar varões insígnies, que por sua parte procuravam perpetuar as tradições dos seus antepassados. Nossa idade, pelo contrário, depois de ter recebido a República como uma pintura insígnie, em que o tempo começara a apagar as cores, não só não cuidou de restaurá-la, [...] como nem mesmo se ocupou em conservar pelo menos o desenho e os últimos contornos. Que resta daqueles costumes antigos, dos quais se disse terem sido a glória romana? [...] Nossos vícios, e não outra causa, fizeram que conservando o nome de República, a tenhamos já perdido por completo.<sup>21</sup>

É perceptível a influência estoica nesses valores e princípios citados por Cícero.

O estoicismo faz parte de um sistema filosófico que teve acolhimento entre os romanos por meio do “Círculo dos Cipiões”. De acordo com Pereira,<sup>22</sup> Cipião Emiliano se beneficiou da biblioteca de Perseu, trazida da Macedônia por Paulo Emílio e do magistério de Políbio, prisioneiro de Guerra que se tornou um dos maiores historiadores da Antiguidade. Ligado a Cipião Emiliano e sofrendo sua influência, esteve todo um grupo de intelectuais, entre os quais estão personalidades como Lucílio, o criador da sátira, o comediógrafo Terêncio, além do

<sup>16</sup> SUETÔNIO. *As Vidas dos Doze Césares*. Trad. Sady-Garibaldi. São Paulo: Atena, 1959.

<sup>17</sup> Id., p. 297.

<sup>18</sup> VIRGÍLIO, op. cit.

<sup>19</sup> SÊNECA. *Consolação a Hélvia*. In: *Cartas Consolatórias*. Tradução de Cleonice Furtado Mendonça Van Raji. Campinas: Pontes, 1992.

<sup>20</sup> BARBOSA, Renata Cerqueira. *Sexualidade e Gênero na Inglaterra Vitoriana: A Leitura sobre Ovídio*. Londrina: Eduel, 2015.

<sup>21</sup> CÍCERO. *Da República*. Tradução de Amador Cisneiros. São Paulo: Atena Editora, s/d, Livro V: I.

<sup>22</sup> PEREIRA, M. H.R. *Estudos de História da Cultura Clássica II*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989, pp. 93-98.

filósofo Panécio, membro da escola estoica. Segundo a autora, é por essa via que o sistema filosófico, que teve acolhimento tal entre os romanos que se pode falar de assimilação, entrou na urbe. No entanto, outro modo de influência, não menos importante, e que vai repercutir-se em toda a cultura europeia é exercido pela obra *Dos Deveres* de Cícero. Juntamente com o epicurismo, o estoicismo esteve entre os sistemas de maior evidência no período helenístico, ambos fundados no final do século IV A.E. C., logo após o ceticismo. Sêneca e Marco Aurélio foram seus maiores cultores na época imperial.

### **A educação como um fator interseccional**

Ao pensarmos em termos de interseccionalidade a educação se torna um elemento de diferenciação do status social, além da questão de gênero, principalmente no que diz respeito à Antiguidade Clássica. No que tange a educação, esta, era voltada aos jovens do sexo masculino. Pensando na sociedade romana, em sua fase arcaica de base rural, a educação se assentava na tradição (*mos maiorum*) e na reverência para com os mais velhos e os deuses (*pietas*). A criança estava sujeita desde seu nascimento ao poder paternal (*pátria potestas*). Isto não impedia que a mãe fosse a sua primeira mestra e aos sete anos o pai passava a ser o educador. Autores tardios como Tácito<sup>23</sup> e Plínio o Moço<sup>24</sup> confirmavam que era geralmente a mãe a primeira educadora e o pai o mestre-escola das crianças romanas e nesse processo eles aprendiam de cor a Lei das Doze Tábuas. Para os homens, a educação familiar terminava, em regra geral, aos dezesseis anos com a utilização da toga viril. Posteriormente, dedicava-se a um ano de aprendizado no fórum, com um amigo da família que fosse “notável” e depois o serviço militar, para o qual o jovem era preparado pelos exercícios físicos, executados, não com uma finalidade opressiva, como entre os gregos, mas para alcançar maior destreza e força.<sup>25</sup> Não obstante, a chegada do helenismo na sociedade romana alterou esta educação, passando a uma formação cultural helenístico-romana. Este aprendizado com os Gregos estendeu-se ao estrangeiro e os jovens romanos se aperfeiçoaram na filosofia e na retórica em Atenas e em Rodes.<sup>26</sup>

<sup>23</sup> TÁCITO. *Diálogo sobre os oradores*. Lisboa: Livros Horizonte, 1974, 28.4: “É que outrora cada filho, nascido de mãe casta, era educado não no quarto minúsculo de uma ama paga, mas no grémio e no seio da mãe, cujo principal louvor era guardar a casa e servir os filhos”.

<sup>24</sup> Plínio-o-Moço. *Cartas* VIII.14.6: “A cada um servia o pai de mestre; e, quem não tinha pai, os mais velhos e venerados lhe faziam as vezes”. PLINY THE YOUNGER. *Letters*. Trad. William Melmoth. Londres: W. Heinemann, 1958.

<sup>25</sup> BARBOSA, R. C. Gênero, Identidade e Liberdade: A Influência da Cultura Helenística na Educação das Mulheres Romanas. In: FUNARI, P. P. A; MARQUETTI, F. (Org.). *Autorretrato: Gênero, identidade e Liberdade*. Londrina: Eduel, 2019, p. 1-28.

<sup>26</sup> PEREIRA, op. cit., p.189.

No que diz respeito à educação das mulheres, nossas fontes são escassas. Emily Hemelrijk<sup>27</sup> em sua obra intitulada *Matrona Docta*, utiliza este termo para se referir a uma matrona, classificada como uma mulher casada, e *puella docta*, era o termo utilizado para se referir às mulheres cujos louvores foram cantados na poesia de amor. Ambos, são carregados de valores morais;

- *Matrona docta* está associado aos valores femininos tradicionais, como a castidade, a modéstia, austeridade, domesticidade e devoção ao marido e filhos.
- *Puella docta* está relacionado a poesia de amor do século de Augusto, que foi elogiada por suas realizações culturais em poesia, música e dança, mas aos olhos romanos tradicionais sua moral era questionada. Ademais, a *puella docta* típica das elegias não pertencia à elite, como tal poesia nos indica.

Nossas fontes, especialmente as literárias, são relativamente ricas em referências às mulheres da elite, em comparação com as mulheres das camadas menos favorecidas, sendo este um fator interseccional evidente na produção literária, tanto no que diz respeito ao fato de ser mulher, quanto ao status social ao qual pertence.

É neste quadro que apresentamos Sulpícia<sup>28</sup> “a elegíaca”. Filha de *Seruius Sulpicius Rufus*, homem ligado à política, sua mãe parece ter sido Valéria, irmã de Messala, tendo este, após a morte do cunhado, desempenhado um papel preponderante na educação e formação de Sulpícia.<sup>29</sup> Como a produção poética do período de Augusto girava em torno de círculos literários, Sulpícia fazia parte do círculo de Marco Valério Messala Corvino, juntamente com Tibulo, Lígdamo e posteriormente Ovídio.<sup>30</sup> Encontramos as produções poéticas do grupo reunidas naquilo a que chamaríamos hoje um “cancioneiro”, conhecido como *Corpus Tibullianum*, por ser Tibulo o poeta de maior renome.<sup>31</sup> O fato de haver passado a infância num meio não convencional - levando em conta o que sabemos da formação de uma jovem romana - pode ter contribuído para elevar o seu sentido de independência, bem como para alguma liberdade na sua produção poética.

<sup>27</sup> HEMELRIJK, E. A. *Matrona Docta: educated women in the Roman élite from Cornélia to Julia Domna*. London and New York: Routledge, 1999.

<sup>28</sup> CURRIE, H. MacL., *The Poems of Sulpicia*, ANRW 2,30.3 (1983) 1753.

<sup>29</sup> FILIPE, R. T. As elegias de Sulpícia: Uma voz feminina num mundo de homens. *Ágora: Estudos Clássicos em Debate* 4. 2002. pp. 57-78.

<sup>30</sup> PARATORE, E. *História da literatura Latina*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.

<sup>31</sup> PARKER, H. Sulpicia, the Auctor de Sulpicia, and the authorship of 3.9 and 3.11 of the *Corpus Tibullianum*, *Helios*. pp. 39-62, 1994, 21.1.

Emile Hemelrijk,<sup>32</sup> ao discutir a poesia de Sulpícia em conexão com a de poetas contemporâneos do sexo masculino que trabalham no mesmo gênero, considera três pontos importantes:

- primeiro, a maneira pela qual ela se retrata em sua poesia; seu mérito poético tem ênfase na sofisticação e técnica.
- segundo, sua obra poética como tema da reputação; posição social e posição poética; inversão de uma inversão
- terceiro, a inversão dos papéis do gênero elegíaco;

Saindo do campo da poetisa educada, o ideal da *puella docta* na poesia romana amorosa da república tardia e período de Augusto, é contrário à moralidade tradicional por conta de suas fortes implicações sexuais. Devido a estas implicações as realizações típicas da *puella docta* eram vistas com desconfiança na sociedade romana. Não obstante, as mulheres educadas causaram sentimentos mistos variando de admiração à aversão.

No que diz respeito à aversão, Hemelrijk<sup>33</sup> cita três tipos de aversão que podem ser distinguidos:

- mulheres educadas foram acusadas de depravação moral, em particular e de licenciosidade sexual;
- a educação foi pensada para levar a ostentação e pretensão,
- em terceiro lugar, a educação fez as mulheres intrometidas e pedantes, e, portanto, insuportáveis - especialmente aos seus maridos.

Contudo, os estereótipos, injúrias e descrições satíricas de mulheres instruídas não podem ser usados como provas de como estas mulheres eram realmente, mas eles podem ser utilizados como uma fonte para a opinião do autor do sexo masculino, e talvez para parte de seu público de mulheres educadas.

## Conclusão

O caso de Sulpícia, “a elegíaca”, assim como de outras mulheres da elite romana, desconstroem por meio da análise interseccional, olhares conservadores voltados ao comportamento e prática das mulheres na antiguidade.

---

<sup>32</sup> HEMELRIJK, op. cit.

<sup>33</sup> Id., p. 84.

Foi utilizado o exemplo de Dido, a qual foi tratada por Virgílio, como um caso de construção de papéis que se conectava com a intenção moralizante de Augusto em sua política imperial.

No caso presente, a construção literária em torno da figura de Dido, trouxe elementos que podem ser utilizados por Sulpícia de forma a inverter a ordem dos costumes literários presentes na elegia erótica romana.

Os Círculos Literários como os de Marco Valério Messala Corvino, foram essenciais para a divulgação das obras daquele momento, o que nos proporcionou a possibilidade de analisar a participação feminina no contexto literário romano. Assevera-se, por meio deste estudo, que o status social, bem como, a proximidade cultural facilitou a publicação dos poemas de Sulpícia, fator interseccional imprescindível para esta análise. Assim, Sulpícia foi favorecida por pertencer a um grupo de homens com status privilegiados na sociedade romana, fato que contribuiu para que tivéssemos acesso à sua obra no *Corpus Tibulianum*.

## Negras de taboleiro na Alagoas oitocentista (1850-1888)

Andresa Porfírio Gomes<sup>1</sup>

### Introdução

A História do Império do Brasil<sup>2</sup> esteve ligada a escravidão, especialmente neste período imperial esteve atrelada enquanto um sistema escravocrata, patriarcal e latifundiário, em que a época levou a diversas transformações que interferiram em certo grau nessa estrutura, pois ocorreu a implantação de legislações que caráter abolicionista, especialmente a partir da segunda metade do séc. 19: a Lei Eusébio de Queiroz (1850), Lei do Ventre Livre (1871)<sup>3</sup> e Lei do Sexagenário (1885),<sup>4</sup> antes da abolição da escravatura em 1888 com a Lei Áurea, em que a população negra tanto africana quanto mestiça/parda escravizada ou liberta construíram dinâmicas para atuar nos espaços do Império brasileiro, especialmente as mulheres negras estiveram presentes diariamente exercendo serviços dentro do cotidiano urbano e rural no Brasil oitocentista que “de modo diferente do que ocorria com a maioria das mulheres brancas, em especial das camadas média e alta da sociedade de então, as negras sempre tiveram de buscar meios de viabilizar a sua subsistência”.<sup>5</sup>

Também modificou o cenário alagoano e ao mesmo tempo o sistema escravista procurou formas de permanência frente a essas leis, especialmente depois de 1850 que proibiu o tráfico negreiro ilegal, contudo, em Alagoas segundo Cícero Péricles os senhores acharam outras formas de lucrar e começaram a maximizar a tráfico interprovincial, onde foram registradas as vendas de 2.254 escravizados/as entre 1852 e 1862, já em 1882 essa prática era o maior negócio em Maceió que possibilitava aos fazendeiros saldar as suas dívidas.

Entre esses serviços das mulheres negras escravizadas ou libertas que circulavam em várias regiões do Império estava o trabalho de comércio ambulante desenvolvido pelas

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de licenciatura em História da UFAL Campus A.C. Simões. Orientador: Gian Carlo de Melo Silva. Bolsista PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica).

<sup>2</sup> COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à República: momentos decisivos*. 9ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2010.

<sup>3</sup> CARNEIRO, Edison. *A lei do ventre-livre*. Portal de periódicos da UFBA, 2017. Bahia: Afro-Ásia. Nº 13, página 13-25, 1980. DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/aa.v0i13.20806>. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20807>. Acesso em: 30 out. 2019.

<sup>4</sup> CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

<sup>5</sup> XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto. *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2012.



quitandeiras que marcaram o cotidiano das províncias espalhadas pelo Brasil, no qual, Alagoas também apresentou a presença das negras de taboleiro no cotidiano provincial.

Contudo o estudo sobre a história das mulheres no Brasil esteve invisibilizado pela epistemologia tradicional da academia brasileira, ainda mais quando se direciona para as mulheres negras, por conta disso o estudo desenvolvido tem como objeto de pesquisa sobre essas negras de taboleiro que participavam ativamente do comércio e vida nas província alagoana, inclusive para construção de uma compreensão histórica da totalidade da formação do Brasil em cima dos corpos escravizados e libertos das mesmas, sendo direcionada a pesquisa para a Alagoas oitocentista que de maneira regional constrói essa estrutura escravocrata com características próprias do desenvolvimento da escravidão local,<sup>6</sup> onde necessariamente as quitandeiras estavam atuando ativamente.

Assim, os objetivos desta pesquisa foram entender os aspectos da sociedade escravista alagoana no século 19, articulando o papel de atores sociais que articularam dinâmicas diversas, as mulheres negras quitandeiras, dentro do cotidiano urbano e a dinâmica do comércio na Alagoas oitocentista, identificando a presença de mulheres negras nas áreas urbanas e demais locais provinciais e a relação da escravidão com as negras de tabuleiro.

Além de que a pesquisa foi feita a partir da mobilização dos próprios periódicos que “[...] mais do que nos livros de história e nos romances, a história do Brasil do século XIX está nos anúncios dos jornais”<sup>7</sup> e demais documentos nos acervos: Arquivo Público de Alagoas (APA), Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (BNDigital) e Instituto Moreira Salles.

Com isto, a importância de entender as estruturas de organização e controle do sistema escravista, patriarcal e latifundiário para com as mulheres negras quitandeiras é ponto central para o desenvolvimento da pesquisa sobre a escravidão no Brasil e construção da História do Brasil e a História de Alagoas, especialmente entre 1850 a 1888, onde essas agentes desempenhavam a venda no comércio no cotidiano da província alagoana, conhecendo também a resistência e articulação das mesmas frente a escravidão na Alagoas oitocentista.

---

<sup>6</sup> JÚNIOR, Manuel Diégues. *O Bangüê nas Alagoas: Traços da influência do sistema econômico do engenho do açúcar na vida e na cultura regional*. 2. ed. Maceió: EDUFAL, 2002.

<sup>7</sup> FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. V. 370. São Paulo: Ed. Nacional; Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/419/1/370%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2019.

## Escravidão e cotidiano das negras de tabuleiro<sup>8</sup> na Província das Alagoas

Ao longo da História do Brasil no século XIX, a estrutura do sistema escravocrata esteve presente no dia-a-dia provincial, em especial esta pesquisa mostrou a presença da população feminina negra com os trabalhos de serviços variados, no qual, as mulheres negras escravizadas ou libertas desempenharam os ofícios de engomar, cozinhar, doméstico, lavar e venda ambulante no cotidiano daquele período, onde particularmente o ofício de venda pelas localidades provinciais, em que comercializavam múltiplos artigos nos espaços, no qual, ainda ocorreu na Alagoas oitocentista, estando as agentes foram recebendo termos variados para esse serviço ambulante, sendo esses: quitandeira, quituteira,<sup>9</sup> preta ou negra de tabuleiro, escrava de ganho, vendeira ou vendedeira.

No século XIX, a escravidão nos centros urbanos [...] foi muito marcada pelos trabalhadores e trabalhadoras de ganho, aqueles empregados na comercialização de produtos e na prestação de serviços. Os africanos e crioulos de ambos os sexos e diferentes estatutos jurídicos encheram o cotidiano das principais vilas e cidades das províncias do Império e eram vistos nas ruas, praças e becos com os seus balaies, tabuleiros e muita zoadá para realizar o comércio dos mais variados produtos. Se havia indivíduos de ambos os sexos, a predominância era sem dúvidas das mulheres: eram elas, as figuras típicas desse ramo de atividade, fazendo-se acompanhar por seus filhos pequenos atados às costas, envolvidos em grande variedade de tecidos coloridos.<sup>10</sup>

### Imagem 1: Foto tirada por Marc Ferrez no Rio de Janeiro em 1875<sup>11</sup>



Fonte: acervo do Instituto Moreira Salles.

<sup>8</sup> “tabuleiro” é um termo de época para denotar esse ofício de venda ambulante.

<sup>9</sup>MARQUES, Danilo Luiz. *Sobreviver e Resistir: Os caminhos para a liberdade de escravizadas e africanas livres em Maceió (1849-1888)*. Blumenau: Nova Letra, 2016.

<sup>10</sup> XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (Orgs.), 2012; p. 173.

<sup>11</sup> Sem encontrar as fontes iconográficas e iconográfica que mostrassem a presença das negras de tabuleiro entre 1850 a 1888 em Alagoas.

A cena mostra, provavelmente, escravas de ganho que trabalhavam para seus senhores em troca da compra da sua liberdade. Essa prática era muito comum durante o período colonial. Mais tarde, no Império, os escravos podiam até abrir conta poupança no Bando do Brasil para guardar a soma relativa a sua alforria.<sup>12</sup>

**Tabela 1: Resultado do levantamento dos periódicos entre 1850 a 1888<sup>13</sup>**

| Periódico                   | Termo do serviço          | Tipo de citação                                                         | Data                   |
|-----------------------------|---------------------------|-------------------------------------------------------------------------|------------------------|
| <i>O Correio Maceioense</i> | Quitandeira               | Anúncio                                                                 | 5 de maio de 1850      |
| <i>O Correio Maceioense</i> | Para todo serviço         | Anúncio                                                                 | 5 de maio de 1850      |
| <i>O Correio Maceioense</i> | Quitandeira               | Anúncio                                                                 | 13 de junho de 1850    |
| <i>O Correio Maceioense</i> | Quitandeira               | Anúncio                                                                 | 20 de junho de 1850    |
| <i>O Correio Maceioense</i> | Quitandeira               | Anúncio                                                                 | 19 de setembro de 1850 |
| <i>O Correio Maceioense</i> | Quitandeira               | Anúncio                                                                 | 1 de dezembro de 1850  |
| <i>O Correio Maceioense</i> | Quitandeira <sup>14</sup> | Anúncio                                                                 | 19 de dezembro de 1850 |
| <i>O Orbe</i> <sup>15</sup> | Quitandeira               | Texto “Ao deputadinho Pedrinho Rodrigues”                               | 15 de junho de 1887    |
| <i>Gutenberg</i>            | Quitandeira               | Denúncia de roubo de moeda de chumba, imitação de um níquel de 200rs    | 18 de setembro de 1886 |
| <i>Jornal do Pilar</i>      | Vendedeira/Vendeira       | Texto “Novas autoridades policiaes”                                     | 17 de março de 1878    |
| <i>Jornal do Pilar</i>      | Escrava de “vender”       | Anúncio de Compra de escrava de vários ofícios entre eles o “de vender” | 14 de março de 1875    |
| <i>O Orbe</i>               | Vendedeira/Vendeira       | Coluna Variedade: Uma existência perdida                                | 19 de outubro de 1887  |

Fonte: autoria própria.

Inicialmente, a análise dos periódicos foi encontrada a presença das negras de taboleiro nos periódicos entre 1850 a 1887 na Alagoas oitocentista, sendo a maior parte encontra no jornal *O Correio Maceioense* que circulava na principal freguesia da província alagoana, Maceió, onde essas agentes apareciam dentro contexto escravista desempenhando o ofício de venda ambulante com outros trabalhos em conjunto (Imagem 2).

Segundo Danilo Luiz Marques, em Maceió foi publicado por determinação provincial no seu código municipal de 27 de junho de 1859, a proibição dos/as africanos/as livres de

<sup>12</sup> PILAGALLO, Oscar. *Comércio: do Mascate ao Mercado* - Coll. Folha Fotos Antigas do Brasil 02. São Paulo: Editora Folha de São Paulo, 2012; p. 12.

<sup>13</sup> HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA/BNDIGITAL. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 30 de Set. de 2020.

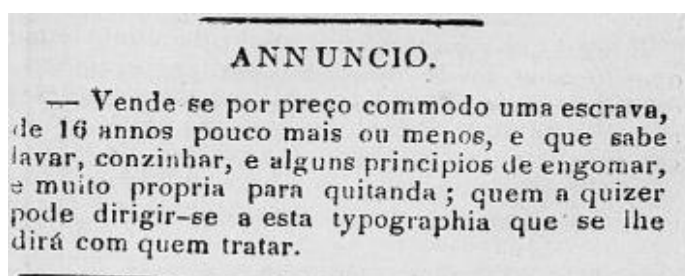
<sup>14</sup> Mesmo anúncio da edição de 19 de setembro de 1850.

<sup>15</sup> Pesquisa incompleta nas edições desse periódico.

comercializar o serviço de quitandeiro/a, para além disso foram encontradas diversas notícias do grande número de fugas de escravizados/as que transgrediu o controle imperial, colocando o governo escravista alagoano apostado para combater essa forma de transgressão da população escravizada alagoana “Moacir Sant’Ana expõe que as autoridades utilizavam de vários artifícios para reduzir o número de fugas; uma delas foi o toque de recolher após as nove horas da noite, vigente no ano de 1866”.<sup>16</sup> Em relação a Maceió, a cidade urbana da província que significava um refúgio para esses indivíduos fugindo do julgo da escravidão que buscavam no serviço de ganho comercial sua sobrevivência cotidiana.

No dia a dia da trama social da escravidão, escravizadas, forras e africanas livres tiveram que buscar, cotidianamente, meios de sobrevivência e resistência, fosse comercializando produtos nas ruas, pedindo esmolas ou trabalhando em serviços domésticos.<sup>17</sup>

**Imagem 2: Anúncio para venda de escravizada em 19 de setembro de 1850 no jornal *O Correio maceionse***



Fonte: Hemeroteca Digital (BNDigital).

Também aparecem nos periódicos *Orbe*, *Gutenberg* e *O liberal*, sendo não os anúncios de seus serviços, mas aparecendo em textos nos periódicos, onde essas quitadeiras apareciam em desavenças políticas locais: “Ao deputadinho Pedrinho Rodrigues”,<sup>18</sup> uma denúncia referente a mudança da localidade do comércio para uma “nova Rua do Comércio” pelo deputado em questão que foi “só tractas de feira e mais feira que me parece uma quitadeira”, retratando a presença das negras de taboleiro na dinâmica cotidiana. A aparição das negras de taboleiro escravizadas ou libertas nos anúncios que raramente desempenhavam unicamente esse ofício, mas desempenhavam o mesmo em conjunto com outros ofícios: Serviço doméstico, costureira, cozinheira, lavadeira, costureira e entre outros (Imagem 2), mas também em sua grande maioria eram anúncios de venda e aluguel dos serviços de escravizadas (Tabela 1).

<sup>16</sup> MARQUES, Danilo Luiz, 2016; p. 59.

<sup>17</sup> Id.

<sup>18</sup> HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA/BNDIGITAL. Jornal *Orbe*. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 04 de Dez. de 2020.

Para além dos periódicos que marcaram a figura da negra de taboleiro, outros documentos que evidenciaram a presença dessas agentes dentro da província foi a solicitação de passaporte e passaporte encontrados na década de 1850, em que revelam o processo de chegada da quitandeira Felicidade Maria que morava no Rio de Janeiro e se deslocou para Alagoas em 1855, por causa de sua filha forra Luiza França Maria dos Prazeres que residia em Alagoas (Imagem 3), mas a solicitação no final da década de 1850 denota que Felicidade pretendia regressar com sua filha para o Rio de Janeiro logo em seguida.

Dis apreta forra Felicidade Maria dos Prazeres, [ilegível] nação Mina, que tendo seportado do Rio de Janeiro, para esta Província das Alagoas, como consta do passaporte junto, que ella pertende seregressar para a mesma levando comcigo uma huma sua filha, esta forra de Luiza França Maria dos Prazeres, natural desta cidade de Maceio, [ilegível] não sepode faz [s/n] o competente passaporte do [ilegível], porisso [ilegível].<sup>19</sup>

### Imagem 3: Passaporte da quitandeira Felicidade Maria na década de 1850



Fonte: arquivo Público de Alagoas – APA.

Além disso, o comércio da Província das Alagoas neste período esteve organizado pelos códigos de posturas municipais das câmaras municipais responsáveis por regulamentar e estruturar o comércio das áreas nas localidades da província, fazendo parte da organização da Alagoas no século XIX que caracterizou a sociedade alagoana, onde as câmaras municipais comandadas pelos membros da elite local foram responsáveis pelo controle descrito nesses

<sup>19</sup>ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS/APA. Solicitação de Passaporte. Maceió, 2019.

códigos de posturas municipais,<sup>20</sup> visando o controle dessa população negra escravizada ou liberta, especialmente com as mulheres negras no comércio do cotidiano provincial, sendo encontradas três posturas do final da década de 1880 já perto da abolição da escravatura ou no mesmo ano do ocorrido em 1888, como mostra a tabela 2, a seguir:

**Tabela 2: Quadro demonstrativo das posturas municipais<sup>21</sup>**

|                    | Local                   | Data |
|--------------------|-------------------------|------|
| Código de Posturas | Cidade do Pão de Açúcar | 1888 |
| Código de Posturas | Villa de Piranhas       | 1888 |
| Código de Posturas | Água Branca             | 1882 |

Fonte: autoria própria.

Isso mostra aspectos importantes sobre os códigos de posturas de Pão de Açúcar, Piranhas e Água Branca (Tabela 2) que estavam passando uma reforma estrutural na década de 1880 que ocorreu a Abolição da Escravidão em 1888, mas que ainda mostra diversas regras normativas para a população escravizada ou liberta, contudo, as quituteiras aparecem na parte do comércio (não citadas diretamente). Esses/as negros/as (escravizados/as ou libertos/as) tanto indiretamente ou diretamente foram citadas normas que afetaram a vida e o cotidiano dessa população negra, nas quais, essas normas: determinavam os produtos que podem ou não ser comercializados, a organização espacial do comércio, legislações contra fraudes ou comércio ilícito, multa para infrações, imposição de determinado peso e medida para cada produto vendido.

Além de encontrar aspectos que visavam a criminalização e o controle sob a cultura e religião de origem africana e a vigilância constante que determinou na década de 1880 que “É proibido as reuniões de filhos, famílias, ilegível ou creados nas lojas, tavernas, nas calçadas e casas de mercado qualquer que seja o seu fim, salvo na ocasião de compra e venda”.<sup>22</sup>

Contudo, a busca pelos códigos de posturas possibilitou o contato com outros documentos sobre os impostos cobrados em: Maragogi, Atalaia e Porto Calvo, onde aparece a cobrança sobre as “Licenças de Taboleiro”, evidenciando que as câmaras municipais estavam emitindo as licenças para o ofício de comércio ambulante e empregavam impostos sobre as

<sup>20</sup> CARVALHO, Cícero Péricles de. *Formação histórica de Alagoas*. 3. ed. Maceió: EDUFAL, 2015.

<sup>21</sup> ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS/APA.

<sup>22</sup> ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS/APA. Cap. 7, art 109, Código de Posturas da Cidade de Pão de Açúcar. Maceió, 2019.

mesmas, mas também estes impostos tem uma importância na arrecadação para estes locais da Alagoas oitocentista.

## Conclusões

A escravidão marcou profundamente, como nenhuma outra instituição, a sociedade nordestina, desde o século XVI até o XIX. É consenso entre os historiadores que esse sistema constitui um dos pontos essenciais da formação social e econômica alagoana, fundamentada na monocultura canavieira, latifundiária e escravocrata.<sup>23</sup>

Dito isso, a pesquisa desenvolvida possibilitou a compreensão sobre a construção social, econômica e política alagoana em cima dos corpos negros escravizados na Alagoas oitocentista que assim como outras localidades foi constituída sob o sistema escravista. Na Província das Alagoas no mesmo período que da Lei Eusébio de Queiroz (1850) proibindo o tráfico de escravizados/as, ao mesmo tempo ocorreu a Guerra dos Cabanos formada pela população escravizada que fugia para ser livre e outras camadas populares que acabou por afetar diretamente o sistema na época, mas a elite escravocrata continuou a formular estratégias para permanência desse tráfico interprovincial que foi impulsionado depois dessa legislação.

A elite escravocrata e latifundiária alagoana que tiveram como principal mão-de-obra escrava, a população negra escravizada ou liberta, o que segundo Cícero Péricles significou em 1872 a 1890 o total de 75% da população de Alagoas, dividida entre negros e mestiços/pardos, no qual, uma parcela concentravam-se no campo para a escravidão nos engenhos de açúcar, e a outra parte circulava pela área urbana em diversos serviços, seja no trabalho doméstico ou no comércio ambulante, mas que havia a inegável presença das mulheres negras nesse contingente que articulavam formas de organização própria e sobrevivência dentro do sistema escravocrata, patriarcal e latifundiário que “Homens e mulheres libertos e livres pobres, escravos e escravas percorriam as maiores cidades do Brasil oitocentista provocando, muitas vezes, temores entre a elite que projetava os espaços e o modo como as pessoas deveriam interpretá-los”.<sup>24</sup>

De diversas maneiras foram as mulheres negras foram responsáveis por articular maneiras de luta contra o sistema escravista, sendo o ofício das negras de taboleiro que levou a maiores possibilidades de ter a subsistência diária para ela ou sua rede de dependentes, também para conseguir pagar pela sua liberdade, e, articulando revoltas por poder circular pelos espaços, o que não significava que tinha plena liberdade, pois existia uma estrutura de controle e vigília

---

<sup>23</sup> CARVALHO, op. cit., p. 200.

<sup>24</sup> SILVA, op. cit., p. 59-60.

constante feita pelo sistema escravista com as autoridades locais,<sup>25</sup> vigiando as negras de taboleiro que contribuíam ativamente para o comércio e economia provincial.

Ser uma escrava vendeira conferia mais autonomia espacial e social no meio urbano, mas não era garantia de menor rigor por parte de senhores e senhoras implacáveis, mesmo porque, se às escravas não fosse concebido permissão de viver sobre si (...), elas teriam de retornar à vigilância senhorial após as vendas realizadas.<sup>26</sup>

Lembrando que esse serviço era desempenhado em conjunto com outros (Imagem 2), especialmente o trabalho doméstico foi muito requisitado na Alagoas oitocentista, onde eram apresentadas diversas regras comportamentais para que essa escravizadas ou liberta, o que representa uma forte construção do conceito e mentalidade escravista construído sobre as mulheres negras, sobretudo os anúncios da imprensa foram responsáveis por mostrar isso, em que “os anúncios são responsáveis por um conjunto bastante amplo de representações que permitem entrever práticas cotidianas, relações sociais entre patrões e criadas, exigências e expectativas mútuas” e “um leque variado de situações que tinham de ser ao menos minimamente expressas para o convencimento de anunciantes e leitores”.<sup>27</sup>

Assim, a formação e desenvolvimento da escravidão com o estudo das mulheres negras quitandeiras na Alagoas oitocentista, no cotidiano local e de outras localidades provinciais, denotando a importância das pesquisas sobre como se configurou localmente a estrutura escravista, patriarcal e latifundiária,<sup>28</sup> em que os estudos sobre a escravidão necessitam abordar a história dessas mulheres invisibilizadas pela epistemologia tradicional local, mas que estavam presentes no cotidiano alagoano.

---

<sup>25</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

<sup>26</sup> SILVA, op. cit., p. 160.

<sup>27</sup> Id., p. 199.

<sup>28</sup> FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano*. 15ª ed. rev. São Paulo: Global, 2004.



## Uma intelectual sufragista na Era Vargas: sua atuação por meio dos periódicos

Isabela Bracalente Infanger<sup>1</sup>

### Introdução

A atuação feminina na vida literária, educacional e política brasileira, em meados dos séculos XIX e XX, foi significativa e efetiva. Nomes esquecidos e excluídos voltaram à cena graças às pesquisas recentes, que trouxeram à tona a legitimidade e visibilidade das atividades sociais e políticas de mulheres, atividades estas que fizeram parte, efetivamente, da História do Brasil. Como ponto de partida para a seguinte discussão, será exposta uma das manifestações do século passado que melhor enfatizou a luta das mulheres em defesa da sua presença no espaço público: a conquista de direitos de cidadania política (votar e ser votada).

A chegada de movimentos sociais feministas no Brasil, na década de 1920, com âmbito internacional e caráter autônomo e organizativo, deu-se por meio da cultura política dos feminismos, que estava nascendo na Europa e nos Estados Unidos da América. Junto aos processos de modernização e industrialização do século XIX, a tendência de um feminismo igualitário trouxe a luta pela autonomia e emancipação jurídica e econômica das mulheres. Embora o movimento tenha se tornado popular pela ênfase que dava ao voto, as sufragistas brasileiras buscavam igualdade em todos os terrenos, apelando a autêntica universalização dos valores democráticos e liberais.<sup>2</sup> Tal concepção pregava mudanças progressivas no intuito de levar a igualdade entre os sexos masculino e feminino, para não serem mais discriminadas nas instituições acadêmicas e no mercado de trabalho.<sup>3</sup> Entende-se assim que, as sufragistas enxergavam a diferenciação binária, e acreditavam que “a subordinação feminina estaria enraizada em um conjunto de restrições habituais e legais que bloqueiam a entrada das mulheres para o sucesso na esfera pública”.<sup>4</sup> Em outras palavras, uma reforma no sistema político e jurídico dentro do capitalismo seria uma forma definitiva de atingir seus objetivos.

Anna Amelia de Queiroz Carneiro de Mendonça (1896-1971) insere-se na genealogia de mulheres que se dispuseram a alterar o lugar reservado para o feminino. Sua atuação no

---

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp/Assis).

<sup>2</sup> HAHNER, June E. *Feminism, Women's Rights, and the Suffrage Movement in Brazil, 1850-1932*, pp. 65-111. In: *Latin American Research Review*. Editora: The Latin American Studies Association, 1980, v. 15.

<sup>3</sup> Id., p. 87.

<sup>4</sup> PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 25.

movimento feminista deu-se, sobretudo, entre as décadas de 1930 e 1940. Além de escritora (publicou poemas, análises literárias, contribuiu com a grande imprensa, atuou como tradutora), enfrentou os limites sociais então vigentes e engajou-se nas causas femininas, tanto que atuou na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), ao lado de Bertha Lutz. Ao longo de sua trajetória, teve oportunidade de viajar pelo Brasil e por diversos países para representar as mulheres brasileiras em congressos e comissões, sempre em prol dos direitos femininos. A simples menção de alguns aspectos da vida da intelectual indica sua ativa participação em diferentes meios, e por conseguinte, mostra a sua importância, tanto cultural quanto politicamente, dentro da sociedade brasileira no período selecionado, a chamada Era Vargas, que estava em constante transformação no campo cultural, social e político.

Para tanto, as fontes levantadas durante a elaboração da pesquisa expõem significativa participação de Anna Amelia na área social. Consegue-se apontar que tal participação ocorreu para que ela alcançasse objetivos em prol da melhoria educacional de universitário(a)s e na saúde de mulheres que necessitavam de assistência. Isto se deu a partir de sua participação no comitê central Pro Casa do Estudante do Brasil (CEB) e com a fundação da instituição em 1931, passando a ser presidente vitalícia da mesma, ao lado do teatrólogo Pascoal Carlos Magno, este como secretário da instituição. Integrou juntamente a União Universitária Feminina, compondo o conselho consultivo desde sua criação em 1929, e que depois, a organização, veio a se filiar a CEB e a FBPF, comandada por Bertha Lutz. E, juntamente, integrou a FBPF, adentrando, de início, como secretária da área cultural e, em 1931, tornou-se uma das três vice-presidentes do Centro Nysia Floresta, sede da federação, que se localizava no centro da cidade do Rio de Janeiro.

Analisando seu desempenho em ações que se tornaram políticas públicas, percebe-se seu caminho na atuação política em prol dos direitos das mulheres. Enxergava assim, que a independência política e o reconhecimento das mulheres como plenas cidadãs, levaria o feminino a ter mais oportunidades para alcançar a vida digna e participação efetiva dentro da sociedade, dentro de sua visão ideal de sociedade. Para o desenvolvimento desta pesquisa, foi primordial a documentação que está depositada no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Fundação Getúlio Vargas na cidade do Rio de Janeiro, que consta o arquivo Anna Amelia de Queiroz Carneiro de Mendonça (AACM). Constando, no total, sete séries, foram utilizadas para as fontes as séries Militância Feminista (1927-1970) e a série Participação e colaboração em associações, órgãos e institutos (1925-1950). A presente discussão irá expor sobre o modo que se circulou, a partir de periódicos, suas

ideias e ações, e, com isso, compreender a rede de relações em que estava inserida, atuando como mediadora para a propagação de uma cultura política do feminismo.

Este artigo está organizado em duas seções, seguidas das considerações finais. Na primeira seção, exponho a metodologia de análise para a compreensão das ideias que integravam o movimento político que a FBPF representava, os princípios e objetivos da federação, a partir das fontes coletadas. A segunda seção é dedicada aos métodos de compreensão da atuação de Anna Amelia dentro dos periódicos selecionados, enxergando assim suas ligações como um todo e, em particular, à leitura que a intelectual fazia da sociedade de seu tempo. As conclusões sintetizam as ideias expostas no artigo.

### **Anna Amelia dentro da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e de sua cultura política**

A partir da efetivação de Anna Amelia como vice-presidente da principal sede da FBPF, sua imagem dentro da organização tornou-se cada vez maior e consagrada, passando assim a receber funções significativas, dentro e fora da federação. Em 1932, compôs o júri do primeiro Código Eleitoral do Brasil, sendo a primeira e única mulher a participar da mesa de apurações, e igualmente, em 1934, participou do Tribunal Eleitoral. Foi escolhida pelo então presidente Getúlio Vargas para representar o Brasil no XII Congresso Feminino Internacional, em Istambul/TR, onde discutia-se uma aliança internacional de mulheres para o sufrágio e uma cidadania igualitária, considerando “a igualdade dos sexos em todos os departamentos da vida”. Igualmente nos anos 1941 a 1943, participou como delegada brasileira na Comissão Interamericana de Mulheres, ocorrendo em Washington (EUA), sob os conchelhos da União Pan-americana.

Comandada por Bertha Lutz durante toda sua existência, a federação tinha como estratégia para as conquistas feministas negociar e se aliar aos políticos vigentes, repetindo, supostamente, os mesmos jogos de poder que dos homens.<sup>5</sup> Com isso, a FBPF é traduzida nos estudos sufragistas, sendo sua característica tida como principal, de que foi formado por mulheres social e economicamente abastadas, conferindo apenas um teor negativo dentro da historiografia. Estudos, como de Teresa Cristina de Novaes Marques<sup>6</sup>, mostram um tema ainda

---

<sup>5</sup> SOIHET, R. *O feminismo tático de Bertha Lutz*. Florianópolis/Santa Cruz do Sul, Editora das Mulheres/EDUNISC, 2006.

<sup>6</sup> MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. Entre o igualitarismo e a reforma dos direitos das mulheres: Bertha Lutz na Conferência Interamericana de Montevideu, 1933. In: *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, Sér. 21. v. 3. pp. 927-944. set.-dez, 2013.

pouco explorado nas pesquisas sobre política externa e ainda menos considerado na historiografia do feminismo. Compreendendo a ênfase que o período estava dando para o igualitarismo, principalmente para as realizações do pan-americanismo, vê-se a construção de uma cultura política dentro do feminismo recém surgido no Brasil.

No que diz respeito à outra estratégia exercida pela FBPF, esta era realizada a partir de publicações em boletins, propagandas em rádios, jornais e revistas e organizações de eventos na qual o debate e a pluralidade legitimavam as resoluções propostas. Como levantado na realização de buscas no sítio eletrônico da Hemeroteca Digital da Fundação da Biblioteca Nacional, permitiu identificar a quantidade de vezes que aparece matérias sobre a federação, relacionadas assim com Anna Amelia. Foram analisados seis periódicos influentes para o período proposto, a saber: jornais como *A Noite* (RJ, 1911-1964), *Correio da Manhã* (RJ, 1901-1964), *Diário de Notícias* (RJ, 1930-1974) e *Diário da Noite* (RJ, 1929-1961), e revistas como *O Cruzeiro* (RJ, 1928-1975) e *Walkyrias* (RJ, 1934-1964). A última revista, em específico, surgiu para dar ênfase à conquista adquirida pelas mulheres sendo o direito do voto, publicando, efetivamente, realizações feitas pela FBPF, até o golpe de estado, denominado Estado Novo. A Tabela 1 apresenta os resultados coletados, cabendo insistir nos limites desse tipo de busca, seja em função da impressão e/ou da preservação dos jornais. Assim, a análise das ocorrências permitiu identificar 126 matérias, ao todo do conjunto dos sete periódicos.

**Tabela 1: Notícias sobre a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino em que Anna Amelia aparece efetivamente como integrante e participante (décadas de 1930 e 1940)**

| Jornais e Revistas<br>(Décadas de 1930 e 1940) | Anna Amelia e a Federação Brasileira pelo<br>Progresso Feminino |
|------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------|
| <i>A Noite</i>                                 | 32                                                              |
| <i>Correio da Manhã</i>                        | 54                                                              |
| <i>Diário de Notícias</i>                      | 36                                                              |
| <i>Diário da Noite</i>                         | 15                                                              |
| <i>O Cruzeiro</i>                              | 3                                                               |
| <i>Walkyrias</i>                               | 1                                                               |
| <b>TOTAL</b>                                   | <b>126</b>                                                      |

Fonte: autoria própria.

Conforme se observa na Tabela 1, conta-se com um número conciso de reportagens nos jornais selecionados, representando a importância da federação, e juntamente, o prestígio que a intelectual carregava como imagem pública. É interessante notar que, dentro até mesmo da revista *Walkyrias*, que tinha como proposta trazer, em suas reportagens, realizações da FBPF,

e tendo também Anna Amelia como colaboradora, há apenas uma reportagem que cruza com esses dois nomes. Essa compreensão estaria atrelada a uma suposta rede de relações entre os intelectuais, homens e mulheres, e uma rede de parcerias para divulgações de seus interesses?

Para responder a esta questão, é preciso entender, primeiramente, a imprensa. A imprensa como objeto de análise traz consigo a importância de que o periódico é, antes de tudo, um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade.<sup>7</sup> Em suma, a imprensa é um lugar precioso para a análise do movimento das ideias, constituindo ao intelectual as características ideológicas, a influência na sociedade civil referente à cultura política e na maioria das vezes fermentado em eventos denominados “salões”, sendo ponto de encontro entre intelectuais na virada do século XIX para o início do XX, denominado assim “mentalidades coletivas”. Para o historiador Jean-François Sirinelli, a imprensa é “um ponto de encontro de itinerários individuais unidos em torno de um credo comum”<sup>8</sup>. Concluindo assim por Tania De Luca a ideia de análise da materialidade e de conteúdo contido nas páginas dos impressos:

Daí a importância de se identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial, estabelecer os colaboradores mais assíduos, atentar para a escolha do título e para os textos programáticos, que dão conta de intenções e expectativas, além de fornecer pistas a respeito da leitura de passado e de futuro compartilhada por seus propugnadores. Igualmente importante é inquirir sobre suas ligações cotidianas com diferentes poderes e interesses financeiros, aí incluídos os de caráter publicitário.<sup>9</sup>

Analisando a partir dos métodos propostos, conseguimos relacionar três dos periódicos selecionados, sendo estes *A Noite*, *Diário da Noite* e *O Cruzeiro*. Tais impressos correspondiam a Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello, diretor dos embriões de maior rede de veículos de comunicação do seu tempo, *Diários Associados*. Isso leva a outra característica da federação, que era a forte personalização do poder e como Bertha Lutz representava esse cargo. No boletim da FBPF de 03/1935, dedicado inteiramente a homenagear Lutz, Anna Amelia heroiza sua figura defendendo a líder feminista de acusações de fraudes no processo eleitoral:

A mulher brasileira ascendeu com ela, orgulhosa, essa altura escarpada; acompanhou-a no esforço sem descanso; viu-a dominar os obstáculos, dominando as agruras da jornada. Sofre, por isso, com ela, neste instante, a injúria que lhe tenta macular o nome – padrão e patrimônio do movimento feminista no Brasil. Faltava a Bertha Lutz a aura

<sup>7</sup> SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. IN: *Por uma história política*. RÉMOND, René (org.), Rio de Janeiro, Editora Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996, p.231-262.

<sup>8</sup> Id., p. 255.

<sup>9</sup> DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. IN: *Fontes Históricas*. PINSKY, Carla B. (org.), Editora Pinsky, São Paulo, 2008, p. 140.

de martírio que sagra o sacrifício e marca definitivamente a conquista dos grandes ideais.<sup>10</sup>

Essa postura estava atrelada a outra estratégia política da organização, já que o nome de Bertha Lutz trazia consigo prestígio e reconhecimento entre os detentores de poder político. Ou seja, essa propaganda da própria federação incorria numa tentativa de afirmação de poder. Mostra que a moderação, a aproximação dos poderosos e tantas práticas confundidas com as de domesticação são armas de luta dentro de práticas cotidianas, ofertando frutos culturais. Sendo assim, foram vínculos sociais e afetivos formados nessa participação? Ocorreu uma trajetória de relações em seus diversos campos sociais? Qual a importância de Anna Amelia na busca pela emancipação política feminina e de outras questões?

Em todo caso, a atuação da FBPF buscava condições que proporcionassem às mulheres participação como membros ativos da sociedade em geral, porém, usando os meios de ação de um modo moderado, que foram assim lidos como atos não efetivos. Essa compreensão se devia ao fato de a intelectual não confrontar diretamente o *status quo* da época, fazendo com que a tal fosse vista como pertencente à ‘natureza e mística feminina’. As reivindicações sufragistas não se limitavam por completo, partilhando das ideias reformistas e modernizantes da época, favoráveis a implantação de um Estado de bem-estar social. Buscando então não apenas a ascensão feminina, mas também o progresso da sociedade.<sup>11</sup>

O modelo do americanismo, que é fundamental para a análise discutida, é tido a partir da compreensão do mesmo como uma política pedagógica e disciplinadora, iniciada e influenciada pelos Estados Unidos da América, carregada de preceitos da moral protestante anglo-saxônica de uma elite branca.<sup>12</sup> Esse modelo empregado pela Política de Boa Vizinhança e desenvolvido durante o governo estadunidense de Roosevelt, visto como uma ideologia para ser introduzida nas sociedades da América Latina, usou artifícios para essa ‘conquista’, como os meios de comunicação (rádio e cinema) e relações diplomáticas entre estes países. A aplicação desse modelo fez com que o Brasil passasse a admirar e a adotar o ‘moderno’ estilo de vida norte-americano, sua indústria e seus valores democráticos liberais. Nota-se a relação do americanismo com as possibilidades que levaram Anna Amelia a participar das comissões e congressos internacionais, ao aval tido dos detentores de poder para o sufrágio universal, dentro da concepção de uma democracia liberal, e da constante troca cultural dos países da América.

<sup>10</sup> Trecho do boletim de 03/1935, p.21. BR AN, RIO Q0.ADM, Subseção Comunicação e Divulgação. Série Boletins. Dossiê 1935, de autoria de MENDONÇA.

<sup>11</sup> SOIHET, op. cit., p. 18.

<sup>12</sup> TOTA, Pedro A. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2000.

Haveria Anna Amelia usufruído dessas possibilidades para sua luta ligada a questões civis das mulheres? Teria usado de suas relações conquistadas para seus anseios também voltados para os problemas estudantis femininos? A última questão levantada deu-se a partir do fragmento retirado do relatório do XII Congresso Feminino Internacional em Istambul, em 25 de abril de 1935:

A luta pela libertação da mulher está intimamente ligada à questão social dos estudantes, porquanto é impróprio ou feio uma moça na Faculdade de Direito, numa aula de Medicina Legal. Moça direita diante de um cadáver, na Faculdade de Medicina, então nem se fale. Que horror! Imagine então a carreira diplomática às mulheres...<sup>13</sup>

O que se compreende dessa americanização é a confirmação das ideologias dessas classes dirigentes brasileiras dentro do período discutido, sendo os processos de naturalização e homogeneização das elites burguesas, transformando a “realidade do mundo em imagem do mundo”.<sup>14</sup> Quando observamos a veiculação dos comportamentos tidos como necessários para se tornar um bom cidadão, modelos a serem copiados e exemplos a serem seguidos, vê-se claramente a imagem feminina estando intrinsecamente ligada à moda e ao papel de assistente. Porém, uma das mudanças que estava acontecendo no período era de âmbito cultural, havendo criação de novos cursos superiores, expansão da rede de instituições culturais pública, surto editorial e assim, a propagação da chamada classe intelectual. Sérgio Miceli<sup>15</sup>, que elaborou uma contribuição metodológica para uma sociologia dos intelectuais, expõe que, mesmo com o pós-modernismo, onde haveria um desenvolvimento favorável para o trabalho dentro do campo intelectual, havia ainda a dificuldade em reconhecer a importância das primeiras décadas do século XX na formação e profissionalização do homem de letras (MICELI, 1979, p. 49). Agora, voltando-se para a mulher, confirma-se que esta ainda não possuía sólida oportunidade de inclusão e reconhecimento nos debates considerados importantes e políticos de então.

<sup>13</sup> MENDONÇA, Anna Amelia Carneiro. *Quatro pedaços do planeta no tempo de Zeppelin*. Rio de Janeiro: Editora Arquimedes, 1935, p. 2.

<sup>14</sup> MAUAD, Ana Maria. *Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX*. Anais do Museu Paulista. São Paulo N. Sér. v.13. n.1. p. 133-174. jan. -jun. 2005, p. 152.

<sup>15</sup> MICELI, Sérgio. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Editora Difusão, 1979.

## Metodologias para uma compreensão mais aprofundada

Outra rede de relações que é de suma importância para a presente análise, compreende nos vínculos políticos e pessoais criados a partir de troca de correspondências com grupos feministas internacionais, e depois pelos congressos e comissões que Anna Amelia integrou como delegada. Nos estudos já citados de Teresa Cristina de Novaes Marques, sustentam a aproximação calculada de Bertha Lutz com o meio diplomático, constituindo uma peça importante na estratégia traçada pela sufragista para promover reformas nos direitos das mulheres no país e, ao mesmo tempo, consolidava suas alianças com grupos feministas no exterior.

Em uma das obras de Anna Amelia, *Quadro Pedacos do Planeta no Tempo do Zeppelin* (1976), sendo este um diário de viagem, há o relato de sua participação no XII Congresso Feminino Internacional, realizado em Istambul na Turquia, no ano de 1935. De início, a intelectual expõe que pretende apresentar a candidatura de Bertha Lutz para a Comissão Executiva do congresso, e que compactua com a proposta apresentada por Lutz na Conferência de Montevideú, mesmo esta não sendo aprovada. A proposta em questão, referia-se à unificação da legislação de direitos civis e políticos das mulheres nas repúblicas americanas com ênfase na capacidade jurídica da mulher casada, questões referentes ao pátrio poder, direitos de viúvas e de companheiras, sendo assim, a “capacidade propositiva das mulheres dos países latinos, evitando assumir o papel de meras expectadoras das iniciativas das norte-americanas.”<sup>16</sup>

Um artigo retirado da revista *Walkyrias* (RJ), de Anna Amelia, tem como título “Amazonas e Feministas”. Nacionalizando o simbolismo do nome da revista (que se referia a deusas virgens que serviam de mensageiras de Odin, deus nórdico), a intelectual define precisamente a vertente do feminismo que pregava:

Eu venho da terra das amazonas, essas estranhas feministas das selvas. Na sua ânsia de conquistas e vitórias, elas ambicionavam uma liberdade selvagem, afrontaram os encontros sangrentos, as lutas com o inimigo e com as feras, afirmando a bravura do sexo e proclamando a revolta contra o homem. Não quiseram permanecer submissas, embaladas no aconchego da rede de tucum, na doce dependência do braço viril que abatia a caça e afastava o perigo. Adivinharam, na rudeza de seus ímpetos, que a metade de um povo não deve pesar sobre a outra metade.<sup>17</sup>

A denúncia da opressão das mulheres pelos homens está clara. E a intelectual classifica as Amazonas como “precursoras da emancipação econômica da mulher”. Porém faz restrições

---

<sup>16</sup> MARQUES, op. cit., p. 935.

<sup>17</sup> MENDONÇA, Anna Amelia Carneiro de. “Amazonas e Feministas”, *Walkyrias*, v. 1, n. 1, p. 23 e 24, 17 ago. 1934.



aos métodos das guerreiras icamiabas que “não souberam adivinhar que na harmonia das duas forças é que reside a força universal”, afirma adiante, pedindo às Amazonas que sejam a guarda de “nosso generoso e sadio feminismo de hoje, feminismo pacífico e igualitário, maternal e humano, que prepara lentamente, mas seguramente, as brasileiras que despertam para o seu verdadeiro lugar na vida nacional”.

Além dos fragmentos retirados dos escritos de Anna Amelia, vemos também, em suas publicações nos periódicos selecionados, a junção de suas principais lutas em prol de um único grande objetivo: o bem estar para os desamparados, a igualdade para todos e oportunidades e suportes educacionais no ensino superior em âmbitos democráticos. Entre os 126 fragmentos selecionados - exposto na Tabela nº1 – que relacionam Anna Amelia e a FBPF, 41 destes referenciam-se a reuniões da federação que ocorreram na sede da Casa do Estudante do Brasil. Outra reportagem, retirada do periódico *Diário de Notícias* (RJ), publicado no dia 07/03/1933 com a manchete “O voto feminino e o apoio dos estudantes”, expõe um telegrama da intelectual, em nome da CEB, reiterando o apoio do movimento acadêmico para o sufrágio universal.

Finalizando sobre os métodos e abordagens necessárias para uma análise completa e aprofundada do impresso selecionado, é fundamental a adoção de metodologias que analisem historicamente as imagens fotográficas. A ideia de se considerar a fotografia como ‘imagem/documento e como imagem/monumento’,<sup>18</sup> é de enxergar a imagem, no primeiro caso, como uma informação de determinados aspectos do passado, e, no segundo caso, enxergar a fotografia como um símbolo, confirmando uma determinada visão de mundo considerada como única e certa.

## **Considerações Finais**

Propus examinar aqui a compreensão das ideias que integravam o movimento político que a FBPF representava, seus princípios e objetivos, a partir de metodologias para tal compreensão. Juntamente, fiz uma análise da atuação da intelectual abordada, conectando os diferentes campos em que atuou e traçando assim Anna Amelia como indivíduo que atuou como mediador das ideias que representava. Percebe-se o fenômeno da modernização e das novas formas de interação social desenvolvidas no mundo urbano, como efeitos que colaboraram para a abertura do mundo público para as mulheres.

---

<sup>18</sup> MAUAD, op. cit., p. 40.

Entretanto, ao adentrarem nas áreas profissionais e políticas, as mulheres repetiriam os mesmos jogos de poder e reproduziriam as formas da sociabilidade existente? A resposta pode ser ‘talvez’, pois consegue-se enxergar, a partir das táticas da FBPF sobre a aproximação aos detentores de poder, a incorporação da dominação simbólica por parte dos dominados. Isto significa que “a aceitação pelas mulheres de determinados cânones não significa, apenas, vergarem-se a uma submissão alienante, mas, igualmente, construir um recurso que lhes permitam deslocar ou subverter a relação de dominação”.<sup>19</sup> Vê-se, dessa forma, uma tática para mobilizar suas próprias representações impostas, mas desviando contra quem a produziu.

Portanto, é necessária a compreensão, em estudos sobre a História das Mulheres e/ou estudos de gênero, sobre a incorporação da dominação havendo a presença de variações e manipulações por parte do dominado. Entende-se dessa forma um modo de resistência dentro do próprio sistema de dominação, redefinindo os poderes femininos permitidos por uma situação de sujeição e de inferioridade. Significa uma tática que mobiliza para seus próprios fins uma representação aceita, mas desviada contra a ordem que a produziu.<sup>20</sup> Perpassa, na argumentação, a ideia de que definir os poderes femininos permitidos por uma situação de sujeição e de inferioridade significa entendê-los como uma reapropriação e um desvio dos instrumentos simbólicos que instituem a dominação masculina, sendo assim usados contra seu próprio dominador. À vista disso, a noção de resistência torna-se fundamental na abordagem trazida por este artigo.

É necessário a compreensão de fugir de uma mera representatividade e induzir a uma forma de gênero biográfico, que traga uma explicação histórica para “ilustrar, matizar, intrincar, relativizar ou mesmo negar as análises generalizantes que excluem as diferenças em nome das regularidades e das continuidades”.<sup>21</sup> Cabe, então, compreender a trajetória do indivíduo ao longo de sua vida, mas também suas percepções subjetivas, oscilações, hesitações e mesmo o acaso.

---

<sup>19</sup> SOIHET, op. cit., p. 77.

<sup>20</sup> Id., p. 87.

<sup>21</sup> Id., p. 204.

## **A figura da mulher no filme *La Cabalgata del Circo* (1945) a partir do papel de Eva Perón**

Gabriela Rohrbacher Medeiros Longo<sup>1</sup>

Essa comunicação compõe parte de uma pesquisa de Iniciação Científica em andamento, intitulada “A construção da imagem de Eva Perón nos filmes *La Cabalgata del Circo* e *La Pródiga* (1945)”, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Na pesquisa, concebemos o uso do cinema como fonte histórica para o estudo da trajetória de Eva Perón, a representação da mulher nas produções cinematográficas argentinas e as origens do peronismo. O objetivo desta exposição é apresentar uma análise inicial sobre o papel de Eva Duarte no filme *La Cabalgata del Circo*,<sup>2</sup> a partir dos elementos constitutivos da película, dentre eles as sequências filmicas, o enredo e o tipo de narrativa, além da personagem Chila, desempenhada pela atriz.

A metodologia do trabalho ampara-se na proposta de Vanoye & Goliot-Lété, segundo os quais o primeiro passo para se analisar um filme é decompô-lo em seus elementos constitutivos. O segundo passo é estabelecer elos entre esses elementos isolados e compreender como se associam, a fim de reconstruir o filme analiticamente.<sup>3</sup> Diante disso, elaboramos uma tabela com o objetivo de sistematizar a decupagem filmica realizada ao longo da pesquisa, a qual encontra-se integralmente no relatório da Iniciação Científica. No presente trabalho, apenas citaremos as cenas e os tempos correspondentes no filme, em vista da extensão da tabela.

A análise baseia-se primariamente em Getino (2005), Nubila (1998) e Gubernikoff (2009), com contribuições advindas de Robert McKee (2013) e E. Ann Kaplan (1995). Sublinhamos que a fonte histórica encontra-se em uma plataforma gratuita de *streaming* argentina chamada Cine.ar, lançada em 2015 com o objetivo de democratizar o acesso a produções cinematográficas argentinas, como curtas e longas-metragens, séries e documentários. Todavia, o serviço não conta com a opção de legendas, sendo possível assistir aos conteúdos apenas no idioma original, o Espanhol.

---

<sup>1</sup>Graduanda em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp/Assis). Pesquisadora de iniciação científica com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

<sup>2</sup> LA CABALGATA DEL CIRCO. 1945. BONEO, Eduardo; SOFFICI, Mario. Argentina: Estudios San Miguel. Disponível em <https://play.cine.ar/INCAA/produccion/78>. Acesso em 28 out. 2020.

<sup>3</sup> VANOYE, Francis; GOLLOT-LÉTÉ, Anne. *Ensaio sobre a análise fílmica*. Campinas: Papirus, 7. ed., 2011, pp. 14-15.

## María Eva Duarte e a carreira de atriz

Acerca de sua biografia, María Eva Duarte nasceu no dia sete de maio 1919, no povoado de Los Toldos, pertencente à província de Buenos Aires, na Argentina. Após o falecimento de seu pai, no início de sua adolescência, Eva e sua família mudaram-se para Junín, com o objetivo de procurarem por melhores condições de vida.

Em 1935, aos dezesseis anos, mudou-se sozinha para a capital, a fim de arriscar-se na carreira de atriz, em meio a uma grave crise do teatro argentino. Todavia, rapidamente conseguiu sua primeira atuação na peça *La señora de Pérez*, em 28 de março de 1935, estreada no teatro *Comedias*.<sup>4</sup> Além do teatro, Eva também participou de alguns trabalhos como modelo publicitária e adentrou o mundo do cinema com o filme *¡Segundos afuera!*,<sup>5</sup> em 1937. Nesse mesmo ano, atuou na radionovela *Oro Blanco*, na Radio Belgrano.<sup>6</sup>

Eva decidiu dedicar-se exclusivamente ao cinema e ao rádio a partir de 1940. A atriz participou, ainda como coadjuvante, de *El más infeliz del pueblo*,<sup>7</sup> estreado em 1941, e de *Una novia en apuros*,<sup>8</sup> em 1942. No ano de 1945, atuou em duas produções do diretor Mario Soffici, “La Cabalgata del Circo”, lançado em maio, e como atriz principal em *La Pródiga*, do mesmo diretor.

Em relação ao objeto desse trabalho, *La Cabalgata del Circo* foi produzido em 1945, período turbulento em que a Argentina passava por uma ditadura militar sob a presidência do general Edelmiro Farrell. Durante o governo de Farrell, Juan Domingo Perón, futuro esposo de Eva, acumulou três cargos, dentre eles o de Secretário de Trabalho e Planejamento, ministro da Guerra, além de vice-presidente. De acordo com Beired,<sup>9</sup> por meio de tais cargos, Perón iniciou o seu contato com a classe trabalhadora e aproximou o Estado aos sindicatos receptivos ao governo, como forma de garantir o apoio ao regime, mas também à sua própria figura pessoal.

No dia 09 de outubro, uma revolta militar obrigou Farrell a destituir e prender Perón em razão da pressão feita pela oposição que clamava por eleições livres, além de temer o lançamento de sua candidatura à presidência com o apoio dos operários. Mediante sua prisão, a Confederação Geral do Trabalho (CGT) declarou uma mobilização sindical que tomou

---

<sup>4</sup> ANDRES, Alfredo (Org.). *La historia de Eva Perón*. Un exemplo de amor entre una mujer e un pueblo. Tomo 1. Buenos Aires: Editora Osvaldo Raul Sanchez Teruelo S.A. 1989, p. 43.

<sup>5</sup> Filme dirigido por Israel Chaz de Cruz e Alberto Etchebere.

<sup>6</sup> ANDRES, op. cit., p 46-47.

<sup>7</sup> Filme dirigido por Luis Bayón Herrera.

<sup>8</sup> Filme dirigido por John Reinhardt.

<sup>9</sup> BEIRED, José Luis Bendicho. *Breve História da Argentina*. São Paulo: Editora Ática, 1996, p. 54.

proporções inéditas e nacionais, desaguando no chamado “17 de outubro”, data conhecida como o “Dia da Lealdade Peronista”.

Eva, já em uma relação amorosa com Perón desde 1944, foi uma peça essencial na propaganda política e na soltura de seu futuro esposo. O casal oficializou o matrimônio com uma comemoração no dia 22 de outubro de 1945 e Perón elegeu-se presidente da Argentina no ano seguinte, em 1946.

Beired (1996) ressalta que, após o casamento, Eva

(...) Passou a figurar publicamente a partir da eleição de Perón. Em vez de assumir o tradicional papel de primeira-dama, sua personalidade transformou-a numa figura pública decisiva. Embora tivesse pouca instrução, possuía uma inteligência e um carisma notáveis. Possuidora de uma oratória arrebatada, dramática e vibrante, comovia multidões e fazia estremecer a oposição. Em pouco tempo adquiriu tanta importância quanto seu marido, tornando-se um dos símbolos fundamentais do peronismo.<sup>10</sup>

## O cinema argentino e Mario Soffici

O filme teve direção de Mario Soffici em conjunto com Eduardo Boneo, o roteiro foi escrito por Francisco Madrid e estreou em 30 de maio de 1945. Segundo Getino, o auge do cinema nacional argentino se deu entre os anos de 1930 a 1943 e a chamada “Fase de Ouro”<sup>11</sup> pode ser dividida em três principais variantes: a primeira delas é um cinema expressamente burguês para consumo das classes médias e altas; a segunda é caracterizada como um cinema estético, altamente influenciado por diretores europeus; e a terceira e última corrente, na qual encontra-se Mario Soffici, é a de um cinema com forte identificação popular, que tem o objetivo de representar a “fisionomia nacional” e o respeito aos valores populares.<sup>12</sup>

Dentre os principais fatores que contribuíram para o desenvolvimento da indústria cinematográfica no país, citamos, com base em Getino,<sup>13</sup> a existência prévia de uma experiência industrial, técnica e comercial, ainda que limitada, que não encontrou muitos concorrentes latinos; a incapacidade momentânea dos Estados Unidos em manter um mercado com os países de língua espanhola, visto que o cinema estadunidense não repercutiu popularmente entre os hispanofalantes; e, por fim, a questão da temática e sensibilidade populares do cinema

<sup>10</sup> Id., p. 56.

<sup>11</sup> Termo utilizado por Domingo di Nubila (1998), que também dá nome ao seu livro. NUBILA, Domingo di. *La epoca de oro – Historia del cine argentino I*. Buenos Aires: Ediciones del Jilguero, 1998.

<sup>12</sup> GETINO, Octavio. *Cine Argentino: entre lo posible y lo deseable*. Buenos Aires: Editorial Ciccus, 2005, p. 18.

<sup>13</sup> Id., p. 17.

argentino, como o tango e o *criollismo*, melhor absorvidas pelas grandes massas receptoras latino-americanas.

Há também de se considerar que grande parte do público argentino era constituído por trabalhadores urbanos, vítimas do êxodo rural, ou provenientes da imigração europeia. Ao atender esse público, o cinema argentino atendia também, direta ou indiretamente, a demanda do mercado latino-americano de modo geral, que se constituía de maneira semelhante.

A trajetória pessoal de vida de Mario Soffici provocou forte influência em seu fazer cinematográfico. O diretor nasceu em Florença, no dia 16 de maio de 1900, e mudou-se para a Argentina aos nove anos. Devido a dificuldades familiares e de adaptação, abandonou os estudos aos onze anos e, desde os doze, passou por diversos empregos informais, como mensageiro, mecânico e vendedor de jornal.

Aos dezesseis anos, Soffici ingressou em alguns circos semiprofissionais do subúrbio de Mendoza. Aos dezessete, retomou seus estudos e passou a atuar em peças teatrais e a familiarizar-se com clássicos da literatura. Já na idade adulta, teve a oportunidade de passar uma temporada em Barcelona, na Espanha, com José Agustín Ferreyra, responsável por ensiná-lo as técnicas do manejo cinematográfico.<sup>14</sup>

Os principais temas abordados em seus filmes perpassavam as dificuldades vividas pelo *criollo* argentino. De acordo com Getino:

Soffici poseía, sin embargo, algo más de rigor cinematográfico; lo guiaba la voluntad de indagar en temas nacionales con un gran respeto hacia los valores culturales, evitando fáciles esquematismos. [...] Explotación social, conflicto humano, folklore y paisaje devorador, se entremezclan en esta película imprimiéndole una dimensión efectivamente latinoamericanista, circunstancia que no había sido muy común hasta entonces - y después tampoco - en el cine nacional.<sup>15</sup>

### **O filme *La Cabalgata del Circo*, 1945**

À vista disso, o enredo de *La Cabalgata del Circo* retrata a trajetória do Circo Arletty, a partir de 1880 a meados de 1910, por meio da história dos irmãos Nita e Roberto Arletty. O circo era composto por duas famílias, os Arletty e os Ruca. Uma das integrantes da família Ruca é a personagem Chila, desempenha por Eva Duarte, uma jovem apaixonada por Roberto. O romance entre os dois é, na visão de seus pais, a concretização da união e da cumplicidade entre as duas famílias, todavia, o casamento será o motivo pelo qual as famílias se separarão.

---

<sup>14</sup> NUBILA, op. cit., p. 26.

<sup>15</sup> GETINO, op. cit., p. 19.

O pai de Roberto e Nita, chamado Tito, é colocado como o fundador das pantomimas<sup>16</sup> *criollas*. A tradição é um aspecto muito reforçado durante todo o filme e isso é perceptível no momento em que Tito expressa que os desejos dos pais sempre se cumprem por meio dos filhos, para que o circo continue existindo.<sup>17</sup>

Após o pai sofrer um acidente de trabalho (uma queda durante uma apresentação aérea), Roberto assume a coordenação do Circo Arletty, simbolicamente representada na cena em que assume a condução da carroça do circo ao lado de sua irmã.<sup>18</sup> Ele comenta que seu sonho é trabalhar em um grande teatro, como os de Buenos Aires. Nita expõe que o seu, em contrapartida, é casar-se e ter filhos mas que, para isso, teria de abandonar o circo. A diferença de ambição de ambos é perceptível e possível relacionarmos tal discrepância à questão de gênero. Esse fato também pode ser discutido a partir do diálogo que vem em seguida, no qual Nita pergunta a Roberto sobre Chila e ele responde “Oxalá seja como esposa o que você é como irmã”. Apesar disso, o matrimônio não faz parte de sua lista de desejos, assim como faz parte dos desejos de Nita.

Roberto e Chila separam-se,<sup>19</sup> como já foi mencionado, e a jovem é colocada como responsável pela desunião entre as duas famílias. No velório de Tito,<sup>20</sup> o pai de Chila, que era um grande amigo dos Arletty, expressa, em tom condenatório, que a filha é ambiciosa, denotando uma carga negativa para essa característica.

No final do filme, em um momento que Roberto e Nita conversam a sós, o rapaz comenta com a irmã que a última notícia que teve a respeito da ex-esposa era a sua mudança para a Espanha. O tom de voz utilizado por Roberto também é de lamento sobre a decisão da jovem. Ressaltamos que Chila aparece raras vezes no filme, entretanto, a ideia construída a respeito da personagem é pautada na visão que os outros têm sobre ela. Nita nunca se coloca explicitamente como rival de Chila, mas a ideia de que são antagônicas é construída por elementos simbólicos do filme.

Segundo McKee,<sup>21</sup> um personagem só se expressa verdadeiramente quando é posto em um dilema de escolha. Ao discutir com Roberto, Chila teve a chance de permanecer no circo ao

<sup>16</sup> “Pantomima” é uma forma de representação dramática que utiliza exclusivamente gestos, expressões faciais e movimentos com o corpo, sem o uso de falas, e o adjetivo “*criollas*” é utilizado a fim de representar as raízes do povo argentino.

<sup>17</sup> Minutos 23’30’’-24’02’’ no filme.

<sup>18</sup> Minutos 19’48’’-21’48’’ no filme.

<sup>19</sup> Trecho 46’32’’-46’53’’ no filme.

<sup>20</sup> Trecho 60’25’’-62’31’’ no filme.

<sup>21</sup> MCKEE, Robert. *Story: substâncias, estrutura, estilo e os princípios da escrita de roteiro*. Tradução de Chico Marés. Curitiba: Arte & Letra, 2013, p. 351.

seu lado, isto é, ao lado de uma figura masculina, porém, optou pelo divórcio e, ao ir embora do circo, não aparece mais em nenhuma cena. Desse modo, a personagem se apresenta como uma vilã aos costumes da sociedade argentina, enquanto Nita reforça tais tradições.

A personagem Nita, em oposição às atitudes de Chila, só aceita se casar após assegurar-se de que sua família, especialmente sua mãe, ficaria bem, apesar dos inúmeros pedidos de casamento recebidos de Eduardo, seu futuro esposo. A respeito disso, após o falecimento de seu pai, Nita assume trejeitos muito parecidos aos de sua mãe, como é possível perceber nos minutos 62'35" a 64'0" do filme. Nita e Marieta colocam-se frente a frente e a câmera as filma de perfil. É possível notar as semelhanças entre os penteados e o tipo de roupa utilizada por ambas, indicando um amadurecimento por parte da filha, que se vê em sua mãe.

Com base em Kaplan,<sup>22</sup> reforçamos que a representação da mulher sempre tem uma função narrativa associada a um elemento masculino, como um pai, um irmão ou um marido. Caso haja rupturas nesse processo de associação, como em situações em que a personagem se depara com um dilema de escolha, a mulher sempre voltará para o seu devido lugar social e familiar, conforme vemos no caso de Nita, que deixou sua família para constituir a sua própria. Caso esse retorno ao lugar social que lhe é designado não aconteça, no transcorrer do enredo a mulher é castigada por sua transgressão, como no caso de Chila, que é mal falada até pelo próprio pai.

Getino identifica uma mudança na cinematografia argentina de 1943 a 1955, período caracterizado como “la hora de los logreros”,<sup>23</sup> um momento propício para os empreendedores do ramo de distribuição e exibição.<sup>24</sup> Nesse período, a indústria cinematográfica substituiu os cenários naturais, baseados na geografia do país, por cenários luxuosos aos moldes hollywoodianos. Há também uma mudança na fisionomia humana dos atores: os protagonistas deveriam corresponder ao modelo eurocêntrico no comportamento e na moda, de modo a reservar a fisionomia mestiça ou *criolla* aos papéis secundários e caricatos.<sup>25</sup>

Em *La Cabalgata del Circo*, é possível notar dois momentos no trabalho do diretor, tanto a valorização do que é expressamente nacional, bem como a aproximação a padrões eurocêtricos. Essa condição expressa-se ao compararmos duas cenas: a primeira, correspondente aos minutos 16'46"-18'37", diz respeito à apresentação da pantomima *Juan*

<sup>22</sup> KAPLAN, E. Ann. *A mulher e o cinema: os dois lados da câmera*. Rio de Janeiro: Artemídia; Rocco, 1995.

<sup>23</sup> Em tradução livre, “o momento dos empreendedores”.

<sup>24</sup> GETINO, op. cit., p. 20.

<sup>25</sup> Id., p. 21.



*Guello*, que conta a história de um gaúcho apaixonado por uma jovem argentina. Percebemos que as fantasias utilizadas retratam o tradicional morador dos pampas.

Em um segundo momento, que equivale ao trecho 65'38"-69'25", o Circo Arletty já se apresenta em um teatro, correspondendo ao sonho de Roberto, e Nita faz o papel de uma dançarina de cabaré. Notamos a diferença nas roupas, a presença de joias e uma drástica mudança no cenário, bem como apontado por Getino, por conta da influência do *Star System* americano na Argentina.

De acordo com Gubernikoff, o *Star System* foi responsável por reforçar estereótipos à imagem da mulher e os mesmos funcionam como uma forma de opressão, pois transformam a mulher em objeto, nulificando-a como sujeito. A autora defende ainda que o específico cinematográfico

[...] ou seja, a montagem, a iluminação, a composição de imagens, o enquadramento fotográfico, o movimento da câmera, etc., ou seja, aquilo que se convencionou chamar *linguagem cinematográfica*, é elaborado durante a realização de um filme, com a finalidade de construir significados. A construção da imagem – cenários, figurinos, maquiagem, etc. – a composição da imagem na tela, o movimento dentro do quadro dos atores, gera significados relativos à espacialidade do enredo. [...] A decupagem, ou seja, a divisão do filme em planos, cenas e sequências, conduz à criação de uma temporalidade e de uma espacialidade próprias àquela narrativa/trama.<sup>26</sup>

Segundo Gubernikoff, a narrativa clássica, como é o caso do filme analisado, “é construída através da utilização de uma série de códigos de linguagem (sonoros e visuais), que pode ser sintetizada em um verdadeiro *manual* do discurso narrativo”. A autora reforça ainda que “essa manipulação intencional da linguagem audiovisual é aceita plenamente pelo público em geral” e sua finalidade é a de “criar uma verossimilhança com a realidade, passar-se pelo mundo real”.<sup>27</sup>

### Considerações finais

Diante do que foi exposto, ressaltamos que esse trabalho faz parte de uma Iniciação Científica financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), que possui o objetivo de analisar a construção da imagem de Eva Perón a partir de seus papéis em duas produções cinematográficas argentinas produzidas no ano de 1945, isto é, *La Cabalgata del Circo* e *La Pródiga*.

<sup>26</sup> GUBERNIKOFF, Giselle. *A Imagem: representação da mulher no cinema*. Conexão – Comunicação e Cultura, UCS, Caxias do Sul, v. 8, n. 15, jan. /jun. 2009, pp. 66, 68-69. Grifo da autora.

<sup>27</sup> Id., p. 69, grifo da autora.

O filme interpretado como uma fonte histórica garante ao historiador uma leitura de mundo por tratar-se de um produto cultural. De forma consciente ou não, cada diretor age em prol de uma causa ou ideologia. Em contrapartida, dado o seu viés mercadológico, a indústria cinematográfica também faz uso de linguagens operatórias e palatáveis a fim de atingir seu público-alvo, pois a venda do filme é o seu objetivo final.<sup>28</sup> Uma dessas ferramentas no século XX foi o *Star System* americano e sua crescente influência na América Latina, como foi o caso da Argentina.

Ao levarmos em consideração os aspectos apresentados por meio da análise desenvolvida, compreendemos que as maneiras de se expressar em um produto audiovisual, como no filme *La Cabalgata del Circo*, não podem ser consideradas neutras, pois elas também são responsáveis por estruturarem as representações da sociedade na qual estão inseridas.<sup>29</sup>

Por meio da metodologia que possibilitou a decupagem fílmica de *La Cabalgata del Circo*, bem como a fundamentação teórica proporcionada pelos autores utilizados, verifica-se que a narrativa clássica presente no filme analisado possibilita uma identificação entre o espectador e as personagens principais. Desse modo, as atrizes, por exemplo, reforçam estereótipos recorrentes na sociedade, ao personificarem o melhor (ou o pior) modo de uma mulher ser e agir.

---

<sup>28</sup> Ver FERRO, Marc. *Cinema e História*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1992.

<sup>29</sup> Ver PROST, Antoine. Social e cultural indissociavelmente. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Orgs.). *Para uma História Cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

## Pagú indignada n'A *Tribuna* - Patrícia Galvão, entre palco e plateia

Gilberto Figueiredo Martins<sup>1</sup>

será preciso  
 buscar nas páginas perdidas dos jornais  
 os traços de um retrato ainda nebuloso  
 mas pontilhado de luzes /.../  
 (Augusto de Campos, “pagu: tabu e totem”, poema de 1978)

Nada  
 Um copo de conhaque  
 Um teatro  
 Um precipício  
 Talvez o precipício queira dizer nada  
 Uma carteirinha de *travel's check*  
 Uma partida for *two* nada  
 Trouxeram-me camélias brancas e vermelhas  
 Uma linda criança sorriu-me quando eu a abraçava  
 Um cão rosnava na minha estrada  
 Um papagaio falava coisas tão engraçadas  
 Pastorinhas entraram em meu caminho  
 Num samba morenamente cadenciado  
 Abri o meu abraço aos amigos de sempre  
 Poetas compareceram  
 Alguns escritores  
 Gente de teatro  
 Birutas no aeroporto  
 E nada.  
 (Patrícia Galvão, *A Tribuna*, 23 set. 1962)

Não é minha linha de pesquisa o trabalho com fontes primárias e suportes originais de textos jornalísticos, cuja circulação periódica já tenha sido interrompida ou não. Entretanto, e por isso mesmo, tenho de reconhecer o mérito de quem realiza a penosa atividade de rastreio, recolha e disponibilização democraticamente ampla, a cujos resultados recorro quando faltam dados, informações contextuais e pareceres avaliativos da recepção que sirvam de esteio para se configurar um determinado *espírito de época* a partir do qual se possa avaliar com maior precisão e segurança textos literários e teatrais, filmes e espetáculos, aí sim objetos de meu interesse analítico-interpretativo como professor e crítico de literatura. Recentemente, isso se deu quando voltei a atenção à obra de Patrícia Galvão (1910-1962), escritora e ativista paulista que se tornou conhecida pelo codinome Pagú (assim mesmo, acentuado, como ela gostava de grafar o apelido dado pelo colega Raul Bopp, em 1928, no poema “Coco de Pagú”). Embora tenha sido poeta, ficcionista, ativa militante política e importante agitadora cultural (desde os

---

<sup>1</sup> Docente no curso de Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp/Assis).

anos de consolidação do nosso primeiro Modernismo), foi na imprensa (de vanguarda, experimental, partidária, clandestina ou, mesmo, a comercial) que encontrou os veículos (mais ou menos blindados) para um contato direto com seus interlocutores (os mais variados, incluindo-se os muitos desafetos), por meio de textos assinados ou não, usando seu nome ou múltiplos pseudônimos (tais como Mara Lobo, KBeluda, Pat, Pt., Ariel, King Shelter, P., P.G....).

Com base em exaustiva pesquisa coletiva realizada em diversos arquivos, um entusiasmado brasilianista de Yale, o professor David Kenneth JACKSON (2011), afirma ser possível reconhecer como de autoria da Patrícia “jornalista”, entre outras produções (a maioria inédita em livro): ilustrações, com breves poemas atrelados, em diferentes números da histórica *Revista de Antropofagia* – 2ª dentição (1929);<sup>2</sup> os artigos da coluna “A mulher do povo”, na revista *O homem do povo*,<sup>3</sup> junto com Oswald de Andrade (com quem a autora foi casada); textos no *Diário de notícias* (1933), do Rio de Janeiro, a serviço do Partido Comunista; 111 colunas diárias na revista *A noite* (em 1942); entre 1945 e 1946, outras 26 no periódico de filiação trotskista *Vanguarda Socialista*, dirigido por Mário Pedrosa;<sup>4</sup> de 1946 a 1948, com seu marido Geraldo Ferraz, dedica-se a traduzir e divulgar cerca de 90 textos na série “Antologia da literatura estrangeira”, do *Diário de São Paulo*;<sup>5</sup> em 1949, escreve dezenas de títulos, com 11 colunas no *Jornal de São Paulo*; entre 1950 e 1953, publica duas série de artigos e crônicas na revista de língua italiana *Fanfulla*; e, finalmente, de meados dos anos 50 até pouco antes de sua morte, em 12 de dezembro de 1962 (vitimada pelo câncer), escreve (ou traduz) um importante conjunto de textos de e sobre arte, cultura, literatura e, sobretudo, teatro - a partir de 1952 começara a estudar na Escola de Artes Dramáticas da USP, criada por Alfredo Mesquita -, no jornal *A Tribuna*, de Santos, cidade paulista onde volta a morar nesse período.<sup>6</sup>

<sup>2</sup> Cf. edição fac-similar em *Revistas do Modernismo 1922-1929*. São Paulo: Imprensa Oficial/Biblioteca Mindlin, 2014.

<sup>3</sup> Cf. a coleção completa e fac-similar do jornal *O Homem do Povo*. 3. ed.. São Paulo: Imprensa Oficial/Museu Lasar Segall, 2009.

<sup>4</sup> Sete desses textos de Patrícia Galvão podem ser lidos em: FACIOLI, Valentim (org.). *Breton-Trotsky – Por uma arte revolucionária independente*. Trad. (1ª parte) de Carmen Sylvia Guedes e Rosa Boaventura. São Paulo: Paz e Terra/CEMAP, 1985. Outros três, em: CAMPOS, Augusto de (org.). *Pagu Vida-Obra* (ed. ampliada). São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

<sup>5</sup> Ver, especialmente, NEVES, Juliana. *Geraldo Ferraz e Patrícia Galvão – A experiência do “Suplemento Literário” do Diário de S. Paulo, nos anos 40*. São Paulo: AnnaBlume, /FAPESP, 2005, que ainda inclui algumas imagens de exemplares do jornal.

<sup>6</sup> “Pagu levou para a cidade os espetáculos da E.A.D.; inaugurou e coordenou grupos amadores como o do Teatro Universitário de Santos; colaborou nos festivais nacionais e regionais de dramaturgia; participou de debates no Arena em São Paulo; foi presidente da União do Teatro Amador de Santos; integrou, em maio de 1961, a Comissão de Teatro do Conselho Nacional de Cultura.” (NEVES, op. cit., p. 65). Ver também GUIMARÃES, Carmelinda. *Memórias do teatro de Santos*. Santos: Prefeitura Municipal, s/d; COSTA, Márcia. *De Pagu a Patrícia – O último*

Em 1955, dá início à série “Palcos e Atores”, no suplemento literário d’*A Tribuna* (Santos), onde publica 159 colunas sobre teatro, a grande paixão da fase santista, entre 3/7/55 a 2/10/55 e 7/01/57 a 1961. Continua o trabalho de crítica literária nacional, comentando a literatura brasileira em duas centenas de artigos na série “Literatura”, assinada como “MARA LOBO”, sempre em letras maiúsculas, o velho pseudônimo do romance *Parque Industrial*, de 1933. O seu último esforço é uma série de colunas sobre televisão, “Viu, viu, viu?”, publicadas de 5/10/61 a 23/9/62, quando já se encontrava gravemente doente.” (p. 34-35)<sup>7</sup>

E foi justamente interessado pelo material sobre teatro divulgado no jornal de Santos, cidade onde nasci, que decidi retornar à obra de Patrícia Galvão e à sua fortuna crítica.<sup>8</sup> A porta de acesso e o estádio inicial de tal investida é que apresento e comento aqui.

## Arrabalde

No jornal *A Tribuna*, de Santos (SP), em 12 de abril de 1960, uma nota na coluna “Artes e Artistas” anunciava:

### AMADORES DE SANTOS EM ASSIS

A convite da Faculdade de Filosofia de Assis,<sup>9</sup> da USP, o Grupo Experimental de Teatro – GET – e o Teatro Estudantil de Vanguarda [TEV] do Centro dos Estudantes de Santos apresentarão dois espetáculos naquela cidade, no próximo domingo. Respectivamente serão encenadas “Fando e Lis”, de Arrabal, direção de Patrícia Galvão e de Paulo Lara, e “Triângulo Escaleno”, de Silveira Sampaio, direção de Plínio Marcos.

Os amadores de Santos partirão para Assis depois de amanhã, quinta-feira, às 18 horas. A caravana será chefiada pelo presidente do Centro dos Estudantes, acadêmico Osvaldo Leituga.<sup>10</sup>

---

ato. São Paulo: Dobra Editorial, 2012; FURLANI, Lúcia M. Teixeira (org.). *Croquis Pagú* e outros momentos felizes que foram devorados reunidos. Santos/São Paulo: UNISANTA/Cortez, 2014.

<sup>7</sup> JACKSON, David Kenneth. “Uma evolução subterrânea: o jornalismo de Patrícia Galvão”. *Revista IEB*, n. 53, 2011, p. 31-52. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/rieb/issue/view/2821>. Acesso em 01 nov. 2020.

<sup>8</sup> Confira-se, p. e., ANDRADE, Gênese (curadoria). *Pagu Oswald Segall*. São Paulo: Museu Lasar Segall/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009; FREIRE, Tereza. *Dos escombros de Pagu* – Um recorte biográfico de Patrícia Galvão. São Paulo: SESCSP/SENAC, 2008; FURLANI, Lúcia Maria Teixeira e FERRAZ, Geraldo Galvão. *Viva Pagu* – Fotobiografia de Patrícia Galvão. Santos/São Paulo: UNISANTA/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010; GUEDES, Thelma. *Pagu – Literatura e Revolução*. Cotia/São Paulo: Ateliê/Nankin, 2003; MANFRINI, Bianca Ribeiro. Modernismo às avessas. In: *A mulher e a cidade* – Imagens da modernidade brasileira em quatro escritoras paulistas. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2011 (p. 33-68); PONTES, Heloisa. Patrícia Galvão: de menina levada a musa inventada do modernismo. In: *Intérpretes da metrópole* – História social e relações de gênero no teatro e no campo intelectual, 1940-1968. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2010 (pp. 106-115); SILVEIRA, Maria José. *A jovem Pagu*. São Paulo: Nova Alexandria, 2007; ZATZ, Lia. *Pagu – A luta de cada um*. São Paulo: Callis, 2005. Além da recentemente reeditada autobiografia (parcial): GALVÃO, Patrícia. *Pagu – Autobiografia precoce*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

<sup>9</sup> Na verdade, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, fundada em 1958. Dias antes da notícia de abril, em 5, 6 e 8 de março de 1960, o jornal santista publicara três matérias, nas quais Luiz Fernandes Carranca relatava minuciosamente a criação e o funcionamento da Faculdade na “risonha cidade de Assis”.

<sup>10</sup> Disponível em

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=153931\\_01&Pesq=%22Patricia%20Galv%C3%A3o%22&pagfis=2515](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=153931_01&Pesq=%22Patricia%20Galv%C3%A3o%22&pagfis=2515). Acesso em 12 out. 2020.

Assim, na Sexta-Feira Santa daquele ano, chegava à pequena cidade uma delegação de dezoito pessoas, cujo líder se espantou ao encontrar a primeira faculdade pública de Letras do interior paulista (à época dirigida por Antonio Soares Amora), a qual, segundo ele, mostrava ser “um ambiente universitário, docente e discente”, destacadamente “devotado à causa cultural”:

Em suma, a Faculdade de Assis choca. Choca pela esperança que dá no futuro da mocidade que de lá sair. Choca pela paixão que se vê envolvendo mestres e discípulos. Choca pela autoridade dos mestres. Choca pela lhanza desses mesmos mestres – que mostram compreender que característica de catedrático não é “cara fechada”, mas, ao contrário, a acessibilidade que identifica quem realmente está cômico de seus conhecimentos e de sua autoridade.<sup>11</sup>

A plateia recebera a comitiva artística com “comportamento social da máxima distinção”, formando um “público elegante” que dava “lição de dignidade e educação”. Em coluna lateral, na mesma página do periódico, o “Noticiário do Centro dos Estudantes” ratifica a impressão, com informe sob o título “Sucesso de Assis”. No dia 08 de maio, um domingo, duas semanas após as apresentações na “pequena e progressista cidade interiorana”, o assunto retorna ao *A Tribuna*; referindo-se agora a uma notícia publicada no *Jornal de Assis* em 23 de abril, a nova matéria destaca o polo da recepção teatral: “Público assisense satisfeito e emocionado pela perfeição e beleza do espetáculo”.<sup>12</sup> Ficamos sabendo, então, que, ao final da apresentação dos grupos amadores GET e TEV, os atores e demais membros da delegação santista puseram-se a aplaudir a plateia, o que acontecera antes uma única vez, quando da memorável exibição no município da peça *Eles não usam black-tie*, de Gianfrancesco Guarnieri, pelo grupo do Teatro de Arena, de São Paulo.<sup>13</sup>

Do elenco da encenação de *Triângulo escaleno*, o “satírico ato” de Silveira Sampaio<sup>14</sup> sobre um triângulo amoroso no qual a traição é um jogo consentido, participaram o próprio

<sup>11</sup> Leituga, Osvaldo. “Assis, teu nome é educação”, “Coluna estudantil” do jornal *A Tribuna*, de 24/04/1960, p. 10. No texto abertamente encomiástico, o autor menciona o nome de alguns professores presentes à encenação das peças, dentre os quais o santista Cassiano Nunes, Jorge de Sena e Neif Sáfadi. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=153931\\_01&Pesq=%22F&pagfis=2810](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=153931_01&Pesq=%22F&pagfis=2810). Acesso em 12 out. 2020.

<sup>12</sup> Matéria de *A Tribuna*, 08 maio 1960, com o título “Referências elogiosas do *Jornal de Assis* à apresentação de GET e TEV”, Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=153931\\_01&Pesq=%22Patricia%20Galv%C3%A3o%22&pagfis=3176](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=153931_01&Pesq=%22Patricia%20Galv%C3%A3o%22&pagfis=3176). Acesso em 26 out. 2020.

<sup>13</sup> Na faculdade também se apresentaram, ainda na década de 1960, a Companhia Tônia-Celi-Autran, com *Fim de Jogo*, de Samuel Beckett, além de personalidades como Cacilda Becker, Walmor Chagas e Ziembsky, ali se “caracterizando um movimento cultural constante”. Cf. DUTRA, Sandro de Cássio. *Teatro amador em Assis: 1971/1980*. Assis, 2004, p. 61.

<sup>14</sup> O texto integral da peça pode ser lido em: [http://otablado.com.br/media/cadernos/arquivos/CADERNOS\\_DE\\_TEATRO\\_NUM\\_900001.pdf](http://otablado.com.br/media/cadernos/arquivos/CADERNOS_DE_TEATRO_NUM_900001.pdf). Acesso em 26 out. 2020. Algumas características dos textos dramáticos de Silveira Sampaio (1914-1964) - médico e também ator -, segundo críticos seus coetâneos: “Antes de mais nada, conseguiu ele fazer ressurgir o nosso teatro de

diretor, Plínio Marcos (1935-1999), com “qualidades de ator natural, comunicativo” e que, já em 1960, segundo o jornalista de Assis, “tem evidentemente um grande futuro”,<sup>15</sup> e os atores Sarah Herstack e Júlio Bittencourt. “Consequência: nunca como nesta exibição o Teatro Estudantil de Vanguarda conseguiu arrebanhar tantos risos. O auditório acompanhou, em constante sorriso, a trilha maliciosa do *script* e, ao final, fez voltar à cena os atores e os técnicos várias vezes.”<sup>16</sup>

Já em *Fando e Lis*, peça de vanguarda escrita pelo espanhol Fernando Arrabal,<sup>17</sup> dirigida por Patrícia Galvão e Paulo Lara, atuaram este último (que “mostrou a leveza pessoal peculiar” e “conseguiu fugir de um quase realismo que ia dominando a sua interpretação e isso é de muito mérito quando se dá no desenrolar da peça. Brilhou e muito”),<sup>18</sup> a “impressionante” Terezinha de Almeida (“sacrificada”, contudo, pela configuração física do auditório da faculdade),<sup>19</sup> Gregghi Filho (“o dono da mímica”, “dentro das marcações quase de ballet que a direção lhe

---

costumes, numa roupagem nova, evidenciando uma modalidade que parece ainda ser das mais válidas, quando se procura descobrir fórmulas de atingir mais diretamente uma boa parcela de público. Ainda que tenha ele feito um teatro praticamente destinado a uma determinada plateia, não se lhe pode negar, todavia, um cunho de ‘ordem geral’ que ele imprimiu a seus originais, de molde a fazê-los possíveis de compreensão por parte de qualquer plateia. /.../ Aproveitava o fato cotidiano e transformava-o numa caricatura, conseguindo com isso realizar todo um estudo crítico de uma contingência social, tudo servido por uma boa dose de tratamento psicológico que fazia ressaltar tipos e situações sob um aspecto que por vezes tocava as raízes de um quase expressionismo. /.../ Como observador da vida brasileira e muito particularmente da vida carioca, aproveita pequenos fatos e acontecimentos para mostrá-los à sua maneira, salientando sempre uma espécie de motivação para assim fazer. O acontecido com duas conhecidas damas, em veraneio em Petrópolis, que se lançaram numa aventura que lhes ia custando um dos maiores escândalos do grã-finismo carioca, deu em consequência o *Triângulo Escaleno*.” (DORIA, Gustavo. *Moderno teatro brasileiro*. Rio de Janeiro: SNT-MEC, 1975, pp. 138-139). E para que logo se compreenda o contraste com a outra peça apresentada na mesma noite em Assis, eis o que Sampaio afirmara em entrevista a Sábato Magaldi, anos antes: “/.../ nós podemos estabelecer a definição: teatro de vanguarda é teatro [em] que falta bula. Talvez seja por isso que meu teatro não é de vanguarda. Eu sempre forneço a bula com modo de usar, indicações etc., das minhas peças.” (apud ASSUNÇÃO, Maria de Fátima da Silva. *Sábato Magaldi e as heresias do teatro*. São Paulo: Perspectiva, 2012, p. 237-238).

<sup>15</sup> É também o que afirma Osvaldo Leituga, ao comentar a apresentação do TEV em Assis: “Plínio foi, desta vez, o que melhor se houve na interpretação. Particularmente, era o mais calmo. Seguro, caracterizadamente dono do personagem, /.../ versatilmente obteve uma composição individual completa. Desde o tom de sua voz até os movimentos faciais.” (“Amadores de Teatro de Santos, em Assis”. *A Tribuna*, 24/04/1960. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=153931\\_01&Pesq=%22Arrabal%22&pagfis=2809](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=153931_01&Pesq=%22Arrabal%22&pagfis=2809). Acesso em 30 out. 2020).

<sup>16</sup> Idem. Acerca do Salão de Atos do antigo prédio da faculdade, afirma Leituga: “As dimensões do palco, excelentes para um espetáculo *tête-a-tête*, deram o aspecto de intimidade que a peça requer”. Como se verá, diferente foi o que se verificou em relação à encenação da segunda peça da noite.

<sup>17</sup> ARRABAL, Fernando. *Fando y Lis. Guernica. La bicicleta del condenado*. Madrid: Alianza Editorial, 1986, p. 31-104. O autor nasceu em 1932, em Melilla (ex-Marrocos Espanhol). Diz Patrícia, na coluna “Palcos e Atores” do suplemento no. 96, sob título “Na Vanguarda da Dramaturgia, o Teatro de Arrabal”: “E surge-nos um nome, simples, mas de musicalidade permanente: Arrabal. Encontramos o seu *recueil* de quatro peças numa das livrarias da Pauliceia. Muito pouca gente sabe quem é esse espanhol de 25 anos, escolhido severamente por Maurice Nadeau para a sua coleção *Les Lettres Nouvelles*, editadas por Julliard, em Paris.” (apud COSTA, op. cit., p. 154).

<sup>18</sup> Osvaldo Leituga, op. cit., 24 abr. 1960.

<sup>19</sup> A personagem Lis é parálitica, passando boa parte da peça prostrada em um carrinho puxado por Fando. Disto resultaria a necessidade de “uma sala com outra disposição: palco mais baixo que as poltronas. Ora, o salão da Faculdade é o contrário.” (Osvaldo Leituga, op. cit., 24 abr. 1960).

encomendou”, “de uma exuberância inigualável”),<sup>20</sup> Renato Ruffo (“merecia ser filmado nesse espetáculo”, pois “sua máscara foi a melhor das que já montou”) e Elio Rubens (cuja “participação deve ser salientada como figura plástica. Possui uma notável e personalística postura, uma voz impressionante”):<sup>21</sup> “Parabéns efusivos merecem os diretores da complexa peça. Está de parabéns o Centro Acadêmico XVI de Agosto, que deu a Assis a oportunidade de tomar contacto com atores tão expressivos”.<sup>22</sup>

O texto dramaturgico fora traduzido do francês por Patrícia, que também foi a primeira a levá-lo à cena (no histórico Festival Regional de Teatro Amador idealizado por Paschoal Carlos Magno, em Santos, em outubro e novembro de 1959),<sup>23</sup> com o GET, ocasionando tal *première* mundial reação de surpresa do autor, que se encontrava em Nova York. Com figurinos e cenários de Lúcio Menezes<sup>24</sup> e música (árias de oboé) de José Carvalho, a montagem fora encenada após o festival em 1º de fevereiro de 1960, no Teatro Bela Vista, da capital paulista, e voltara à cidade portuária na semana seguinte, dia 8, no Teatro Independência.

Para o jornalista e crítico Geraldo Ferraz, casado com a diretora, tratava-se de “texto de uma beleza rara, como poesia”, dotado de “trechos líricos distendidos, intensamente aprofundados na realidade cotidiana, transferida para um recanto irreal do caminho, onde confluem os personagens”, embora também ali se destacasse o tema da “paralisia da

---

<sup>20</sup> “Sua interpretação da opinião pública, como fútil, medrosa, enganada, criança em suas maneiras de discutir e ver as coisas foi tecnicamente perfeita.” (Osvaldo Leituga, *idem*). Em GUIMARÃES (s/d: 114-116), aparece o testemunho do próprio Gregghi Filho sobre a participação (de ator estreante) no elenco.

<sup>21</sup> Osvaldo Leituga, *op. cit.*.

<sup>22</sup> O texto do *Jornal de Assis* é reproduzido na matéria de *A Tribuna* referida na nota 11. O tabloide santista transcreve, ainda, o discurso feito pelo professor Cassiano Nunes, antes das apresentações, e de que destaco aqui um excerto: “Fazer teatro, em qualquer parte do mundo, sempre tem o significado de uma rebeldia diante do império do filistinismo [sic]. Fazer, então, teatro de vanguarda representa não apenas rebeldia, mas verdadeiro estoicismo.”

<sup>23</sup> Ver, especialmente, GUIMARÃES, *op. cit.*, onde se lê, por exemplo: “Foi sem dúvida o Festival de Teatro dos Estudantes, que Paschoal Carlos Magno realizou em 1959, uma das grandes marcas que o Teatro deixou em minha formação. /.../ a estreia de Fernando Arrabal no Brasil, pelas mãos de Patrícia Galvão, junto com Paulo Lara, a célebre montagem de ‘Fando e Lis’, abriu um veio profundo e uma ligação que se perpetua até hoje.” (testemunho de Roberto Peres, à p. 157). No mesmo livro, ver a “Crônica da época: Pagu que falta tu fazes...”, de Evêncio da Quinta, p. 93-95). Segundo COSTA, *op. cit.*, p. 157, “/.../ o Teatro Independência lotou para aquela estreia marcante. O cenário surpreendeu o público /.../. *Fando e Lis* arrebatou prêmios pelo espetáculo, pela direção, coadjuvante masculino (Gregghi), cenografia (Lúcio), e menções honrosas para Renato e Tereza e para o figurino.”

<sup>24</sup> “O cenário de Lúcio Menezes era um problema, dentro das marcas do palco. Mas a equipe técnica, supervisionada por Fernando Alves, saiu-se airoso. O fundo azul da rotunda contrastou às mil maravilhas com os adornos brancos e o colorido vivo dos três homens do guarda-chuva.” (Osvaldo Leituga, *op. cit.*, 24/04/1960). Meses antes, declarara Patrícia: “Não foi fácil selecionar o elenco para essa interpretação, mas agora, com algumas semanas de trabalho já estamos com esperanças, todos os que participamos dessa elaboração. Esta semana ficou pronto o projeto de cenário de Lúcio Menezes, e não resisto à tentação de escrever que esse é um trabalho bom, caminhando para o excelente... Lúcio Menezes ficou, principalmente, maravilhado com o texto de Arrabal, e depois de estudá-lo lançou-se ao trabalho quase com sofreguidão. Está pronto o cenário e estão prontos os figurinos para a encenação dessa peça de Arrabal.” (*apud* COSTA, *op. cit.*, p. 154).



passividade”, na qual residem “a escravização e a morte”.<sup>25</sup> O crítico teatral Miroel Silveira assim se pronuncia acerca dessa obra do dramaturgo espanhol:

A história de “Fando e Lis” é simbólica, plasmando-se num belo apólogo poético e filosófico. Dois jovens amantes estão a caminho de Tar, longínqua terra à qual não chegam jamais. Em viagem, encontram mais três criaturas, com o mesmo propósito, Mitaro, Namur e Toso, seres estranhos e absurdos. Para um, o importante é saber de que lado vem o vento, para outro o importante está em descobrir para que lado o vento foi, ao passo que o último se preocupa em dormir logo para chegar depressa. Num sentido geral, são dois os pontos fundamentais do texto: a busca da vida, de seu significado profundo, que os personagens (e nós) só encontramos com a aproximação da morte (ou TAR), e o dilaceramento apaixonante a que se condenam aqueles que se amam e se torturam, como Fando e Lis, casal símbolo dos dois sexos, que se entredevoram para completar-se.<sup>26</sup>

Temendo reviver em Assis “amargas experiências” anteriores com o impacto da peça sobre a audiência, e mesmo sua “completa incompreensão”,<sup>27</sup> foi lido antes da apresentação um texto explicativo, o qual destacava se tratar de “uma história sem história”, “como um poema”. Vale a pena transcrever dele um trecho longo, porque significativo, no seu empenho didático de alertar e instruir:

/.../ rigorosamente, a peça é inexplicável. /.../ não “encaminha” uma situação nem oferece resolução a nada. Pois para Arrabal não há no amor de Fando e Lis senão o pretexto da exasperação a que o amor conduz, quando – mesmo simbolicamente – a mulher se torna um fardo e a violência do sentimento masculino pode ter todas as delicadezas mas possui também todas as truculentas consequências (mortificadoras, mortificantes, mortais) da vida em comum que traz à destruição do que foi sonho e

<sup>25</sup> “‘Fando e Lis’ de novo no cartaz”, por G. F., na coluna “Artes e Artistas”, *A Tribuna*, 22 jan. 1960. Disponível em

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=153931\\_01&Pesq=%22Arrabal%22&pagfis=556](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=153931_01&Pesq=%22Arrabal%22&pagfis=556). Acesso em 26 out. 2020.

<sup>26</sup> O texto de Miroel Silveira fora publicado no jornal “Correio Paulistano”, em 3/2/1960, e transcrito no dia seguinte pel’*A Tribuna*, na coluna “Artes e Artistas”. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=153931\\_01&Pesq=%22Arrabal%22&pagfis=886](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=153931_01&Pesq=%22Arrabal%22&pagfis=886). Acesso em 07 nov. 2020. Já em AMARANTE, Dirce Waltrick do. *Cenas do teatro moderno e contemporâneo*. São Paulo: Iluminuras, p. 31-32, vincula-se Arrabal a Beckett e Ionesco, autores de “peças surgidas no pós-Segunda Guerra Mundial, as quais divergem da dramaturgia realista e exploram uma atmosfera de desolação, solidão e incomunicabilidade do homem moderno /.../. Os personagens de Arrabal são moralmente paradoxais, são tiranos e escravos, bons e cruéis, inocentes e culpados, vítimas e carrascos, que vivem num mundo à parte e numa terra de ninguém”.

<sup>27</sup> Os comentários nas matérias deixam entrever que o grupo pensava ser a apresentação em Assis a última do espetáculo, graças justamente a esse tipo de reação negativa. Porém, “/.../ o que fez com que o GET desistisse de enterrar *Fando e Lis* foi o público de Assis. Indiscutivelmente a cidade prima pela sua inteligência e compenetração. Acompanhamos a peça em todas as suas apresentações. E vimos sempre os públicos meio alheios, meio indiferentes ao espetáculo que Patrícia Galvão fez de vanguarda. E vanguarda bem vanguarda, sutil, pedindo públicos seletos. Assis foi esse público. Não ruiu nas nuances drásticas do autor, riu nas maquinações inconsequentes de Namur. Padeceu com Lis, chorou com Fando como no ‘Triângulo’ riu sem escândalo.” (Osvaldo Leituga, op. cit., 24 abr. 1960). É claro que a retórica do acadêmico, conquanto sirva de homenagem e registro histórico, dirige-se como provocação corretiva ao leitor-espectador de sua própria cidade (onde o jornal é veiculado), possivelmente lhe despertando os brios feridos e lhe atizando o desejo de se equiparar à qualidade exemplar do comportamento do público daquela provinciana urbe paulista.

poesia e mesmo à destruição física do frágil lírio que responde pela parte feminina do desesperado idílio...<sup>28</sup>

Numa linguagem poética em que se misturam as alusões mais materiais e quase grosseiras da vida, Fando e Lis resolvem os seus diálogos, na sua marcha para uma terra ideal /.../, onde os problemas parecerão ter um fim. Mas a vida é absurda: não é preciso explicá-lo. Os caminhos não resolvem qualquer aproximação ao ideal: a terra de Tar parece sempre incrivelmente distante!<sup>29</sup> E para sempre indo e vindo se acham perdidos nesse trecho desolado da estrada, onde depararam com três transeuntes, testemunhas, peregrinos também /.../, mas que discutem, com todos os recursos com que os homens discutem, /.../ e chegarão até a crítica da razão, baseada esta, como em tantos sistemas, num simples e ocasional jogo de palavras. /.../ Não procuremos divulgar mais do que o Poeta aqui nos sugeriu: deixemos ao texto falar por si, pela boca dos Atores, na Magia do Espetáculo, que não é uma imitação, mas uma transfiguração da vida. E como o imprevisto deve vos surpreender, a explicação não pode ir adiante.<sup>30</sup>

<sup>28</sup> “Fando, com muito orgulho, exhibe a beleza de Lis aos três senhores, levantando-lhe a saia para que lhe vejam as coxas, convidando-os a beijá-la. Fando ama Lis, mas não consegue resistir à tentação de ser cruel com ela. Na cena 4, vamos saber que, para exhibi-la aos três, Fando deixou-a deitada nua, ao relento, a noite toda, com o que a saúde dela piorou bastante; e depois acorrentou-a e colocou-lhe algemas para ver se ela consegue arrastar-se com os outros. Ele a espanca e, ao cair, ela quebra o pequeno tambor [dele, onde ele sempre toca – e canta – a única canção que conhece...]. Furioso, ele a espanca até Lis perder os sentidos; quando os três voltam, ela está morta. A última cena nos mostra os três senhores de guarda-chuva a discutir confusamente o que aconteceu, quando Fando aparece com uma flor e um cachorro: ele prometera a Lis que quando ela morresse ele visitaria seu túmulo com uma flor e um cachorro. Os três senhores acompanham-no ao cemitério, depois do que os quatro vão tentar encontrar o caminho de Tar.” (ESSLIN, Martin. *O Teatro do Absurdo* - ed. revista e ampliada. Trad. de Barbara Heliodora/José Roberto O’Shea. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p. 247). Recomendo não só a leitura da peça, mas também que se assista à adaptação fílmica homônima, dirigida em 1968 por Alejandro Jodorowsky, com quem Arrabal e Roland Topor criam, na década de 1960, o “Movimento Pânico” (do Pós-Surrealismo).

<sup>29</sup> “Un lugar que rememora a ciudades o países míticos como la Atlántida, el Camelot artúrico, Christianópolis, destinos idílicos mencionados por filósofos, o por la tradición; lugares utópicos (no lugar). Es probable que Tar constituyera para el escritor Arrabal el apetito de um futuro feliz; de um porvenir al que la pareja Fando/Lis aspiraba en su vida, sin duda difícil, de esos años. Esse mismo deseo, esa esperanza que anhelaba la pareja en el París de los años cincuenta se transmuta, por medio de *Fando y Lis*, en la esperanza de todos, en una esperanza universal. Y Tar se nos antoja como la esperanza que a todos nos sostiene.” (Raúl Herrero, “Fernando Arrabal y el mito”, *apud* MARTINS, Floriano. *Fernando Arrabal e os desafios da memória – Miscelânea crítica*. Fortaleza/São Paulo: ARC/Cintra, 2020, p. 72).

<sup>30</sup> O texto explicativo aparece, na íntegra, em “‘Fando e Lis’, de Arrabal”, n’A *Tribuna*, de 14 de abril de 1960, com foto do espetáculo, estando o casal de protagonistas em destaque. Em texto anterior, Patrícia explicava: “Que é que nos prende a esse texto? Um interesse de universo próprio, que está em Arrabal: o poeta desencadeia através do amor e das correntes e algemas, das dores e da pobreza, um sentimento desbordante vivo e ativo, a esperança da bondade. Para isto, os seus elementos são despojados e nus /.../. Entre as pedras, há flores... Na prisão a que a relega a sua humana condição, Lis vai carregada, parálitica e acorrentada e algemada. E, entretanto, Fando promete que será bom, que procurará atingir a bondade, que será sempre bom pra ela. Mas a torturará até a morte, porque assim o quer a sua bondade, que não se compadece e não possui a piedade fácil, a caridade humilhadora. Em trânsito, três homens de guarda-chuva /.../ testemunham os acontecimentos. Comentam o texto, na interpelação a que se deixam submeter, no comentário que traçam depois da moça morta, examinando as versões daquelas vidas marginais, com que tornaram, como testemunhas de acusação, de denúncia, de avaliação do que puderam observar.” (COSTA, op.cit., 155). No célebre e controverso livro de ESSLIN (op. cit.), há uma seção dedicada ao dramaturgo espanhol (pp. 245-251): “O absurdo do mundo de Arrabal /.../ nasce de personagens que veem a situação humana com os olhos da simplicidade infantil, que não compreendem o que veem. Como as crianças, seus personagens são por vezes cruéis porque não compreenderam, ou nem sequer notaram, a existência de uma lei moral. Também como as crianças, eles sofrem as crueldades do mundo como flagelos incompreensíveis. /.../ Com essa estranha mistura de *commedia dell’arte* e *Grand Guignol*, *Fando e Lis* é uma evocação poética da ambivalência do amor, do amor que uma criança poderia ter por num cachorrinho ao qual acaricia e maltrata sucessivamente. Ao projetar emoções infantis para um universo de adultos, Arrabal atinge um efeito a um tempo tragicômico e profundo ao revelar também verdades ocultas por trás de muita emoção adulta.”

N'A *Tribuna* de 24 de abril de 1960, Osvaldo Leituga registra alguns problemas surgidos no ensaio que presenciara na faculdade assisense, compensados entretanto na hora da encenação à vera: “Renato, como ‘Fando’, foi de um lirismo impressionante”; “Seu rosto ia, na volubilidade do texto, das amarguras, dos desesperos, à infantilidade do homem inconsequente por vezes /.../; em todo o seu corpo parecia ele próprio a integral configuração do expressionismo. Renato Ruffo fez chorar em Assis, inclusive com sua voz inundada de melancolia, de exaltação irremediável”. E conclui o relato:

O espetáculo terminado, começou uma verdadeira caça de autógrafos. Mais requisitada, Patrícia Galvão, Pat, mais do que nunca compenetrada de sua condição de diretora, destacou-se nos trabalhos preparatórios da peça, fez-se conhecida e admirada. Não descansou um momento. Orientou a montagem, acalmou os ânimos, acompanhou os ensaios privados de Renato e Tereza, caminhou para baixo e para cima, ajudou em tudo e a todos, teve presença, foi diretora. Por isso mesmo, o consagrado Jorge de Sena, agora professor em Assis, disse-nos: ‘Ela é ainda mais jovem do que todos vocês’.<sup>31</sup>

---

<sup>31</sup> Osvaldo Leituga, *op. cit.*, 24/04/1960.

Figura 1: Programa da Peça



Fonte: <http://www.novomilenio.inf.br/cultura/cult005b.htm>. Acesso em 08 nov. 2020.

A oportunidade de sair de Santos com seu grupo para se apresentar em São Paulo, Assis e outras cidades era, para Patrícia Galvão, estratégica em sua militância favorável ao fomento

e à divulgação de iniciativas de grupos teatrais amadores, formados ou não por estudantes: “Estimaríamos que a cada mês do ano um grupo amador de Santos pudesse tentar, igualmente, sua prova de fogo. E que afinal, um dia, possamos reunir em Santos um conjunto teatral nosso. Capaz e eficiente.”<sup>32</sup> Para ela, tal como se manifestara n’*A Tribuna*, de 31 de janeiro de 1960, tratava-se de provocar movimento na cena paulista,<sup>33</sup> inclusive para despertar reação da “crítica, que pouco se manifesta em torno de espetáculos de amadores”:

O teatro amador que pretendemos é o que possa superar os programas das companhias profissionais, quanto à escolha de textos. O teatro amador que pretendemos é para aqueles que entendam fazer teatro em grande estilo, e fazer teatro por fazer – como para aqueles que, por vocação ou intenção, queiram ter um período de treinamento para passar ao teatro profissional. Quanto a nós, individualmente, consideramos que será mais útil fazer teatro por fazer - isto é, ajudar na escolha dos textos, ajudar na formação de atores, ajudar na direção mais adequada, criticar os gestos e os erros da inexperiência. Procurar promover o que de melhor e mais alto se possa ter, tanto para os amadores quanto para os profissionais.<sup>34</sup>

Incansável na luta pela construção e abertura de um teatro público na cidade litorânea (batalha em que, aliás, felizmente venceria),<sup>35</sup> atinava ser este um passo essencial para a criação

<sup>32</sup> Patrícia Galvão, “Amanhã, em São Paulo, *Fando e Lis* e o GET”, 31 jan. 1960. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=153931\\_01&Pesq=%22Arrabal%22&pagfis=832](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=153931_01&Pesq=%22Arrabal%22&pagfis=832). Acesso em 05 nov. 2020. No caso da metrópole, Patrícia reconhece ter sido fundamental o apoio da atriz Nydia Lícia, quem “com sua alta compreensão, tudo nos favoreceu”. São José dos Campos e Ribeirão Preto são cidades citadas por Leituga (op. cit.), como destinos agendados para apresentação da peça de Fernando Arrabal, graças ao sucesso em Assis.

<sup>33</sup> Sobre a apresentação na capital, lê-se na coluna “Artes e Artistas”, de 03 de fevereiro de 1960, assinada apenas por “F.”: “Minutos antes do espetáculo, evidenciava-se o inusitado interesse pelos amadores santistas: o diretor da Escola de Arte Dramática, Alfredo Mesquita, chegava com onze alunos, o grupo “Teatro del Pueblo”, do Uruguai; o diretor do Grupo “Oficina”, /.../ estudantes universitários dos grupos amadores /.../, intelectuais e artistas, arquitetos, pintores - muitos elementos ligados a cinema, inclusive o diretor e o conservador da Cinemateca Brasileira, Paulo Emílio Salles Gomes e Rudá de Andrade.”. Este último, nascido em 1930, filho de Pagú e Oswald de Andrade. Segundo Geraldo Ferraz, reproduzindo as palavras da companheira, assim se manifestou Patrícia: “Minha maior alegria foi quando, ao assistir à peça no Teatro Bela Vista, em São Paulo, Alfredo Mesquita, provocado por mim sobre o que achava do trabalho da aluna, me declarou que eu já não era mais aluna de teatro...” (*apud* COSTA, op.cit., p. 159).

<sup>34</sup> Patrícia Galvão, *idem*, 31 jan. 1960. No livro de GUIMARÃES, aparecem várias referências ao envolvimento de Patrícia com a causa: “No final dos anos 50, início dos anos 60, o movimento [‘a fase de efervescência do amadorismo’] era impulsionado pelo Clube de Arte e por uma de suas mais ilustres frequentadoras, Patrícia Galvão, a Pagu, musa do teatro de vanguarda santista e do cárcere político.” (p. 65); “Acompanhei o teatro principalmente acompanhando a famosa Pagu, figura notável, grande elemento humano pela sua força aglutinadora. Embora reconhecida mundialmente, com grandes amigos na Europa, como Arrabal, Jean Genet, Sartre, Simone de Beauvoir e outros, era de uma simplicidade encantadora, tratando a todos com igualdade.” (p. 88, por Thereza Vasques).

<sup>35</sup> Em texto irônico n’*A tribuna* de 12/02/1961, Patrícia Galvão comenta o projeto do prefeito Sílvio Fernandes Lopes, em final de mandato (“no apagar das luzes”), para a construção de “Um teatro municipal” em Santos, com 600 lugares. Tendo o arquiteto contado com a colaboração do cenotécnico Aldo Calvo, estaria garantido o mínimo de funcionalidade estrutural interna, diferentemente da praxe de que “os teatros quase sempre são encaixados onde Deus é servido, em prédios de apartamentos, em lugar de garages etc.”, resultando em incontornáveis problemas de acústica e visibilidade. Da verve da autora não escapa nem mesmo Oscar Niemeyer, o arquiteto (comunista) que em 1953 teria projetado uma casa de espetáculos para o Parque Ibirapuera, de São Paulo, “numa ignorância do problema que era de clamar aos céus”.

de um ambiente, de uma rotina cultural, como se sabe, fundamento basilar da formação de público:

Levantado o teatro, só os amadores poderão, regularmente, sustentá-lo, apresentar peças para um público que deverá ser EDUCADO a frequentar teatro, acostumando-se a ir ao teatro como está acostumado a ir ao cinema.

A necessidade disso é muito clara: o teatro é uma escola. Ele ensina e fixa a linguagem. Ele proporciona o julgamento de atores e de público sobre as ações e as palavras. Ele divulga a literatura. Ele ensina a ver, cenários, gestos, roupas, e recreia e diverte, e pode ajudar a todos nos problemas de sua vida... A função cultural do teatro, a sua função artística, parecem não necessitar de exemplificação.<sup>36</sup>

Combativa, Patrícia propugnava, na coluna “Palcos e Atores” do jornal santista, pela “grande tarefa” de “formação da plateia”, para a “aquisição da cultura artística”. Referindo-se a um curso com objetivo similar que Barbara Heliadora então preparava no Rio de Janeiro, junto ao Círculo Independente de Críticos Teatrais, reafirma sua convicção sobre a necessidade de formar o gosto de espectadores (a começar pelos universitários) que pudessem apreciar bons textos e montagens, a fim de retroativamente incitar o aprimoramento dos teatros profissional e amador da cidade. Para tanto, sabia, era igualmente necessário o envolvimento político dos gestores de cultura - nos departamentos, comissões e conselhos locais e estaduais -, os quais porém estariam decerto mais preocupados em investir seus esforços em programas de trabalho de maior visibilidade e mais estatisticamente mensuráveis...

Se a ideia é coisa pacífica, a tarefa de traduzi-la na prática, entretanto, não oferece assim tantas facilidades. Ao contrário – num país em que tão pouco de teatro se cuida, em que tão poucos espetáculos se oferecem ao interesse dos possíveis frequentadores, em que não há livros nem grandes hábitos de leitura /.../, fazer com que se ponham adolescentes e adultos a ouvir como devem ouvir teatro; a ler que coisas devem preferir em teatro; a selecionar em textos e interpretações o que deve ser para eles objeto de maior ou menor atenção, a criar, enfim, o hábito que a formação duma plateia implica, será tarefa longa, demorada e através de muitas dificuldades. /.../ Impõem-se os esforços e a mudança de nossos hábitos e o abandono da preguiça dos padrões mentais em que nos imobilizamos.<sup>37</sup>

O tom algo propedêutico e idealista da demanda de Patrícia Galvão resvala no messiânico e deixa entrever o passado da militante Pagú – com causas outras, na década de 1930 –, que agora, tanto quanto outrora, reconhece e mobiliza o alcance da mídia jornalística como tanque de guerra e palanque.

<sup>36</sup> Patrícia Galvão, op. cit., 31 jan. 1960.

<sup>37</sup> Patrícia Galvão, “Formação da platéia – Uma grande tarefa”, *A Tribuna*, “Suplemento” de 8 de maio de 1960, p. 7. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=153931\\_01&Pesq=%22Arrabal%22&pagfis=3235](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=153931_01&Pesq=%22Arrabal%22&pagfis=3235). Acesso em 08 fev. 2021.

## **Dos recônditos dos lares ao julgamento público: empregadas domésticas e violência sexual nos processos-crimes da década de 1940 em Assis (SP)**

Gabrielli Guldoni<sup>1</sup>

### **Introdução**

A inserção dos trabalhos com fontes criminais no âmbito das ciências humanas e sociais tem um percurso historiográfico próprio ao longo dos séculos XIX e XX, com a aproximação de campos multidisciplinares do conhecimento, tal qual a Antropologia e a História. No plano internacional, os anos de 1960 trouxeram à cena a busca do resgate das vivências e do cotidiano das classes subalternizadas – a história vista de baixo –, principalmente com o protagonismo do marxismo britânico. No Brasil, as influências dessas correntes e dos estudos da área da Criminologia, cujo destaque se manifesta pelas obras de Foucault,<sup>2</sup> lançaram bases para que uma onda de historiadores se preocupassem com a utilização dos processos-crimes para compreensão do universo de mulheres e homens trabalhadores.

Grinberg (2009) demonstra que “No âmbito dos debates teóricos e metodológicos da História Social e das discussões políticas brasileiras havidas na década de 1980, em pleno processo de redemocratização, o interesse em ler e analisar processos criminais veio justamente na expectativa de que flagrassem homens e mulheres, principalmente trabalhadores ‘agindo e descrevendo relações cotidianas fora do espaço do movimento operário, do lugar da fala política articulada’”.<sup>3</sup> Por isso, a historiografia brasileira dos anos 80 é dada pela contribuição dos trabalhos de Fausto (1984), Chalhoub (1986) e Machado (1987).

Se, por um lado, o debruçamento sobre tais fontes permitiram a expansão do horizonte no campo da História, abrindo aos pesquisadores a possibilidade de ouvir trabalhadores, mulheres, pobres, negros e analfabetos deixados à margem pelo viés positivista preponderante do século XIX, também trouxeram novas problemáticas a serem exploradas pelo campo teórico-metodológico. Um passo para isso é entendê-las como “fontes da repressão”, pois “[...] a maioria desses homens eram analfabetos, portanto dificilmente podem ser encontrados registros

---

<sup>1</sup> Graduanda em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp/Assis). Participa do grupo de estudos Memórias, Trajetórias e Biografias (MEMENTO), bolsista de iniciação científica PIBIC/CNPq, com trabalho intitulado “A vergonha de lado e a violência sexual ao lado: empregadas domésticas e processos-crimes na década de 1940 em Assis (SP) sob orientação de Wilton Carlos Lima da Silva.

<sup>2</sup> *Microfísica do poder* (1978), *Vigiar e punir: nascimento da prisão* (1975), dentre outros.

<sup>3</sup> GRINBERG, K. (2009). A história nos porões dos arquivos judiciários. PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto. p. 126.

produzidos pelos mesmos. O que se escreveu sobre os mesmos encontra-se, não raras vezes, nos documentos produzidos pela repressão.”<sup>4</sup>

Portanto, adentramos no cotidiano dos subalternizados a partir de um filtro específico: o filtro do aparelho jurídico-policial, em que os conflitos e diálogos decorridos nos autos são mediados pelas mãos do escrivão e seguindo uma lógica formal inerente aos inquéritos e/ou processos. Nesse sentido provamos o porquê de resistência e ceticismo por uma parcela dos pesquisadores, à medida que os processos não trazem a “verdade”, mas versões dos “fatos” por diferentes agentes sociais envolvidos (advogados, réus, vítimas, testemunhas, etc). Não obstante, é através dos conflitos e das relações de poder que reside a riqueza do trabalho com esse tipo de fonte.

Sem ter a preocupação de verificar o que realmente se passou, importa perceber as versões contidas e desvendar os significados presentes nas relações que se repetem sistematicamente. [...] Os autos policiais e judiciais traduzem não a verdade, mas a batalha que se instaurou para produzir uma verdade destinada a punir, graduar a pena ou absolver. Tanto a intenção de controle, quanto a resistência, que fazem parte da luta existente no social, podem ser apreendidos no trato com esse material.<sup>5</sup>

Convém, portanto, a preocupação com a historicidade da linguagem jurídico-policial que permeia os discursos transcorridos nos autos, além da lógica de controle social que cerca o exercício da Justiça e, mais, do Código Penal. A própria construção da criminalidade não é neutra, tampouco a atuação do controle policial que manifesta a visualização de um protótipo criminoso. Em nosso caso de contato com processos de violência sexual, cujas vítimas são empregadas domésticas e os réus são seus patrões, somos posicionados numa esfera de compreensão dos papéis sexuais e sociais que legitimam ou estigmatizam o comportamento desses sujeitos perante a lei. Portanto, utilizemo-nos de uma bibliografia que permita uma metodologia comparativa das categorias de gênero, classe e raça e sua extensão na edificação das narrativas judiciárias que pretendem absolver ou punir. A leitura de gênero, classe e raça como categorias históricas se fez necessário, ao passo que “a maior parte dos sujeitos presentes nas fontes consultadas, provém dos setores pobres cuja avaliação estava sujeita ao critério da racialização. Nesse sentido, discutir a questão no âmbito brasileiro torna-se ainda mais complicado, porque a pobreza tende a ‘escurecer’ a cor da pele, no caso de indivíduos lançados

<sup>4</sup> MARTINS, Silvia Helena Zanirato. A representação da pobreza nos registros de repressão: metodologia do trabalho com fontes criminais. *Revista de História Regional* 3.1 (2007), p. 87.

<sup>5</sup> CHALHOULB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Editora da UNICAMP, 2001, p. 23.



dentro de um aparato policial construído a partir dessas premissas.”<sup>6</sup>. Ribeiro,<sup>7</sup> demonstra que a discriminação dos não-brancos no Tribunal do Júri era invariável, pois, quando réus tinham maiores probabilidades de ser condenados e, quando, vítimas, aumentavam as chances de absolvição dos acusados, também manifestado por Fausto<sup>8</sup>. Depois da categoria raça, Ribeiro<sup>9</sup> aponta com maior influência no resultado dos julgamentos o sexo. Sendo que a profissão doméstica, no caso das mulheres vítimas de crimes sexuais, correspondendo a 41% do total.<sup>10</sup>

## Desenvolvimento

Nosso estudo concentrou suas bases através dos processos-crimes do Acervo do Fórum da Comarca de Assis disponibilizados pelo Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (CEDAP) “Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Anna Maria Martinez Corrêa”, da UNESP, Campus de Assis. A princípio, foi-nos necessário o levantamento do gênero violência sexual na base de dados encontrada no site do Cedap, dentre eles encontramos 175 identificados como estupro. Encontramos dificuldades em relação a uma descrição prévia dessas documentações, não sendo todas detalhadamente catalogadas e registradas, outras estando indisponível no momento da leitura, haja vista que pertencem à prefeitura. Ademais, o que nos chamou atenção foi a recorrência dos crimes sexuais que envolviam empregadas domésticas e seus respectivos patrões na década de 1940 – recorte temporal dado pelo contato com nossas fontes –, o que nos fez entrar em um método história-problema a investigar as circunstâncias do trabalho feminino, a construção da identidade de tais mulheres – pobres, analfabetas e negras – e o papel do aparelho jurídico-policial à vigilância da sexualidade feminina. Portanto, escolhemos dois desses processos, ambos de defloração: 14/40 em Palmital no ano de 1940 e 24/42 em Campos Novos do Paranapanema em 1941.

O período a qual nos direcionamos o olhar é perpassado pela edificação da instituição policial como braço do Estado autoritário de Getúlio Vargas, o que ficou conhecido como Estado Novo (1937-1945), em que se buscou a homogeneização da população e apagamento dos conflitos sociais brasileiros a fim de promover o progresso. Várias de suas políticas – a

<sup>6</sup> SANTIAGO, Silvana. “Tal Conceição, Conceição de Tal: classe, gênero e raça no cotidiano de mulheres pobres no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas.” (2006), p. 7.

<sup>7</sup> RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. *Cor e criminalidade: estudo e análise da justiça no Rio de Janeiro (1900-1930)*. Editora UFRJ, 1995, p. 73.

<sup>8</sup> FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo, 1880-1924*. Edusp, 1984, p. 235-235.

<sup>9</sup> RIBEIRO, Carlos Antonio Costa, op. cit. p. 78 et seq.

<sup>10</sup> FAUSTO, Boris, op. cit. p. 193 et seq.

criação do Ministério do Trabalho, a legislação trabalhista, DIP – tiveram como plano de fundo o controle das massas trabalhadoras e negras, pois era necessário um amplo processo de modernização no país que pudesse consertar o atraso brasileiro e, nisso, ressaltamos a preocupação com o contingente de mão de obra imigrante e àqueles oriundos da exploração escravista. Dentro desse prisma étnico, parecia excepcional a domesticação desses indivíduos na lógica do trabalho capitalista, só assim era possível livrar-lhes do vício da escravidão e da raça. Nisso se estende o papel de vigilância policial e da Justiça como sustentáculo do projeto político-ideológico do Estado.

Nota-se, ainda, que o problema do controle social da classe trabalhadora compreende todas as esferas da vida, tomadas as situações possíveis do cotidiano, pois este controle se exerce desde a tentativa de disciplinarização rígida do tempo e do espaço na situação de trabalho até o problema da normatização das relações pessoais ou familiares dos trabalhadores, passando, também pela vigilância contínua do botequim e da rua, espaços consagrados ao lazer popular. É neste sentido específico, portanto, que um estudo que procura desvendar o sentido do controle social na vivência da classe trabalhadora trata, forçosamente, da reconstituição de aspectos da vida cotidiana destes agentes sociais.<sup>11</sup>

Nisso, convém compreender a atenção do Estado no âmbito dos crimes sexuais, principalmente destinada ao controle da sexualidade feminina sob dispositivos de classe e raça, particularmente manifestada pelo Código Penal de 1940. Os crimes de violência sexual contra mulheres, em 1890, eram representados pelas categorias “estupro” e “defloramento” havendo consentimento ou não, enquanto o primeiro consistia no “ato pelo qual o homem abusa com violência de uma mulher, seja virgem ou não” conforme o artigo 269 do Código Penal, o último se dava em “deflorar mulher de menor idade, empregando sedução, engano ou fraude”, disposto no artigo 267, sendo ambos definidos como ameaça à segurança das instituições familiares. Justamente com aproximação da criminologia com o aparato médico no século XIX e a geração dos juristas himenófilos, a caracterização do crime dependia do entendimento acerca da virgindade e honestidade, no caso, a ruptura ou não do hímen. A principal mudança do Código Penal de 1940 foi a transfiguração da virgindade do aspecto físico para um aspecto plenamente moral, ou seja, o encaixamento do comportamento feminino no arquétipo das classes dominantes.

---

<sup>11</sup> CHALHOUB, op. cit., p. 31.

A preocupação dos legisladores e juristas dos primeiros anos republicanos com a virgindade feminina e a honra sexual apresentava pano de fundo mais amplo permeado pelas disputas culturais e políticas na definição do papel das mulheres no projeto civilizatório da nação. Caberia às mulheres, apoiado na cientificidade da criminologia, a reprodução e a educação familiar, os cuidados com a higiene da prole e a manutenção da moral sexual no âmbito privado, pois se enfatizava no período os aspectos herdados e familiares do crime.<sup>12</sup>

Em outras palavras, dentro de um contexto de modernização social e ideais higienistas dos anos de 1940, os olhares do aparato jurídico-policial se estendiam nas relações domésticas, sobretudo das classes populares, com a finalidade de moldar padrões comportamentais das populações marginais e assegurar a integridade nacional. No caso das mulheres pobres e negras, corpos naturalmente prostituídos, lhes cabia toda responsabilidade de gerar filhos ilegítimos fora da instituição matrimonial. Nesse sentido, os conflitos privados das classes baixas eram recorrentemente transformadas em verdadeiros espetáculos jurídicos, muitas vezes tendo o arquivamento do caso mediante certidão de casamento, enquanto àqueles de famílias abastadas tinham suas resoluções abafadas no seio dos lares.

Nesse sentido, as vidas contadas acabam por perpassar e irradiar a lógica as quais estão inseridas; buscando arquivar a si pelas engrenagens do sistema a qual lhes representam. Portanto, em nosso caso, a construção de si realizada pelas mulheres estudadas, dentro do binômio culpa/inocência, segue padrões normatizadores de classe, raça e gênero. A valorização da virgindade e os encaixes nos modelos hegemônicos de masculino/feminino são os mecanismos moldadores da narrativa destas domésticas, que, por meio deste, constroem suas próprias identidades. De maneira geral, o fio condutor de sua intenção biográfica é manifestado pela irradiação de papéis socialmente construídos. É como se suas vidas fossem buscadas de modo a defender suas virgindades e, no caso, correspondentemente, sua inocência.

Em suma, o que estou tentando dizer é que no momento em que os atos se transformam em autos, os fatos em versões, o concreto perde quase toda sua importância e o debate se dá entre os atores jurídicos, cada um deles usando a parte do 'real' que melhor reforce o seu ponto de vista. Nesse sentido, é o real que é processado, moído, até que se possa extrair dele um esquema elementar sobre o qual se construirá um modelo de culpa e um modelo de inocência.<sup>13</sup>

Em suma, é o que a própria pesquisadora Mariza Corrêa chama de “fábulas” em seu estudo sobre arquivos e varas criminais em que o centro era a relação homem-mulher, em Campinas, no intervalo de 1952-1972. Os autos se transformam em verdadeiros espetáculos

<sup>12</sup> SARTORI, Guilherme Rocha. *A construção da verdade nos crimes de defloração (1920 1940): práticas e representações do discurso jurídico na Comarca de Bauru (SP)*. 2011, p. 53.

<sup>13</sup> CORRÊA, Mariza. *Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais*. No. 12. Graal, 1983, p. 40.

dos manipuladores técnicos, somente buscando a construção biográfica do réu e/ou vítima passando na peneira indícios do comportamento tido como ideal aos olhos da lei e da alta sociedade.

Portanto, entendemos os processos-crimes como possibilidade de construção da narrativa autobiográfica ou aquilo que Scaramela (2015) denominou “biografias judiciárias”,<sup>14</sup> em que as vidas desses sujeitos são recuperadas e inscritas pelo filtro jurídico. Dessa maneira, as lutas discursivas arroladas no Tribunal pretendem a valorização das trajetórias individuais de réus e vítimas que buscam se justificar/legitimar pelos padrões normativos de comportamento de homens e mulheres.

Se o aparelho jurídico-policial, na verdade, abre brechas para disputas de narrativas em que se defrontam diversos sujeitos sociais – manipuladores técnicos por um lado, homens e mulheres e, por fim, os primeiros subjugando os últimos pelo distanciamento/aproximação de seus estratos –, parece haver a necessidade da valorização das trajetórias a fim de inocentar ou condenar. A partir do momento da quebra da ordem, os atos se transformam em autos e homens e mulheres respondem muito mais pelo aquilo que representam sob uma ótica autobiográfica que pretende se encaixar nos valores dominantes de sujeitos úteis: o cidadão honesto e trabalhador ou a mulher doméstica e honrada. Portanto, há um fio condutor de valores sociais que busca validar as representações desses indivíduos ao apresentarem-se na justiça. Mesmo quando se quebra a ordem, deve-se fazê-la de forma ordenada e lógica.

Os processos-crimes dos quais nos debruçamos trazem perfis bem definidos das vítimas e dos réus, no caso, mulheres não-brancas domésticas pobres que residem na moradia de seus patrões e exercem serviços às famílias num esquema de compadrio. De outro lado, os jovens réus reconhecidos na sociedade local pela influência de seu trabalho, portanto, cidadãos úteis. No caso do processo número 14/40, a menor Maria Benedicta tem sua conduta moral posta em jogo pela premissa de que advinha de família destituída pela prostituição, enquanto o caso número 24/42 envolvendo a doméstica Nair Cardoso traz um discurso pautado na negação da possibilidade de uma futura união matrimonial entre os dois e colocando à tona um tom de moralidade pelo histórico sexual da moça que já se relacionava anteriormente. Assim, sendo, o desenvolvimento de ambos casos se dão no julgamento do caráter feminino através do resgate das vidas dessas mulheres pelos dispositivos de classe, raça e gênero.

---

<sup>14</sup> SCARAMELLA, Maria Luisa; RIBEIRO, Vítor Eduardo Alessandri. A produção de biografias judiciárias em autos de processos. *Dossiê*, v. 17, n. 3, p. 14-34, 2015.

## Conclusão

A partir do levantamento dos processos-crimes de violência sexual do Acervo da Comarca de Assis fomos apresentados ao microcosmo social das classes populares e, sobretudo, as relações de poder vivenciadas por elas. A leitura dos autos nos possibilitou adentrar os mecanismos de vigilância da sexualidade feminina pretendida nos anos de 1940 caracterizado pelo governo getulista do Estado Novo, em que o aparato jurídico-policial servia como sustentáculo do Estado para um projeto maior de modernização e higienismo do país. As mulheres pretas ou pardas e pobres aparecem como a preocupação central dos discursos jurídicos e médicos, responsáveis pelo nascimento de filhos ilegítimos. Sem dúvidas, o trabalho feminino dos estratos baixos no pós-abolição se concentrou na profissão doméstica, às vezes num regime de compadrio.

Falando de violência sexual a empregadas domésticas cujos réus se apresentam como “cidadão úteis” da sociedade local, o desenrolar dos processos nos traz os valores dominantes expressos pela mão dos “empreendedores morais”.<sup>15</sup> Nesse sentido, considerando o aspecto moral da virgindade configurado pelo Processo Penal de 1940, e a impossibilidade de resgatar os fatos daquilo que realmente acontecera, os autos nos levam aos discursos dos mais diversos sujeitos sociais envolvidos (advogados, testemunhas, vítimas e réus).

Nesse sentido, tomando os estudos da antropóloga Corrêa sobre as representação jurídicas de papéis sexuais e a noção de “fábula”, os processos-crimes podem ser apresentados como forma de construção autobiográfica. À medida que os “atos se transformam em autos”, a materialidade dos fatos se perde e o que se desenvolve é um espetáculo jurídico orientado pela finalidade de culpar ou inocentar. Levando em consideração que os processos estudados tratam de domésticas e seus respectivos patrões, as narrativas permearão dispositivos de raça, classe e gênero a partir dos comportamentos tidos como ideais pelos atores jurídicos – que refletem os valores sociais dominantes. Assim, a trajetória dessas mulheres serão resgatadas pelo prisma da virgindade e estigmatizadas pela degeneração da raça ou mesmo escurecidas pela pobreza, ao lado dos réus que servem à sociedade pelo trabalho e constituem famílias consagradas pela égide do matrimônio legal.

Embora nossa pesquisa se situe em estágio de desenvolvimento, pudemos avançar em direção a natureza do trabalho com fontes da repressão e tirar conclusões acerca do

---

<sup>15</sup> Conceito desenvolvido pelo sociólogo Howard Becker em 1960 para descrever o grupo de criadores e de impositores de regras sendo, então, mantenedores da moral e dos valores dominantes.

funcionamento do aparelho jurídico-policial em seu papel vigilante e mantenedor de valores sociais hegemônicos, além da aproximação com o cotidiano do trabalho feminino doméstico nos anos de 1940. Ademais, expandimos no horizonte de compreensão das vidas das mulheres pobres e suas formas de sobrevivência, a partir da reconstrução das versões dos agentes sociais envolvidos nos autos.

IMPRESSOS PERIÓDICOS,  
EDITORAS  
E MÍDIA TELEVISIVA

## ***Revista da Semana* (RJ, 1900): caracterização e recepção pela imprensa<sup>1</sup>**

Nathália Agnes C. Monteiro Bove<sup>2</sup>

Tessa Cardoso Mateus<sup>3</sup>

### **Introdução**

O presente estudo pretende compreender quais eram as principais características da *Revista da Semana*, bem como busca avaliar a recepção da revista pela imprensa no momento de seu lançamento. Para isso, a pesquisa privilegiou o primeiro ano de sua circulação, de 20 de maio a 30 de dezembro de 1900, que constitui, ao todo, 33 edições, que somam 340 páginas.

Para tanto, realizou-se a indexação em banco de dados do conteúdo integral do primeiro ano da *Revista da Semana*, assim como o seu estudo sistemático, com o objetivo de identificar a complexidade de seu conteúdo, a diagramação e as mudanças ocorridas ao longo das edições. Vale ressaltar a atenção dada à materialidade do periódico, procedimento importante para o estudo da imprensa.

Além disso, para analisar o modo como foi anunciada a publicação, a estratégia foi consultar duas dezenas de títulos que lhe foram contemporâneos por meio de pesquisas na Hemeroteca Digital Brasileira, a partir de duas questões norteadoras: a) o que foi publicado em outros periódicos, no ano de 1900, sobre a *Revista da Semana*? b) o que fora divulgado a respeito do seu projeto gráfico e da presença de imagens?

Posteriormente, os dados combinados permitiram compreender a extensão do impacto da *Revista da Semana* e a boa imagem que os demais periódicos em circulação no período difundiram sobre o impresso, principalmente no tocante aos materiais e técnicas gráficas e ao emprego das fotografias.

### **O primeiro ano de circulação da *Revista da Semana***

Criada na transição dos séculos XIX e XX, por Álvaro de Tefé, a *Revista da Semana* buscou “acompanhar e fixar a modernização” da cidade do Rio de Janeiro, então capital

---

<sup>1</sup> Pesquisa financiada com bolsas de IC/CNPq, vinculadas a projeto contemplado com Bolsa Produtividade/CNPq da orientadora, Tania Regina de Luca. Autoras contempladas, respectivamente, no período 2018-2019 e 2020-2021.

<sup>2</sup> Graduada em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp/Assis).

<sup>3</sup> Graduanda em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp/Assis).



federal.<sup>4</sup> Desse modo, desde o início, pretendia ser uma revista moderna, ao utilizar materiais e técnicas de impressão inovadoras e participar das transformações em curso na imprensa brasileira, explorando novos recursos visuais.

Além disso, a revista tinha por objetivo ser um “órgão de informação, ilustrado e popular”, sem fins políticos, destinado à família brasileira, abarcando diferentes gêneros, faixas etárias e estratos sociais, como consta no editorial de apresentação. Também tinha o intuito de veicular variados conteúdos e imagens, e assuntos considerados relevantes da semana anterior a sua publicação.

Nesse sentido, a *Revista da Semana* abordou temas relacionados à arte, cultura, literatura, crítica, moda, comportamento, concursos, notícias do cotidiano, colunismo social, crônicas políticas e policiais, competições esportivas, campanhas políticas, entre outros.<sup>5</sup> Tais temáticas e abordagens não se restringiam apenas ao Brasil, diversos países e personalidades do mundo receberam grande atenção. Ainda, contou com a colaboração de desenhistas e escritores prestigiados da época, como o caricaturista Raul Pederneiras e o escritor Olavo Bilac.

Apesar da sua pretensão em atingir “desde às mais ínfimas às mais altas camadas sociais”, os interesses da segunda eram privilegiados pelo periódico, pois “a *Revista da Semana* dava uma grande atenção aos eventos da grande sociedade e às imagens do progresso brasileiro, no esforço de construir um ethos para a elite da época”.<sup>6</sup> Entende-se que esse público possuía maior acesso a impressos do gênero, no entanto, frente à alta taxa de analfabetismo da época que, segundo Needell, atingia cerca de 80% da população,<sup>7</sup> devido ao forte uso de imagens, provavelmente, pôde ser lida por um público mais diverso.

O subtítulo “Fotografias, vistas instantâneas, desenhos e caricaturas” bem demonstra o cerne de seu projeto editorial, voltado à representação visual. As fotografias, caricaturas, charges, histórias em quadrinhos, tirinhas, ilustrações de produções literárias, vinhetas, anúncios e partituras de músicas compunham a variedade de material imagético, presente na *Revista da Semana*. No seu primeiro ano de circulação, o periódico trouxe, ao todo, 862

---

<sup>4</sup> PEIXOTO, Níobe Abreu. Na Revista da Semana, Paulo Barreto. In: BARRETO, Paulo. *Crônicas Efêmeras: João do Rio na Revista da Semana*. São Paulo: Ateliê, 2001, p. 12.

<sup>5</sup> DANTAS, Carolina. *Revista da Semana. Dicionário histórico-biográfico da Primeira República 1889- 1930*, p. 1. Disponível em <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/REVISTA%20DA%20SEMANA.pdf>. Acesso em 10 nov. 2020.

<sup>6</sup> CASADEI, Eliza Bachega. *Questões de consumo e a feminização da Revista da Semana*. Z Cultural: Revista do Programa Avançado de Cultura Brasileira. Rio de Janeiro, ano XII, 2017, p. 06.

<sup>7</sup> NEEDELL, Jeffrey. *Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 74.

imagens, entre elas 656 fotografias e 206 desenhos. Um número bastante expressivo, mesmo se comparado às revistas ilustradas do período.

A *Revista da Semana* possuiu duas fases em seu ano inaugural. Num primeiro momento, o de sua fundação e dos meses iniciais, pertenceu a Álvaro de Tefé, posteriormente, a partir do número 15, passou a ser propriedade do *Jornal do Brasil*. Por consequência, ocorreram mudanças internas na publicação, ao longo das suas edições, sobretudo referentes à diagramação e ao conteúdo.

Na primeira fase, as fotografias foram dispostas nas páginas de maneira aleatória, muitas vezes sem conexão com os textos. Também, nota-se um caráter experimental e um tom sensacionalista nas séries fotográficas. Já na segunda fase, as fotografias passaram a ser agrupadas por temáticas comuns, o que indica uma nova forma de organização. Além do mais, essa fase traz consigo um invólucro, com novos conteúdos, como jogos, folhetim e maior quantidade de propagandas. Da mesma forma, novas seções surgiram, a saber, *Crônica da Elegância* e *Modas da Semana*. No entanto, o projeto editorial continuou centrado na proeminência das imagens e assuntos estimados.

### **Breves considerações sobre a fotografia na *Revista da Semana***

A característica mais importante e expressiva da *Revista da Semana* refere-se ao uso da fotografia. Desde o início, a revista apresentou-se como pioneira no emprego da fotografia na imprensa brasileira, assim como iniciou e delineou o gênero da fotorreportagem. Vale ressaltar que esse feito só foi possível devido aos avanços técnicos que ocorreram durante o século XIX.

Dessa forma, a revista inovou ao empregar métodos fotoquímicos de impressão, a fotozincografia e a fotogravura, graças à experiência de Álvaro de Tefé, que havia feito curso na França, país de onde trouxe material para impressão.<sup>8</sup> Além de ter sido “o primeiro periódico ilustrado do Rio de Janeiro a estampar fotografias em meio-tom (reticuladas), num processo de reprodução fotomecânica denominada autotipia”,<sup>9</sup> ou seja, estava em dia com as novidades tecnológicas da época.

Tefé foi o grande idealizador do periódico e, como o mesmo testemunhou, “era químico, fotógrafo, gravador, paginador, até quase impressor (...), escrevia, preparava assuntos para a fotografia”. E mais, sobre seus esforços para a execução do projeto gráfico pretendido, afirmou

<sup>8</sup> Nelson Werneck Sodré. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 274.

<sup>9</sup> ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira de. *História da fotorreportagem no Brasil: a fotografia na imprensa do Rio de Janeiro de 1839-1900*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 240.

“três ofícios que requerem atividades penosa, longa, difícil: fotogravador, zincogravador e impressor de gravura, foram os três primeiros espantalhos com que travei conhecimento, logo depois de haver adquirido os maquinismos e acessórios necessários (...)”. Nesse contexto, revelou muita dificuldade para encontrar fotógrafos dispostos a exercer a atividade na rua, devido a antipatia de muitos frente à inexistente profissão de repórter fotográfico.<sup>10</sup>

Compreende-se que a *Revista da Semana* desse destaque às fotografias e insistisse na qualidade das mesmas. Como consequência, colaborou para alterar os padrões vigentes na imprensa ilustrada do século XX, conferindo-lhe novas visualidades, práticas de leitura e narrativas, como bem expressou Andrade:

Com relação ao design da página, temos aí, finalmente, a transição da imagem fotográfica separada do texto para a imagem graficamente entrosada com o texto – ou seja, informação verbal e informação visual passam a coexistir na página. E temos, acima de tudo, a transição de uma realidade editorial em que a fotografia era – salvo algumas exceções – primordialmente ilustrativa ou decorativa para uma nova realidade em que a fotografia passa a ser, efetivamente, a notícia.<sup>11</sup>

A maneira com que a fotografia foi apropriada sinaliza uma nova forma de trabalhar com os acontecimentos e uma nova percepção da relação entre tempo, espaço e fatos. Contudo, embora a fotografia fosse uma novidade para a época, o conteúdo representado estava de acordo com o que os responsáveis pela revista julgavam ser de interesse do público leitor. A exemplo, das inúmeras reproduções de igrejas católicas nacionais e estrangeiras, voltadas à construção de uma sociedade que valorizava o catolicismo.

As fotografias revelavam aos leitores aquilo que eles não podiam presenciar, uma personalidade, uma obra de arte, um outro país ou uma outra cultura. Tudo que era fotografado adquiria um contorno real, para além da imaginação afluída pela palavra. Mesmo que essa suposta realidade seja, desde a origem da fotografia, posta em questão.

Em suma, o fenômeno da introdução da fotografia na imprensa foi de importância capital, pois mudou as possibilidades de leitura do mundo por parte de grandes contingentes populacionais, não necessariamente letrados. Até então, somente os acontecimentos que ocorriam de perto e na cidade podiam compor o horizonte das pessoas comuns. A fotografia inaugurou a comunicação visual da massa, momento em que a experiência individual foi substituída por um partilhar coletivo, que se revelou um poderoso meio de propaganda e manipulação.

<sup>10</sup> ÁLVARO, Tefé de. Como surgiu a Revista da Semana. *Revista da Semana* (RJ), ano 30, n. 22, p. 20, 17 maio 1930.

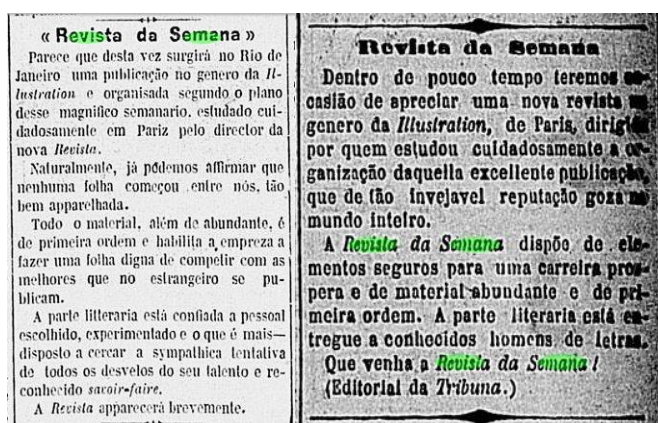
<sup>11</sup> ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira de. Op. cit., p. 234.

## A recepção da *Revista da Semana* pela imprensa brasileira

As ocorrências sobre a *Revista da Semana* em periódicos contemporâneos apareceram de três formas distintas: a propaganda, ou seja, quando se tratava de um anúncio da publicação em outro órgão da imprensa, diverso da própria revista; comentário, no caso de haver uma análise sobre a revista por parte de outros títulos; menção, ocasião em que a revista era apenas citada, isto é, tratava-se de agradecer o envio de mais um exemplar da publicação, o que poderia ser acompanhado de um breve comentário. Cabe notar a diferença, no primeiro caso, os donos da revista pagavam para anunciá-la, no segundo, um órgão de imprensa, de forma espontânea, considerava digno comentar a publicação e, no terceiro, tratava-se apenas de registrar que, por iniciativa dos responsáveis pela *Revista da Semana*, um exemplar fora enviado à redação de outro periódico.

No tocante aos comentários, esses, por se tratarem de análises sobre a revista, atribuíram qualidades à mesma e exploraram suas propriedades enquanto revista ilustrada e de variedades. No dia 11 e 12 de maio de 1900, pouco antes do seu lançamento, a *Gazeta de Notícias* (RJ) e *O Paiz* (RJ) divulgaram-na e exaltaram a importância de seus materiais tipográficos. Inclusive, a compararam com o periódico francês *Illustration*, pela similigravura<sup>12</sup> e parte literária que o periódico se comprometeu divulgar. Já as menções traziam uma informação objetiva, com algum detalhe breve. Essa tipologia esteve presente em maior quantidade.

### Figuras 2 e 3: Comentário sobre o lançamento da *Revista da Semana*



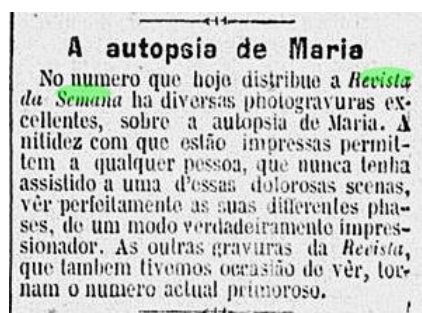
Fonte: *Gazeta de Notícias* (RJ), ano 26, n. 131, p. 01, 11 maio 1900 e *O Paiz* (RJ), ano 16, n. 5696, p.03, 12 maio 1900.

<sup>12</sup> Gravura sobre zinco ou cobre.

A circulação da *Revista da Semana* ultrapassou a cidade do Rio de Janeiro. A maioria dos comentários sobre a publicação fora da capital eram referentes às suas imagens sobre determinada festa ou construção no estado em questão, sempre evidenciando a qualidade de suas fotografias.

O *Correio Paulistano* (SP), por exemplo, divulgou notas sobre a edição número 31, que trouxe estampas das linhas de bonde elétrico e dos festejos da inauguração do monumento no Colégio dos Salesianos.<sup>13</sup> A divulgação de fotos do estado do Paraná também impulsionou o jornal *A República: órgão do Partido Republicano* a dar destaque à *Revista da Semana*. Do mesmo modo, os festejos em prol do IV Centenário do Descobrimento do Brasil e as fotos sobre a “A autopsia de Maria” foram motivo de grande alcance de sua tiragem.

#### Figura 4: Comentário enaltecendo a qualidade das fotografias da RS



Fonte: *Gazeta de Notícias* (RJ), ano 26, nº 160, p. 01, 09 jun. 1900.

Os impressos destacaram os recursos visuais presentes na publicação, como as fotografias, vistas instantâneas, desenhos e caricaturas mais elaboradas, além do início da atuação dos repórteres. *A Notícia* (RJ), por esses fatores, afirma, no dia 02 de maio de 1900, que “o material importado é o mais completo do gênero (...) a *Revista da Semana* poderá sofrer confronto com os mais importantes jornais da Europa”.<sup>14</sup>

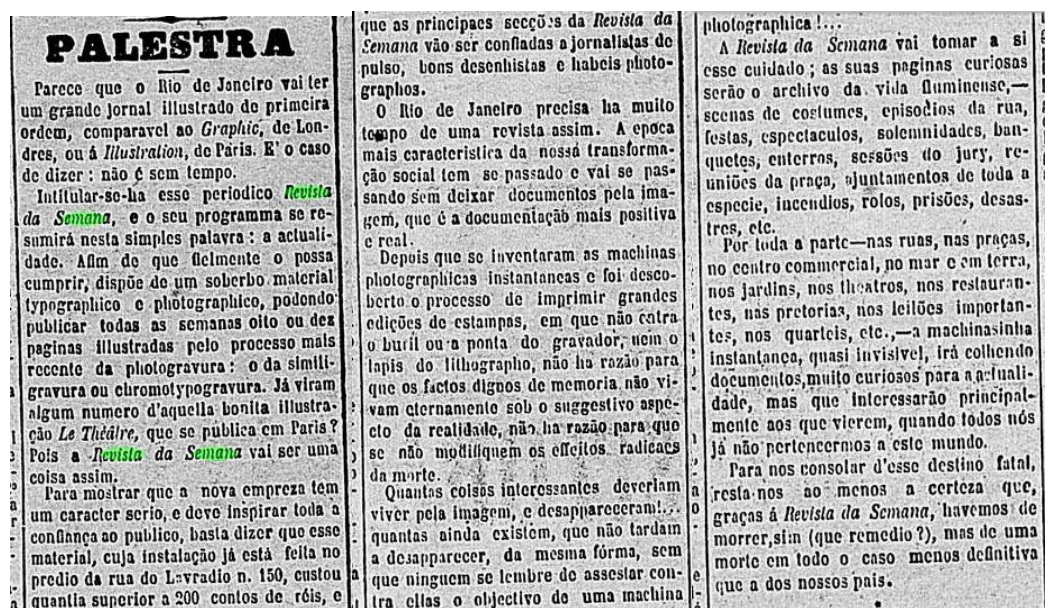
Outro exemplo de comentário sobre uso de imagens pela revista é feito pelo jornal *O Paiz* (RJ). Nele, fica nítido o entusiasmo e a importância dada à presença das fotografias. De acordo com o impresso, a *Revista da Semana* se tornaria responsável por eternizar a vida da população devido aos registros fotográficos. Sobre isso, afirma: “graças a *Revista da Semana* havemos de morrer sim (que remédio?), mas de uma morte em todo o caso menos definitiva que a dos nossos pais”.<sup>15</sup>

<sup>13</sup> *Correio Paulistano* (SP), nº 2428, p. 01, 19 dez. 1900.

<sup>14</sup> *A Notícia* (RJ), ano 7, nº 100, p. 01, 02 maio 1900.

<sup>15</sup> *O Paiz* (RJ), ano 16, p. 02, nº 5696, 12 maio 1900.

Figura 5: Extenso comentário sobre o uso de imagens pela RS



Fonte: *O Paiz* (RJ), ano 16, nº 5696, p. 02, 12 maio 1900.

No início do século XX, as propagandas com textos longos eram muito comuns, com a crescente facilitação do uso de imagens nos jornais, esses textos tornaram-se menores e incorporaram as ilustrações. É nesse momento que ocorre uma proliferação de produtos e comportamentos dirigidos ao público feminino. Sobre a publicidade nos meios impressos no período abordado, Sodré afirma que proliferava um tipo de propaganda testemunhal, em que um indivíduo, instituição ou jornal atestavam a qualidade de um produto ou comportamento.<sup>16</sup>

Essa reflexão pode abranger a forma com que os impressos comentavam as suas edições entre si. Nota-se que há um intercâmbio muito grande entre as folhas em circulação no período. A *Revista da Semana*, a esse respeito, tem sua publicação comentada pelo jornal *A Cidade* do Ceará, assim, alcançou, no seu ano inaugural, o nordeste do Brasil. Dessa maneira, a revista teve o apoio, ou, pelo menos, foi qualificada, por vinte periódicos. A propaganda que mais se repetiu em diversas folhas e estados está abaixo:

<sup>16</sup> SODRÉ, Nelson Werneck., Op. cit., p. 304.



**Figura 8: Propaganda do Jornal do Brasil e da Revista da Semana**

**Jornal do Brasil**  
DIÁRIO DE GRANDE FORMATO  
**ÓRGÃO DOS INTERESSES DO POVO**  
COMPLETAMENTE INDEPENDENTE EM POLÍTICA  
SEM A MENOR LIGAÇÃO PARTIDÁRIA

**Único Jornal da América do Sul que publica:**  
*Duas edições diárias, à manhã e à tarde*

Uma edição semanal ilustrada com photogravuras e photozincographias (*Revista da Semana*). Uma edição mensal de informações úteis (*Guia Mensal do Jornal do Brasil*). Uma edição annual, desenhos simples e de cores (*Annuário Ilustrado do J. do Brasil*)

O «Jornal do Brasil» é expedido para todos os municípios do Brasil.

Nenhum outro jornal diário na América do Sul tem maior tiragem.

Serviço telegraphico de primeira ordem.

Representantes e correspondentes nas seguintes capitais: Londres, Paris, Roma, Vienna, Berlim, Madrid, New York, Lisboa e Porto, e em todas as principais do Brasil.

Secção religiosa, com todo o movimento catholico, no Brasil e no mundo inteiro.

Parte commercial, sem duvida alguma a melhor.

O «Jornal do Brasil» tem um excellente corpo de reporters.

O «Jornal do Brasil» está actualmente publicado cinco fohe-tins de grande successo.

Na secção de gravura, em que, desde a zincographia até a photogravura, todos os processos graphicos são utilizados o corpo artistico de desenhistas dá a representação devida aos grandes successos e ás notaveis personalidades, brasileiras ou não.

Grande attenção é prestada aos factos e personagens da Diplomacia, das colonias estrangeiras, da industria, do commercio, das artes, de todos os ramos da vida popular e social, tudo sem a preocupação de nacionalidades.

**Tabella de assignaturas**

Para a edição da manhã ou da tarde separadamente:

|                         |         |
|-------------------------|---------|
| Por um anno. . . . .    | 30\$000 |
| Por seis mezes. . . . . | 16\$000 |

Fazem-se assignaturas por 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12 mezes.

Para as duas edições diárias com direito á remessa gratuita da *Revista da Semana* (edição illustrada) fazem-se assignaturas por 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12 mezes e custam:

|                         |         |
|-------------------------|---------|
| Por um anno. . . . .    | 56\$000 |
| Por seis mezes. . . . . | 28\$000 |

**REVISTA DA SEMANA**  
Edição Illustrada do *Jornal do Brasil*

A remetter registrada:

|                         |         |
|-------------------------|---------|
| Por um anno. . . . .    | 28\$000 |
| Por seis mezes. . . . . | 15\$000 |

A remetter porte simples:

|                         |         |
|-------------------------|---------|
| Por um anno. . . . .    | 18\$000 |
| Por seis mezes. . . . . | 10\$000 |

As assignaturas podem começar em qualquer dia, mas terminam sempre em 31 de Março, 30 de Junho, 30 de Setembro e 31 de Dezembro.

ANNUNCIOS, PUBLICAÇÕES, ETC. ETC.  
**M. J. F. ALEGRIA JUNIOR**  
**Representante nos Estados do Sul do Brazil**  
Actualmente no Hotel Börsenhalle nesta capital

Fonte: *A República: órgão do Partido Republicano (PR)*, ano 15, nº 264, p. 03, 27 nov. 1900.

Divulgaram-na quinze vezes em três jornais distintos,<sup>17</sup> além do próprio *Jornal do Brasil*.<sup>18</sup> A *Revista da Semana* é tida de forma distinta por exibir “fotogravuras e fotozincografias”, em que “todos os processos gráficos são utilizados o corpo artístico de desenhistas dá a representação devida aos grandes sucessos e às notáveis personalidades, brasileiras ou não”. Assim, mais uma vez, as imagens aparecem como um importante instrumento da revista para representação e transmissão de informações. Ademais, o anúncio também traz dados a respeito do valor e tipo de assinatura dos impressos. No entanto, nem todas as propagandas eram detalhadas, havia aquelas concisas, que visavam apenas anunciar o surgimento da publicação.

Em geral, as propagandas, menções e comentários comunicaram a chegada da *Revista da Semana* e a qualificaram como moderna e inovadora. Pode-se inferir que a imprensa enfatizou seu caráter imagético, exaltando principalmente seus materiais tipográfico e fotográficos, a presença e a qualidade de suas fotografias. Não por acaso, as palavras mais recorrentes utilizadas pelas publicações, ao tratar da revista, foram “tipográfico”, “gravuras”, “ilustradas” e “fotográfico”.

<sup>17</sup> No *O País* (RJ), *A República: órgão do Partido Republicano (PR)* e *Correio Paulistano* (SP).

<sup>18</sup> Quando o *Jornal do Brasil* passa a ser dono da *Revista da Semana*, os anúncios veiculados sobre a revista no diário deixam de ser propagandas.

## Considerações finais

O aparecimento da *Revista da Semana* não passou despercebido, pelo contrário, recebeu grande atenção da imprensa. Não apenas da imprensa carioca, mas também de outros estados, como Santa Catarina, Espírito Santo, Paraná e Ceará. E, nos anos seguintes, alcançou os estados de Minas Gerais, Maranhão e Pará. Assim, percebe-se a expectativa em torno da *Revista da Semana*, publicação que conferiu maior visualidade na apreensão dos acontecimentos, e o amplo impacto e circulação na imprensa da época, tendo em vista a abrangência de sua difusão e inovações.

A contribuição da *Revista da Semana* para o estudo da História da Imprensa, bem como para a sociedade do início do século XX, prende-se ao seu pioneirismo quanto ao uso direto das fotografias. Se a revista nasceu como um empreendimento individual, logo passou a integrar um periódico da grande imprensa, com nítido caráter empresarial, como era o caso do *Jornal do Brasil*. Assim, “representa, por excelência, a transição do século XIX para o século XX, da imprensa artesanal para a imprensa industrial”.<sup>19</sup> Pode-se afirmar, ainda, que, pela diversidade de conteúdo, combinado à pretensão de atingir vasta gama de leitores, assim como a forte presença das imagens, a revista é unanimemente apontada como marco da irrupção deste gênero de periódico, as revistas ilustradas.<sup>20</sup>

Num momento em que as imagens alcançaram uma posição central na sociedade, por serem um dos principais recursos na transmissão de informações, faz-se oportuno precisar as origens de seu uso pelo jornalismo. Portanto, o trabalho pretendeu contribuir para a delimitação e caracterização da introdução da fotografia na imprensa, o único meio de comunicação de massa do período analisado.

---

<sup>19</sup> ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira de. Op. cit., p. 234.

<sup>20</sup> LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 121.



## A Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia: uma imersão no movimento eugênico por meio de suas publicações institucionais entre os anos de 1918-1949

Daniel Florence Giesbrecht<sup>1</sup>

### Introdução

Menos de cem anos separam o pensamento de Georges Louis Leclerc,<sup>2</sup> conde de Buffon (1707-1788), do impacto causado pela publicação do livro *On the Origin of Species by Means of Natural Selection, or the Preservation of Favoured Races in the Struggle for Life* de Charles Darwin (1809-1882). Nesse intervalo, os debates a respeito da inferioridade de determinados grupos humanos e a constituição de elaborações etnocêntricas adentravam os círculos intelectuais europeus. Palavras até então desconhecidas do vocabulário científico passavam a aparecer com maior frequência, como, por exemplo, “degeneração”, agora empregada para definir aqueles considerados étnico e moralmente “inferiores”.

A *intelligentsia* do século XIX polarizava-se em duas visões a respeito da origem do homem. A vertente *monogenista*, ainda oriunda das premissas de igualdade, tanto bíblica como ilustrada, acreditava quase de maneira hegeliana que as diferenças entre os seres humanos eram decorrência de seu estado de degeneração (pecado original) ou de perfeição. Uma outra vertente, denominada *poligenista*, a qual se fortaleceu a partir de meados do século com os avanços da biologia, fundamentava-se na hipótese de que os seres humanos partiram de plurais centros de surgimento, originando a grande diversidade de raças em diferentes estágios de desenvolvimento.<sup>3</sup>

Segundo Schwarcz:

Esse tipo de viés (poligenista) foi encorajado sobretudo pelo nascimento simultâneo da *frenologia* e da *antropometria*, teorias que passavam a interpretar a capacidade humana tomando em conta o tamanho e proporção do cérebro dos diferentes povos. Simultaneamente, uma nova *craniologia técnica*, que incluía a medição do índice cefálico (desenvolvida pelo antropólogo suíço Andrés Ratzius em meados do século XIX), facilitou o desenvolvimento de estudos quantitativos sobre as variedades do cérebro humano. (...) <sup>4</sup>

<sup>1</sup> Investigador Colaborador da Universidade de Coimbra (FLUC/CEIS20). Doutorando em História pela Universidade de Coimbra.

<sup>2</sup> Naturalista francês que se opunha a teoria da “perfectibilidade” de Rousseau, defendendo já no século XIX teorias que justificavam as desigualdades raciais entre os homens.

<sup>3</sup> CUERVO, Manuel. Evolucionismo, monogenismo y pecado original. *Salmanticensis*, Salamanca: Universidad Pontificia de Salamanca, volumen 1, n. 2. pp. 259-300, 1954.

<sup>4</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 37.

No dia 24 de novembro de 1959, o mundo seria atingido por um meteoro: era lançada a primeira edição de *A origem das espécies*,<sup>5</sup> de Charles Darwin, naturalista britânico, inaugurando uma nova epistemologia na biologia, a qual ficaria conhecida como *evolucionismo*.

O Evolucionismo fomentou discussões que já estavam em voga, como aquelas propostas por Comte (1798-1857) e Spencer (1820-1903), que transpuseram noções como evolução, competição e adaptação para o plano da sociedade dos homens. Nesse sentido, surgiram ideias como a de progresso da civilização. E, se na sociedade humana não havia diferença de espécies, havia as diferenças raciais. Por isso, muitos estudos antropológicos voltaram-se para confirmar a existência de raças entre os homens e de verificar quais seriam as superiores e as inferiores, dando força as teorias poligênicas, já explicadas em linhas anteriores.

Impactado pelos postulados de Charles Darwin e pelas discussões decorrentes a partir de então, seu meio-primo Francis Galton (1822-1911) estenderia seus estudos à hereditariedade humana e passaria a sugerir a possibilidade do melhoramento racial por meios de reproduções seletivas e racionais. Em 1883, ano da publicação de sua obra *Inquiries into human faculty and its development*,<sup>6</sup> utilizaria pela primeira vez a expressão *eugenia*, saudando uma nova ciência que teria como pressuposto básico a aplicação social dos novos conhecimentos da biologia e da hereditariedade para se obter o aperfeiçoamento racial na população humana.

As teorias eugênicas foram aceitas e aplicadas de forma difusa, tanto em seu tempo como nas metodologias em diversos países, assumindo formas distintas, relacionando-se ou não com políticas estatais, assim como despertando disputas que perpassavam questões éticas, morais e religiosas. Do higienismo à educação, classificadas por Stepan<sup>7</sup> como “modelo latino de eugenia”, até o radicalismo da defesa da esterilização e dos impedimentos matrimoniais dos considerados inaptos,<sup>8</sup> a eugenia tomou para si o debate científico até meados do século XX, suscitando inúmeros congressos, cursos, conferências, além do surgimento de sociedades fundadas em diversos países com o objetivo de institucionalizá-la.<sup>9</sup>

---

<sup>5</sup> DARWIN, Charles Robert. *On the Origin of Species by Means of Natural Selection, or the Preservation of Favoured Races in the Struggle for Life*. London: John Murray Albemarle Street, 1959.

<sup>6</sup> GALTON, Francis. *Inquiries into human faculty and its development*. Londres: Macmillan, 1893.

<sup>7</sup> STEPAN, Nancy. *A hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

<sup>8</sup> PICHOT, André. *A sociedade pura: de Darwin à Hitler*. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.

<sup>9</sup> Sobre o assunto recomendo, a leitura de KUHLMAN, Stefan. *For the Betterment of the Race: The Rise and Fall of the International Movement for Eugenics and Racial Hygiene*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2013.

## A eugenia em Portugal nas primeiras décadas do século XX

Passavam-se os primeiros anos e o evolucionismo se consolidava como um dos principais assuntos debatidos entre os cientistas europeus. A sua precoce associação ao conceito de raça pode ser ilustrada por meio de um exemplo *sui generis*: a capitulação da França frente à Prússia em 1870. Não demoraram a aparecer explicações de caráter racial para justificar a derrota francesa e a vitória prussiana, colaborando com o acirramento das dicotomias entre os decadentes povos meridionais e os ditos superiores povos do norte da Europa.<sup>10</sup>

Portugal, apesar de não ter experimentado nenhum conflito bélico semelhante a Guerra Franco-Prussiana, encerrava o século XIX imbuído de uma crise monárquica gerada pelo Ultimatum britânico de 1890,<sup>11</sup> o qual exigiu a retirada das forças militares portuguesas de parte do território compreendido entre Moçambique e Angola, sendo sua concessão habilmente explorada pelo movimento republicano, o qual se apropriaria do discurso da necessidade de regeneração da “raça portuguesa”.

A literatura é um instrumento analítico de grande valia, a qual permite-nos perceber como a geração dos finais do dezenove foram afetadas de forma consciente e inconsciente pelas discussões raciais evolucionistas. Chamou-nos a atenção da importância dada as teses raciais, principalmente as defendidas por Júlio de Vilhena (1845-1928), na sua busca incessante pela necessidade de comprovação da arianidade da Península Ibérica, corroborando a discussão sobre a supremacia racial dos europeus do norte e a busca de teorias baseadas no darwinismo para sustentar tais aproximações históricas.<sup>12</sup>

Percebe-se que, em Portugal, a eugenia nasce como um subproduto do que foi gestado pelo social darwinismo e assume, quase em sua totalidade, ações direcionadas à prevenção e ao tratamento das mazelas que pareciam estar contribuindo para a derrocada e enfraquecimento da raça portuguesa. Essas ações, de forma preventiva, eram tomadas principalmente no combate das consideradas degenerescências exógenas, tais como o linfatismo, o raquitismo, além de doenças como a tuberculose, a sífilis e o alcoolismo.<sup>13</sup>

---

<sup>10</sup> VAQUINHAS, Irene. O conceito de decadência fisiológica da raça e o desenvolvimento do desporto em Portugal (finais do século XIX-princípios do século XX). *Revista de História das Ideias*, p. 369, 1992.

<sup>11</sup> Vide PATRÍCIO, Miguel. Do Ultimatum de 1890 ao Tratado Luso-Britânico de 1891– ensaio de história diplomática. *Revista do Instituto do Direito Brasileiro*, 2013.

<sup>12</sup> PEREIRA, Ana Leonor. *Darwin em Portugal: filosofia, história, engenharia social* (1865-1914). Coimbra: Livraria Almedina, 2001.

<sup>13</sup> A Peste Bubônica do Porto de 1899 pode ter tido um importante papel em inaugurar uma nova percepção biopolítica de proteção da vida em detrimento da morte.

Segundo os estudos de Stepan (2005) a respeito das metodologias eugênicas aplicadas em diversos países, classificaríamos até então o modelo eugênico português como uma ponta da vertente científica de tradição lamarckista que predominava na França, assim como em outros países de matrizes latina, como, por exemplo, no Brasil.<sup>14</sup>

Mas vale ressaltar que para toda regra há exceções. Atribuir que a *intelligentsia* portuguesa era irrefutavelmente adepta de práticas eugênicas preventivas é compreender o caso lusitano *avant la lettre* – ou, ao menos, superficialmente.

### **A entrada do discurso darwinista e eugênico em Portugal a partir de periódicos: o caso do “A Medicina Contemporânea” e do “Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia”**

Coleção fundamental para o conhecimento dos debates médicos portugueses das primeiras décadas do século XX são os fascículos do periódico *Medicina Contemporânea, Hebdomadário Português de Ciências Médicas*, inicialmente publicados sob a direção de Miguel Bombarda (1851-1910), formado pela Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, dedicando-se aos estudos de psiquiatria durante quase toda a carreira como médico e docente. Em um artigo de *A Medicina Contemporânea*, de título “Eugenese”, Bombarda<sup>15</sup> defende a esterilização e a legislação matrimonial, permitindo-nos identificar a recepção de argumentos eugênicos mais radicais, oriundos principalmente da Antropologia Criminal, mesmo que em pouca intensidade.

Segundo Cleminson,<sup>16</sup>

The work of Miguel Bombarda displays what we believe to be the earliest reception of eugenic ideas in Portugal. At the risk of repetition on delimiting this moment, what is emphasized is the gradual assimilation of eugenic notions and languages and the incorporation, by eugenics, of discourses coming from related concerns such as degeneration and legal medicine.

Ainda durante a década de 1910, outros nomes da ciência, preocupados com questões populacionais, passariam a embrenhar-se entre os meandros e as dicotomias da eugenia e a elaborar novos estudos em Portugal, destacando-se o nome de um antropólogo, professor da

<sup>14</sup> Para iniciar-se conceitualmente sobre a eugenia brasileira, assim como as metodologias envolvidas sobre o tema, além de Stepan (2005), sugerimos a leitura de WEGNER, Robert; SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Eugenia ‘negativa’, psiquiatria e catolicismo: embates em torno da esterilização eugênica no Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, jan-mar, p. 263-288, 2013.

<sup>15</sup> BOMBARDA, Miguel. Eugenese. *A Medicina Contemporânea*, XIII, p. 253-254, 20 de fevereiro de 1910.

<sup>16</sup> CLEMINSON, Richard. *Catholicism, Race and Empire: Eugenics in Portugal, 1900-1950*. Central European University Press: Budapest, 2014, p. 40.

Universidade do Porto que, já em 1915, em seu resumo *Lições de Antropologia*,<sup>17</sup> destacava a importância do pensamento de cientistas como Lamarck e Darwin: António Augusto Mendes Correia (1888-1960).

Considerado por muitos como o mais influente antropólogo da história portuguesa, de relevância internacional, inclusive com contato e permuta de trabalhos com vários pares no Brasil, fundou em 1918 a Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia (SPAЕ), nosso objeto de estudo na fase em que nos encontramos de nosso Plano de Trabalho.

Essa instituição centenária publica o mais antigo periódico – desde 1919 – dedicado à Antropologia: os *Trabalhos de Antropologia e Etnologia (TAE)*,<sup>18</sup> que reúne dezenas de volumes publicados, com múltiplas temáticas, desde estudos nacionais quanto internacionais.

O arco temporal escolhido para a análise desse material são os anos de 1918 a 1949. Justifica-se tal período devido a algumas questões que necessitam ser referenciadas. Além de 1918 ser o ano de fundação da SPAЕ, foi também o de encerramento Primeira Guerra Mundial (1914-1918), fato que iria, com o passar do tempo, dar margem à ascensão de regimes totalitários, como o nazismo, por exemplo, o qual teria em sua base ideológica o racismo científico e a utilização de práticas eugênicas radicais levadas às últimas consequências.<sup>19</sup> Também em 1918 seria fundada no Brasil a *Sociedade Eugênica de São Paulo (SESP)*, primeira do gênero na América Latina, sob a liderança do médico eugenista Renato Kehl, instituído sócio correspondente da SPAЕ em 4 de maio de 1923, sob número 32,<sup>20</sup> momento em que as discussões eugênicas e sociais darwinistas espalhavam-se pelo Brasil sob influências semelhantes às de Portugal.<sup>21</sup>

Com a Segunda Guerra Mundial em andamento (1939-1945), e após o seu encerramento, os anos de 1939 a 1949 são marcados pelo arrefecimento das ideias eugênicas radicais e do racismo científico, além da influência mais intensa de teorias antropológicas relativistas, principalmente as relacionadas aos trabalhos de Franz Boas (1858-1942).<sup>22</sup>

---

<sup>17</sup> CORREIA, António Augusto Mendes. *Resumo das Lições de Antropologia feitas pelo assistente, servindo de professor de cadeira*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1915.

<sup>18</sup> A SPAЕ passou a publicar os *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia* (assim designados entre o volume I de 1919 e o volume X de 1945), depois denominados *Trabalhos de Antropologia e Etnologia (TAE)*.

<sup>19</sup> PICHOT, op. cit.

<sup>20</sup> Lista dos membros da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. Porto: SPAЕ, 1929.

<sup>21</sup> BONFIM, Paulo Ricardo. *Educar, higienizar e regenerar: uma história da eugenia no Brasil*. São Paulo: Paco, 2017.

<sup>22</sup> Vide KUPER, Adam. *Antropólogos e Antropologia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978; e BOAS, Franz. *Race, Language and Culture*. Nova Iorque: Macmillan Company, 1940.

Foi também a década de 1940 um período fundamental para a institucionalização da Antropologia no Brasil. Fundada em 1941 pelo antropólogo e médico psiquiatra, Arthur Ramos (1903-1949), a Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia (SBAE) chamou-nos a atenção em suas semelhanças e dissemelhanças de sua congênere portuguesa.

### **Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia (1919-1928)**

A SPAE publica a mais antiga revista da especialidade do país: o *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Até a presente elaboração deste artigo, pude averiguar e catalogar as cento e trinta e seis publicações contidas nas mil e dezoito páginas dos vinte e sete fascículos que compõe os três primeiros volumes do periódico, publicados entre os anos de 1919 a 1928 (Quadro 1).

Salientamos que foi só a partir de 1926 que o conteúdo do periódico passou a incluir em sua estrutura editorial a seção *Vária*, que se ocupava principalmente de artigos no formato de boletins informativos, e a seção *Revista Bibliográfica*, composta principalmente por resenhas, dentre outros assuntos.

**Quadro 1**

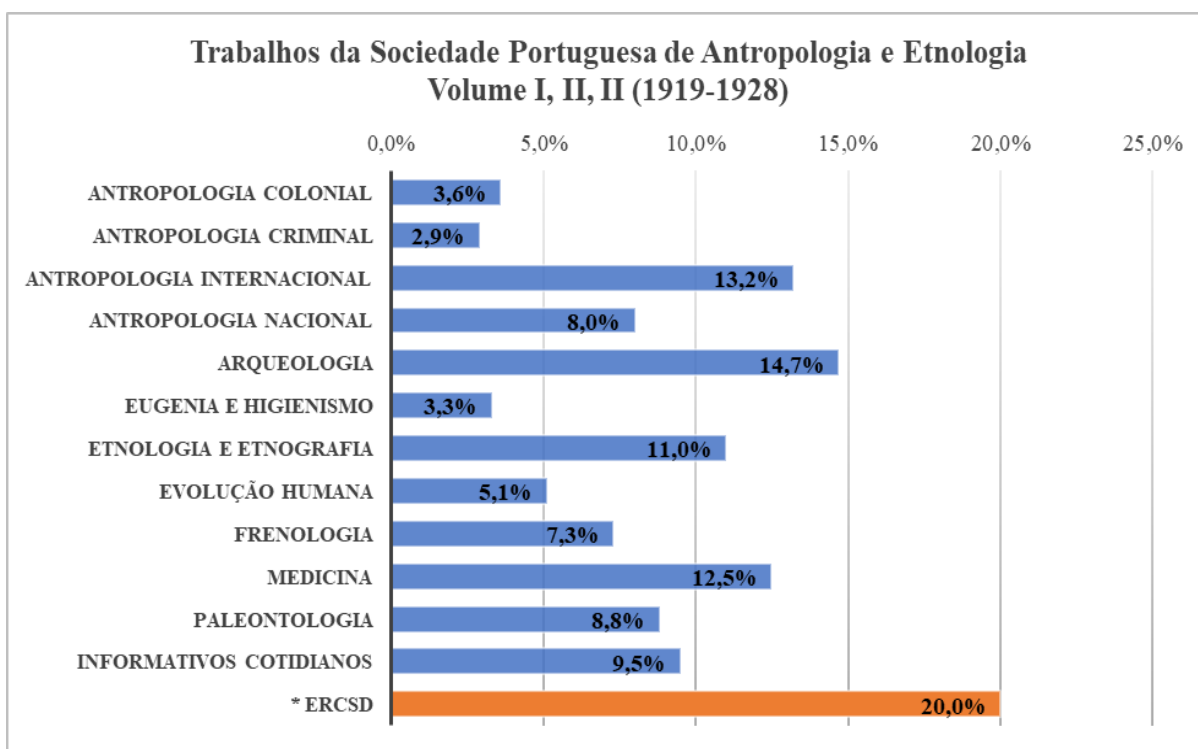
| TRABALHOS DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA<br>VOLUME I, II e III (1919-1928) |                 |                  |                   |        |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------|------------------|-------------------|--------|
| Assunto                                                                                         | 1919 - 1922 (I) | 1923 - 1926 (II) | 1926 - 1928 (III) | ERCSD* |
| Antropologia Colonial                                                                           | 01              |                  | 04                | 01     |
| Antropologia Criminal                                                                           |                 |                  | 04                | 04     |
| Antropologia Internacional                                                                      |                 | 01               | 17                | 06     |
| Antropologia Nacional                                                                           | 01              | 02               | 08                | 02     |
| Arqueologia                                                                                     |                 |                  | 20                |        |
| Eugenia e Higienismo                                                                            | 02              |                  | 02                |        |
| Etnologia e Etnografia                                                                          | 03              | 01               | 11                | 07     |
| Evolução Humana                                                                                 |                 | 02               | 05                | 02     |
| Frenologia                                                                                      | 03              |                  | 08                | 02     |
| Medicina                                                                                        | 02              | 03               | 12                | 04     |
| Paleontologia                                                                                   |                 | 01               | 11                |        |
| Cotidiano Informativo                                                                           |                 |                  | 13                | 02     |

\* Publicações que apresentavam conteúdo congênere a Eugenia; Racismo Científico; Social Darwinismo.  
Quadro elaborado pelo autor.

A pluralidade temática presente nas publicações realizadas pela SPAE reflete “a própria visão abrangente da Antropologia de Mendes Correia e a forma como os seus colaboradores foram estimulados a se dedicar a diversificados temas de investigação”.<sup>23</sup>

A diversidade temática *ad mensuram* é estimulante, mas o que mais nos chamou a atenção na análise das edições do *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia* foi a quantidade de assuntos coadunados com as discussões travadas no campo da eugenia, racismo científico e social darwinismo,<sup>24</sup> influenciando direta e indiretamente cerca de vinte por cento das publicações dos volumes entre 1919 e 1928 (vide Gráfico 1).

**Gráfico 1**



\* Publicações que apresentavam conteúdo congênere a Eugenia; Racismo Científico; Social Darwinismo.  
Gráfico elaborado pelo autor.

<sup>23</sup> MATOS, Patrícia Ferraz de. *Mendes Correia e a Escola de Antropologia do Porto: Contribuição para o estudo das relações entre Antropologia, nacionalismo e colonialismo (de finais do século XIX aos finais da década de 50 do século XX)*. (Tese de Doutoramento). Universidade de Lisboa, Lisboa, 2012, p. 80.

<sup>24</sup> Foram vários os artigos que tratavam da evolução humana a partir de elementos morfológicos, fisiológicos e embriológicos, além da utilização quase que constante da frenologia como ciência auxiliar. Destaco, por exemplo, o artigo denominado *En Portugal*, atribuído a Érnst Bertrand, diretor da Penitenciária de Leuven, o qual deixa claro a posição de Mendes Correia, que refuta as teorias criminais da escola italiana, sustentadas principalmente na obra de Césare Lombroso, ficando evidente a sua adesão ao neolamarckismo, atribuindo também ao meio, intrínseca relação com o culminar da situação de delinquência (BERTRAND, Érnst. *Em Portugal. Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, Volume III, pp. 313-318, Porto: SPAE, 1926-1928).

Com o intuito de contextualizar as influências eugênicas, racistas científicas e social darwinistas no periódico, elegemos comentar três publicações a seguir.

Iniciamos com uma publicação que faz parte da categoria “Eugenia e Higienismo”. Como exemplo, trazemos algumas considerações referentes a uma recensão crítica realizada por António Mendes Correia sobre “Bíblia da Saúde”, o então recém-lançado livro pelo médico eugenista brasileiro Renato Kehl, publicada no primeiro fascículo do terceiro volume do *Trabalhos da SPAE* em 1926.

Não dispensando elogios, Mendes Correia reforça a importância das políticas higienistas em prol da formação de uma nação forte e robusta,

Passam-se em revista, nessas formosas e eloquentíssimas páginas, os aspectos mais variados das questões da conservação da saúde individual e da defesa pessoal e colectiva contra os múltiplos flagelos mórbidos. A preservação das gerações vindouras merece especiais atenções ao autor, que com o seu trabalho marcaria um lugar de primeira categoria entre os eugenistas, se como tal não estivesse já consagrado por outros estudos anteriores.<sup>25</sup>

Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior, membro do conselho diretivo da SPAE, sócio efetivo e professor assistente de Antropologia na Faculdade de Ciências do Porto, publica o artigo intitulado “Estudo Antropológico e Etnográfico da População de S. Pedro (Mogadouro)” no segundo fascículo do segundo volume do *Trabalhos da SPAE* em 1924.

O estudo, realizado no povoado de S. Pedro, no Conselho de Mogadouro, revela-nos a utilização de metodologias antropométricas aplicadas em 47 indivíduos, sendo 27 do sexo masculino e 20 do feminino. O texto flui na direção da captação de características raciais das amostras e do objetivo de “reunir alguns factos e observações da vida moral e material dos transmontanos de S. Pedro”.<sup>26</sup>

Relativamente aos portugueses em geral o transmontano apresenta um menor excesso de tipo moreno sobre o loiro, nariz mais rectilíneo, estatura mais baixa, maior dolicocefalia, menor índice vértico-longo e maior vértico-transverso, e nariz mais largo como na Beira baixa. (...) Como não há concordância constante entre as altas estaturas e a pigmentação clara, deve concluir-se que uma influência *nórdica*, a admitir-se se diluiu muito na mestiçagem.<sup>27</sup>

Questões raciais e de miscigenação se colocariam no centro dos debates eugênicos por mais de vinte anos no país.

<sup>25</sup> CORREIA, António Augusto Mendes. Renato Kehl – Bíblia da Saúde – vol. de 482 páginas. Rio de Janeiro, 1926. *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*. Volume III, pp. 81-82, Porto: SPAE, 1926-1928.

<sup>26</sup> SANTOS JÚNIOR, Joaquim Rodrigues dos. Estudo Antropológico e Etnográfico da População de S. Pedro (Mogadouro). *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*. Volume II, pp. 85-186, Porto: SPAE, 1924.

<sup>27</sup> Id., p. 123.



Dentre os sócios estrangeiros, destacamos Vincenzo Giuffrida-Ruggeri (1872-1921), renomado professor da Faculdade de Nápoles, que colaborou com a publicação de um artigo inédito já no primeiro fascículo do primeiro volume dos Trabalhos da SPAE em 1919, intitulado “O Problema Eugênico Segundo a Moderna Genética”.

Giuffrida-Ruggeri em sua publicação apimenta as discussões que se intensificariam nos próximos anos entre monogenistas e poligenistas.

Certamente uma melhoria do ambiente social não é despida d’importância, mas ocorre apurar-se se ela possui toda aquela importância que lhe atraiu até agora a atenção exclusiva das tendências filantrópicas e humanitárias (...) O ambiente não é todo poderoso: entram em jogo os factores hereditários antisociais que são mais fortes do que o ambiente, explicando-se deste modo que de facto existam seres antisociais em qualquer ambiente.<sup>28</sup>

Giuffrida-Ruggeri também suscita um debate polêmico remanescente desde a época de Miguel Bombarda: a necessidade ou não de um maior controle em relação ao matrimônio, inclusive por meio de políticas de esterilização, fato este que será foco de pelepas com a Igreja Católica, assunto que pretendemos avançar em outra oportunidade.

### **Considerações Finais**

Utilizando-se do que mais de meio século mais tarde Michel Foucault (1926-1984) definiria como biopoder, os eugenistas se tornariam as autoridades portadoras do discurso quase inquestionável do controle biopolítico das populações, interferindo – em muitos casos ancorados diretamente pelos Estados – em práticas que permitiam gerir taxas de natalidade, fluxos de migração, epidemias, aumento da longevidade em políticas de saúde pública, higiene social e até mesmo esterilização.<sup>29</sup>

De Bombarda a Correia, de A Medicina Contemporânea a Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, as preocupações com a manutenção da profilaxia social por meio de políticas sanitárias e de educação, a importância dos estudos de criminologia ancorados na frenologia e as técnicas antropométricas são as bases epistemológicas do que poderíamos denominar de movimento embrionário eugênico português, o qual percorreria os anos entre 1900 e 1930, período também de consolidação da Antropologia em Portugal.

<sup>28</sup> GIUFFRIDA-RUGGERI, Vincenzo. O Problema Eugênico Segundo a Moderna Genética. *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*. Volume I. pp. 70-77, Porto: SPAE, 1919, p. 71.

<sup>29</sup> FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*: Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

O caso português não deve ser comparado a modelos extremados, como os praticados na Alemanha, Suécia, Inglaterra e Estados Unidos, mas nos abre uma porta valiosa para que possamos entender um pouco mais de como o biopoder esteve atrelado em vários momentos ao cotidiano do país.

Ainda há muito por fazer, pois ao adentrarmos os estudos na década de 1930 novos personagens e políticas serão necessárias para a compreensão desse fenômeno tão intenso que marcou o início do século XX, do qual nos acostumamos a denominar de Movimento Eugênico.

## **Suicídios motivados pela Segunda Guerra Mundial no Estado do Rio de Janeiro segundo jornais cariocas (1939-1945)**

Douglas Henrique de Souza<sup>1</sup>

O presente texto busca apresentar resultados prévios de pesquisa de doutorado em História, cujo objetivo consiste na análise de suicídios motivados declaradamente pelos efeitos da Segunda Guerra Mundial, ocorridos no Estado do Rio de Janeiro entre 1939 e 1945 e noticiados em oito jornais cariocas. Pretende-se avaliar o peso da conjuntura na tomada de decisão dos referidos suicidas, estes que em sua maioria foram estrangeiros.

As perseguições levadas a cabo na Europa durante a década de 1930 aumentaram o fluxo migratório do continente, o que trouxe mudanças drásticas nas vidas de inúmeras pessoas que não viam alternativas senão escaparem de vez dos domínios dos poderes totalitários. Dos indivíduos que conseguiam empreender a fuga, o Brasil foi um dos destinos viabilizados, em especial, a capital federal do Rio de Janeiro, onde até ali aportarem, no entanto, os obstáculos enfrentados não cessavam de aparecerem. O regime ditatorial do Estado Novo sob a liderança de Getúlio Vargas, amparado na suposta prerrogativa de defesa dos valores da brasilidade, afinava seu controle na entrada de imigrantes reforçando os aparatos burocráticos que acabavam por dificultar a legalização de suas estadias nos termos da lei. Nesse contexto, a imprensa brasileira não deixava de reportar os fatos desoladores que assolavam o continente europeu com a deflagração da guerra e seus efeitos no cenário mundial, como os suicídios praticados em solo nacional que alegavam direta ou indiretamente serem suas causas os eventos beligerantes atravessados. Assim, vale observar os antecedentes desse quadro histórico, e em seguida, a sistematização parcial dos casos de suicídios em estudo.

Na Alemanha, desde a ascensão de Adolf Hitler ao posto de chanceler em 1933, a adoção de medidas cada vez mais restritivas às liberdades de judeus, ciganos, homossexuais, negros e comunistas tornava-se realidade. As Leis de Nuremberg, decretadas em 1935, institucionalizariam os planos de cunho racista e antissemita, presentes na agenda do partido Nacional Socialista desde os anos de 1920. Não demorou para que o cotidiano dos grupos excluídos da cidadania alemã se tornasse insuportável, tanto até decidirem por emigrar, ainda que essa possibilidade não estivesse ao alcance de todos. Separar as consideradas raças de

---

<sup>1</sup> Doutorando em História no Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp/Assis).

compleições degeneradas das que possuíam os nobres predcados arianos renunciava a formação da sociedade idealizada pelo *Terceiro Reich*.

Enquanto isso, o comando alemão não hesitava em fabricar e aprimorar a máquina de guerra, desrespeitando as imposições do Tratado de Versalhes. Pouco mais de um ano após a aliança com a Itália, o chamado eixo Roma-Berlim, a política externa agressiva de Hitler levou à anexação da Áustria em 1938 (*Anchluss*), prenúncio dos confrontos que resultariam na Segunda Guerra Mundial.

Deste modo, a situação dos indesejados na Europa ocupada pelos alemães caminhava a passos largos rumo aos campos de concentração, lugares que rebaixavam os prisioneiros a condições subumanas como se fossem destituídos de consciência e impondo-lhes sofrimentos de toda ordem que culminaram, não raras vezes, com as câmaras de gás.<sup>2</sup> Proteger-se frente à intolerância implicava numa questão de vida ou morte, e mesmo nos casos em que se foi possível sair do continente, as ofensivas persecutórias continuavam para além dos territórios dos países beligerantes.

No Brasil, o aumento do fluxo migratório proveniente da Europa motivou as autoridades brasileiras a restringirem a entrada de imigrantes em busca de asilo.<sup>3</sup> Quer tenha sido ou não expediente de fundo xenofóbico ou antisemita, na prática só fez aumentar o drama de inúmeras pessoas que buscavam desesperadamente um novo lar onde pudessem se restabelecer dignamente. Chefiado por Oswaldo Aranha (1938-1943), o ministério das Relações Exteriores,<sup>4</sup> por meio de circulares secretas expedidas pelo Itamaraty, encaminhou diretrizes aos portos de entrada e às embaixadas brasileiras no exterior que proibiam a permanência de certos viajantes recém-chegados e limitavam a concessão de vistos, a depender da origem étnica do solicitante.

---

<sup>2</sup> Sobre o papel dos campos de concentração no sistema totalitário, Hannah Arendt pontua que: “O verdadeiro horror dos campos de concentração e de extermínio reside no fato de que os internos, mesmo que consigam manterem-se vivos, estão mais isolados do mundo dos vivos do que se tivessem morrido, porque o horror compele ao esquecimento. (...) É como se se pudesse tornar permanente o próprio processo de morrer e criar uma situação em que tanto a morte como a vida são retardadas com a mesma eficácia.”. ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pp. 493-494.

<sup>3</sup> É importante registrar que Jeffrey Lesser colocou em dúvida a efetiva aplicação da política de restrição em relação à entrada de estrangeiros no Brasil. As leis, que teoricamente demonstravam a disposição das autoridades brasileiras de barrar severamente indivíduos de outras nacionalidades, não foram seguidas fielmente por alguns dos seus executores. Inclusive, em relação ao ano de 1939, quando circulares secretas e outros dispositivos determinaram posturas mais duras, o autor pondera que houve aumento na entrada de judeus no país. LESSER, Jeffrey. *O Brasil e a questão judaica: imigração, diplomacia e preconceito*. Rio de Janeiro: Imago, 1995, p. 239.

<sup>4</sup> No Estado Novo, o serviço de vistos mantido pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), encarregado de permitir legalmente a estadia do imigrante no Brasil, passaria em 1941 para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores (MJNI), dirigido por Francisco Campos. A transferência do encargo de um ministério ao outro transcorreu em disputa calorosa entre os ideólogos das repartições, Oswaldo Aranha e Francisco Campos. KOIFMAN, Fábio. *Imigrante ideal: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 87.

Tucci Carneiro, em trabalho já clássico, pondera que a defesa da nação por parte de Vargas foi a estratégia mobilizada fosse para jogar com os Estados Unidos e a Alemanha no âmbito externo, fosse para defender o país de quistos raciais ou do comunismo, frequentemente associado aos judeus, que, de forma contraditória, também eram evocados como exploradores capitalistas. Assim, na perspectiva da autora, o discurso nacionalista pôde abrigar, no interior do governo, tendências simpáticas às posturas autoritárias. Assim:

Do judeu imigrante foi cobrada, concomitantemente, uma dedicação à agricultura e uma formação técnico-industrial, contestando sua dedicação ao comércio e sua concentração nos grandes centros urbanos. Legalmente foi impedido de qualquer atividade política ou opção ideológica, correndo o risco de ser rotulado de “comunista”. Portanto, a adoção de uma política migratória restritiva apoiada em critérios étnicos foi vista como solução, pois atendia a interesses internos e externos, configurando a formação de dois blocos opostos. Do ponto de vista interno (no plano econômico) configurou-se a luta do industrialismo em oposição à vocação agrícola, cercando-se o governo de um grupo de empresários, porta-vozes dos interesses privados e que passaram a assessorar Vargas nas mais variadas questões internacionais. O setor industrial deu progressiva adesão ao modelo autoritário centralizador, reconhecendo a necessidade de intervenção estatal na economia. Do ponto de vista internacional (no plano político-econômico) estavam em jogo tratados comerciais, empréstimos financeiros e até mesmo apoio militar.<sup>5</sup>

Em outras palavras, se o Brasil incentivava a vinda de imigrantes europeus na Primeira República,<sup>6</sup> após 1930 a situação mudou em consonância com os acontecimentos internacionais. À luz de critérios mais excludentes e fundamentados na suposta diferenciação étnica, cuja fonte inspiradora consistia-se nas teorias eugênicas europeias e norte-americanas, a política migratória articulava-se também aos interesses econômicos das elites que apoiavam Getúlio Vargas, que admitiam no país apenas aqueles possuidores dos atributos requeridos para o exercício de atividades ligadas à tão desejada industrialização, o que indiretamente era uma forma de exclusão de grupos. Argumentos derivados do nacionalismo em voga que ganhavam consistência em vista da questão datada da Primeira Guerra Mundial, da luta contra a formação de “quistos raciais”, considerados prejudiciais à consolidação dos valores da brasilidade.

Os novos parâmetros de controle migratório começaram a ser postos em prática em 1934, quando a Assembleia Constituinte promulgou a “Lei de Cotas”, instrumento que respondeu aos anseios de setores governistas e de intelectuais simpatizantes dos regimes autoritários: diminuir o percentual da entrada de imigrantes e proibir que fossem dominantes

<sup>5</sup> CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O anti-semitismo na Era Vargas: fantasmas de uma geração (1930-1945)*. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 122.

<sup>6</sup> Alguns dos intelectuais membros da bancada varguista criticavam o modelo migratório introduzido em território nacional nas duas primeiras décadas do século XX. Segundo eles, a formação de comunidades isoladas pelo interior do país foi sintoma justamente dos equívocos cometidos pelos governantes naquela época. SEYFERTH, Giralda. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. *Mana*, volume 3, nº 1, Rio de Janeiro, 1997.

em largas áreas do país. Tema candente nos anos posteriores, a discussão sobre os rumos da política imigratória continuou em pauta, com a edição de novos decretos, a exemplo do nº 406, de 4 de maio de 1938, que, dentre outras medidas, criou o Conselho de Imigração e Colonização para dar conta da matéria de modo mais sistemático, o nº 3.010, de 20 de agosto de 1938, que regulou a obrigatoriedade do registro de estrangeiros com menos de 60 anos de idade nos posto policiais para obtenção da carteira de identidade “Modelo 19”, e o nº 4.637, de 31 de agosto de 1942, que, por sua vez, tornou ilegal a participação em reuniões ocorridas em sindicatos e entidades sociais dos chamados “súditos” dos países inimigos do Brasil, após a declaração do Estado de Guerra contra o Eixo em 22 de agosto de 1942.<sup>7</sup>

Os que buscavam asilo fora da Europa encontravam muitas dificuldades para estabelecerem-se legalmente e mesmo aqueles que conseguiam, a custo de muitos esforços, ou de maneira clandestina, nem sempre conheciam a vida sonhada no novo destino. Emigrar envolvia uma série de rupturas em relação à cultura de origem. Deixar para trás parentes e conhecidos, hábitos e bens materiais acarretava em adaptar-se às primeiras demandas da subsistência em meio a muitas incertezas quanto ao futuro. Aos que venciam essas barreiras iniciais, restava o trabalho de conciliar as lembranças do passado familiar aos desafios do novo mundo, o que se tornava ainda mais complexo em vista do contexto imposto pela guerra em curso a partir de setembro de 1939.<sup>8</sup>

O Estado do Rio de Janeiro, no qual se situava a capital do país, atraía parte importante dos imigrantes e tal experiência era vivida em meio à conturbada atmosfera da política local, sob o regime do Estado Novo de Getúlio Vargas. Sobretudo, a partir de 1939, com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), a censura recrudescceu e a imprensa escrita, um dos principais meios de comunicação da época, esteve entre os principais alvos. Merece destaque a representativa modernização então em curso na imprensa brasileira da época. Grande parte dos jornais, sem perderem o caráter opinativo, era administrada por empresários que tinham em mira a obtenção de lucros.

---

<sup>7</sup> BRASIL. Decreto-lei nº 3010 de 20 de agosto de 1938. Rio de Janeiro, DF; \_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 406 de 4 de maio de 1938. Rio de Janeiro, DF; \_\_\_\_\_. Decreto-lei n. 4.637, de 31 de agosto de 1942. Rio de Janeiro, DF. Legislação informatizada da República Federativa do Brasil. Câmara dos Deputados. Disponíveis nos sítios eletrônicos: [www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/) e <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949>.

<sup>8</sup> Ainda que pesasse os inúmeros desafios no estabelecimento do imigrante na nova terra, no Estado do Rio de Janeiro, organizações de apoio aos recém-chegados os auxiliavam nos primeiros momentos, a exemplo da Junta dos Refugiados de Guerra e do Comitê Intergovernamental sobre Refugiados, além de outras entidades dirigidas especificamente a determinadas etnias ou nacionalidades, como a Sociedade Beneficente Israelita de Amparo aos Imigrantes (RELIEF).

No que respeita aos suicídios, os cometidos em situações inusitadas e/ou por pessoas dos altos estratos sociais, ocupavam espaços consideráveis nos jornais, como revelou um levantamento preliminar realizado no sítio eletrônico da Hemeroteca Digital da Fundação da Biblioteca Nacional,<sup>9</sup> que permitiu identificar a quantidade de vezes que a palavra figurou entre 1939 e 1945. É obvio que os números encontrados atingiram a casa dos milhares, mesmo restringindo-se a buscar aos oito principais jornais que circulavam na capital, a saber: *A Noite* (1911-1964), *Diário da Noite* (1929-1961), *Gazeta de Notícias* (1875-?),<sup>10</sup> *O Jornal* (1919-1974), *Jornal do Comércio* (1827-2016), *Correio da Manhã* (1901-1964), *Jornal do Brasil* (1891-2010) e *Diário de Notícias* (1930-1974). A Tabela n. 1 apresenta os resultados encontrados, cabendo insistir nos limites desse tipo de busca, seja em função da impressão e/ou da preservação dos jornais. Mesmo não se podendo afirmar que todos os registros foram selecionados, os dados encontrados foram muito significativos em termos numéricos.

**Tabela 1: Resultado da busca pelo termo suicídio na imprensa do Rio de Janeiro**

| Jornais                   | Décadas de 1930 e 1940 | Jornais                   | 1939-1945     |
|---------------------------|------------------------|---------------------------|---------------|
| <i>A Noite</i>            | 8.574                  | <i>A Noite</i>            | 2.674         |
| <i>Diário da Noite</i>    | 5.396                  | <i>Diário de Notícias</i> | 1.779         |
| <i>Jornal do Comércio</i> | 5.026                  | <i>Jornal do Comércio</i> | 1.657         |
| <i>Diário de Notícias</i> | 4.764                  | <i>Diário da Noite</i>    | 1.606         |
| <i>Correio da Manhã</i>   | 4.315                  | <i>Correio da Manhã</i>   | 1.116         |
| <i>O Jornal</i>           | 3.882                  | <i>Jornal do Brasil</i>   | 1.075         |
| <i>Jornal do Brasil</i>   | 3.665                  | <i>O Jornal</i>           | 1.056         |
| <i>Gazeta de Notícias</i> | 2.019                  | <i>Gazeta de Notícias</i> | 830           |
| <b>Total geral</b>        | <b>37.641</b>          | <b>Total geral</b>        | <b>11.793</b> |

Fonte: Tabela elaborada pelo doutorando a partir do sistema de busca da Hemeroteca Digital da Fundação da Biblioteca Nacional.

Cabe salientar que os números indicados não se referem a casos de suicídios propriamente ditos, mas a toda e qualquer ocorrência da palavra, ou seja, tal como se apresentam na tabela nada permitem concluir, a não ser a frequência do termo em cada periódico. Para verificar a simples ocorrência da palavra, comparou-se a quantidade de menções

<sup>9</sup> O sistema de busca digital oferecido pela Fundação da Biblioteca Nacional no acervo de sua hemeroteca utiliza a tecnologia Reconhecimento Ótico de Caracteres (*Optical Character Recognition-OCR*) que identifica textualmente no acervo a palavra-chave solicitada.

<sup>10</sup> Não foi possível precisar ainda a data exata do término da versão impressa do jornal. Quando da primeira edição do *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* do CPDOC, datado de 1984, a folha ainda circulava, ainda que tivesse perdido o seu antigo brilho. Na Hemeroteca Digital, constam exemplares até o ano de 1956.

encontrada entre os anos de 1930 e 1949, ou seja, 37.641, com a relativa aos anos 1939-1945, 11.793, o que indica que esses seis anos sozinhos representam 31% das ocorrências.

Entretanto, é preciso observar que ainda se trata de um dado bastante impreciso e para verificar se a menção tinha ou não relação com o ato de colocar termo à vida, foi preciso verificar cada uma dessas menções, o que já foi feito para *A Noite* e o *Diário da Noite*,<sup>11</sup> escolhidos justamente por ocuparem as primeiras posições na Tabela n. 1. Assim, foram verificadas 4.453 ocorrências do termo, o que permitiu selecionar não todos os suicídios, mas aqueles nos quais a motivação para a atitude foi atribuída à consequências decorrentes da Segunda Guerra Mundial.<sup>12</sup> Em síntese: cada ocorrência foi verificada e, dentre as que efetivamente diziam respeito a indivíduos que se mataram, foram selecionadas as que, pelo menos segundo as notícias, havia vinculação entre o ato e a conjuntura associada, direta ou indiretamente, ao conflito.

Apesar de não haverem sido arrolados em coluna específica, o detalhamento das informações levantadas, as fotos e a escolha de noticiar nas primeiras páginas dos exemplares, corroboravam a importância atribuída a suicidas que justificaram a decisão em razão da guerra ou das circunstâncias vivenciadas em função desse evento. Assim, a análise das ocorrências do termo suicídio, nesses dois periódicos, permitiu identificar 23, ao que se somam outros sete que, pelos indícios fornecidos na notícia, podem ser considerados como prováveis candidatos a integrar a amostra. Os resultados estão na Tabela n. 2.

---

<sup>11</sup> O diário vespertino *A Noite*, fundado em 18 de julho de 1911 por Irineu Marinho e um grupo de acionistas, circulou até 31 de agosto de 1964 e passou por significativo crescimento na década de 1930, em função dos investimentos feitos por Guilherme Guinle, um dos proprietários da Estrada de Ferro São Paulo/Rio Grande. Símbolo de uma imprensa moderna e cada vez mais profissionalizada, *A Noite* atingiu o patamar semelhante ao do também vespertino, *Diário da Noite*, fundado em 1929 por Francisco de Assis Chateaubriand e Bandeira de Mello e um dos embriões da maior rede de veículos de comunicação do seu tempo, os *Diários Associados*. O *Diário da Noite* deixou de circular em 1961.

<sup>12</sup> Está em curso a sistematização relativa ao jornal *Gazeta de Notícias*, ao que se seguirá o processo com os demais. A escolha recaiu nesse título por se tratar daquele com menor ocorrência, tendo em vista comparar com os dois primeiros.



**Tabela 2: Notícias sobre suicídios motivados pela Segunda Guerra Mundial segundo A Noite e Diário da Noite (1939-1945)**

| Casos | Suicida                                               | Nacionalidade | Ano da notícia | A Noite    | Diário da Noite |
|-------|-------------------------------------------------------|---------------|----------------|------------|-----------------|
| 1     | Marcello Rizzi (suspeito)                             | Italiano      | 1939           |            | X (p. 3)        |
| 2     | Godofredo Schiller (suspeito) (interior)              | Alemão        | 1939           |            | X (p. 17)       |
| 3     | Martha Beker e Hulth Beker (mãe e filho)              | Alemães       | 1939           | X (p. 1)   |                 |
| 4     | Bela Sara Bluth                                       | Alemã         | 1939           | X (p. 2)   |                 |
| 5     | Rosa Waginstok                                        | Polonesa      | 1939           | X (p. 2)   | X (p. 4)        |
| 6     | Fred Sheip                                            | Alemão        | 1939           |            | X (p. 2)        |
| 7     | Lore Lara Friendreich                                 | Alemã         | 1939           |            | X (p. 3)        |
| 8     | Nirma Hirschfeld                                      | Alemã         | 1939           |            | X (p. 1-2)      |
| 9     | Henrique Stock (interior)                             | Alemão        | 1939           |            | X (p. 8)        |
| 10    | Desiderio Egresso e Amalia ou Melanie Egressi (casal) | Húngaros      | 1940           | X (p. 1)   | X (p. 1-2)      |
| 11    | Leopoldo Jonas                                        | Não consta    | 1940           | X (p. 2)   |                 |
| 12    | Thereza Heller                                        | Austríaca     | 1940           | X (p.1-2)  | X (p. 2)        |
| 13    | Rolando Hasenohrl (tentativa) (suspeito)              | Austríaco     | 1940           | X (p. 6)   |                 |
| 14    | Salomão Spielmann (interior)                          | Polônês       | 1940           |            | X (p. 3)        |
| 15    | Albert Philyp Plenw                                   | Holandês      | 1940           | X (p. 3)   | X (p. 1)        |
| 16    | Curt Reitaz (tentativa)                               | Austríaco     | 1940           |            | X (p. 2)        |
| 17    | Edith Hueppe                                          | Alemã         | 1940           |            | X (p. 2)        |
| 18    | Felix Kobout (suspeito)                               | Alemão        | 1941           |            | X (p. 3)        |
| 19    | Baronesa Cecy de Sugesser Brusegg                     | Polonesa      | 1941           | X (p. 1)   | X (p. 1)        |
| 20    | Olaf Hedlund                                          | Finlandês     | 1941           | X (p. 3)   |                 |
| 21    | Antonio Carvalho Silva                                | Brasileiro    | 1942           |            | X (p. 16)       |
| 22    | Albert Hirschfeld                                     | Alemão        | 1942           |            | X (p. 7)        |
| 23    | Stefan Zweig e Lotte Altman (casal) (interior)        | Alemão        | 1942           | X (p.1)    | X(p. 1)         |
| 24    | Ernest Gunther Rouse (suspeito)                       | Alemão        | 1942           | X (p.1)    |                 |
| 25    | Kurt Reik (suspeito)                                  | Tcheco        | 1942           | X (p. 3)   |                 |
| 26    | Roland Hasenoechl                                     | Austríaco     | 1943           | X (p. 1-2) |                 |
| 27    | Margot Eliza Buelan (suspeito)                        | Alemã         | 1943           | X (p. 10)  | X (p. 3)        |
| 28    | Joohana Holzward (suspeito)                           | Alemã         | 1943           |            | X (p.1)         |
| 29    | Marthe Perrin                                         | Francesa      | 1944           | X (p. 3)   | X (p. 1-2)      |
| 30    | Tunezo e Josika Nagano (casal)                        | Japoneses     | 1945           | X (p. 1-2) |                 |

Fonte: Tabela elaborada pelo doutorando a partir da análise de dados obtidos na Hemeroteca Digital Brasileira.

Conforme se observa na Tabela n. 2, conta-se com 16 casos confirmados e um a ser verificado em *A Noite*, ao passo que para o *Diário da Noite*, tem-se, respectivamente 19 e uma ocorrência, o que resulta em três dezenas de casos, com apenas quatro ocorridos fora da capital. É interessante notar que, a despeito de circularem na mesma cidade, apenas sete foram os casos noticiados nas duas folhas.

A análise revelou, ainda, que dos 23 casos confirmados de suicídios relacionados com a guerra, 22 foram cometidos por estrangeiros, fossem indivíduos recém-chegados que buscavam refúgio das perseguições de regimes totalitários ou dos que aqui já haviam fixado residência, mas que, por motivos os mais diversos, decidiram libertarem-se dos sofrimentos causados pela guerra que parecia não ter prazo para terminar.<sup>13</sup> Tal decisão, resultado das duras experiências vivenciadas na Europa ou no território nacional, tornava-se uma nota na imprensa, não raro redimensionada de forma simplista e impregnada de/por juízos de valor, segundo as especificidades sócio-históricas daquela conjuntura.

Portanto, sem ignorar o tabu que cercava o suicídio na primeira metade do século XX (e que de certo modo ainda vigora na contemporaneidade),<sup>14</sup> trata-se de perceber como os periódicos noticiaram os suicídios, levando em conta as estratégias narrativas utilizadas num contexto de intolerância generalizada ao redor do mundo.

A análise detida dos casos de suicídio pode revelar como a questão era apresentada nos jornais e que lugares ocupavam os discursos científicos e políticos, o quanto as dificuldades do suicida eram explicitadas e até que ponto a realidade estampada nas folhas corroboravam a imagem de um país acolhedor e dotado de senso humanitário em tempos tão sombrios. Nem todos os suicidas desfrutavam do prestígio e da admiração do escritor alemão Stefan Zweig,<sup>15</sup> que se suicidou em 1942. O respeito da intelectualidade brasileira e a recepção que teve não foram suficientes para aplacar a dor, e o fato é recorrentemente lembrado, enquanto outros permanecem silenciados pela poeira do tempo.

---

<sup>13</sup> Diante da brutal repressão do governo alemão contra os judeus, alguns se suicidaram ao se darem conta da impossibilidade de escapar: “Em 1943 uma senhora judia-alemã, cuja filha residia em São Paulo, suicidou-se na Alemanha ao receber a notícia de que não lhe seria permitida a entrada no Brasil em cumprimento à legislação em vigor.”. CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Op. cit.*, 1995, p. 78.

<sup>14</sup> Para George Minois, já no oitocentos, é possível afirmar a existência do silenciamento em torno do suicídio nas civilizações ocidentais. Embora a decisão de pôr fim à vida demandasse incontornável atenção da sociedade, não estava em questão subscrever sua prática: “No século XIX o debate é encerrado: ser ou não ser é uma questão inconveniente, inoportuna e chocante. Portanto, silêncio. Sim, o suicídio existe, as estatísticas o comprovam amplamente; porém, se é possível tentar explicar suas origens, legitimá-lo está fora de questão. O suicídio é uma doença mental, moral, física e social. Pelo menos quanto a isso as autoridades políticas, religiosas e morais estão de acordo.”. MINOIS, Georges. *História do suicídio: a sociedade ocidental diante da morte voluntária*. São Paulo: UNESP, 2018, p. 400.

<sup>15</sup> Sobre o suicídio e a trajetória de Stefan Zweig, vide: DINES, Alberto. *Morte no paraíso: a tragédia de Stefan Zweig*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

## Entre políticas, imagens e representações: o estudo de *Mundo Peronista* a partir de suas capas (1951-1955)

Raquel Fernandes Lanzoni<sup>1</sup>

O presente estudo tem como objetivo analisar as capas da revista *Mundo Peronista* (MP), publicada entre julho de 1951 e setembro de 1955. O periódico em questão era o órgão difusor da Escola Superior Peronista (ESP),<sup>2</sup> centro de formação de dirigentes que, uma vez instruídos, seriam responsáveis pela divulgação do movimento peronista de forma mais assertiva por todo o território argentino. De forma análoga, a revista possuía como propósito norteador inculcar a doutrina peronista às massas por meio de publicações que versavam sobre os mais diversos assuntos. Publicada quinzenalmente em Buenos Aires, o leitor podia adquirir a revista por meio de assinaturas ou compra direta na sede da revista ou em quiosques de vendas. Ademais, o periódico também era distribuído para o interior do país e até mesmo para outros países como o Brasil e os Estados Unidos.

Com uma média de 50 páginas por edição, MP era impressa em cor sépia, enquanto que em suas capas apareciam fotografias e pinturas coloridas. Sob a direção de Jorge Newton, escritor de romances a década de 1930, a publicação possuía um conteúdo bastante denso que abrangia desde matérias de cunho mais doutrinário e informativo direcionadas para as Unidades Básicas, dirigentes e filiados ao partido, até seções humorísticas e para o público infantil. De qualquer forma, a escrita simples e direta tornava MP acessível para todos aqueles que se interessavam pelos assuntos do movimento peronista. A presença de imagens como fotografias, desenhos e caricaturas também é bastante expressiva, o que despertou a nossa atenção para o desenvolvimento desse estudo, pois se objetivamos analisar o discurso de *Mundo Peronista* a fim de investigar seu papel político e social na sociedade argentina da época, não podemos ignorar a produção social dessas imagens, isto é, quais as intenções e relações que elas estabelecem com a realidade a partir do suporte no qual está sendo publicada.<sup>3</sup>

Como indica Luiz Carlos dos Passos Martins em relação ao novo olhar que a história política renovada lançou sobre a imprensa, “[...] este suporte documental se apresenta como um

---

<sup>1</sup> Mestranda em História no Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho sob orientação de José Luís Bendicho Beired.

<sup>2</sup> A Escola Superior Peronista, inaugurada em março de 1951, era dirigida por Raul Mendé, médico pela Universidade Nacional de Córdoba e Ministro de Assuntos Técnicos da Nação entre 1952 e 1955. A função da ESP não era de “formar” novos peronistas, mas instruir aqueles que já haviam aderido ao movimento de forma mais completa por meio de cursos ofertados ao longo do ano.

<sup>3</sup> BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. História Visual: Um balanço introdutório. In: BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio; GARCIA, Tânia da Costa (orgs.). *Cadernos de Seminários de Pesquisa*. Cultura e política nas Américas. Assis: FCL-Assis-Unesp Publicações, v.1, pp. 72-85, 2009.

*locus* privilegiado para estudar visões de mundo, representações e imaginários sociais, que têm um enorme peso político-ideológico na organização social”.<sup>4</sup> De acordo com Maria Helena Rolim Capelato, *MP* se configura como um rico material para exemplificar a propaganda política peronista. Para ela, o conteúdo publicado simbolizava o perfil peronista das publicações da época, caracterizado pelo maniqueísmo e pela redução temporal do *antes-agora*, descrito pela necessidade de mostrar ao leitor a diferença entre um passado sombrio de dominação estrangeira e um presente iluminado e próspero possível somente pelo advento do peronismo, que dignificou a massa trabalhadora argentina.<sup>5</sup> Vale ressaltar que os meios de comunicação tiveram um papel essencial para a consolidação do peronismo. Segundo Pablo Sirvén, a criação da *Subsecretaria de Informaciones* em 1947 revela a importância que o governo atribuía à propaganda política como mecanismo de divulgação por meio de folhetos, cartazes, revistas, jornais, programas de rádios e peças de teatro e também de controle e censura, no que diz respeito às medidas governamentais de compra de diários opositores ao governo, controle de insumos para as editoras como a restrição de papel e recomendações ao funcionamento da imprensa em geral.<sup>6</sup>

Portanto, acreditamos que um estudo mais pormenorizado do discurso que a revista – caracterizada por um leitor como a “história fotográfica e escrita do pensamento de vivo de Perón e Eva Perón”<sup>7</sup> – construiu sobre o peronismo compreende não somente o material escrito, mas também as imagens que abundantemente foram publicadas. Para tal, centraremos nossa análise na seção *Nuestra carátula*, publicada a partir da 40ª edição em 01 de março de 1953. A seção apareceu 46 vezes e entre as 91 capas do periódico,<sup>8</sup> 35 delas estamparam Eva Perón, 41 ilustraram Juan Perón, nove publicaram fotos ou pinturas do casal presidencial e somente cinco trouxeram impressas terceiros acompanhados por Juan Perón. Em relação à seção, consistia graficamente em uma imagem da capa em tamanho reduzido seguida por um breve texto que explicava ao leitor os significados das imagens e a impressões que elas causavam – ou deveriam – naquele que adquiria a revista.

<sup>4</sup> MARTINS, Luiz Carlos dos Passos. História dos conceitos e conceitos na história: a imprensa como fonte/objeto da história conceitual do político. ANGELI, D; BATISTELLA, A; DOMINGOS, C. (Org). *Capítulos de História Política: fontes, objetos e abordagens*. São Leopoldo: Oikos, 2018, p. 61.

<sup>5</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e peronismo*. Campinas: Papirus, 2009.

<sup>6</sup> SIRVÉN, Pablo. *Perón y los medios de comunicación: la conflictiva relación de los gobiernos justicialistas con la prensa 1943-2011*. Buenos Aires: Sudamericana, 2011.

<sup>7</sup> *MUNDO PERONISTA*. Buenos Aires: Escuela Superior Peronista, n. 13, 15 de janeiro de 1952, p. 29.

<sup>8</sup> *Mundo Peronista* totalizou 93 edições, mas as quatro últimas foram condensadas em dois números: o de número 90 trouxe as edições 90ª (15/07/1955) e 91ª (01/08/1955) e o número 92 apresentou as edições 92ª (15/08/1955) e 93ª (01/09/1955). Tal mudança foi justificada pela própria revista em uma nota logo nas páginas iniciais que “questões de ordem técnica” não possibilitaram a publicação de forma quinzenal.

Quando a capa trazia alguma fotografia, *MP* não publicava o nome do fotógrafo, enquanto que as pinturas eram frequentemente acompanhadas de seus respectivos pintores. Em relação às pinturas, o levantamento feito acerca da autoria das obras mostram cinco “artistas do povo” que tiveram seus quadros reproduzidos nas capas da revista: Nidia C. de Muñoz, Lidia Capuzotto, José Cañizares, Armando Miravalls Bove e José Alberto Moyano Fragueiro. A ausência de autoria das fotografias e nos textos publicados era algo recorrente em toda revista sob a justificativa de que o conteúdo de *MP* era escrito por “cidadãos peronistas” para a “massa peronista” e, por isso, o “conteúdo intelectual” da revista tornava-se em “patrimônio social” para toda a Argentina.<sup>9</sup>

A primeira capa que nos dedicaremos a analisar estampou a edição de número 66, publicada em 01 de junho de 1954, e trouxe uma pintura de José Alberto Moyano Fragueiro inspirada em uma fotografia, na qual aparece Juan Perón sorridente, de roupas casuais e usando a *gorrita*, um tipo que boné comum nas vestimentas masculinas da época. Intitulada “*La gorrita del General*”, o foco de *Nuestra carátula* será justamente a *gorrita*, item que simbolizava a democracia, em oposição aos chapéus da marca “Stetson” que, por sua vez, estavam diretamente relacionados aos homens da oligarquia, isto é, ao “anti-povo”. Ao utilizar a *gorrita*, Juan Perón não se mostrava somente como democrático, mas se igualava ao povo: essa aproximação entre o líder e o povo era uma máxima bastante explorada pela revista, que buscava legitimar o governo peronista por meio das semelhanças entre os dois atores da sociedade.

Outrossim, a revista elucida aos leitores que, mesmo sendo a *gorrita* um item democrático e, por isso, preferível aos chapéus da marca Stetson, os trabalhadores poderiam, todavia, adquirir esses últimos como resultado das políticas trabalhistas do governo peronista que, ao aumentarem os salários dos trabalhadores, possibilitaram seu acesso aos bens de consumo mais requintados que outrora estavam limitados às classes mais altas. Carolina Barry indica que o luxo era uma reivindicação para os pobres, compreendida nesse marco como justiça social: “uma reivindicação como uma objeção sobre ao que se acredita ter direito, isto é: era justiça. Um mundo de felicidade, harmonia e igualdade, que não era estranho às condições em que viviam os trabalhadores [...]”.<sup>10</sup> Consumir artigos de luxo, frequentar lugares que antes eram restritos à classe alta, como os cinemas na capital Buenos Aires,<sup>11</sup> eram formas de

<sup>9</sup> *MUNDO PERONISTA*. Buenos Aires: Escuela Superior Peronista, n. 14, 01 de fevereiro de 1952, p. 39.

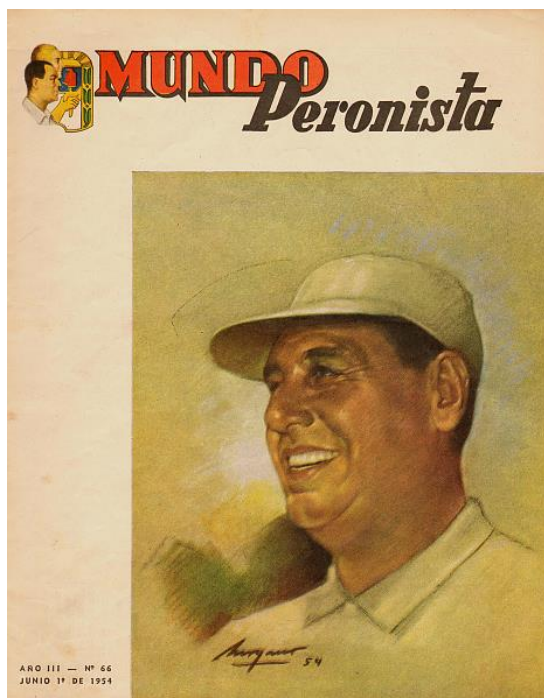
<sup>10</sup> BARRY, Carolina. Mujeres en tránsito. IN: RAMACCIOTTI, Karina; VALOBRA, Adriana. *La Fundación Eva Perón y las mujeres: entre la provocación y la inclusión*. Buenos Aires: Biblos, 2008, p. 80.

<sup>11</sup> MILANESIO, Natalia. *Cuando los trabajadores salieron de compras*. Nuevos consumidores, publicidad y cambio cultural durante el primer peronismo, Buenos Aires: Siglo XXI, 2014, passim.

corroborar a democratização do bem-estar e o direito dos trabalhadores,<sup>12</sup> assegurado pelo Estado, de consumir e usufruir de tudo aquilo que anteriormente era exclusivo das classes altas.

Assim, a propaganda oficial celebrou a nova vida boa dos setores de baixa renda com estatísticas que medem a felicidade coletiva em relação ao número de ingressos para jogos de futebol e ao número de trajes que um assalariado poderia pagar. Ainda mais original foi o fato de que, pela primeira vez, o governo reconheceu que ter tempo e dinheiro para atividades recreativas e para consumo era um direito legítimo e inalienável.<sup>13</sup>

**Figura 1: Juan Perón estampado na capa de *Mundo Peronista***



**Fonte:** *Mundo Peronista*, n. 66, 01 jun. 1954.

Por conseguinte, a edição de número 71 (1º de setembro de 1954) apresentou uma das capas mais emblemáticas de *MP*: intitulada “*Presencia*”, Eva Perón aparece representada com traços que indicam a santificação de sua figura. De acordo com José Alberto Moyano Fragueiro, seu objetivo era de apresentar ao público a imagem da primeira-dama que “leva em seu coração os milhões de descamisados e humildes”, os quais ela consolou “sem limites geográficos ou raciais”, “por toda América” e “por todo o mundo”.<sup>14</sup> É possível observar, a partir do Cruzeiro do Sul no canto superior direito da pintura, que a imagem de Eva se projeta no céu, recordando

<sup>12</sup> TORRE, Juan Carlos; PASTORIZA, Elisa. La democratización del bienestar. In: TORRE, Juan Carlos (Org). *Los años peronistas (1943-1955)*. Tomo VIII da Colección Nueva Historia Argentina. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2002, p. 257-312.

<sup>13</sup> MILANESIO, op. cit., p. 120.

<sup>14</sup> *MUNDO PERONISTA*. Buenos Aires: Escuela Superior Peronista, n. 71, 01 de setembro de 1954, p. 22.

as aparições de Nossa Senhora: de acordo com a seção, como uma “Madonna” Eva Perón representava a esperança “nas consciências dos sedentos por justiça e amor”.

Designada pelo o título “*Ahora nos damos cuenta!...*”, a seção transcreveu alguns trechos do 58º capítulo de *La Razón de Mi Vida*<sup>15</sup>, no qual Eva indica que possivelmente sua morte seria recordada da mesma forma como os filhos recordam a morte de suas mães que “se vão definitivamente”. Apenas depois de seu “desaparecimento físico” que os filhos constataam a profundidade do amor de suas mães. A morte de Eva Perón foi apresentada como um “sacrifício sem igual na história dos povos”, enquanto que em vida sua trajetória era marcada pela renúncia que “vai além do humano e se adentra na carne viva do divino”. A ideia expressada pela seção não se restringe, porém, à edição que analisamos aqui. Ainda quando Eva Perón estava viva, *MP* já a apresentava como mártir, aquela que doou sua vida em prol dos mais humildes da nação: o câncer que a atormentou precocemente foi explorado pela imprensa oficial como resultado do “imenso sacrifício” de suas ações sociais. De acordo com Lila Caimari, a enfermidade de Eva Perón intensificou a religiosidade construída em sua imagem e, ao mesmo tempo em que encontramos imagens que a aludem a Nossa Senhora, como em *MP*, é possível encontrar comparações entre Eva Perón e Jesus Cristo devido ao sacrifício que ambas as figuras enfrentaram para redimir homens e mulheres em diferentes épocas.<sup>16</sup> A análise de Caimari defende que, apesar das analogias entre Eva Perón e a Virgem Maria serem válidas, “se Eva Perón pretendia resgatar uma analogia religiosa para a mística peronista, esta se parecia mais à imagem de um Jesus Cristo redentor social, inimigo dos ricos e dos mercadores do tempo, que a uma Virgem mais passiva e pouco associada aos problemas sociais”.<sup>17</sup>

---

<sup>15</sup> PERÓN, Eva Duarte. *La razón de mi vida y otros escritos*. Buenos Aires: Editorial Planeta Argentina, 1997.

<sup>16</sup> CAIMARI, Lila. *Perón y la iglesia católica: religión, Estado y sociedad en la Argentina (1943-1955)*. Buenos Aires: Emecé, 2010, p. 233.

<sup>17</sup> Id., p. 288.

**Figura 2: "Presencia", obra de José Alberto Moyano Fragueiro na capa de *Mundo***

***Peronista***



**Fonte:** *Mundo Peronista*, n. 71, 01 set. 1954.

Em 1º de outubro de 1954, *MP* publicou em sua capa uma pintura a óleo do artista espanhol Armando Mivaralls Bove. Distintivamente das outras vezes, a seção *Nuestra carátula* dedicou um espaço maior para a apresentação do pintor. Em algumas linhas, fez-se saber que Bove conheceu Eva Perón em Barcelona quando ela viajava pela Espanha em 1947. A interpretação artística do pintor consistiu em uma representação de Eva Perón na residência presidencial em Olivos enquanto discursava suas “efervescentes mensagens” às mulheres que ali se reuniam para formar o “Movimento Peronista Feminino da Nova Argentina”. As informações publicadas na seção, bem como as impressões de Bove sobre Eva Perón, vão de encontro com a promulgação da Lei 13.010 em 23 de setembro de 1947 que concedia o direito de voto às mulheres argentinas e que dois anos mais tarde foi recepcionada pela nova Constituição. Com efeito, o sufrágio feminino já era pauta presente nas discussões política argentinas desde 1919, quando foi aberto o primeiro processo parlamentar para o projeto de lei de direitos políticos para as mulheres.<sup>18</sup> Todavia, a autora assinala que

Os discursos de Evita fizeram dela a porta-voz de um movimento de mulheres cuja origem social era muito diferente das primeiras feministas. [...] Tanto no imaginário popular dos peronistas quanto dos antiperonistas ficou registrado que Eva Perón

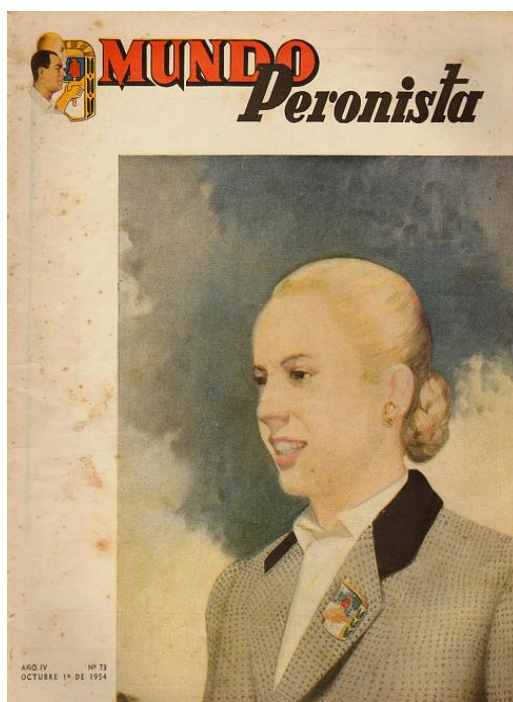
<sup>18</sup> BARRY, Carolina. Elegir y ser elegida: entre la ley de voto femenino y la ley de cupo. *Apuntes electorales*, México, n. 18, v. 60, jan-jun 2019, pp. 11-38.



concedeu o voto feminino, o que em parte é verdade, já que ela foi o último elo em inúmeras lutas feministas e sufragistas ocorridas desde o início do século XX.<sup>19</sup>

Armando Bove, ao assumir Eva Perón como a porta voz do movimento pelos direitos das mulheres, indicou que, no quadro, o olhar de Evita transmite a expressão de “sublime Condutora”, portadora de uma “extraordinária serenidade” e “cativante potencialidade espiritual”. Em conformidade com Marysa Navarro, os valores espirituais eram mais facilmente encontrados nas mulheres por supostamente serem mais acessíveis aos bons costumes por sua condição biológica-social que os homens e, por isso, possuíam a tarefa de difundir a doutrina peronista e inculcá-la nas massas.<sup>20</sup> Nesse sentido, Eva Perón se tornava o modelo feminino ideal a ser seguido por todas as mulheres do mundo.

**Figura 3: Eva Perón representada pelo pintor espanhol Armando Bove na edição de número 73**



**Fonte:** *Mundo Peronista*, n. 73, 01 out. 1954.

Ao contrário das capas até aqui analisadas que trouxeram pinturas estampadas, a edição de número 80 apresentou ao leitor uma fotografia de Juan Perón sorridente e de perfil. “*La sonrisa de un alma*”, frase que intitula a seção *Nuestra carátula* da edição em questão, evidencia que o foco da imagem é justamente o sorriso do Juan Perón, expressão primeira da essência e da conduta peronista que, sendo exitosa desde o início, permite que o sorriso continue

<sup>19</sup> BARRY, Carolina. *Eva Perón y la organización política de las mujeres*. Buenos Aires: Universidad del CEMA, 2011, p. 7.

<sup>20</sup> NAVARRO, Marysa. *Evita*. Argentina: Planeta, 1994, passim.

estampado no rosto de seu líder. A seção assinala, ademais, que o “sorriso do General” irradiava bondade e através da amabilidade de Juan Perón – representada pelo sorriso – que mulheres, crianças, trabalhadores e estudantes conquistaram melhores condições de vida e direitos. Em um estudo sobre os retratos de Juan e Eva Perón, Marcela Gené afirma que, sejam em pinturas, cartazes ou entre os diversos suportes para a propaganda oficial, a “iconografia dominante” de ambos os líderes peronistas é a “expressão sorridente” como marca distintiva.<sup>21</sup> A autora discute os “rostos do General” – erudito, popular e satírico – considerando o uso de “máscaras” cujo objetivo é facilitar o reconhecimento entre aquele que é vinculado na imagem e o espectador, bem como edificar a forma como os atores delineiam sua imagem na cena pública. Em relação aos usos que os meios de comunicação fizeram da imagem de Juan Perón, a autora atesta que

Uma personalidade carismática que começou a se impor publicamente em 1943, muito antes de ser objeto de uma construção propagandística consciente, e que em 1946 chegou às eleições em uma campanha improvisada na urgência, tendo a própria imagem como único padrão. Como mostram as fotografias e os noticiários, o sorriso ou talvez a risada aberta foi o seu gesto mais frequente, um traço que se transforma - ou é transformado - em uma marca distintiva a ponto de entrar na memória coletiva como um símbolo em si mesmo evocativo de uma época e independentemente de seu dono.<sup>22</sup>

Para a revista, o sorriso de Juan Perón, marca indelével de seu governo, é aquilo que aproxima, persuade, desarma, anima, estimula e impulsiona. Interessante destacar que a década de 1950 foi marcada por profundas crises e conflitos no governo peronista, ocasionados principalmente pelas condições econômicas da época.<sup>23</sup> Soma-se à deteriorização da economia argentina o agravamento das denúncias de corrupção, conflitos internos entre aliados do governo, a morte de Eva Perón e o choque de interesses com a Igreja Católica, o cenário favoreceu a uma crescente oposição desde 1953. Em setembro de 1955, um golpe militar autointitulado Revolução Libertadora derrocava Juan Perón da presidência, dando início ao seu longo exílio até que retornasse ao país na década de 1970. Todavia, o que se atesta nas páginas de *MP* é uma sociedade isenta de conflitos com condições reais de ameaçar a “comunidade organizada” construída por Juan Perón. Conforme escreveu a seção *Nuestra carátula*, da mesma forma que o líder peronista sorriu frente à amargura do passado, sorri no presente para a imortalidade que o espera.

<sup>21</sup> GENÉ, Marcela. *Los rostos del General Perón: del retrato protocolar a la caricatura*. Prohistoria, Santa Fé: Argentina, n. 9, p. 83-93, 2005.

<sup>22</sup> Id., p. 85.

<sup>23</sup> Cf. ROCK, David. El apogeo de Perón. In: \_\_\_\_\_. *Argentina 1516-1987. Desde la colonización española hasta Alfonsín*. Buenos Aires: Alianza, 1989.

**Figura 4: Fotografia de Juan Perón na capa de *Mundo Peronista***



**Fonte:** *Mundo Peronista*, n. 80, 01 fev. 1955.

Ainda de acordo com Marcela Gené, ao nos voltarmos para as imagens de Juan Perón, devemos considerar tanto a sua “personalidade carismática”, quanto os dispositivos usados pelos “fabricantes de carismas” ao construir sua imagem como tal.<sup>24</sup> Juan Perón foi, para a autora, o político mais “mediático” da era pré-televisa, posto que era visível a facilidade e a cômoda relação que ele estabelecia com as câmeras e os microfones. De forma análoga, em *MP* podemos observar que desde o seu início houve a preocupação em publicar uma figura do líder peronista como alguém acessível, aquele que vem do povo, que o conhece intimamente, que também sofreu todas as mazelas e opressões do passado. Por outro lado, também reconhecemos que Juan Perón aparece como o soldado que vem de fora para estabelecer a ordem,<sup>25</sup> aquele que é excepcional em essência e por isso superior a todos os outros. Entre o líder supremo e o líder acessível,

Um líder político nunca é um personagem cristalizado, como se fosse uma imagem estática que, possuindo um poder “carismático”, concentraria, por razões de ‘personalidade’, o fascínio e a crença das massas. Abordar a problemática da liderança política do ponto de vista do dispositivo de enunciação permite compreender que um

<sup>24</sup> GENÉ, Marcela. *Los rostos del General Perón: del retrato protocolar a la caricatura*. Prohistoria, Santa Fé: Argentina, n. 9, p. 83-93, 2005.

<sup>25</sup> SIGAL, Silvia; VERÓN, Eliseo. *Perón o muerte: los fundamentos discursivos del fenómeno peronista*. Buenos Aires: Eubeda, 2014.

líder nada mais é do que um operador extremamente complexo, pelo qual passam os mecanismos de construção de uma série de relações fundamentais [...].<sup>26</sup>

Em relação à imagem de Eva Perón, podemos destacar a presente simbologia e linguagem marcadas por traços religiosos e sentimentais. *A madre de los descamisados* morreu em julho de 1952, apenas um ano após o aparecimento da revista, o que poderia ter significado e justificado a diminuição de publicações que versavam sobre ela. Entretanto, a revista realizou o contrário: para manter a memória de Eva Perón viva após o seu “desaparecimento físico”, empenhou-se em publicar seus discursos proferidos desde a década de 1940, cartas e homenagens enviadas por leitores, reeditava artigos assinados por ela, como o conjunto de aulas *Historia del peronismo* que foram taquigrafadas e publicadas em 1951 nas páginas da revista e novamente em 1954. A construção de uma Eva Perón mística, onipresente, mártir não ocorreu somente após sua morte, pois nos anos finais de sua vida a revista já a apresentava como um ser humano superior, que doou e sacrificou sua vida pelos mais humildes da pátria. Até última edição em setembro de 1955, foi essa imagem que *MP* se empenhou em divulgar da primeira dama: uma mulher única, predestinada, escolhida, digna de altares e orações enquanto viva e depois de sua “passagem”.

Compreendemos, portanto, que as capas corroboram com o objetivo da revista de divulgar a doutrina peronista a partir, exclusivamente, dos únicos líderes do movimento, Juan e Eva Perón. Isto se confirma tanto na averiguação das figuras que aparecem nas capas – já exposto anteriormente – que em sua grande maioria traziam Juan e Eva Perón juntos ou sozinhos e também pela escassa referência de autores, seja das fotografias publicadas, quanto da autoria dos textos publicados em *Nuestra carátula*. As imagens ocupavam quase que a totalidade das capas publicadas por *MP*, o que valida sua importância no que diz respeito à dimensão visual da sociedade, ou seja, como outro importante suporte de doutrinação e aproximação entre o leitor e o movimento peronista além do texto escrito. As imagens, além de informar e ilustrar, também construíam representações sobre aqueles anos e, de forma peculiar, sobre os anos seguintes: a ideia de “comunidade organizada”, tão defendida por Juan Perón, é identificada quando as capas trazem Juan e Eva Perón alegres, satisfeitos, envolvidos pelo povo, com expressões que tanto revelam o comprometimento, a responsabilidade e a seriedade do movimento, quanto àquelas que procuram passar a ideia de “felicidade do povo” que correspondem às conquistas do povo trabalhador.

---

<sup>26</sup> Id., pp. 51-52.

## A CPI do Ipês e do Ibad (1963): apontamentos sobre o caso do jornal *A Noite*

Luana Carolina dos Santos<sup>1</sup>

### Introdução

Em 1959 foi criada no Brasil a Ação Democrática Brasileira (Ibad) e em 1961 o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipês). Juntos, estes institutos promoveram propagandas e eventos de caráter anticomunista e em defesa de princípios liberais da época.<sup>2</sup> O Complexo Ipês/Ibad<sup>3</sup> era uma organização de classe, em que faziam parte: empresários ligados ao capital multinacional associado,<sup>4</sup> militares – vinculados, principalmente a Escola Superior de Guerra – e políticos anticomunistas. Suas ações tinham como objetivo fazer frente ao avanço dos movimentos sociais e ao governo de João Goulart que categorizavam como subversivos, contra a moral e aos bons costumes católicos e ligados ao comunismo. A extensão das ações destes institutos se estendeu ao Congresso Nacional, quando em 1962 financiaram diversas candidaturas a governador, deputado estadual e senador. Porém, essa infiltração não foi feita de maneira transparente, o que resultou na abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) em 1963 para “apurar fatos relacionados com o Ibad e o Ipês.”<sup>5</sup>

A CPI do Ipês e do Ibad (1963), foi aberta oficialmente pelo Deputado do Partido Democrático Cristão Paulo de Tarso somadas à 144 assinaturas de outros membros do Congresso Nacional. Este acervo documental de 4.697 páginas, dividido em um adendo, oito anexos e dezesseis volumes foi a fonte escolhida para basear este artigo. Ele foi digitalizado e

<sup>1</sup> Mestranda em História Política do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Maringá (UEM) sob orientação de João Fábio Bertonha.

<sup>2</sup> Segundo o Estatuto do IBAD, o lema do instituto era “anticomunistas sempre, reacionários nunca”. A lista de seus princípios incluía a defesa das liberdades individuais, da iniciativa privada e apoio ao dinheiro concedido pela Aliança para o Progresso bem como, incentivo aos deputados apoiados pela Ação Democrática Parlamentar (CPI do Ipês e do Ibad, vol. 1, p. 209). O Estatuto do Ipês, por sua vez em seu estatuto destacava sumariamente seu caráter apartidário frente a suas atividades restritamente cívicas e educativas, amparadas na defesa da civilização cristã e democrática (CPI do Ipês e do Ibad, vol. 2, p. 183).

<sup>3</sup> A escolha pelo termo “Complexo Ipês/Ibad” se deu conforme os alinhamentos teóricos com o cientista político René Dreifuss (1981). Em que, o autor compreende que a atuação do Ipês e do Ibad se dava de modo articulado, e que representavam o partido da burguesia do capital multinacional e associado. Porém, apesar de agirem em consonância, o Ibad era à frente de atuação mais palatável, promovendo por exemplo, a intervenção política no Congresso. Enquanto que o Ipês era mais estratégico e levava uma vida dupla, já que escondia seus acordos políticos por meio de ações sociais e educativas (DREIFUSS, René A. 1964 *A Conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 6ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2006).

<sup>4</sup> DREIFUSS, op. cit., p. 125.

<sup>5</sup> Comissão Parlamentar de Inquérito do Ipês e do Ibad. IN: *Comissão Estadual da Verdade Dom Helder Câmara (PE)*. Disponível em <https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/comissao-parlamentar-de-inquerito-cpi-ibad-e-ipês>. 4.697 p. Na citação em questão: CPI do Ipês e do Ibad, vol. 1, p. 2.

disponibilizado para acesso virtual pela *Comissão Estadual da Verdade Dom Helder Câmara* (Pernambuco). Os autos do processo apresentam diferentes tipos de fontes, como, depoimentos, recibos, contratos, recortes de jornais e atas de reuniões entre os membros da Comissão. Desta forma, para além da análise do processo como um todo é possível fazer recortes específicos para refletir pontualmente por meio de categorias teórico-metodológicas particulares. Levando em conta, porém, que todo documento apresentado na CPI (1963) foi elencado de maneira intencional por parte de seus membros. A partir destas considerações, foi escolhido a abordar sobre o periódico *A Noite* já que ele foi pauta na investigação, devido suas relações com o Ibad.

A presente discussão se dará, portanto, primeiramente por meio da contextualização da CPI do Ipês e do Ibad (1963). Em um segundo momento, o jornal *A Noite* será historicizado de modo a apresentar suas principais características políticas. Para desta forma, ser possível apontar quais relações foram estabelecidas entre o Instituto de Ação Democrática (Ibad) e o jornal no período eleitoral de 1962, segundo a CPI (1963). Para tal, serão evidenciadas as denúncias sobre a atuação política do jornal em período eleitoral e os depoimentos colhidos pela Comissão sobre este caso. No fim, será apresentado uma análise de duas reportagens do *A Noite*,<sup>6</sup> em diálogo com a bibliografia auxiliar sobre a temática. Com o fim de perceber a mudança de posicionamento do jornal durante o processo eleitoral de 1962.

### **CPI do Ipês e do Ibad**

Em clima de Guerra Fria, as eleições procedentes a Revolução Cubana (1959) no Brasil em 1962, foi protagonizada por campanhas políticas polarizadas, de intenso uso de propagandas e discursos exaltados. João Goulart ainda não havia assumido como presidente interino e governava o Brasil em um regime parlamentarista. Enquanto isso, os candidatos estaduais e federais degladiavam seus projetos políticos para o Brasil, ora anticomunistas, defensores dos bons costumes, da moral católica e do livre mercado. Enquanto outros defendiam os movimentos sociais dos trabalhadores, estudantes e dos camponeses. O resultado das eleições, por sua vez, tratando-se principalmente dos governadores, foi acirrado. Em que cumpre destacar, a disputa intensa travada entre Miguel Arraes (Partido Social Trabalhista) e João Cleofas (União Democrática) para o governo do Estado de Pernambuco.

---

<sup>6</sup> A Hemeroteca Virtual da Biblioteca Nacional disponibiliza para acesso online de todo o acervo do jornal *A Noite* (Rio de Janeiro) desde sua origem em 1911 até 1964 quando parou de circular. Disponível em <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/noite/348970>. Acesso em 09 fev. 2021.

Nesta, Arraes venceu com uma diferença de apenas 2,3%<sup>7</sup> dos votos.

Em clima eleitoral, certas candidaturas causaram incômodo devido suas campanhas voluptuosas em rádios, televisões e jornais. O deputado Eloy Dutra (PTB) em disputa ao governo do Estado da Guanabara nas eleições de 1962, iniciou as denúncias de que o Ibad era o responsável por financiar diversos candidatos. A trajetória deste deputado cumpre destacar, foi marcada por sua contrariedade à atuação de grupos organizados de empresários nacionais e multinacionais – como o Ibad. Já que, entendia que estes grupos financiadores do “anticomunismo” atacavam o processo democrático brasileiro.<sup>8</sup> Apesar de Dutra ter requerido a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito já durante o processo eleitoral em questão, a CPI apenas pode ser aberta após o fim das eleições e do empossamento dos políticos eleitos.

A fim de articular capital e organização para incentivar candidaturas coniventes com seus princípios ideológicos no pleito de 1962, o Ipês/Ibad tiveram como aliados dois programas: a Ação Democrática Parlamentar (ADP) e a Ação Democrática Popular (Adep).<sup>9</sup> O primeironão era propriamente um organismo ibadiano, mas se aliou a ele para fazer oposição ao governo de Goulart.<sup>10</sup> Enquanto que, a Adep foi o principal organismo de articulação e coalizão entre os parlamentares representantes do Ibad no Congresso Nacional. Segundo o depoimento de Hécio França para a CPI, “[...] A Adep via-se transformada, como outros órgãos, num satélite do Ibad”.<sup>11</sup>

A fim de investigar como agiram a Adep/ADP e o Ipês/Ibad a CPI foi aberta em 1963, porém desde seu início este envolvida em polêmicas. Pois, a Comissão deveria ser presidida por um deputado indicado pelo partido de Paulo de Tarso (PDC-SP) que requereu a abertura da mesma. Porém, o que aconteceu foi a escalção de Peracchio Barcelos do Partido Social Democrático como presidente da Comissão. Enquanto que para o cargo de vice-presidente foi

---

<sup>7</sup> BRASIL. Resultados eleitorais 1945-1990. Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores>. Acesso em 09 fev. 2021.

<sup>8</sup> DUTRA, Eloy. *Ibad sigla de corrupção*. Editora Civilização Brasileira S.A.: Rio de Janeiro: 1963. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=BibliotBNM&PagFis=12469&Pesq=seu%20anticomunismo>. Acesso em 09 fev. 2021.

<sup>9</sup> RIBEIRO, Guilherme Leite. *A estranha no ninho: a Ação Democrática popular nas eleições de 1962 no Brasil*. XIX Encontro de História da Anpuh-Rio: História do futuro – ensino, pesquisa e divulgação científica. Rio de Janeiro: 2020. Disponível em: [https://www.encontro2020.rj.anpuh.org/resources/anais/18/anpuhrjerh2020/1601156895\\_ARQUIVO\\_d03e686cc593988cbf1d12bc11e0ecf2.pdf](https://www.encontro2020.rj.anpuh.org/resources/anais/18/anpuhrjerh2020/1601156895_ARQUIVO_d03e686cc593988cbf1d12bc11e0ecf2.pdf). Acesso em 19 fev. 2021.

<sup>10</sup> MAGRI, Pedro Henrique Rodrigues. *A interferência norte-americana na imprensa brasileira: o caso do jornal A Noite*. Monografia (Bacharel em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais). Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, 2014.

<sup>11</sup> CPI do Ipês e do Ibad, vol. 2, p. 259.

indicado Rubens Paiva (PTB). O relator escolhido foi, por sua vez, Laercio Vieira (UDN), acompanhado dos membros: Régis Pacheco (PSD), Aluísio Rocha, Eloy Dutra (PTB), José Aparecido (UDN), Arnaldo Cerdeira (Partido Social Progressista) e Armado Rollemberg (PDC). A nomeação dos políticos para representarem seus respectivos partidos demorou a ser efetivado, o que também atrasou o início da CPI. Por fim, outra problemática foi que jornais da época como o *Última Hora* denunciaram a escolha dos referidos nomes como políticos alinhados com o Ibad e Ipês o que comprometeria o encaminhar da investigação.<sup>12</sup>

A Comissão ganhou novos contornos com o decreto presidencial 52.425/1963 de 31 de agosto de 1963. Com este decreto, João Goulart suspendia as atividades do Ibad e da Adep, por considerar que essas organizações estavam a intervir no processo democrático brasileiro, com investimentos eleitorais não registrados. Com o recebimento desta documentação instalou-se um clima ainda mais tenso e polarizado entre os membros da CPI. Ficando visível não apenas questões técnicas e burocráticas do processo. Como escrachou divergências pessoais de políticos para com Goulart e convergências com o mesmo. Instalou-se, portanto, o debate sobre se a intervenção predidencial inviabilizaria ou não a continuidade do processo.

João Dória (PDC), membro da Comissão destacou que a decisão do Executivo não feria as atividades do Legislativo, pois, já estava comprovado que o Ibad havia agido de maneira corrupta. Porém, ainda havia lacunas à cerca da origem dos fundos de investimento do Instituto. O que obrigava a continuidade da Comissão Parlamentar de Inquérito, que inclusive, não deveria ter esperado a ação do Executivo, já que ela mesma deveria ter publicado a decisão de finalizar as atividades ibadianas como resolução parcial do processo – atividade legal juridicamente.<sup>13</sup>

Enquanto que, Anísio Rocha (PSD-GO) destacou em mesma ocasião que o decreto do governo passava por cima das decisões dos membros da CPI. Visto que o processo não havia sido finalizado, não era legítimo penalizar o Ibad por crimes não comprovados em sua plenitude. Rocha também declarou que a decisão de Goulart comprovava que o “subversivo era na verdade, o presidente que financiava organizações como a UNE e o Partido Comunista. Assim como Leonel Brizola que estigmatizava o Congresso e Darcy Ribeiro que “bolchevizava” a Universidade de Brasília”.<sup>14</sup>

No dia 2 de setembro de 1963, a partir da iniciativa de Laerte Vieira (UDN) a CPI (1963)

---

<sup>12</sup> OLIVEIRA, Raphael Alberti Nóbrega de. O “Caso José Nogueira”: silenciamentos e autoritarismos no pré-1964 e na redemocratização. Dissertação (Mestrado) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC. Rio de Janeiro, 2018.

<sup>13</sup> CPI do Ipês e do Ibad – vol. 10.

<sup>14</sup> Id., p. 18.



foi suspensa com quatro votos favoráveis dos deputados Anísio Rocha, Burlamaque de Miranda e Arnaldo Nogueira e dois negativos apresentados pelos deputados João Dória e Benedito Cerqueira. Esse episódio foi emblemático, pois a Comissão foi fechada às vésperas do dia em que Ivan Hasslocher<sup>15</sup> daria o seu depoimento.<sup>16</sup> Porém, as investigações sobre o Ipês e o Ibad não haviam chegado de fato ao fim. E no dia 9 de setembro de 1963 os novos membros da CPI foram apresentados. Os novos escolhidos para comporem a Comissão receberam menos críticas que a primeira formação. Segundo Eloy Dutra, eles eram “sabidamente descomprometidos, homens do maior gabarito moral”.<sup>17</sup> Desta forma, o novo presidente escolhido foi Ulysses Guimarães (PSD), o vice-presidente foi Bocayuva Cunha (PTB) e o relator Pedro Aleixo (UDN). Os outros membros eram Adauto Cardoso (UDN), Bento Gonçalves (PSP), Bocayuva Cunha (PTB), Getúlio Moura (UDN), Temperani Pereira (PTB) Geremias Fontes (PDC).

Foram setes meses recebendo depoimentos dos membros do Ipês, do Ibad e da Adep, bem como, de políticos denunciadores e financiados pelos institutos. A comissão também recebeu grande volume de documentação de rádios, televisões e jornais sobre suas relações com o Ibad e a Adep durante o pleito eleitoral de 1962. Após investigações, em 26 de novembro o relator Pedro Aleixo entregou seu parecer final para apreciação dos membros da CPI. O relato considerou as ações do Ibad e da Adep ilícitas, mas o curioso foi que a Comissão se deu como finalizada sem cumprir seu objetivo de descobrir a origem dos investimentos dos órgãos em questão. O Ipês, por sua vez, foi considerado inocente, pois segundo Aleixo sua participação no cenário nacional era de cunho educacional e social, condizentes com seu estatuto. Ficou comprovado no relatório final da Comissão que o Ibad/Adep financiaram conjuntamente a campanha de 600 candidatos a deputado estadual, 250 a deputado federal e 8 candidatos a governador, o que para Dutra totalizavam em um investimento de mais de 5 bilhões de cruzeiros – moeda da época. Aleixo buscou, porém, suavizar as práticas ilícitas dos institutos, ressaltando que elas foram pouco significativas e não influenciaram sobremaneira o processo eleitoral, visto que boa parte dos auxiliados não conseguiu se eleger, como havia destacado Hasslocher em seu depoimento.

---

<sup>15</sup> Ivan Hasslocher era presidente da empresa de comunicação e publicidade S.A. Promotion, diretor do Instituto Brasileiro de Ação Democrática e da Ação Parlamentar Democrática, bem como sócio do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais. Segundo o parecer final da CPI do Ipês e do Ibad (1963), foi indicado como um dos responsáveis pelo caso de corrupção promovido pelo Ibad/Adep em 1962 como um mandate individual do ocorrido (OLIVEIRA, op. cit.).

<sup>16</sup> DUTRA, op. cit., p. 44.

<sup>17</sup> Id., p. 48.

O fim da CPI do Ipês e do Ibad (1963), se deu com a indicação de três medidas a serem desenvolvidas para com o Ibad e a Adep e de proteção aos futuros processos eleitorais. Seriam elas, a criação de leis mais contundentes de fiscalização eleitoral para evitar corrupções.<sup>18</sup> Um segundo item prescrevia que os depoimentos dos membros do Ibad e da Adep fossem encaminhados para autoridades judiciárias competentes para ser avaliado se eles faltaram ou não com a verdade, como Eloy Dutra e José Aparecido, haviam denunciado durante a CPI. Por fim, destacou-se que fosse aberta uma investigação minuciosa acerca do imposto de renda da empresa S.A Incrementadora Promotion e das contas pessoais de Ivan Hasslocher.

A CPI finalizada oficialmente em 15 de dezembro de 1963 por seu presidente Ulysses Guimarães foi marcada por tensões e não teve suas medidas atendidas já que o golpe civil-militar de 1964 impediu o andamento de todos os processos no Legislativo. Em 1977, porém, o deputado Fernando Coelho, tentou abrir novamente a CPI para publicá-la nacionalmente, possibilitando sua disseminação e promovendo a defesa da soberania nacional nas eleições brasileiras. A resposta que este deputado recebeu, porém, foi de que não cabia à Câmara efetuar este procedimento.<sup>19</sup> A documentação da CPI foi disponibilizada recentemente pela Comissão Estadual Da Verdade pernambucana, o que possibilita novos estudos sobre este caso de corrupção e articulação anticomunista no contexto brasileiro antecedente ao golpe civil-militar de 1964.

### **O caso do jornal *A Noite***

O jornal *A Noite* foi criado em 1911 por Irineu Marinho e circulou até meados de 1964. Inicialmente o jornal adotou uma postura crítica frente aos governos federais, mas, sob a direção de Geraldo Rocha operou uma intensa campanha a favor da candidatura de Júlio Prestes.<sup>20</sup> A posição política do jornal, divergia conforme a orientação de seus diretores que ora estavam mais alinhados com o governo, ora menos. Por exemplo, sob a administração do Coronel Luís Carlos Costa Neto durante o governo de Getúlio Vargas na década de 1940 o jornal se

---

<sup>18</sup> Cumprir destacar que o Código Eleitoral que vigorou até o fim da década de 1960 permitia doações de qualquer tipo aos partidos, advindos de pessoas físicas e empresas. Apenas em, 1971 foi assinada a Lei Orgânica dos Partidos – Lei 5.682/1971 – que proibia os partidos de receberem dinheiro de grupos empresariais (SILVA, 2016, p. 38).

<sup>19</sup> BRASIL. Caderno da Memória e da Verdade V – Ibad: a interferência do capital estrangeiros nas eleições Brasil. Comissão Estadual da Verdade Dom Helder Câmara, Pernambuco: 2016.

<sup>20</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. Verbete *A Noite*. CPDOC. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/noite-a>. Acesso em 09 fev. 2021.

transformou em uma espécie de “diário oficial do governo”.<sup>21</sup>

No governo de Eurico Gaspar Dutra (1945-1950), porém, o jornal sofreu uma intensa queda financeira. Que levou a uma intervenção do Executivo, com o decreto-lei 9.610/1946 que liberava ao Ministério da Fazenda o arrendamento do jornal a uma sociedade anônima que iria dirigir o mesmo. Durante a primeira metade da década de 1960 o periódico continuou a sofrer dificuldades financeiras e pressões políticas por parte do governo de Carlos Lacerda, com exceção do período eleitoral de 1962.<sup>22</sup> Contexto que localizamos a presente problemática deste artigo para com o “caso do jornal *A Noite*” pauta da CPI do Ipês e do Ibad (1963).

O caso do jornal *A Noite* na CPI de 1963, foi iniciado quando o deputado Eloy Dutra entregou um contrato de arrendamento entre o jornal e a empresa S.A. Incrementadora Promotion<sup>23</sup> datado de 2 de agosto de 1962. Esta carta estabelecia que a Promotion pagaria dois milhões de cruzeiros mensais ao *A Noite* entre 2 agosto e 15 de outubro de 1962. Para isto, o periódico teria de seguir a “linha política acertada” com a empresa, publicar propagandas da “Ação Democrática Popular e da Ação Democrática Parlamentar, de sua linha política e de seus candidatos de apoio”, principalmente as vésperas das eleições. Bem como, reservar o direito de participação na diagramação à Promotion, e manter as tiragens do periódico em trinta mil diariamente.<sup>24</sup> O que demonstrou que o arrendamento à empresa Promotion – ligada ao Ibad/ADP/Adep – interferiria não apenas nos aspectos ideológicos das reportagens do jornal, mas também ao que tangia as questões técnicas do mesmo.

Com o objetivo de investigar sobre este arrendamento, Frederico Cavalcante de Melo<sup>25</sup> foi convocado a depor na CPI em 17 de julho de 1963. Ele atestou a veracidade do contrato de arrendamento, declarando que o jornal durante o período eleitoral promoveu propagandas políticas de acordo com os princípios ideológicos acordados com a Promotion. Segundo Melo, a empresa fiscalizava a produção do jornal, de modo que, a coluna do deputado José Talarico foi proibida, pois tal político estava em desacordo com o caráter ideológico estabelecido no contrato de arrendamento. Explicitando quais eram as linhas políticas indicadas pela

<sup>21</sup> DALCANAL, Verônica. *O Jornal A Noite e as Eleições de 1962 – O jornalismo e o Papel dos Intelectuais*. IN: V Congresso Internacional de História, pp. 977-985, Universidade Estadual de Maringá, 2011, p. 978. Disponível em <http://www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/229.pdf>. Acesso em 09 fev. 2021.

<sup>22</sup> MAGRI, op. cit.

<sup>23</sup> A S. A. Incrementadora Promotion, foi criada em 1951 por Ivan Hasslocher, Hélio Rezende e outros cinco empresários com o número de ações reduzidas (CPI do Ipês e do Ibad – vol. 11, 1963), A Promotion funcionava como uma empresa de publicidade fantasma, já que não possuía registro na Associação Brasileira de Propaganda (ABP) e financiava os programas em televisões e rádios para indivíduos ligados à Adep e ao Ibad. (OLIVEIRA, op. cit., p. 68). Esta empresa era uma espécie de guarda-chuva para a elite orgânica ligada ao capital multinacional-associado, já que direcionava investimentos bem como, articulava as atividades do Ipês/Ibad/Adep.

<sup>24</sup> CPI do Ipês e do Ibad, vol. 1, p. 117.

<sup>25</sup> Era comerciante, mas fazia parte da direção do jornal *A Noite* (CPI do Ipês e do Ibad, vol. 2, p. 21).

ADP/Adep destacou que era prioritariamente o “anticomunismo”. Sobre o comunismo no Brasil, inclusive, Melo destacou que o considerava uma “desgraça tão grande que justificava o fato de haver arrendado o seu jornal a Promotion”. O depoente também ressaltou que antes deste arrendamento, o *A Noite* apoiava abertamente o deputado Eloy Dutra (PTB), mas que durante a alienação da opinião do mesmo, a Promotion o proibiu de realizar este apoio. O que não impossibilitou sua defesa pessoal à Dutra, segundo declarou Frederico de Melo.

No mesmo dia dezessete, José Talarico prestou seu depoimento à CPI (1963) para retratar sobre como ele havia sido atingido pelo arrendamento do *A Noite*, onde até então produzia colunas. Talarico destacou que não concordava com a nota de justificativa de seu afastamento, que destacava que o deputado possuía vínculos comunistas, o que o mesmo nunca praticou. Mas, que entendia que seu afastamento havia se dado, pois durante o arrendamento à Promotion, a direção do jornal era contrária a todos aqueles que adotassem uma opinião política divergente da empresa. Ou seja, contrária a Carlos Lacerda ou que tratassem da questão sindical ou do funcionalismo – pautas antes defendida pelo jornal. Neste depoimento, José Talarico expressou que a Promotion controlava as publicações, circulação do jornal e a vida profissional de seus funcionários. Desta forma, todos os jornalistas que contrariavam os princípios ideológicos anticomunistas da empresa eram denunciados como comunistas e demitidos. Para finalizar o seu depoimento, Talarico ainda fez uma denúncia destacando que “teve conhecimento que diversas organizações internacionais, especialmente no meio sindical envia[vam] recursos para sustentar a campanha anticomunista no Brasil”.<sup>26</sup>

Um aspecto comum que aparece nos depoimentos de Melo e Talarico, foi que o *A Noite* no ano de 1962 passava por graves dificuldades financeiras. De modo que, o seu arrendamento foi requisitado por outros atores políticos da época. O próprio José Gomes Talarico em parceria com Santos Vahlis, alinhados aos princípios trabalhistas e apoiadores do governo de João Goulart, buscaram acordos para subsidiar o jornal. Eles requisitaram cobrir a proposta da empresa Promotion, inclusive, para “evitar que o jornal caísse nas mãos da reação”.<sup>27</sup> Porém, Frederico Melo recusou o acordo, justificando em seu depoimento que já havia fechado o contrato com a Promotion. Sua recusa também se justificava por sua discondância com a linha política de Vahlis.<sup>28</sup> Talarico, por sua vez, destacou que foi notificado por Melo a fim de encontrarem uma decisão de auxílio ao jornal para não “entrega-lo para o outro lado, que no

---

<sup>26</sup> CPI do Ipês e do Ibad, vol. 2, p. 22.

<sup>27</sup> Id., p. 20.

<sup>28</sup> Id., p. 16.

pensamento do deepoente se tratava de seus adversarios políticos”.<sup>29</sup> O que demonstra que além do cenário de crise financeira do periódico, que o mesmo se encontrava em disputa política – já que possuía toda uma trajetória histórica de expressão de opinião e participação no encaminhar político do país. Disputa, esta que durante agosto e outubro de 1962 foi vencida pela empresa Promotion, representante do Ibad/Adep/ADP.

A fim de demonstrar como a linha política do jornal se transformou durante o seu arrendamento à Promotion será apresentado duas reportagens do mesmo. A primeira, de 10 de janeiro de 1962 com título principal: *Estudantes acusaram Lacerda e polícia se comportou bem*. E subtítulo: *Estudantes acusam governo de fascista e entreguista*. Esta retratou a manifestação a favor da União Nacional dos Estudantes, frente aos ataques que haviam sofrido em sua sede naquele dia. Este ato de protesto ocorreu nas escadarias da antiga Câmara Municipal do Rio de Janeiro. E contou com a participação de lideranças estudantis e políticas como, Bento Gonçalves, Francisco Julião e José Gomes Talarico. Os estudantes nesta ocasião, lançaram um manifesto contra o governador do Estado, Carlos Lacerda, declarando que “o Governo Estadual, [era] fascista e abertamente entreguista, provocador, e tenta[va] intimidar o povo com processos fascistas”. Segundo, esta reportagem o *A Noite* foi aplaudido e seus exemplares apresentados pelos manifestantes como legitimadores da luta estudantil, trabalhista e camponesa contra as violências desempenhadas pelo Governo Estadual ligado a forças reacionárias.

Cumprir destacar que o Jornal *A Noite* e Carlos Lacerda possuíam uma relação conflituosa, agravada quando o periódico foi censurado pelo governador em agosto de 1961 quando foi suspenso, voltando a circular apenas em setembro do mesmo ano. A edição censurada dizia respeito ao posicionamento crítico do jornal aos esforços de impedir a posse de João Goulart e de defenderem a Campanha pela Legalidade. Eram recorrentes no jornal reportagens críticas ao governo de Lacerda, bem como, a perseguição deste político ao periódico.<sup>30</sup>

No dia 05 de outubro de 1962, porém, Aliomar Baleeiro assinou no jornal o texto *Forças Democráticas vencerão na GB* destacando que a “administração [de] Carlos Lacerda, abriu um capítulo novo de probidade e realizações materiais na Guanabara, antes vítima da corrupção e nepotismo”. A previsão para as eleições, segundo Baleeiro (UDN) dizia que o Brasil estava a correr o risco de ter uma ditadura implementada por João Goulart. Além disso,

---

<sup>29</sup> Id., p. 20.

<sup>30</sup> MAGRI, op. cit., p. 14-17.

destacou que o país estava indisciplinado militarmente e o estado da Guanabara em cerco econômico devido ao governo federal. O deputado ainda ressaltou a importância da revisão da economia internacional de modo a priorizar os Estados Unidos e países ocidentais e não a Rússia.

Estas duas reportagens acessadas por meio do *Acervo Digital* disponibilizado pela *Biblioteca Nacional*, foram escolhidas intencionalmente pela autora devido a demonstrarem discursos diametralmente opostos politicamente. Porém, para compreender melhor como as posições políticas e ideológicas do periódico *A Noite* se transformaram durante a campanha eleitoral de 1962 é de suma importância uma análise mais rigorosa a um volume maior de suas edições. Possibilitando uma visão ainda mais ampla de quais candidatos e discursos foram veiculados pelo jornal durante o referente período de arrendamento. Porém, para este artigo ficou restrito a problematização da análise do caso do jornal *A Noite* por meio da CPI do Ipês e do Ibad (1963). Por isso, metodologicamente as duas reportagens escolhidas do ano de 1962 cumpriram caráter ilustrativo e comparativo da mudança política protagonizada pelo jornal.

### **Considerações finais**

A primeira metade da década de 1960 foi marcada por acirramentos ideológicos próprios do contexto mundial de Guerra Fria. No caso do Brasil, a polarização política se viu agravada após a Revolução Cubana (1959), pela renúncia de Jânio Quadros e posse de seu vice, João Goulart. O desagrado da elite empresarial, política e militar conservadora ligada a princípios anticomunistas se deu de tal maneira, que para evitar a posse interina de Goulart, foi instalado no Brasil o parlamentarismo em 1961. A campanha eleitoral de 1962, por sua vez, se deu em um contexto de enfrentamento entre apoiadores do trabalhismo representado por João Goulart e por atores políticos defensores de que o Brasil estava a sofrer ameaças de instauração do comunista, a ser efetivada principalmente pelo Partido Trabalhista Brasileiro e movimentos sindicais, estudantis e agrários.

Tratando-se de uma eleição nacional, os jornais foram de suma importância para propaganda política no pleito de 1962. Com uma trajetória iniciada em 1911, o jornal *A Noite*, foco deste artigo, teve sua trajetória marcada pela expressão de posicionamentos políticos críticos. Porém, durante a campanha eleitoral de 1962, as posições em relação ao governo federal – ao qual o jornal se mostrava partidário –, e estadual – ao qual o jornal se mostrava crítico – mudaram. Esta transformação se deu, conforme a investigação da CPI do Ipês e do

Ibad (1963), graças ao arrendamento do periódico à empresa S.A Incrementadora Promotion – associada ao Ibad, Adep e ao Ipês.<sup>31</sup>

O caso do arrendamento do *A Noite*, não foi uma atuação isolada promovida pelo do Instituto Brasileiro de Ação Democrática, ou da Ação Democrática Parlamentar. Já que, como consta na obra de René Dreifuss, estes institutos conjuntamente com o Ipês, financiaram em 1962 candidatos coniventes com a luta anticomunista, contrários ao governo de João Goulart e das Reformas de Base. Desta forma, além do capital investido, estes organismos compraram espaços de notícias caros a época, como os jornais. Fiscalizando e categorizando todos aqueles que fossem críticos a sua agenda política como comunistas. De modo a sinalizar quais políticos seriam capazes de acabar com este mal ideológico que estava a assolar o país.

Cumprе destacar que a atuação por meio do jornal era um dos instrumentos dos intelectuais orgânicos naquele período. Ou seja,

[...] os jornalistas do *A Noite* podem ser considerados como intelectuais orgânicos, pois fazem uso de suas atividades e saberes intelectuais de forma atrelada a um determinado grupo econômico e político (os empresários ligados à Promotion e ao IBAD). Desempenharam, assim, uma função orgânica do grupo. Eram responsáveis pela organização da sociedade em geral, através da divulgação de ideias e valores, para que pudessem ser criadas condições favoráveis ao crescimento da Promotion e do IBAD. Ao atacar os políticos trabalhistas e defender o grupo conservador, como acontecia diariamente em suas páginas, *A Noite* atuou intelectualmente para fortalecer seus financiadores e enfraquecer os opositores do grupo, propiciando um maior espaço de crescimento para os interesses políticos do IBAD.<sup>32</sup>

Quanto a pergunta a cerca da origem dos investimentos ao *A noite*, ou aos candidatos financiados, a CPI do Ipês e do Ibad finalizou-se sem responde-la. Ficando em aberto, inclusive, se os fundos do Ibad haviam sido originados por capitais estrangeiros. A historiografia atual, porém, após a análises da documentação do Ipês e do Ibad demonstram que para além da articulação entre empresários nacionais, estes institutos eram instrumentalizados pelo capital estadunidense. O que resultava na disseminação de projetos nacionais, condizentes com a ambição de dominação dos Estados Unidos.<sup>33</sup>

Cumprе destacar, por fim, a necessidade de estudos mais aprofundados sobre a articulação para o golpe civil-militar de órgãos como o Ipês e o Ibad, principalmente por meio da análise de fontes diversas. Como neste artigo que se utilizou da documentação referente à Comissão Parlamentar de Inquérito e duas reportagens do periódico *A Noite*. Estes

<sup>31</sup> DREIFUSS, op. cit.

<sup>32</sup> DALCANAL, op. cit., p. 980.

<sup>33</sup> Id.; BANDEIRAS, Moniz. O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964). 4ª ED. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1978.

documentos, por mais que careçam de análises individuais próprias seguindo todo um aparato teórico-metodológico correspondente, quando analisados em paralelo possibilitam que visualizemos de modo abrangente o contexto que se pretende refletir. Percebendo a atuação de diferentes atores políticos, complexizando ainda mais o passado histórico recente que em tempos atuais de polarização política se fazem ainda mais próximos da nossa realidade candente.



## **Jornal do interior e posicionamento político: editoriais do *Diário de Notícias* em Ribeirão Preto-SP no ano de 1964**

Nayara Kobori<sup>1</sup>

Maximiliano Martin Vicente<sup>2</sup>

### **Introdução**

O mês de março de 1964 marca uma ruptura na História do Brasil. Embora compreenda-se que a observação deve ser feita em caráter processual, pois a decorrência dos acontecimentos não ocorre como fenômenos esporádicos, mas sim como resultados de inúmeras convergências, é no ano do famoso discurso sobre as Reformas de Base do então Presidente João Goulart,<sup>3</sup> que se inicia a marca das tropas militares, desencadeando o golpe civil-militar e um longo período de repressão social-política brasileira.

Permeando o cenário político, encontra-se a imprensa, tão aliada quanto censura pelo governo, mas que se destacou em sua atuação em ambos os papéis. É justamente dentro desse contexto histórico, carregado de simbolismo, sentidos e significâncias, que o nosso presente artigo se encontra, propondo um recorte de análise do ano de 1964, na figura de um jornal do interior do Estado de São Paulo, o *Diário de Notícias* de Ribeirão Preto.

Em um período de dualidades acentuadas, através das figuras de “comunistas” e “patriotas”, “silenciadores” e “silenciados”, “torturadores” e “torturados”, a imprensa se porta como uma relevadora de posições sociais e lugares de fala, sendo possível perceber certas construções discursivas capazes de alimentar essa dicotomia. No interior, não foi muito diferente. Apesar de contextos regionalizados raramente sobressaírem nos grandes livros de História, eles também se apresentam como parte da conformação espacial e social. Quanto à imprensa, também parte de uma construção narrativa, é capaz de expressar condutas, comportamentos, opiniões políticas e ideologias que remetem aos acontecimentos da época.

Nesse sentido, não há como deixar de lado as intersecções de nosso estudo, principalmente entre os campos de saberes da Comunicação, História e do Jornalismo. De acordo com Vicente (2009), tratar desses entrelaçados de conhecimentos, sem deixar de lado a

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp/Bauru).

<sup>2</sup> Professor-doutor da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp/Bauru).

<sup>3</sup> O discurso de João Goulart foi realizado no dia 13 de março de 1964, no comício da Central do Brasil, no Rio de Janeiro. A intenção da explanação foi a defesa das reformas de base, que integrariam o plano do seu governo.

autonomia de cada um deles, é um desafio – afinal, trata-se de uma relação de afinidade e conflito. Para ele, as pesquisas que envolvem a análise histórica do jornalismo fazem parte de um constructo maior, o da História da Comunicação Social, disciplina que nasce e se consolida no final da década de 1940, até meados de 1970.

Partindo do pressuposto que a investigação jornalística, histórica e comunicacional utiliza, em grande parte de seus métodos, a análise textual das mensagens, é possível compreender os discursos como produtores de significados e intencionalidades. Sendo assim, a imprensa é percebida como uma das possíveis representações de uma parcela social, ao mesmo tempo em que demarca temporalidades e colabora com a construção dos sentidos do passado.

Segundo Barbosa e Ribeiro, para interpretar uma dada realidade histórica, é necessário levar em consideração a conformidade de um determinado espaço social e contextualizar o fato.<sup>4</sup> Por isso, a opção da metodologia Hermenêutica em Profundidade, desenhada por Thompson,<sup>5</sup> se sustenta em seu tripé de análise: o estudo do contexto histórico, do discurso e, por fim, a reinterpretação do fenômeno.

Nesse sentido, trataremos das singularidades do jornal do interior, que comumente confundem-se com as particularidades de seus escritores e diretores, para compreender o posicionamento político da imprensa durante o ano de 1964, que marca a transição de um período democrático para o autoritário. Para as análises textuais ou discursivas, a escolha dos editoriais ocorre por ser o espaço próprio da opinião do veículo jornalístico, sendo possível perceber as manifestações e expressões de seus diretores de uma maneira nítida.

Importante ressaltar que em uma abordagem teórica, consideramos o termo “imprensa do interior” para nos referirmos aos órgãos pesquisados, pois acreditamos que as palavras “local”, “regional” e “do interior”, embora frequentemente usadas como sinônimos, possuem suas diferenças. A imprensa conhecida como “regional”, “do interior” ou “local” frequentemente refere-se aos órgãos de comunicação social que são lidos em uma comunidade, ou mesmo que não o seja, ocupa uma função diferente da imprensa nacional, pois relata os acontecimentos “à porta de casa”, dos quais nenhum outro meio fala – e que também contribui para a unidade, identidade e desenvolvimento local.<sup>6</sup>

---

<sup>4</sup> BARBOSA, M. C.; RIBEIRO, A. P. G. “Combates” por uma história da mídia e do jornalismo no Brasil. *XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação/INTERCOM*. Curitiba, 2009.

<sup>5</sup> THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

<sup>6</sup> RIBEIRO, J. *A imprensa regional e as comunidades locais: Jornal “Alvorada”: caracterização de um quinzenário local do concelho de Lourinhã*. Dissertação (Mestrado em Antropologia: especialização em Imagem e Comunicação). ISCTE – IUL. Lisboa, 2010.

## O autoritarismo e a imprensa brasileira

O Brasil possui um legado vasto de autoritarismo. Ao tratarmos de autoritarismo, não nos referimos apenas à tomada de poder, mas também à ideia de cultura autoritária, explanada por Paulo Henrique Martins,<sup>7</sup> definida como um conjunto secular de representações, crenças, valores e normas que impregnaram, historicamente, as instituições públicas e privadas no Brasil.

De acordo com Ricardo Virgolino da Silva,<sup>8</sup> as formas simbólicas que concorrem para legitimar uma estrutura de dominação apresentam-se de modo fragmentário e assistemático, como por exemplo, na imprensa. O que se percebe é que a imprensa serviu como um instrumento divulgador e legitimador de ideologias autoritárias, em especial, durante períodos de atropelo da ordem democrática.

Thomas Skidmore<sup>9</sup> identifica que o golpe civil-militar de 1964 foi festejado por parte da mídia brasileira, em jornais importantes, como o *Jornal do Brasil*, o *Correio da Manhã*, o *Globo*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, se posicionaram abertamente pela deposição do Governo do então presidente João Goulart. Nelson Werneck Sodré, afirma que o golpe já estava sendo organizado desde 1961, sob a pretensão de combater a subversão e restaurar as liberdades públicas, vistas como ameaçadas.<sup>10</sup>

Rodrigo Patto Sá Motta postula que a grande mídia apoiou os expurgos, em alguns casos até os exigia, bem como as ações autoritárias de violência, que eram vistas como “justas” para combater a subversão e manter a ordem social-econômica.<sup>11</sup> As críticas, voltadas aos segmentos da esquerda e ao invisível “fantasma do comunismo”, flertavam com o perfil liberal da grande imprensa, que “temperava seu amor pela liberdade com notável transigência a intervenções autoritárias para defesa do status quo”.<sup>12</sup>

Ao mesmo tempo, a imprensa não desejava que o autoritarismo implicasse limites à sua própria liberdade, discordando de práticas de repressão, como a censura – daí a presença de duras críticas ao regime de autoritarismo brasileiro, a partir da figura do censor e da prática censitária dentro dos jornais. Segundo Motta, a partir daí revela-se que a relação da imprensa

<sup>7</sup> MARTINS, P. H. Cultura autoritária no Brasil. In: *Revista de Ciências Sociais*. V. 30. N. 1/2. 1999. pp. 105-132.

<sup>8</sup> SILVA, Ricardo V. *A ideologia do estado autoritário no Brasil*. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 1998.

<sup>9</sup> SKIDMORE, T. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

<sup>10</sup> SODRÉ, N. W. *A História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1983.

<sup>11</sup> MOTTA, R. P. S. Os expurgos de 1964 e o discurso anticorrupção na caricatura da grande imprensa. In: *Revista Tempo e Argumento*. V. 8. N. 18. Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2016. pp. 9-23.

<sup>12</sup> Id., p. 11.

com o Estado ditatorial foi marcada por complexidades e ambiguidades, variando entre o apoio entusiástico e a crítica.<sup>13</sup> Situação semelhante também era percebida em outros setores da sociedade.

Os golpes de Estado que obtiveram sucesso contaram, em grande parte, com o apoio dos editoriais dos periódicos, que veicularam suas opiniões favoráveis aos regimes autoritários. Sendo assim, é necessário pensar a imprensa como representação de uma parcela social para identificar o diálogo entre os veículos de comunicação e o público, em relação à política da época. Nessa perspectiva, a análise histórica dos editoriais do jornal *Diário de Notícias* está pautada na defesa da questão discursiva como produtora de subjetividades dentro da sociedade ribeirão-pretana.

### O caminho do *Diário de Notícias*

No final do século XIX e início do século XX, Ribeirão Preto acompanhava o ritmo de desenvolvimento das cidades urbanas do país, com o desenvolvimento da industrialização, em conjunto com a modernização da imprensa. Segundo Araújo e Geraldo, o jornalismo local de Ribeirão Preto viveu um período de transformações e efervescência significativas a partir dos anos de 1960, com a modernização das redações e a profissionalização dos jornalistas.<sup>14</sup> Porém, na mesma década, o golpe civil-militar puxaria os freios de parte da imprensa da época.

As tensões políticas do país estavam, portanto, impressas nas páginas dos jornais. Nessa época, o município de Ribeirão Preto contava com quatro principais veículos impressos que dialogavam com a política da época: o *Diário da Manhã* e o *Diário de Notícias*, que teriam posicionamento afinado às tendências de esquerda;<sup>15</sup> e *A Cidade* e *O Diário*, de perfil conservador.<sup>16</sup>

No caso do *Diário de Notícias*, o matutino mantinha um caráter moderno e difundia a opinião da Igreja Católica na cidade, demonstrando a presença da religiosidade no município e da atuação política da instituição nas discussões políticas. O jornal teve um posicionamento

---

<sup>13</sup> Id.

<sup>14</sup> ARAÚJO, L. C. E. de; GERALDO, S. Memória do Jornalismo Impresso de Ribeirão Preto – O início da profissionalização das redações (1965-82). *XI Simpósio de Ciências da Comunicação na Região Sudeste/INTERCOM*. Ribeirão Preto, 2006.

<sup>15</sup> Importante constar que as tendências ditas de “esquerda” não necessariamente representam ideologias afinadas com as ideias do comunismo, mas sim, que faziam frente ao autoritarismo da década de 1960. Mesmo assim, é importante considerar essas políticas que aparecem em períodos de dualidade.

<sup>16</sup> ARAÚJO; GERALDO, op. cit.; MARINO, D. *Orquídeas para Lincoln Gordon*: depoimentos sobre o golpe de 64. Ribeirão Preto: Legis Summa, 1998.

político ambíguo, de acordo com os dados obtidos das leituras bibliográficas. O jornal foi fundado em 1928 pela família Silva Lisboa, tendo uma mudança significativa de direção em 1944, quando passou para as mãos da Cúria Arquidiocesana.

De início, o periódico possuía uma linha editorial agressiva contra o comunismo, publicando fortes críticas ao regime e apoiando a ideologia capitalista da Guerra Fria.<sup>17</sup> Nos anos de 1960, o matutino passou a ser dirigido pelo Padre Celso Ibson de Sylos, coordenador da “Frente Agrária Paulista”, movimento que buscava o diálogo com os trabalhadores assalariados da zona rural para adesão às reformas agrária e “debatiam com os camponeses sem-terra seus problemas cotidianos”.<sup>18</sup> Assim, o periódico adotou uma postura a favor das reformas de base de João Goulart. Segundo Araújo e Geraldo, o conhecido “jornal dos padres”, como era chamado o *Diário de Notícias*, foi o que mais sofreu com a repressão política.<sup>19</sup> Em 2 de abril de 1964, o Padre Celso Ibson de Sylos foi perseguido pela Polícia Militar local e o diário impedido de circular.

Apesar de a Igreja Católica oficial – ou Ultramontana, como é conhecida – manter seu apoio ao regime civil-militar, em justificativa ao combate ao comunismo, é possível destacar divisões internas dentro da instituição católica, a chamada “esquerda católica”, que mantinha um viés mais progressista e adotava as práticas da Doutrina Social Cristã e da Teologia de Libertação e, nesse viés, se posicionaram contrários à tomada autoritária de poder.

Cabe, então, fomentar a discussão sobre a prática jornalística dirigida por um setor eclesiástico de Ribeirão Preto e a forma com a qual esse segmento se posicionou nos anos de 1964.

### **Editoriais e posição política: a opinião do *Diário de Notícias***

A análise qualitativa dos editoriais do *Diário de Notícias*, levando em conta os pressupostos da Hermenêutica em Profundidade, centra-se na divisão de categorias, em uma referência à Análise de Conteúdo,<sup>20</sup> ao mesmo tempo em que considera as intenções do discurso,<sup>21</sup> em uma metodologia mista para aplicação na segunda fase de estudo. Para tanto,

<sup>17</sup> SANT'ANA, A. M. *Imprensa, Educação e Sociedade no interior paulista: Ribeirão Preto (1948-1959)*. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) UNESP, Araraquara: 2010.

<sup>18</sup> MARINO, op. cit.

<sup>19</sup> ARAÚJO; GERALDO, op. cit.

<sup>20</sup> BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 1977.

<sup>21</sup> ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 5 ed. Campinas: Pontes, 2009.

utilizamos o *software* de análise qualitativa MAXQDA 2020, separando as seguintes categorias e suas respectivas subcategorias:

**Tabela 1: Categorias e subcategorias de análise dos editoriais do DN no ano de 1964**

| CATEGORIAS                     | SUBCATEGORIAS                                                           |
|--------------------------------|-------------------------------------------------------------------------|
| <b>POLÍTICA E IDEOLOGIA</b>    | Doutrina Social Cristã<br>Reformas de Base<br>Comunismo<br>Paulo Freire |
| <b>ATUAÇÃO NO CAMPO</b>        | Frente Agrária Paulista                                                 |
| <b>GOLPE E GOVERNO MILITAR</b> | Posicionamento contrário<br>Aproximações                                |

Fonte: autoria própria.

Apesar da sistematização proposta, alguns artigos se interseccionam em algumas temáticas. No presente artigo, não é nossa pretensão descrever todos os artigos categorizados, por isso, a ênfase dada será nos textos que abordam a questão política, especialmente quanto ao posicionamento do *Diário de Notícias*.

O editorial que abre a edição no. 12.847, do dia 03 de janeiro de 1964, escancara a proximidade do *Diário de Notícias* com a política das Reformas de Base, propostas por João Goulart. Antes mesmo do Comício do Presidente, que ocorreria no mesmo ano, a intenção reformista já era evidente. Nesse sentido, vários jornais, tanto locais quanto nacionais, expressavam suas posições, ora de apoio, ora de crítica ao plano governamental.

No editorial em questão, intitulado “Pró-povo e contra privilégios”,<sup>22</sup> escreve o matutino: “Somente a ignorância ou a má fé poderão continuar explicando a atitude reacionária de uma poderosa parcela de cidadãos brasileiros contra o processo histórico das Reformas-de-Base”.<sup>23</sup> Interessante notar que, no mesmo editorial, o discurso pelas Reformas de Base também está centrado pela chamada “moral cristã”, defendida pelo DN, justamente por ser propriedade da Arquidiocese. Continua o texto, ao dizer que “A esta altura dos acontecimentos, no Brasil, é muito difícil admitir-se a possibilidade válida de um tipo de ignorância com dimensões de caber dentro das justificativas da Moral natural e cristã”.<sup>24</sup>

<sup>22</sup> Classificado no MAXQDA 2020 em POLÍTICA E IDEOLOGIA/Reformas de Base.

<sup>23</sup> PRÓ-POVO E CONTRA PRIVILÉGIOS. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, 03 de janeiro de 1964. Nosso Comentário.

<sup>24</sup> Id.

No dia 14 de janeiro de 1964, o editorial “Missão dos Sindicatos”<sup>25</sup> utiliza o argumento da emancipação da classe operária camponesa, em nome da Justiça Social, para a defesa das reformas. O DN busca afastar o seu posicionamento do marxismo, já que o diário vinha sofrendo inúmeras acusações por representantes de grupos sociais de Ribeirão Preto, principalmente por conta da atuação do Pe. Celso Ibson Syllos.

Escreve o jornal: “Não podemos admitir o equívoco marxista da “nova classe”, que ao início se mistifica no fantasma da “revolução do proletariado”<sup>26</sup>. Porém, o DN continua o seu discurso levando o cerne da discussão para as reformas de base, ao dizer que, apesar de não admitir o que ele chama de “equívoco marxista”, o jornal defende “a valorização dos trabalhadores, através de lideranças esclarecidas e corajosas, numa linha forte e revolucionária de EXIGIR as Reformas-de-Base ou fazê-las, se for o caso”.<sup>27</sup>

Em fevereiro do mesmo ano, o DN sofreu um fechamento repentino, voltando a circular somente no dia 04 de março. Embora não seja muito evidente o porquê do acontecimento, vale ressaltar que o clima de perseguição já imperava em muitas cidades do Brasil, mesmo com o golpe civil-militar ainda não consolidado.

No editorial, “A Serviço da Verdade”,<sup>28</sup> diz o DN que a trajetória do jornal, enquanto veículo independente, tem sido árdua e difícil.<sup>29</sup> Vale ressaltar que o *Diário de Notícias* se porta como um veículo que acredita no poder do jornalismo. No mesmo discurso, escreve “jornal e o jornalista católicos serão para Igreja em um mundo em transformação, colaboradores indispensáveis e torturantes ao mesmo tempo”. Ou seja, a crença do matutino está no trabalho conjunto da igreja e do jornalismo para orientação do público, em prol da justiça social – princípios defendidos pela Doutrina Social Cristã em que se apoia.

Porém, o entusiasmo do DN durou pouco. Com o golpe civil-militar em andamento, o dia 01 de abril de 1964 mostra os novos enfrentamentos do jornal. Não é à toa que, novamente, o veículo foi impedido de funcionar e o seu representante principal, o Pe. Celso Ibson de Sylos, preso pelo DOPS (Departamento de Ordem Política e Social). No texto “Luta pela Paz”,<sup>30</sup>

---

<sup>25</sup> Classificado no MAXQDA 2020 em POLÍTICA E IDEOLOGIA/Doutrina Social Cristã. No entanto, vale dizer que este é um exemplo de editorial com intersecção nas temáticas de “ATUAÇÃO NO CAMPO”, e na subcategoria “Comunismo”, pois trata de ambas temáticas. Preferimos a subcategoria “Doutrina Social Cristã”, pois acreditamos que o cerne da questão é a defesa das Reformas de Base, com apoio da justiça social pregada pela Doutrina Social Cristã.

<sup>26</sup> MISSÃO DOS SINDICATOS. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, 14 de janeiro de 1964. Nosso Comentário.

<sup>27</sup> Id.

<sup>28</sup> Classificado no MAXQDA 2020 em POLÍTICA E IDEOLOGIA/Doutrina Social Cristã.

<sup>29</sup> A SERVIÇO DA VERDADE. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, 04 de março de 1964. Nosso Comentário.

<sup>30</sup> Classificado no MAXQDA 2020 em GOLPE E GOVERNO MILITAR/Posicionamento contrário.

afirma o DN que os homens públicos abusaram do poder que receberam do povo e, ao invés de colaborar com a situação de justiça social, partiram para o totalitarismo e violência.

A História da conturbada Pátria já começou ontem o registro entristecedor da violência aos direitos mais primários da liberdade e da ordem. Confirma-se a previsão do Presidente João Goulart, estabelecendo-se um regime de indisciplina e desordem no País, em nome da “disciplina” e da “ordem”.

Tão logo, a coluna “Nosso Comentário” anunciava uma mudança em sua diagramação. Porém, nota-se pelo discurso empregado que não apenas haveria uma alteração de layout, mas também em termos de conteúdo. Na data de 09 de maio de 1964, quando o jornal volta às bancas, a coluna “Nosso Comentário” passa a ser assinada por Dom Agnello Rossi, em seu texto “O reaparecimento do Diário de Notícias”.<sup>31</sup> O discurso proferido pelas palavras ressalta que o jornal não irá erguer bandeiras políticas, mas sim, religiosas, que serviriam para orientar a sociedade.<sup>32</sup>

Dom Agnello Rossi complementa o discurso ao dizer que “não serão o egoísmo, a luta de classes, a violência e o ódio os nossos aliados na batalha do bem. Sê-lo-á, sobretudo, o amor cristão, que une e confraterniza com os homens”.<sup>33</sup> Percebe-se que ele critica os reacionários, em conjunto com as esquerdas, demonstrando que o DN está localizado em um espaço afastado das dualidades imperantes.

Apesar de querer manter esse afastamento das posições, principalmente para se resguardar enquanto empresa jornalística, o DN acabou se posicionando com o passar dos meses. Muito disso, deveu-se aos acontecimentos inevitáveis que desenrolavam no país, sobretudo em relação ao apoio de certos segmentos eclesiais, mas também a resistência.

No dia 15 de setembro de 1964, no texto “Igreja, conscientização e subversão”,<sup>34</sup> diz o editorial: “Acusa-se a Igreja de, ao levantar e acentuar os direitos e deveres das classes menos favorecidas, fomentar o ódio, através da consciência das diferenças entre os grupos”.<sup>35</sup> O texto continua ao dizer que essa luta é para o povo, não em favor do comunismo, mais uma vez, com a intenção de se colocar afastado das ideologias de esquerda. “Acusa-se a Igreja de

<sup>31</sup> Classificado no MAXQDA 2020 em POLÍTICA E IDEOLOGIA/Doutrina Social Cristã. Embora comece a se afastar um pouco da política, aqui a intenção ainda é mostrar que o jornal está posicionado com uma ideologia cristã, afastando-se as dualidades da época.

<sup>32</sup> ROSSI, Dom Agnello O reaparecimento do Diário de Notícias. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, 09 de maio de 1964. Nosso Comentário.

<sup>33</sup> Id.

<sup>34</sup> Classificado no MAXQDA 2020 em GOLPE E GOVERNO MILITAR/Posicionamento contrário. Aqui, também entra a categoria POLÍTICA E IDEOLOGIA/Comunismo.

<sup>35</sup> IGREJA, CONSCIENTIZAÇÃO E SUBVERSÃO. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, 15 de setembro de 1964. Nosso Comentário.



mancomunar-se com o comunismo, desde que CRIA e PROMOVE a luta de classes, através da consciência dos direitos de uma classe EM OPOSIÇÃO a outra”.<sup>36</sup>

Mesmo assim, percebe-se um posicionamento menos enfático, sendo que a defesa por qualquer mudança envolvendo as reformas, raramente aparece no jornal. Com o passar do tempo, o jornal adotou uma linha bem mais branda, ainda mais com a permanência do governo militar autoritário.

Para conclusão da análise do presente artigo, trouxemos o texto “A esperança do povo”.<sup>37</sup> O título sugere que haverá algo esperançoso, que é possível depositar a confiança e em que o jornal também acredita. Neste discurso, porém, há uma aproximação com o golpe civil-militar, pela crença na figura de Castelo Branco. Escreve o diário que: “o homem em quem o povo simples e despolitizado – que é, em geral, o brasileiro – deposita suas esperanças é, justamente, Castelo Branco”.<sup>38</sup>

A seguir, podemos observar a tabela com a frequência de cada uma das categorias e subcategorias, desenvolvida pelo *software* MAXQDA 2020.

**Tabela 2: Frequência das categorias nos editoriais do *Diário de Notícias*, no ano de 1964, analisados para o presente artigo**

| CATEGORIA/Subcategorias                          | Frequência | Porcentagem |
|--------------------------------------------------|------------|-------------|
| POLÍTICA E IDEOLOGIA\Doutrina Social Cristã      | 7          | 30,43       |
| POLÍTICA E IDEOLOGIA\Comunismo                   | 3          | 13,04       |
| POLÍTICA E IDEOLOGIA                             | 2          | 8,70        |
| GOLPE E GOVERNO MILITAR\Posicionamento contrário | 2          | 8,70        |
| POLÍTICA E IDEOLOGIA\Reformas de Base            | 2          | 8,70        |
| ATUAÇÃO NO CAMPO\Trabalhadores do Campo          | 2          | 8,70        |
| POLÍTICA E IDEOLOGIA\Paulo Freire                | 2          | 8,70        |
| GOLPE E GOVERNO MILITAR                          | 1          | 4,35        |
| ATUAÇÃO NO CAMPO\Frente Agrária Paulista         | 1          | 4,35        |
| GOLPE E GOVERNO MILITAR\Aproximações             | 1          | 4,35        |
| TOTAL                                            | 23         | 100,00      |

Fonte: autoria própria.

<sup>36</sup> Id.

<sup>37</sup> Classificado no MAXQDA 2020 em GOLPE E GOVERNO MILITAR/Aproximações.

<sup>38</sup> A ESPERANÇA DO POVO. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, 01 de abril de 1964. Nosso Comentário.

## Conclusão

Durante a nossa análise, percebemos uma predominância da subcategoria “Doutrina Social Cristã”, como uma maneira do *Diário de Notícias* firmar o seu posicionamento, principalmente, colocando-se fora das dualidades entre capitalismo e comunismo, esquerda e direita, reacionários e militantes. A intenção do jornal é se contrapor a essa visão de duas mãos, mostrando que há uma terceira via: a defendida pela igreja católica, que considera a justiça social.

Entretanto, mesmo com essa intenção, o jornal acabou se apoiando ora em uma visão mais progressista, principalmente com a figura do Pe. Celso Ibson Syllos, que escrevia os editoriais antes do golpe civil-militar. Mesmo após essa tomada de poder, percebe-se que as “Aproximações”, uma subcategoria escolhida para revelar o quanto o jornal também corroborou com o discurso golpista, teve uma frequência menor.

O interessante é perceber como o jornal do interior, em seu posicionamento político, também acaba compartilhando discursos subjetivos dos próprios jornalistas, mesmo quando a categoria de texto se propõe um editorial (em definição, é a opinião da própria empresa jornalística). Assim, percebe-se o quão importante é compreender as singularidades de cada imprensa, diante da heterogeneidade do jornalismo do interior.

***Hicimos la revolución del libro: a Editora Quimantú, um signo inequívoco de que dentro do Chile anda uma revolução (1971-1973)*<sup>1</sup>**

Amanda Beatriz Riedlinger Soares<sup>2</sup>

Em 1970, o Chile passou a ser o foco das atenções mundiais devido ao seu novo e ousado projeto político, colocado em marcha em setembro daquele ano, com a vitória de Salvador Allende nas eleições presidenciais. Allende e sua plataforma política apostaram em uma alternativa sem precedentes históricos, iniciando uma experiência inédita ao buscar a conquista do socialismo a partir da democracia, recusando a via armada como única alternativa para a revolução. Historicamente, a via armada foi considerada o caminho imperativo para a realização e consolidação de uma revolução socialista, sobretudo por setores radicais da esquerda e após o triunfo revolucionário de Cuba em 1959. A proposta de Allende no Chile, que ficou conhecida como a “via chilena ao socialismo”, destoou das convenções revolucionárias hegemônicas até então.

Allende foi eleito sustentado pela Unidade Popular, uma coalizão política que reunia partidos de esquerda e centro-esquerda,<sup>3</sup> com o objetivo de lançar as condições básicas favoráveis ao estabelecimento do socialismo no país. Dessa forma, Allende venceu as eleições presidenciais de forma democrática, com um claro e expressivo projeto socialista para o Chile. Nesse projeto político, o socialismo seria conquistado a partir dos meios legais e de reformas institucionais graduais, aspectos que davam o tom da legalidade revolucionária da proposta.

Podemos identificar, dentro desse novo e ousado projeto político, um novo e ousado projeto cultural, pensado e desenvolvido pelo governo da Unidade Popular. Inserido dentro desse projeto cultural, identificamos a Editora Nacional *Quimantú*, uma das expressões culturais de maior destaque do Chile de Allende.

Antes de delinearmos a trajetória e os significados que aportaram o projeto editorial de *Quimantú*, acreditamos ser indispensável uma breve consideração acerca do título do trabalho,

---

<sup>1</sup> O estudo é fruto de uma investigação mais ampla e aprofundada sobre as políticas culturais da Unidade Popular no Chile. Os apontamentos aqui apresentados representam avanços parciais de uma pesquisa ainda em desenvolvimento.

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp/Assis) sob orientação de Carlos Alberto Sampaio Barbosa, com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

<sup>3</sup> De acordo com Alberto Aggio, além dos partidos Socialista (PS) e Comunista (PC), a Unidade Popular abrigava também o Partido Radical (PR); Social-Democrata (PSD); Ação Popular Independente (API) e o Movimento de Ação Popular Unificado (MAPU). AGGIO, Alberto. *Democracia e socialismo: a experiência chilena*. São Paulo: Annablume, 2002, p. 15.

uma vez que o título remete às perspectivas dos próprios sujeitos históricos que estiveram vinculados à *Quimantú*.

*Hicimos la revolución del libro* foi uma frase pronunciada por Joaquín Gutiérrez, diretor da editorial *Quimantú* durante os anos de atuação da empresa. Em um artigo publicado em 1999, mais de duas décadas após o fim da editora, Gutiérrez relembrou o momento de efervescência política e cultural que o Chile viveu nos anos de governo da Unidade Popular (1970-1973), caracterizando aquele momento como o de uma verdadeira “revolução do livro”, que seguiu o curso de uma revolução política desencadeada com a vitória de Allende.<sup>4</sup>

A segunda parte do título afirma que a *Quimantú* representou “um signo inequívoco de que dentro do Chile anda uma revolução”, uma frase escrita e publicada pelo senador chileno Volodia Teitelboim, no artigo *5.000.000 de libros*, publicado na revista cultural chilena *La Quinta Rueda*, no começo do ano de 1973. Uma frase em que novamente a revolução editorial que representou a *Quimantú* foi vinculada à revolução política de Allende.

Esse artigo, publicado por Volodia Teitelboim no volume quatro da revista *La Quinta Rueda*, orientou as análises desenvolvidas nesse estudo. O artigo foi selecionado para sustentar as reflexões porque trouxe aportes expressivos para compreender a nova e instigante realidade do livro no país após a vitória de Allende e o desenvolvimento de seu projeto editorial. Novamente, destacamos a importância da perspectiva de um sujeito histórico que acompanhou *in loco* as transformações culturais e políticas do Chile naquele momento.

Volodia Teitelboim Volosky foi um político, advogado, periodista e escritor, integrante da Sociedade de Escritores de Chile. Foi membro do Partido Comunista do Chile (PC) desde 1932, ano em que se filiou ao partido, foi eleito Deputado (1961-1965), Senador (1965-1973) e em 2002 recebeu o Prêmio Nacional de Literatura.<sup>5</sup> No começo do ano de 1973 veio a público o 4º número da revista cultural *La Quinta Rueda*, que trouxe o artigo *5.000.000 de libros*, assinado pelo então senador Volodia Teitelboim.

*La Quinta Rueda* foi uma revista cultural, que circulou mensalmente no Chile entre outubro de 1972 e agosto de 1973, aportando discussões importantes para o campo artístico, cultural e intelectual do Chile e da América Latina, remetendo principalmente às décadas de 1960 e 1970. Dessa forma, a revista trouxe reflexões acerca do campo musical,

<sup>4</sup> O artigo, escrito por Andrés Gómez, está disponível em [http://www.meliwaren.cl/articulo.php?id\\_articulo=88](http://www.meliwaren.cl/articulo.php?id_articulo=88). Acesso em 16 nov. 2020.

<sup>5</sup> Informações disponibilizadas pela Biblioteca Del Congreso Nacional de Chile – BCN, na sessão “Reseñas biográficas parlamentarias”. Disponível em [https://www.bcn.cl/historiapolitica/resenas\\_parlamentarias/wiki/Volodia\\_Teitelboim\\_Volosky](https://www.bcn.cl/historiapolitica/resenas_parlamentarias/wiki/Volodia_Teitelboim_Volosky). Acesso em 16 nov. 2020.

cinematográfico, esportivo, teatral, e claro, editorial. Vale destacar que *La Quinta Rueda*, em seus nove números publicados, foi editada e publicada pela própria editora *Quimantú*. Dessa forma, a revista possuía um vínculo indissociável com a editora. Esse vínculo torna-se evidente no decorrer da análise do artigo *5.000.000 de libros*, publicação que analisou e refletiu, com euforia e otimismo, o significado revolucionário desse projeto editorial.

Em fins do ano de 1970, a Editora Zig-Zag, uma das mais influentes e eficientes editoras do país, com destacado desempenho editorial durante o século XX, enfrentava dificuldades financeiras e administrativas, que naquele momento pareciam incontornáveis. Seus funcionários estavam com o pagamento atrasado, e as máquinas de impressão não conseguiam atingir cifras promissoras. Essas dificuldades levaram seus funcionários a declararem greve e a Editora, quase em falência, começou a negociar a sua venda ao governo da Unidade Popular. As negociações entre Zig-Zag e Unidade Popular duraram aproximadamente três meses, se estendendo até 12 de fevereiro de 1971, momento em que

o ministro da Economia e Comércio, Pedro Vuskovic; o diretor do Instituto de Economia da Universidade do Chile, Jorge Arrate, e Sergio Mujica, presidente da Empresa Zig-Zag, firmaram o acordo de compra/venda. Começava sua estatização. A Empresa, foi nacionalizada – não expropriada – e passou a compor a chamada Área de Propriedade Social.<sup>6</sup>

Encerradas as negociações e firmado o compromisso de compra e venda, a antiga Zig-Zag se tornou a partir de então a Editora Nacional *Quimantú*, editora do governo da Unidade Popular. *Quimantú*, em língua indígena nativa, ou seja, em Mapuche, significa “Sol do saber”.

O artigo *5.000.000 de libros*, assinado pelo já mencionado escritor chileno Volodia Teitelboim, comemorou as cifras que foram atingidas pela Editora do governo, cifras promissoras e que tornavam evidente o *boom* editorial que *Quimantú* produziu no país. Segundo Teitelboim, “em menos de seis meses *Quimantú* vendeu seu primeiro milhão. Foi o milhão da decolagem. Porque na metade desse prazo vendeu o segundo milhão. Em fevereiro deve chegar aos 5 milhões de exemplares”.<sup>7</sup>

Em maio de 1972, o presidente eleito Salvador Allende confirmou as informações aportadas por Volodia Teitelboim em seu artigo, destacando que em menos de seis meses de atividade, a editora conseguiu vender o seu primeiro milhão, o “milhão da decolagem”. Em mensagem ao Congresso, em 21 de maio de 1972, Allende confirmou:

---

<sup>6</sup> VARGAS, Viviana Bravo. *Quimantú*: palabras impresas para la Unidad Popular. *Revista de História Internacional*, ano 14, nº 54, 2013, p. 10.

<sup>7</sup> *La Quinta Rueda*. 5.000.000 de libros, por Volodia Teitelboim. Santiago, nº 4, janeiro-fevereiro de 1973, p. 3. Tradução nossa.

Las imprentas [de *Quimantú*] produjeron cinco millones de textos, repartidos gratuitamente a los escolares. Ya no sólo se produce literatura para una minoría, se han impreso varios millones de libros vendidos a precio popular. En sólo cinco meses *Quimantú*, editorial del Estado, vendió más de un millón de libros.<sup>8</sup>

De acordo com o artigo *5.000.000 de libros*, o êxito de *Quimantú* deve ser atribuído aos trabalhadores da empresa, que realizaram um grande empreendimento e trabalharam ostensivamente para tornar esse êxito possível.<sup>9</sup> A produção das máquinas de impressão de *Quimantú* atingiram cifras tão expressivas, que foi preciso criar um terceiro turno de produção, aumentando significativamente a carga horária dos trabalhadores da empresa.

No entanto, para além dos trabalhadores, o êxito de *Quimantú* também só foi exequível devido ao “novo espírito do Chile”, ou seja, devido ao novo cenário, por onde caminha o processo revolucionário rumo ao socialismo, processo este “que necessita do livro e da cultura como uma arma para garanti-lo e leva-lo ao seu destino”.<sup>10</sup>

Nessa passagem, é possível observar o sentido utilitário que o processo revolucionário da Unidade Popular atribuiu ao livro e à cultura. No imaginário político da esquerda da época, somente cidadãos cultos, com amplo acesso ao livro e à cultura, seriam capazes de compreender e levar a cabo as transformações revolucionárias empreendidas no país.<sup>11</sup> Para a sustentação da revolução chilena, pretendida pelo governo, seria preciso uma nova consciência, uma consciência de caráter revolucionário, que seria desenvolvida a partir da formação intelectual do homem. Conforme repetia o presidente Salvador Allende, “*sólo un hombre culto puede ser libre*”.<sup>12</sup>

Conforme demonstra o título, *5.000.000 de libros*, o artigo apresenta cifras e dados estatísticos, imprescindíveis para a compreensão da explosão editorial promovida por *Quimantú*. São esses dados que permitem a confirmação da mudança ocorrida no panorama do livro e da leitura no Chile. Apesar dos problemas da cultura dentro do processo revolucionário chileno, *Quimantú* representava um grande avanço rumo a uma “nova cultura”, pretendida para um “novo Chile”. Os números apresentados por Volodia são expressivos desse avanço:

<sup>8</sup> *Compañero Presidente*. Salvador Allende Gossens. Segundo mensaje al Congreso Pleno del compañero presidente Salvador Allende, 21 de mayo de 1972. RIVAS, Eduardo (org.). 2015, p. 1217.

<sup>9</sup> *La Quinta Rueda*. 5.000.000 de libros, por Volodia Teitelboim. Santiago, n° 4, janeiro-fevereiro de 1973, p. 3.

<sup>10</sup> *La Quinta Rueda*. 5.000.000 de libros, por Volodia Teitelboim. Santiago, n° 4, janeiro-fevereiro de 1973, p. 3. Tradução nossa.

<sup>11</sup> É importante destacar que amplos setores da esquerda atribuíam ao livro e à cultura um papel de destaque para a transformação da consciência revolucionária do Chile, desde a “esquerda reformista” até a “esquerda revolucionária”.

<sup>12</sup> VARGAS, Viviana Bravo. *Quimantú*: palabras impresas para la Unidad Popular. *Revista de História Internacional*, ano 14, n° 54, 2013, p. 1.

En nuestra deficitária revolución cultural, donde se advierten tantas lagunas, fracturas, ausencias, retardos, hay una prueba irredarguible y contundente de su existencia. Son los 5 millones de libros vendidos de la Editorial Nacional del Estado, “Quimantú”. 5 millones, palabras mayores, números mayores, cifras fuera de serie. Inconcebibles antes del triunfo popular. La editorial correspondiente a Quimantú, en el pasado Zig-Zag, vendía un millón de libros en un plazo de 4 años y 8 meses. Quimantú en un lapso de un año tres meses, o sea, casi cuatro veces menor, editó, vendió, cinco veces más. O sea, la venta se ha multiplicado por veinte. Se está produciendo hoy a un ritmo de 800 mil ejemplares al mes.<sup>13</sup>

A média mensal de produção de Quimantú, com 800 mil exemplares, superava todas as expectativas apostadas na Editora. É preciso considerar que naquele momento, no começo da década de 1970, a população do Chile não chegava a atingir 10 milhões de habitantes, conforme destacou Solène Bergot em um estudo quantitativo das coleções da editora:

durante los 32 meses de su vida, editó más de 12 millones de libros, es decir más que toda la industria editorial chilena en 2002, de cual vendió alrededor de 10 millones. Es decir también que editó más de 1,3 libros por habitante de Chile, puesto que la población chilena en 1970 era de 8,8 millones de habitantes.<sup>14</sup>

No artigo de *La Quinta Rueda*, Volodia Teitelboim analisou as cifras atingidas por *Quimantú* em comparação às tiragens produzidas no Chile nos anos precedentes. Dessa forma, durante o governo do democrata-cristão Eduardo Frei (1964-1970), anterior ao governo Allende (1970-1973), as tiragens ordinárias do Chile flutuavam entre dois e quatro mil exemplares, “cinco mil era quase um excesso, uma aventura maiúscula, determinado por algum fator sensacionalista e as vezes pela fama singular do autor”.<sup>15</sup> Em comparação às tiragens que marcavam, em raras exceções, cinco mil de exemplares, Volodia Teitelboim apresentou *Quimantú*, que chegou a atingir 800 mil exemplares mensais, tendo editado e publicado mais de 12 milhões de livros durante sua existência no Chile de Allende.

A produção de *Quimantú*, com cifras desmedidas se comparadas à produção histórica do livro no Chile, correspondia a um objetivo categórico da Editora da Unidade Popular. O objetivo consistia em baratear suas produções, para que seus produtos pudessem ser comprados por amplos setores sociais, inclusive pelas classes mais baixas. Dessa forma, *Quimantú* visava produzir em massa, para que assim o preço do produto fosse reduzido.

<sup>13</sup> *La Quinta Rueda*. 5.000.000 de libros, por Volodia Teitelboim. Santiago, n° 4, janeiro-fevereiro de 1973, p. 3.

<sup>14</sup> BERGOT, Solène. Quimantú: Editorial del Estado durante la Unidad Popular chilena (1970-1973). *Revista Pensamiento Crítico*. N° 04, 2004, p. 16.

<sup>15</sup> *La Quinta Rueda*. 5.000.000 de libros, por Volodia Teitelboim. Santiago, n° 4, janeiro-fevereiro de 1973, p. 3. É importante considerar que Volodia não especifica quais Editoras correspondiam a essas tiragens durante o governo de Eduardo Frei.

A proposta de *Quimantú*, que buscava a redução de preços, correspondia à realidade histórica do livro no país. Até fevereiro de 1971, quando surgiu a Editora do Estado, as tiragens de livros no Chile eram reduzidas e escassas, aspectos que tornavam o livro um produto caro e inacessível para alguns setores sociais. As dificuldades do meio editorial, enfrentadas até o momento, foram percebidas e analisadas por Bernardo Subercaseaux, que as sintetizou da seguinte forma: “[...] tiragens baixas, alto preço dos livros, falta de competitividade sobre o mercado mundial, supremacia da revista sobre o livro, falta de reconhecimento social do autor”.<sup>16</sup> *Quimantú* surgiu com um claro e expressivo projeto de popularização de seus produtos, a fim de contornar essas dificuldades impostas ao meio editorial até então. Volodia Teitelboim destacou essa proposta urgente e necessária de *Quimantú*, que previa o barateamento do livro no país. Segundo ele:

“Quimantú” derribó los precios. Rompió el criterio de la edición pequeña, escasa y cara, para sustituirlo por el de la tirada masiva y barata. El precio por cierto incluye. Y una revolución tiene que cuidar que ese artículo de primera necesidad esté al alcance del bolsillo modesto.<sup>17</sup>

Nessa passagem, Volodia Teitelboim sintetizou a nova posição ocupada pelo livro durante o governo Allende: tornou-se um artigo de primeira necessidade. A partir disso, é possível indicar que a revolução chilena valeu-se de armas não tradicionais para a concretização de seu objetivo revolucionário. Nesse projeto político inovador, os livros se tornaram armas de combate e instrumentos eficazes na construção de uma nova realidade.

A construção do novo Chile, que se pretendia socialista, passava irremediavelmente pela construção de um novo homem, dotado de uma nova consciência e portador de uma nova arma de combate: o livro. A Unidade Popular, ao adquirir a Editora Nacional *Quimantú*, parecia compreender que o livro, e a cultura de forma geral, eram elementos indissociáveis de uma revolução política. Para a Unidade Popular, a revolução no Chile se daria a partir do respeito à institucionalidade vigente e da formação do homem novo.

A partir dos dados quantitativos e qualitativos, apresentados por Volodia Teitelboim no artigo *5.000.000 de libros*, foi possível observar a nova posição ocupada pelo livro no Chile de Allende. É possível concluir que Joaquín Gutiérrez, ex-diretor de *Quimantú*, não exagerou quando em 1999 afirmou: *Hicimos la revolución del libro*.<sup>18</sup> De fato, os anos da revolução

<sup>16</sup> SUBERCASEAUX, Bernardo, *Historia del libro en Chile, alma y cuerpo*, Santiago, ed. Andrés Bello, 1993 apud BERGOT, Solène. *Quimantú: Editorial del Estado durante la Unidad Popular chilena (1970-1973)*. *Revista Pensamiento Crítico*. N° 04, 2004, p. 16. P.3

<sup>17</sup> *La Quinta Rueda*. 5.000.000 de libros, por Volodia Teitelboim. Santiago, n° 4, janeiro-fevereiro de 1973, p. 3.

<sup>18</sup> Conferir o artigo disponível em [http://www.meliwaren.cl/articulo.php?id\\_articulo=88](http://www.meliwaren.cl/articulo.php?id_articulo=88). Acesso em 27 nov. 2020.



chilena marcaram também os anos da revolução editorial promovida por *Quimantú*, sendo Volodia Teitelboim e a revista *La Quinta Rueda* observadores atentos da construção dessa nova realidade.

## O “milagre econômico” brasileiro nas páginas do jornal *Opinião* (1972-1973)

Luan Gabriel Silveira Venturini<sup>1</sup>

### Introdução

Primeiramente, vale ressaltar que a discussão apresentada nesse texto é fruto das reflexões iniciais acerca da pesquisa em andamento. Dessa forma, será exposto algumas considerações sobre a metodologia de trabalho com a fonte impressa, nesse caso, o jornal alternativo *Opinião* (RJ). Além disso, será feita algumas observações sobre o objeto do estudo: o fenômeno econômico conhecido como “milagre brasileiro” ou “milagre econômico”. Percebe-se, portanto, que o estudo proposto é uma análise sobre o “milagre” a partir do periódico *Opinião* (RJ), ou melhor, a partir do discurso de oposição desse veículo de comunicação.

### A fonte impressa

Nesse momento, será apresentado a fonte impressa como possibilidade de pesquisa para se obter o conhecimento histórico. Para isso, não se pode deixar de ressaltar as indispensáveis contribuições das pesquisadoras Tania Regina de Luca, Maria Helena Capelato, Maria Ligia Prado, Maria Aparecida de Aquino, Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto. As pesquisas desenvolvidas por essas professoras contribuem para a formulação da metodologia de análise da fonte impressa. Desse modo, levando-se em consideração as referências e pensando no recorte, no objeto da pesquisa e no tipo de abordagem, elabora-se uma metodologia de pesquisa, já que é impossível enquadrar o uso dos periódicos em uma única sistemática; cada periódico detém as suas próprias características e isso vai demandar uma certa forma de metodologia.<sup>2</sup>

No entanto, o número de trabalhos que utilizavam jornais e também revistas como fonte para o conhecimento da História no Brasil, era pequeno até a década de 1970.<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> Mestrando em História no Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp/Franca) sob orientação de Rita de Cássia Aparecida Biazon.

<sup>2</sup> LAPUENTE, Rafael Saraiva. *O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos*. 10º Encontro Nacional de História da Mídia. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

<sup>3</sup> LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

Reconhecia-se a importância dos impressos, e escrevia-se a História da Imprensa, mas havia negação quanto a escrita da História por meio da imprensa.<sup>4</sup> Os historiadores brasileiros se posicionaram de duas formas em relação aos periódicos como documento histórico: negativamente, por o considerarem como fontes suspeitas e sem validade; positivamente, por verem o jornal como repositório da verdade.<sup>5</sup> É então, nessa segunda metade do século XX, que estas concepções começaram a ser criticadas, entrando em decadência junto com a noção de documento como espelho da realidade, da verdade e da objetividade.<sup>6</sup> Percebeu-se que a fonte impressa ampliava os horizontes para novas reflexões e problemáticas nos conhecimentos acerca das sociedades do passado.<sup>7</sup> Segundo Capelato:

A imprensa oferece amplas possibilidades para isso. A vida cotidiana nela registrada em seus múltiplos aspectos, permite compreender como viveram nossos antepassados – não só os “ilustres”, mas também os sujeitos anônimos. O Jornal, como afirma Wilhelm Bauer, é uma verdadeira mina de conhecimento: fonte de sua própria história e das situações mais diversas; meio de expressão de ideias e depósito de cultura. Nele encontramos dados sobre a sociedade, seus usos e costumes, informes sobre questões econômicas e políticas.<sup>8</sup>

Desse modo, a fonte impressa, assim como qualquer outro documento histórico, são monumentos, o que os remetem ao campo da subjetividade e da intencionalidade com o qual o historiador deve lidar.<sup>9</sup> Portanto:

[...] Os documentos deixaram de ser considerados apenas o alicerce da construção histórica, sendo eles mesmos entendidos como parte dessa construção em todos seus momentos e articulações. Passou a existir a preocupação em localizar o lugar de onde falam os autores dos documentos, seus interesses, estratégias, intenções e técnicas. [...] <sup>10</sup>

Sendo os veículos de imprensa também de um determinado tempo e espaço, eles precisam ser entendidos como linguagem constitutiva do social e do político, com uma historicidade e peculiaridades próprias. Por isso, todo historiador ou historiadora que pensa em utilizar a imprensa como fonte histórica, precisa, antes de tudo, historicizar essa imprensa, ou seja, transformá-la em uma fonte. Isso implica trazer para a conjuntura e problemática que está em investigação as aplicações teóricas e metodológicas que ela encaminha, combinando a

---

<sup>4</sup> Id.

<sup>5</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A imprensa na história do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

<sup>6</sup> LEITE, Carlos Henrique Ferreira. *História e imprensa: a importância e a contribuição dos jornais no conhecimento histórico*. XIV Encontro Regional de História: Universidade Estadual do Paraná/Campo Mourão-PR, 2014.

<sup>7</sup> Id.

<sup>8</sup> CAPELATO, op. cit., p. 21.

<sup>9</sup> CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa*. Projeto História, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007.

<sup>10</sup> Id., p. 255.

análise da publicação ou periódico ao campo de lutas sociais no interior do qual se constitui e atua.<sup>11</sup> Luca também complementa essa discussão ao ressaltar que:

A imprensa não apenas tem história, com suas periodizações, personagens, temporalidades, características e possibilidades técnicas, como registra fatos e acontecimentos, aspecto que igualmente remete aos fios de uma longa tradição. A interconexão desses dois aspectos é que merece ser destacada, uma vez que o trabalho de análise do conteúdo não pode prescindir dos dados provenientes da publicação em si.<sup>12</sup>

Por fim, há riscos se os fragmentos forem isolados e não receberem as devidas considerações acerca do periódico em que foram publicados, do lugar e do espaço que ocupavam nele<sup>13</sup>. Assim, com essa contextualização, a reflexão histórica por meio dos veículos de comunicação social contribui muito para a compreensão da vida contemporânea.<sup>14</sup>

### O “milagre econômico” brasileiro e o jornal *Opinião* (RJ)

Primeiramente, é importante ressaltar que será exposto nesse tópico as primeiras reflexões acerca do fenômeno conhecido como “milagre econômico”, além de apresentar os primeiros passos do estudo desenvolvido através do jornal *Opinião* (RJ). Nesse sentido, vale indagar-se: qual é a relevância da compreensão do “milagre” na visão do jornal *Opinião*? Como o “milagre” foi possível? Essa última pergunta é significativa, porque ela dá a perspectiva do problema: o golpe de 1964 rompe com o regime político liberal-democrático existente até aquele momento e o regime político ditatorial<sup>15</sup> que emerge, instaura uma outra lógica de acumulação capitalista, que, essencialmente de forma burocrática-autoritária,<sup>16</sup> promoveu a hegemonia do grande capital internacional, em detrimento dos interesses nacionais. Dessa forma, acredita-se que a abordagem, por meio do jornal, de como o “milagre” foi possível se torna realizável.

---

<sup>11</sup> Id.

<sup>12</sup> LUCA, op. cit., pp. 31-32.

<sup>13</sup> LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas, historiografia e escrita da história. IN: LOHN, Reinaldo Lindolfo (Org.). *História nas bancas de revistas: um país impresso: entre representações sociais e culturas políticas*. Ponta Grossa: Todapalavra, 2016.

<sup>14</sup> CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa*. Projeto História, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007.

<sup>15</sup> SILVA, Luiz Fernando da. Crise do regime político no pré-1964, golpe civil-militar e consolidação do regime ditatorial. IN: NAPOLITANO, Carlo José; LUVIZOTTO, Caroline Kraus; LOSNAK, Célio José; GOULART, Jefferson Oliveira (orgs.). *O Golpe de 1964 e a Ditadura Militar em Perspectiva*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

<sup>16</sup> VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. *A administração do Milagre: o Conselho Monetário Nacional 1964-1974*. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

Isto posto, o Brasil viveria, no começo da década de 1970, o auge do “milagre econômico”, fato que contribuiu para consolidar e legitimar os militares no poder; em contrapartida, foi o momento de maior repressão, perseguição e censura da ditadura militar. Porém, esse rápido crescimento econômico brasileiro foi pautado na entrada maciça de capital estrangeiro, por meio de empréstimos ou mesmo pela entrada direta de multinacionais. Isso ocorreu em desfavor dos interesses nacionais, ou melhor, houve à desvalorização do mercado nacional, à redução dos direitos sociais e trabalhistas, o aumento das desigualdades, etc.

Mas antes de tudo, é preciso voltar um pouco no tempo para compreender melhor esse acelerado crescimento da economia brasileira entre o final da década de 1960 e o começo da década de 1970. Foi durante a década de 1950, com a política de desenvolvimento de JK (o Plano de Metas) que os interesses multinacionais cresceram de forma rápida e estável.<sup>17</sup> Em 1960, tais interesses tornaram-se a força socioeconômica dominante; simultaneamente a esse processo, um novo conjunto de agentes sócio-políticos aparecia na economia e na política brasileira.<sup>18</sup> O resultado disso foi a formação de um aparelho de “modernização conservadora”, constituída por civis e militares.<sup>19</sup> Esses agentes sociais juntamente com o capital estrangeiro faziam parte de uma “coalizão internacional modernizadora”, que era praticamente dominante no momento do golpe.<sup>20</sup> Por isso que, quando João Goulart, um presidente de cunho nacional populista, com propostas reformistas, assume o poder em 1961, ameaçando a continuidade dessa “coalizão”, vira rapidamente um alvo a ser derrubado. Assim, essa “modernização” colocada em prática durante a ditadura militar, não foi algo que surgiu propriamente nos governos militares.

Se não foi com o regime militar brasileiro que se criou esse tipo de “modernização”, foi através dele que se implantou as medidas, as políticas, ou seja, por meio dele se tornou possível o caminho para o tipo de desenvolvimento proposto por essa “coalizão”. Dessa forma, de 1964 até 1973, o modelo de Estado Burocrático-Autoritário (BA) implantado, forneceu as condições que a burguesia e o capital estrangeiro necessitavam, isto é, a intervenção estatal em seu benefício e, especialmente, o controle do aparelho de Estado sobre a economia.<sup>21</sup> Em uma espécie de “negócio fechado”, tecnocratas e grandes empresários imprimiram os rumos da

---

<sup>17</sup> DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

<sup>18</sup> Id.

<sup>19</sup> Id.

<sup>20</sup> DEL VECCHIO, Angelo. *A era Delfim. Planejamento estratégico e regime militar (1967-1973)*. Dissertação de mestrado apresentada à USP. São Paulo, 1992.

<sup>21</sup> Id.

economia num esquema, supostamente, em favor do “interesse público”<sup>22</sup> ou, melhor dizendo, em favor dos “interesses nacionais”.

O primeiro passo importante foi dado já no governo de Castelo Branco, com a reformulação do sistema financeiro. Essa estratégia consistia essencialmente em implementar um programa de estabilização anti-inflacionária – pois a inflação brasileira pré-64 era altíssima –, capaz de operar uma “reversão das expectativas” e permitir a efetiva integração da economia brasileira dentro do sistema global das economias capitalistas avançadas.<sup>23</sup> Foi, então, ao Estado que coube esse papel de conduzir a modernização “de cima para baixo” do setor financeiro, como ponto de partida para a renovação do sistema.<sup>24</sup> Castelo Branco e sua equipe econômica propuseram um “tratamento de choque”, que consistiu em congelar salários, cortar os gastos do governo e elevar os impostos.<sup>25</sup> Esse governo até conseguiu retardar a inflação e obter um bom nível de estabilização, ou seja, para conseguir alcançar o nível de desenvolvimento econômico desejado, essas medidas foram necessárias e abriram o caminho para a recuperação econômica; porém, o preço político foi alto, uma vez que as providências severas se tornaram impopulares durante o seu governo.<sup>26</sup>

Foi com Costa e Silva (1967-1969) e o seu economista Delfim Netto, que substituiu o “tratamento de choque” pelo “gradualismo”, que a economia começou a se destacar. O “gradualismo” de Delfim propunha que os salários fossem elevados anualmente, junto com o custo de vida. Mesmo que os salários não acompanhassem exatamente a inflação, ele conseguiu obter aumentos suficientes para, pelo menos, manter uma certa paz econômica.<sup>27</sup> Mas, foi só a partir do governo Médici (1969-1974) que a economia brasileira viveu o seu auge, tanto que o período conhecido como o “milagre econômico” ou “milagre brasileiro” – iniciado timidamente no governo Costa e Silva – ganhou força e proporção no seu mandato. A economia brasileira cresceu absurdamente, enquanto a inflação abaixava. As estatísticas da época davam a Médici e a seu governo a imagem de sucesso; fortificando o seu poder e aumentando a sua popularidade, abrindo, assim, caminho para mais duas presidências militares.<sup>28</sup>

Por outro lado, esse desenvolvimento sem democracia imposto pela ditadura militar teve um alto custo social, já que as reformas sociais – visando a melhoria real de vida da

---

<sup>22</sup> Id.

<sup>23</sup> Id.

<sup>24</sup> Id.

<sup>25</sup> DROSDOFF, Daniel. *Linha dura no Brasil: o governo Médici (1969-1974)*. São Paulo: Global, 1986.

<sup>26</sup> Id.

<sup>27</sup> Id.

<sup>28</sup> Id.

população como um todo – nunca foram prioridade dos governos militares.<sup>29</sup> Houve rígidos decretos de segurança, ganhos bem modestos nas reformas sociais, nenhuma greve e rápido crescimento econômico; pois esse era o objetivo central dos militares.<sup>30</sup> Portanto, pode-se ressaltar que o “milagre econômico” (1968-1973) ficou assim conhecido, em função das extraordinárias taxas de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), além da notável façanha de manter esse rápido crescimento acompanhado da queda da inflação, considerada baixa para os padrões brasileiros.<sup>31</sup> Indo mais além, estudos atuais revelam outra dimensão desse feito da economia brasileira: o crescimento da produtividade total. Esse foi o principal determinante do crescimento econômico brasileiro naqueles anos. Assim sendo, esse crescimento econômico foi, na realidade, um “milagre” de produtividade.<sup>32</sup> É por isso que apesar desse inegável desenvolvimento, a maior parte da sociedade não pôde desfrutar os resultados deste processo de maneira sustentável e igual; quem usufruiu foram os empresários, os industriais capitalistas e a classe média.<sup>33</sup>

Além desse contexto no campo econômico, é preciso salientar a condição dos jornalistas e intelectuais no pós-1964, devido ao contexto autoritário e repressivo que se abateu, principalmente, sobre esses personagens. Desse modo, os intelectuais, após o golpe de 1964, haviam formado uma frente de resistência à ditadura instaurada, por isso – assim como os jornalistas –, foram perseguidos e até expurgados de seus cargos. Com o AI-5 em 1968 e a censura escancarada aos meios de comunicação, às atividades da intelectualidade brasileira ficaram ainda mais difíceis e se reduziram aos espaços acadêmicos, isto é, os intelectuais foram inibidos de desempenharem o seu papel perante a sociedade. No entanto, é criado logo no ano seguinte o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), tendo à frente Fernando Henrique Cardoso e José Arthur Gianotti,<sup>34</sup> com o intuito de reunir esses intelectuais em torno de um objetivo comum: continuar as pesquisas e as discussões fora da universidade, nesse caso, da Universidade de São Paulo.

Apesar disso, os intelectuais continuavam inatingíveis perante a sociedade. Surge, então, por meio de um empresário nacionalista, próximo à Fernando Henrique Cardoso, a ideia de montar um jornal alternativo de intelectuais. O empresário Fernando Gasparian, dono da

---

<sup>29</sup> NAPOLITANO, Marcos. 1964: *História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

<sup>30</sup> Id.

<sup>31</sup> VELOSO, Fernando A.; VILLELA, André e GIAMBIAGI, Fabio. *Determinantes do "milagre" econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica*. Rev. Bras. Econ., Jun 2008, vol.62, no.2, p.221-246. ISSN 0034-7140.

<sup>32</sup> Id.

<sup>33</sup> NAPOLITANO, op. cit.

<sup>34</sup> Id.

Editora Inúbia, aproxima-se dos jornalistas e intelectuais censurados pela ditadura (muitos da esquerda e com posicionamentos políticos diferentes) e forma, com eles, um jornal nacionalista, democrático e independente, ou seja, houve uma união em torno de um objetivo: formar uma esfera de resistência jornalística e intelectual à ditadura e ao modelo de desenvolvimento econômico pautado no capital estrangeiro, por meio da produção de conhecimento crítico, além de possibilitar a comunicação com o público leitor. Muitos dos intelectuais que participavam do Cebrap passaram a compor o projeto do jornal *Opinião*.

O jornal *Opinião* (RJ) nasce, portanto, submerso nesse contexto e com o objetivo de ser porta-voz desse grupo de jornalistas e intelectuais de oposição. O projeto que se iniciou tomava, a partir de então, uma posição em relação aos acontecimentos que interferiam de forma significativa na vida política, social e econômica do país; e, com isso, buscava dar respostas a tais acontecimentos.<sup>35</sup> E uma dessas respostas foi ao fenômeno econômico conhecido como “milagre brasileiro”, que era tratado – pelo discurso oficial – como uma grande conquista da economia brasileira, ou seja, era abordado de forma positiva. Assim, ao olhar para o *Opinião* (RJ) nota-se um projeto jornalístico e intelectual, que visou retomar a produção de debates críticos, de forma independente – características dos veículos do século XIX. Ou seja, por meio da retomada do cronista, do chargista, do escritor letrado (intelectual), sem dar muitos espaços para propagandas e publicidades (dando maior possibilidade de desenvolvimento das ideias), o periódico constituiu-se como um veículo de oposição à ditadura brasileira e ao seu “milagre”. O “milagre” aparece, então, em um campo que está em disputa, uma disputa interna e externa.

Essa “disputa” fica evidente no texto “*Milagre brasileiro*” - o grande debate (edição nº4, seção “tendências e cultura”, p. 11-14, 1972).<sup>36</sup> Nesse texto, o autor (ausente) apresenta os discursos – da época – oficiais e de oposição acerca do “milagre”. Os discursos oficiais são elaborados pelos tecnocratas que fazem parte do governo ou que foram contratados por ele, para desenvolver pesquisas a respeito do fenômeno, assim, são pautados nos pontos positivos do “milagre”, ou seja, o desenvolvimento acelerado da economia brasileira, os números do PIB e até onde ele poderia chegar. Enquanto os discursos de oposição são elaborados por intelectuais da área econômica que não concordam com a maneira que esse “desenvolvimento” ocorre, ou melhor, não o veem como um desenvolvimento, mas apenas como crescimento econômico, já

<sup>35</sup> CRESPO, Regina Aída. Revistas Culturais e Literárias Latinoamericanas. Objetos de Pesquisa, fontes de conhecimento histórico e cultural. In: FRANCO, Stella Maris Scatena; JUNQUEIRA, May Anne (orgs.). *Cadernos de Seminário de Pesquisa*. São Paulo: Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo / Humanitas, 2011.

<sup>36</sup> Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=123307&pasta=ano%20197&pesq=&pagfis=87>. Acesso em 10 out. 2020.



que para a oposição nenhum país deixa de ser subdesenvolvido só porque o seu PIB está crescendo.

Nesse sentido, a crítica dos intelectuais de oposição gira em torno do processo, nomeado pela economista Maria da Conceição Tavares, de “reconcentração” de renda. Portanto, o golpe de 1964 dá início a esse processo, que garantiu e agravou ainda mais a concentração da renda na mão de uma minoria elitista, o que, conseqüentemente, agravou as desigualdades. Por fim, o interessante ao olhar para esse processo de “reconcentração” de renda, destacado na fonte, é observar como os principais intelectuais de oposição da área econômica, daquele momento, não esperavam por esse processo. A retomada do crescimento após 1967 foi algo totalmente inesperado, ou seja, o “milagre” pegou todos os especialistas de surpresa. Logo, o “milagre” foi causado principalmente por essa maior concentração da renda, pela expansão do crédito ao consumo e pela abertura externa da economia.

Desse modo, por se tratar de um fenômeno novo, as discussões, os debates e as críticas elaboradas pelos intelectuais e jornalistas nesse periódico são relevantes para compreender que houve, naquele tempo e naquele espaço, um discurso de oposição ao discurso oficial pautado no modelo econômico do governo militar. Trata-se de indivíduos reunidos em torno do objetivo de discutir sobre o que se tratava aquele fenômeno e as suas conseqüências problemáticas: valorização dos interesses internacionais em detrimento dos interesses nacionais, a depreciação dos direitos humanos, como os direitos sociais, os direitos trabalhistas, etc.

### **Considerações finais**

Ao longo desse trabalho foi visto que o golpe de 1964, que rompeu com o regime político liberal-democrático existente até aquele momento, trouxe, além de um novo regime, uma outra lógica de acumulação capitalista, que, de forma autoritária e burocrática, promoveu a hegemonia do grande capital internacional. Assim, por meio das discussões apresentadas no jornal *Opinião* (RJ), nota-se como o “milagre” se tornou possível e quais as suas conseqüências para a sociedade brasileira, ou seja, o discurso de oposição do periódico revela uma valorização dos interesses internacionais em detrimento dos interesses nacionais.

## **A revolução em periódicos: a revista *Sexología y Sociedad*, o CENESEX e a normatização da diversidade sexual em Cuba**

Pedro Sampaio Azevedo<sup>1</sup>

A revista *Sexología y Sociedad*, fundada em 1994 após a criação do Centro Nacional de Educação Sexual, é uma chave importante do Ministério da Saúde para não só divulgar dados e pesquisas realizadas internamente pelo CENESEX, mas também para distribuir informações e estudos internacionais em torno da educação sexual e se tornou, como é ressaltado por Emily J. Kirk, “um dos mais efetivos meios de comunicação relacionados ao estudo da sexualidade dentro de Cuba e internacionalmente”.<sup>2</sup> Assumindo e adotando diferentes posturas e tendências ao longo dos anos, a análise da revista nos permite observar como a educação sexual foi sendo adotada no cerne da Revolução Cubana gradualmente, dando espaço para temas como a diversidade sexual. Nessa pesquisa a análise vai ter como objetivo principal traçar e analisar tais tendências em dois diferentes períodos e destacar a importância do periódico em inserir os temas abordados dentro da sociedade revolucionária. Esse estudo faz parte de minha pesquisa monográfica ainda em construção, onde viso analisar e problematizar o Centro Nacional de Educação Sexual dentro do que denomino de “revolução sexual” ocorrida em Cuba a partir da década de 90.

Inicialmente desenvolvido e projetado por Vilma Espín, diretora da Fundação de Mulheres Cubanas – a FMC, e com a contribuição de Álvarez Lajonchere – notório médico cubano e Monika Krause – doutora vinda da Alemanha Oriental, o Centro Nacional de Educação Sexual seguiu a partir da necessidade de estabelecer um plano voltado à saúde e educação sexual assim como de incorporar seus debates nos pilares da sociedade – entre eles o aborto, a diversidade sexual, expressões e construções sociais de gênero, doenças sexualmente transmissíveis, planejamento familiar e etc. A partir da percepção das produções midiáticas, não só em âmbito nacional como também, principalmente, internacional (uma vez que até os dias de hoje o CENESEX concentra suas ações na produção de jornais, revistas, artigos e desenvolvendo conteúdos em suas redes sociais) como os principais e mais efetivos disseminadores de informação, *Sexología y Sociedad* surge como o primeiro periódico desenvolvido pela instituição, em parceria com o Ministério da Saúde e a Associação de

---

<sup>1</sup> Graduando de Bacharel e Licenciatura em História na Universidade Federal Fluminense (UFF).

<sup>2</sup> KIRK, Emily J. *The normalization of sexual diversity in revolutionary Cuba*. PhD thesis, University of Nottingham, 2015B, p. 142.

Planejamento Familiar das Nações Unidas, com o objetivo ora de informar a população, ora de buscar debates e suportes teóricos e científicos que sustentassem as medidas e planejamentos do Centro. Dessa forma, para se compreender o trabalho do CENESEX e de *Sexología* é necessário antes contextualizar a diversidade sexual na Cuba revolucionária.

Ressaltado por Luis Fernando Ayerbe em seu livro *A Revolução Cubana*, Cuba ao decidir romper com os moldes capitalistas e imperialistas que os Estados Unidos havia imposto à América Latina, garante a libertação nacional do regime de Fulgêncio Batista, resultando em mudanças sociais e estruturais profundas na sociedade, como por exemplo, a reforma agrária e a expropriação de todas as companhias comerciais dos Estados Unidos.<sup>3</sup> Porém, simultaneamente ao processo de transformação social, centenas de homossexuais foram perseguidos e mandados para campos de trabalho compulsório, conhecidos como Unidades Militares de Ajuda à Produção (UMAPs),<sup>4</sup> acusados de serem incompatíveis com a visão do que o “homem novo” revolucionário deveria representar, sendo “capaz de dar sentido e perpetuação à revolução que iniciava a sua grande “marcha””.<sup>5</sup> Dentro dessa definição, homossexuais eram considerados “contrarrevolucionários”, e a homossexualidade vista como uma doença capitalista.<sup>6</sup> Quando não concentrados nas unidades de trabalho forçado, membros do que hoje é conhecido como a comunidade LGBTI – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais e Intersexos, eram expostos a humilhações e repressões no campo universitário, laboral e nas áreas de lazer.<sup>7</sup> Além disso, enquanto a homofobia contra homens era institucionalizada por meio de uma legislação – como por exemplo o artigo 490 de 1938 mantido no Código Penal pós-revolucionário, as lésbicas também “eram reprimidas e mistificadas, e o lesbianismo era ignorado ou acreditado ser corrigível”. Por esse motivo, como continua destacando Emily J. Kirk, “é impossível determinar os níveis de prejuízo sofridos por lésbicas ou mulheres sexualmente diversas”.<sup>8</sup>

<sup>3</sup> AYERBE, Luis Fernando. *A Revolução Cubana*. Editora UNESP, 2004, p. 60.

<sup>4</sup> As UMAPs funcionaram entre 1965 e 1968, e eram campos de trabalho compulsório usados para reeducar homens “anti-sociais”, entendido por Emily J. Kirk como um grupo seletivo de pessoas consideradas “contrarrevolucionários”, e que fugiam ao ideal do “*new man*” – forte, viril, socialista, justo e incorrupto. Apesar de não terem sido criados para concentrar homossexuais, relatórios citados por Rafael Ocasio em seu livro “*Gays and the Cuban Revolution: The Case of Reinaldo Arenas*” mencionam uma estimativa de que 60.000 homens considerados homossexuais foram levados aos campos. Porém, apesar da predominância homossexual, os números reais variam, e são muito difíceis de serem determinados. KIRK, op. cit., 2015B, p. 32.

<sup>5</sup> MARQUES, Leandro Rickley. *A Condição Mariel: Memórias Subterrâneas da Revolução Cubana*. Goiânia: EDUFMA, 2012, p. 78.

<sup>6</sup> KIRK, op. cit., 2015B, p. 31.

<sup>7</sup> MARQUES, op. cit., p. 112.

<sup>8</sup> KIRK, op. cit., 2015B, p.25.

Como é observado por James N. Green, a LGBTIfobia e o esquecimento em torno da comunidade LGBTI e sua memória são questões enfrentadas pelos movimentos progressistas desde os seus primórdios. Como é pontuado pelo autor<sup>9</sup> com a ascensão de Stálin ao poder da União Soviética em 1924, foi promulgado o Estatuto de 1934 que criminalizava os atos sexuais consentidos entre homens, sendo punido por até quatro anos de prisão. Tais medidas que iam ao contrário da normatização das diversidades sexuais refletiram na posição do movimento comunista internacional que considerava a homossexualidade como a decadência do homem capitalista.<sup>10</sup> Nesse sentido, grupos políticos comunistas<sup>11</sup> da América Latina continuaram até a década de 1990 a defender esse ponto de vista que relacionava o homem homossexual à condição mais baixa do homem inserido na sociedade capitalista.<sup>12</sup>

Os fatos apresentados, portanto, contribuíram para uma situação de marginalização e opressão de pessoas sexualmente diversas, que se por um lado eram enxergadas como um risco à sociedade capitalista, também eram incompatíveis com os países socialistas.<sup>13</sup> Em meio a um movimento internacional comunista que reprimia e desencorajava debates ao redor da diversidade sexual, o Centro Nacional de Educação Sexual tendo suas origens em 1972,<sup>14</sup> a partir da produção de um programa de educação sexual, palestras e cursos com uma abordagem comunitária e periódicos, como *Sexología y Sociedad*, se apresenta como um dos primeiros órgãos latino-americanos a vincular a educação e diversidade sexual como sinônimos de prosperidade nacional, enquanto diversos partidos políticos e organizações comunistas internacionalmente faziam dessa relação algo inconcebível. Como será visto enquanto tais problemas e conflitos também eram percebidos internamente em Cuba, o CENESEX e seu

<sup>9</sup> GREEN, James N. *A luta pela igualdade: desejos, homossexualidade e a esquerda na América Latina*. AEL. Em: Homossexualidade: Sociedade, Movimentos e Luta, 2010, p. 32.

<sup>10</sup> ENGELSTEIN, L. *Soviet policy toward homosexuality: its origins and historical roots*. *Journal of Homosexuality*. Nova York, v. 29, n. 2, 1995, p. 168.

<sup>11</sup> Em 1981 há registros de representantes do Partido Comunista Brasileiro mantendo esse posicionamento. Em 1975 o Movimento da Esquerda Revolucionária Chileno (MIR) afirma que dentro da organização “no hay maricones” além de “grupos pró-chinês e pró-maoísmo albanês, que tinham influência na Colômbia, Peru e Brasil, dentre outros países latino-americanos” que até fins da década de 1980 igualavam a homossexualidade à decadência do homem capitalista. (GREEN, op. cit., p. 32).

<sup>12</sup> GREEN, op. cit., p. 30.

<sup>13</sup> Como é observado por Dominique Gay-Sylvestre em seu livro dedicado à trajetória de Monika Krause e a educação sexual em Cuba “*Navegaciones y borrascas: Monika Krause y la educación sexual en Cuba (1979-1990)*” “*Considerada como una desviación de la naturaleza, un vicio horroroso, muy propio de las sociedades burguesas, capitalistas, la homosexualidad es entonces incompatible con el sentimiento revolucionario de la sobrevaloración del hombre, en una sociedad eminentemente socialista.*” (GAY-SYLVESTRE. *Navegaciones y borrascas: Monika Krause y la educación sexual en Cuba (1979-1990)*, p. 91)

<sup>14</sup> Originalmente o Centro Nacional de Educação Sexual foi criado em 1972 sob o nome Grupo Nacional de Trabajo de Educación Sexual (GNTES) como uma iniciativa independente do governo cubano, fundado pela FMC, e possuía a finalidade de desenvolver um programa de educação sexual para Cuba, mais tardiamente projetado oficialmente pelo Programa Nacional de Educação Sexual (ProNes). Somente em 1989 passou a ser conhecido oficialmente como CENESEX, a partir de sua fundação legal como parte oficial do Ministério da Saúde.

principal meio de comunicação, *Sexología*, trilhavam um caminho em direção à normatização da diversidade sexual.

Assim, será observado que o periódico apesar de brevemente em seus primeiros anos ter apresentado um caráter mais popular e informativo logo assumiu a postura de uma revista exclusivamente científica, acadêmica e internacional. A partir da análise se torna possível perceber que *Sexología y Sociedad* mais que estabelecer um contato entre o Centro Nacional de Educação Sexual e a população, visava consolidar e fortificar uma ponte entre Cuba e os movimentos de esquerda internacionalmente, assim como buscar um apoio científico e intelectual, incorporando-o, apresentando assim uma diferenciação de outras medidas adotadas pelo CENESEX.<sup>15</sup> Num contexto internacional de marginalização e desconhecimento perante assuntos relacionados à sexualidade, a determinação de uma base teórica sustentada por estudos de pesquisadores ao redor do mundo que explicita a educação sexual como um fator crucial para o desenvolvimento da sociedade se torna imprescindível. Nesse sentido, a partir da sua criação em 1994 *Sexología* cumpriu um papel fundamental ao pavimentar um caminho em direção à normatização da diversidade sexual que, apesar de ter suas origens em 1972, viu nos anos seguintes um progresso significativo.

Atualmente dirigido pela diretora do CENESEX, Mariela Castro, *Sexología y Sociedad* desde 2013 é publicado semestralmente, com uma média de 7 artigos a cada edição, possuindo um vasto número de artigos e edições nos seus 25 anos de história. Nesse sentido essa pesquisa será dividida entre dois períodos que separam não só a abordagem *Sexología y Sociedad*, mas também do Centro Nacional de Educação Sexual como um todo: um primeiro momento indo desde a criação da revista em 1994 até 2008 e um segundo momento indo desde 2008 até a sua última publicação disponível online atualmente, no segundo semestre de 2019. Com uma análise sistemática, dividindo-a a partir de um recorte temporal, se torna possível investigar como o foco pelo respeito à diversidade sexual foi sutilmente assumindo espaço na revista como um primordial elemento.

---

<sup>15</sup> O Centro Nacional de Educação Sexual até os dias de hoje está presente nas mais diversas camadas e pilares da sociedade cubana: produzem conteúdos midiáticos impressos e audiovisuais, ajudam na promulgação de leis, ministram cursos e palestras para professores, agentes comunitários, médicos, pais e todos aqueles que compõem o processo educativo de um indivíduo e oferecem apoio jurídico, psicológico e terapêutico gratuitos à população LGBTI e mulheres. Todas essas medidas são levadas a cabo a partir de uma de suas três principais premissas – a abordagem comunitária, que visa atender às especificidades de cada província a partir de seus perfis demográficos como o número da população feminina, qual a faixa etária predominante, se há pessoas sexualmente diversas e etc. Além disso, o apoio do CENESEX na promulgação de um Programa Nacional de Educação Sexual ajudou a levar os temas para dentro da grade escolar e do Ensino Superior de forma sistêmica e organizada, buscando integrar a educação sexual para dentro de todas as instâncias das instituições de ensino. Neste artigo parte-se da premissa que *Sexología y Sociedad* buscava trazer confiabilidade ao CENESEX, a partir do contato com pesquisas de todo o mundo, para se realizar todas essas medidas.

### ***Sexología y Sociedad* (1994 – 2008)**

Disponibilizado recentemente digitalizado através da plataforma *infoMed*, a análise de *Sexología* apresenta uma grande importância para se compreender e destacar a inserção da educação sexual nas pautas revolucionárias. Na edição de número zero publicada em 1994, a psicóloga e professora Lourdes Flórez Madan destaca:

Em Cuba, a educação sexual (com apoio governamental) surge como um resultado das profundas transformações sociais que ocorreram nos anos 60. A Revolução Cubana constituiu em si mesma a premissa fundamental ou básica para o Programa Nacional de Educação Sexual<sup>16</sup>. As profundas transformações sociais, que abrangeram e se estenderam a diversos e heterogêneos setores da população, modificaram substancialmente o papel da mulher na sociedade. Portanto, embora programas sociais como saúde e educação, todos concebidos a partir da realidade e necessidades da população, talvez não tivessem um objetivo explícito para o desenvolvimento da educação sexual em nosso país, por consequência tiveram este efeito.<sup>17</sup>

Assim, em sua primeira edição *Sexología y Sociedad* já esclarecia aos leitores seu principal objetivo, que permeia suas numerosas páginas e publicações até os dias de hoje: inserir não só a educação sexual como todo o trabalho do Centro Nacional de Educação Sexual dentro do contexto da Revolução Cubana. Com isso podemos observar o compromisso do Centro com a Revolução Socialista, destacando e ligando os assuntos de sexualidade e gênero à questão de classes. Em outros momentos essa relação de fidelidade com o socialismo também é exaltada seja de forma mais branda, ao destacar o Código Penal de 1989 e suas condenações ao aborto e à homossexualidade como heranças deixadas pela Espanha e suprimidas pela Revolução Cubana,<sup>18</sup> seja dizendo explicitamente que “o desenvolvimento de medidas educativas e a advocacia a favor do reconhecimento dos direitos sexuais foi possível graças ao apoio do Estado e do governo, sobretudo, do Partido Comunista Cubano”.<sup>19</sup>

---

<sup>16</sup> O Centro Nacional de Educação Sexual foi criado em 1972 sob o nome Grupo Nacional de Trabajo de Educación Sexual (GNTES) como uma iniciativa independente do governo cubano, fundado pela FMC, e possuía a finalidade de desenvolver um programa de educação sexual para Cuba, mais tardiamente projetado oficialmente pelo nome ProNes, o Programa Nacional de Educação Sexual. O processo de construção do Programa Nacional de Educação Sexual buscava se basear, principalmente, na busca de cooperação e na experiência outros países do bloco socialista – o que de início não foi atingindo pela marginalização do assunto fora e dentro dos países socialistas, representados pela União Soviética.

<sup>17</sup> “La Educación Sexual en Cuba: Programa Nacional”, *Sexología y Sociedad*, ano 1, n. 1, p. 22, nov. 1994

<sup>18</sup> “Educación Sexual en Cuba: Reseña Histórica”, *Sexología y Sociedad*, ano 2, n. 2, p. 25, 1995.

<sup>19</sup> ROQUE GUERRA, Alberto. *Sexual Diversity in Revolutionary Times, 1959-2009*. Cuban Studies. Vol. 42: 218-226, 2011, p. 34.

Nos primeiros anos de sua publicação, *Sexología* reservava muitos dos seus focos para apresentar o trabalho feito pelo CENESEX ao mesmo tempo que tentava construir em Cuba uma história da educação sexual. Em 1994, em particular, 40% das publicações foram destinadas à discussão exclusiva de medidas tomadas pelo Centro, assim como seu funcionamento e objetivos. Os outros 60% são constituídos por artigos com temas mais bem definidos e direcionados como o aborto e a disfunção erétil. É possível assim observar uma tendência que aponta a tentativa de apresentar ao povo cubano – por meio de artigos bem ilustrados e visualmente agradáveis que muito lembram as colunas de jornais e revistas populares dos dias de hoje, a educação sexual como um componente vital para o desenvolvimento da sociedade revolucionária de Cuba.

Como mencionado acima e ressaltado por Emily J. Kirk,<sup>20</sup> durante os anos iniciais do periódico na década de 90, *Sexología y Sociedad* foi desenvolvido mais como uma revista do que como um jornal científico, contendo charges e desenhos *sexual-related* assim como anúncios de preservativos e de pílulas anticoncepcionais. Isso mudou drasticamente nos anos seguintes: enquanto em 1994 e nas três edições de 1995 todos os artigos possuíam pelo menos um ou mais desenhos, charges ou fotos bem humoradas, em 1998 gráficos e tabelas começam a ter mais destaque, além de imagens e ilustrações que visavam introduzir uma postura mais séria e acadêmica dos conteúdos.

Quando examinadas as principais temáticas abordadas pela revista durante o período de 1994 e 2008, a partir de um levantamento de todas as edições disponíveis de *Sexología* na plataforma *infoMed*, conseguimos perceber que os tópicos principais giravam em torno do aborto, o procedimento e sua legalização; métodos anticoncepcionais, como funcionam e como utilizar; planejamento familiar; violência sexual; sexualidade na infância; sexualidade na adolescência; sexualidade feminina. Além disso também é usual a presença de temas que abordem o gênero como uma construção social capitalista, e de seus papéis determinados na sociedade de classes. É possível perceber que a diversidade sexual, apesar de não ter sido um tema recorrente em seus anos iniciais, aos poucos foi se tornando um tema recorrente e importante nas publicações do periódico. Para efeito de comparação, enquanto no ano de 1994 30% dos artigos tratavam exclusivamente do aborto, nenhum sequer mencionava pessoas sexualmente diversas, no ano de 1995, enquanto cerca de 20% abordavam o aborto, 4,1% tratam sobre o respeito à diversidade sexual, apesar de não ser o assunto principal:

---

<sup>20</sup> KIRK, op. cit., 2015B, p. 144.

Não podemos esquecer que toda conduta sexual que não dane física ou espiritualmente ao indivíduo, seu/sua companheiro(a) ou a outras pessoas, deve ser considerada uma variante sexual e deve ser respeitada. [...] a construção da masculinidade e da feminilidade e a configuração de gêneros psicologicamente diferenciados, guardam estreita relação com a identificação plena do indivíduo com seu corpo sexuado. Mas ele não pode pressupor, de nenhum modo, que se veja obrigado a[...] formar um casal heterossexual, constituir um matrimônio e uma família e ter descendência, em concordância com as expectativas da sociedade e da maioria das pessoas que a rodeiam. O ser humano tem direito[...] de determinar livremente os limites de sua sexualidade[...], assumir sua orientação sexual e escolher sua própria opção a respeito do matrimônio e da quantidade de filhos.<sup>21</sup>

Esta mudança gradual continua se dando no ano de 1996, quando no artigo destinado à análise da sexualidade feminina em suas diferentes etapas da vida, organizado pela Dra. Natividad Guerrero Borrego, é abordado sobre o descobrimento da sexualidade e orientação sexual da mulher no período entre os 10 e os 19 anos, assim como a importância da presença, respeito e apoio dos pais e amigos nessa fase:

Quando a mulher descobre que sua orientação sexual é para o seu mesmo sexo, pode ocorrer, como ocorre também aos homens, que apareçam preocupações e conflitos relacionados com a própria aceitação e a dos demais: família, amigos, companheiros. Algumas as resolvem apenas aceitando-se, mas outras vivem angustiadas e reprimidas devido a sua condição de diferença e a atitude ainda preconceituosa da sociedade em geral.<sup>22</sup>

Todavia, o primeiro artigo a trazer a diversidade sexual como temática principal só apareceu em 1997 quando o Dr. Artidoro Cáceres Le Breton em seu artigo “A homossexualidade egodistônica” destaca as relações sexuais e amorosas entre o mesmo sexo na Grécia e no Peru Antigo e na Roma Imperial, antes de abordar a ego distonia,<sup>23</sup> para sustentar seu argumento de que a diversidade sexual não seria uma perturbação mental, e sim uma orientação sexual normal. A primeira conclusão que temos diz a respeito dos esforços de *Sexología y Sociedad* para não apenas caminhar em sentido à normatização da diversidade sexual, como também para inserir a origem da discriminação e da repressão sexual no contexto da sociedade capitalista. Com o passar dos anos e também com a superação da crise da década de 90 dada pelo fim da União Soviética e os sucessivos ataques norte-americanos à economia

<sup>21</sup> “La educación de los géneros”, *Sexología y Sociedad*, ano 2, n. 2, p. 36, 1995.

<sup>22</sup> “La sexualidade femenina”, *Sexología y Sociedad*, ano 3, n. 3, p. 22, 1996.

<sup>23</sup> A ego distonia, na psicanálise, se refere à comportamentos, sentimentos, valores e outras atividades mentais que contrariam as vontades da própria pessoa, não a aceitando e buscando meios de se mudar e combater isso. Aqui estamos falando exclusivamente da orientação sexual egodistônica, quando um indivíduo não aceita sua orientação sexual por pressões externas sociais e procura alternativas para alterá-la ou encerrá-la, como a terapia e até mesmo o suicídio. No artigo, o autor visa tratar a ego distonia como uma doença ocasionada pelas pressões sociais e que precisa de uma intervenção terapêutica urgente para ser tratada. Além de ser a primeira vez que um artigo em relação à diversidade sexual é publicado, também marca um enorme compromisso entre *Sexología y Sociedad* e as teorias psicanalistas de Freud.



cubana – representados pelo cruel embargo econômico que até os dias de hoje serve como um norteador das políticas de Cuba, *Sexología y Sociedad* assim como a diversidade sexual se tornaram mais presentes não só dentro da sociedade cubana como também internacionalmente.

Essa aproximação sutil entre a intolerância sexual e a sociedade de classes se desenvolve conforme a hoje conhecida como comunidade LGBTI assume mais espaço nos conteúdos do periódico. Em sua edição de 2004 de número 27 a cientista Isabel Moya Richard publica o artigo de nome *Lo gay tambien vende* onde apresenta um ensaio extremamente atual e que aparece dezesseis anos depois como uma das principais queixas do movimento LGBTI, a partir do termo *pink money*<sup>24</sup>, explorando a apropriação da diversidade sexual feita por países capitalistas, eliminando o caráter transgressor e contra hegemônicos de seus discursos e manifestações:

A expressão pós-moderna "politicamente correto" ilustra uma das estratégias dos discursos hegemônicos do século 20 e dos primórdios do 21: a apropriação de discursos alternativos ou contra-hegemônicos, despojando-os de seu caráter transgressor, esvaziando-os de seus verdadeiros conteúdos, manipulando suas essências e valorizando o aparente para acabar por hibridizá-lo na própria fala, e assim oferecer uma visão de auto-renovação, de atualização.<sup>25</sup>

Para ilustrar essa mudança gradual de tendência podemos analisar os números: os assuntos relacionados à diversidade sexual sofreram um crescimento exponencial entre os anos 90 e o início do século XXI, quando cerca de 20% dos artigos eram destinados à homo, bi, trans ou intersexualidade, ultrapassando muitos dos assuntos que em 1994 costumavam ser os mais recorrentes. Até 2004, num espaço de 10 anos, a participação desse tema cresceu de zero para mais de 30% contra 5% dos temas associados ao aborto – quase uma troca de posições do ano de 1994, indicando uma nova tendência que destaca um reflexo de que não apenas o CENESEX e seu principal periódico, como, principalmente, a sociedade cubana evoluía, aceitava e discutia mais questões direcionadas à diversidade sexual e a tolerância.

A respeito de alguma das outras letras da sigla LGBTI – mais especificamente dos e das transsexuais e travestis, reservo as próximas linhas. Como observado, o estudo sobre a pesquisa das orientações sexuais homo e bi assim como sua inserção dentro do plano de educação sexual em Cuba se deu gradualmente. Assim, com transexuais e travestis o mesmo pode ser observado. Apesar de medidas do CENESEX perante a comunidade T serem registradas já na década de

<sup>24</sup> O *pink money* se trata de um termo para redesignar ao ato das empresas que enxergam na comunidade LGBTI+ um grande potencial de consumo como uma grande oportunidade mercadológica, se utilizando da causa LGBTI, mais precisamente da causa *gay*, apenas para gerar lucro.

<sup>25</sup> “*Lo gay tambien vende*”, *Sexología y Sociedad*, ano 11, n. 11, p. 26, 2004.

90,<sup>26</sup> o primeiro artigo em *Sexología y Sociedad* só foi publicado em 2002, intitulado *Experiencia quirúrgica em transexualismo de psiquis feminina* e organizado pelo Dr. Guillermo Mac Millan S. e pela Dra. Yunge Ducaud. Ainda que no texto a transexualidade seja mencionada em sua introdução como uma *enfermedad*, os autores mencionam que

existiu sempre em todos os tempos, raças e culturas, e devemos aceitar-lo como um fenômeno natural, como uma incidência aproximada de 1 a 3 a cada 100.000 homens. O transexualismo é uma desordem da identidade de sexo, e não da conduta sexual. As pessoas com esse problema sentem uma falta de harmonía entre seu sexo psicológico e seu sexo anatômico; nesse sentido, a pessoa que é psicologicamente feminina experimenta grandes frustrações tentando se expressar através de sua construção masculina.<sup>27</sup>

É necessário dizer que por mais que termos pejorativos como “doença”, “problema” e o próprio sufixo “-ismo” – que pode indicar um distúrbio ou um movimento ideológico, sejam usados, em 2002 muito pouco se sabia sobre a transexualidade, sendo retirado da lista de enfermidades da Organização Mundial da Saúde apenas em 2018. Dessa forma, o uso de tais vocábulos que podem gerar desconforto devem ser entendidos dentro de sua época. Ainda assim, é sublime perceber como mesmo no início do século os autores visam abordar a transexualidade como um fenômeno natural e apontando a cirurgia de redesignação sexual, assim como o acompanhamento médico e psicológico, como a única saída para reabilitar os indivíduos trans. Entre 2002 e 2008 mais 2 outros artigos, um da professora Louis Gooren e outro do Dr. Rubén S. Padrón Durán, foram publicados sobre transexuais e travestis, sem quaisquer termos ou expressões que poderiam indicar que são menos do que uma condição natural. Como a maioria dos temas publicados e organizados por *Sexología y Sociedad*, a comunidade “T” também aos poucos foi sendo incorporada pela revista e pelo CENESEX.

A educação sexual em Cuba se apresenta desde o início do século como um dos principais componentes da Revolução Cubana que, embora tenha acontecido em 1959, continua em andamento, se aprimorando e aprendendo com erros e acertos. O CENESEX, sem dúvidas, foi e ainda é o principal responsável por essa mudança, e serviu como uma das principais ferramentas para a reversão de anos de opressão. Desde 2008, com a eleição de Raúl Castro, até os dias de hoje, como diz Emily J. Kirk, Mariela Castro Espín e o Centro Nacional de Educação Sexual começaram a indicar que a diversidade sexual deveria ser seu principal foco.<sup>28</sup> A esse período irei me dedicar nas próximas páginas.

<sup>26</sup> KIRK, op. cit., 2015B, p. 156.

<sup>27</sup> “*Experiencia quirúrgica em transexualismo de psiquis feminina*”, *Sexología y Sociedad*, ano 9, n. 9, p. 10, 2002.

<sup>28</sup> KIRK, op. cit., 2015B, p.16

### ***Sexología y Sociedad (2008 – 2019)***

O ano de 2008 estreou um período de enorme importância para pessoas sexualmente diversas em Cuba. Com a eleição de Raul Castro como o novo presidente, sua filha Mariela Castro, diretora do Centro Nacional de Educação Sexual enxergou nesse novo período uma oportunidade para expandir seus trabalhos e de outros coordenadores e diretores do CENESEX. Se no intervalo entre 1994 e 2008 as medidas, estudos e propagandas do Centro perante a pluralidade sexual foram se tornando mais presentes, nos anos seguintes, como ressalta Emily J. Kirk, como um resultado não apenas da transformação que ocorria no cenário político, mas principalmente da mudança que ocorria dentro da sociedade cubana, essa temática se tornou o principal foco do Centro, pondo a busca por direitos, defesa e bem-estar da comunidade LGBTI como a sua prioridade.

Embora tenha havido uma mudança clara na época para incorporar a diversidade sexual aos objetivos do Centro, finalmente, em 2008, o Centro como um todo mudou para se concentrar principalmente na diversidade sexual. Embora se possa argumentar que o processo de reorientação dos interesses do Centro ocorreu neste momento devido à mudança na presidência de Cuba de Fidel Castro para Raúl Castro, permitindo que sua filha Castro Espín fizesse as mudanças que considerasse necessárias, a análise demonstra que a situação era significativamente mais complexa. Em 2008, havia claramente uma necessidade de aumentar a atenção sobre a diversidade sexual, visto que a própria sociedade precisava mudar. Em outras palavras, o trabalho anterior do Centro havia apoiado e promovido com sucesso o debate público, que exigia mais mudanças. O CENESEX redirecionou seu objetivo para atender a essa necessidade crescente, mantendo sua intenção de apoiar a diversidade sexual por meio do foco na saúde e no bem-estar.<sup>29</sup>

Tal aspecto aparece com clareza na primeira página do segundo volume de *Sexología y Sociedad* publicado em 2008, onde Mariela Castro em *Carta de la directora* visa não só trazer a diversidade como ponto crucial do CENESEX, mas também, e diria principalmente, ligar os tópicos de gênero e sexualidade à questão de classe, inserindo-os dentro da Revolução Socialista:

Em correspondência com sua função social, aprovada pelo Estado cubano, e sua comissão institucional como coordenador do programa Nacional de Educação Sexual, o CENESEX convocou várias organizações e agências estaduais para realizar sessões educacionais em diferentes cidades do país. Este programa de atividades acadêmicas e artísticas levadas a cabo foram realizadas com o objetivo de contribuir para a formação de toda a sociedade, com especial destaque para a família para

---

<sup>29</sup> KIRK, op. cit., 2015B, p. 161.

promover o respeito à livre e responsável orientação sexual e identidade de gênero, como exercício da igualdade e da justiça social.<sup>30</sup>

Nesse sentido, com o maior foco na diversidade sexual estabelecida pelo CENESEX e sua diretora, mais estudos que exploravam todas as camadas do tópico foram encomendados e desenvolvidos rapidamente. Somente no ano de 2008 dois artigos assinados por Mariela Castro foram publicados sobre a transexualidade – o primeiro publicado no número 36, *Aproximación a la transexualidad como noción científica* analisa como a comunidade transexual esteve presente em diferentes períodos históricos, povos e culturas, a partir da premissa de que “o corpo deve acompanhar a mente”,<sup>31</sup> o segundo no número 37, *La atención integral a transexuales en Cuba y su inclusión en las políticas sociales*, traça como a transexualidade foi encarada pela sociedade pré e pós revolucionária, destacando os esforços do CENESEX desde sua idealização em 1972 para se entender e lidar com a causa.<sup>32</sup> Também, apesar de serem tópicos menos abordados por *Sexología*, no mesmo ano foi publicado o primeiro artigo que procura refletir sobre a escravidão e os estereótipos criados sobre a mulher negra hetero, bi e homossexual. Sob o título de *Esclavitud y cuerpos al desnudo: la sexualidad y la belleza de la mujer negra*, Sandra Álvarez Ramirez visa analisar a sociedade escravista e colonial para delinear como a hipersexualização das mulheres negras, assim como diversas concepções e rótulos foram criados e estabelecidos no meio do senso comum.

Dessa mesma forma a intersexualidade, que pode ser entendida como “pessoas que nascem com anatomia reprodutiva ou sexual e/ou um padrão de cromossomos que não podem ser classificados como sendo tipicamente masculinos ou femininos”,<sup>33</sup> apesar de ter sido apenas recentemente agrupada na sigla oficial do movimento de diversidade sexual, obteve espaço em *Sexología y Sociedad* também no ano de 2008. Redigido por Adriana Agramonte Machado, o artigo nomeado *Intersexualidad y estigma social* foi apresentado a partir do reconto da história da intersexualidade, assim como considerando os processos de identitários e de construção sexual nessa comunidade, dando enfoque ao estigma social que essas pessoas estão submetidas.

O proposito fundamental deste trabalho foi estimular a reflexão sobre os temas essenciais diretamente vinculados à qualidade de vida deste grupo humano.

<sup>30</sup> CASTRO ESPÍN, Mariela. *A Cuban Policy Approach to Sex Education*. Cuban Studies, vol. 42: 23-34, 2011, p. 3.

<sup>31</sup> Id., p. 4.

<sup>32</sup> Id., pp. 4-5.

<sup>33</sup> REIS, Toni (org.). *Manual de Comunicação LGBTI+*. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI / GayLatino, 2018. p. 18

A experiência intersexo pode deixar de ser vergonhoso ou culpado; vamos enfraquecer o estigma social na medida em que respondemos a ele em primeira instância sem aumentar seu tamanho.

Intersexo não é um estado fatal, nem tem que significar perda de potencial humano. Portanto, pode ser para uma maioria na medida que o diferente seja aceito e legitimado.<sup>34</sup>

Portanto é perceptível como o que já vinha sido trabalhado desde 1994 em *Sexología y Sociedad* em relação à diversidade sexual e diferentes expressões de gênero a partir de 2008 deixa de ser uma exceção para assumir o lugar de regra. Os focos do periódico haviam mudado – para efeito de comparação, se em sua primeira edição em 1994 30% dos artigos eram direcionados à temática do aborto e 0% para orientações sexuais, em sua última edição disponível online até o momento, de 2019, 25 anos depois, enquanto nenhuma produção mencionava o aborto em Cuba, 50% deles falavam exclusivamente da diversidade sexual. Também, enquanto no primeiro período havia uma pausa de anos até que fosse mencionada novamente a pauta da comunidade LGBTI, entre 2008 e 2019 todos os volumes possuíam pelo menos uma pesquisa direcionada às pessoas sexualmente diversas.

Como o principal meio de comunicação do Centro Nacional de Educação Sexual, *Sexología y Sociedad* ilustra e reflete não apenas uma nova guinada estabelecida em Cuba ao introduzir a educação e a diversidade sexual dentro dos ideais e das prioridades da Revolução de 1959, mas também a própria sociedade cubana que ao longo dos anos foi urgindo por mudanças. A análise das longas páginas de seus artigos ao longo dos seus 25 anos de publicação nos ajuda a perceber o trabalho do CENESEX de forma mais prática, entender suas prioridades, seus focos e como estes foram se modificando e se adaptando ao longo dos anos. Mariela Castro em 2011 ao analisar o papel do Centro e de *Sexología* em caminho à normatização da diversidade sexual, ao mesmo tempo que faz uma crítica sob as permanências de uma sociedade patriarcal e intolerante, diz que:

O reconhecimento dos direitos das pessoas lésbicas, gays, bissexuais e transgênero em Cuba teve um avanço inquestionável na última década, em contraposição a pouco erosão do poder patriarcal heteronormativo e o enraizado enfoque binário de gênero que convivem no complexo imaginário social cubano.<sup>35</sup>

Apesar de *Sexología y Sociedad* ter tido um papel fundamental para ampliar, credibilizar e divulgar o trabalho do CENESEX desde sua criação em 1994 até os dias de hoje, muito pouco ou nada pode ser encontrado sobre essa função, o que dificulta a análise da dimensão de sua

<sup>34</sup> “*Intersexualidad y estigma social*”, *Sexología y Sociedad*, ano 15, n. 36, p. 18, 2002.

<sup>35</sup> ESPÍN, op. cit., p. 34.

distribuição dentro de Cuba. Apesar disso, Emily J. Kirk, que reservou algumas páginas de sua tese de PhD para abordar os principais meios de comunicação e de divulgação de informação do CENESEX, ressalta que cópias de *Sexología* são distribuídas gratuitamente na anual Feira do Livro de Cuba, assim como nos próprios eventos organizados pelo Centro e em conferências, simpósios e oficinas.<sup>36</sup> De qualquer modo é possível notar que anualmente a importância do periódico cresce gradativamente, e toda a trajetória da revista aqui traçada pode comprovar essa premissa.

Começando como uma revista bem ilustrada, com toques mais cômicos e artigos menos acadêmicos que visavam atingir e educar a maior parte da população, *Sexología*, criado e publicado durante um período de crise interna onde a produção da maioria dos livros e jornais foi drasticamente reduzida,<sup>37</sup> ao passar dos anos foi assumindo o papel de um jornal científico e internacional, buscando maior confiabilidade a partir do apoio na interdisciplinaridade e no contato com sexólogos, psicanalistas, médicos e cientistas de todo o mundo. Isso é observado a partir de 2013, quando o periódico começou a ser publicado também em inglês, visando atingir um maior número de pessoas, e estabelecer um contato e uma divulgação internacional de suas pesquisas, dados e do próprio trabalho do CENESEX.

A análise da trajetória e do conteúdo de *Sexología y Sociedad* durante suas três décadas de história se mostra importante para o estudo da normatização da diversidade sexual pós Revolução Cubana. A Revolução Cubana ao longo dos seus 60 anos se apresentou com diversas faces: primeiramente um movimento especialmente cubano, posteriormente como um espelhado no modelo soviético, e pós-fim da União Soviética como uma revolução que, em meio aos horrores provocados pelo embargo econômico, tentava sobreviver e se adaptar e reestabelecer conexões com os movimentos de esquerda internacionalmente, a fim de recuperar seu prestígio tão abalado nos anos anteriores.

Nesse sentido, a trajetória do Centro Nacional de Educação Sexual e de seu principal meio de comunicação, *Sexología y Sociedad*, inseridos nesse contexto foram necessários para reescrever essa história e estabelecer em Cuba uma nova guinada, em direção à uma revolução dentro da revolução<sup>38</sup>, que até os dias de hoje se esforça para garantir o bem estar de uma população sexualmente diversa que por anos foi oprimida e deixada à margem da sociedade,

---

<sup>36</sup> KIRK, op. cit., 2015B, p. 145.

<sup>37</sup> KIRK, op. cit., 2015B, p. 111

<sup>38</sup> Aqui pego emprestado a descrição de “*Revolution within the Revolution*” de Arelys Santana para descrever a crescente valorização e desenvolvimento do papel das mulheres dentro da Revolução. O Centro Nacional de Educação Sexual e, conseqüentemente, *Sexología y Sociedad* surgiram como um fator diretamente ligado ao progresso dos direitos e da participação das mulheres.

reflexo de "um produto de quase quatro séculos de domínio colonial espanhol, seguido por um domínio neo-colonial dos Estados Unidos".<sup>39</sup>

Julgo ser o periódico aqui trabalhado de enorme importância para movimentos libertários de esquerda, principalmente na América Latina. *Sexología y Sociedad* se mostra como um veículo riquíssimo em informações sobre educação e diversidade sexual, sexologia, pedagogia e psicanálise, buscando as suas relações com movimentos revolucionários e apresentando-os como sinônimos de libertação nacional e, principalmente, pessoal. Seu papel deve continuar sendo objeto de pesquisa, visto que a cada ano a sua importância dentro da Revolução Cubana continua crescendo significativamente, buscando cada vez mais encontrar caminhos para a normatização da diversidade sexual em Cuba.

---

<sup>39</sup> KIRK, Emily J. *The Changing Dynamics of Sexuality: CENESEX and the Revolution*. Continuity and Change under Raúl Castro: The Contemporary Cuban Reader, 2015A.

## Entre a telinha da TV e o início da campanha presidencial de 2006: a minissérie “JK”

André Ricardo Zimmermann da Silva<sup>1</sup>

Juscelino foi um presidente popular enquanto vivo e tendo o seu governo algumas características muito peculiares para o período político vigente sob a Constituição de 1946, como uma alta taxa de crescimento econômico, via execução de seu Plano de Metas, sintetizado no “slogan” “50 anos em 5”, combinado a democracia relativamente estável, quando comparada retrospectivamente à crise política do Segundo Governo Vargas, culminado com o suicídio desse, e à desenrolada posteriormente entre 1961-1964, compreendendo desde a renúncia de Jânio Quadros, passando pelo tumultuado e reformista João Goulart, terminando como o golpe civil-militar desferido contra aquele. Essas características permitiram com que JK permanecesse na memória coletiva como um exemplo de líder democrático, progressista e tolerante, principalmente se comparado a outros presidentes em um país marcado por um período muito curto de uma democracia vigente. Em 2006, Juscelino ganha sua representação televisiva com a exibição da minissérie JK pela Rede Globo. Todavia, para compreendermos melhor o Kubitschek global, tem que se entender de que modo JK era retratado até então. Seja na historiografia, na cultura artística, em trabalhos (auto)biográficos e na cultura material.

Na historiografia, existem diversas obras que se propõem a estudar o governo Kubitschek ou as principais características dele. Talvez o mais importante seja o trabalho de Maria Victoria Benevides (1976) – *O governo Kubitschek: Desenvolvimento econômico e estabilidade política*.<sup>2</sup> Nesse livro, a autora se propõe a investigar os motivos que permitiram que Juscelino governasse de forma relativamente estável. Sua tese é que houve uma convergência entre os diferentes agentes políticos e econômicos: a aliança PSB-PTB, os militares e intelectuais nacionalistas, setores da burguesia nacional, entre outros setores viam a necessidade de um desenvolvimento industrial nacional. O grande elemento que garantia a unidade dessa “aliança” social era o Plano de Metas, que possibilitava “a aliança PSD/PTB e o Exército atuar de maneira convergente no sentido de apoiar a política econômica do governo”.<sup>3</sup> A grande tarefa que Benevides realiza em seu trabalho é investigar os elementos presentes no

<sup>1</sup> Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp/Assis) sob orientação de Áureo Busetto.

<sup>2</sup> BENEVIDES, Maria Victoria. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política – 1956/1961*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

<sup>3</sup> Id., p. 49.



governo Kubitschek para entender quais elementos conjunturais permitiram a estabilidade política.

As questões econômicas do governo Kubitschek tem como seu centro o Plano de Metas, que abrange todo o foco de desenvolvimento econômico realizado por Juscelino. O Plano de Metas <sup>4</sup>é tratado de maneira mais ampla no estudo de Celso Lafer sobre o planejamento econômico realizado no governo. As questões políticas também estão presentes nesse estudo, sendo a própria decisão de planejar uma decisão política.

O estudo de Celso Lafer é muito similar ao de Benevides em diversos pontos. A hipótese levantada por é que o planejamento realizado no Governo Kubitschek, representado pelo Plano de Metas, foi resultado de um certo número de variáveis políticas e econômicas. As principais delas eram o crescimento da população urbana e da base eleitoral popular nas cidades, gerando uma demanda por empregos e salários. Antes do planejamento, as classes medias urbanas se tornavam membros de uma burocracia governamental, gerada para garantir o apoio dessas classes medias ao governo de ocasião. Com o crescimento populacional e das cidades, essa burocratização não foi o suficiente para atender essa demanda crescente, sendo necessário o planejamento. Outro motivo, esse de natureza econômica, era diversificar a base econômica brasileira, ainda muito dependente da agricultura e principalmente do café. Um terceiro motivo era a ideia de substituir as importações, produzindo bens de consumo duráveis como os automóveis, nacionalmente. O plano também visava a extinguir os pontos de estrangulamento da economia brasileira, seja na área de transportes, energia ou de alimentação, garantindo assim um maior grau de dinamismo da mesma.<sup>5</sup>

O estudo mencionado acima e outros permitem definir as três imagens de Juscelino Kubitschek presentes nos mesmos: a do conciliador, a do representante da classe dominante e a do mito. As três não são necessariamente excludentes entre si, podendo conviver ou até mesmo, se complementar. As características destacadas de JK enquanto conciliador são: A habilidade política para costurar uma aliança que lhe garantisse governabilidade e um grau de estabilidade, não desagradando ou se chocando com os diferentes interesses de classes, o próprio plano de metas representando a consolidação da conciliação, a importância da administração paralela para a garantia de execução do plano e o caráter democrático, cumprindo a constituição e concluindo o mandato como legalmente estabelecido. Esse é o JK que é

---

<sup>4</sup> Sobre o plano de metas e sua realização, ver: FARO, Clovis de; SILVA, Salomão Quadros da. A década de 50 e o Programa de Metas. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: FGV, CPDOC, 1991.p. 44-70.

<sup>5</sup> LAFER, Celso. *JK e o programa de metas (1956 – 1961)*. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p. 48.

destacado nos estudos de Maria Victoria Benevides e de Celso Lafer.<sup>6</sup> O Juscelino representante da classe dominante possui outras características como: Um defensor da modernização de cima para baixo, mantendo os quadros do capitalismo monopolista intactos e os pactos de dominação vigentes, o discurso altamente ideológico, ligando e subordinando as diferentes questões políticas no desenvolvimentismo, a origem oligárquica de Juscelino, ligado ao PSD mineiro, partido formado pelas oligarquias regionais e não ruptura com as relações econômicas e políticas vigentes. Esse é o JK que é destacado nos estudos de Miriam Cardoso Limoeiro<sup>7</sup> e Ricardo Maranhão.<sup>8</sup> Em relação à imagem mítica de Juscelino, existem três narrativas que o explicam: A da história sagrada, a da mistificação e a da mobilização do imaginário. JK seria o produto dessa mitificação e, ao mesmo tempo, um agente para a fabricação da mesma. As qualidades que são mais destacadas do mito são: a habilidade política e a capacidade de mobilização do imaginário em direção a modernidade e ao progresso. O estudo que se aprofunda na discussão da imagem juscelinista mítica é a tese de doutorado de Rosilene Montenegro (2001):<sup>9</sup> *Juscelino Kubitschek: Mitos e mitologias do Brasil político moderno*.

Na área da biografia e da autobiografia, existiram diversos trabalhos que relataram a vida e a obra do ex-presidente, todavia, esses estudos retratam um “mesmo” JK, ou seja, trabalham naquilo que é chamado de “história sagrada” que possui “uma ordenação lógica, cronológica, ascendente, que tem um objetivo inicial e final”.<sup>10</sup> A autobiografia foi pensada e elaborada no exílio, quando Juscelino já vivia o ostracismo político imposto pela Ditadura Militar. Integrou um projeto da editora Bloch, pertencente a Adolpho Bloch, então, amigo de Juscelino. Intitulada de *Meu caminho para Brasília*, ela é composta por três volumes sucessivamente editados: “Experiência de humildade” (1974); “A escalada política” (1976); e “50 anos em 5” (1978). Um quarto volume fora projetado – “Mil Dias de exílio” – para completar a autobiografia, mas não fora finalizado e somente o primeiro volume foi publicado com o autobiografado em vida, devida dificuldades impostas pela Ditadura Militar à publicação da obra. Pode-se se dizer que graças a essas dificuldades, os livros não conseguiram um destaque tão amplo, embora não conte com reedição durante o período democrático.<sup>11</sup>

---

<sup>6</sup> Id.; BENEVIDES, op. cit.

<sup>7</sup> CARDOSO, Miriam Limoeiro. Ideologia do desenvolvimento Brasil: JK – JQ. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1975.

<sup>8</sup> MARANHÃO, Ricardo. O governo Juscelino Kubitschek. São Paulo: Brasiliense, 1988.

<sup>9</sup> MONTENEGRO, Rosilene Dias. Juscelino Kubitschek: Mitos e mitologias do Brasil político moderno. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.

<sup>10</sup> Id., p. 434.

<sup>11</sup> A exceção a essa regra é o livro “Por que construí Brasília”, que foi lançado em 1975 pela editora Bloch e ganhou uma reedição em 2000 pela editora do senado, em comemoração aos 500 anos da chegada dos portugueses. Hoje, esse livro é domínio público, sendo facilmente encontrado na internet e disponível para download.

Em sua autobiografia, os momentos de sua vida são narrados de maneira ascendente, ou seja, para mostrar como um garoto pobre e órfão se tornaria Presidente da República, os desafios que apareceram em sua vida e como eles foram superados, o aprendizado que teve em sua realidade que o moldou politicamente. Todos eles aparecem como obstáculos que foram superados por um indivíduo que tinha vocação para a grandeza. Os elementos que definiram a personalidade e a identidade política vieram de sua formação. A vivência da pobreza na infância lhe dariam a visão de que a mesma era um problema a ser enfrentado através do desenvolvimento econômico do país e os seus estudos lhe trariam o temperamento democrático.

Isso pode ser percebido nas diversas biografias que retratam o ex-presidente, seja na biografia altamente abrangente como a de Claudio Bojunga “*JK: O artista do impossível*”<sup>12</sup> ou na mais apologética “*Brasília Kubitschek de Oliveira*”<sup>13</sup> de Ronaldo Costa Couto, que seria utilizada como base para a minissérie global. O principal objetivo das autobiografias é mostrar a história do mito político contado por ele mesmo, narrar sua história de maneira grandiosa, a origem do grande líder, do chefe responsável por trazer a modernidade para o país e que conquistou todos os objetivos de sua vida, não importando os quão difíceis eles eram.

Não ficando restrita aos livros, JK também é representado pela cultura material e na artística. Nessa última área o ex-presidente seria representado nas músicas, no audiovisual, entre outras. Na área das canções é importante dividi-las entre as canções compostas no período da presidência e as canções que foram compostas após sua morte. Nas primeiras, existem as que retratam Juscelino de maneira irônica e crítica como a canção de Juca Chaves. “Presidente Bossa Nova”,<sup>14</sup> onde se critica a quantidade de viagens realizadas pelo presidente, inclusive a da comemoração do aniversário de 15 anos de sua filha no palácio de Versalhes, o uso da máquina pública para fins particulares e a canção “Da um Jeito Nele, Nonô”<sup>15</sup> composta por Miguel Gustavo e que se popularizaria na interpretação do palhaço Carequinha, aonde se critica a inflação e outras que defendem o presidente como “Rojão em Brasília”<sup>16</sup> do cantor e compositor nordestino Jackson do Pandeiro, em que se louva a construção da nova capital e “Pagode em Brasília”<sup>17</sup> de Tião Carreiro e Pardinho, que também aprovava Brasília. Após sua morte, em 1976, as canções adquiriram um tom extremamente nostálgico, de louvor ao homem e sua obra. No clima da redemocratização, a escola de samba Mangueira compôs “De Nonô a

<sup>12</sup> BOJUNGA, Claudio. *JK: O artista do impossível*. 1 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

<sup>13</sup> COUTO, Ronaldo Costa. *Brasília Kubitschek de Oliveira*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

<sup>14</sup> CHAVES, Juca. *Presidente Bossa Nova*. As músicas proibidas de Juca Chaves. São Paulo, Imperial, 1968.

<sup>15</sup> GUSTAVO, Miguel. *Da um jeito nele, Nonô*. LP: Carnaval de 1959. Rio de Janeiro, Copacabana, 1959.

<sup>16</sup> PANDEIRO, Jackson do. *Rojão em Brasília*. Melodia e ritmo. Rio de Janeiro, Philips, 1961,

<sup>17</sup> CARREIRO, Tião & PARDINHO. *Pagode em Brasília*. Warner 30 Anos: Tião Carreiro & Pardinho. São Paulo, Warner, 2006.

JK”.<sup>18</sup> Mostrou no seu desfile a imagem de JK como líder popular, “mítico”, progressista, exaltando seus feitos como presidente e a seu apreço pela música popular e o violão. Dois anos depois é lançada a música “Filho único, irmão de todos” composta e interpretada pelo cantor Moacyr Franco.<sup>19</sup> A canção possui um alto tom saudosista, utilizando-se de passagens da canção popular, “peixe vivo”, música favorita de Juscelino.

No audiovisual, destaca-se a produção *Os anos JK*, de Silvio Tendler, produzido pela Terra Filmes. Tendo vencido o prêmio especial do júri e do prêmio de melhor montagem no Festival de Gramado de 1980 e sendo uma das maiores bilheterias de um documentário brasileiro, com “O fantástico mundo dos trapalhões” e “Jango”, que também foram produzidos por Tendler. O documentário busca retratar o presidente Juscelino e fazer um forte contraponto dele ao regime militar vigente então, com um forte grau de crítica sobre o segundo. Juscelino representa a democracia, a tolerância, o pluralismo democrático, a possibilidade de desenvolvimento econômico nos parâmetros da democracia. Os militares representam o arbítrio, o desrespeito a democracia e aos direitos humanos básicos, a intolerância para com os opositores. O crítico Sérvulo Siqueira<sup>20</sup> destaca que o documentário retrata os principais aspectos psicológicos de Juscelino, que são “o espírito da conciliação política, a capacidade de amenizar conflitos partidários, diluir tensões sociais, fazer concessões, conceder perdoes e, sobretudo, de manter viva – através de um constante otimismo – a chama do desenvolvimentismo e o carisma de seu condutor”.<sup>21</sup> A representação de Juscelino engendrada por Tendler será a do “mito”, sendo esse um excelente contraponto ao autoritarismo dos governos fardados.

JK também ganhou algum destaque na cultura material. Sempre lembrado como o edificador de Brasília, um dos principais feitos de seu governo que habitam a memória coletiva é a vinda da indústria automobilista para o Brasil. No dia 21 de abril de 1960, dia da inauguração da nova capital federal, o carro JK é lançado. Produzido pela FNM, Fabrica Nacional de Motores, que adquiriu os direitos de produção do Alfa Romeo 2000. Em 1964, com o golpe civil-militar realizado e com a cassação do mandato e dos direitos políticos de Kubitschek, o carro seria renomeado para FNM 2000. Em 1972, a produção do veículo é encerrada e no ano seguinte a FNM seria comprada pela Alfa Romeo.<sup>22</sup> Após sua morte, em 1981, é inaugurado o

<sup>18</sup> DIVERSOS, *Sambas de enredo das escolas de samba do grupo 1A – Carnaval 1981*, Rio de Janeiro, Top Tape, 1980.

<sup>19</sup> FRANCO, Moacyr. *Filho único, irmão de todos*. Compacto: Filho único, irmão de todos. São Paulo. RGE, 1983

<sup>20</sup> SIQUEIRA, Sérvulo. *De Getúlio a Juscelino, o Brasil no cinema*. **Filme Cultura**, n.37, jan-mar 1981.

<sup>21</sup> Id., p. 68.

<sup>22</sup> Informações retiradas de: <http://jornalperiscopio.com.br/site/veiculos-historicos-fnm-jk-2000/>. Acesso em 10 fev. 2021.

Memorial JK.<sup>23</sup> Localizado em Brasília e projetado por Oscar Niemayer, o acervo do memorial contém itens pessoais, fotografias do ex-presidente e de sua esposa, dona Sarah Kubitschek, ainda possui um auditório com o nome Marcia Kubitschek, filha do presidente, com capacidade para 310 pessoas que possui equipamentos de som e imagem. É importante um destaque especial para com o memorial, pois a documentação lá existente foi utilizada para a elaboração da minissérie global, como nos é descrito por Feitosa.<sup>24</sup> A estátua mais famosa de JK se encontra lá, sendo elaborada por Niemayer e pelo escultor Honório Peçanha em 1985. Sendo a primeira escultura criada pelo famoso arquiteto, e que posteriormente seria símbolo da minissérie global, ele relata que o objetivo da mesma era uma espécie de protesto, para “contrariar os que os desprezavam – a ditadura vigente – obrigando-os a vê-lo todos os dias, sorrindo vitorioso sobre a cidade que construiu e eles desdenhavam.”<sup>25</sup> No ano de 1986, durante o Governo de José Sarney, o primeiro civil pós-ditadura, JK emprestaria sua face para estampar a nota de 100 mil Cruzados – moeda usada entre 1986 e 1989, estabelecida como parte do Plano Cruzado que visava conter a desenfreada inflação do período. Toda iconografia investida na nota reforça os feitos de JK retidos na memória nacional, mas com a reprodução em ambos lados da imagem do Monumento aos Candangos, operários vindos de várias partes do país, principalmente da região Nordeste, para trabalharem na construção de Brasília.

Uma das hipóteses da pesquisa é de que a permanência da memória sobre o ex-presidente Juscelino Kubitschek se deu sobre a representação mítica, apesar da existência de trabalhos que retratam JK de maneira mais crítica. Isso se deveu em parte ao próprio trabalho de Juscelino em se apresentar de maneira positiva, destacando os seus feitos e suas virtudes. Outro motivo para isso se deveu a tentativa de apagar a sua memória e seu legado durante o regime militar, como em 1975, que na trama da telenovela “Escalada”, da autoria de Lauro Cesar Muniz e exibida no horário nobre pela Rede Globo, a censura impediu que se fosse mencionado o nome do presidente. Com o esforço da sociedade civil para a redemocratização nacional, a imagem de Juscelino voltaria a circular de forma extremamente positiva, muitas vezes destacando sua qualidade de democrata em contraposição ao governo vigente. Isso se deu por conta do Governo JK ser tomado como símbolo da conciliação entre desenvolvimento nacional e democracia, evidentemente não sem certa dose de mitificação, porém, posicionado

<sup>23</sup> O site do memorial é: <http://www.memorialjk.com.br/pt/>. Acesso em 10 fev. 2021. Além de informações sobre a ambientação, é possível ler no site breves biografias sobre Juscelino e sua esposa, Dona Sarah.

<sup>24</sup> FEITOSA, Sara. *Teledramaturgia de minissérie: Modos de construção da imagem e memória nacional em JK*, 2012. Tese (Doutorado em comunicação e informação). Faculdade de biblioteconomia e comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p. 81.

<sup>25</sup> Informações retiradas de: <http://www.niemeyer.org.br/escultura/monumento-jk>. Acesso em 10 fev. 2021.

em franca oposição ao ditatorial regime militar. Tal simbologia persistiria entre os candidatos a presidente e mesmo os eleitos a partir de 1989, posto quase todos explicitamente procurarem colar suas propostas e seus governos à paradigmática gestão de JK. Essa imagem do mito também será utilizada posteriormente da produção da minissérie global, exibida no início do ano de 2006. Outra hipótese presente na mesma é que a imagem pública de Juscelino foi, de algum modo, apropriada pelos dois candidatos mais bem colocados nas pesquisas de intenção de voto, o candidato à reeleição Lula e seu principal adversário Geraldo Alckmin. Isso se deve ao fato de que a figura de Juscelino, naquele momento, era retomada com a minissérie *JK*, produzida e exibida pela Rede Globo, no início do ano de 2006; inclusive obtendo ótimos índices de audiência, além de ter repercutido na crítica televisiva e em parte significativa de telespectadores.

Neste texto apenas se apresentou um resumo do primeiro capítulo de uma futura dissertação que foi produzido no desenvolvimento de uma pesquisa que ainda não foi concluída, mas que objetiva entender o processo da representação construída em torno da figura política de Juscelino Kubitschek de Oliveira de maneira mais ampla, compreender quais relações que esta representação aparece na minissérie *JK* e como ela seria apropriada posteriormente, pelos dois principais candidatos à eleição presidencial de 2006, Lula e Geraldo Alckmin.

## 70 anos de telejornalismo brasileiro diante da sociedade midiaticizada

Valquíria Aparecida Passos Kneipp<sup>1</sup>

### Uma cronologia em fases do telejornalismo brasileiro

Em 2020, o telejornalismo brasileiro chega aos 70 anos com uma trajetória de mudanças, adaptações e alguns desafios a serem enfrentados, como por exemplo as notícias falsas. Denominadas popularmente *fake news*, apesar de não serem novidade no jornalismo, foram potencializadas no contexto da sociedade midiaticizada, e hoje conhecidas por caracterizar também um contexto de pós-verdade. Com o objetivo de aprofundar a reflexão conceitual, a partir de um contexto midiaticizado, com Hjarvard,<sup>2</sup> e ainda influenciado pela pós-verdade apresentada por D’Ancona<sup>3</sup> e pelas *fake news* por Ferrari,<sup>4</sup> o problema de pesquisa consistiu em responder como o telejornalismo enfrenta as *fake news* e se desenvolveu no Brasil?

O telejornalismo brasileiro passou por algumas fases contínuas, constantes e ininterruptas de mudanças. Kneipp<sup>5</sup> identificou cinco fases de desenvolvimento dos telejornais brasileiros, a partir de décadas e da implantação das primeiras emissoras, da formação do telejornalista, do desenvolvimento de técnicas e da implantação dos telejornais. Acredita-se que atualmente duas novas fases podem ser identificadas, sendo que uma delas encontra-se em curso.

Para efeito de contextualização, segue um breve resumo das fases de desenvolvimento do telejornalismo brasileiro. O ano de 1950 (1ª fase) marcou a chegada da televisão no Brasil primeiro telejornal nasceu praticamente junto com ela. “Imagens do Dia” foi ao ar pela primeira vez no dia 19 de setembro de 1950, ou seja, um dia depois da inauguração da TV Tupi por Chateaubriand. Nessa primeira fase, o telejornal tinha um estilo radiofônico. A leitura dos textos era feita pelo apresentador, à maneira dos locutores de rádio, com ilustração eventual através de filme em 16 mm, negativo, com inversão no telecine, ou com filme reversível processado no laboratório.<sup>6</sup> A segunda fase (1960) inovou no telejornalismo, com o “Show de Notícias”, da

<sup>1</sup> Docente na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

<sup>2</sup> HJARVARD. Stig. *A midiaticização da cultura e da sociedade*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2014.

<sup>3</sup> D’ANCONA. Matthew. *Pós-verdade a nova guerra contra os fatos em tempos de fake News*. Barueri – São Paulo: Faro Editoria, 2018.

<sup>4</sup> FERRARI, Pollyana. *Como sair das bolhas*. São Paulo: Educ, 2018.

<sup>5</sup> KNEIPP, Valquíria Aparecida Passos. *Trajetoária de formação do telejornalista brasileiro – as implicações do modelo americano*. Tese de doutorado. 2008. Doutorado – Eca/USP, São Paulo: 12/12.

<sup>6</sup> Id.

TV Excelsior, que valorizou a presença da mulher apresentadora de notícias. Propôs também uma experiência nova em matéria de redação, com “apresentação, introduzindo o ‘corte’ rápido e a adequação do texto ao tipo e às potencialidades de cada apresentador”.<sup>7</sup> Outro telejornal paradigmático da emissora, no Rio de Janeiro, foi o “Jornal de Vanguarda”, que representou uma resistência nos anos duros de chumbo. Outra característica desta fase foi a criação da TV Globo pelo jornalista Roberto Marinho, e a associação com o grupo norte-americano Time-Life. A emissora implanta um esquema de *network*, comprando ou contratando emissoras afiliadas pelo país, para expandir o seu sinal.<sup>8</sup> No campo da regionalização e da interiorização das emissoras pelo país, a primeira emissora do interior da América Latina - TV Bauru foi implantada na cidade de mesmo nome, no interior de São Paulo, em 1º de agosto de 1960. A terceira fase (anos 1970) foi marcada pela implantação de duas emissoras, a tevê Gazeta, de São Paulo, com a característica de ser uma emissora local que sempre tentou se firmar como a mais paulista das emissoras, ou seja, uma tevê com a cara da cidade. A segunda emissora foi a TV Bandeirantes – canal 13 de São Paulo, com uma proposta integrada entre rádio e TV. Esta fase ficou marcada também pela participação dos cineastas na produção de documentários para o “Globo Repórter” e “Globo Shell”, com a participação de Eduardo Coutinho, Gregório Bacic e João Batista de Andrade, entre outros. Os anos de 1980 (4ª fase) foram marcados pela cassação da TV Tupi, que deu origem a duas novas emissoras: SBT e TV Manchete. A TV Manchete trouxe propostas para um jornalismo mais crítico e documentários diferenciados, com o “Documento Especial”. Nesta fase, com a ampliação a produção jornalística aumentou também a concorrência entre as emissoras. Por isso, houve a efetiva profissionalização do telejornalista, com a migração de jornalistas do impresso para a televisão, a criação de um manual de redação e a implementação do primeiro âncora brasileiro, pelo SBT, com o jornalista Boris Casoy. Outra característica inovadora foi o telejornal “Aqui Agora”, que inovou na linguagem e modo de apresentação, incluindo sensacionalismo e “infotainment”. Na 5ª fase (nos anos 1990) chegaram ao país os primeiros canais de notícias 24 horas. Começou com a Globo News, depois Band News e por último a Record News. Esses canais apresentam mais uma opção calcada no modelo norte-americano, que inovou com a criação desses canais de informação ininterrupta. A convergência midiática começou em paralelo ao processo de digitalização dos canais abertos de televisão, nos anos 2000 (6ª fase). Outras possibilidades de televisão, como pela internet, foram iniciadas com a proposta da All TV, que ficou conhecida como a primeira emissora da

---

<sup>7</sup> SAMPAIO, Walter. *Jornalismo Audiovisual* – rádio TV e cinema. Petrópolis – RJ: Vozes, 1971, p. 25.

<sup>8</sup> (PATERNOSTRO; 1999)



internet, alterando a forma de se ver TV. Com o tempo, canais de televisão via internet (Web TV) se espalharam pelo país, como uma nova possibilidade de comunicação alternativa, porque esses canais não necessitam de concessão pública para funcionar. Acredita-se que o ano de 2020 (7ª fase) é o marco de uma nova etapa de desenvolvimento para o telejornalismo brasileiro, devido à proliferação de notícias falsas, a partir de uma sociedade midiaticizada, e diante de um fenômeno global, como a pandemia do novo coronavírus que, conseqüentemente, estão alterando o modo de checagem e produção do telejornalismo. Em meio a esse contexto totalmente inusitado, chega ao Brasil uma emissora americana - CNN Brasil, como uma espécie de franquia licenciada da CNN (Cable News Network) norte-americana que foi, nos anos 1980 o primeiro canal de notícias 24 horas do mundo. Em termos de novidade, na forma estética e no conteúdo jornalístico, se equiparam com os canais de notícias já existentes no país. O diferencial apresentada pela emissora é ter sido implantado com uma estrutura transmidiática:

Como o primeiro canal de notícias do país a estrear primeiro no digital e depois na televisão. Com programação multiplataforma 24 horas, é possível acompanhar a CNN Brasil pelas principais operadoras de TV por assinatura; pelo site [www.cnnbrasil.com.br](http://www.cnnbrasil.com.br); pelas redes sociais Facebook, Instagram, Twitter e LinkedIn e por plataformas de podcast.<sup>9</sup>

No contexto midiaticizado, a convergência de mídias e a cultura da participação<sup>10</sup> contribuíram para certa nebulosidade entre o que é fatos e o que é *fake*, porque as redes sociais digitais e outras formas de comunicação digital são consideradas mídia, ou como propalou Ramonet<sup>11</sup> “todos podem ser mídia”. No contexto de pós-verdade existe certo embaralhamento de fronteiras entre a verdade e a mentira, e entre o que é mídia e o que é rede social, para o brasileiro mediano.

### **O telejornalismo no contexto de midiaticização e pós-verdade**

Apesar de as *fake news* não serem uma novidade para o jornalismo, a partir de 2016 houve certa potencialização do termo diante de um cenário mundial, em que, inicialmente nos Estados Unidos, o então candidato Donald Trump iniciou uma campanha de difamação contra os principais jornais norte-americanos, quando que ele próprio produzia notícias falsas por meio das redes sociais, e acusava a mídia de fazer isso. Depois, na Inglaterra apoiadores do Brexit

<sup>9</sup> Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/mais/sobre-a-cnn>. Acesso em 10 fev. 2021.

<sup>10</sup> JENKINS, Henry. *Cultura da Convergência*. São Paulo: Aleph, 2009.

<sup>11</sup> RAMONET, Ignacio. *A explosão do jornalismo – das mídias de massa a massa de mídias*. São Paulo: Publisher, 2012.

usaram a mesma estratégia. Aqui no Brasil, o mesmo exemplo foi seguido, em 2018, quando um candidato que nunca compareceu a um debate foi eleito presidente usando redes sociais e notícias falsas, impulsionadas por robôs.<sup>12</sup> É nesse contexto que o telejornalismo, que segundo Bourdieu,<sup>13</sup> representa um campo,<sup>14</sup> campo do jornalismo, está enfrentando as notícias falsas, no contexto agora caracterizado como pós-verdade.

Na reflexão sobre *fake news*, de acordo com Ferrari, é preciso reconhecer que “as notícias falsas são, na verdade, uma variedade de desinformações que pode variar entre a correta utilização de dados manipulados, a utilização errada de dados verdadeiros, a incorreta utilização de dados falsos e outras combinações possíveis”.<sup>15</sup> Para a autora, as agências de *fact-checking* (checagem de fatos) são um movimento mundial, que começou a ganhar força a partir de 2010, com características particulares e auxiliares à mídia tradicional:

são iniciativas de institutos como, por exemplo, o Poynter, nos Estados Unidos, criador da Internacional Fact-Checking Network (IFCN), ONGs e empresas privadas que vivem de investidores externos, como é o caso da agência Lupa no Brasil, que tem o Instituto Moreira Salles como patrocinador, ou iniciativas de financiamentos coletivos, como a que mantém o site Aos Fatos, também brasileiro.<sup>16</sup>

O objeto empírico desta pesquisa trata-se de uma editoria, que funciona nos moldes de uma agência de *fact checking*, mas adaptada ao grupo de Comunicação Globo e com acesso público de checagens realizadas por todas as mídias do mesmo.

Ferrari alerta sobre o perigo o que a notícia falsa representa para uma sociedade midiaticizada, “virou uma Praga midiática, e que precisamos combatê-la, retomando o debate público, ensinando o cidadão comum a checar antes de clicar ou compartilhar qualquer informação”.<sup>17</sup> De acordo com D’Ancona, a proliferação de *fake news* caracteriza um novo contexto: o da pós-verdade. De acordo com ele não foi por acaso que, em 2016, o dicionário Oxford escolheu pós-verdade como a palavra do ano, “circunstâncias em que os fatos objetivos são menos influentes em formar a opinião pública do que os apelos à emoção e à crença pessoal”.<sup>18</sup> O autor chama atenção para alguns momentos, nos quais houve uma inversão de valores, e a percepção era tudo o que contava, não mais os fatos. Ele relata que em 2016, um

<sup>12</sup> FOCO, Congresso em. *Atualmente encontra-se em curso uma CPI das Fake News no Congresso*. Brasileiro. Disponível em <https://congressoemfoco.uol.com.br/legislativo/cpi-das-fake-news-e-prorrogada-por-tempo-indeterminado/>. Acesso em 25 abr. 2020.

<sup>13</sup> BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

<sup>14</sup> Como um espaço social estruturado.

<sup>15</sup> FERRARI, op. cit., p. 44.

<sup>16</sup> Id.

<sup>17</sup> Id.

<sup>18</sup> D’ANCONA, op. cit., p. 20.

comentarista norte-americano de tendência conservadora afirmou em uma emissora de rádio que ler notícias: “é como analisar índices de audiência ou um copo de água cheio pela metade. Todos têm uma maneira de interpretá-los como verdade ou não verdade. Infelizmente fatos não existem mais”.<sup>19</sup> Este relato confirma como a percepção passou a valer mais que o fato em si.

No contexto de midiatização da sociedade pode estar uma das circunstâncias que conduziram a este estado de coisas: “o que é novo é a extensão pela qual, no novo cenário de digitalização e interconexão global, a emoção está recuperando sua primazia, e a verdade batendo em retirada”.<sup>20</sup> Uma inversão de valores. Para Hjarvard,<sup>21</sup> em uma etapa inicial, o termo midiatização era aplicado como referência ao impacto da mídia sobre a comunicação política, mas ao longo do tempo foi mudando e se ampliando e agora: “é utilizado como conceito central de uma teoria sobre a importância intensificada e cambiante dos meios de comunicação na cultura e na sociedade.” O conceito também é aplicado em outros subcampos dos estudos da mídia, como a ciência, a religião, entre outros para descrever a influência dela. “Krotz concebe a midiatização como processo contínuo em que os meios de comunicação alteram relações e comportamentos humanos alterando, por conseguinte, a sociedade e a cultura”.<sup>22</sup> Com a identificação desse processo de midiatização da sociedade é possível refletir sobre a mudança de valores e concepções em relação a pós-verdade.

D’Ancona constata que na atualidade existe uma inversão de valores porque a necessidade emocional sobrepõe a adesão estrita à verdade. O autor questiona o que aconteceu com a verdade e como o ideal de veracidade ficou tão enfraquecido, ao ponto de concorrer com o que ele denomina de emocionalismo contemporâneo. Um dos motivos apontados por D’Ancona,<sup>23</sup> tomando como exemplo a mídia impressa, é que na era digital as mudanças trouxeram dificuldades financeiras, somando-se a isso uma fragilidade institucional. “A pós-verdade floresceu nesse contexto, quando os Firewalls e os anticorpos (misturando metáforas) se enfraqueceram. Quando os supostos fiadores da honestidade vacilam, o mesmo acontece com a verdade”. Em oposição ao suposto enfraquecimento da mídia. Hjarvard<sup>24</sup> propõe um conceito de midiatização que é ao mesmo tempo limitado e mais pronunciado. “É utilizado para caracterizar uma condição ou fase de desenvolvimento global da sociedade e da cultura, em que os meios de comunicação exercem uma influência particularmente dominante sobre outras

---

<sup>19</sup> Id., p. 24.

<sup>20</sup> Id., p. 38.

<sup>21</sup> HJARVARD, op. cit., p. 36.

<sup>22</sup> Id., p. 29 apud Krotz.

<sup>23</sup> D’ANCONA, op. cit., p. 45.

<sup>24</sup> HJARVARD, op. cit., p. 31.

instituições sociais”. Para o autor, as consequências deste processo que ainda está em curso pode acarretar uma série de consequências, em diferentes instituições e fenômenos culturais, como a política, a religião, a brincadeira e o *habitus*. O mais relevante para o contexto deste estudo é a mediação do *habitus*, porque “é reproduzido por meio de um monitoramento mais intenso e mais amplo do mundo contemporâneo; reconhecimento do indivíduo por intermédio das redes midiáticas promove integração social; individualismo brando e maior importância dos laços sociais fracos”.<sup>25</sup> Com isso a crença em fatos ou em mentiras está estritamente ligada ao contexto social onde cada indivíduo se identifica, e consequentemente interage dentro uma bolha virtual. Esta é a lógica vigente.

Para D’Ancona<sup>26</sup> estamos diante de um “bazar digital” (grifo nosso), que ficou conhecido como Web 2.0, que prometeu democratização em uma escala sem precedentes, considerada um dos maiores feitos da história da inovação humana, porém “como todas as inovações transformativas, a web é um espelho da humanidade. Junto com seus muitos méritos, também permitiu e acentuou o pior dos instintos do gênero humano, funcionando como universidade para terroristas e refúgio para trapaceiros.” Isso porque os sistemas comunicacionais e informativos em rede, por mais modernos que sejam, ainda não conseguem identificar o caráter, e nem diferenciar a verdade da mentira. Outra crítica apresentada pelo autor é em relação ao perigo do *big data*, visto que os gigantes da tecnologia tornaram-se beneficiários de quantidades sem precedentes de informações sobre bilhões de usuários:

superam por ampla margem todos os bancos de dados, sistemas de arquivos e bibliotecas que existiram na história humana. Em cada interação, postagem, compra ou busca, os usuários revelam algo mais a respeito de si mesmos; informação que se tornou a *commodity* mais valiosa do mundo.<sup>27</sup>

É um alerta para o fato de que web pode ter se tornado um trem descontrolado, em rota de colisão contra a privacidade, as normas democráticas e a regulação financeira. Como exemplo D’Ancona transcreve um trecho do discurso de despedida do ex-presidente Barak Obama: “Nós nos tornamos tão seguros em nossas bolhas que começamos a aceitar apenas informações, verdadeiras ou não, que correspondem às nossas opiniões, em vez de basearmos nossas opiniões nas evidências que estão por aí”.<sup>28</sup> No Brasil já temos exemplos, como a eleição de 2018, que esteve permeada por uma desvalorização da mídia tradicional, devido à forte influência das

---

<sup>25</sup> Id., p. 242.

<sup>26</sup> D’ANCONA, op. cit., p. 50.

<sup>27</sup> Id., p. 51.

<sup>28</sup> Id., p. 52.

redes sociais, que se configuram como um território livre, no qual todos podem ser mídia, mesmo que com bases opinativas e de cunho pessoal.

Algumas considerações sobre as notícias falsas elencadas por D’Ancona<sup>29</sup> também dão conta de que nunca foi tão atual o antigo adágio “a mentira viaja muito mais rápido do que a verdade”. A partir da previsão de Eric S. Raymond de que “a catedral está dando lugar ao bazar”, o autor explica a concorrência entre os sistemas hierárquicos de informação, em que marcas estabelecidas, como jornais e canais de tevê, disputam a audiência com um *Spoker’s Coner*,<sup>30</sup> um cósmico da nova mídia. Isso acontece porque em meio a este contexto, “a mídia estabelecida enfrenta um imenso desafio enquanto busca novos modelos de negócio que lhe permitirão continuar fiel aos seus princípios.” Nos novos sistemas tecnológicos de comunicação, “a web é o vetor definitivo da pós-verdade, exatamente porque é indiferente à mentira, à honestidade e à diferença entre os dois”.<sup>31</sup> É diante deste cenário midiaticizado que o telejornalismo enfrenta as *fake news*, no complexo universo caracterizado pela pós-verdade.

### **Fato ou Fake na luta contra as notícias falsas**

O recorte empírico analisou as características das informações checadas pela editoria #Fato ou #Fake, no período de 03 até 09 de abril de 2020, sobre o novo coronavírus. A editoria Fato ou Fake,<sup>32</sup> de acordo com o site foi criada no dia 30 de julho de 2018, com o objetivo de: “identificar as mensagens que causam desconfiança e esclarecer o que é real e o que é falso”. A apuração é feita em conjunto por jornalistas do G1, O Globo, Extra, Época, Valor, CBN, Globo News e TV Globo. A metodologia apresentada pela editoria, apesar de não ser muito explícita, prevê o monitoramento de redes sociais, “por meio de um amplo leque de ferramentas e troca de dados entre si sobre o resultado do monitoramento e das checagens”. A checagem se inicia a partir da constatação de que uma mensagem tenha sido muito compartilhada nas redes sociais. Os jornalistas investigam a fonte que deu origem a ela, se está fora de contexto ou é antiga e se as imagens apresentadas correspondem ao que é narrado. Depois, num segundo momento, as pessoas citadas são ouvidas. “A apuração segue com a manifestação de fontes oficiais, testemunhas e especialistas que possam ajudar a esclarecer o que está escrito ou dito na mensagem”.

<sup>29</sup> Id., p. 54.

<sup>30</sup> Recanto do Orador é um local situado no Hyde Park, em Londres, em que qualquer pessoa pode fazer discursos.

<sup>31</sup> D’ANCONA, op. cit., p. 55.

<sup>32</sup> FAKE, Fato ou. *FATO OU FAKE*. Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/>. Acesso em 20 abr. 2020.

Após a checagem, a editoria utiliza três selos de classificação. O primeiro é o selo “Fato”, utilizado quando o conteúdo checado é totalmente verídico e comprovado por meio de dados, datas, locais, pessoas envolvidas, fontes oficiais e especialistas. O segundo selo, “Não é bem assim”, é utilizado quando a informação checada é parcialmente verdadeira, exagerada ou incompleta, exigindo um esclarecimento ou uma maior contextualização para ser compreendida. O último selo, “Fake” é utilizado quando a informação não se baseia em fatos comprovados por meio de dados, datas, locais, pessoas envolvidas, fontes oficiais e especialistas. Além dessas classificações, a editoria também abre a possibilidade de o leitor sugerir checagens.<sup>33</sup>

Foram checadas 19 informações no período selecionado, e todas eram falsas, sendo que quatro se tratavam de fotos (22,22%), 12 textos (66,66%), dois vídeos (11,11%), um áudio (5,55%), e apenas uma das informações checadas era híbrida (5,55%), porque se tratava de texto e vídeo. Na análise do material coletado na editoria Fato ou Fake foi possível observar que apesar da criação de uma editoria específica para *fact checking*, com uma equipe de checadores, existe uma sinergia em todas as mídias do grupo, com a qual foi possível identificar checagens realizadas por jornalistas da Rádio CBN, do Portal de Notícias G1, do Jornal O Globo da TV Globo e da Globo News. É revelada, desta forma, uma colaboração e integração entre todas as mídias do grupo Globo, na batalha contra as notícias falsas, ou até sinalizando a estrutura de um novo modelo de negócio, em que todas as mídias estão integradas e em convergência.

Entre as 19 informações falsas checadas pela editoria Fato ou Fake foi possível verificar que nenhuma delas veio de mídia tradicional (rádio, TV, Jornal, Internet), sendo que doze, ou seja 63,15%, são atribuídas genericamente às redes sociais, outras cinco – 26,31% atribuídas aos grupos de *WhatsApp*, uma atribuída ao *Instagram* – 5,26%, e uma atribuída ao *Twitter* (5,26%). Esses dados contribuem para a confirmação da hipótese de que é possível identificar um fenômeno, que está funcionando como mola propulsora de notícias falsas, e que não tem a mídia tradicional como produtora destes conteúdos, e sim o território livre das redes sociais, que pode ser caracterizado como *fake* rede, ou seja, a circulação de informações falsas pelas redes sociais, sem nenhum vínculo com as mídias tradicionais e jornalísticas.

A partir de uma tabela apresentada por Ferrari,<sup>34</sup> e elaborada pela *First Draft News*, com sete tipologias mais comuns de notícias falsas, a saber: conexão falsa, contexto falso, contexto

<sup>33</sup> Disponível em <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/07/30/g1-lanca-fato-ou-fake-novo-servico-de-checagem-de-conteudos-suspeitos.ghtml>. Acesso em 10 fev. 2021.

<sup>34</sup> FERRARI, op. cit..

manipulado, sátira ou paródia, conteúdo enganoso, conteúdo impostor e conteúdo fabricado. Na análise das dezenove informações selecionadas para esta pesquisa, procedemos no cruzamento das mesmas com as tipologias de notícias falsas apresentadas, para poder caracterizá-las em tipologias.

Entre as informações analisadas as que aparecem em maior quantidade, com um total de sete (com 36,84%) são as de conteúdo fabricado (conforme quadro 3 acima: 1, 4, 5, 8, 12, 13, 19), que de acordo com a tipologia elaborada pela *First Draft News*, caracteriza-se por apresentar o conteúdo novo 100% falso, criado para enganar ou prejudicar. Depois vêm informações com contexto manipulado, com 5 checagens (26,31%) e que se referem a informações ou imagens verdadeiras que são manipuladas para enganar (conforme quadro 3 acima: 2, 11, 15, 14, 18). Na sequência aparecem as checagens que apresentaram o conteúdo caracterizado como enganoso, com 4 (21,05%), como o própria denominação sugere, são as informações que fazem uso enganoso para culpar uma questão ou um indivíduo (conforme quadro 3 acima: 7, 9, 10, 16). As checagens caracterizadas como contexto falso identificaram duas informações porque apresentaram o conteúdo verdadeiro, mas foi partilhado com informações contextuais falsas (conforme quadro 3 acima: 3, 17). Por fim, uma checagem (5,26%) foi caracterizada como conexão falsa porque apresentou manchetes, imagens ou legendas que não apoiavam o conteúdo (conforme quadro 3 acima: 6). Duas das tipologias não foram identificadas no material analisado: sátira ou paródia<sup>35</sup> e conteúdo impostor.<sup>36</sup>

## Considerações Finais

Por meio de uma resumida trajetória do telejornalismo brasileiro identificou-se sete fases que, ao longo de 70 anos, construíram um processo de desenvolvimento ininterrupto. Nesse período houve um processo contínuo de mudanças, adaptações e aperfeiçoamentos. Em cada fase, algumas características se sobressaíram e marcaram a própria denominação de cada uma delas (Radiofônica, Modelo Americano, Cinematográfica, Profissionalização, *All News*, Convergência e Mídiação). A fase atual reflete um cenário em que o telejornalismo, como todas as demais formas de jornalismo, é provocado constantemente para a questão das notícias falsas. O recorte empírico selecionado para esta pesquisa apresenta uma editoria (Fato ou Fake) criada por um conglomerado de comunicação, o grupo Globo, para enfrentar a proliferação de

<sup>35</sup> Sem intenção de causar danos, mas com potencial de ludibriar.

<sup>36</sup> Quando fontes verdadeiras são personificadas.

notícias falsas. A referida editoria usa a sinergia dos profissionais de todas as suas mídias (impressa, audiovisual, radiofônica e virtual) no sentido de aperfeiçoar as ferramentas de checagem, em rede, para combater as *fake news*. Com os dados apresentados a partir da análise da editoria, identificou-se que todas as informações checadas não estavam relacionadas com nenhuma mídia tradicional, e que eram oriundas de redes sociais genéricas, *Twitter*, *WhatsApp* e *Intagram*. Neste estudo, o telejornalismo, por meio da efetiva atividade da editoria Fato ou Fake, também está nesta batalha contra as *fake news* porque “tem como tarefa revelar a complexidade, a nuance e o paradoxo da vida pública, desmascarar a transgressão e – o mais importante de tudo – regar as raízes da democracia com um fornecimento constante de notícias confiáveis”.<sup>37</sup> Para D’Ancona,<sup>38</sup> pós-verdade é uma tendência alarmante, mas não é um ponto final. “O melhor é identificar e adotar aquelas medidas práticas que vão defender a verdade de seus antagonistas, realçar seu valor e assegurar sua centralidade em um contexto social e tecnológico radicalmente transformado.” Ele ressalta que a batalha contra a pós-verdade não será vencida recorrendo somente a técnicas de verificação rotineiras, e sugere uma superação, com uma contranarrativa. “Essa contranarrativa deve ser construída sem grande sutileza. Precisa levar em conta a alienação gerada pelo ritmo da mudança global, sem iludir o público que esse ritmo tenderá a arrefecer”.<sup>39</sup>

---

<sup>37</sup> FERRARI, op. cit., p. 45.

<sup>38</sup> D’ANCONA, op. cit., p. 100.

<sup>39</sup> Id., p. 118.



HISTÓRIA,  
MEMÓRIA  
E VISUALIDADES

## Iconografia Demoníaca em manuscritos ilustrados da *Commedia* de Dante (c. 1340-1480)

Paula Vermeersch<sup>1</sup>

O leitor do Inferno, da *Divina Comédia*, sabe que, a qualquer momento, um demônio vai saltar nas páginas de Dante. Afinal, o reino de Lúcifer é evidentemente povoado dos anjos caídos, os rebeldes que acompanharam Satanás na queda, e na construção do reino das trevas. Na peregrinação do poeta florentino pelo além-túmulo, é de se esperar que, a qualquer momento, o discípulo e seu mestre, Virgílio, se deparem com os seres temíveis que são os companheiros do Diabo. Eles estão por toda a parte, fazendo barulho, torturando almas penadas e fazendo do interior da Terra um lugar ao mesmo tempo horrível e muito curioso.

Manuscritos datados a partir de 1340 trazem as imagens e as criações de Dante, constituindo assim um rico acervo iconográfico, para quem estuda as Artes da chamada Baixa Idade Média e inícios do Renascimento. O imaginário das condenações do Inferno e as hostes dos grandes inimigos da humanidade, os anjos caídos, súditos de Lúcifer, aparecem em várias possibilidades para os ilustradores. O presente texto busca abordar alguns aspectos dessas iconografias das hordas demoníacas descritas por Dante, em conjuntos ilustrativos como o chamado Manuscrito Chantilly, datado por volta de 1340, e originário da cidade de Pisa (a autoria de suas ilustrações seria do pintor pisano Francesco Traini), vários manuscritos vênéticos, da coleção da Biblioteca Marciana, e o famoso Dante Urbinate, datado de 1480 e que hoje se encontra na Biblioteca Apostólica Vaticana.

Evidente que a carga de séculos e séculos de crenças e imagens povoa a imaginação de quem lê estes versos – e Dante sabia bem disso. Em rápidas descrições, o leitor é trazido para a confusão demoníaca, porque bem a conhece- e essa é uma das muitas brincadeiras que o grande vate faz com quem acompanha sua *Comédia*. Os capetas nos são familiares, e suas imagens estão nos pesadelos e nas figuras do que o cristão mais deve temer, o lugar onde a alma não tem salvação.

Mas como são esses seres híbridos, anjos ao avesso, de formas humanas e animais, nas bordas da criação divina? Como Dante apresenta essas figuras grotescas e más, mas tão próximas dos homens? O hibridismo das formas aqui se põe a serviço de que discurso? Para responder tais indagações, talvez seja necessário um breve recuo no tempo, para investigar as fontes visuais da *Comédia*.

---

<sup>1</sup> Docente da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp/Presidente Prudente).

Os mosaicos da cúpula do Batistério de São João, em Florença, são apontados, por muitos autores, a fonte visual básica do poeta para a sua composição do Inferno. A obra, vista por Dante desde sua infância, seria a referência básica para a construção do grande funil no centro da Terra. Dante acreditava que o planeta era redondo, com um núcleo congelado ao centro, onde está enterrado, até a cintura, Lúcido.

**Figuras 1 e 2: Mosaicos da Cúpula do Batistério de São João**



Fonte: Fotografias WikiCommons.

Nos Cantos XXI a XXIII, Dante e Virgílio encontram a turma do Malebranche ou “Patas Más”, os doze capetas que “guardam” a Quinta “Borgia”, ou Bolsa, do Oitavo Círculo. Alichino, Barbariccia, Cagnazzo, Calcabrina, Ciriatto, Draghinazzo, Farfarello, Graffiacane,

Libicocco, Malacoda, Rubicante e Scarmiglione são personagens exclusivamente dantescos; diferente de outros monstros presentes no reino de Satanás, retirados da mitologia greco-romana, como Minós, as Górgonas, Caronte e Gerião, ou os Gigantes citados no *Gênesis*, os integrantes da trupe do Malebranche são criação exclusiva de Dante, foram inventados para atormentar os dois grandes poetas em sua penosa viagem pelo reino de Satanás.

**Figura 3: Demônios do Malebranche, Canto XXI, Inferno. Pergaminho ilustrado. Francesco Traini (c. 1321- c.1365), c. 1345. Condé: Museu Chantilly**



Fonte: Base Initiale, disponível em [http://Initiale - Manuscrit - Chantilly, Musée Condé, 0597 \(1424\) \(cnrs.fr\)](http://Initiale - Manuscrit - Chantilly, Musée Condé, 0597 (1424) (cnrs.fr)).

Dante divide os pecadores nos vários círculos do reino de Satanás, no interior da terra, em comunidades: irados dividem seus tormentos com irados, luxuriosos com luxuriosos, soberbos com soberbos e assim sucessivamente. Ou seja, o grande tormento, para o pecador, é ter que conviver com gente de sua “laia” por toda a eternidade. No caso do Canto XXI, a descrição é da quinta “bolgia” do círculo oitavo, onde se encontram os fraudulentos- os que passaram a vida a enganar o próximo, seja no comércio, seja nos negócios. Os trapaceiros convivem diretamente com os terríveis integrantes do grupo liderado por Malacoda, descrito como alado, de pés velozes e altivez terrível.<sup>2</sup>

<sup>2</sup> ALIGHIERI, Dante. *La Divina Commedia*. Milão: Ulrico Hoepli, 1911, p.202; *A Divina Comédia*. Edição Bilingue. Introdução, tradução e notas de Vasco Graça Moura. São Paulo: Editora Landmark, 2005, p. 195.

Malacoda pode ser entendido como um “anjo invertido” – de rápidos pés e asas. É um dos personagens que protagoniza um dos episódios mais curiosos de todo o poema de Dante – advertido por Virgílio que deveria deixar a passagem livre para Dante, mesmo com o florentino vivo, porque essa era uma vontade de espíritos no céu, Malacoda impede os seus de atacarem Dante com suas patas afiadas; quanto Dante e Virgílio cruzam então a passagem estreita que liga um setor a outro do oitavo círculo, e quando os capetas fazem silêncio, Malacoda “faz de seu cu trombeta”.

O despudorado demônio solta um sonoro peido, dando por encerrada a discussão com mestre Virgílio. O homem que escreveu a *Eneida*, de uma dignidade ímpar, e que vive entre os seus no Limbo, sem dor, mas também sem esperança, tem que suportar tamanho disparate de uma criatura horrenda e amalucada. Os demais capetas estão na cena sendo capetas- querem enfiar suas garras em Dante, e ficam discutindo se começarão pelo traseiro do vate florentino.

A cena dos demônios do Malebranche, cômica e ao mesmo tempo horrenda, iniciará uma longa tradição, na Literatura ocidental, de demônios personagens de farsas. No fim da narrativa, o leitor aprenderá que o pior do Inferno não são os demônios propriamente, embora estes de fato tornem o lugar bastante insalubre. O poeta inclusive ao nomear esses anjos caídos dá a oportunidade ao leitor de entender que o Canto XXI tem muito de brincadeira- Malacoda é o da “má cauda”; Scarmiglione, o “desgrenhado”, Barbariccia, o “barba eriçada”, Calcabrina, o “pisa geada”.<sup>3</sup> As brincadeiras com as palavras sugerem a inversão de valores que seria uma das bases da construção desses personagens- anjos caídos, anjos pelo avesso, chamados não por nomes nobres, mas por apodos ridículos.

Ressalta-se que são alados – o primeiro ilustrador da Comédia, o autor das iluminuras do chamado Manuscrito Chantilly (por se encontrar no Museu Condé, desta cidade francesa), identificado pelos estudiosos como o pintor Francesco Traini (c.1321-c.1365), autor do famoso afresco do Triunfo da Morte, no Camposanto (cemitério) da cidade, imagina os demônios como uma espécie de morcegos-macacos-cachorros hirsutos, de grandes asas em riste, fig.3.

O papa Gregório I, que ficou conhecido como São Gregório Magno (540-604), um dos Padres Latinos e Doutor da Igreja, legou a toda cristandade importantes textos, incluso seus *Diálogos* em latim, quatro volumes de milagres e feitos notáveis dos santos da Península Itálica de seu tempo, com destaque para São Bento (c.480- 547), o grande fundador da Ordem Beneditina. Os *Diálogos* de São Gregório Magno contém muitas passagens de encontros de

---

<sup>3</sup> ALIGHIERI, Dante. *A Divina Comédia*. Edição Bilíngue. Introdução, tradução e notas de Vasco Graça Moura. São Paulo: Editora Landmark, 2005, p. 201.



monges com demônios, e algumas passagens fazem lembrar o Canto XXI do *Inferno* de Dante.<sup>4</sup> Os diabos são responsáveis por possessões dos monges, e causam todo tipo de distúrbios à ordem monástica. Começa assim uma tradição longa que liga os seguidores de Lúcifer aos que se dedicam aos rigores da oração e da vida contemplativa- voltando à figura 3, se vê claramente no cortejo dos condenados um prelado, agora eternamente ligado aos seres que o atormentaram em vida.

**Figura 4: Dante e Virgílio e os demônios do Malebranche. Manuscrito Yates-Thompson 36. Siena, c.1444-1450. Londres: British Library**



Fonte: Digital British Library. Disponível em <http://www.bl.uk/manuscripts>.

De novo, o fenômeno da inversão aparece- de um lado, a dignidade dos monges e de São Benedito, na narração de São Gregório Magno (nos *Diálogos*, o santo e venerável papa é um dos personagens, conta os casos e responde dúvidas de jovens sacerdotes); de outro, os demônios zombadores da virtude, que se ao apoderar dos corpos e mentes dos monges, os obrigam a cometer sandices e obscenidades. De fato, não tinha como Malacoda, membro dessa péssima linhagem, respeitar o poeta da grande épica de Roma nem o vate florentino.

Porém, alerta Claude Kappler em seu famoso estudo sobre os monstros nas Artes e na Literatura da Baixa Idade Média,<sup>5</sup> numa cosmologia em que tudo que existe, existe por um motivo e uma necessidade, porque o Cosmos é a obra da mente divina, os demônios são mais do que simples inversões da ordem instituída:

<sup>4</sup> MAGNO, São Gregório. *Storie di Santi e di Diavoli*. 2 vols. Milão: Fondazione Lorenzo Valla, Arnaldo Mondadori Editore, s/d.

<sup>5</sup> KAPPLER, Claude. *Monstros, demônios e encantamentos no fim da Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1994, p. 15.

Mas o monstro propõe uma imagem subvertida dessa ordem; é simultaneamente mistério e mistificação. Ele desconcerta e, quanto mais organizado e hierarquicamente justificado é o universo, tanto mais gritante é o problema por ele apresentado. Ele não dispensa explicações: o enigma exige ser decifrado.

Ou seja, há um mistério em si nos demônios do Malebranche, criações de Dante. Há um encanto por si só nesses horríveis seres alados, debochados e cruéis, que agora nos fazem lembrar certos personagens do Cinema italiano, ou nas comédias de Mario Monicelli (1915-2010), realizador, dentre tantas películas, do hilário *O Incrível Exército de Brancaleone*, produção de 1966, que traz Vittorio Gassman (1922-2000) como um desastrado cavaleiro medieval e sua trupe a caminho de uma conquista que se revela um grande tormento. Dante desejou que seu leitor conhecesse Malacoda e seu peido corneta; não há nenhuma justificativa teológica adicional, talvez, a não ser o prazer do poeta em entreter o leitor, nesse ponto, já um tanto cansado dos tormentos infernais.

Esse aspecto cômico evidentemente não passou despercebido dos artistas que ilustravam os manuscritos do poema de Dante. Os artistas sienenses responsáveis pelo Manuscrito Yates-Thompson, hoje uma das estrelas das coleções da British Library, fig. 4, mostram à esquerda da iluminura um demônio carregando nas costas um condenado, fazendo valer o dito popular que algumas criaturas merecem que o “diabo as carregue”.

Os artistas de Siena, porém, não deram o mesmo destaque às asas dos capetas, como Francesco Traini quase um século antes. As asas aqui parecem as de insetos, e os rostos animais é que são realçados na ilustração. Essa ideia de asas de inseto reaparece na figura de Lúcifer, de um manuscrito veneziano, datado do século XIV, fig. 5, mas permanece a ideia de demônios peludos. No caso veneziano, porém, esse corpo peludo com asas de inseto ganha rostos estranhamente humanos, tripartidos, com as três bocas devorando Cássio e Brutus (traidores de Júlio César) e Judas Iscariotes, traidor de Jesus Cristo. O traidor dos traidores se vê obrigado a mastigar, sem engolir, traidores como ele, segundo Dante no canto final do *Inferno*.

**Figura 5: Canto XXXIV, Inferno. Codex Altonensis. Commedia, século XIV. Hamburgo: Bibliotheca Gymnasii Altonani.**



Fonte: WikiCommons.

A figura de Lúcifer, na *Comédia* de Dante, é trágica e sinistra, e faz parte de um discurso completamente heterodoxo do poeta florentino. Heterodoxo porque não é baseado numa doutrina dos Padres da Igreja, nem tampouco da Patrística. Sabemos que Dante a princípio não teria acesso à língua grega, o que o deixaria sem poder ler parte da literatura cristã dos primeiros séculos, que, sabemos, tem muito de demonologia. Mas Alain Boureau em seu estudo<sup>6</sup> demonstra que Dante faz parte exatamente do movimento teológico e intelectual que vai colocar a demonologia como central nas investigações morais e filosóficas- isso tudo ligado à disputas políticas dentro da Igreja, rivalidades entre as ordens e o fortalecimento dos tribunais eclesiásticos.

No caso, para Dante o grande pecado é a traição. Os traidores estão nos círculos internos do grande cone invertido que é o Inferno, no interior do planeta. Dante descreve a Terra como redonda e tendo o tamanho que hoje se sabe que tem; deve esse conhecimento, talvez, a alguma fonte árabe que desconhecemos. O único ponto em que Dante comete um “erro”, do ponto de vista científico atual, é que acredita que o interior do globo é eternamente congelado, e é nesse gelo eterno que está enterrado, da cintura para baixo, Lúcifer. Sua queda cavou o grande buraco do Inferno- e sua queda é a grande e definitiva traição de um anjo contra o Criador. Lúcifer é

<sup>6</sup> BOUREAU, Alain. *Satã Herético. O nascimento da demonologia na Europa Medieval (1280-1330)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.



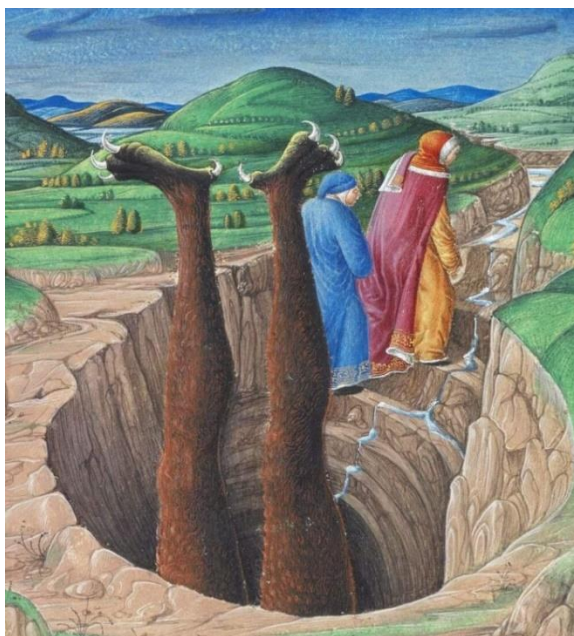
descrito por Dante como essa criatura gigante, hirsuta, que mastiga Cássio, Brutus e Judas Iscariotes como chicletes e chora e rosna ao mesmo tempo, tendo as lágrimas congeladas- os traidores estão ao redor, enterrados nesse gelo imundo eterno, também chorando e também tendo as lágrimas congeladas nos rostos desesperados. Nessa planície gelada e quase silenciosa, não há outros demônios presentes. A explicação é clara- entre as valas superlotadas de irados, luxuriosos, invejosos, agiotas e picaretas de toda espécie e este vale, há um abismo. Segundo Dante, nem os capetas nem os pecadores suportam ficar perto dos traidores.

A presença de Lúcifer é massiva e insuportável- o rei do Inferno fede a enxofre- mas estranhamente não é barulhenta nem muito ameaçadora. Lúcifer é entendido por Dante como um ser que está preso em seu próprio ódio, mas que não se move- não é ele propriamente que causa mal aos homens, e sim os próprios. Essa conclusão talvez seja um dos aspectos mais terríveis do *Inferno* dantesco- que os nossos piores inimigos não são os capetas, mas nós mesmos.

O aspecto cômico vem a seguir. Para sair do Inferno, Virgílio então carrega Dante nas costas e desce o corpo de Lúcifer, agarrando em seus pelos. Num determinado momento, dá um impulso e salta- como a Terra é redonda (diferentemente do que alguns teimam em aventar, nos dias de hoje) os dois poetas nessa pirueta caem num túnel que os levará ao Paraíso Terrestre, do outro lado do globo, no Hemisfério Sul. Quando Dante olha para o céu estrelado, enfim, vê uma constelação de quatro estrelas em forma de cruz- de novo, alguma fonte árabe desconhecida para nós, quem sabe. Ou seja, Lúcifer vira uma espécie de tobogã, o que é absolutamente engraçado e inesperado.

Guglielmo Giralaldi (ativo entre 1445 e 1489) tinha uma oficina de confecção de livros e ilustrações em Ferrara, e a pedido de Federico da Montefeltro, o duque de Urbino (1422-1482), ilustrou parte de um manuscrito da Comédia de Dante. Este volume hoje se encontra na Biblioteca Apostólica Vaticana e é conhecido pelo nome de Dante Urbinate, figs. 6 e 7. Nas iluminuras do Dante Urbinate, vemos Dante e Virgílio descendo pelo corpo peludo de um Lúcifer meio cachorro, meio gente, com patas com garras parecidas com a de certas aves. As pernas de um Lúcifer enfiado de cabeça para baixo num buraco, enquanto os poetas sobem uma espécie de escadinha, é um anti-clímax total ao clima sinistro e amedrontador do Inferno.

**Figuras 6 e 7: Lúcido, Dante e Virgílio, Canto XXXIV do Inferno. Manuscrito Dante Urbinato. Oficina de Guglielmo Giralaldi, c. 1480. Roma: Biblioteca Apostólica Vaticana.**



Fonte: WikiCommons.

O último caso de capetas e Lúcido na iconografia dos manuscritos da Comédia de Dante é o trabalho, feito em pergaminho, com lápis e ponta de prata, do pintor florentino Alessandro di Marianni di Vanni Filipepi, mais conhecido como Sandro Botticelli (1445-1510), a pedido da família florentina dos Médici. Esse códex, dividido ao longo dos séculos, hoje se encontra

em parte no Kupferstichkabinett de Berlim e na Biblioteca Apostólica Vaticana, e as ilustrações do Inferno foram objeto da tese de doutoramento da autora deste texto.<sup>7</sup>

**Figuras 8 e 9: Capetas, Dante, Virgílio e Lúcido. Sandro Botticelli, c. 1480. Berlim: Kupferstichkabinett. Roma: Biblioteca Apostólica Vaticana.**



---

<sup>7</sup> VERMEERSCH, Paula Ferreira. 2007. *Considerações sobre os desenhos de Sandro Botticelli para a Divina Comédia*. Tese de doutorado, IEL-Unicamp, Campinas, 4 de dezembro de 2007.



Fonte: Web Gallery of Art, [www.wga.hu](http://www.wga.hu).

Os capetas de Botticelli tem cabeças de cachorros, ou rostos grotescos. Alguns possuem asas, outros garras, outros corpos cheios de tetas e alguns até tem vagas reminiscências com dragões orientais. Cada um é diferente dos demais; Botticelli se preocupou em mostrar cada um desses personagens em sua horrenda configuração. Para outra de suas obras, datada posteriormente dos desenhos para a *Comédia*, feitos nos anos 1480, a chamada *Natividade Mística*, da National Gallery de Londres, de 1500, usou um demônio em formato de cachorro, e David Ekserdjian identificou a fonte da iconografia numa gravura de um mestre alemão do mesmo período.<sup>8</sup>

O Lúifer de Botticelli é um dos mais belos de toda a série de iconografias de manuscritos e incunábulo do poema de Dante- o rosto central olha para o espectador com ódio e furor, e pela primeira vez se vê um propósito maligno na expressão. Botticelli duplicou a imagem de Lúifer, e o fez tanto na página correspondente ao Canto XXXIV quanto numa folha dupla, mostrando o itinerário de Dante e Virgílio no corpo do grande antagonista de Deus.

Talvez os demônios e Lúifer não sejam os piores inimigos dos homens, como aponta Dante. Mas que divertiram e instigaram os ilustradores do poema de Dante durante os séculos

<sup>8</sup> EKSERDJIAN, David. A print source for Botticelli. A devil by the Master E.S. *Apollo*, *The International Magazine of Arts*, n. 441, 1998, pp.15-16.

XIV e XV, quando nos debruçamos sobre as séries iconográficas, parece não haver dúvida. Cômicos, terríveis, seres ágeis na maldade, anjos avessos, cruéis e debochados, com certeza figuram entre os personagens mais populares da *Comédia*.

## O medo da morte e a relação com as imagens no contexto da Baixa Idade Média

Marina Barbosa do Rego Silva<sup>1</sup>

### Introdução

Este artigo tem o objetivo de provocar uma reflexão sobre as relações entre o medo, a morte e as imagens que expressam essas questões por meio de diversas perspectivas. Considerando a crise epidêmica do século XIV como referencial temporal para a produção de imagens com a temática da morte, o artigo busca analisar a mudança de postura diante da morte e as diferentes formas de representa-la no período baixo medieval.

Durante os séculos iniciais do período medieval e até por volta do ano 1000 os homens lidavam com a morte de uma maneira natural, acreditavam que ela igualava todas as pessoas. A modificação de postura ocorreu de forma tênue, segundo Philippe Ariès a morte anteriormente entendida como familiar, pouco a pouco assume um caráter dramatizado.

Para compreender bem esses fenômenos, é preciso ter presente que esta familiaridade tradicional implica uma concepção coletiva da destinação. O homem desse tempo era profunda e imediatamente socializado. A família não intervinha para atrasar a socialização da criança. Por outro lado, a socialização não separava o homem da natureza, na qual só podia intervir por milagre. A familiaridade com a morte era uma forma de aceitação da ordem da natureza, aceitação ao mesmo tempo ingênua na vida cotidiana e sábia nas especulações astrológicas.<sup>2</sup>

A morte é o sentido da vida cristã. A liturgia do cristianismo orbita a narrativa de um deus que se fez homem e venceu a morte, todavia a postura do homem medieval diante da morte sofria influências que não se relacionavam exclusivamente com a esfera religiosa.

O aumento populacional durante o recorte central da Idade Média foi reflexo de diversos fatores como o desenvolvimento tecnológico e agrícola, que resultou no aumento da variedade e da qualidade dos alimentos. Este crescimento demográfico ocasionou a extração de grandes extensões florestais principalmente na região da França, gerando modificações climáticas e posteriormente o aumento do preço dos produtos alimentícios, resultando em fome para muitas pessoas. Uma marcante variação climática significava grandes impactos para uma sociedade agrícola como a da época.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em História Medieval na Universidade Federal Fluminense sob orientação de Mario Jorge da Motta Bastos.

<sup>2</sup> ARIÈS, Philippe. *História da morte no Ocidente. Da idade média aos nossos dias*. [Ed. especial]. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2012, p. 49.

A fome fez muitas vítimas no início do século XIV, e aqui está o ponto inicial da crise demográfica do período. O auge da crise se apresentou no ressurgimento da peste negra entre os anos 1348-1350.<sup>3</sup> As pessoas eram igualmente suscetíveis a contrair a peste, porém nas regiões de alta densidade demográfica a doença se propagou mais rapidamente.<sup>4</sup> Proponho aqui a construção de uma reflexão sobre o sentimento do medo diante da onipresença da morte e como este se resulta na construção de imagens de caráter religioso neste contexto de crise.

A partir dos progressos anteriores à grande crise do século XIV, que aumentaram a qualidade de vida humana, o homem passou a querer viver mais. O medo da morte orbita o mistério do fim da vida? Ou este medo foi construído devido a maior valorização e gozo por estar vivo? A crise da peste negra no século XIV traz consigo uma modificação de representação e postura referente à morte, esta passar a ser representada como mórbida, macabra e sombria. A morte era destrutiva, o fim.

## **O homem e o medo**

O medo é um sentimento natural comum aos animais que buscam por se manter vivo, segundo Delumeau<sup>5</sup> os demais animais relacionam o medo majoritariamente à sua sobrevivência. Diferentemente, nos seres humanos este sentimento se comporta de maneira múltipla e atua em defesa do organismo. Contudo, quando atinge altas proporções, o medo pode causar reflexos psicossomáticos. Ainda que o medo fosse um sentimento predominante durante os períodos de epidemia, no século XIV em consequência do alto número de mortos, a morte passou a ser familiar para aqueles que escaparam da doença. A visão dos mortos e a aceitação da grande possibilidade de sua própria morte modificou a maneira que as pessoas lidavam com os ritos de “como morrer”.

Ainda que a peste não escolhesse quem atingiria, o tratamento dado ao corpo de um morto variava segundo sua posição social. O século XIV foi marcado pela construção de grandes túmulos, esculpidos por artistas para abrigar os corpos de nobres e clérigos. Enquanto pobres, servos, camponeses e membros de outros setores da sociedade passaram a ter seus ritos abandonados. Muitos corpos foram enterrados nas mesmas covas, sem identificação, sem uma

---

<sup>3</sup> Segundo Hilário Franco Jr, em *A Idade Média nascimento do ocidente* o início da disseminação da doença aponta para a colônia genovesa de Caffa, região da Criméia. Infectados, os genoveses deixaram a região levando a doença para outras áreas da Europa, por meio dos portos em Constantinopla, Messina, Gênova e Marselha.

<sup>4</sup> FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A Idade média: nascimento do ocidente*. São Paulo, Brasiliense, 2001.

<sup>5</sup> DELUMEAU, Jean. *História do medo no ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada*. Tradução Maria Lucia Machado. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.

cerimônia religiosa referente à transição do estado do corpo e do espírito. Não só os ritos pós morte foram modificados, as tradições do momento anterior a morte também sofreram alterações.

Durante a Idade Média era comum que as pessoas se reunissem em torno de uma pessoa doente, cujo a morte se aproximava. Nestas ocasiões, os doentes desejavam estar próximos de seus entes queridos para que neste momento os rituais pré morte fossem realizados. Como a extrema unção, a partilha de seus bens, escolha de sua sepultura, para então se defrontar com o mistério da morte. O medo de morrer também envolvia sobretudo o medo de não estar religiosamente preparado para morrer, sem receber um sacramento, sem antes ter sido absolvido de seus pecados. Todo esse processo tradicional de ritos, pré e pós morte foram menos utilizados diante da acelerada presença da morte causada pela peste. A morte na religiosidade cristã era o momento do acerto de contas, a morte física, doente simbolizava o juízo individual. O homem que era atingido pela peste no século XIV, deveria aprender a lidar com o abandono de seus entes queridos, com a ciência de que após a morte seu corpo não estaria protegido em uma sepultura e com a ausência da preparação religiosa para morrer. O desuso da tradição gerou impactos no imaginário popular, um dos fatores que podem ser associados às mudanças no cenário religioso e cultural.

O medo quando ocorre na esfera individual desencadeia uma série de reações que um indivíduo tomado pelo pavor pode ter, porém o que provoca o medo em um ser humano pode ter proporções que ultrapassam os limites do medo individual, uma mesma causa pode gerar pavor em diversas pessoas de uma comunidade, trata-se do medo coletivo. A peste negra é um exemplo de causa do medo coletivo, a força letal da doença gerou um sentimento de medo comum às sociedades localizadas em regiões infectadas ou próximas delas. O medo da peste é um reflexo psicológico de quem individual ou coletivamente presenciou as cenas de horror e morte. Os surtos da doença coincidem com períodos de fome, a peste provocou uma grande redução demográfica, as cidades se esvaziaram, famílias se separaram e o medo atingiu a todos. Todavia, a intensa presença da morte no cotidiano refletiu no aumento da relação com a fé.

Diante de um cenário de horror, de um grande número de mortos, a busca de um culpado pela peste aumentou. Os astros, Deus, leprosos, judeus, estrangeiros, demônios, seres fantasmagóricos foram alguns dos selecionados como culpados por trazer a peste. O imaginário popular buscou em mitos, histórias religiosas e até na xenofobia e antissemitismo a causa para a insegurança que estavam vivendo. Segundo Delumeau, a insegurança representa a morte e a



segurança por sua vez representa a vida, diante da onipresença da morte a sociedade exerceu diversas tentativas de definir um culpado pela peste, buscando a segurança que favorecia a vida.

### **A morte, companheira do homem**

Segundo Philippe Ariès a morte é uma cerimônia pública e organizada. “Organizada pelo próprio moribundo, que a preside e conhece seu protocolo. Se viesse a esquecer ou; blefar, caberia aos assistentes, ao médico, ou ao padre trazê-la de volta a uma ordem, ao mesmo tempo cristã e tradicional”.<sup>6</sup> A perspectiva de controle da morte é utilizada aqui para reflexão sobre o que Ariès chama de morte domada, conhecida e familiar, e como a partir do século XIV ocorreu mudanças sobre as características da morte. A morte domada está relacionada com a consciência da presença da morte, por meio de sinais biológicos ou emocionais, explorados pela literatura e demonstrado como o momento em que o homem se prepara para morrer.

A peste enfraquece a ideia da morte domada, do exercício de controle sobre os ritos de morrer e o tempo de preparo para tal fim se torna raro e para muitos até inexistente. A presença da doença traz consigo a coexistência entre os vivos e os mortos. A incapacidade de tratar devidamente o volume de corpos mortos, torna-os parte evidente do cotidiano, covas abertas, corpos sobrepostos, a vida sendo decomposta diante dos olhos daqueles que tanto temiam os horrores da doença. Para Ariès, a solenidade da morte tomou um caráter dramático no período baixo medieval, devido a presença da doença. Os cadáveres decompostos, implicam em um dos principais fatores que contribuem para essa mudança nos ritos e principalmente na postura, pois a decomposição possui uma relação estreita com o fim. Contudo, não se trata de um fim glorioso, motivo de orgulho ou exemplo para os que ficam, a decomposição se tornou símbolo da miséria, do apodrecimento da carne e do fim do homem.

Apesar de todo o peso dramático relacionado, ao macabro, que a mudança de postura diante da morte carrega, há um ponto levantado por Philippe Ariès que indica uma reflexão existencial a partir da morte. “A morte é o lugar da tomada de consciência do indivíduo.” Esta é mais uma das mudanças apontadas pelo autor, o reconhecimento de si, da individualidade do ser humano, a reflexão sobre sua trajetória de vida acontece quando a morte se aproxima. Portanto, neste contexto, o medo de morrer e a latente presença da morte se mostrou fundamental para o processo de auto consciência, auto reflexão e auto conhecimento. Tal mudança de posicionamento referente a morte ocorre de forma lenta, ao ponto que os homens

---

<sup>6</sup> ARIÈS, op. cit., p. 39.

da Baixa Idade Média não identificavam que vivenciavam uma modificação de perspectiva sobre um tema que atravessava todos.

### **A construção das imagens relacionadas à morte**

A partir do século XII junto com a crescente valorização do homem foi atribuída à Deus uma materialidade humana nas representações iconográficas. Os santos já possuíam essa materialidade, contudo sua produção iconográfica foi intensificada. A temática e materialização do sagrado se tornaram recorrentes, um dos objetivos era demonstrar o mistério tanto de Deus como homem, como dos homens santos que possuíam o poder de curar, de operar milagres e de repelir doenças. A partir de 1350, a morte passou a integrar os temas frequentemente representados na iconografia. A morte possuía diversas formas de ser caracterizada, o corpo de Cristo morto, as caveiras das danças macabras, os corpos atingidos pela peste em decomposição. Possuindo uma diversidade de possibilidades de ser representada, a morte é uma força que atinge a todos.

O símbolo<sup>7</sup> estabelece uma ligação entre o real e o transcendente, o significado desses símbolos possuem relação com a essência.<sup>8</sup> A iconografia religiosa e seu culto são símbolos que podem representar o medo da morte, para Ariès os temas relacionados à morte estão presentes na iconografia do século XIV ao século XVII. Neste artigo utilizarei de exemplos de imagens dos séculos XV e XVI.

Os elementos macabros, presentes na iconografia, estão inseridos num contexto e perspectiva de crise. As danças macabras surgem no contexto da crise do século XIV e podem ser interpretadas como uma expressão dos cenários de horror vividos pela disseminação da doença no continente europeu. Para Jaqueline Pereira,<sup>9</sup> uma via de análise para as danças macabras é o caráter da dança como um meio de comunicação, de expressão de angustias, medos e os sofrimentos diante da morte. A iconografia macabra possui um sentido voltado pro pessoal, para os sentimentos, ela alcança a esfera íntima do homem direcionada para a morte.

---

<sup>7</sup> PASTOREAU, Michel. *Símbolo* IN: LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. São Paulo: Edusc e Imprensa Oficial, 2002, pp. 495-510.

<sup>8</sup> CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. Estudos avançados, vol.5, n.11, jan/abr. 1991, pp. 173-191.

<sup>9</sup> PEREIRA, Jaqueline da Silva Nunes. *Um estudo da dança macabra por meio de imagens*. II Encontro Nacional de Estudos da Imagem. Londrina, Paraná, 2009, pp. 801-810. Disponível em <http://www.uel.br/eventos/eneimagem/anais/trabalhos/pdf/Pereira,%20Jaqueline%20da%20silva.pdf>. Acesso em 23 nov. 2020.

**Figura 5 Hartmann Schedel. Dança Macabra Nuremberg Chronicle. Xilogravura, 1493.**



Fonte: [https://medium.com/@adrianoliveira\\_91983/esqueletos-pestilentos-452bbcd8c72f](https://medium.com/@adrianoliveira_91983/esqueletos-pestilentos-452bbcd8c72f)

A representação da morte de forma mais macabra também se relaciona aos ritos fúnebres. As formas como o morto é tratado, posicionado, o quanto do seu corpo deve estar a mostra, por quantos dias esse corpo será velado, todas essas questões apresentam significados e importância e aparecem nas imagens. Segundo Philippe Ariés podemos encontrar na iconografia dos séculos XV e XVI a temática do bem morrer.

No painel “A morte do Avarento” de Bosch, a morte aparece se aproximando do leito do doente. Contudo há também a figura de um anjo, elemento que reforça a importância da presença da religiosidade nos ritos pré e pós morte. “O ‘enfermo que jaz no leito’ das *artes moriendi* não demonstra estar nos últimos extremos”.<sup>10</sup> Segundo o autor, a representação do doente não é necessariamente construída de forma debilitada ou sem qualquer vitalidade. Nesta imagem a figura do homem que é surpreendido pela chegada da morte em seu quarto é representada com a energia e certa força que ainda possui, mostrando a consciência sobre o momento o qual está posicionado.

<sup>10</sup> ARIÉS, op. cit., p. 136.

**Figura 6: Hieronymus Bosch. A morte do Avarento. Óleo sobre madeira, 1494. National Gallery of Art, Washington, EUA**



Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Morte\\_do\\_Avarento#/media/Ficheiro:Jheronimus\\_Bosch\\_050.jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Morte_do_Avarento#/media/Ficheiro:Jheronimus_Bosch_050.jpg)

A iconografia religiosa também pode conter simbologias da morte e a partir delas é possível estabelecer análises de outra perspectiva diante do medo da morte, relacionada ao exercício da religiosidade, do culto aos santos pestilentos e a Deus. Tais imagens podem não simbolizar a morte por meio da decomposição, do horror ou dos elementos macabros, mas através da exaltação do corpo de Cristo morto, da construção do belo a fim de promover o escapismo das alegorias, símbolos macabros e de sofrimento.

**Figura 7: Rafael Sanzio. Ressurreição de Cristo, 1499-1502. Óleo sobre madeira. MASP, São Paulo, Brasil.**



Fonte:

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Ressurrei%C3%A7%C3%A3o\\_de\\_Cristo\\_\(Rafael\)#/media/Ficheiro:Raffaello\\_Sanzio\\_Auferstehung\\_Christi\\_Sao\\_Paulo.jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ressurrei%C3%A7%C3%A3o_de_Cristo_(Rafael)#/media/Ficheiro:Raffaello_Sanzio_Auferstehung_Christi_Sao_Paulo.jpg)

Algumas imagens com a temática religiosa pintadas pelo pintor Rafael Sanzio, podem ser exemplos da iconografia da morte. A partir do século XVI a morte assume uma ideia mais positiva, sedutora, onde morrer é um momento por vezes desejado pelo homem. Neste período, as imagens não representam somente a expressão do medo coletivo que envolvia a incógnita do fim da vida física, mas também simbolizavam a possibilidade de uma vida eterna, subjetiva e celeste.

O século XIV marca o início de uma fase caracterizada pela falta de otimismo em ter uma vida com mais qualidade. Havia uma tensão entre as formas de vida ideal que se apresentavam até então na cultura literária e a realidade que passou a ser relacionada ao medo e à deterioração que a morte causada pela peste negra gerou nas pessoas. O materialismo, que exaltava o belo e que direcionava à arte na busca pela perfeição no movimento renascentista, lidou durante a crise que o precedia com o fim da beleza que deu lugar ao apodrecimento do corpo, a representação das doenças, da morte. Todavia encontramos em Rafael o belo, mas também a morte. Seria a busca pelo belo uma forma de escapismo aos horrores da peste?

**Figura 8: Rafael Sanzio. A deposição, 1507. Óleo sobre madeira. Galleria Borghese, Roma, Itália.**



Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista\\_de\\_pinturas\\_de\\_Rafael#/media/Ficheiro:Rafael\\_-\\_A\\_deposição.jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_pinturas_de_Rafael#/media/Ficheiro:Rafael_-_A_deposição.jpg)

Ao analisar imagens com a temática religiosa, é indevido desconsiderar o caráter metafísico atravessado nelas, as obras possuem um apelo sentimental, afetam no sensível e promovem íntimas relações entre observador e observado. A imagem possui potência de afetação no sujeito, o entendimento de sua trajetória no imaginário carrega uma grande importância para a compreensão de seus efeitos na sociedade medieval. Elas representam relações de poder e de legitimação dos objetivos religiosos de tal sociedade.

**Figura 9 Rafael Sanzio. Transfiguração, 1517-1520. Óleo sobre painel. Pinacoteca do Vaticano, Vaticano.**



Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista\\_de\\_pinturas\\_de\\_Rafael#/media/Ficheiro:Transfiguration\\_Raphael.jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_pinturas_de_Rafael#/media/Ficheiro:Transfiguration_Raphael.jpg)

Mas quais seriam os objetivos em representar a morte? Independente das formas pelas quais ela pode ser representada, seja com foco no macabro, na decomposição, nas alegorias, no belo ou no religioso, dentro de todas essas possibilidades se encontra a morte. O medo pode ser entendido como um sentimento que acompanha as questões em torno da morte, mas este não deve ser associado de maneira condicional, como seu permanente acompanhante. Sobretudo quando analisamos as questões que envolvem a religiosidade a perspectiva é diferenciada, o medo divide espaço com a expectativa. Portanto não apenas o contexto de crise promove mudanças de postura diante deste tema. A morte é familiar, é conhecida, temida e esperada, é uma das bases da narrativa da liturgia cristã. Por que representar o que é temido? Possivelmente, porque o medo não era o único sentimento que se relacionava com a morte. A iconografia representa um espectro de sentimentos que circulam em torno dela. Contudo, dimensionar tais sentimentos e determinar quais são eles, pode ser um trabalho difícil de ser alcançado só pelo historiador. A reflexão sobre a potência de sentimentos e sensações humanas é campo de pesquisa para uma ação multidisciplinar que agregue a psicologia, antropologia e outras áreas do conhecimento que tenham o que é humano como campo de atuação.

## Imagens histórico-literárias do vampiro britânico: contos e poesias dos séculos XVIII e XIX

Walter Bulhões Pinheiro Júnior<sup>910</sup>

### Introdução

A figura do vampiro há muito subsiste no Ocidente e encontra ecos em sua literatura e no cinema. Situa-se nos séculos XVIII e XIX importantes textos de sua construção imagética. A História e a Literatura se diferenciam por suas especificidades, mas no que se refere à verossimilhança com o real, elas têm características em comum.<sup>911</sup> Como fruto de sua época, os elementos presentes na narrativa de textos literários dizem muito sobre seu local de produção e de disseminação, o que caracteriza a análise histórica que é, também, extratextual, portanto, deve ser feita analisando o texto e seu contexto.<sup>912</sup>

Buscou-se explicitar essas relações na querela vampírica a partir de clássicos britânicos: *Christabel* (Samuel Coleridge); *Fragmento uma novela* (Lord Byron); *O Vampiro* (John Polidori); e *Carmilla – A vampira de Karnstein* (Sheridan Le Fanu). Situar essas fontes no bojo das tendências socioculturais de sua época. Período de intensa laicização da sociedade europeia, do racionalismo e triunfo liberal, mas também de reavivamento do cristianismo, da explosão emocionalista romântica e de retorno ao passado pela estética gótica. De fato, época de contrastes, mas também de consolidação das imagens de uma criatura folclórica tão atual e popular no imaginário ocidental.

### Romantismo e Goticismo

Para prosseguir na análise é necessário reconhecer a importância desses dois movimentos que não se restringem unicamente à literatura e, por isso, são tão importantes para uma investigação acurada. O Romantismo, em sua gênese, surge na atual Alemanha como um movimento revolucionário por contestar o racionalismo e o neoclassicismo reinantes no século

<sup>910</sup> Graduando em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

<sup>911</sup> SANTOS, Zeloí Aparecida Martins dos. História e Literatura: uma relação possível. *Revista científica/FAP*, Curitiba: [s.n], v.2, p.117-126, jan./dez. 2007. Disponível em <http://periodicos.unespar.edu.br/index.php/revistacientifica/article/view/1726/1071>. Acesso em 07 out. 2020.

<sup>912</sup> BORGES, Valdeci Rezende. História e Literatura: Algumas Considerações. *Revista de Teoria da História*, [S.l.: s.n], v.3, n.1, p.94-109, jun. 2010. Disponível em <https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/28658/16073>. Acesso em 07 out. 2020.



XVIII. Nos demais territórios europeus, o movimento também se disseminou amplamente. Sua forma de opor-se ao racionalismo consistia no fomento ao emocionalismo e escapismo da realidade através de uma paixão pelo passado e pelo exótico. É ele que dá corpo estético às narrativas aqui abordadas, desde as mulheres idealizadas sob os padrões estabelecidos por esse movimento até o comportamento dos personagens em relação a elas, a si mesmos e ao mundo que os circunda.<sup>913</sup>

O Goticismo surge como uma espécie de ramificação dessas tendências passadistas românticas, com uma ênfase ainda maior sobre elas que no próprio Romantismo. Refere-se ao passado e consiste sobretudo em uma perspectiva de intensa valorização dele em detrimento do presente. Era, de fato, a revalorização de um passado idealizado, pseudomedieval e folclórico.<sup>914</sup> É particularmente a estética do Goticismo que imprime marcas mais profundas nas narrativas vampírescas, com referências frequentes a lugares abandonados e antiquíssimos, castelos e florestas obscuros e a preferência pela noite. O próprio vampiro encarna essa estética, como criatura noturna e habitante desses ambientes. Fruto de um Romantismo alemão tardio, o Goticismo surge com o envelhecimento da geração *Sturm und Drang* e seu enviesamento ao reacionarismo. Ele se disseminou fortemente no Reino Unido e também na França.

### **Geraldine: o protótipo do vampiro**

*Christabel*, poema escrito em fins do século XVIII e início do século XIX, consiste em um dos primeiros textos britânicos relativos à figura do vampiro, embora seu nome não apareça explicitamente. Os primeiros textos literários vampíricos no Ocidente apareceram na Alemanha, local de florescimento dos ideais gótico-românticos, mas foi *Christabel* um dos textos inaugurais no Reino Unido. Como um exemplo da literatura gótica, *Christabel* revela sua estética ao descrever o local onde se passa a trama, num sombrio bosque à meia noite, sob o luar, e, em seguida, num castelo medieval obscuro.

Também é presente a caracterização das personagens femininas em comportamento e beleza como a idealizada mulher romântica, tanto *Christabel* quanto *Geraldine*, ao longo da narrativa. O texto está imerso de questionamentos de profunda pertinência social da época, as frequentes súplicas e alusões religiosas e o cenário idealizado distante e naturalista, algo tão díspar da realidade inglesa na época de ingresso na Primeira Revolução Industrial e do aprofundamento em sua doutrina do liberalismo, aliado a um crescente moralismo com o

<sup>913</sup> TYMMS, Ralph. Romanticism in Germany. *German Life and Letters*, [S.l.: s.n] v.2, n.2, pp.140-149, jan. 1938.

<sup>914</sup> GERMAN Gothic. In: *ENCYCLOPEDIA of Gothic Literature*. New York: Facts On File, 2005, pp.139-140.

advento dos conservadores no poder ao longo do século XVIII e sobretudo na Era Vitoriana. Tudo isto deixou lacunas numa sociedade que cada vez mais tornava-se material e destruía os horizontes de seu imaginário.<sup>915</sup>

Coleridge, autor de *Christabel*, imerso nas modificações de seu tempo, também passou por transformações em seus escritos. Grande crítico de sua época e cuja parte gótica de seus trabalhos (da qual *Christabel* faz parte) é mais obscura, menos material e se refere com maior frequência as questões de espírito, bastante presentes na conturbada vida adulta de Coleridge, envolvido com drogas e com problemas de saúde.<sup>916</sup> As questões relacionadas à espiritualidade são expressas em diversos momentos ao longo da poesia, quando o narrador ou a própria *Christabel* recorrem a Jesus ou à Virgem Maria para proteção da protagonista, por exemplo, ou na temática sobrenatural. Apesar de inconcluso, o poema *Christabel* deu um pontapé inicial para gestação do imaginário vampírico na literatura britânica, estabelecendo alguns lugares-comuns do vampiro que posteriormente seriam reutilizados, sobretudo em *Carmilla*, sob a pena de Le Fanu.<sup>917</sup>

As características sobrenaturais da vampira da obra, Geraldine, são ainda mal delineados, não somente pelo poema não ter sido terminado, como pelo fato de ainda ser uma fase inicial, onde se traçavam seus primeiros esboços: Na parte um<sup>918</sup> é revelado que sua presença é sentida pelos animais, como demonstra a cadela de Sir Leoline através de seus ganidos ao aproximar de Geraldine; e é capaz de gerar pesadelos; na parte dois<sup>919</sup> é posto em prática seu caráter sedutor, ainda não propriamente sobrenatural, mas que seria muito explorado na literatura vampírica posterior; tal como sua capacidade de metamorfosear-se em outros animais, quando altera seu olhar humano para o de uma serpente; e, por fim, é capaz de gerar um transe terrível mesmo em alvo desperto, paralisando-o. É possível apenas levantar hipóteses sobre a alimentação de Geraldine, que acorda radiante após dormir com *Christabel*. Também é importante destacar a contestação moral que desde o princípio o vampiro traz, ao descrever (de forma subentendida) uma proximidade erótica entre as personagens, sugerindo uma relação sexual lésbica.

<sup>915</sup> WHITE, R. J. *A short history of England*. Cambridge: University Press, 1967.

<sup>916</sup> COLERIDGE, Samuel Taylor. In: *ENCYCLOPEDIA of Gothic Literature*. New York: Facts On File, 2005, pp. 59-60.

<sup>917</sup> NETHERCOT, Arthur H. Coleridge's "Christabel" and Lefanu's "Carmilla". *Modern Philology*, [S.l]: The University of Chicago Press, v.47, n.1, p.32-38, ago. 1949. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/435571>. Acesso em 27 out. 2020.

<sup>918</sup> CARVALHO, Bruno Berlendis de (org.). *Antologia do vampiro literário*. São Paulo: Berlendis &Vertecchia, 2010. (Caninos), pp. 84-101.

<sup>919</sup> COSTA, Bruno (org.). *Contos clássicos de vampiro*. Tradução de Marta Chiarelli. São Paulo: Hedra, 2010, pp. 249-260.

### **Augustus Darvell: o vampiro e o byronismo**

É no século XIX que o Reino Unido constitui sua hegemonia sobre o mundo que se perpetuará como um amplo domínio colonial até a primeira metade do século XX. Mesmo antes do ingresso na Era Vitoriana, o domínio britânico sobre o mundo já era bastante vasto. A Primeira Revolução Industrial possibilitou um grande salto econômico para o império, e é nesse momento de vigorosa escalada sobre o mundo e instalação da moral burguesa que se encontra a obra de Lord Byron, prolífico poeta gótico-romântico de grande destaque em seu meio. Foi o responsável pela criação do arquétipo byroniano, conjunto de características aristocráticas e cativantes que aparecem em figuras destoantes das normais sociais estabelecidas, tal como o próprio Byron, que levava uma vida à margem da moral burguesa, cada vez mais importante apesar de ser nobre. Esse arquétipo de personagem será adotado em larga medida como o padrão do que é o vampiro.

Sua principal contribuição à literatura vampírica se deu com seu texto *Fragmento de uma novela*, rascunhado em 1816, mas publicado somente em 1819. O texto inconcluso é um exemplar primevo da prosa vampírica britânica. O processo de sua feitura se deu quando Byron, após fracassar em seu casamento, viajou pela Europa em autoexílio, acompanhado apenas por seu médico John Polidori. Este, aliás, anos depois publicou o conto *O Vampiro*, posteriormente abordado neste trabalho. O texto foi redigido durante um breve período de 1816, quando Byron, Polidori, Mary Godwin (futura Mary Shelley) e outros estiveram juntos em Villa Diodati e fizeram um desafio de quem escreveria a melhor história de terror. O texto conta sobre dois amigos (o narrador inominado e o vampiro, apelidado Augustus Darvell), que partem em viagem para a Grécia enquanto Darvell definha e confia o segredo de sua morte ao companheiro.

A figura do vampiro ainda não é explícita e suas características ainda são muito incipientes, tanto pelo caráter breve e inconcluso da obra quanto pela fase ainda embrionária da criatura, mas é importante perceber que aqui já começam as associações com o byronismo e o oriental. Mais que algo do próprio Byron ou do Romantismo, a relação do Ocidente com o Oriente nesse período era de profundo interesse acadêmico e literário. É lá que se encontra, por excelência, a rota do escapismo ocidental, cuja vida é cada vez mais austera com a consolidação das estruturas supracitadas, enquanto o Oriente, ainda que idealizado, era “um lugar de

episódios romanescos, seres exóticos, lembranças e paisagens encantadas, experiências extraordinárias”.<sup>920</sup>

Dentre as poucas características relativas ao vampirismo mais claramente explicitadas estão: O caráter aristocrático, relacionado ao conjunto de elementos do arquétipo byroniano, o que será uma constante nas imagens posteriores do vampiro literário; a relação de Darvell com o Oriente, que também entrará no cânon do vampirismo (que possui muitos traços do Orientalismo), ainda que sem revelar claramente qual a relação, só é mencionado no texto que Darvell já esteve antes no cemitério islâmico grego que os personagens se encontram enquanto ele definha, por saber falar o idioma local e não revelar o motivo de já ter estado ali, mas nenhum indício conclusivo, somente sugestões; por fim, no texto se delineia uma primeira impressão de um ritual para sua morte, mas não relacionado à decapitação ou estacas de madeira, conforme foi estabelecido no cânon vampírico moderno, mas as instruções de Darvell ao narrador são:

No nono dia do mês, ao meio-dia em ponto – pode ser o mês que você bem entender, mas tem de ser no nono dia –, você arremessará este anel nas fontes salgadas cujas águas correm para a baía de Elêusis. No dia seguinte, à mesma hora, você se dirigirá às ruínas do templo de Ceres e lá permanecerá por uma hora. [...] Você deve me sepultar aqui esta noite, e exatamente onde aquela ave está pousada agora.<sup>921</sup>

Como em Christabel, outras características permanecem como hipóteses: o motivo de Darvell definir ao longo do conto, o que talvez poderia estar relacionado à mesma questão de Geraldine: o fato dele não estar alimentando-se de sangue.<sup>922</sup>

### **Lord Ruthven: o primeiro cânon vampírico**

Conforme descrito acima, na viagem ao autoexílio em 1816, Byron levou consigo John Polidori. Apesar de uma boa relação inicial, o caráter intempestivo de Polidori cada vez mais destruía a relação com Lord Byron.<sup>923</sup> Polidori também escreveu seu texto de terror junto com Byron e seus amigos, mas interessou-se mais por concluir o texto de Byron, do qual alterou alguns elementos, mas manteve a premissa muitíssimo similar. O conto *O vampiro*, como foi

<sup>920</sup> SAID, Edward W. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 27.

<sup>921</sup> CARVALHO, Bruno Berlendis de (org.). *Antologia do vampiro literário*. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2010. (Caninos), p. 134.

<sup>922</sup> Id., pp. 131-135.

<sup>923</sup> VIETS, Henry R. John William Polidori, M.D., and Lord Byron – A Brief interlude in 1816. *The New England Journal of Medicine*, [S.l.: s.n.], v.264, n.11, pp. 553-557, mar. 1961.

nomeado, foi publicado em 1819, fortemente inspirado pela própria relação conflituosa entre o jovem médico e seu patrão. Foi pioneiro na prosa vampírica inglesa e, mesmo escrito depois, foi publicado antes do texto de Byron.

No conto encontra-se descrita a história de dois sujeitos bastante distintos, quase de forma maniqueísta. Lord Ruthven, o vampiro da história, inspirado em Lord Byron e justamente por isso bastante byroniano, mas em especial porque o personagem do próprio Byron que lhe forneceu esqueleto: Augustus Darvell. Em contraposição ao byronismo de Ruthven está o inocente Aubrey (inspirado em Polidori), jovem idealista, romântico e interessado pela personalidade singular de Ruthven, algo recíproco. Os dois partem em viagem enquanto aos poucos Aubrey descobre a maldade de Lord Ruthven em arruinar famílias financeira e moralmente. Mesmo que o jovem romântico tente fugir ao longo do conto, ele sempre parece estar dentro um plano de Lord Ruthven para brincar consigo, levando-o aos limites de sua sanidade enquanto o vampiro lhe tira tudo que é importante.<sup>924</sup>

Esse conto estabelece uma espécie de primeiro cânon do vampiro. Suas características já estão melhor delineadas, algumas delas são atribuídas, além de outras que nas narrativas anteriores já existiam, de forma mais ou menos clara: uma das principais características comuns ao vampiro que é aqui consagrada é o seu caráter aristocrático, que aparece como figura de destaque na sociedade, mas rompe com seus padrões estabelecidos, típico do byronismo, numa espécie de fuga aos padrões sociais instituídos, mesmo vivendo em seu ápice; a relação com o Oriente também é bastante clara, tendo em vista as informações que Aubrey encontra sobre a criatura quando foge de Lord Ruthven, na Grécia, que também é um dos momentos onde o Orientalismo aparece de forma mais clara, ao situar o Oriente como habitat de vampiros, local privilegiado de estudos eruditos para um ocidental como Aubrey e de um primitivismo puro e apaixonante, como salienta Polidori ao descrever o fascínio de Aubrey em relação a Ianthe, jovem moça grega correspondente à mulher idealizada romântica pela qual ele cultivava afeições durante a estadia em sua casa, mas mantendo sua altivez ocidental

Aubrey começou a se afeiçoar a Ianthe cada vez mais. Sua inocência, que tanto contrastava com as virtudes afetadas das mulheres entre as quais ele buscava encontrar sua visão romântica, conquistara o seu coração. Embora ridicularizasse a ideia de um jovem de hábitos ingleses casando-se com uma moça grega sem instrução, via-se mais e mais apegado àquela figura que parecia ter saído de um conto de fadas.<sup>925</sup>

<sup>924</sup> CARVALHO, op. cit., pp. 113-128.

<sup>925</sup> Id., p.118.

Outras características importantes de destacar são a grande capacidade de sedução do vampiro, o que em *O vampiro* encontra um papel de destaque ainda maior que em *Christabel*, tendo em vista o histórico de Ruthven de conquistas ao longo de sua viagem para com isso levar as mulheres à desonra sexual; no tocante à alimentação do vampiro ela finalmente aparece de forma mais clara, quando ele se alimenta da irmã de Aubrey ao fim do conto; a questão relacionada à morte do vampiro não está suficientemente clara, visto que ele é alvejado e supostamente morre, pedindo para que Aubrey o prometa ocultar sua morte (clara inspiração no texto de Byron), mas em seguida reaparece para cobrar a promessa feita, então sobre isso também só podem ser levantadas hipóteses sobre a utilização de algum procedimento especial para que sua morte ocorra.

### **Carmilla: esboço do cânon vampírico moderno**

Publicados nas duas primeiras décadas do século XIX, os três textos acima discutidos se encontravam numa realidade mais próxima entre si que *Carmilla*, publicado somente em 1872. Naturalmente, diversas mudanças se processaram nesse período de meio século. Ao longo do século XIX, com o ingresso na Era Vitoriana, a sociedade inglesa entrou num processo de moralização ainda mais profundo, e agora não mais uma moral embasada na religião, mas uma moral secular e burguesa, sobretudo, ainda assim bastante devedora de alguns princípios cristãos, como o tabu da sexualidade.

Na década que inicia a Era Vitoriana (1830), é também a do advento dos *Penny Dreadfuls*, publicações de terror baratas que cativaram diversas gerações em múltiplas classes sociais por suas narrativas envolventes e preços, elementos importantes sua longa popularidade, da década de 1830 até a de 1880.<sup>926</sup> Em seguida, nas décadas de 1850 e 1860, com novos surtos de barateamento e o crescimento de empresas voltadas ao negócio dos *Penny Dreadfuls*, sua aceitação tornou-se ainda mais ampla, sobretudo entre as camadas mais pobres.<sup>927</sup> *Carmilla* é um importante exemplar dessa literatura.

Quanto à Irlanda, sua situação no século XIX é conflituosa desde sua inserção no Reino Unido (1801). Era bastante rural e próspera na primeira metade do século, até a Grande Fome da Irlanda (1845-1849). Esse evento propiciou o grande impulsionamento do catolicismo, que

<sup>926</sup> POORE, Benjamim. *The Transformed Beast: Penny Dreadful, Adaptation, and the Gothic. Victoriographies*, [S.l.]: University of Edinburgh Press, v.6, n.1, pp. 62-81, mar. 2016.

<sup>927</sup> SPRINGHALL, John. 'Disseminating Impure Literature: The 'Penny Dreadful' Publishing Business Since 1860. *The Economic History Review*, [S.l.]: Wiley, v.47, n.3, pp. 567-584, ago. 1994. DOI: 10.230/2597594. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/2597594>. Acesso em 07 out. 2020.

suplantou as crenças tradicionais, crescendo vertiginosamente, sobretudo nos meios urbanos. O clero católico moldou a sociedade irlandesa nesse período, mas resquícios das crenças tradicionais permaneceram vivos.<sup>928</sup> A Irlanda ocupava uma situação bastante a parte em relação à Inglaterra, devido sua pobreza.<sup>929</sup> Apesar de melhoras na segunda metade do século, sua população continuou sendo uma das mais pobres da Europa.<sup>930</sup> Contudo, deu valorosas contribuições à literatura britânica.

No bojo dessas transformações ocorridas nesse meio século e situado nos dois mundos estava Sheridan Le Fanu. Profundamente afetado por tudo isto e pelas tendências de sua época, nascido na Irlanda de família era protestante e, mais que isso, era aparentado com Caroline Norton, uma importante líder feminista e reformadora social de sua época, e simpatizante do pensamento folclórico, cujas transformações ainda se processavam, embora o catolicismo já triunfasse sobre a cultura tradicional. Depois da morte de sua mulher em 1858 tornou-se recluso e debruçou-se questões sobrenaturais, embora já se interessasse por elas desde criança, quando estudou ocultismo e demonologia através da biblioteca do pai.<sup>931</sup>

Nesta última obra trabalhada é visível sua extrema semelhança com *Christabel*. Tal como a relação entre os textos de Byron e Polidori, o de Le Fanu também utiliza o de Coleridge como esqueleto alterando detalhes. Persiste o vampiro que destoa da norma social, o relacionamento lésbico é melhor desenvolvido, ainda que permaneça subentendido. Conta-se a história de Laura, filha de um nobre da Estíria que aceita cuidar da filha de uma estranha cuja carruagem capotou. Com o passar do tempo estranhos acontecimentos de teor sobrenatural começam a surgir nas proximidades, como confirma o general Spielsdorf, que relata a morte de sua família pelo ataque da vampira.<sup>932</sup>

*Carmilla* constrói o início um segundo cânon vampírico: sua sedução é uma característica até então constante; seu visível caráter aristocrático é outro elemento frequente, ainda mais claro quando o pai de Laura recebe alguns quadros antigos restaurados e entre eles encontra o de uma nobre húngara idêntica a ela, cujo nome é um anagrama do seu, Mircalla; readaptando algumas características presentes em *Christabel* pode ser detectada pelos animais;

<sup>928</sup> MCMAHON, Timothy G. Religion and Popular Culture in Nineteenth-Century Ireland. *History Compass*, [S.l.]: Wiley, v.5, n.3, pp. 845-854, abr. 2007.

<sup>929</sup> CAMPBELL, Matthew. Victorian Ireland?. *Journal of Victorian Culture*, [S.l.: s.n.] v.10, n.2, pp. 297-303, jan. 2005.

<sup>930</sup> JORDAN, Thomas E. The Quality of Life in Victorian Ireland, 1831-1901. *New Hibernia Review / Iris Eireannach Nua*, [S.l.]: University of St. Thomas, v.4, n.1, p.103-121, primavera 2000. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/20557636>. Acesso em: 07 out. 2020.

<sup>931</sup> LE FANU, Sheridan. In: *ENCYCLOPEDIA of Gothic Literature*. New York: Facts On File, 2005, pp. 209-210.

<sup>932</sup> LE FANU, Sheridan. *Carmilla: a vampira de Karnstein*. Tradução de José Roberto O'Shea. São Paulo: Hedra, 2010.

infunde pesadelos terríveis, capazes inclusive de imobilizar a vítima dormente ou não; é capaz de metamorfosear-se em animais, algo já presente no texto de Coleridge, mas até então ainda não muito bem desenvolvido; o ritual para sua morte aqui é bem definido (como também o da criação de um vampiro), com a necessidade da decapitação e queima de seu corpo para que ela não retorne, um elemento que percorrerá as narrativas vampíricas ulteriores, inclusive *Drácula*, que embora variem no modo, o fazem por alternativas limitadas (perfurações de estaca, decapitações e incinerações); por fim, também sua relação com o Oriente aparece aqui de forma bastante clara, a vampira já vivera como condessa na Hungria e a história se passa na Estíria, é como se a criatura finalmente encarnasse em definitivo seu caráter Oriental, de conciliar o fascínio do primitivismo e sedução do Oriente com seus perigos: a barbárie animalesca, a imoralidade e irracionalidade. Essas características tidas opostas às do Ocidente.

## Conclusão

Ao longo da história da literatura vampírica conclui-se que há uma progressiva mudança de características na figura do vampiro e sua sofisticação, nem sempre de forma aditiva, mas com algumas características alternadas e outras que adquirem certa continuidade constituindo uma espécie de cânon, definindo melhor os contornos do que é o vampiro no imaginário ocidental. Esse primeiro cânon é estabelecido em *O vampiro*, que gerou uma grande explosão de abordagens às narrativas relativas ao vampirismo: o caráter aristocrático, cativante e oriental do vampiro é aqui consolidado.

Um segundo cânon é esboçado em *Carmilla*, que reforça a atratividade do vampiro como uma sedução sobrenatural, dá ênfase ainda maior à relação do vampiro com o Oriente, a aristocracia e o ritual para sua morte. Também adiciona elementos, por exemplo, na relação do vampiro com os animais, que pode se transformar num deles, mas os verdadeiros lhe exprimem repulsa. Esse conjunto de características foi reutilizado em *Drácula* e, com a adição de outras, como a fraqueza perante o sol, esta obra consolida um segundo cânon, tão utilizado nos textos e mídias audiovisuais dos séculos XX e XX.



## **A Construção da Imagem de Tiradentes como o Cristo Brasileiro**

Laura Morales Borges<sup>1</sup>

### **Introdução**

A construção do mito/herói é a fabricação de um ideal, um espelho para a nação. A produção de um herói é um conjunto complexo de ideias, propaganda e da idealização de uma personagem para representação de uma ideologia e a fabricação de Tiradentes como herói nacional é ímpar e singular.

A Inconfidência Mineira, de 1788-1789, foi um movimento que pretendia cessar os impostos exigidos pela coroa portuguesa na região de Minas Gerais. As altas taxas de impostos, a derrama (cobrança compulsória de impostos em atraso) e as ações fiscalizadoras reuniram fazendeiros, exploradores, militares e eclesiásticos, a fim de propor em um movimento rebelde o rompimento do padrão exploratório da estrutura econômica vigente.

Apesar de a Conjuração Mineira nunca ter saído da idealização e ser um movimento sem um líder formal, foi com o andamento das investigações e com o desdobramento das prisões dos envolvidos naqueles conversatórios rebeldes, que o alferes José Joaquim da Silva Xavier, o conhecido Tiradentes, passou a se destacar, muito em virtude de suas ações no cárcere, ao buscar para si toda a culpabilidade imputada aos sediciosos, como fez em seu quarto depoimento à devassa aberta para apurar e incriminar os participantes daquele movimento sediciosos. Em meio às inquirições de testemunhas e, depois, implicados, o entusiasmo republicano do alferes mostrou-se exacerbado e informativo de sua real participação nas discussões contra o poderio português na região.

No dia 21 de abril de 1792, Tiradentes foi enforcado e no dia seguinte, no quartel de polícia foi esquartejado e decapitado, dando início ao cumprimento da sentença condenatória que lhe foi imposta pela rainha dona Maria I. Os seus restos mortais foram espalhados pela estrada que ligava os estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, o Caminho Novo, nos locais onde pregou infames conversas a favor da Inconfidência. A sentença foi integralmente cumprida, tendo a sua cabeça sido fixada em uma gaiola em um poste instalado na praça central da cidade de Ouro Preto.

---

<sup>1</sup> Graduanda em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” sob orientação de André Figueiredo Rodrigues. Bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica PIBIC / Reitoria / CNPq / UNESP 2019/2020 – edital 04/2019 – PROPe.

Desde então, sua história e representações históricas e artísticas buscam recuperar sua trajetória como participante da Inconfidência. E como até hoje se desconhece sua real aparência, os artistas elaboraram as suas próprias representações de sua face, em um processo de construção de seu rosto como ou nos moldes de um salvador da pátria.

Ao identificar e analisar as representações imagéticas construídas em favor do alferes Tiradentes, em diferentes segmentos artísticos – pinturas, esculturas, gravuras etc. –, a fim de compreender como se deu e ocorreu o processo que o galgou ao patamar de herói brasileiro; e, ainda mais, como a sua imagem foi construída em associação à “imagem” (também construída) que representa Jesus Cristo.

Assim, pela ausência e discrepâncias de referenciais físicos de Tiradentes, os nossos artistas optaram, de início, “por um modelo que agregava a figura do bravo conspirador com a sublime imagem de Jesus Cristo, o homem que se sacrificou pela causa da justiça e da verdade e que recebeu como recompensa uma coroa de espinhos e a cruz do martírio”.<sup>2</sup>

Foi a busca desta interpretação que nos moveu a analisar a representação imagética e historiográfica do alferes Tiradentes como herói, construído desde a segunda metade do século XIX e que, com a Proclamação da República, viu sua imagem cair na simpatia popular. Como libertário, republicano e mártir, construíram-se à sua imagem traços nazarenos.

Sua figura oficial, retratada no final do século XIX, consolidava a formulação de uma concepção política dos adeptos do positivismo de Augusto Comte, que terminaram colaborando de maneira decisiva na Proclamação da República.<sup>3</sup> E, somente com ela, a República, Tiradentes incorporou-se verdadeiramente à representação pictórica brasileira. Vestindo a alva dos condenados, barba e cabelos longos, tem sempre uma boa transparência. Pintaram-no em cenas que ocorreram desde a sua prisão até episódios diversos da devassa aberta para julgar o crime dos envolvidos na tentativa de rebelião de 1788-1789: a leitura da sentença, Tiradentes agrilhado, a vã tentativa de resistência, para, finalmente, mostrá-lo frente ao carrasco e nas quatro partes em que seu corpo foi dividido para ser exposto à execração pública no caminho entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais.<sup>4</sup>

---

<sup>2</sup> RODRIGUES, André Figueiredo; CABREIRA, Maria Alda Barbosa. *Em busca de um rosto: a República e a representação de Tiradentes*. São Paulo: Humanitas, 2020, p. 20.

<sup>3</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 56-58.

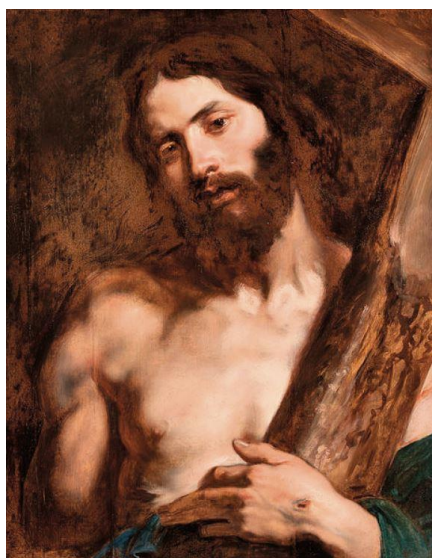
<sup>4</sup> COSTA, João. *Os pintores e o suplício de Tiradentes*. Rio de Janeiro: ALERJ, 1992, pp. 8-9.

## A idealização da iconografia

Nos anos finais do século XIX, o político Quintino Bocáiuva contratou o artista, desenhista, pintor e caricaturista Angelo Agostini (1836-1910) para fabricar e desenhar a fisionomia “positivista e republicana” de Tiradentes. Por não se conhecerem “sua descrição física, artistas concederam-se o direito de licenças poética e artística para retratá-lo alegoricamente”.<sup>5</sup>

O desafio de Angelo Agostini era desenhar o rosto oficial da República, mesmo sem qualquer conhecimento a respeito de Silva Xavier. Assim para ser considerado ídolo e tornar-se uma personagem respeitada era necessário visualmente aparece com barba e bigode.<sup>6</sup> A base utilizada por Agostini é do principal pintor da corte do rei Carlos I, da Inglaterra, e responsável por várias pinturas da crucificação de Jesus Cristo para igrejas italianas da época, Antoon van Dyck (1599-1641). A inspiração do rosto de Tiradentes vem de uma das obras de Dyck “Cristo carregando a cruz”, com o acréscimo da corda no pescoço do mártir.

**Figuras 1: *Cristo carregando a cruz*, de Antoon van Dyck**

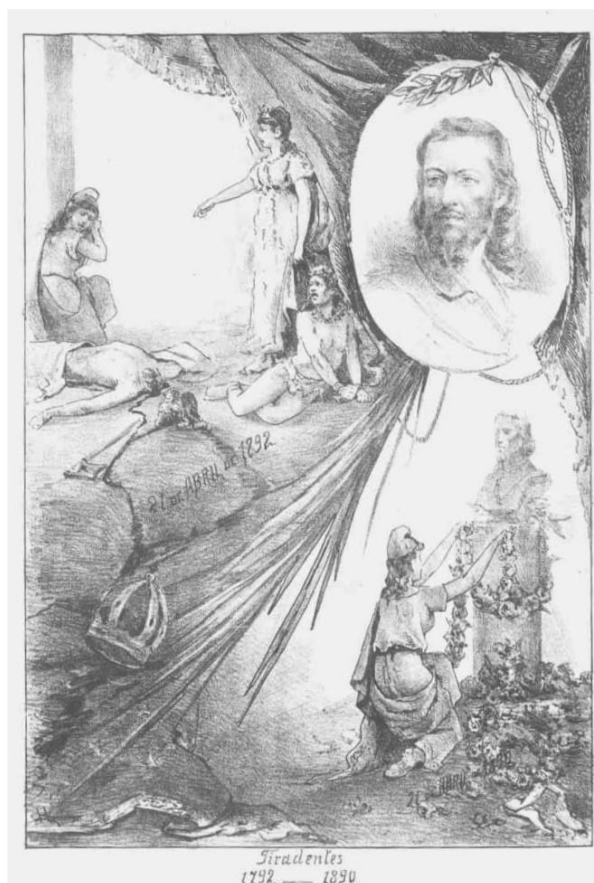


Fonte: Acervo Musei di Strada Nuevo – Palazzo Rosso. Óleo sobre tela, 68 x 87 cm. Gênova, Itália. Disponível em: <[https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Anton\\_Van\\_Dyck\\_Christ\\_carrying\\_the\\_Cross\\_-\\_Google\\_Art\\_Project.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Anton_Van_Dyck_Christ_carrying_the_Cross_-_Google_Art_Project.jpg)>

<sup>5</sup> RODRIGUES, André Figueiredo; CABREIRA, Maria Alda Barbosa. *Em busca de um rosto: a República e a representação de Tiradentes*. São Paulo: Humanitas, 2020. p.13

<sup>6</sup> Id., p. 87.

**Figura 2: Alegoria à comemoração do dia de Tiradentes, de Angelo Agostini**



Fonte: *Revista Illustrada*, Rio de Janeiro, ano 15, n 588, p. 4, 26 de abril de 1890. Disponível em: <  
[http://memoria.bn.br/pdf/332747/per332747\\_1890\\_00588.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/332747/per332747_1890_00588.pdf)>

O desenho de Agostini, em “Alegoria à comemoração do dia de Tiradentes”, publicado na edição de 26 de abril de 1890, na *Revista Ilustrada*, personifica, pela primeira vez, o rosto de Tiradentes, após a decretação do dia de seu enforcamento como feriado nacional republicano, sob o decreto nº 155 B, de 14 de janeiro de 1890, do primeiro Governo Provisório da República, à memória dos mártires da Liberdade:

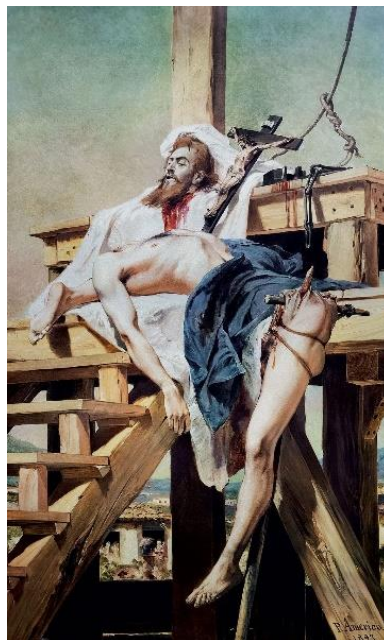
Representar de maneira semelhante a ‘fisionomia’ de Jesus Cristo e de Tiradentes foi estratégia interessante de Angelo Agostini. Uma vez sendo o ‘rosto’ de Cristo a face mais conhecida de mundo ocidental, nada como reproduzir aquele estilo e tornar a ‘frente’ de Joaquim José a mais conhecida do Brasil. As fontes fidedignas que os citam – a Bíblia e os Autos de Devassa – não trazem nada sobre os seus aspectos físicos, permitindo aos autores desenhá-los com liberdade.<sup>7</sup>

No início da República, o quadro de Pedro Américo, “Tiradentes esquartejado”, também mostra o seu rosto de maneira semelhante à representação que passou a se construir de um Jesus Cristo brasileiro (veja-se o crucifixo ao lado de sua cabeça). O tronco encontra clara referência

<sup>7</sup> Id., p. 89

à escultura Pietá, de Michelangelo. “A cabeça, com longas barbas ruivas, está colocada em posição mais alta, tendo ao lado um crucifixo, numa clara sugestão da semelhança entre os dois dramas”.<sup>8</sup>

**Figura 3: *Tiradentes esquartejado*, de Pedro Américo**



Fonte: Museu Mariano Procópio. Óleo sobre tela, 270 x 165cm. Juiz de Fora, Minas Gerais. Disponível em: <  
[https://pt.wikipedia.org/wiki/Tiradentes\\_esquartejado\\_\(Pedro\\_Am%C3%A9rico\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Tiradentes_esquartejado_(Pedro_Am%C3%A9rico))>

Por sua vez, o quadro “Martírio de Tiradentes”, de Aurélio de Figueiredo, irmão de Pedro Américo, ratifica a versão cristológica, anteriormente atribuída por Angelo Agostini. Na cena, o alferes aparece visualizado de baixo para cima e o frade que o acompanhou ao cadafalso mostra-lhe, em seus últimos momentos de vida, um crucifixo, que nos permite visualizar naquela representação toda uma simbologia que indica que o seu sofrimento até a força se assemelha ao sofrimento sentido por Cristo após sofrer a traição de um de seus discípulos. Cristo foi traído por Judas; Tiradentes foi delatado por Silvério dos Reis, um dos participantes da Inconfidência Mineira.

A religiosidade de Tiradentes, também representada em toda sua plasticidade pelo crucifixo e pela associação que se faz a ele com Cristo, ajudou na sua construção como protomártir da República, transformando-o em um dos pilares da nação.

---

<sup>8</sup> CARVALHO, op. cit., p. 65

**Figura 4: *Martírio de Tiradentes*, de Aurélio de Figueiredo**



Fonte: Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro/ RJ. Óleo sobre tela, 57 x 45 cm. 1893. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Figueiredo-MHN-Tiradentes.jpg>>

## **Tiradentes e a História**

O rosto oficial da República, desenhado e eternizado por Angelo Agostini, começa a ganhar grande espaço público para a apresentação do novo símbolo da nação brasileira. Nos jornais, principalmente a partir de 1880, ele é retratado como o “herói-liberdade” e o herói positivo, em oposição ao boquirroto, da obra de Joaquim Norberto, e ao homem “sem valimento”, descrito por Varnhagen em sua “História geral do Brasil”.<sup>9</sup>

Na década de 1860, nos folhetos escritos pelo liberal Pedro Luís Pereira de Souza contra a inauguração da estátua de dom Pedro I escreveu: “Foi ele o mártir primeiro / Que pela pátria morreu / Do sangue de Tiradentes / Brotou-nos a salvação”.<sup>10</sup>

Foi essa imprensa, rapidamente descrita acima, que exerceu papel importante na divulgação e fixação dos valores republicanos. Sua participação na formação dos novos símbolos nacionais dar-se-ia pela penetração que tinha junto ao público. Era o maior veículo de “massa” da época, caso se possa falar em “massa” de leitores numa sociedade em que quase 80% das pessoas eram analfabetas. Mas, ainda assim, o jornalismo, introduzido no Brasil em 1808, já se havia firmado como formador de

<sup>9</sup> SERELLE, Márcio de Vasconcellos. *Os versos ou a história: a formação da Inconfidência Mineira no imaginário do Oitocentos*. Campinas, 2002. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. p. 179

<sup>10</sup> CARVALHO, op. cit., p. 61.

opinião de uma classe média crescente e do esboço de uma burguesia que começava a se fazer sentir. A periodicidade constante das publicações ajudaria a propagar o ideário republicano, por meio da repetição de fatos e imagens que inculcavam "verdades" nos leitores".<sup>11</sup>

Dentre os estudos da história, as primeiras menções ao Tiradentes e mesmo à Inconfidência Mineira ocorreram ainda no final do século XVIII, em 1797, na obra escrita por secretário George Staunton, ao narrar o espírito de agitação e irritação da população do Rio de Janeiro com as medidas impostas contra os inconfidentes mineiros.<sup>12</sup>

Depois de Staunton, outros pequenos textos surgiram com referências ao alferes e ao movimento sedicioso mineiro. Apenas em 1860 surgiu a primeira obra dedicada exclusivamente ao exame de Tiradentes e da Inconfidência. Apresentado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em leituras sequenciais até 1873, Joaquim Norberto de Sousa Silva e a sua História da Conjuração Mineira rendeu as primeiras críticas ao alferes (principalmente ao seu aspecto físico) e à ideia republicana que se avolumavam a partir da segunda metade do século XIX.<sup>13</sup> Vinte anos depois, em 1893, coube ao mineiro Lúcio José dos Santos reinterpretar a história da Inconfidência, em conferência proferida em Ouro Preto.

No bicentenário da cidade de Ouro Preto, em 1911, apresentou uma comunicação sobre o movimento sedicioso que Tiradentes participara – a Inconfidência Mineira. Aliás, em 1922, no Congresso Internacional de História da América, realizado no IHGB, apresentou a monografia A Inconfidência Mineira: papel de Tiradentes na Inconfidência Mineira, publicada, naquele mesmo ano, nos anais do evento. Em 1927, apareceu sua primeira edição em formato de livro; a segunda, apenas em 1972.<sup>14</sup> Os textos destes dois autores tornaram-se clássicos e permitiram que ao longo do século XX questionamentos sobre o movimento mineiro e mesmo sobre Tiradentes surgissem como temas de estudos.

### **Considerações finais**

A construção da imagem e da memória de Tiradentes é um fato significativo para o conhecimento da história nacional, e mesmo para se compreender o processo de consolidação do regime republicano e a exaltação do nosso primeiro herói nacional.

---

<sup>11</sup> SERELLE, op. cit., p. 178.

<sup>12</sup> RODRIGUES, André Figueiredo. *O clero e a Conjuração Mineira*. São Paulo: Humanitas FFLCH-USP, 2002. p. 23.

<sup>13</sup> Id., p. 29-30.

<sup>14</sup> Id., p. 31-32.

As comparações com o mártir bíblico e a idealização de um “projeto” para fabricar um rosto símbolo nacional para a República envolveram toda uma gama de literatos, jornalistas e artistas que se empenharam em construir sua imagem como símbolo do regime político que se iniciava a partir de 1889. Os aspectos religiosos e mesmo o culto cívico que se instala a partir de 1890 colocava o alferes Tiradentes em um patamar que até aquele instante nenhum outro brasileiro havia sido elevado. Nasce, a partir de então, o culto cívico que elevará Tiradentes, ao longo da primeira metade do século XX, ao patamar de herói nacional, de Patrono Cívico da Nação brasileira.

Em suma os desafios estão em decifrar e identificar quais autores, artistas e políticos se empenharam para favorecer este processo de construção, iniciado na segunda metade do século XIX que encontrará respaldo no século seguinte, busca trilhar as representações imagéticas do alferes Tiradentes que as ligam a toda uma construção que nos permite atribuir ao alferes Joaquim José o epíteto de “o Cristo brasileiro”.



## **A influência da circulação de imagens na visualidade artística de Manuel da Costa Ataíde**

Daniel Henrique Alves de Castro<sup>1</sup>

### **Introdução**

Este texto tem como pretensão abordar um recorte da futura pesquisa sobre as obras de São Francisco de Assis por Manuel da Costa Ataíde (1762 - 1830), que foi iniciada no trabalho de conclusão de curso, da graduação de Artes Visuais na Universidade Estadual de Londrina. Temos conhecimento que produziu cinco telas que retratam o santo. São elas: *São Francisco Alcança as Graças da Porciúncula*, *São Francisco Recebe as Regras da Sua Ordem* e o *Êxtase de São Francisco* presentes na capela-mor da Igreja de São Francisco de Assis, em Ouro Preto e *São Francisco em Oração* e *Agonia e Morte de São Francisco* presentes no forro da sacristia da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco, em Mariana.

Os artistas desse período produziam suas obras a partir referências visuais que a época poderia proporcionar, tais como reproduções de gravuras impressos em missais, Bíblia, Livro das Horas e outros documentos religiosos. A pesquisadora Hanna Levy,<sup>2</sup> em 1944, publicou um artigo propondo a fonte na qual Ataíde teria usado na pintura parietal, ou seja, na imitação de azulejos na Capela-mor da Igreja de São Francisco de Assis de Ouro Preto, executada nos anos de 1803 e 1804.

Neste texto, pretendemos abordar essas referências visuais, que só é possível por conta da circularidade de imagens e pensamentos presente no período, que mesmo com as limitações geográficas e temporais, influenciou os artistas que produziu no Brasil, como as obras de São Francisco em Mariana que o pintor mineiro produziu no início do século XIX e que vamos aprofundar neste texto.

### **Colônia e metrópole**

As navegações marítimas suscitarão um desejo de conquista às regiões longínquas, tanto

---

<sup>1</sup> Mestrando em História Social pela Universidade Estadual de Londrina e graduado em Artes Visuais pela mesma universidade.

<sup>2</sup> LEVY, H. *Modelos europeus na pintura colonial*. Arte e Ensaios (UFRJ), Rio de Janeiro, n. 15, 2008. Disponível em [http://www.ppgav.eba.ufrj.br/wpcontent/uploads/2012/01/ae15\\_Hannah\\_Levy.pdf](http://www.ppgav.eba.ufrj.br/wpcontent/uploads/2012/01/ae15_Hannah_Levy.pdf). Acesso em 22 jun. 2018

na área econômica como na área religiosa. Se expandiu para os países ultramarinos, encontrando uma compensação para a perda de fiéis em detrimento da reforma protestante. Houve uma nova missão, de povoar as novas terras e catequizar os índios.

No cenário colonial, conforme disserta Arruda,<sup>3</sup> o Brasil foi uma colônia de exploração, cuja às funcionalidades estão pautadas na produção de superlucros destinados a fomentar o crescimento e o desenvolvimento da metrópole europeia, por meio da tríade latifúndio-monocultura-escravidão ou exclusivo ao regime aplicado pelos núcleos mineradores. As Câmaras ultramarinas interferiam na dinamicidade do império em suas localidades, além de gerir as comunidades e a existência política da monarquia.

Segundo Russell-Wood,<sup>4</sup> havia uma conectividade com as regiões coloniais, com um fluxo de movimentações de indivíduos e uma grande diversidade de mercadorias. Entre elas, podemos elencar a circulação de literatura e de iconografias. Os portugueses ao viajarem pelo mundo fixou seu legado com a construção de igrejas, fortalezas, casas nobres, chafarizes e edifícios municipais, evidenciando nas culturas locais características lusas em seus territórios. As expressões artísticas das colônias, possuiu um papel crucial na missão evangelizadora pelos religiosos como os franciscanos, beneditinos, carmelitas e os Jesuítas. Por causa do distanciamento dos centros culturais europeus, as artes sofreram influências das culturas regionais que possuem em seu repertório artístico características que auxiliaram no desenvolvimento visual das culturas coloniais.

A arte nos primeiros séculos foi ligada as ordens religiosas, onde os artistas seguiam as recomendações da própria ordem e suas construções se baseavam em estudos decorrentes da instituição. Por isso, os monarcas portugueses apelaram à igreja o papel de colonização das novas terras conquistadas.

Em meados do século XVIII, o reino de Portugal expulsou as ordens religiosas com receio de que eles se apoderassem das riquezas existentes na região. Por essa ausência, homens, mulheres, casados, viúvos e solteiros se reuniram nas irmandades religiosas e ordens terceiras. Elas passam a instruir e comandar a maior parte das funções que antes era dos religiosos. As associações formadas por leigos convocavam padres e assumiram os seus gastos. São eles que edificam as igrejas e contratavam os arquitetos, escultores, santeiros, pintores e músicos para conceber e executar as obras de arte sacra.<sup>5</sup>

---

<sup>3</sup> ARRUDA, José Jobson de Andrade et al. O Sentido da Colônia: Revisitando a crise do Antigo Sistema Colonial no Brasil. In: MATTOSO, José et al. *História de Portugal*. São Paulo: UNESP, 2000. cap. 10, pp. 169-187.

<sup>4</sup> RUSSEL WOOD, A. J. R. O movimento na palavra e na imagem. In: *Um mundo em movimento*. Difel, Porto, 2006.

<sup>5</sup> MACHADO, Lourival Gomes. *Barroco mineiro*. São Paulo: Perspectiva, 1973

O protagonismo leigo favoreceu a criatividade, pois não precisava seguir certos padrões de construções e de pinturas que a ordem estipulava. Ademais, o afastamento litorâneo, que impediu a chegada de matérias primas como a pedra de construção e os azulejos, que obrigou os construtores a incorporar outros materiais semelhantes como a pedra-sabão e as pinturas parietais.

### Fontes visuais de Mestre Ataíde

Manoel da Costa Ataíde é um dos artistas mais populares do período colonial brasileiro, sendo autor de douramentos e encarnações (pintura) de imagens, capelas, altares, retábulos, guarda vento de igrejas e diversos outros objetos do ofício religioso; pintura parietais; pintura de cavalete ou sobre painel e pintura de forros.<sup>6</sup> Seu estilo artístico, como abordar Hill,<sup>7</sup> foi requisitado por diversas irmandades que desejavam seu ofício, mesmo que a época de suas produções coincidiu com a decadência do ciclo do ouro.

Pode-se supor que recebeu inspirações de reproduções de gravuras impressos em missais e outros documentos religiosos, prática comum por todos os artistas coloniais brasileiros. A pesquisadora Hanna Levy em 1944 publicou um artigo propondo a fonte na qual Ataíde teria usado na pintura parietal, ou seja, imitação de azulejos na Capela-mor da Igreja de São Francisco de Assis de Ouro Preto, executadas nos anos de 1803 e 1804.

As seis cenas representadas são: *A promessa de Abraão*, *Restituição de Sara a Abraão*, *os anjos anunciam a Abraão o nascimento de um filho*, *Abraão oferece hospitalidade aos anjos*, *O sacrifício de Isaac*, *A morte de Abraão*. Segundo a autora, o artista “copiou” em seis gravuras que retratam esse tema na Bíblia publicado pelo arquiteto e gravurista Demarne, em 1728, que por sua vez copiou as cenas da Bíblia de Rafael Sanzio (1483-1520), no Vaticano. Esse exemplar encontra-se na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro, e pode ter sido a Bíblia declarada em seu testamento.

Ataíde em todas as pinturas observou fielmente o modelo das gravuras “no que concerne à composição geral, à distribuição das luzes e sombras, à posição das figuras e à indumentária”.<sup>8</sup> Porém, é possível analisar algumas adaptações que o pintor utilizou em todas

<sup>6</sup> CAMPOS, Adalgisa Arantes. Aspectos da vida pessoal, familiar e artística de Manoel da Costa Ataíde. IN: CAMPOS, Adalgisa Arantes (org). *Manoel da Costa Ataíde: aspectos históricos, estilísticos, iconográficos e técnicos*. Belo Horizonte: C/Arte, 2007.

<sup>7</sup> HILL, Marcos. Algumas Obras do Pintor Manuel da Costa Ataíde e Seus Comentários. *Cultura Visual - Revista do Curso de Pós-Graduação da Escola de Belas Artes da Universidade Federal da Bahia*, v.1, n. 3, jan./jul. 2001.

<sup>8</sup> LEVY, op. cit.

as suas pinturas, como a simplificação dos planos de fundo (paisagem ou arquitetura). Toda a paisagem é substituída por nuvens e por alguns detalhes de árvores, e também elimina figuras e cenas que não estivessem ligadas ao assunto da obra, como disserta Levy que:

A nosso ver, esta redução das cenas a seus grupos principais foi motivada pelas dimensões do espaço de que dispunha o mestre de Ouro Preto. As cenas, Abraão oferece hospitalidade aos anjos e Restituição de Sara a Abraão constituem exemplos típicos de como Manuel da Costa Ataíde procedeu nessas reduções. Não tratou de transformar a composição de Demarne. Pelo contrário: conservou cuidadosamente todos os pormenores das estampas, limitando-se a deixar simplesmente de lado os grupos que não lhe interessavam.<sup>9</sup>

Nesse gesto de adaptar a sua referência na pintura é comum aos artistas coloniais, onde as fontes de inspiração são interpretadas segunda a prática artística do período barroco/rococó. As diferenças utilizadas pelo mestre Ataíde são aduzidas apenas em pormenores das cenas pitorescas ou anedóticas. Reitera Levy:

Na sua ânsia de dar um aspecto convincente e humano às cenas sagradas, chega a inventar pormenores pitorescos, que não se encontram em Demarne, como, entre outros, o da escarradeira por baixo da cama de Abraão. (...) Torna-se interessante apreciar, sob este ângulo, as demais obras de sua autoria.<sup>10</sup>

É nesta perspectiva de cópias e adaptação de modelos demonstra uma das maneiras de analisar as obras de Manuel da Costa Ataíde, compreendo as limitações técnicas que a periferia colonial mineira acarreta em seus artistas, “não apresentando explicitamente excelência técnica incomum nem teor erudito remarcável”.<sup>11</sup> Sua importância consta na sua sensibilidade representativa que insere discretamente adaptações culturais, que de forma intencional ou não, concilia em traços autônomos de uma arte brasileira.

---

<sup>9</sup> Id.

<sup>10</sup> Id.

<sup>11</sup> HILL, op. cit., p. 8.

**Figuras 1 e 2: Bíblia Demarne. Três anjos aparecem a Abraão. Gravura em metal, 1728/1730 e Manuel da Costa Ataíde. Abraão adora os três anjos. Igreja de São Francisco de Assis, Ouro Preto - Mg. Detalhe lateral da Capela-mor**



Fonte: Wikipédia.

**Figuras 3 e 4: Bíblia Demarne. Promessa de Deus. Gravura em metal, 1728/1730 e Manuel da Costa Ataíde. Promessa de Deus. Igreja de São Francisco de Assis, Ouro Preto - Mg. Detalhe lateral da Capela-mor.**



Fontes: Foto Pifano (2009) e Acervo pessoal, respectivamente.

### **As figuras de Êxtase de São Francisco do Mestre Ataíde**

Tem-se o conhecimento que Manuel da Costa Ataíde produziu três obras que retratam São Francisco de Assis em seu êxtase. Duas obras intitulados conforme a tradição em *São Francisco em Oração* e *Agonia de São Francisco*, estão presentes na Capela da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis em Mariana; e uma obra tradicionalmente com o título *Êxtase de São Francisco*, presente na Igreja de São Francisco de Assis em Ouro Preto.

Leite,<sup>12</sup> em sua pesquisa, dedicou a procurar a gravura que Ataíde se baseou para produzir seus painéis na Capela de Mariana, como Levy outrora escreveu a respeito das pinturas parietais de Igreja de São Francisco em Ouro Preto, onde o artista copiou as gravuras da Bíblia de Demarne. A sua hipótese baseia em uma gravura de Agostino Carracci (1557-1602) cujo título é São Francisco consolado por anjos musicais, que por sua vez, foi uma cópia de uma pintura de Francesco Vanni (1563-1610). Como disserta o autor:

Como fundamento às nossas suposições, baseamo-nos na comparação entre algumas partes semelhantes em ambas as obras, como a dolente expressão de S. Francisco e o eixo de sua figura nas composições a apropriação do desenho da asa direita do anjo de Carracci na asa direita da dupla angélica de Ataíde, bem como a posição das pernas daquele nos personagens do pintor mineiro. Índices que julgamos bastante apropriados então.<sup>13</sup>

A partir dessa gravura, ele pesquisou nos acervos de igrejas, museus e bibliotecas para encontrá-la, ou outra que o pintor marianense possa ter utilizado para produzir suas obras. Infelizmente, ele não conseguiu encontrar a gravura de Carracci, ou alguma que se assemelhasse. Entretanto, mesmo que fosse possível em seus documentos encontrar uma possível fonte dessas obras, podemos fazer deduções que a obra de Ataíde possuiu influências externas imagéticas e dogmáticas que correspondem as escolhas iconográficas do artista. De forma, que mesmo que fora impossível ele ter contato com outras obras barrocas produzidas na Europa, estão presentes em seus painéis, estilos semelhantes aos artistas pós Concílio de Trento. Apresentando-nos a presença de circulação de imagens iconográficas e literárias presentes nos países europeus.

A partir da terceira década do século XVI, as pinturas do Santo de Assis apresentam algumas mudanças significativas, como algumas cenas retiradas e outros acrescentados, modificando elementos iconográficos que tradicionalmente compunham essas cenas.<sup>14</sup> Os longos ciclos narrativos da legenda de São Francisco deixam de ser frequentes, e alguns temas tradicionais do santo, como o da estigmatização, sofreram mudanças iconográficas.

Essa alteração iconográfica é justificada pela Contrarreforma que iniciou após o Concílio de Trento (1545-1563), conforme disserta Teixeira<sup>15</sup> que deixou de lado cenas históricas sobre os santos e passou a reverberar uma maior interiorização espiritual através do

<sup>12</sup> LEITE, Pedro Queiroz. Um inventário de fontes: as artes mineiras entre os séculos XVIII - XIX. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, 2010.

<sup>13</sup> Id., p. 21.

<sup>14</sup> CÉSAR, Aldilene Marinho. Transformações na cultura religiosa: os ciclos pictóricos da vida de Francisco de Assis na Itália dos séculos XIII ao XVI. Anpuh – Xxv Simpósio Nacional De História – Fortaleza, 2009.

<sup>15</sup> TEIXEIRA, Victor Gomes: Entre a Devoção e o Sentimento, a Iconografia Franciscana Barroca. Algumas Notas sobre o S. Bernadinho de Siena. Porto Universidade Católica Portuguesa.

ofício das artes, pretendendo-se auxiliar a criação de um ambiente ascético e místico, surgindo-se uma nova representação iconográfica dos santos, com uma atitude contemplativa, isolado em oração, ou meditação ou em êxtase.

Difundiu inicialmente em diversas igrejas da Itália e Espanha, emergindo da penumbra, em um contraste entre o claro-escuro, o rosto-pálido de um santo que parece desmaiar, suspendo entra a vida e a morte,<sup>16</sup> nas quais homens e mulheres, elevados à santidade, são representados em cenas de êxtases, apoteoses e encontros místicos. Durante a Época Moderna, Diniz<sup>17</sup> reitera que esse novo fenômeno de santidade esteve relacionado a ascensão de novas práticas devocionais, a renovação das ordens religiosas tradicionais, a retomada do ascetismo e das experiências místicas auxiliado pela canonização de homens e mulheres com experiências divinas como São Francisco Xavier (1506 - 1552), Inácio de Loyola (1491 - 1556), Felipe Néri (1515 - 1595) e Santa Tereza de Ávila (1515-1582). São geralmente representados artisticamente em seus momentos gloriosos.

Um fato importante que Mâle<sup>18</sup> destaca é que outros santos mais antigos também foram representados com essas características transcendentais, mesmo que antes não fosse comum essa cena ao representá-los, como é o caso de São Francisco, onde notamos pouquíssimas obras de cenas que representa seu êxtase.

O autor utiliza o exemplo de São Francisco para reiterar esse anseio pelo místico nas obras de arte religiosas, insinuando que estivesse concorrendo com santos de outras ordens que possuem santos que são famosos pelos seus êxtases, como as carmelitas de Santa Teresa de Ávila. Por isso, a estigmatização, que foi a cena mais representada do Pobre de Assis, sofre uma distinção a partir do século XVII, ocultou-se a figura de Cristo Seráfico e conferiu-se destaque ao momento do enlevo. Ou seja, a hagiografia de São Boaventura explicita-se o ocorrido, ao afirmar que os estigmas aparecem depois da visão do Cristo Seráfico, e os artistas passam a representar este momento com São Francisco em êxtase, e em muitas produções artísticas, sendo consulado por um ou mais anjos. Dessa forma:

Los artistas imaginaron una nueva escena, más apropiada para conmovier y más estrechamente ligada a la sensibilidad de su tiempo: supusieron que san Francisco, después de haber recibido los estigmas, embriagado de amor y de sufrimiento, había caído en éxtasis, sienso sostenido por ángeles.<sup>19</sup>

<sup>16</sup> BERTHOUD, Émile. La Réforme catholique et l'art religieux. Articles parus dans Esprit et Vie. n° 8, 19 avril 2000 , p. 36-39, n° 9, 3 mai 2000 , p. 32-39 et n° 10, 17 mai 2000. Disponível em <http://www.clerus.org/clerus/dati/2001-07/25-13/berthoud1.html>. Acesso em: 22 jun. 2019.

<sup>17</sup> DINIZ, Aldilene Marinho César Almeida. O Santo em Imagens: Relações entre Concepções de Santidade e Iconografia na Época Moderna. VII - Encontro de História da Arte - Unicamp 2011.

<sup>18</sup> MÂLE, Émile. El arte religioso de la Contrarreforma. Estudios sobre la iconografía del final del siglo XVI y de los siglos XVII e XVIII. Tradução Ana Maria Guasch. Madrid: Ediciones Encuentro, 2001.

<sup>19</sup> Id., p. 173.

Os êxtases de São Francisco a partir do século XVII, geralmente apresentam o santo com dramaticidade que demonstrando a dor que São Francisco sentiu ao se configurar-se a Cristo até mesmo em suas chagas, estas que os artistas procuraram evidenciar explicitando o motivo de São Francisco estar nesse arrebatamento.

Outro tema recorrente, que suscita referências imagéticas semelhantes são as cenas que o retratam de forma “extenuada – esgotada, sofrida – com o rosto marcado pelo sofrimento – magro, pálido e enrugado”,<sup>20</sup> as imagens de oração e meditação. Como reitera Morello

São Francisco, sozinho ou com outros santos, está presente em muitas pinturas que, ao longo do século XV e até o século XVIII, representam-no numa atitude de oração ou de presença silenciosa, segundo uma tipologia iconográfica denominada “Conversações Sacras”.<sup>21</sup>

Portanto, é possível traçar paralelos entre os temas presentes na cultura barroca europeu e os painéis do artista mineiro. A pintura *São Francisco em Oração*, apresenta o santo com uma túnica e sandálias nos pés, sentado numa gruta em formato que lembra um rocaillle; com um crucifixo em suas mãos com em estado piedoso para com a imagem de Jesus que toca o seu rosto. Uma parte da composição revela símbolos e atributos iconográficos alusivos à meditação, a penitência, a fragilidade do corpo em relação ao pecado e a oração: uma Bíblia aberta, um rosário, uma caveira, uma ampulheta, um cilício, um chicote e uma roseira; todos esses elementos estão presentes num nicho de pedra ao lado do santo.

Ataíde utilizou uma gradação de tons de paletas para representar o sentimento de penitência, solidão, austeridade e oração, próprias do eremitério, que sofrem por causa do pecado original que gerou uma distância de Deus. Esses tons são as cores ocre, marrons esverdeados e cinza. Em contrapartida, ao representar o mundo celestial, costuma utilizar paletas coloridas como o azul, branco e vermelho; na obra, pintou os dois anjos em cima de uma nuvem com essas cores. Como a composição diagonal da obra entre São Francisco e os anjos, expõem a dualidade entre o espiritual e carnal, entre o pecado e a pureza e entre o a dor e a felicidade.

Campos<sup>22</sup> observa com curiosidade a paisagem ao fundo, uma cidade com construções de casas emolduradas por montanhas longínqua ao primeiro plano e dois barcos solitários em

<sup>20</sup> COSTA, Marisa Sá Freire. São Francisco de Assis por Caravaggio. Ouro Preto: Instituto de Filosofia, Artes e Cultura – Universidade Federal de Ouro Preto. 2014, p. 42.

<sup>21</sup> MORELLO, Giovanni. A Imagem, Pobrezinho de Assis. Casa Fiat de Cultura. Belo Horizonte, 2018, p. 23.

<sup>22</sup> CAMPOS, op. cit.



águas calmas; “indicando o emprego precoce da paisagem, ainda que submetida ao motivo religioso”.<sup>23</sup>

A obra *Agonia de São Francisco* corrobora com as cenas de São Francisco após a visita celestial em estado de êxtase. Ela apresenta o Pobre de Assis agonizante após a recepção dos estigmas da Paixão, evidenciados em suas mãos, pés e no peito esquerdo, (direito para o observador) próximo ao coração, de modo a dar continuidade a narrativa iconográfica do quadro anterior. Como afirma Campos, em um estado de êxtase, recebe uma luz divina por um anjo que segura em sua mão um olho em formato de triângulo, que é uma analogia a Santíssima Trindade, reiterando a junção entre o celestial e o humano. Da mesma forma do último quadro, as cenas que representa o campo mundano, são retratadas com cores ocres, marrom, verde escuro, e os celestiais com cores mais vibrantes como o azul e vermelho, e nesse painel é ainda mais evidente essa dualidade, pois há mais anjos envolta de São Francisco, demonstrando que o espiritual está mais presente do que a cena anterior e que o santo está mais junto de Deus.

O painel que retrata o Êxtase de São Francisco, localizado nos ângulos da nave da capela de São Francisco de Assis de Ouro Preto, é bem semelhante a pintura *Oração de São Francisco*, que reclina a sua cabeça no crucifixo de forma semelhante. Na composição da obra, há menos elementos de penitência, contendo apenas a caveira, a Bíblia e a roseira. Está sentando em uma rocha, e há alguns detalhes de folhas no canto superior esquerdo, e algumas em volta da rocha. A paleta de cores são ocres, marrons, esverdeados e cinzas, e transmitem o sentimento de penitência semelhante as anteriores, e envolta de sua cabeça, há uma iluminação amarela, semelhante a uma aureola para caracterizar sua santidade. O episódio do painel, provavelmente seja o momento que precede a estigmatização, onde São Francisco encontra-se com Deus em oração.

Apesar de apresentar os mesmos elementos do quadro anterior, como os objetos de penitência espiritual e corpórea, o casebre e os troncos envelhecidos, são mostrando com pouca visibilidade, “pois têm pouca importância diante da expressão mística”.<sup>24</sup>

As semelhanças imagéticas e a compreensão da circularidade de imagens e ideias, nos permitem tecer algumas ideias sobre possíveis interpretações históricas. Abrindo um leque de possibilidades em atribuir similaridades e dissimilaridades em suas obras. Tecendo possíveis análises e suposições sobre as diferenças, como a presença da miscigenação dos personagens e escolhas iconográficas que convergem com o contexto colonial.

---

<sup>23</sup> Id., p. 229.

<sup>24</sup> Id., p. 231.

**Figuras 5 e 6: Manuel da Costa Ataíde. São Francisco em Oração. 548x280cm. Sacristia da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco, em Mariana, MG. Têmpera sobre madeira. E Manuel da Costa Ataíde. Agonia de São Francisco. 548x280cm. Sacristia da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco, em Mariana, MG. Têmpera sobre madeira.**



Fonte: Wikimedia.

**Figuras 7 e 8: Manuel da Costa Ataíde. Êxtase de São Francisco. 1808. 280x120cm. Igreja de S. Francisco de Assis de Ouro Preto. E Agostino Carracci. São Francisco consolado por anjos musicais, a partir de Francesco Vanni, 1595. Gravura, 30,7x23,3cm. Fine Arts Museum os S. Francisco, CA, EUA.**



Fonte: LEITE, Pedro Queiroz. Um inventário de fontes: as artes mineiras entre os séculos XVIII - XIX. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, 2010, p.24

Diante das questões apresentadas a respeito dos quadros de Ataíde sobre São Francisco, destacamos que muitas das dificuldades de investigar motivações, escolha de temas e demais condições de possibilidade é por conta do longo espaço temporal que separa a época atual do período da execução das obras. Pois esse espaço temporal nos separa dos códigos de significação que não estão mais presentes nas sociedades contemporâneas, onde atribuem usos e sentidos distintos do passado em questão. Ocorrendo assim, “o esvaziamento dos sentidos atribuídos e o desaparecimento das práticas dirigidas às imagens em seu tempo de produção”.<sup>25</sup> Entretanto, essas dificuldades sobre o estudo das imagens com suas iconografias, nos permitem

<sup>25</sup> DINIZ, op. cit., p. 11.

verificar diversos aspectos que contribuem para a construção de uma história de imagens do passado.

### **Considerações finais**

A circularização de mercadorias, literatura, imagens, entre outros, possibilitou uma rica movimentação entre os países, movimentado pelas grandes navegações. As imagens iconográficas e as influências artísticas da metrópole, conduziu os artistas locais em suas produções. Como o caso de Manuel da Costa Ataíde, que a partir das pesquisas de Levy, proporcionou analisarmos o artista a partir desse entrelaçamento entre fonte iconográfica e influências luso e locais da metrópole.

Nas obras de São Francisco, podemos observar, além de uma possível referência, identidades imagéticas presentes na cultura barroca europeia, expressas nos painéis do artista mineiro. Suas escolhas ao pintar o quadro nos sugerem visualidades que convergem com seu tempo presente, cujo análises mais detalhadas é necessário para extrairmos possíveis interpretações históricas da Antiga Vila Rica e do próprio Mestre Ataíde.

## Grandjean de Montigny e a arquitetura neoclássica francesa no Brasil de d. João VI

Lucas de Araujo Barbosa Nunes <sup>1</sup>

Considerado “o biógrafo e historiador de Grandjean de Montigny”,<sup>2</sup> o livro *Grandjean de Montigny e a evolução da arte brasileira*,<sup>3</sup> escrito por Adolfo Morales de Los Rios Filho não só recuperou a genealogia do arquiteto, como também seus trabalhos feitos tanto na Europa quanto no Brasil. Segundo o autor, Montigny nasceu em Paris no ano de 1776 e desde “cedo demonstrou propensão para o desenho que, mal terminados os estudos do liceu, matriculava-se na *École des Beaux-Arts*, de Paris, onde frequentou os *ateliers* dos professores Delannoy, Percier e Fontaine”.<sup>4</sup> Com a intensão de aperfeiçoar a sua técnica neoclássica ele decidiu, em 1799, concorrer ao *Grand Prix de Rome*:

Os seus esforços e a sua dedicação ao estudo tiveram justa recompensa em 1799, quando, ao completar 23 anos de idade, conquistou, com uma grande composição sobre *Um Eliseu ou Cemitério de 500 metros*, o prêmio máximo de arquitetura – o tão cobiçado e difícil de alcançar *Prix de Roma* –, recompensa que é, só por si, uma consagração. [...] Durante o ano de 1801 frequentou a Academia Francesa de Belas-Artes de Roma que, fundada em 1666 por Voltaire, se achava deficientemente instalada no Palácio Mancini. Ali cumpriu religiosamente com os seus deveres de pensionista, impondo-se à admiração de seus pares e grangeando as melhores simpatias da alta administração.<sup>5</sup>

Durante a sua estadia na capital italiana, Montigny desenvolveu vários estudos e trabalhos dedicados a arquitetura neoclássica.<sup>6</sup> Além disso, decidiu empreender uma viagem por toda a Itália, juntamente com outro arquiteto, Auguste-Pierre-Sainte-Marie Famin.<sup>7</sup> Tal viagem deu

<sup>1</sup> Doutorando no Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp/Assis) sob orientação de André Figueiredo Rodrigues. Bolsista CAPES.

<sup>2</sup> PEDROSA, Mário. Da Missão Francesa – Seus Obstáculos Políticos. In: Arantes, Otília Beatriz Fiori (org.). *Acadêmicos e Modernos III*. São Paulo: EDUSP, 1998, p. 42.

<sup>3</sup> LOS RIOS FILHO, Adolfo Morales de. *Grandjean de Montigny e a evolução da arte brasileira*. Rio de Janeiro: Empresa A Noite, 1941.

<sup>4</sup> Id., p. 23.

<sup>5</sup> Id., p. 24.

<sup>6</sup> “Formado em um período no qual se desenvolvia a pesquisa arqueológica, Montigny seguiu o regulamento dos pensionistas da Academia e enviou sucessivamente desenhos e projetos realizados a partir da pesquisa direta nas obras antigas: o entablamento do Fórum de Nerva, detalhes do arco de Trajano em Bénévent, um candelabro do Museu Pio Clementino e a tumba de Cecília Metella. Além disso, elaborou projetos de reconstituição do pórtico do Panteão e de construção de um orfanato militar; um albergue para pobres e um fórum contemporâneo, expondo publicamente seus desenhos e projetos”. CONDURU, Roberto. Grandjean de Montigny: Um Acadêmico na Selva. In: BANDEIRA, Julio; XEXÉU, Pedro Martins Caldas; CONDURU, Roberto. *A Missão Francesa*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003, p. 147.

<sup>7</sup> Famin ganhou o *Grand Prix de Rome* (1801) com o projeto *Forum ou place publique*. Ver: GUIFFREY, Jules; BARTHELEMY, J. *Liste des pensionnaires de l'Académie de France à Rome : donnant les noms de tous les artistes récompensés dans les concours du Prix de Rome de 1663 à 1907*. Paris, Typographie de Firmin-Didot, Imprimeurs del l'Institut de France, 1908, p.67. Disponível em <https://archive.org/details/listedespensionnn00guif/page/4/mode/2up>. Acesso em 29 out. 2020.

origem a dois livros:<sup>8</sup> *Architecture Toscane, ou palais, maisons et autre édifices de la Toscane, mesurés et dessinés*<sup>9</sup> (1806) e *Recueil des plus beaux tombeaux exécutés en Italie durant les XVe et XVIe siècles d'après les dessins des plus célèbres architectes et sculpteurs*<sup>10</sup> (1814).

No ano de 1805 retornou para Paris e foi nesta época que aceitou o convite do *Institut de France* para supervisionar as obras no Parlamento da Vestfália, localizada na cidade alemã de Cassel.<sup>11</sup> Ocupada pelas tropas francesas, a região foi governada por Jerome Bonaparte, irmão de Napoleão:

A la fin du XVIII siècle, Cassel est une importante capitale régionale qui offre des oeuvres d'architecture de qualité dues à Du Ry et Jussow. Après l'occupation par les Français en 1806 et la nomination de Jérôme comme souverain, l'Institut propose à Grandjean de s'occuper de l'architecture de cet état disparate pris à la Prusse et à ses alliés.<sup>12</sup>

Durante o período que atuou como arquiteto do reino da Vestfália, “n'a laissé aucune oeuvre importante à Cassel, exception faite du Palais des États”.<sup>13</sup> Com a derrota das tropas napoleônicas na batalha de Leipzig (1813) foi compelido a voltar para Paris “à espera de imprimir novo rumo à vida”.<sup>14</sup> No desenrolar dos acontecimentos que agitou a França, entre elas a derrota do exército de Bonaparte em Waterloo (1815) e a invasão de Paris, Montigny recebeu um convite para ser professor de arquitetura na Imperial Academia de Belas Artes, em São Petersburgo:

Em consequência da Batalha de Waterloo (18 de Julho de 1815) os coligados apossaram-se da Cidade de Paris, e nessa ocasião o Czar Alexandre I, da Rússia, se dirigiu aos arquitetos Percier e Fontaine, pedindo-lhes a indicação de um arquiteto e de um pintor, aos quais oferecia cargos de professores na Imperial Academia de Belas Artes de São Petersburgo. Os mestres de Grandjean de Montigny acharam que nenhum arquiteto possuía melhores credenciais do que ele, e o convidaram a dirigir-se à Rússia, afim de, preenchendo um daqueles lugares, substituir o arquiteto da Côte Imperial, o não menos notável patricio Thomas de Thomon, francês, falecido em 1814. Thomon, que merecera o *Prix de Rome* e fora arquiteto do Conde d'Artois e do Príncipe Esterhazy da Hungria, executou na Rússia: o Grande Teatro Imperial, a Bolsa, o Templo Funerário Pawloski, a Coluna Pultava, o Armazém dos Sebos – na Cidade de São Petersburgo; e o Grande Teatro e Hospital de Odessa. Mas a ida de Grandjean àquele país não teve lugar em virtude do contrato da Missão Artística chefiada por Joachim Lebreton, Secretário Perpétuo da Classe de Belas Artes do Instituto de França.<sup>15</sup>

<sup>8</sup> CONDURU, op. cit., p.155.

<sup>9</sup> Disponível em <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5429296w?rk=21459;2>. Acesso 29 out. 2020.

<sup>10</sup> Disponível em <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k106716m?rk=42918;4>. Acesso 29 out. 2020.

<sup>11</sup> CONDURU, op. cit., p.158.

<sup>12</sup> SZAMBIEN, Werner. Grandjean de Montigny à Cassel. In : COUSTET, Robert et alli. *Grandjean de Montigny (1776-1850) – Un architecte français à Rio*. Boulogne- Billancourt, Bibliothèque Marmottan, 1988, p.29.

<sup>13</sup> Ibidem, p. 35.

<sup>14</sup> TAUNAY, Afonso d'Escragnoille. *A Missão Artística de 1816*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956, p. 289.

<sup>15</sup> LOS RIOS FILHO, op. cit., pp. 27-28.

Montigny foi procurado pelo ex-secretário perpétuo do Classe de Belas Artes do *Institut de France*, Joachim Lebreton (1760-1819), para ajudar-lhe a fundar uma instituição de ensino artístico no Brasil. Desempregado e preocupado com as perseguições políticas empreendidas pelos inimigos de Bonaparte, aceitou o convite, embarcando rumo ao Brasil no final de 1815.

Ao desembarcar no porto do Rio de Janeiro, em 26 de março de 1816, foi nomeado professor de arquitetura pelo decreto de 12 de agosto de 1816.<sup>16</sup> Por este motivo foi considerado “o primeiro professor oficial de arquitetura no Brasil”.<sup>17</sup> Devidamente instalado na capital do país, logo se deu conta das inúmeras referências estilísticas que a arquitetura do Rio de Janeiro apresentava na época. Igrejas barrocas dividiam espaço com as de *estilo pombalino*,<sup>18</sup> como foi o caso da Igreja de Nossa Senhora da Candelária (1775). Segundo Oliveira, três estilos arquitetônicos já se faziam presentes no Brasil:

Nos séculos XVI, XVII e XVIII, três estilos europeus diferenciados, o maneirismo e o barroco, de fonte italiana, e o rococó, de fonte francesa e germânica, foram sucessivamente implantados no Brasil pelos colonizadores portugueses. De modo geral, o termo maneirismo é hoje aplicado à arquitetura e às artes visuais do século XVII, anteriores às primeiras manifestações do barroco, já no final da centúria, de preferência a outros que vigoraram no passado como arte jesuíta ou estilo chão. Já o termo barroco, inicialmente empregado em sentido amplo para designar as expressões artísticas do século XVIII, hoje divide essa hegemonia com o rococó, em particular nas regiões de Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo, que conheceram suas expressões mais abrangentes. Observe-se que as três designações são empregadas quase sempre no setor da arte religiosa, tendo em vista a simplicidade das tradições arquitetônicas portuguesas no campo da arquitetura civil de caráter oficial ou residencial e a precariedade da encomenda suntuária nesse campo, inerente à situação de colônia.<sup>19</sup>

<sup>16</sup> “O decreto de 12 de agosto de 1816 marcou-lhe oitocentos mil reis de vencimento anuais (cinco mil francos), como aos demais artistas, e trezentos e vinte mil reis (dois mil francos), aos dois auxiliares que de França trouxera, C. H. Levavasseur e L. Simp. Meunié”. TAUNAY, op. cit., p. 291.

<sup>17</sup> LOS RIOS FILHO, op. cit., p. 227.

<sup>18</sup> “O estilo de arquitetura empregado na reconstrução de Lisboa, depois do terremoto de 1755, foi adequadamente denominado de “pombalino”, por causa do marquês de Pombal, primeiro ministro de D. José I. Suas características, como resposta ao coevo neopaladianismo internacional, são o uso elegante, porém contraditório, de pilastras sem ornamentos e superfícies lisas em combinação com torres em forma de bulbo e frontões curvilíneos barrocos (Smith, 1968, pp.105-106). Os principais exemplos de construção pombalina no Brasil estão no Rio de Janeiro (Nossa Senhora do Carmo, e Candelária, iniciadas em 1775) e em Belém do Pará, para onde foi enviada de Portugal, para a igreja carmelita, uma completa fachada pombalina, logo depois de 1775 (Smith, 1953, pp.357-358)”. BURY, John. Termos descritivos de Estilo Arquitetônico com especial referência ao Brasil e Portugal. In: (org.) Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira. *Arquitetura e Arte no Brasil Colonial*. Brasília, DF: IPHAN/MONUMENTA, 2006, p. 222.

<sup>19</sup> OLIVEIRA, Myriam Andrade de. Maneirismo, Barroco e o Rococó na arte religiosa e seus antecedentes europeus. In: *Sobre a arte brasileira: da Pré-história aos anos 1960*. Fabiana Werneck Barcinski (org.) São Paulo: Editora WMF Martins Fontes: Edições SESC São Paulo, 2014, p. 97.

Além disso, ele também foi testemunha das irregularidades ou até mesmo da inexistência de um planejamento urbanístico na capital do Brasil.<sup>20</sup> De acordo com Mindlin, as cidades no Brasil “cresceram de uma maneira bastante desordenada em torno das igrejas, geralmente situadas nos pontos mais elevados. As ruas e becos eram sinuosos e irregulares, evocando uma longínqua influência mourisca”.<sup>21</sup> Como arquiteto educado no estilo neoclássico, que prezava a racionalidade no plano urbanístico,<sup>22</sup> viu-se na necessidade de remodelar urgentemente a capital do país:

Chegando ao Rio de Janeiro, Grandjean encontra um campo de ação imenso. Para fazer da capital uma cidade moderna, convinha não somente impor o estilo neoclássico internacional como também realizar reformas de estrutura. Naturalmente, Grandjean foi levado a se interessar por questões de urbanismo; vários desenhos permitem reconstruir as linhas mestras de sua atividade nesse campo.<sup>23</sup>

As suas expectativas em transformar o Rio de Janeiro em uma capital neoclássica foram frustradas pelo próprio contexto social e político do Brasil no início do século XIX. Em uma sociedade baseada no trabalho escravo, além de ser uma monarquia absolutista instalada nas Américas, não combinavam com os valores morais e éticos defendidos pelos artistas da *missão francesa*. O total desinteresse da corte portuguesa, a falta de recursos e mão de obra especializada e as hostilidades que os membros da *missão francesa* foram vítimas,<sup>24</sup> contribuíram para inviabilizar os planos de Montigny:

No Rio de Janeiro, contudo, Montigny deve ter logo percebido como seria difícil contribuir para o capítulo do Neoclassicismo nos trópicos. Deve ter concluído que a terra de virgem pouco tinha, já que a cultura humana se manifestava no Brasil de modo tão ou mais rude do que na Europa, fosse porque a ex-colônia exibia ostensivamente as marcas do antigo sistema colonial, fosse porque a corte portuguesa transferira para sua nova sede os vícios que desenvolvera a periferia européia. Mistura de escravidão, vassalagem e oportunismo que, somada ao atraso tecnológico e à defasagem artística, constituía um quadro cultural muito distante dos ideais civilizatórios do Iluminismo e um ambiente social bastante adverso para um arquiteto habituado ao meio europeu.<sup>25</sup>

---

<sup>20</sup> Sobre os planos urbanísticos de Montigny para o Rio de Janeiro, ver: COUSTET, Roberto. Grandjean de Montigny, urbanista. In: *Uma cidade em questão I: Grandjean de Montigny e o Rio de Janeiro*/ realização do Departamento de Artes da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro: PUC: FUNARTE: Fundação Roberto Marinho, 1979, pp. 72-79.

<sup>21</sup> MINDLIN, Henrique E. *Arquitetura moderna no Brasil*. Trad. Paulo Pedreiro; prefácio de S. Giedion; apresentação de Lauro Cavalcanti. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 1999, p. 23.

<sup>22</sup> Foi com o neoclassicismo que “se forma a nova ciência da cidade, a *urbanística*”. ARGAN, Giulio Carlo. *Arte Moderna*. Tradução Denise Bottmann e Federico Carotti – São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.23.

<sup>23</sup> COUSTET, op. cit., p. 74.

<sup>24</sup> Sobre os problemas que os membros da *missão francesa* sofreram no Brasil, ver: PEDROSA, op. cit., pp. 41-114.

<sup>25</sup> CONDURU, op. cit., p. 163.

Neste contexto, os serviços de Montigny, como também de seus colegas, pareciam encontrar utilidade somente nas decorações destinadas as comemorações oficiais da corte portuguesa<sup>26</sup>. Além dos problemas políticos e financeiros,<sup>27</sup> Montigny também teve que lidar com um outro desafio: encontrar uma solução estética para conciliar a realidade brasileira com os princípios do neoclassicismo. Como bem apontou Conduru:

O caminho do embate imediato com a realidade não foi o de Montigny, que jamais abandonou o ideal da arquitetura como metáfora simbólica. As adaptações às condições bioclimáticas tropicais foram mediadas por precedentes locais de interpretação da linguagem clássica, com a incorporação das colunas toscanas dos avarandados típicos das casas de fazendas brasileiras. A simplificação construtiva dos projetos a que se viu forçado no Brasil devido às insuficiências técnicas locais não o conduziu a uma redução da arquitetura à construção, fazendo coincidir a representação com as exigências empíricas da matéria.<sup>28</sup>

Um exemplo deste tipo de adaptação pode ser observado na sua residência em que viveu até a sua morte em 1850. Localizada no bairro da Gávea, ela foi tombada, em 1938, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e atualmente abriga o *Museu Universitário* da PUC-Rio.<sup>29</sup> Tendo como referência as residências francesas, além de seus projetos feitos na ocasião de sua estadia em Vestfália,<sup>30</sup> Montigny iniciou a construção por volta de 1822. Durante a construção, seu discípulo e ajudante Louis-Symphorien Meunié (1795-1871) fez alguns croquis da residência:<sup>31</sup>

A série de croquis sobre o solar faz parte da documentação que integra o acervo de Fontaine, depositado nos Archives Nationales. Esses desenhos devem ter sido enviados pelo jovem arquiteto à sua família, descrevendo a chácara da Gávea, tal como já havia feito antes a respeito das duas outras residências em que morara no Rio. A série se compõe de seis pequenas folhas contendo desenhos e descrições da chácara, sua localização, os jardins e a casa propriamente dita. Uns croquis avulsos, que parece se relacionar com estudos do projeto do solar, bem como um corte da varanda, mostrando as suas colunas cotadas, podem ser de autoria de Grandjean. Nas

<sup>26</sup> Sobre estes trabalhos, ver: LOS RIOS FILHO, op. cit., pp. 234-239.

<sup>27</sup> No que diz respeito a sua situação financeira e política no Brasil ver: Ibidem, p.275; WORCMAN, Susane. Grandjean de Montigny, a Missão Francesa e o Rio de Janeiro pela imprensa. In: *Uma cidade em questão I: Grandjean de Montigny e o Rio de Janeiro*. Departamento de Artes da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PUC: FUNARTE: Fundação Roberto Marinho, 1979. pp. pp.41-70.

<sup>28</sup> CONDURU, op. cit., p.189.

<sup>29</sup> *Solar de Grandjean de Montigny – Museu Universitário (PUC-Rio)*. Disponível em [https://www.puc-rio.br/sobrepuc/depto/solar/historia\\_solar.html](https://www.puc-rio.br/sobrepuc/depto/solar/historia_solar.html). Acesso em 21/11/20.

<sup>30</sup> Sobre as referências estilísticas europeias que Montigny utilizou na construção de sua residência, ver: TORRES, Mário H. G A casa de Grandjean de Montigny na Gávea. In: *Uma cidade em questão I: Grandjean de Montigny e o Rio de Janeiro* / realização do Departamento de Artes da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro: PUC: FUNARTE: Fundação Roberto Marinho, 1979, pp. 81-114.

<sup>31</sup> Margareth Pereira recuperou os documentos de Meunié sobre a construção do solar de Montigny, ver: PEREIRA, Margareth. O Solar de Grandjean de Montigny na Gávea nos desenhos de Louis-Symphorien Meunié – arquitetura e modo de vida. In: ARESTIZABAL, Irma (Org.). *Morada carioca: Grandjean de Montigny e o Solar da Gávea*. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 1992. p. 13-36. Disponível em <http://www.dbd.puc-rio.br/pergamum/docdigital/solar.pdf>. Acesso em 13 set. 2020.



residências da família Montigny, Meunié registou com minúcias as atividades realizadas em cada cômodo, localizou móveis e até designou nominalmente os ocupantes de cada aposento. Buscou aproximar os espaços das casas e certos hábitos que era “forçado” a adotar no Brasil da arquitetura e do modo de vida francês, mas também sublinhou as especificidades locais.<sup>32</sup>

Montigny escolheu uma área isolada para a construção de sua residência. Conhecido na época como “caminho da Tijuca”, a região “era cercada por montanhas, riachos e plantações”. Nesta área, “o arquiteto elevou e aplainou o terreno, construindo um “platô” para poder dispor de mais espaço plano numa cota elevada, livre das enchentes e enxurradas”. Esta elevação do terreno também tinha outra função: “desfrutar melhor da vista da lagoa de Rodrigo de Freitas”. A decisão em aproveitar a paisagem pode ser verificada “tanto na planta geral de situação feita por Meunié, como na própria posição das varandas da casa e até mesmo na disposição de dois móveis tipo “marquesa” aí colocados, lado a lado, como um convite à contemplação daquelas águas tranquilas”. Além disso, o arquiteto também se preocupou em dotar a sua residência com “um jardim de composição, predominantemente, à inglesa, onde algumas alamedas retilíneas, organizam, entretanto, o percurso do visitante em direção à casa”.<sup>33</sup>

A escolha do lugar, além da composição do jardim, “lembram outros projetos de Grandjean, particularmente um desenho da coleção do Museu Nacional de Belas Artes identificados como o projeto de uma residência em Cassel para Jerônimo Bonaparte”.<sup>34</sup> Apesar das referências estilísticas europeias, ele procurou adaptá-lo ao contexto tropical. Como bem frisou Torres:

Ao projetá-la, inspira-se em seu risco da Vestfália, tão fielmente imitado do da Bagatelle como acabamos de ver. Basta compararmos as respectivas plantas [...] para darmos conta disso. Entretanto, dessa vez o faz com muito maior liberdade que da primeira. E assim procedeu, a nosso ver, a fim de adaptar aquela planta, envolvida das tradições e costumes de seu país de origem, às tradições, costumes, técnica construtiva e clima do seu país de adoção e, também, parece-nos, ao sítio escolhido, tão caracteristicamente carioca pela paisagem que o envolve.<sup>35</sup>

Das adaptações feitas por Montigny em sua residência,<sup>36</sup> o autor afirmou que a principal delas foi o avarandado. Utilizados nas moradias fluminenses da época, o avarandado tinha como objetivo principal amenizar as altas temperaturas da região:

De todas as adaptações feitas por Grandjean ao ambiente brasileiro nessa casa, a mais feliz, funcional e esteticamente a mais *regionalista* é, sem dúvida, a criação dos avarandados. Por certo ele deve ter conhecido algumas das casas rurais ou de engenho

<sup>32</sup> Id., p. 17.

<sup>33</sup> Id., p. 18.

<sup>34</sup> Id., p. 19.

<sup>35</sup> TORRES, op. cit., p. 85.

<sup>36</sup> Sobre estas adaptações ver: Id., pp. 85-90.

da região fluminense, do tipo de entrada por um avarandado e por uma grande sala, como a do Viegas, do Capão do Bispo, da Penha, do Engenho d'Água em Jacarepaguá, da Estrela, do Porto Velho, de Neves, do Colubandê e da Rua Rocha Miranda na Tijuca. Todas elas possuem um avarandado, para o qual se abre uma grande sala [...] e pelo qual se faz a entrada, por meio de uma escada; é certo que de tipo diferente do que usou Grandjean, sem que, no entanto, esse pormenor invalide a hipótese de uma provável influência da tradição local. Cabe, ainda, a esse respeito, atentar para um fato interessante. É que tais avarandados da região fluminense, além de constituírem um elemento perfeitamente adequado ao clima e de se prestarem admiravelmente à situação dessa casa, também rural, não podiam deixar de agradar ao gosto neoclássico de nosso arquiteto [...].<sup>37</sup>

Além dele, a escolha do tipo de coluna também foi considerada como outro exemplo de adaptação:

Esse tipo de coluna, ou “ordem dórica primitiva”, esteve em grande moda na França desde muito antes e até depois da Revolução, e, pelo uso que delas fez David, como fundo de seu célebre quadro do “Juramento dos Horácios [...], de 1775, tornaram-se quase um símbolo das virtudes cívicas da Roma Republicana, o que explica o seu favor entre os arquitetos imbuídos da ideologia revolucionária. Contudo, na época do império napoleônico já começavam a cansar. Percier e Fontaine, mestres de Grandjean, criticaram seu emprego abusivo com o peso de sua autoridade. Por isso, talvez, seu discípulo as tenha usado pouco. Pelo menos só as encontramos, até agora, em três de seus desenhos. Seu uso aqui nessa casa provavelmente lhe foi sugerido pelo “primitivismo” e pela similitude, ainda que vaga em alguns casos e mais precisa em outros, que com o modelo europeu tinham os exemplos fluminenses de colunas toscanas como parte integrantes dos avarandados que ele adotou. Teria então usado essas colunas como um meio de se conformar à tradição regional, sem deixar de manter-se fiel a um protótipo de sua formação neoclássica.<sup>38</sup>

Apesar da residência ser considerada como o melhor exemplo de como o arquiteto combinou o neoclassicismo francês com o ambiente brasileiro,<sup>39</sup> ele “não escapou de produzir um neoclassicismo difuso e até mesmo diluído, que é, como outras tantas realizações do período, difícil de ser nomeado enquanto tal”.<sup>40</sup> Esta diluição pode ser comprovada tanto na sua residência como também em outras construções de sua autoria, como, por exemplo, a Praça do Comércio:

Gustavo Rocha-Peixoto já revelou a diferença entre as colunas da Praça do Comércio, que “ora de pedra, ora de madeira, são illogicamente distribuídas no interior da praça, e todas revestidas de uma casca de madeira conforme a ordem dórica romana de Vignola, pintada de uma escaiola *faux-marbre*”, afirmando que o desleixo de Montigny pela matéria é tão grande quanto a sua vontade de desenvolver a forma de modo ordenado. Discrepância entre forma e matéria, entre idéia e ação, que pode ser tomada como metáfora do processo de incidência da razão emancipatória iluminista em uma sociedade onde vicejava a escravidão. Nesse sentido, a casa na Gávea também é antiexemplar: um abrigo formalmente racional assentado sobre a senzala. Poderia ser observado que essa é uma solução prática diante da realidade social brasileira, uma

<sup>37</sup> Id., pp. 86-87.

<sup>38</sup> Id., pp. 87-88.

<sup>39</sup> Id., p. 88.

<sup>40</sup> CONDURU, op. cit., p. 200.

adaptação ao modo de vida local. Contudo, o contraste entre as vidas humanas tornadas abjetas e o purismo formal, mediado pela abstração do plano quase quadrangular que separa a senzala semi-enterrada das demais dependências da casa, a cavaleiro na paisagem, joga sombras sobre o humanismo iluminista que informava os projetos e a ação cultural de Montigny, sobretudo se for lembrada a divisa que ele adotou em um projeto quando ainda estudava: *Les plaisirs les plus purs sont ceux de l'homme libre*.<sup>41</sup>

Portanto, as dificuldades de tentar dotar a cidade do Rio de Janeiro com uma arquitetura neoclássica francesa também se estenderam ao campo estético. Tal questão já havia sido constatada por outro membro destacado da *missão francesa*: Jean-Baptiste Debret. Em seu ensaio *Debret, o neoclassicismo e a escravidão*, Naves afirmou que ele “foi o primeiro pintor estrangeiro a se dar conta do que havia de postiço e enganoso em simplesmente aplicar um sistema formal preestabelecido – o neoclassicismo, por exemplo – à representação da realidade brasileira”.<sup>42</sup> Montigny tentou resolver esta difícil equação no projeto de sua residência. Mesmo que as adaptações feitas ali nos levem a considerar a criatividade do arquiteto em conciliar a estética neoclássica com o meio tropical brasileiro, elas igualmente nos revelam uma outra questão: o seu uso inadequado. A própria presença de uma senzala,<sup>43</sup> como bem demonstrou Conduru, é um exemplo claro de como as contradições de nossa sociedade o conduziu a produzir uma arquitetura neoclássica “fora do lugar”.<sup>44</sup>

---

<sup>41</sup> Id., p. 201.

<sup>42</sup> NAVES, Rodrigo. Debret, o neoclassicismo e a escravidão. In: *A forma difícil – ensaios sobre arte brasileira*. Editora Ática, 1996, p. 44.

<sup>43</sup> “Em 1822, os escravos dormiam e cozinhavam no porão enquanto não se construía ainda a senzala. Bois e animais também eram guardados nesse piso. A cozinha da família Montigny era preparada no térreo e apenas o primeiro pavimento estava inteiramente concluído interior e exteriormente”. PEREIRA, op. cit., p. 21.

<sup>44</sup> Termo emprestado do ensaio de Roberto Schwarz. Ver: SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. In: *Cultura e Política*. São Paulo: Paz e Terra, 2009. pp. 59-83.

## ***Mother India* (1957): O cinema no contexto pós-colonial e a construção do imaginário coletivo indiano**

Paula Tainar de Souza<sup>1</sup>

### **Introdução**

O objetivo central da pesquisa é realizar uma análise histórica do filme *Mother India* (1957), dirigido por Mehboob Khan, a fim de compreender a película no contexto da Índia pós-colonial. Para tanto, se faz necessário rever a discussão acerca do conceito de nação, bem como o uso do cinema como instrumento de propagação do nacionalismo no país. A Índia sofreu colonização britânica no século XIX e só conquistou sua independência em agosto de 1947, após uma série de conflitos e resistência contra os ingleses. *Mother India* (1957) foi produzido em um contexto de conquista da independência política e criação da Constituição indiana, que instaurou a República. Sendo assim, nos interessa compreender o filme enquanto instrumento midiático para propagação de valores nacionais, ao passo que resgata aspectos da cultura tradicional hindu e colabora com a construção da autoimagem da Índia enquanto nação independente.

*Mother India* (1957) retrata o sofrimento de camponeses explorados por um agiota, que resistem a uma série de adversidades. A película inicia sua narrativa com o casamento de Radha (Nargis Dutt), a personagem principal, e Shamu (Raaj Kumar). Após a cerimônia a moça toma conhecimento de que sua sogra havia contraído uma dívida com Sukhilala (Kanhaiyalal) para realizar as festividades. No acordo,  $\frac{1}{4}$  da colheita ficaria para o agiota enquanto pagamento da dívida, mas Sukhilala age de má-fé e transforma a dívida em  $\frac{3}{4}$  da colheita. Além disso, Shamu sofre um acidente, perde os dois braços e decide fugir de casa devido à vergonha em se tornar um peso para a esposa, pouco tempo depois a sogra de Radha morre e ela se vê sozinha com os três filhos. Diante disso, Sukhilala se aproveita da situação de vulnerabilidade da moça para tentar obter favores sexuais oferecendo comida em troca, no entanto, Radha não cede e se mantém íntegra até o fim, apesar de todos os infortúnios.

A representação, compreendida a partir dos estudos pós-coloniais, possui uma dimensão relacionada ao discurso, que produz ação, pensamento e ocorre a partir do processo de mediação. Quanto ao imaginário coletivo, é resultante de experiências sociais, “entende-se por

---

<sup>1</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP/Assis) sob orientação de Aureo Busetto.

imaginário um sistema de ideias e imagens de representação coletiva que os homens, em todas as épocas, construíram para si, dando sentido ao mundo”.<sup>2</sup> Os meios de comunicação de massa atuam enquanto criadores de coesão social, é a partir do imaginário social que os indivíduos de uma comunidade ou Estado-nação desenvolvem seus vínculos, já que o imaginário e a representação são alicerces desta coesão social.<sup>3</sup>

### **Análise de *Mother India* (1957): Índia, imaginário coletivo e representação**

O cinema indiano foi um dos meios utilizados com o objetivo de propagação de valores nacionalistas, ao passo que resgatava aspectos da cultura tradicional presente em grandes épicos, como *Ramayana* e *Mahabharata*. Este processo favoreceu a construção da autoimagem da Índia enquanto nação independente. Além disso, estudos recentes nos chamam a atenção para a importância dos meios de comunicação na formação da identidade dos indianos, inclusive nacional. Essa natureza de análise nos permite compreender de que maneira somos influenciados pelos que assistimos, lemos e ouvimos.<sup>4</sup> O movimento nacionalista indiano, chamado *swadeshi*, se iniciou como protesto e se transformou em luta anticolonial de resistência aos britânicos.<sup>5</sup> A colonização da Índia pela Inglaterra resultou em exploração e imposição dos valores ocidentais britânicos, além do processo de silenciamento da história pré-colonial indiana. A colonização britânica contribuiu para o que Homi Bhabha<sup>6</sup> chama de *hibridismo cultural*, onde a cultura não é compreendida enquanto um produto finalizado, estando em constante movimento é influenciada e influencia através das relações sociais. Desse modo, a representação e a cultura são resultantes deste encontro, e, portanto, considerada híbrida por conter características de dois discursos.

A propagação do nacionalismo através do cinema foi fundamental para unir o povo indiano contra essa ameaça em comum, os britânicos. Para Hobsbawm,<sup>7</sup> o nacionalismo precede a nação, antes de criá-la é necessário desenvolver o sentimento de pertencimento nos indivíduos que compõe o território. Anderson<sup>8</sup> compreende o processo de criação da nação de

<sup>2</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 43.

<sup>3</sup> MAFFESOLI, Michel. *O imaginário é uma realidade*. Revista Famecos: Mídia, Cultura e Tecnologia, Porto Alegre, v.8, n. 15, p. 74-82, 2001.

<sup>4</sup> MANKEKAR, Purnima. *National texts and gendered lives: an ethnography of television viewers in a North Indian city*. American Ethnologist 20(3), 1993, p. 543-563.

<sup>5</sup> MAZUMDAR, Aurobindo. *Vande mataram and Islam*. Nova Délhi: Mittal Publications, 2007.

<sup>6</sup> BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

<sup>7</sup> HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1990.

<sup>8</sup> ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. México: Colección popular, 1993.

maneira ainda mais abstrata, ao afirmar que as comunidades são imaginadas antes se serem atualizadas no plano real. A nação é fomentada pelo amor à pátria e a criação da identidade nacional, comum aos componentes de cada contexto. Em um contexto de luta pela independência indiana, os nacionalistas acreditavam na necessidade de reforçar o nacionalismo, a fim de propagar o sentimento de pertencimento nos indianos,<sup>9</sup> fortalecendo o movimento de resistência aos ingleses.

O processo de luta pela independência fracassou em um primeiro momento, contribuindo na inserção das massas populares no conflito e intensificação da militância no país.<sup>10</sup> O principal grupo nacionalista, inspirado no movimento *swadeshi*, chamava *Congresso Nacional Indiano* (1921), liderado por Mahatma Gandhi e Jawaharlal Nehru, foi capaz de construir um movimento anticolonial de massa.<sup>11</sup> O congresso nacional e a opinião pública tomaram a frente da emancipação britânica do povo indiano e a função de criação de Estado-nação. Durante o processo de luta pela independência do país, o cinema foi utilizado enquanto instrumento de propagação da cultura tradicional indiana, bem como da ideologia nacionalista. Sendo assim, ao analisar o cinema, o compreendemos enquanto local de luta, não meramente enquanto um meio de dominação, já que o espectador é ativo e, portanto, um agente do seu processo cultural.<sup>12</sup>

*Mother India* (1957) está situado entre as obras da era de ouro do cinema indiano, que se iniciou na década de 1940 e teve sua decadência na década de 1960.<sup>13</sup> Essa fase foi categorizada desta forma, devido ao nível criativo e artístico das películas, além de o país já possuir a segunda maior produtora do mundo, Bollywood. Essas obras conquistaram elevada bilheteria, tendo Mehboob Khan como um dos diretores/produtores de maior sucesso do período. O fenômeno ocorreu com a fusão do cinema comercial produzido em massa – que visava exclusivamente entretenimento –, com o cinema artístico – que visava também qualidade estética. Nesse contexto, consolidou-se as obras intituladas *masala*,<sup>14</sup> que conta com inúmeros gêneros e temáticas em uma única obra a fim de abarcar a heterogeneidade do espectador indiano.

<sup>9</sup> SARKAR, Sumit. *Modern India 1885-1947*. New Délhi: Macmillan-India, 1983.

<sup>10</sup> POUCHEPADASS, Jacques. Les Subaltern Studies ou la critique postcoloniales de la modernité. *L'Homme. Revue Française d'Anthropologie*. n°. 156, p. 161-185, 2000.

<sup>11</sup> GANGULY, Sumit; MUKHERJI, Rahul. *A Índia desde 1980*. Rio de Janeiro: Editora Apicuri, 2014.

<sup>12</sup> HALL, Stuart. Notes and Deconstructing “The Popular”. In: *People's History and Socialist Theory*. London: Routledge and Kegan Paul, 1981, p. 227-240.

<sup>13</sup> DWYER, Rachel. *Filming the Gods: religion and India Cinema*. Abingdon: Routledge, 2006.

<sup>14</sup> Mistura de especiarias utilizada como tempero e característica da culinária indiana, influenciou o gênero de cinema que mistura gêneros fílmicos.

A partir do cinema artístico, surgiu o chamado Novo Cinema Indiano, com temáticas polêmicas para o período e teor crítico direcionado à sociedade indiana. O movimento cinematográfico ganhou popularidade internacional e atuaram enquanto instrumento de luta pela independência, a partir da propagação da ideologia nacionalista.<sup>15</sup> Devido ao apelo nacional em meio ao contexto recente de conquista da Independência britânica, os filmes do Novo Cinema Indiano pós independência traziam narrativas abordando progresso, igualdade, industrialização e outros problemas sociais.<sup>16</sup> *Mother India* (1957) ganhou premiações relevantes no plano nacional, além de ser o primeiro filme indiano indicado ao Oscar, concorrendo na categoria de “Melhor Filme Estrangeiro” no ano de 1958, ficou classificado em segundo lugar.<sup>17</sup> De acordo com Kishore Valicha,<sup>18</sup> o cinema indiano possui tantos significados, que se tornou uma forma de expressão cultural relevante. A obra fílmica molda a cultura pública nacional e dialoga com ela, de modo que, ao mesmo tempo que visa a propagação dos valores hindus, representa o povo indiano da maneira como o mesmo gosta de se reconhecer na tela do cinema. Na cena a seguir, nota-se a presença dessas características, tais como a valorização do sentimento de pertencimento do povo indiano ao território nacional, enfatizando a coletividade, trabalho e dever.

**Figura 1: À esquerda, os moradores da aldeia trabalhando na terra com o objetivo de reconstruí-la e recuperar a colheita após a enchente. À direita, uma representação metonímica da Índia, valorizando o trabalho, a coletividade e a união do povo indiano.**



Fonte: *Mother India* (1957).

<sup>15</sup> SARAN, Renu. *History of indian cinema*. New Délhi: Diamond Books, 2012.

<sup>16</sup> BALLERINI, Franthiesco. *Diário de Bollywood: curiosidades e segredos da maior indústria de cinema do mundo*. São Paulo: Editora Summus, 2009.

<sup>17</sup> A Índia teve três filmes indicados ao Oscar durante sua trajetória. No ano de 1958, *Mother India* (1957) foi finalista, mas perdeu por um voto para um filme dirigido por Fellini, *Noites de Cabíria*. O segundo foi *Saalam Bombay* (1988) e o último foi *Lagaan* (2001) (COSTA, Florência. *Os indianos*. São Paulo: Editora 2012).

<sup>18</sup> VALICHA, Kishore. *The moving image: a study of indian cinema*. Hyderabad: Sangam Books, 1988.

O sofrimento dos camponeses explorados pelo agiota, na narrativa, mostra a resistência aos infortúnios com alegria. Eles representam a força e coletividade do povo indiano no contexto de reconstrução do país e recuperação da sua autonomia política. Além de os indianos gostarem de serem representados na arte e cinema, têm preferência declarada pelo cinema nacional enquanto espectadores. Isso contribui para que as produtoras invistam em produções de filmes inspirados em narrativas estrangeiras, já que elas não têm muita força no país.

No contexto de luta pela independência indiana, a retomada dos valores tradicionais hindus é intensificada e *Mother India* (1957) representa personagens presentes em grandes épicos indianos, tais como *Ramayana* (500 a.C) e *Mahabharata* (400 a.C). Radha (Nargis) é a mãe, uma mulher indiana forte e guerreira, que resiste diante de todos os problemas que precisa resolver, alguns devido à fraqueza do marido. Radha significa prosperidade, o mesmo nome da amante de Krishna na mitologia hindu, personificação do amor e beleza, semelhante a maneira como a personagem é representada na película após o casamento. Sita, esposa de Rama no épico *Ramayana*, possui uma ética inabalável ao ser tentada pelo seu sequestrador, Ravana, durante anos e se mantém casta aguardando o retorno do marido. Da mesma forma, mesmo após ser abandonada pelo marido, que se sentia um fracasso, Radha aguarda pacientemente seu retorno e permanece casta, apesar da insistência do agiota. Draupati representa o dever e inspirada na personagem, Radha nunca reclama, ela faz o que deve ser feito. Diante de momentos de raiva Radha no papel social de mãe, a película faz referência a versão guerreira de Durga e sua versão ainda mais feroz, Kali, demonstrando que a virtude, moral e castidade não são opostas ao heroísmo, raiva e revolta. São emoções presentes em todos os seres humanos, independente de gênero.

Na Índia, as mulheres foram representadas como ícones portadores da tradição.<sup>19</sup> Desse modo, a feminilidade no país possui influencia fundamental na construção da identidade indiana, que foram modificadas no contexto pós-colonial. A mulher sofreu dupla colonização, primeiro pelo colonizador – com a supremacia cultural –, e, em segundo momento, pelos homens nativos, ao legitimar relações sociais com base na supremacia de gênero.<sup>20</sup> A mulher indiana restrita aos papéis de filha, esposa e mãe são evidentes e a obra traz esse reflexo social, ao representá-la enquanto mãe dedicada, que faria qualquer coisa para proteger seus filhos e sua família.

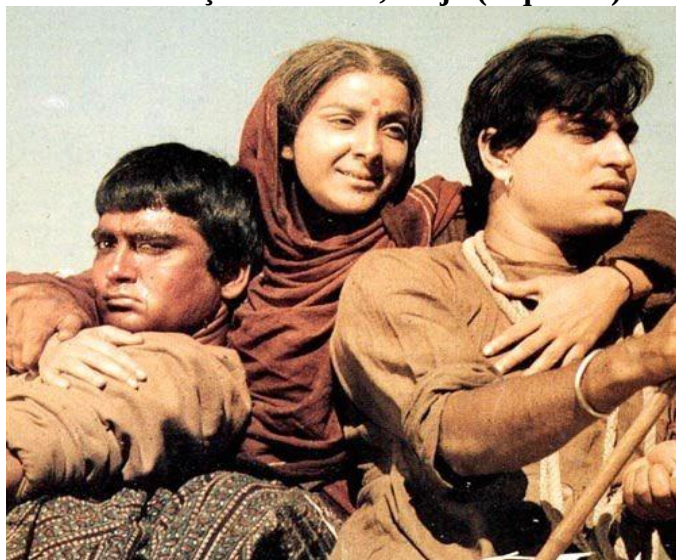
---

<sup>19</sup> MANKEKAR, op. cit.

<sup>20</sup> BONNICI, Thomas. *Introdução aos estudos pós-coloniais*. Mimeses (Bauru), Bauru SP, v,19, n.1, p. 7-24, 1998.



**Figura 2: Radha abraça seus filhos, Birju (esquerda) e Ramu (direita).**



Fonte: *Mother India* (1957).

Os filhos de Radha representam a dualidade, presente nos avatares de Vishnu: Rama e Krishna. Ramu (Rajendra Kumar), o filho mais velho, é virtuoso como a mãe e como Rama - no épico *Ramayana* – que apesar de todas as dificuldades, continua resistente com seus valores morais ao encontro de Ravana, para resgatar sua esposa Sita. De acordo com Costa,<sup>21</sup> os hindus criaram heróis e divindades nacionais hiper masculinizadas, entre eles Rama, que se tornou um ícone do nacionalismo hindu, o próprio *Hindutva*.<sup>22</sup> Em contrapartida, Birju (Sunil Dutt), o filho mais novo, é rebelde e bandido. Representa um nome de Krishna, na mitologia considerado o oitavo avatar de Vishnu, que cometia inúmeras transgressões e traquinagens, principalmente com as moças no rio, assim como o personagem na película. Shamu (Raaj Kumar), marido de Radha, abandona a família. Na mitologia hindu, Krishna era casado com Rukmini e devido ao seu amor por Radha manteve-a como amante, no entanto, em algumas passagens ele também abandona sua amante. Sendo assim, em *Mother India* (1957), Radha fica exposta às investidas de Sukhilala (Kanhaiya Lal), o astuto prestador de dinheiro, que rouba por décadas boa parte dos lucros e alimento plantados pelos camponeses. Devido ao contexto de luta pela independência indiana na qual o filme está inserido, Sukhilala representa a exploração britânica aos recursos da Índia.

<sup>21</sup> COSTA, op. cit..

<sup>22</sup> Criado no início do século XX, usado no movimento nacionalista, o conceito busca estabelecer a hegemonia dos hindus e seu modo de vida, de modo que superestima o estado de ser um puro e verdadeiro hindu. O movimento foi acusado de ser extremista e de se assemelhar ao fascismo, devido à característica de hegemonia cultural.

**Figura 3: Uma das tentativas de Sukhilala em obter favores sexuais de Radha em troca de comida, sempre recusados por ela.**



Fonte: *Mother India* (1957)

No período, era tendência que os ricos fossem representados como vilões, enquanto os pobres eram heróis da trama ou lutavam juntamente com eles. Isso ocorria não só devido à presença do orgulho nacional e busca por destruir a desigualdade de castas e exploração no contexto pós-independência, mas também devido à certa aproximação política da Índia com a antiga União Soviética.<sup>23</sup> Por conta dessa aproximação política e das temáticas abrangidas, a segunda maior produtora do mundo era chamada de *Bollywood Socialista*. *Mother India* (1957) não só está inserido nesse contexto, como representa essa atuação política.

Quanto a temática de gênero, *Mother India* (1957) não entra na categoria de obra feminista e não visa passar uma mensagem cunhada na ideologia de gênero, muito pelo contrário. Mas, ainda assim, é possível diagnosticar um aspecto relevante na atitude de Radha, representada na imagem a seguir:

---

<sup>23</sup> COSTA, op. cit..

**Figura 4: Radha segurando seu filho, Birju, no colo, após o ter matado com um tiro de espingarda. Ação realizada devido á tentativa de Birju estuprar a filha de Sukhilala como vingança.**



Fonte: *Mother India* (1957)

A cena é paradoxal, pois ela defende a honra de uma moça da aldeia, prestes a ser estuprada pelo seu próprio filho. Além disso, o fato de a moça ser filha de Sukhilala é relevante, pois, apesar dos infortúnios causados por ele, Radha deixa de lado os ressentimentos em prol da honra da moça. Durante toda a narrativa Radha permanece devota a família e aos filhos, mas diante da desonra da moça, Radha invoca o dever em manter a castidade a todo custo, invocando seu papel social de mulher em detrimento do seu papel de mãe. Se comparada com a mitologia, podemos estabelecer relação com a transformação de Durga, a grande mãe, em Kali, manifestação da ira. A atitude, portanto, pode ser considerada um ato de resistência proveniente da raiva, pois ela rompe com o que é esperado da mulher, quando subordinada a uma figura masculina, em benefício do gênero feminino.

### **Considerações finais**

O movimento feminista visa compreender o processo histórico ao qual a mulher foi subordinada. Na obra, é possível diagnosticar a resistência da personagem principal, apesar das falhas do seu esposo. É paradoxal a construção da personagem, pois, ao mesmo tempo em que está subordinada ao marido, filhos e toda a estrutura familiar, mantém sua honra e auxilia na preservação da honra de outras mulheres apesar das consequências. Observa-se o cuidado em compreender o contexto no qual Radha está inserida, sendo possível diagnosticar sua atitude de

resistência. Se resgatarmos a divisão baseada nas classes sociais, nota-se a integridade dela, mulher camponesa, diante das propostas de alimento, luxo e vida confortável em troca de favores sexuais, realizadas pelo burguês agiota. No entanto, de tão íntegra, ela recusa. Sukhilala tenta colonizar Radha, ao passo que também representa a exploração inglesa aos indianos. A obra representa a nação no gênero feminino, já que Radha é a própria representação da Índia, além de mãe, se encontra em condição de subalternidade. Além disso, a reflexão acerca da obra *Mother India* (1957) nos permite compreender o cinema enquanto instrumento midiático fundamental no processo de propagação dos valores tradicionais hindus. O cinema possui eficácia ao atuar no desenvolvimento do sentimento de pertencimento ao Estado-nação durante o processo de independência da Índia. Diante do contexto no qual está inserido, *Mother India* auxilia no processo de construção da autoimagem da Índia enquanto nação independente e resistente aos ingleses, permitindo o despertar da autoestima do povo indiano e invocar o orgulho em fazer parte do Estado-nação.

## **A memória fotobiográfica de Jorge Amado por Zélia Gattai em *Reportagem Incompleta* (1987)**

Kassiana Braga<sup>1</sup>

Zélia Gattai, escritora paulistana, filha de imigrantes italianos, nascida em 2 de julho de 1916, foi esposa do escritor baiano Jorge Amado com quem viveu toda a sua vida e teve dois filhos, João Jorge Amado, Paloma Amado, teve também Luís Carlos Veiga, filho do primeiro casamento com Aldo Veiga.

Junto a Jorge exilara-se na Europa no ano de 1948 dada à participação do escritor no Partido Comunista, que neste momento havia sido colocado na ilegalidade. No exílio, morou na França e na Tchecoslováquia, no Castelo de Escritores, adquirindo grande experiência de vida; conheceu outros países, contatando línguas e culturas distintas, conhecendo políticos, artistas e intelectuais renomados, como Pablo Neruda, Jean Paul Sartre, Anna Seguers, Nicolas Guilén, entre muitos outros.

No Brasil, escreveu dezessete livros, sendo a maioria deles de caráter memorialista, quatro de literatura infanto-juvenil, dois romances e duas foto biografias, com uma média de produção de um livro a cada dois anos, sendo que alguns deles foram traduzidos em diferentes idiomas (alemão, espanhol, italiano, francês e russo).

A escritora que teve uma vida longa e dinâmica foi memorialista, revisora e datilógrafa de Jorge Amado, além de “fotógrafa oficial”, fotografava os amigos que conheceu em sua vida e os seus familiares. Essa prática de fotografar o marido em eventos, congressos, em seu dia-a-dia com seus amigos de longa data foi bastante recorrente em sua vida.

Como fotógrafa, publicou algumas imagens e textos de sua própria autoria na Revista Jóia, possibilitado pela amizade com Lucy Bloch, então editora da revista. Além disso, as fotografias que produziu ao longo dos anos foram usadas em alguns eventos como algumas exposições como a que ocorreu em 1981, no shopping Iguatemi, em Campinas – SP que foi notícia do jornal A Tarde em manchete intitulada Da fotografia como arte da memória: “As fotos são de Zélia Amado, que além de memorialista de têmpera e de sucesso é artista da fotografia, de sensibilidade e garra”.

Segundo os dados da reportagem, essa exposição foi organizada para comemorar os cinquenta anos da carreira literária de Jorge Amado. Na ocasião, foram expostas inúmeras fotos

---

<sup>1</sup> Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp/Assis) sob orientação de Wilton Carlos Lima da Silva. Bolsista Capes

do escritor com seus familiares e alguns amigos Artur London Garcia Marquez, Ferreira de Castro, Pablo Neruda, Diego Riviera, além dos netos e outros familiares em seu cotidiano ou mesmo em eventos que participou.

As fotos separadas e organizadas que foram reunidas para essa exposição, além de ser um momento comemorativo em relação à trajetória profissional e pessoal do escritor também teve como intuito divulgar um novo trabalho de Zélia Gattai que seria publicado pela Editora Corrupio, recém-criada naquele contexto.

Trata-se de uma foto biografia intitulada *Reportagem Incompleta* que seria lançada posteriormente, no ano de 1987. Nesse livro, reuniu cerca de 142 fotografias do esposo em diversas ocasiões, como em passeios, congressos, com a família e os amigos mais íntimos.

A foto biografia publicada vem acompanhada de textos informativos em que Zélia explica os acontecimentos bem como o nome dos personagens e o contexto histórico.

Esses textos informativos foram publicados em três línguas, em língua portuguesa, francesa e também na língua inglesa.

Elas são representadas como imagens verdadeiras uma espécie de prova que garante que o que está sendo narrado é verdadeiro, autêntico, como nos mostra Narce:

Assim, o seu uso numa autobiografia poderia reforçar a crença do leitor na verdade do discurso do autor. De certa forma, eles poderiam provar que o que o autobiógrafo se refere existe. As fotografias são, na verdade, comumente usadas para autenticar coisas e, em particular, identidades.<sup>2</sup>

Vale ressaltar que Zélia fotografou inúmeros espaços durante a sua vida, como os países em que foi exilada expondo as suas experiências, o convívio com muitas pessoas, além de certas peculiaridades culturais desses países que morou. Além disso, também produziu centenas de fotografias no Brasil em várias regiões, explorando algumas festas populares e feiras em Salvador, retratando também a igreja do Nosso Senhor do Bonfim, a Fundação Casa de Jorge Amado, o Mercado Modelo, a construção de sua casa no bairro do Rio Vermelho, entre outras. Nesse sentido, num primeiro contato, parece que a fotógrafa teve também como intuito divulgar os aspectos culturais da Bahia e de seu povo, terra que morou por muitos anos de sua vida.

Ela também produziu fotografias na China, em Brasília, Portugal, registrando alguns passeios, congressos, eventos políticos com seus familiares, com seus filhos, netos e amigos.

---

<sup>2</sup> NARCE, Arribert Fabien. Photographs in Autobiographies: Identities in progress. Graft&Transplant, vol1, n. 1, 49-57, 2008. Disponível em: [https://www.academia.edu/203146/Photographs\\_in\\_Autobiographies\\_Identities\\_in\\_Progress](https://www.academia.edu/203146/Photographs_in_Autobiographies_Identities_in_Progress). Acesso: 29 dez de 2016.

No caso de *Reportagem Incompleta* se dedicou a publicar mais fotografias do esposo em diversas ocasiões e espaços com os amigos, artistas, familiares e com seus filhos.

Zélia narra nas primeiras páginas de sua foto biografia que adquiriu a primeira máquina em Paris num mercado que vendia objetos antigos, foi assim que começou a arte de fotografar e registrar imagens:

Num domingo pela manhã resolvemos sair flanando pelas ruas infindáveis do Marché – aux – puces – mercado das pulgas, tão doido, tão sedutor, eu nunca vira outro. Andando lentamente, íamos descobrindo coisas, divertindo – nos com os cacarecos inúteis ali expostos, com os montes de dentaduras, de bonecas, de óculos, tudo misturado com jaras de cristal e peças finas de porcelana.... Atordoadas em meio a tanta coisa, de repente a bati o olho numa pequena máquina fotográfica pendurada por um barbante. Aparelho alemão, de fabricação antiga, seu fole corria num trilho bastante empenado, dificultando a manobra de abrir e fechar. O vendedor tratou de ignorar o defeito da mercadoria e buscou me convencer da boa qualidade da lente, gastando seu latim à toa, pois de lentes eu não pescava nada. Interessava – me saber, isso sim, se a máquina funcionava e se o preço estava ao alcance de nossa magra bolsa. A máquina funcionava, o homem garantiu, o preço era bom eu comprei. Com esse aparelho de fole emperrado fiz minhas primeiras experiências fotográficas, uma delas até nesse livro. Lente ótima, o vendedor não me enganara.<sup>3</sup>

### **A foto biografia de Zélia Gattai: Um resíduo do passado**

Entendemos a fotografia produzida por de Zélia Gattai na perspectiva de Kossoy (2001) como um registro visual que documenta e representa o estado de espírito e alguns aspectos das ideias da autora acerca da vida. Nesse sentido, além de um registro, a fotografia é também um resíduo do passado ou seja, trata - se de “um artefato que contem em si um fragmento da realidade registrado fotograficamente”.<sup>4</sup>

Desse modo, esse artefato mostra informações referentes a autora, a tecnologia empregada e também ao tempo e o espaço retratado por ela.

Consideramos essas fotografias como fontes históricas, assim como qualquer outra imagem produzida em determinado tempo e espaço.

Como nos mostra Kossoy (2001) “ toda fotografia foi produzida com uma certa finalidade”.<sup>5</sup>

No caso de Zélia, percebemos numa análise inicial que a autora tinha um intuito memorialístico quando se debruçou a publicar *Reportagem Incompleta*, assim como fez em

<sup>3</sup> GATTAI, Zélia. *Reportagem Incompleta*. Editora Corrupio, 1986, pp. 15-16.

<sup>4</sup> KOSSOY, Boris. *Fotografia & História*. Cotia SP. Ateliê Editorial, 2001, p. 45.

<sup>5</sup> Id., p. 47.

seus livros de memórias em que se concentrou em escrever sobre si e sobre a trajetória de vida de seu esposo e familiares.

Além dessa característica memorialística tão presente nesse em outros livros foto biográficos ou não, não se pode perder de vista que a autora buscou publicar alguns aspectos da cultura popular baiana por meio do registro de suas fotografias.

A escolha de focar nessa temática em específico estava em bastante harmonia com a proposta da própria editora Corrupio fundada em 1979 por Arlete Soares que a criou com o objetivo de propagar a cultura negra, lançando desde a sua criação autores como o etnólogo Pierre Verger que publicou “*Retratos da Bahia*” (1985) entre outros diversos autores posteriormente.

O prefácio de *Reportagem Incompleta* foi escrito por Arlete Soares, seu discurso mostra a sua preocupação em divulgar a cultura baiana:

Com afeto, encanto e mais o propósito da Editora Corrupio em tirar das gavetas documentos preciosos da cultura baiana e torna - los público – do mesmo modo que vem sendo feito com a obra de Pierre Verger – este livro foi se desenhando, se desenhando, até acontecer. Por diversas razões, eu e Zélia sabemos, faltam nesse livro dezenas de fotos. Sempre estarão faltando. De qualquer forma, aqui está o mais importante da memória do escritor num livro que, no fundo, é um presente de Zélia, com um beijo grande.<sup>6</sup>

Nesse período foi de grande importância tal iniciativa uma vez que o mercado editorial pouco se importava com tais temáticas.

A seguir, apresentaremos algumas fotografias produzidas por Zélia publicadas em *Reportagem Incompleta* que trazem essa preocupação com a cultura baiana.

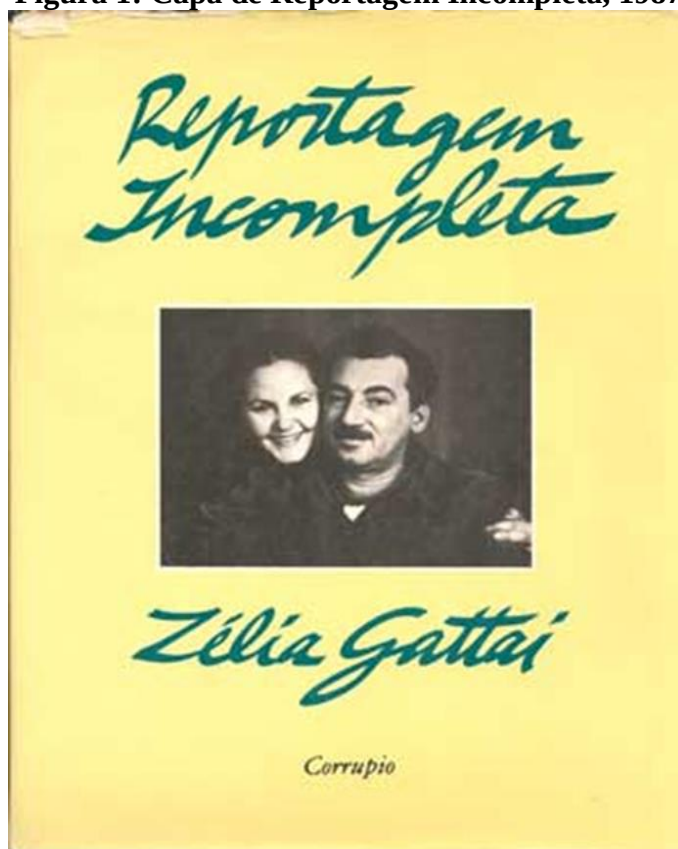
A fotografa com suas imagens divulgou nomes de grandes mães de santos da Bahia como mãe menininha de Gantois, Stela de Oxóssi, mãe Ondina, Mãe Senhora, Mãe Runhó e artistas conterrâneos de Jorge Amado e outros artistas, escritores e intelectuais como Mestre Pastinha, Dorival Caymmi, Vinicius de Moraes, Caetano Veloso, Carybé, pintor e escultor baiano, o antropólogo Pierre Verger que de alguma maneira se debruçaram a propagação de uma ideia acerca do povo baiano:

---

<sup>6</sup> GATTAI, op. cit., p. 10.

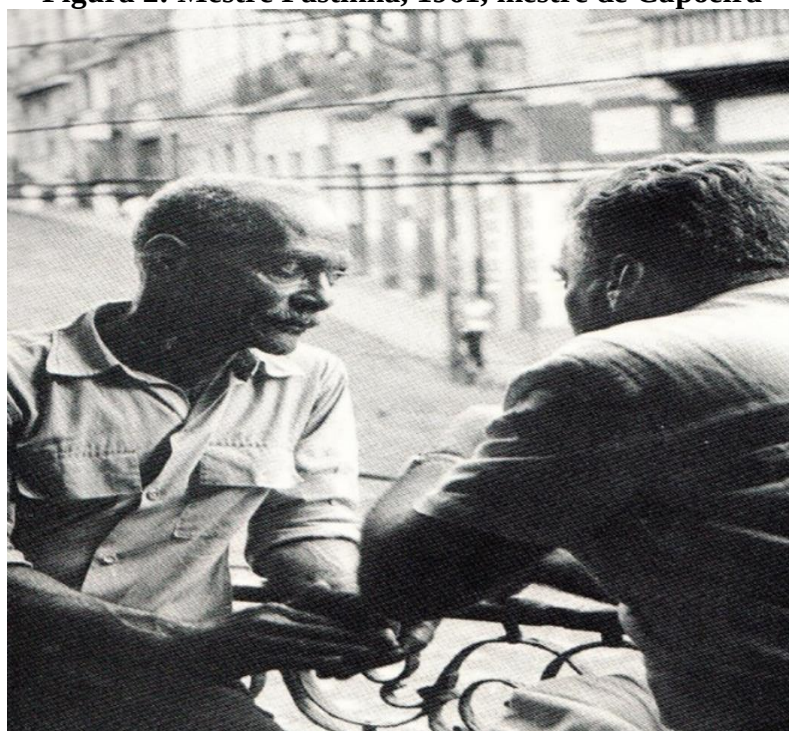


**Figura 1: Capa de Reportagem Incompleta, 1987**



Fonte: GATTAI, Zélia. *Reportagem Incompleta*. Editora Corrupio, 1986.

**Figura 2: Mestre Pastinha, 1961, mestre de Capoeira**



Fonte: GATTAI, op. cit., p. 51.

**Figura 3: Mãe Menininha do Gantois, 1972**



Fonte: GATTAL, op. cit., p. 25.

**Figura 4: Mãe Senhora, 1962**



Fonte: GATTAL, op. cit., p. 28.

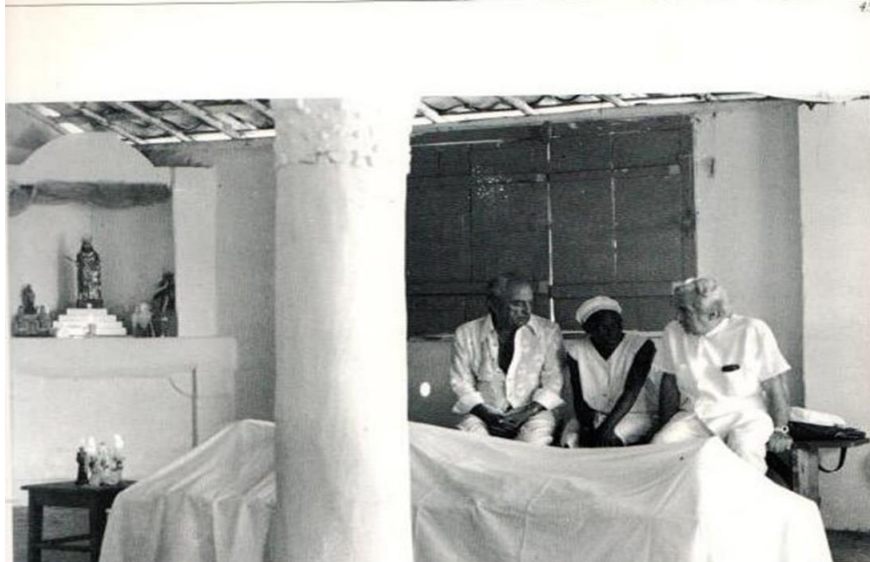
**Figura 5: Stela de Oxossi, 1981**



Fonte: GATTAL, op. cit., p. 49.



**Figura 6: No candomblé do Bogum, no velório de Mãe Runhó, 1975**



Fonte: GATTAL, op. cit., p. 44.

**Figura 7: Caetano Veloso, 1985**



Fonte: GATTAL, op. cit., p. 145.

**Figura 8: Pierre Verger, Jorge Amado e Carybé, 1981**



Fonte: GATTAL, op. cit., p. 47.

Kossoy chama a atenção para o aspecto artístico/ estético das fotografias e para as escolhas feitas bem como a criatividade empregada na produção de uma imagem.

Ele nos mostra que elas podem ser manipuladas, não sendo apenas um mero registro da realidade.

Assim, se faz sempre necessário analisar as particularidades da arte fotográfica levando em conta possíveis montagens e alterações visuais contidas nessas imagens:

A fotografia, por ser um meio de expressão visual, sempre se prestou a incursões puramente estéticas; a imaginação criadora é, pois, inerente a essa forma de expressão; não poder entendida apenas como um registro da realidade dita factual. A deformação intencional dos assuntos através das possibilidades de efeitos óticos e químicos, assim como a abstração, montagem e alteração visual da ordem natural das coisas, a criação enfim de novas realidades têm sido exploradas constantemente pelos fotógrafos.<sup>7</sup>

Nessa perspectiva, uma imagem é um dos tipos de expressão cultural, ou seja, ela é bem mais do que uma mera realidade factual, como salientada pelo autor.

A fotografia é nesse sentido é uma espécie de testemunho e tem a capacidade de expressar a visão de mundo da própria fotografa tendo em vista que é uma expressão imagética carregada de sentidos, símbolos, características, escolhas e peculiaridades dela, assim:

Qualquer que seja o assunto registrado na fotografia, esta também documentará a visão de mundo do fotógrafo. A fotografia é, pois, um duplo testemunho: por aquilo que ela nos mostra da cena passada, irreversível, ali congelada fragmentariamente, e por aquilo que nos informa acerca de seu autor. Toda fotografia é um testemunho segundo um filtro cultural, ao mesmo tempo que é uma criação a partir de um visível fotográfico. Toda fotografia representa o testemunho de uma criação. Por outro lado, ela representará sempre a criação de um testemunho.<sup>8</sup>

Em Reportagem Incompleta, Zélia se coloca a publicar fotografias com o intuito de valorizar a cultura do povo baiano e a construir uma memória sobre o esposo Jorge Amado.

Fixando moradia em Salvador após o exílio a autora pode conhecer alguns aspectos culturais como a religiosidade, a capoeira, a música e a arte de uma forma geral travando contatos com inúmeros pintores, artistas, escritores conterrâneos e não conterrâneos do esposo, mas que tinham como objetivo maior a valorização da história do povo baiano, levando em conta toda a herança ancestral contida em cada gesto, expressão corporal e na relação com a arte e com religiosidade baiana.

---

<sup>7</sup> KOSSOY, op. cit, p. 41.

<sup>8</sup> Id.

## **Considerações finais**

A pesquisa deste material está em sua fase inicial, por este motivo não foi possível apresentar mais resultados acerca da análise dessas fontes fotográficas.

Procuramos situar os temas que aparecem mais em *Reportagem Incompleta*, bem como o objetivo memorialístico da autora, característica presente em outras publicações literárias.

Bem sabemos que esse material ajuda a revelar significações, linguagens visuais, códigos e práticas do casal e de seus amigos, tais como regras, hábitos, costumes, rede de relações, entre outros elementos que serão observados ao longo da pesquisa. Nesse sentido, podem fornecer recursos para a compreensão das interações entre memória familiar e coletiva e as regras de conduta e convívio entre Jorge Amado, sua família e seus amigos no período do exílio e nos anos seguintes. Trabalho que realizaremos posteriormente por meio da abordagem histórico – semiótica proposta pela professora Ana Maria Mauad, levando em conta os aspectos técnicos, estéticos, sociais, temporais e espaciais presentes nas fotografias que Zélia Gattai produziu.

## Considerações sobre Clarice Lispector em biografia e fotobiografia

José Ailton da Silva<sup>1</sup>

### Vivendo imagens: itinerário fotobiográfico

“O que saberá de mim é a sombra da flecha que se fincou no alvo. Só pegarei inutilmente uma sombra que não ocupa lugar no espaço, e o que apenas importa é o dardo. Construo algo isento de mim e de ti – eis a minha liberdade que leva à morte”.

Clarice Lispector<sup>2</sup>

Com o advento da fotografia no século XIX o mundo tornou-se portátil e ilustrado permitindo o surgimento e desenvolvimento de sentimentos inéditos para a grande massa da população como a possibilidade de autorreconhecimento, recordação e avanço na posteridade.<sup>3</sup> A partir do século XX as imagens passaram a constituir o universo das fontes documentais e objetos de pesquisa no campo científico pela chamada Revolução documental. Não obstante, o campo dos estudos com imagens passou por um processo de consolidação dos últimos anos, contando atualmente com inúmeras revistas especializadas, congressos e pesquisadores dedicados ao tema.

Possibilidades tão imediatas como as oferecidas hoje representam sem dúvida uma revolução no campo fotográfico dispensando, como no passado, “o fotógrafo a colocar o modelo num lugar tão retirado quanto possível, onde nada pudesse perturbar a concentração necessária ao trabalho”.<sup>4</sup> Esse acesso ao fotográfico permitiu aos indivíduos e as famílias constituírem álbuns de fotografias e a essas coleções os historiadores e os cientistas sociais voltaram-se apenas mais recentemente. Sobre a revolução da memória<sup>5</sup> a partir da fotografia e mais, sobre os álbuns de família:

A galeria de retratos democratizou-se e cada família tem, na pessoa do seu chefe, o seu retratista. Fotografar as suas crianças é fazer-se historiógrafo da sua infância e preparar-lhes, como um legado, a imagem dos que foram... O álbum de família exprime a verdade da recordação social. Nada se parece menos com a busca artística do tempo perdido do que estas apresentações comentadas das fotografias de família, ritos de integração a que a família sujeita os seus novos membros. As imagens do

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp/Assis) sob orientação de Wilton Carlos Lima da Silva.

<sup>2</sup> LISPECTOR, Clarice. *Água viva*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987, p. 09.

<sup>3</sup> KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2014, p. 24.

<sup>4</sup> BENJAMIN, Walter. *Pequena história da fotografia*. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 96.

<sup>5</sup> LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

passado dispostas em ordem cronológica, “ordem das estações” da memória social, evocam e transmitem a recordação dos acontecimentos que merecem ser conservados porque o grupo vê um fator de unificação nos monumentos da sua unidade passada ou, o que é equivalente, porque retém do seu passado as confirmações da sua unidade presente. É por isso que não há nada que seja mais decente, que estabeleça mais uma confiança e seja mais edificante do que um álbum de família: todas as aventuras singulares que a recordação individual encerra na particularidade de um segredo são banidas e o passado comum ou, se se quiser, o mais pequeno denominador comum do passado tem o brilho quase presunçoso de monumento funerário freqüentado assiduamente.<sup>6</sup>

Com a concepção que as fotografias oferecem a possibilidade de contar uma história de vida, essa comunicação anuncia sobre as fotobiografias, ou seja, uma narrativa visual que pretende revelar uma vida ou trajetória individual, geralmente vinculada à história de vida de uma personagem notável e com forte vínculo comercial articulando-se como uma narrativa verbo-visual. Há ainda uma timidez na intelectualidade brasileira quanto aos estudos sobre fotobiografia, embora na França, Estados Unidos e Inglaterra pesquisadores como Thélot, Eakin, Arribert-Narce e Kawakami ajudem no debate do tema.<sup>7</sup>

É justamente por esse acanhamento do tema que essa reflexão não oferecerá, nesse momento, respostas sobre a temática. A proposta é propriamente a oposta, trazer a reflexão e as questões que orbitam o tema e suscitar o debate.

Sobre a ótica comercial, foram lançadas no Brasil as fotobiografias de Chico Buarque de Holanda (Bem-te-vi, 2019) e Dom Helder Câmara (Cepe, 2019) e o mercado dispõe das vidas em fotos de personagens que vão de Oswaldo Aranha (Capivara, 2017) e Fernanda Montenegro (Cia das Letras, 2011) até Eça de Queiroz (Leya, 2019) e Patrícia Galvão (Imprensa Oficial, 2010). O mercado internacional conta com iniciativas mais longevas e com dimensões mais amplas, como o projeto *Presidentes de Portugal – Fotobiografias* (Museu da Presidência da República, 2005) que em 18 volumes apresenta os ex-chefes do executivo português desde 1910. Desse modo, com a apropriação comercial crescente do tema e sobre a perspectiva do sujeito-historiador, atento as demandas do presente, é urgente a reflexão desses itinerários biográficos no material fotográfico, o que acaba revelando também como o biografismo (e suas múltiplas manifestações) são dinâmicas e pertinente aos estudos históricos, o que coloca em evidência e relevância essa reflexão.

<sup>6</sup> BOURDIEU, Pierre. Un Art moyen: essai sur les usages sociaux de la photographie. Paris, Minuit, 1965, p. 53-54 apud SAMAIN, Etienne; FELIZARDO, Adair. A fotografia como objeto e recurso de memória. *Discursos fotográficos*, Londrina, v.3, n.3, p. 205-220, 2007, p. 213.

<sup>7</sup> SILVA, Wilton C.L. Uma vida em imagens: considerações sobre a construção fotobiográfica. In: *56 Congresso Internacional de Americanistas*, 2018, Salamanca. Estudios culturales: 56.º Congreso Internacional de Americanistas / Manuel Alcántara, Mercedes García Montero y Francisco Sánchez López (Coord.). Salamanca: Universidad de Salamanca, 2018. v. 8. p. 40.

Para realizar esse exercício elege-se a publicação *Clarice Fotobiografia*,<sup>8</sup> de Nádia Battella Gotlib,<sup>9</sup> editada pela primeira vez pela EDUSP e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 2008 – estando atualmente na terceira edição e sendo editada exclusivamente pela EDUSP. O livro, em termos físicos, apresenta 672 páginas de 24,8 centímetros de altura por 17,6 de largura com capa dura e sobrecapa, dotado de 800 fotos coloridas e em preto e branco, acompanhada de pequenos textos e indicações.

Servirá também para essa reflexão a biografia de Clarice Lispector, *Clarice: Uma vida que se conta*,<sup>10</sup> também de Gotlib e elaborada inicialmente como sua tese de livre-docência em 1993 e lançada posteriormente pela editora Ática em 1995, mas reeditada com ampliações pela EDUSP em 2009 – atualmente estando na sétima edição e sendo parte de esforço editorial que está sendo investigado adequadamente em pesquisa de mestrado desse comunicador. No que se refere ao corpo do livro, temos 652 páginas e 50 fotos e em dimensões temos 23,4 centímetros de altura por 16,2 de largura com capa dura e sobrecapa.

Na publicação, *Nos bastidores da pesquisa em torno da fotobiografia de Clarice Lispector*, Gotlib<sup>11</sup> afirma que sua intenção com a fotobiografia era:

não me refiro a um vazio proveniente das lacunas que eventualmente poderiam aflorar em meio à matéria que motivou e de certa forma suporta a estruturado livro: as 800 imagens de cidades, casas, paisagens, pessoas, livros, anotações, correspondências, bilhetes, pinturas, desenhos... Essas foram aí selecionadas em função de uma linha narrativa que privilegia cronologicamente um repertório de imagens ligadas a fatos e levanta sugestões de sua leitura a partir de critérios examinados ao longo da elaboração do trabalho que não me proponho aqui, nesse momento, discutir. Refiro-me ao que não pude contar num livro em que tive de escrever o menos possível, detendo-me em legendas concisas, descritivas e críticas, que traduzissem situações, mais ou menos nitidamente perceptíveis, em imagens expostas ao longo das páginas do livro.

Nesse mesmo artigo, a autora traz ainda reflexões sobre continuidades e rupturas na publicação da biografia e da fotobiografia:

Na realidade, esse primeiro livro, *Clarice, uma vida que se conta*, surgiu como um risco do bordado do segundo, o *Clarice Fotobiografia*, que seguia uma linha de exposição calcada na distribuição da matéria em ordem cronológica linear e em função dos lugares habitados e percorridos por Clarice. No entanto, o conjunto das imagens reunidas e selecionadas nesse novo jeito de contar Clarice, a partir do ver Clarice, acabou suscitando novos direcionamentos e até mesmo impondo certas exigências de caráter estrutural na montagem da narrativa. Dessa forma, a nova ordem

<sup>8</sup> GOTLIB, Nádia Battella. *Clarice Fotobiografia*. 3ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

<sup>9</sup> Gotlib é professora aposentada de Literatura Brasileira da Universidade de São Paulo (USP) com pesquisas sobre arquivo pessoal, diários, epistolografia e autobiografia.

<sup>10</sup> GOTLIB, Nádia Battella. *Clarice: Uma vida que se conta*. 7ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

<sup>11</sup> GOTLIB, Nádia Battella. *Nos bastidores da pesquisa: em torno da Fotobiografia de Clarice Lispector*. *Rev. De Letras*, Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, no. 29, vol. 1 / 2, jan/ dez, 2008, pp. 25-26.



fotobiográfica acabou também por revelar certos detalhes significativos na construção da narrativa biográfica que não só complementam a narrativa anterior, contada, mas criam uma nova sintaxe, a partir do que se vê, levando a novas interpretações possíveis e a novas possíveis sondagens reflexivas e críticas.<sup>12</sup>

As pesquisas no campo da História ainda não analisaram até aqui as fotobiografias (e sua relação com as biografias), embora a tese de Doutorado de Fabiana Bruno, *Fotobiografias: por uma metodologia de estética em antropologia*,<sup>13</sup> tenha inovado no campo da antropologia visual ao propor uma investigação da memória de pessoas idosas por meio de conjunto fotográfico onde, como um pequeno filme, suas vidas são montadas, desmontadas e remontadas.

### **Da escrita à imagem: possibilidades da biografia**

Quando se considera um histórico do gênero biográfico remontamos a Grécia do século V onde concomitantemente nasce o gênero histórico, mas é importante considerar que nesse período o interesse concentra-se no coletivo e não no indivíduo, o que justifica o pouco desenvolvimento do gênero nesse momento da história.

Na Inglaterra do século XVIII tem-se uma especialização e profissionalização da tarefa de biografar, nesse cenário; o biógrafo tem um papel “restritivo”, tendo como função enaltecer e propagandar a vida do biografado. Essas biografias ganhavam o *status* de credibilidade e “verdade” quando se realizam através de uma minuciosa descrição do cotidiano do personagem e utilizando-se de documentação pessoal e se, possível, entrevistas.<sup>14</sup>

A partir do século XIX o que se observa é um cenário mais crítico ao fazer biográfico, passando a considerar as particularidades dos personagens biografados e o seu contexto histórico, cultural e ideológico. No campo da legitimidade, embasado pelo cientificismo e pelo positivismo, se exige a demonstração de pesquisa empírica e documental e um motivo para realização daquele trabalho. Nesse momento, a biografia alcança ampla difusão e penetra sobremaneira em várias partes do mundo – quando chegam a França, esses estudos ganham conotações específicas.

Sobre a legitimidade, alcance e virada do gênero biográfico, Prost<sup>15</sup> afirma:

---

<sup>12</sup> Id., p. 26.

<sup>13</sup> BRUNO, Fabiana. *Fotobiografia: por uma metodologia da estética em antropologia*. Doutorado (Multimeios) Campinas: UNICAMP, 2009.

<sup>14</sup> SILVA, Wilton C.L. *Vida Póstuma de um ilustre e desconhecido: a construção biográfica de Clóvis Beviláqua (1859-1944)*. Tese (Livre docência). Departamento de História, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013, p. 27.

<sup>15</sup> PROST, Antoine. *Doze Lições sobre a História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p. 81.

Os integrantes dos *Annales* negaram-lhe qualquer interesse porque ela não permitia apreender os grandes conjuntos econômicos e sociais. Questionar-se sobre um homem, e necessariamente um homem conhecido – porque os outros raramente deixaram vestígios –, era desperdiçar um tempo que teria sido mais bem utilizado em encontrar a evolução dos preços ou a discernir o papel dos grandes atores coletivos, tais como a burguesia. Assim, no período entre 1950 e 1970, a biografia – individual e singular por definição – era deixada fora de uma história científica, voltada para o aspecto geral. No entanto, ela respondia à demanda do público: grandes coleções obtiveram um verdadeiro sucesso. Por solicitação dos editores, os historiadores, seduzidos pela expectativa da notoriedade – participação, por exemplo, no programa televisivo, sobre literatura, dirigido por Bernard Pivot – e o atrativo dos direitos autorais, aceitaram esse trabalho por encomenda que acabou por despertar seu interesse.

Nesse período o que temos é a produção de biografias de homens públicos importantes. No Brasil não foi diferente e, sob a vigência do Império a tarefa de enaltecer o regime e seus grandes nomes ficou a cargo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Com o advento da Primeira Guerra Mundial, temos uma nova fase no campo, que não mais se preocupa com enaltecimentos e moralismo.<sup>16</sup> Segundo Silva,<sup>17</sup> é o momento de desencantamento do mundo, onde certezas e exatidão abrem caminho para imprevisibilidade, dúvida e relativismo. Nesse momento assistimos a uma reorganização no sentido de escrever uma trajetória de vida, isso porque, temos uma valorização da singularidade e das contradições dos indivíduos.<sup>18</sup> Novas questões de ordem metodológica são lançadas, como, por exemplo, a proximidade (ou não) entre biografado e biógrafo ou ainda os limites entre a vida vivida e a vida documental.

a biografia como objeto de estudo permite: a discussão sobre os vínculos sociais e históricos que se relacionam com a forma como o personagem teve sua obra e trajetória lembradas ou esquecidas ao longo do tempo; a vinculação desse personagem com diferentes grupos e movimentos; sua produção editorial, acadêmica e jornalística; o envolvimento de instituições na manutenção de diferentes memórias; além da promoção de diferentes eventos e de acontecimentos específicos, caracterizando-a como documento, mídia e manifestação política e cultural.<sup>19</sup>

Dentro do escopo do “biografismo” temos um conjunto de manifestações, como a autobiografia, que vem crescendo contemporaneamente, inclusive, com o uso das redes sociais. Há ainda uma série de possibilidades não percebidas ou pouco exploradas, como a fotobiografia, ou seja, o cruzamento entre a narrativa biográfica e o material fotográfico. Dessa maneira, a fotobiografia oferece duas abordagens à ser considerada, a primeira delas, como fonte (de modo a se inscrever como narrativa e versão do passado) e/ou como objeto (como

<sup>16</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. Biografia como gênero e problema. *Revista História Social*, Campinas, n.24, p.51-73, primeiro semestre de 2013.

<sup>17</sup> SILVA, op. cit., pp. 28-29.

<sup>18</sup> Ainda nesse contexto, é o surgimento do que convencionou-se a chamar de giro linguístico, que acaba por ressignificar a compreensão do homem de si próprio, da realidade e do mundo.

<sup>19</sup> SILVA, op. cit., pp. 30-31.

documentos ou textos sobre a sociedade em que as produziu e suas dinâmicas de produção, circulação e consumo).

Essa possibilidade de um gênero híbrido e seu potencial biográfico precisa, entretanto, ser posicionada dentro de produções já consolidadas, como o próprio fotolivro, haja vista, que nem todo livro com um arranjo de fotografias é um fotolivro ou uma fotobiografia.

As fotobiografias podem ser compreendidas como uma nova expressão da escrita de si (biografia) e ao mesmo tempo como uma nova manifestação da escrita autobiográfica, tendo em vista, que estamos falando de uma coleção de fotos em que o personagem biografado é ao mesmo tempo sujeito das imagens e fotografo. Essa é uma manifestação privilegiada, ao passo, que trata-se em um primeiro momento, de uma curadoria pessoal do indivíduo, ou seja, das imagens e recordações que desejava deixar para a posteridade e dessa forma, como gostaria que sua narrativa fotográfica avançasse no tempo. É também desse sentido que podemos afirmar que as fotografias possuem atributos biográficos naturais na medida que contêm informações que identificam seus autores, a data e o local de sua criação, se sofreu modificações ou restaurações, a quem pertence, seu possível título, entre outros.

O trabalho com as imagens foi durante muito tempo rechaçado pelos historiadores que tinham em documentos oficiais (e escritos) sua única fonte. Foi sobre essa “invisibilidade do visual” que o iconográfico começou a ganhar espaço, embora alguns poucos historiadores já considerassem seu emprego – principalmente para o estudo no mundo antigo e do medievo.

Desse contexto das fontes visuais, temos no século XIX, a consolidação das técnicas que criam a fotografia e com o daguerreótipo de Louis Jacques Mandé Daguerre, o início do processo de mecanização e barateamento da imagem. A partir desse momento, a representação do “eu” é democratizada permitindo as camadas populares, pela primeira vez, o registro de sua imagem. Esse exercício da imagem e da autorepresentação que antes estava limitado as camadas nobres das sociedades, atende agora, a demanda da burguesia em ascensão com um método rápido e tido como não subjetivo.

Essa inversão da lógica de representação levou a um esvaziamento de parte do poder simbólico tradicional da imagem, já que anteriormente ao processo fotográfico, o direito de ser pintado estava reservado as elites que encomendavam seus retratos de importantes artistas, alimentado uma estrutura pelo mecenato. Como aponta Cardoso, uma característica marcante na lógica de circulação de informações e signos na modernidade e, ainda mais, na pós-modernidade é o esvaziamento do sentido não pela sua supressão, mas sua propagação ilimitada.

Essa nova tecnologia da fotografia atrelada ao contexto urbano e social em que foi desenvolvida imediatamente demandou-se outras aplicações. A visualidade passou a ocupar espaço destacado na relação dos indivíduos com o mundo e remetendo a metáfora de Michel Foucault<sup>20</sup>, o panóptico, pensado pelo filósofo foi expandido na modernidade e ainda se aperfeiçoou os meios de biopoder no gerenciamento da vida com a evolução das tecnologias visuais onde:

teria ocorrido, de certa forma, uma espécie de replicação digital do panóptico, infinita e simultânea (...) Nesse processo, não apenas a vigilância constante é essencial – um panopticismo disseminado, por assim dizer-, como também a visualidade e a veiculação de imagens exercem relevante papel construtivo e normativo.<sup>21</sup>

Os jornais e revistas também incorporaram as fotografias e o campo jornalístico proporciona a criação de um gênero específico: o fotojornalismo. Somando ao espaço criado, surge também uma demanda profissional para desempenhar tais funções, e nesse momento, passamos a ter a figura do foto-repórter com fotos tiradas no momento da ação tendo como objetivo principal capturar o fato em si no “calor da hora”.<sup>22</sup> Portanto, uma importante característica do fotojornalismo é estar circunscrito temporamente ao fato jornalístico pretendido.

O fotojornalismo é a possibilidade de contar uma história através da conciliação, indissociável, entre fotografia e texto, tendo em vista essa fórmula, Sousa afirma que a fotografia é incapaz de oferecer determinadas informações tendo que se completar a notícia com texto que oriente o sentido da mensagem. A utilização de fotografias em jornais teve sua virada em 1904 no periódico inglês *Daily Mirror* quando as imagens dessa publicação deixaram de ser secundarizadas como ilustrações do texto e passaram a ser definidas como categorias de conteúdo tão importantes como a componente da escrita.<sup>23</sup>

Outro espaço de manifestação das imagens (fotográficas ou não) é o fotolivro, caracterizado para além de um livro ilustrado, mas como resultado de:

esforço de um autor (fotografo ou não) na organização de um conjunto de fotografias [suas melhores obras] tendo em mente uma narrativa iconográfica com o intuito de produzir um discurso visual. Os fotolivros em geral possuem, portanto um projeto

<sup>20</sup> FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: histórias da violência nas prisões. 19.ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

<sup>21</sup> CHAZAN, Lilian Krakowski. O corpo transparente e o panóptico expandido: considerações sobre as tecnologias de imagem nas reconfigurações da pessoa contemporânea. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 208, jun 2003. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S01&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01&lng=en&nrm=iso). Acesso em 14 nov. 2020.

<sup>22</sup> O fotojornalismo opera e se diferencia, por exemplo, do fotodocumentarista, já que esse trabalha primordialmente através de um projeto fotográfico pensado e desenvolvido anteriormente não se servido da atualidade.

<sup>23</sup> SOUSA, Jorge Pedro. Fotojornalismo. Uma introdução à história, às técnicas e à linguagem da fotografia na imprensa. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2002, p. 13.

gráfico em sintonia com o material imagético, tornando-se um produto cultural e um modelo de expressão. Os fotolivros por sua própria característica são elementos de circulação de ideias e projetos estéticos, políticos e culturais. São vendidos, doados, emprestados, portanto são mais suscetíveis de circular, ao contrário, por exemplo, das exposições que duram pouco e atingem um número menor de pessoas.<sup>24</sup>

A fotografia não é mais apenas uma imagem, mas um vestígio diretamente colocado sobre o real, como uma pegada. São com essas pegadas que torna-se possível construir uma narrativa biográfica de um indivíduo - fotobiografia, embora deva ser claro que essa é antes de tudo uma performance produzindo, segundo Delory-Momberger,<sup>25</sup> efeito de conhecimento no operador e no espectador.

A fotobiografia está dimensionada ao universo dito das “fotografias de família” e desse modo, para constituir uma fotobiografia é importante mergulhar mais profundamente nos chamados “arquivos de família”. Segundo Gotlib,<sup>26</sup> o processo da pesquisa para compor a fotobiografia de Clarice Lispector levou em consideração “uma linha narrativa que privilegia cronologicamente um repertório de imagens ligadas a fatos”, ou seja, a fotobiografia está ligada primeiro a uma tradição biográfica cronológica e em segundo, trata-se essencialmente, de uma sequência de fotos que permitem ampla temporalidade na vida do personagem.

Sobre montar uma fotobiografia, Eucannã Ferraz,<sup>27</sup> afirma sobre os desafios de arquitetar um projeto fotobiográfico:

Toda fotobiografia dá-se assim, aos saltos: faltam imagens de eventos que seriam importantes, enquanto momentos sem relevância aparente foram registrados. No arranjo, conta-se com o que já foi feito, com um acervo constituído por muitos acasos: haver ou não uma máquina fotográfica ao alcance dos olhos e dedos; o desejo de fotografar; o fastio de fazê-lo; a presença ou não de luz; o flash ou a ausência dele. Uma série de contingências, enfim, que determinam antecipadamente o que adiante servirá, ou não, para as narrativas futuras.

Segundo Mauad,<sup>28</sup> são necessárias três premissas para o tratamento crítico das imagens fotográficas do passado e do presente sendo elas: a noção de série ou coleção (oferecendo um caráter polifônico), o princípio de intertextualidade e o trabalho transdisciplinar. Somada a essas

<sup>24</sup> FERNÁNDEZ, Horacio. *Fotolivros latino-americanos*. São Paulo: Cosacnaify, 2011, apud BARBOSA, 2013, p. 569.

<sup>25</sup> DALORY-MOMBERGER, Chistine Dalory. Fotobiografia e formação de si. In: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto (Orgs.); SOUZA, Elizeu Clementino de. *Tempo, narrativa e ficções: a invenção de si*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006, pp.105-119.

<sup>26</sup> GOTLIB, op. cit., 2008, p. 26.

<sup>27</sup> FERRAZ, Eucannã. Este álbum de “Inconfissões”, In: *Inconfissões: fotobiografia de Ana Cristina Cesar*. São Paulo: Instituto Moreira Sales, 2016. Disponível: <<https://blogdoims.com.br/com-e-sem-olhos-escuros/>>. Acesso em 14 de nov. de 2020

<sup>28</sup> MAUAD, A. Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, v. 13, n. 1, p. 139-140, 1 jun. 2005.

considerações podemos destacar ainda os concelhos dados por Schmitt<sup>29</sup> que aponta a importância de pensar a questão da produção e recepção da fotografia.

Na apresentação do livro, *Clarice Fotobiografia*, a autora marca algumas razões para a sua curadoria e nos faz refletir quanto as escolhas autorias e editoriais no que se refere a seleção das imagens e seu ordenamento, assim como o tipo de relação entre imagem e texto, tanto nos aspectos quantitativos quanto qualitativos.

Ao deixar o leitor-espectador diante de tais imagens, em disponibilidade para a sua particular construção de sentido, resta-me aludir ao que pude incluir ao longo desse processo. Não me detive, como gostaria, no registro documental visual de toda a bibliografia de Clarice de sua fortuna crítica. Selecionei alguns registros, abdicando de todos os outros.<sup>30</sup>

Tendo em vista as considerações da pesquisadora, é necessário considerar ainda os alcances e as limitações do conjunto de imagens que compõem o recorde e de que maneira, a partir das fotografias, o agora, “leitor-espectador”, poderá enxergar Clarice Lispector.

---

<sup>29</sup> SCHMIDT, Benito Bisso. Uma reflexão sobre o gênero biográfico: a trajetória do militante socialista Antônio Guedes Coutinho na perspectiva de sua vida cotidiana (1868-1945). 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Curso de Pós-Graduação em História. UFRGS. Rio Grande do Sul, 1996, p. 33.

<sup>30</sup> GOTLIB, op. cit., 2014, p. 14.

## #IDF? Instagram, fotografia pública e a construção das representações visuais das forças armadas israelenses

Carolline Mello<sup>1</sup>

### Introdução

Cabe aqui, já nesse primeiro momento, iniciar a exposição apontando o estado em que a presente pesquisa se encontra: um trabalho monográfico ainda em andamento. Serão apresentados, portanto, alguns apontamentos iniciais, bem como categorias responsáveis por amparar no desenvolvimento da pesquisa.

Dito isso, o processo de construção da nação israelense se desenvolve sob três poderosas bases: o sistema educacional, o aparato estatal, e a instituição militar.<sup>2</sup> A conjuntura em que a pesquisa se insere é de disputa pela hegemonia na sociedade israelense a partir da decomposição de uma identidade judaico-israelense homogênea e específica, perpetuada por setores que por muito tempo ocuparam os espaços privilegiados de poder. Entre ameaças internas – com os desafios para a conceitualização de uma *israelicidade*, visto os componentes étnicos, de classe e religiosos – e externas – considerando os Estados árabes vizinhos –, as três instituições são mobilizadas como resposta aos problemas enfrentados por Israel. Aqui, é dado foco à instituição militar para compreender como ela é utilizada como instrumento de coesão do grupo e como resposta às ameaças tanto no âmbito militar quanto dos discursos políticos e narrativas.

A premissa do trabalho é entender as forças armadas israelense para além da sua posição fundamental como um poder de coerção e instituição monopolizadora da violência, mas como contribuinte para a transformação nos valores públicos associados ao serviço militar como um sinal de cidadania plena, o que o posiciona como instrumento de construção da nação essencial ao funcionamento do Estado de Israel. Considera-se, aqui, que a ideia de que os civis israelenses são “parcialmente militarizados” e os militares são “parcialmente civilizados”<sup>3</sup> se dá também a partir da narrativa de perseguição e sofrimento eterno do povo judeu que se desenvolve em períodos anteriores à criação do Estado judeu e que, encarando ameaças externas e internas, instrumentalizam a centralidade do aparato estatal, do sistema educacional e da instituição militar em prol da coesão nacional e do combate à possíveis ameaças.

---

<sup>1</sup> Graduanda em História pela Universidade Federal Fluminense sob orientação de Tatiana Poggi

<sup>2</sup> KIMMERLING, B. *The invention and decline of Israeliness: state, society, and the military*. Berkeley: University of California Press, 2001, p. 14.

<sup>3</sup> Id.; HOROWITZ, Dan. Strategic Limitations Of "A Nation in Arms. *Armed Forces & Society*, vol. 13, n.2, 1987.

Nesse sentido, o que pode ser conceituado como a “nação em armas”<sup>4</sup> teria se desenvolvido a partir da posição central que as Forças de Defesa ocupam na sociedade israelense, se apresentando como vital ao funcionamento e reprodução de Israel. Somente a partir desses fatores teria se desenvolvido, ao longo do trajeto de construção do Estado, a ideia de um exército moral e justo – o *jus in bello* e a legítima defesa preventiva – no qual suas ações e posicionamentos políticos são justificados pela mentalidade permanente do cerco e por um senso de vulnerabilidade decorrente da falta de consenso internacional em relação à própria existência do Estado judeu.

As imagens fotográficas se apresentam, aqui, como objeto estratégico para verificar a construção, circulação e difusão da representação de um tipo específico de exército. Serão utilizadas com vistas a permitir, nelas, a análise das formações discursivas, bem como de questões referentes ao controle da narrativa israelense a partir da homogeneização das representações das Forças de Defesa por via de um determinado olhar pensado e promovido pelos que ocupam posições de poder. Dessa forma, e através da análise histórico-semiótica, será possível desvendar uma rede de significações que teria dado suporte à criação de um padrão comportamental das forças armadas israelense no teatro das operações visuais.

### **As Forças de Defesa de Israel**

Desde que emergiu oficialmente a partir dos grupos paramilitares judaicos ainda em momentos iniciais da Guerra Árabe-Israelense de 1948 – que oficializa a criação do Estado de Israel – as Forças de Defesa de Israel (FDI) se tornaram uma das principais forças militares do mundo. Em comparação com o modo no qual se apresentava durante a criação do Estado, com combatentes e comandantes quase totalmente autodidatas, sem educação militar formal e armada com equipamentos abaixo dos padrões mundiais, as FDI passam por um processo de modernização extremamente sofisticado tecnologicamente em um curto período de tempo, o que poucos conseguiram ainda nos seus primeiros anos.<sup>5</sup>

O objetivo fundamental das FDI têm sido, desde a sua criação, a defesa pela existência e integridade do Estado e de seu território – seja qual fosse ele no momento. O ethos defensivo ocupa papel central desde a Guerra Árabe-Israelense, e a partir do processo de modernização interna, as forças armadas passam a disponibilizar de uma segurança intensiva que conta com

---

<sup>4</sup> HOROWITZ, op. cit..

<sup>5</sup> VAN CREVELD, M. L. *The sword and the olive: a critical history of the Israeli defense force*. New York: PublicAffairs, 2002, p. 70.



postos de controle, cercas, muros, domos de ferro, ocupação e até a opção nuclear. Ainda como recurso em prol da segurança, o exército que antes era treinado para a guerra a partir de 1967 passa a ser treinado para a ocupação militar após a vitória israelense na Guerra dos Seis Dias, que garante à Israel os territórios da Cisjordânia e a Faixa de Gaza – que desde 1948 se encontravam sob ocupação da Jordânia e Egito, respectivamente –, além das Colinas do Golã, território sírio, e a Península do Sinai, território egípcio.<sup>6</sup>

Chefiado por um fórum de comandantes sêniores, sob direção do Chefe de Estado-Maior, as Forças de Defesa de Israel se encontram sob supervisão do Ministério de Defesa (MOD), que possui como objetivo principal a proteção de Israel e de seus cidadãos por via dos meios políticos, militares e sociais. Sendo responsável por defender o Estado de possíveis ameaças militares internas e externas, o MOD supervisiona a maior parte das forças de segurança israelenses.<sup>7</sup>

Atualmente as atividades realizadas pelas FDI se dividem entre a ação em guerras, operações, missões humanitárias, cooperação militar e treinamentos. Segundo a sua própria denominação, as Forças de Defesa de Israel são responsáveis pela defesa do Estado de Israel, sua integridade, sua soberania, o bem-estar de seus cidadãos e a prevenção dos esforços dos inimigos para interromper o modo de vida do país.<sup>8</sup> Se apresentando como as forças armadas de Israel, as FDI incluem o exército, a marinha e a força aérea israelense.

Os integrantes das forças armadas, por sua vez, servem em diferentes posições e unidades, que variam de acordo com uma ampla gama de critérios. As posições são divididas entre as de combate; funções de educação, ensino, treinamento; funções de inteligência e operação; posições tecnológicas; força policial; funções de escritório, porta-vozes e assistência; gestão de recursos humanos e avaliação; cargos logísticos e administrativos e posições médicas.

Evidenciando o quão polarizada é a sociedade israelense, as Forças de Defesa Israelense são compostas por diferentes grupos de combatentes, sendo muitos deles parte de minorias étnicas ou religiosas, que envolvidos na vida social de Israel ainda mantém vivas suas línguas, culturas e tradições. Dessa forma, o Estado exige que todo cidadão israelense com idade superior a 18 anos, sendo judeu, druso ou circassiano sirva nas forças armadas. Entre aqueles que estão isentos encontram-se os árabes israelenses, mulheres religiosas, indivíduos casados e os considerados inaptos médico ou mentalmente – independente às isenções, muitos desses se voluntariam para servir nas Forças de Defesa. Além dos grupos de presença

<sup>6</sup> SHLAIM, A. *The iron wall: Israel and the Arab world*. New York: W.W. Norton & Company, 2014, p. 372.

<sup>7</sup> ISRAEL DEFENSE FORCES. IDF Sites. Disponível em <https://www.idf.il/en>.

<sup>8</sup> Id.

obrigatória nas FDI, os beduínos, árabes muçulmanos originalmente vagantes, fundamentam um grupo étnico que se alista voluntariamente nas FDI, ocupando notoriamente a função de rastreadores em unidades específicas, devido a seu modo típico de vida e ao amplo conhecimento geográfico.

Alistados e já como parte das FDI, os homens devem servir por um período mínimo de 32 meses e as mulheres devem servir por um período mínimo de 24 meses. No que se tem a questão feminina e as FDI, Israel é o único país em que o serviço militar é obrigatório para mulheres, que constituem cerca de um terço do número total de recrutas e quase vinte por cento das forças regulares totais. Apesar das mulheres terem estado presente também nas linhas de frente durante a Guerra Árabe-Israelense de 1948, após isso têm-se o afastamento destas das posições de combate. A situação só se altera a partir de 2000, quando o caso *Alice Miller vs. o Ministro de Defesa* é levado à Suprema Corte israelense denunciando a política militar que proibia a presença de mulheres em determinadas posições como uma ação de discriminação de gênero. Em consequência, as regras do serviço são reformuladas e as mulheres passam a ocupar posições de combatentes e áreas do exército até então reservadas à figuras masculinas. Assim, são criados batalhões mistos, podendo ser encontradas mulheres em diversas posições nas FDI, não estando apenas nas forças especiais e cargos de alto escalão por não serem sêniores o suficiente para chegar a tais postos.<sup>9</sup>

Criado quase imediatamente após a proclamação de independência do Estado de Israel, as Forças de Defesa se apresentaram desde o início como braço de violência política e de uma política externa agressiva, como protagonista central em conflitos geopolíticos históricos na região do Oriente Médio, e como instrumento no processo de construção da nação e da identidade israelense a partir de um sistema burocrático, cultural e militar específico, que não abarcava as especificidades de todos os grupos judaicos que a partir de 1948 passaram a compor o Estado judeu. Em contraponto ao judeu fraco e feminilizado da diáspora, o recrutamento nas forças armadas passaram a funcionar como uma estrutura de criação e socialização do novo homem e mulher israelense como indivíduos fortes, masculinizados, combatentes e unidos a partir do fundamento maior da instituição militar: a defesa do Estado de Israel e de seus habitantes.

---

<sup>9</sup> IZRAELI, Dafna N. Israel Defense Forces. *Jewish Women: A Comprehensive Historical Encyclopedia*. Jewish Women's Archive, 2009.

## Objetivos

O objetivo central é a investigação do modo no qual as imagens fotográficas produzidas e disseminadas através do Instagram oficial das Forças de Defesa de Israel se apresentam como ferramentas viáveis para a investigação de aspectos relevantes sobre a organização, funcionamento e transformação da sociedade israelense a partir da construção ideal de um tipo específico de forças armadas, que a partir de uma rede de significações seus elementos – indivíduos e signos – interagem dialeticamente na composição da realidade.

Se faz necessário, dessa forma, reservar atenção ao processo de criação das FDI e o porquê da segurança nacional ser uma questão central à existência de Israel, bem como aos motivos, necessidades e intenções das forças armadas serem utilizadas como o instrumento de construção da nação mais poderoso e eficiente de Israel. Busca-se ainda, identificar como se organizam os grupos que fazem parte das FDI e as relações sociais que os definem enquanto tais, tanto na sua estrutura interna e quanto nas suas relações com outros grupos em sociedade, a fim de que seja possível analisar os usos políticos das imagens fotográficas que como elementos visuais de sentido são construídos, destruídos e reconstruídos ao entrarem em contato com diferentes indivíduos. Ainda, busca-se identificar quais são os elementos visuais selecionados para representar as forças armadas, assim como quais são os indivíduos. Por fim, objetiva-se a compreensão, na sociedade israelense, da interdependência das práticas político-culturais e de seus resultados, responsáveis por reforçar mutual e intertextualmente a prática social.

## Referenciais teórico-metodológicos

A pesquisa se constituirá frente a diferentes referenciais, que, em conjunto, serão responsáveis por amparar no alcance dos objetivos em termos conceituais. Os conceitos-chaves mobilizados aqui se relacionam com os campos das teorias de poder e da representação, sendo a priori os seguintes: *cultura*, *ideologia*, *fotografia pública*, *hegemonia* e *imaginário*.

Compreendendo o conceito de *cultura* como um sistema de comunicação e instância produtora de significados coletivamente aceitos como válidos e compreensíveis,<sup>10</sup> pode-se pontuar o meio social como o responsável na educação do indivíduo sobre a sua *cultura* que,

---

<sup>10</sup> MAUAD, Ana Maria. Fotografia pública e cultura do visual, em perspectiva histórica. *Revista Brasileira de História da Mídia*. Vol. 2, n. 2, 2013.

por via do material e do não-material, oferece mecanismos de pensar, se comportar, se identificar e se expressar. A *cultura visual*, por sua vez, diz respeito às construções culturais da experiência visual do dia-a-dia, criando um repertório visual de uma determinada coletividade e estando ainda ligada às práticas sociais, seria responsável por educar os sujeitos visualmente. A *cultura* é, ainda, um terreno de disputas que se relacionam com as imagens, rituais, mitos, discursos, identidades e comportamentos, sendo necessária a compreensão dos grupos sociais, as estruturas e dinâmicas de uma dada sociedade para interpretar a sua *cultura*.

A pesquisa também se relaciona com o conceito de *fotografia*, mais especificamente, com o debate dentro deste acerca da *fotografia pública*. As *fotografias públicas* são aquelas que passam pelo agenciamento, seja por parte da imprensa ou de uma instituição governamental, e assumem função política no espaço público. Nos debates iniciados pela historiadora Ana Mauad, o conceito abarca a noção de que essas imagens fotográficas seriam produzidas por aqueles na construção da opinião pública, com a finalidade de dar suporte à uma memória coletiva, à um discurso político ou à uma versão de um determinado acontecimento. Aqui, o Estado seria responsável pela construção de sentidos e conformação destes, ao serem consideradas que as escolhas de elementos que compõem as *fotografias públicas* processam-se por via da *ideologia* como mecanismo na elaboração das normas do *discurso* político.

Nesse sentido, a pesquisa também se relaciona com o conceito de *ideologia*<sup>11</sup> como uma visão de mundo organizada em representações, normas e valores. Recusando a noção da neutralidade dos discursos e representações, a *ideologia* é fundamental para lidar com a questão da mobilização política por via da *fotografia pública* que ocorre em prol da estabilização da ordem e da coesão de um determinado grupo em controle das mensagens constitutivas de uma sociedade. Em torno de ideias falsas ou verdadeiras, a *ideologia* auxilia na legitimação de um poder político dominante, não deixando de se fazer presente os valores contraditórios associados aos signos ideológicos e a realidade.

A dominação de uma classe sobre outra se apresenta por via de duas forças distintas e complementares: a político-militar e a ideológica – essa segunda se dá a partir do momento em que as classes subalternas aderem à ideologia da classe dominante, e quando o processo é bem sucedido, a classe dominante se converte em classe hegemônica. Entendendo a *hegemonia* como um corpo de práticas e expectativas sobre o todo social,<sup>12</sup> o conceito será aqui relacionado

<sup>11</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, H. Perez. *El Concepto de Clases Sociales: Bases para una discusión*. Madrid: Editorial Agusto, 1976; ECO, Umberto. *Tratado de Semiótica General*. Barcelona: Editorial Lumen, 2000; BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia de Linguagem*, São Paulo, Hucitec, 2006.

<sup>12</sup> CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e Resistência*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

ao de *cultura visual*. A *hegemonia* se apresentaria, nesse sentido, sob forma de um “regime da verdade” no teatro da visualidade, com a construção de uma única ordem discursiva a partir da socialização e interiorização das práticas típicas do grupo hegemônico, que constrói a *hegemonia* de um *imaginário* social e de uma imagética específica a partir de conflitos e alterações na ordem política, econômica e social.

O conceito de *imaginário*<sup>13</sup> irá contribuir ainda para a percepção dos discursos e dos objetivos ideológicos empreendidos pelo grupo que o elabora: nas disputas político-ideológicas pela *hegemonia* a elaboração do imaginário social é o caminho por meio do qual os indivíduos são efetivamente mobilizados. O *imaginário* se apresenta, aqui, como o conjunto de imagens posicionadas no inconsciente coletivo de uma sociedade ou de um grupo social como um depósito de memórias. Embora referindo-se a realidade, o *imaginário social* não será encarado aqui como o reflexo da sociedade em análise, mas como representações elaboradas sobre a realidade a partir da mobilização de signos e simbologias de um grupo social específico – o dominante. Os *imaginários sociais* são responsáveis, no geral, por proporcionar a um grupo uma representação de si próprio e do outro a partir de disposições sobre mitos, crenças comuns e posições sociais.

Dessa forma, e no que se diz respeito à fundamentação histórica e historiográfica, a pesquisa se apoiará em estudos sobre o Estado de Israel e a sociedade israelense, as representações, os discursos políticos e as possíveis disputas que perpassam a discussão. Além desse conjunto de problemáticas, e com o apoio de conceitos-chaves para o mapeamento da relação entre a sociedade israelense e a representação política a partir da imagem fotográfica, a pesquisa visa abordar o processo de construção do *imaginário* pelo viés do controle social da vida coletiva, de exercício de poder e produção de identidades, permitindo a compreensão de até que ponto as representações dialogam com a realidade e se são, de fato, *hegemônicas*.

Com relação às fontes, parte-se do pressuposto de que essas não falam por si só, esses documentos, sejam quais forem suas tipologias, não contêm toda a história, sendo necessário, como ponto inicial, questioná-los através de métodos específicos de investigação. As fontes primárias – as fotografias das Forças de Defesa de Israel – serão analisada com auxílio de uma bibliografia especializada no tema. Ou seja, para o trabalho com as imagens fotográficas, faz-se necessário o diálogo com autores que apontam direcionamentos para a pesquisa feita a partir

---

<sup>13</sup> BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. Leach, Edmund et Alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

desse tipo de linguagem, bem como a utilização de autores que oferecerão a fundamentação histórica e historiográfica para a pesquisa.

Distanciando-se da noção de que as imagens representam o real, na presente pesquisa as imagens serão posicionadas como representantes de um real imaginado, criado por um determinado grupo de pessoas em situação de poder, já que nas sociedades contemporâneas as classes dominantes são também aquelas no controle da criação, circulação e legitimação dos discursos e narrativas, sejam eles verbais ou não-verbais.<sup>14</sup> Inserindo as imagens fotográficas no contexto no qual estão sendo produzidas, faz-se necessário ao estudo histórico-semiótico dos comportamentos humanos a articulação da imagem com conceitos que dialogam com questões referentes ao poder, às representações e às ideologias.

A priori, as imagens fotográficas serão trabalhadas a partir dos três níveis semânticos do discurso propostos por Cardoso:<sup>15</sup> o figurativo, temático e o axiológico, na intenção de encarar as problemáticas das fotografias. A partir da observação das imagens fotografias, serão selecionadas grandes temáticas a partir da proeminência e prevalência de mensagens a serem transmitidas. Com os temas selecionados, têm-se a etapa de análise da figurabilidade através de um processo de seleção dos elementos figurativos, já que o fotógrafo como produtor da imagem escolhe, consciente ou inconscientemente, os mais diversos artifícios para estruturar as temáticas da sua imagem fotográfica e a mensagem que se encontra por trás dela. A partir da catalogação de temas e elementos figurativos das imagens, serão selecionados os elementos mais relevantes para a análise axiológica, que está relacionado com as práticas sociais. Dessa forma, além da atenção aos elementos que compõem a imagem, serão realizadas análises da sociedade na qual essas fotografias são produzidas e disseminadas, a fim de essas possam ser entendidas como materializações dos discursos em questão.

### **Considerações finais**

Incorporando o método ao material em análise, ou seja, as imagens fotográficas das Forças de Defesa de Israel que assumem caráter de *fotografias públicas* ao serem propagadas por via do Instagram, pode-se perceber, já no momento em que a pesquisa se encontra, que a seleção das imagens a serem compartilhadas teriam se direcionado mais a exposição dos integrantes das Forças de Defesa em detrimento da exposição de conflitos e da ocupação militar:

---

<sup>14</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion. *Ensaio Racionalistas: Filosofia, Ciências Naturais e História*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1988.

<sup>15</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion. *Narrativa, sentido, história*. Campinas: Papirus, 1997.

durante a criação oficial de imagens, ocorreria o direcionamento da atenção do público para questões como a dos esforços humanitários, o compromisso moral dos militares – seja para com o exército, o Estado, seus companheiros ou pautas sociais –, os avanços tecnológicos, entre outros. Ainda nesse sentido, nota-se a contínua utilização de *hashtags* e legendas que intencionam a interação com o público. Como resposta às ameaças internas e externas, faria sentido mobilizar o exército e sua representação como ferramenta do Estado de Israel na disputa pela hegemonia dos discursos e das representações.

À guisa de conclusão, entende-se que a partir da análise histórico-semiótica a imagem passa a ser encarada como portadora de sua própria linguagem, sendo esta capaz de comunicar uma mensagem e carregar consigo ideologias daqueles que a produzem. Dessa forma, a pertinência da utilização de imagens fotográficas em relação ao tema e à hipótese apresentada deve-se ao fato de na perspectiva desta pesquisa a imagem é, por si só, um fenômeno de produção de sentido. Não se busca, aqui, entender as fotografias como ilustração. Pelo contrário, como mensagem e ferramenta de formação de discurso se inserida no campo da comunicação, como linguagem portadora de significados e objetos de memória que precisam ser indagadas desde à produção até a circulação – tanto do objeto fotográfico quanto das ideologias que são transmitidas junto à eles.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E  
ENSINO DE HISTÓRIA



## **A educação como prática de resistência: uma análise dos valores presentes na escola da colônia nipônica em Bauru (1937-1957)**

Rosemeire Pereira D'Ávila<sup>1</sup>

Inserida no processo imigratório da sociedade brasileira, a imigração japonesa, constituiu-se em minoria, apesar de compor a maior comunidade japonesa fora do Japão. A política de cotas estava relacionada à campanha nacionalista de Getúlio Vargas, pois segundo Endrica, num primeiro momento, a entrada de imigrantes foi vista como positiva num contexto de “embranquecimento” de uma população de maioria negra, mas com o passar do tempo, Vargas baixou o decreto n.º 19.482, de 12 de dezembro 1930, limitando a entrada de estrangeiros no Brasil e estipulando que dois terços dos postos de trabalho deveriam ser ocupados por brasileiros, visando na verdade o apoio dos trabalhadores. O estrangeiro passou a ser sinônimo de problema, de movimento subversivo, de comunista, de anarquista, de nazista e, no caso do imigrante japonês, havia a questão do imperialismo, por isso essas características justificavam as medidas repressivas.<sup>2</sup> Tais medidas atingiram principalmente as escolas, centro de difusão da cultura e tradição das colônias japonesas, esse é um dos motivos pelos quais nossa pesquisa tem por objetivo analisar a estrutura de funcionamento e as dificuldades de adaptação da Escola de Língua Japonesa sediada no Clube Cultural Nipo Brasileiro (*kaikan*), na cidade de Bauru, no período de 1937 a 1957, principalmente diante da campanha nacionalista do Estado Novo e da intensificação das práticas nacionalistas implantadas pelo governo paulista, as fontes de pesquisa são as Atas do Clube Nipo Brasileiro e estudos sobre as escolas de imigrantes japoneses no Estado de São Paulo.

É sabido que durante a Segunda Guerra Mundial (1939 a 1945), houve a interrupção da entrada de imigrantes no Brasil, que apenas recomeçaria a partir de 1953, com novas levas do pós-guerra.<sup>3</sup> Porém, esses imigrantes japoneses que entraram no país foram recebidos como cidadãos de segunda categoria, haja vista que segundo Carneiro, desde a década de 1920, o

---

<sup>1</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp/Assis) sob orientação de Zélia Lopes da Silva.

<sup>2</sup> GERALDO, Endrica. A “lei de cotas” de 1934: controle de estrangeiros no Brasil. *Cadernos AEL*, v. 15, n. 27, p. 173-209, 2012. Disponível em <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2575>. Acesso em 5 out. 2020.

<sup>3</sup> SAKURAI, Célia. Imigração japonesa para o Brasil. Um exemplo de imigração tutelada- 1908- 1941. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS, 22, 1998, Caxambu. *Anais [...]* Caxambu, MG, 1998. Disponível em <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/22-encontro-anual-da-anpocs/gt-20/gt09-11#>. Acesso em 5 out. 2020.

imigrante estrangeiro passou a ser classificado nas categorias de “desejável” ou “indesejável” e foi selecionado a partir de critérios políticos, étnicos, culturais e religiosos, sendo que:

Entre 1930 e 1945, o governo de Getúlio Vargas colocou em prática uma política imigratória restritiva e racista. Vetou, com base em argumentos racistas, a concessão de vistos aos judeus, ciganos, negros e japoneses. O discurso racista reunia atributos que, no seu conjunto, transformavam essas minorias em seres indesejáveis, “indigestos”.<sup>4</sup>

É notório que se faz necessário esclarecer o significado de cidadão, conceito amplo que varia no tempo e espaço, além de implicar basicamente o direito à vida, à liberdade, à igualdade e à propriedade. Na concepção de Demant, “a conquista da cidadania passa pela existência de direitos políticos completos e iguais”.<sup>5</sup> Mas a questão das identidades coletivas heterogêneas ficou fora do olhar dos pensadores e políticos europeus e isso proporcionou uma idealização do conceito de cidadão evoluindo em sociedades que eram homogêneas, tanto racial quanto religiosa e etnicamente. O autor ainda assinala que a heterogeneidade não foi vivida como problema a agendar. Logo, a confrontação entre as diferenças surgidas tornou urgente achar soluções que possibilitassem a convivência e o conceito de cidadão também foi expandido para incluir a democracia e utilizado como método para permitir a coexistência de tantos homens diferentes.<sup>6</sup> A solução apontada por Demant, para uma convivência e integração aceitáveis entre minorias e majorias, não é somente a introdução da cidadania como princípio de organização política e social, mas seriam: as condições de socialização do grupo entre si, a implementação de mecanismos políticos de proteção comunitária (cooperativas e consórcios) e a presença de valores compartilhados entre eles.<sup>7</sup>

Na práxis diária do processo imigratório, os japoneses souberam articular os três itens. A socialização do grupo era um dos pilares da estrutura que dava sustentabilidade a esse processo, a ajuda mútua, o cooperativismo e o preocupar-se com o outro, enfim, o espírito de grupo embasou a fase pioneira da colonização em questões como a hospitalidade e o mutirão, que consistia em trabalho coletivo como para a construção de uma casa, queimada, roçado, colheita, ou no caso de Bauru, para a construção da Igreja *Tenrikyo*. Todos se uniam para apoiar quem necessitasse e o igualitarismo tornava o problema uma responsabilidade de todos.

<sup>4</sup> CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Imigrantes indesejáveis. A ideologia do etiquetamento durante a Era Vargas. *Revista USP*, SP, n. 119, p. 118, out/nov/dez 2018. Disponível em <https://jornal.usp.br/revistausp/revista-usp-119-textos-8-imigrantes-indesejaveis-a-ideologia-do-etiquetamento-durante-a-era-vargas/>. Acesso em 05 out. 2020.

<sup>5</sup> DEMANT, Peter. Direitos para os Excluídos. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *História da Cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 343.

<sup>6</sup> Id.

<sup>7</sup> Id.

Segundo Tomoo Handa, não se admitia desobediência às ordens, o infrator era excluído da associação numa espécie de ostracismo denominado de “*mura-hachibu*”.<sup>8</sup>

As associações ou núcleos comunitários representavam espaços de recriação das tradições da vida comunitária dos japoneses e conforme foram se ampliando, foi se desenvolvendo a segunda condição citada por Demant, as cooperativas, como nova forma de organização econômica, que auxiliavam na venda dos produtos produzidos pelos próprios imigrantes, na compra de insumos e implementos agrícolas. E, por último, quanto aos valores compartilhados, os japoneses os têm enraizados e os transmitem em tudo o que fazem. Conforme ressalta Shibata, desde os tempos dos samurais, o *Bushido* era o código de ética e conduta baseado em princípios morais, que regia a vida dos samurais, dentro e fora das batalhas. Apesar da antiguidade, esse código ainda representa a base do espírito japonês que respeita a cultura, os valores e a história. Alguns valores (como a disciplina) eram ensinados em três esferas: dentro de casa, na escola e na sociedade de tal forma que, mais tarde, se aplicavam à profissão, aos esportes, a projetos, etc. A tradição estava relacionada com a hierarquia e o respeito aos antepassados que são transmitidos de geração em geração. A hospitalidade e a gentileza também eram valores preservados e perpassados na medida em que implicavam na preocupação com o outro; e, por fim, o *Kansha* representava o “sentimento de gratidão” por tudo, inclusive pelos professores à quem dedicavam também o respeito como educadores e responsáveis pela transmissão dos saberes.<sup>9</sup>

A preocupação com a educação dos filhos sempre foi constante na vida e nas associações dos imigrantes. Logo, as escolas acabavam difundindo os valores e padrões de comportamento da sociedade de origem, os quais deveriam ser preservados pelas gerações mais novas, daí a grande importância da língua japonesa e da educação como elo de ligação com a cultura e as tradições, além de a educação desses filhos sempre significar um investimento por parte das famílias, esse é um dos motivos de ela ser considerada um dos principais meios e instrumentos de manutenção de suas tradições e identidade. Era por meio dela que seus filhos e descendentes teriam acesso à preservação de valores como a língua e a cultura japonesas simultaneamente. Dessa forma, essa era uma das primeiras preocupações dos imigrantes ao chegarem e se instalarem nos países receptores. Em Bauru, segundo relatos do Sr. Ogino, a colônia japonesa, ao receber a doação do terreno de 1760 metros quadrados do governo japonês, logo tratou de

---

<sup>8</sup> HANDA, Tomoo. *O imigrante japonês: história de sua vida no Brasil*. Centro de Estudos Nipo Brasileiros. São Paulo: T.A. Queiroz Editor, 1987.

<sup>9</sup> CAMACHO, Luiza M. Yshiguro. Valores Culturais Japoneses Presentes na Educação dos Nipo-Brasileiros. In: KISHIMOTO, Tizuko Morchida; DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri (org.). *Educação e Cultura: Brasil e Japão*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012. p. 91-105.

fundar a “Associação Japonesa”, onde funcionava uma escola de língua japonesa destinada aos filhos dos imigrantes.

A direção da escola ficou a cargo do Sr. Mikio Shimizu, porém as atividades foram ampliadas e, em Março de 1937, foi criada a Associação Divulgadora do Ensino da Cultura Japonesa da Região de Bauru para a Coordenação do ensino da língua japonesa na região de Duartina, Marília e Pompeia, cuja direção ficou a cargo do educador Shiguetora Igarashi.<sup>10</sup> Com a deflagração da II Guerra Mundial, em 1939, a “Associação Japonesa” teve seu nome alterado para “Clube Recreativo de Bauru”. Como observa Ogino, as atividades da entidade ainda continuaram normalmente com relação à fraternidade e solidariedade, mas com a adesão do Brasil à Guerra em 1942, foram várias as restrições impostas à colônia japonesa e uma delas incluía o fechamento de todas as escolas japonesas. A autorização para o retorno das atividades da Escola de Língua Japonesa só foi concedida após dez anos de paralisação, em 1952, pelo Inspetor de Ensino, Sr. Antônio Faria.<sup>11</sup>

Com a autorização para o reinício das atividades da Escola de Língua Japonesa, formou-se uma Comissão. Em março do mesmo ano, a colônia japonesa e a escola, preocupadas com os aspectos pedagógicos, trouxeram o palestrante Toyohito Kagawa para uma Conferência sobre Educação em Bauru e, em Julho, também houve uma assembleia da Colônia Japonesa para debater os problemas relacionados com o sistema de ensino da língua japonesa.<sup>12</sup> Como se vê, existia por parte da colônia uma preocupação que ia além da questão da fluência no idioma e se estendia a estudos relativos aos aspectos pedagógicos.

Segundo Demartini, os imigrantes japoneses tinham um grau mais elevado de educação, o que acabava por estimular as preocupações com atividades educativas e culturais, pois dos imigrantes japoneses que desembarcaram no Porto de Santos entre 1908 e 1932, 89,9% com idade superior a doze anos eram alfabetizados; entre os alemães, a porcentagem era de 91,1%; entre os italianos, era de 71,36%; entre os portugueses, era de 51,7% e entre os espanhóis era de 46,3%. Além disso, havia uma grande preocupação nas colônias de promover a cooperação entre os membros e a comunicação entre os núcleos coloniais.<sup>13</sup> O governo brasileiro não tinha como preocupação a construção, manutenção e expansão de escolas, nem mesmo para crianças

---

<sup>10</sup> OGINO, Massaru. *Reminiscências da vida no campo*. Clube Cultural Nipo-Brasileiro de Bauru – Edição Comemorativa do Centenário da Imigração Japonesa. São Manuel, SP: Grafilar, 2010.

<sup>11</sup> Id.

<sup>12</sup> Id.

<sup>13</sup> DEMARTINI, Zeila B. Fabri. Japoneses em São Paulo: Desafios da Educação na Nova Terra. In: KISHIMOTO, Tizuko Morchida; DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri (org.). *Educação e Cultura: Brasil e Japão*. SP, Editora da Universidade de São Paulo, 2012. p. 23-46.

brasileiras<sup>14</sup>, por isso antes de organizarem as Associações para encontros comunitários, os japoneses se preocupavam com a construção de escolas para seus filhos. Na descrição de Demartini, as escolas construídas por pais e associações de japoneses nas colônias, na maioria das vezes, eram de pau a pique, cobertas de sapé, com paredes de barro e chão batido e com número reduzido de alunos. As aulas eram em casas particulares, no início somente o japonês era ensinado, sendo que o que mais prejudicava o desenvolvimento dos trabalhos era a falta de material didático (livros japoneses). A partir de 1930, o Departamento de Educação do Estado de São Paulo tornou obrigatório o registro da escola dos núcleos de colonização, dessa forma, o ensino da Língua Japonesa tornou-se disciplina extracurricular e a Língua Portuguesa do currículo regular.

Segundo um levantamento do jornal *Jihô*, realizado em 1932, havia 178 escolas de ensino de Língua Japonesa no Estado e mais 20 ainda não oficializadas. As escolas se caracterizavam da seguinte forma: as surgidas das uniões familiares (Nipo Brasileiras); as fundadas por indivíduos com recursos para atender a demanda por educação da comunidade japonesa (Escola de Corte e Costura); escolas criadas pelas Companhias de imigração e escolas criadas por entidades religiosas.<sup>15</sup>

Desde a I Guerra Mundial, o Estado de São Paulo adotava a prática de implantar políticas nacionalistas que visavam controlar os imigrantes e evitar enquistamentos étnicos e o controle das escolas japonesas era apenas um desdobramento desse processo. De acordo com Demartini, desde 1933, passou-se a exigir exame de habilitação para professor de língua estrangeira, aprovação de livros de ensino de língua estrangeira, proibição de livros didáticos prejudiciais à formação do espírito nacional brasileiro e a proibição de estrangeiros exercerem o cargo de diretores e proprietários de escolas. Por outro lado, no contexto nacional, o governo de Getúlio Vargas pressionava com a política de nacionalização e dentre as medidas para

---

<sup>14</sup> Libâneo *et. al.* (2011), afirmam que a Revolução de 1930 representou a consolidação do capitalismo industrial no Brasil o qual foi determinante para às novas exigências educacionais, somente a partir daí, após vinte anos, as escolas primárias dobraram em número, e as secundárias e técnicas quase quadruplicaram. A Constituição de 1891, ao instituir a União como responsável pela educação superior e secundária e repassar aos Estados a responsabilidade da educação elementar e profissional, revelava, na realidade, o despreço pela educação elementar. Mais tarde o *Manifesto dos Pioneiros*, de 1932, o qual buscava uma escola pública laica, obrigatória e gratuita foi contemplada na Constituição de 1934, porém esse debate encontrou oposição dos católicos à laicização da escola pública. A mesma Constituição passou a fiscalizar as instituições de ensino público e particular e as Leis Orgânicas de 1942 e 1946 da Reforma Capanema reafirmaram a centralização da década de 30, com a desobrigação do Estado para com a expansão do ensino público, mas ao mesmo tempo lidando com a questão da reforma do ensino industrial, comercial e secundário (criação do Senai e Senac), deixando claro o descompromisso do Estado para com a comunidade, ou seja, durante o Estado Novo, perdurou um dualismo educacional: ensino secundário para as elites e ensino profissionalizante para as classes populares. LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João F. de; TOSCHI, M. Seabra. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2011.

<sup>15</sup> DEMARTINI, op. cit.

estabelecer uma rápida integração dos estrangeiros à sociedade brasileira, a partir de 1933, o governo estabeleceu a proibição da entrada de elementos das raças negra e amarela de qualquer procedência; passou a exigir exame de sanidade física e mental para estrangeiros que desejassem residir no país ou se naturalizar; promulgou a lei de cotas em 1934, estabelecendo em 2% o limite anual de entrada de imigrantes estrangeiros no país; em 1938 proibiu nas zonas rurais o ensino de língua estrangeira para menores de quatorze anos; proibiu a circulação de jornais e periódicos estrangeiros e, em dezembro de 1938, determinou o fechamento das escolas de língua estrangeira.<sup>16</sup> Conforme ressaltado por Takeuchi, ao nacionalismo do Estado Novo, somaram-se questões como o expansionismo militarista japonês (ocupação da Manchúria), o nazismo na Alemanha e o fascismo na Itália. Com a emergência da Alemanha Nazista, o velho problema da discussão racial acabou por colocar-se novamente sob o manto da eugenia, trazendo à tona a questão da concorrência entre nacionais e estrangeiros. É preciso acentuar que o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, ocorrido em 1929, dedicou doze parágrafos à questão dos imigrantes que passaram a ser um problema de ordem pública e social ou designados como “quistos étnicos”.<sup>17</sup> Diante do exposto, percebe-se que existe um contexto de controle e cerceamento das liberdades pressionando a favor de uma política de nacionalização que objetivava à integração desses imigrantes estrangeiros, principalmente os asiáticos a um formato de sociedade idealizado de forma homogênea sem levar em conta as características étnicas, religiosas e culturais. Dentro do cenário nacional, os imigrantes japoneses desejavam uma educação capaz de perpetuar os princípios nacionais e tradicionais, enquanto que o governo nacionalista de Vargas ia à contramão desse processo. De acordo com Shibata, apesar de as restrições ao funcionamento das escolas de língua japonesa e estrangeiras terem sido uma imposição do governo nacionalista de Getúlio Vargas, no período do Estado Novo, a maioria dos imigrantes associou o fechamento e a proibição às causas da II Guerra Mundial. Dessa forma, por um lado, as escolas acabaram por tornarem-se alvos da política nacionalista do Estado Novo e, por outro, escolas e imigrantes tornavam-se motivo de insatisfação por parte da elite brasileira que sustentava posturas xenófobas contra os japoneses, considerados representantes dos “quistos étnicos”.<sup>18</sup>

---

<sup>16</sup> Id.

<sup>17</sup> TAKEUCHI, Márcia Yumi. “A comunidade japonesa no Brasil (1908-1924). Quistos étnicos ou espaços de identidade imigrante”. *Storicamente*, n. 5, 2009. Disponível em: <https://storicamente.org/sites/default/images/articles/media/1105/migrazioni-takeuchi.pdf>. Acesso em: 5 out. 2020.

<sup>18</sup> SHIBATA, Hiromi. A Nacionalização do Ensino e os Japoneses em São Paulo. In: KISHIMOTO, Tizuko Morchida; DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri (org.). *Educação e Cultura: Brasil e Japão*. SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2012. p. 47-67.

Ainda ao que se refere à eclosão da guerra e ao pós-guerra em 1941, é importante destacar que a Intendência da Segurança Pública de São Paulo passou a regulamentar as atividades dos estrangeiros naturais dos países do “eixo” que eram obrigados a respeitar uma série de limitações, pois ficavam proibidos de falar e escrever na língua de origem, de se reunirem, de trocarem ideias sobre a situação internacional sem autorização. Também foram realizadas evacuações em áreas de concentração de japoneses, congelaram bens de japoneses e representantes do governo japonês retornaram ao Japão. Esses fatos provocaram um sentimento de desamparo que teria estimulado a organização dos japoneses no Brasil em entidades como a *Shindo Renmei*.<sup>19</sup>

Todos os esforços e a perseverança na manutenção e continuidade das atividades da escola de Língua Japonesa, na realidade, representavam a possibilidade de continuar transmitindo os valores culturais japoneses por meio da educação, tendo a língua como mais um elemento transmissor de cultura. Mas, o desfecho da II Guerra Mundial se colocou como fato inesperado para muitos imigrantes que tiveram interrompido o sonho do retorno e colocou uma situação mais inesperada ainda que foi a possibilidade de assimilação da cultura brasileira pelos filhos. Perante essa realidade, a resistência e a perseverança da colônia japonesa tanto em São Paulo, quanto em Bauru, foram no sentido de tentarem se organizar e suprir as deficiências do sistema de ensino nacional, além de colocarem a escola como articuladora da identidade étnica pautada nos critérios nacionais japoneses. Dessa forma, Shibata nos alerta que o aprendizado da língua japonesa era o veículo de acesso dos alunos aos ensinamentos da Educação Moral e Cívica Japonesa, assegurando aos pais das gerações anteriores que seus filhos tivessem acesso as suas tradições, à veneração do imperador, de seus símbolos e heróis.<sup>20</sup> Tal fato fica claro na redação premiada num concurso literário, de uma aluna da Escola Primária Japonesa, da cidade de Bauru, em 1938, quando a mesma relata suas memórias a respeito da influência do professor sobre os “princípios tradicionais japoneses” cultivados por meio do “espírito japonês”:

(...). De fato, nós somos japoneses, certa vez um professor nos ensinou que nosso país é diferente dos outros. Trata-se de um país com uma história admirável, tendo acima o imperador e abaixo a lealdade e a bravura “*tyuyu*” do povo – é um povo maravilhoso. Dessa forma, o “*kokutai*” que nós incorporamos e devemos venerar cuidadosamente, disse o professor. Mesmo sem a escola, a língua japonesa não pode ser esquecida.<sup>21</sup>

<sup>19</sup> DEMARTINI, op. cit.

<sup>20</sup> SHIBATA, op. cit.

<sup>21</sup> SHIBATA, op. cit., *apud* TERAKADO, Yoshio; KOMATSU, Miyoshi; OKAZAKI. *Pa Entyosen Kyoiku* (História da Educação da Alta Paulista). Trad. Yoko Ishihara. (s.l.), Nipakusha, 1941, p. 198-199.

A realidade de vida que se colocava para os imigrantes no Brasil nas décadas de 20 e 30 do século passado ia à contramão dos valores cultuados por eles como o culto ao imperador<sup>22</sup>, figura central e venerada, o outro; a transmissão dos conhecimentos por meio da língua materna. A ética, os princípios e as virtudes da educação escolar sempre foram considerados fundamentais para a formação do indivíduo e da nação japonesa, por isso a harmonia entre governantes e governados era considerada a base da educação nacional e a escola era o meio social mais utilizado:

Dentro do espaço escolar as pessoas reuniam-se em ocasiões importantes como a celebração do Ano Novo (*Shiho Hai*), o Dia do Império (*Kigen Setsu*), o aniversário do Imperador (*Tencho Setsu*), festas de aniversários, casamentos e outras festividades. Muitos rituais precediam necessariamente outras atividades na escola: o culto ao Palácio Imperial; a veneração do retrato do imperador; o ritual da leitura do “Édito Imperial da Educação” e o canto do hino nacional japonês (*kimi ga yo*). Tais manifestações, pró-governo japonês, preocupavam as autoridades paulistas.<sup>23</sup>

Em outras palavras, a harmonia entre governantes e governados foi mantida (no Japão e no Brasil, por um período) por meio da educação nacional como veículo de transmissão dos valores e princípios tradicionais dessa sociedade, entretanto a intensificação das práticas nacionalistas, implantadas pelo governo paulista e de Getúlio Vargas, a partir da década de 30 e conseqüentemente, a proibição de escolas de língua japonesas, as quais eram o suporte de sustentação da cultura e tradições poderiam abalar a harmonia. Mas na maioria das associações, a união permaneceu e para lidar com as dificuldades impostas com a implantação das práticas nacionalistas, várias estratégias e formas de resistências foram utilizadas para preservar seus valores e identidade. De acordo com Renan<sup>24</sup> o que mantém uma nação unida são três coisas: “A posse em comum de um rico legado de memória, o desejo de viver em conjunto e a vontade de perpetuar, de uma forma indivisa, a herança que se recebeu”. Esses três itens constituíam as

<sup>22</sup> Os primeiros imigrantes radicados no Brasil concluíram a educação primária em um Japão cuja política educacional nacionalista foi herdada da Restauração *Meiji* (1868), baseada no *bushido* (código de conduta do samurai, pautado pela lealdade, dignidade e honra) como marco de identificação nacional. Dessa forma, a escola primária educava o indivíduo mais como súdito do que como cidadão, o qual reconhecia sua dívida para com a família, o Estado e a coletividade. O currículo escolar priorizava os ensinamentos da moral (*Shushin*) e a veneração do Hino (*Kimi ga yo*), a bandeira, os retratos imperiais e o *Kyoiku Chokugô* (Rescrito Imperial da Educação de 1890). Era dessa maneira que a harmonia entre governantes e governados tornavam-se os fundamentos da educação nacional, foi com essa mentalidade e nesses moldes que eles emigraram e organizaram suas escolas tentando perpetuar esses princípios tradicionais. SHIBATA, Hiromi. A Nacionalização do Ensino e os Japoneses em São Paulo. In: Educação e Cultura: Brasil e Japão KISHIMOTO, Tizuko M., DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri (orgs.). *Educação e Cultura: Brasil e Japão*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

<sup>23</sup> DEMARTINI, op. cit., p. 38. Grifo do autor.

<sup>24</sup> RENAN, E. "What is a Nation?". In: Bhabha, H. (org.) *Narrating the Nation*. Londres: Routledge, 1990 *apud* HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. RJ: DP&A, 2006, p. 58.



características que mantinham unida a comunidade nipônica em Bauru que tentava dar continuidade às suas tradições e manter os traços de sua cultura.<sup>25</sup>

Os meios encontrados e utilizados pelos imigrantes nipônicos como forma de resistência para que pudessem perseverar na condução de um processo educacional escolhido por eles, como meio de preservação de seus valores e identidade, variaram conforme as necessidades e circunstâncias. Como foi colocado por Demartini, aos poucos eles foram desenvolvendo estratégias para burlar as leis e a vigilância, a saber: tinham olheiros para avisar quando chegasse um estranho (no caso de professores que ensinavam a língua japonesa); professor “disfarçado” de sitiante criando galinhas e formando lavouras; uso de professores particulares para não configurar escola; manutenção de laços de amizade com pessoas importantes da cidade e do governo, etc. Convém ressaltar que, segundo a autora, na metrópole de São Paulo muitas escolas continuaram funcionando, tal fato é atribuído aos vínculos estabelecidos com as autoridades escolares nacionais.<sup>26</sup> No interior, a dinâmica se estruturava conforme relatos do Sr. Massaru Ogino, da seguinte forma: “a frequência às aulas era realizada às escondidas e à noite”.<sup>27</sup> Após muito tempo, o Sr. Ogino retornou à cidade onde viveu parte da infância: Assahi, região de Duartina, próxima a Bauru. Ali havia uma colônia de imigrantes japoneses com aproximadamente 60 famílias, mas segundo ele, o Assahi de hoje já não é o mesmo do passado:

Os verdes que se descortinam são apenas pastagens e mais pastagens, até se perder de vista. Mas, observando melhor do alto da colina, avisto espalhadas nas pastagens inúmeras moitas de bambu. Em cada uma dessas moitas de bambu havia uma casa de imigrante. Na roça, as famílias inteiras manuseiam vigorosamente a enxada, as crianças estão voltando da escolinha. Aquele último que está chupando coquinho silvestre sou eu! Carroças lotadas de fardos de algodão passam em fila indiana. Estava assim deliciando essas cenas, quando voltei a mim. Acho que por aqui tinha um riacho. Ah, achei! Entre pedras cobertas de musgo, corria fresco e cristalino aquele regato em que tantas vezes saciamos a sede na volta da escola. Bebendo a água do riacho que resistiu ao tempo, sob um pôr do sol que é familiar, satisfeito, iniciei o caminho de volta.<sup>28</sup>

O Sr. Ogino descreve as memórias de sua infância que se tornaram mais vivas em contato com a realidade, ainda que não fosse mais a mesma. Com relação à Escola Rural Mista, citada no texto acima e frequentada por ele, o que mais chamou sua atenção e que ele reteve nessas memórias foi a forma de organização e a estrutura social muito peculiar do bairro Assahi.

<sup>25</sup> O conceito de cultura utilizado foi o definido por Hall, como “*comunidade imaginada*”, onde se tem as “*memórias do passado, o desejo de viver em conjunto e a perpetuação como herança*”.

<sup>26</sup> DEMARTINI, op. cit.

<sup>27</sup> OGINO, op. cit., p. 40.

<sup>28</sup> Id.

Segundo ele, o centro de decisões era o *Nihon-jin-kai*.<sup>29</sup> Também havia o departamento cultural, sob o cuidado dos jovens (moças e rapazes), geralmente nascidos no Japão, conhecedores, portanto, da língua japonesa. Como era a década de 40 do século passado e o ensino de línguas estrangeiras estava proibido, o aprendizado se dava à noite, em esconderijos dispersos por vários locais. Além de ensinarem, os jovens organizavam-se em grupos de estudos e escreviam *Sakabum* (monografias) que eram encadernadas, formando o *Wakagussa* (coletânea mensal). As mesmas eram distribuídas de casa em casa para que houvesse uma avaliação pública. No período da manhã, as crianças caminhavam sete quilômetros para chegar à escola de ensino regular, onde cerca de 60 alunos aprendiam língua portuguesa, matemática, etc.; e, à noite, duas vezes por semana, estudavam o *nihongô* (língua japonesa).<sup>30</sup> O Sr. Ogino afirma que “talvez pela vontade de retornar ao Japão, todos os filhos que aqui nasciam eram registrados através do Consulado e no Japão também, com isso tinham dupla cidadania”.<sup>31</sup>

### Considerações Finais

Diante da realidade da nacionalização, esses sujeitos preocupados com sua cultura e valores mostraram-se capazes de interferir no processo histórico que vivenciaram, utilizando-se dos mais diversos meios encontrados, os quais variaram conforme as necessidades e circunstâncias como forma de resistência para que pudessem perseverar na condução de um processo educacional escolhido por eles, como meio de preservação de seus valores e identidade.

---

<sup>29</sup> Associações que surgiram com o objetivo de fundar escolas para os filhos dos imigrantes (nos moldes da cultura japonesa).

<sup>30</sup> OGINO, op. cit.

<sup>31</sup> Id., p. 39.

## **Música e ensino de história: obra de Chico Buarque de Hollanda e o Regime Militar no Brasil (1968-1975)**

Geso Batista de Souza Júnior<sup>1</sup>

O presente artigo tem por objetivo analisar as músicas de Chico Buarque de Hollanda durante o período de Regime Militar no Brasil, especificamente durante os anos de 1968 a 1975. Pretende-se contextualizar esse período histórico no Brasil e as manifestações culturais durante o regime militar. O intuito também é oferecer esta pesquisa como fonte documental para uso em sala de aula, evidenciando como a arte e a história se imbricam, e como o artista tem sua maneira de se expressar e participar da vida política, manifestando seu pensamento na luta pela liberdade de expressão. Esta pesquisa possibilita uma abordagem mais cultural deste período histórico, enriquecendo o aprendizado do aluno, indo além dos fatos políticos e econômicos. As letras das canções de Chico Buarque de Hollanda aqui analisadas possibilitam a correlação de fatos históricos e a melhor compreensão do cotidiano político e sociocultural desse período marcante da história recente brasileira. Assim, por meio da pesquisa bibliográfica, serão analisados o conteúdo das músicas, livros e artigos que tratam desse período histórico, político e cultural no Brasil.

Especificamente durante o período de governo do General Médici (1969-1974), observou-se um cotidiano de embates em que opressão e liberdade de expressão se chocavam, e a subversão ou simplesmente a suspeita de subversão era castigada. Analisando o aspecto cultural, todos esses fatores de repressão fizeram com que a História do Brasil tivesse um retrocesso, uma vez que uma instância do poder se sobrepôs violentamente às demais, sendo a população e o processo democrático as grandes vítimas do sistema ditatorial instalado. Como naquela época os meios de comunicação - jornais, revistas, televisão - eram restritos a uma pequena parcela da população, o rádio ainda era o meio mais acessível, devido ao fator econômico. Dessa forma, a música tornou-se uma forma de expressão importante.

O chamado “fechamento político”<sup>2</sup> que ocorreu no Brasil durante o governo do então presidente Emílio Garrastazu Médici despertou na classe artística a necessidade de provocar na população o apoio às ideologias democráticas e resistentes ao regime político, assim, as músicas

---

<sup>1</sup> Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp/Assis) sob orientação de Áureo Busetto.

<sup>2</sup> Também é posterior ao AI-5, a criação do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), oriundos da Operação Bandeirante, responsável pelas prisões e torturas que marcaram o período, conforme Joffily (2008).

traziam mensagens implícitas, fazendo com que as pessoas parassem para pensar na instabilidade política por que o país atravessava. É de extrema importância contextualizar esse período histórico para sua melhor compreensão durante esta análise e sua posterior utilização em sala de aula. O golpe de 31 de março de 1964 efetivou o poder dos militares e a estratégia para governar foram os Atos Institucionais, que os dotavam de poderes não existentes na Constituição, além de reformas educacionais adequando a legislação e os currículos aos seus interesses. Nesse sentido, é importante entendermos o período do pós-64, em especial os anos posteriores a 1968 quando é promulgado o Ato Institucional nº 5, o AI-5, que institucionalizou a repressão característica do regime militar brasileiro.

De acordo com Marcos Napolitano, o regime militar brasileiro passou por um momento de ausência de legitimidade política e por esse motivo montou um aparelho repressivo, na tentativa de suprir essa deficiência. Para o autor, outros dois aspectos devem ser considerados nesse resgate histórico, especialmente quando se compara a situação brasileira com as demais ditaduras latino-americanas: o primeiro diz respeito à contínua rotatividade dos generais-presidentes no poder, de modo a evitar o desgaste de uma ditadura personalista; já o segundo aspecto refere-se a uma estruturação do que o autor chama de “teia legal”, constituída de decretos e atos institucionais que conferiram aos chefes militares, durante longo período, o poder de cometer diversas arbitrariedades, pois praticamente anularam o Poder Legislativo, enquadraram o Judiciário e deram ao Executivo a possibilidade de silenciar a oposição.<sup>3</sup> O citado aparelho repressivo, entre outras atividades, atuava como censor de ideologias contrárias à ordem estabelecida, o que inclui manifestações artísticas. Conforme Napolitano, era natural que houvesse uma comunicação entre as diferentes instâncias que formavam esse aparelho. Quando o regime militar foi instalado, vários movimentos foram perseguidos e reprimidos, como o movimento operário e o movimento estudantil. Passeatas e manifestações de protestos eram contidas com cassetetes, bombas de gás lacrimogêneo, tanques e assassinatos. Pessoas eram torturadas, perseguidas e “desaparecidas”. O sistema educacional também foi atingido pelo novo regime. A disciplina de História também foi retirada dos currículos escolares, e através da Lei 5692/71, acabou sendo substituída pela disciplina de Estudos Sociais, conforme explica Kátia Maria Abud.<sup>4</sup> Tal reflexão demonstra o quão recente é o desafio educacional para transformar as aulas de História em um instrumento capaz de despertar o senso crítico dos

---

<sup>3</sup> NAPOLITANO, Marcos. MPB: a trilha sonora da abertura política (1975/1982). *Estudos Avançados*, v. 24, p. 389-402, 2010, p. 27.

<sup>4</sup> ABUD, Kátia Maria. Registro e representação do cotidiano: a música popular na aula de História”. In: *Caderno Cedes*. Campinas, v. 25, n. 67. p. 309-317, set/dez. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v25n67/a04v2567.pdf>. Acesso em 20 nov 2014.

alunos, algo imprescindível à sua formação cidadã. E como veremos no decorrer desta pesquisa, a música de Chico Buarque de Hollanda foi uma das maneiras de se comunicar com os brasileiros de uma forma implícita, demonstrando todo o descontento social com a opressão, retratando um período que deixou marcas em mais de uma geração.

### **A música no ensino de história**

Citando Henri Monior, Circe Bittencourt diz que ao selecionar suas fontes de pesquisa, o historiador já possui um conhecimento histórico sobre o período e tem domínio de conceitos e categorias de conceitos e categorias fundamentais para a análise histórica. Dessa forma, quando usa um documento transformado em fonte de pesquisa, o historiador parte de referenciais e de objetivos muito diferentes aos de uma situação em sala de aula. “As diferenças são marcantes, e disso decorrem os cuidados que o professor precisa ter para transformar “documentos” em materiais didáticos”.<sup>5</sup> Para a autora, ao se fazer a análise de um documento transformado em material didático, deve-se levar em conta a articulação entre os métodos do historiador e os pedagógicos. A pesquisadora<sup>6</sup> propõe um esquema de análise possível, assim, fazer análise e comentário de um documento corresponde a: a) descrevê-lo, destacando as informações que ele contém; b) mobilizar os saberes e conhecimentos prévios; c) explicar o documento, associando-o aos saberes anteriores; d) situar o documento no contexto e em relação ao seu autor; e) identificar a natureza desse documento e explorar esta característica; f) por fim, identificar os limites e o interesse do documento para criticá-lo. Tal proposta é apresentada como uma opção válida para qualquer documento inserido em situação pedagógica.

Nas aulas de História, músicas têm sido frequentemente usadas, assim como em outras disciplinas. Dentre os gêneros musicais mais utilizados, destaca-se a MPB. Conforme a autora, a abordagem dos regimes políticos tem sido feita por intermédio de músicas, como no caso de sambas na fase de Getúlio Vargas e MPB no período militar, especialmente com as músicas engajadas e de protesto. A música popular tem sido a preferida dos professores pela sua característica indubitável de ser “a intérprete de dilemas nacionais e o veículo de utopias sociais; canta o futebol, o amor, a dor, um cantinho e o violão”.<sup>7</sup> Assim, o uso da música em sala de aula se mostra importante, pois é uma maneira de se aproximar do jovem e de sua vivência.

---

<sup>5</sup> BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008, p. 329.

<sup>6</sup> Id., p. 334.

<sup>7</sup> NAPOLITANO, 2002, p. 7 *apud* BITTENCOURT, op. cit., p. 379.

Entretanto, o desafio é transpor o ato de ouvir a música para pensar a música. No geral, a autora aponta que no ensino de História é comum analisar a letra separada da música e autor sem o contexto social em que produz a obra. Ao tratar da música popular na aula de história, Kátia Abud afirma que um trabalho com a linguagem expressa das canções foge ao convencional. Para a autora, esse método tem o propósito de auxiliar o aluno a construir o conhecimento histórico a partir de documentos diferenciados dos costumeiramente presentes nas aulas.

Assim, nesse processo, os mesmos instrumentos que levam à construção dos conceitos espontâneos podem ser retomados para a caminhada em direção à construção dos conceitos científicos. Mesmo com uma didática que ultrapasse os limites do tradicional livro didático, Bittencourt salienta que o ensino da História do Brasil em sala de aula requer um compromisso político e cultural, obedecendo a critérios metodológicos e com fundamentação teórica rigorosa tanto no que refere à historiografia quanto à pedagogia.

### **Objeto de estudo: as músicas de Chico Buarque de Hollanda**

As letras das músicas analisadas do Cantor Chico Buarque de Hollanda, transcende o tempo e faz nos refletir, pensar criticamente sobre a história de nosso país. Analisando a obra do cantor Chico Buarque de Hollanda, suas canções são carregadas de um lirismo, de uma nostalgia, cheia de saudades. O artista conseguiu mudar o sentido de sua produção, mais romântica, para uma música com caráter de protesto político. Suas músicas passaram a ser carregadas de valores simbólicos, que representava a voz dos exilados, torturados e censurados. Nos anos seguintes ao AI-5, as músicas de Chico Buarque, a utopia e a crítica andavam juntas, fatores que acabaram produzindo verdadeiros hinos, símbolos contra o regime militar. A seguir, apresentamos duas músicas representativas desse período, compostas por Chico Buarque, com análises sobre seu conteúdo, vinculado ao contexto histórico aqui estudado.

a) Apesar de você<sup>8</sup>

|                                                |                                        |
|------------------------------------------------|----------------------------------------|
| <i>Amanhã vai ser outro dia</i>                | <i>Você vai pagar, e é dobrado</i>     |
| <i>Hoje você é quem manda</i>                  | <i>Cada lágrima rolada</i>             |
| <i>Falou, tá falado</i>                        | <i>Nesse meu penar</i>                 |
| <i>Não tem discussão, não</i>                  | <i>Apesar de você</i>                  |
| <i>A minha gente hoje anda</i>                 | <i>Amanhã há de ser outro dia</i>      |
| <i>Falando de lado e olhando pro chão</i>      | <i>Ainda pago pra ver</i>              |
| <i>Viu?</i>                                    | <i>O jardim florescer</i>              |
| <i>Você que inventou esse Estado</i>           | <i>Qual você não queria</i>            |
| <i>Inventou de inventar</i>                    | <i>Você vai se amargar</i>             |
| <i>Toda escuridão</i>                          | <i>Vendo o dia raiar</i>               |
| <i>Você que inventou o pecado</i>              | <i>Sem lhe pedir licença</i>           |
| <i>Esqueceu-se de inventar o perdão</i>        | <i>E eu vou morrer de rir</i>          |
| <i>Apesar de você</i>                          | <i>E esse dia há de vir</i>            |
| <i>Amanhã há de ser outro dia</i>              | <i>Antes do que você pensa</i>         |
| <i>Eu pergunto a você onde vai se esconder</i> | <i>Apesar de você</i>                  |
| <i>Da enorme euforia?</i>                      | <i>Amanhã há de ser outro dia</i>      |
| <i>Como vai proibir</i>                        | <i>Você vai ter que ver</i>            |
| <i>Quando o galo insistir em cantar?</i>       | <i>A manhã renascer</i>                |
| <i>Água nova brotando</i>                      | <i>E esbanjar poesia</i>               |
| <i>E a gente se amando sem parar</i>           | <i>Como vai se explicar</i>            |
| <i>Quando chegar o momento</i>                 | <i>Vendo o céu clarear, de repente</i> |
| <i>Esse meu sofrimento</i>                     | <i>Impunemente?</i>                    |
| <i>Vou cobrar com juro. Juro!</i>              | <i>Como vai abafar</i>                 |
| <i>Todo esse amor reprimido</i>                | <i>Nosso coro a cantar</i>             |
| <i>Esse grito contido</i>                      | <i>Na sua frente</i>                   |
| <i>Esse samba no escuro</i>                    | <i>Apesar de você</i>                  |
| <i>Você que inventou a tristeza</i>            | <i>Apesar de você</i>                  |
| <i>Ora tenha a fineza</i>                      | <i>Amanhã há de ser outro dia</i>      |
| <i>De "desinventar"</i>                        | <i>Você vai se dar mal, etc e tal</i>  |
|                                                | <i>La, laiá, la laiá, la laiá</i>      |

Esse sentimento é expresso em detalhes na última estrofe: “*Não vai ser em vão / Que fiz tantos planos / De me enganar / Como fiz enganos / De me encontrar / Como fiz estradas / De me perder / Fiz de tudo e nada / De te esquecer*” esmiúçam o vazio das noites. Sobre uma harmonia repetida e cíclica, as vozes tratam de, em sobreposição, cantar essa letra que não chega a lugar nenhum.

O resultado dessa canção é um vazio que permeia todos os versos. Dotado de uma tristeza ímpar na música brasileira, a canção não se refere unicamente ao exílio em si. Enquadra-se bem no quadro dos exilados que passariam a ser mais frequentes a partir do ano que canção foi composta (1968), mas trata-se, no fim das contas, de uma alienação, segundo a análise já citada de Lorenzo Mammì (2004). A letra mostra a ilusão de se querer o novo e se manter o

<sup>8</sup> “Apesar de Você” (Chico Buarque). (Philips/1970).

velho. Mostra que, quando se toma um caminho, nem sempre se consegue voltar. Em sua pesquisa *A obra musical de Chico Buarque entre nostalgia, crítica e utopia: análise historiográfica* (2008), José Roberto Corrêa Such destaca que esta música representa um clima tenso no Brasil e representa bem o sentimento de angústia e de imobilismo que o artista sente, mas que não pode revelar ou liberar, revelando esse clima pesado na melodia da música, que é dirigida exatamente ao presidente Médici e seu Estado autoritário. Adélia Bezerra de Meneses<sup>9</sup> apresenta a visão de Chico sobre o retorno de seu interesse pela política e a interferência desta em sua música, em entrevista ao jornal *O Globo*, em 15 de julho de 1979.

Eu vim realmente a começar a entender o que estava acontecendo quando cheguei de volta, em 1970. Era uma barra muito pesada, véspera de Copa do Mundo. Foi um susto chegar aqui e encontrar uma realidade que eu não imaginava. Em um ano e meio de distância dava para notar. Aqueles carros entulhados como os "Brasil, ame-o ou deixe-o", ou ainda "Ame-o ou morra" nos vidros de trás. Mas não tinha outra. Eu sabia que era o novo quadro, independentemente de choques ou não. "Muito bem, é aqui que eu vou viver". Que realmente eu já estava aqui de volta. Então fiz o *Apesar de Você*.

A autora chama a atenção para a questão do tempo na produção de Chico. Nesse momento de "*Apesar de Você*", o compositor passa a encarar o tempo não mais como algo que dilui as coisas, mas como algo que carrega em seu bojo a virtualidade da transformação. O tempo se apresenta como algo a vir e não como um passado a ser recuperado. "Assim, o tempo assumirá nas suas canções uma dimensão histórica, desaparecendo o "tempo mítico", para dar lugar a momentos históricos".<sup>10</sup> Tratando sobre o tempo, vale destacar uma passagem histórica relacionada à composição e lançamento desta música, cujo relato enriquecedor foi feito por Wagner Homem.

Chico acabara de mostrar a nova composição para Vinícius, e, prevendo atritos com a censura, resolveu consultar o amigo Manuel Barenbein. O experiente produtor ponderou que só haveria problemas se os censores percebessem segundas intenções. E, de fato, num primeiro momento, não houve. Para surpresa geral, a letra foi liberada. Gravada, chegou a vender mais e 100 mil compactos em uma semana.<sup>11</sup>

Para a infelicidade do grupo, um jornal carioca insinuou que "você" referia-se à Médici. Apesar da desculpa ensaiada, a polícia recolheu as cópias das lojas e proibiu sua execução nas rádios, entretanto, a matriz foi preservada e relançada em 1978, conforme o autor. Sobre a função social de "*Apesar de Você*" enquanto canção de protesto, Meneses analisa que:

<sup>9</sup> MENESES, Adélia Bezerra de. *Desenho Mágico: Poesia e Política em Chico Buarque*. 3. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002, p. 35.

<sup>10</sup> Id.

<sup>11</sup> HOMEM, Wagner. *História de canções: Chico Buarque*. São Paulo: Leya, 2009, p. 85.



À primeira vista, a ela pode ser atribuído o papel imediato e primário de suscitar a consciência da repressão, apontando as relações entre autoritarismo-repressão política-repressão sexual-supressão do corpo. Mas ela exerce também, inequivocadamente, a função de descarregar - através das ameaças - a raiva impotente pela ausência de liberdade.<sup>12</sup>

No trecho: "*Como vai abafar / Nosso coro a cantar / Na sua frente*", é percebida uma clara crítica à manipulação que o governo exercia sobre a mídia e a censura musical, a qual todas as músicas tinham que passar pelos censores, para poder ser "publicada", observa-se o enfrentamento, um desabafo que o poeta faz ao Regime Militar. Assim, para Meneses, a canção "Apesar de Você" apresenta de um lado a realidade repressiva do poder, configurando uma situação de sujeição, como pode ser visto no trecho: "Hoje você é quem manda / falou tá falado / não tem discussão"; Por outro lado, a autora identifica a perspectiva de alteração radical dessa situação, num amanhã, "quando o galo cantar e o dia raiar". Segundo Marcos Napolitano,<sup>13</sup> em fins de 1996, a consagração artística e comercial de Chico Buarque de Hollanda, "representou um enorme alento comercial para a MPB que, na época, chegou a rivalizar, em termos de venda de discos, com o próprio Roberto Carlos".

### Considerações finais

Analisando o período do Regime Militar no Brasil, do Golpe de Estado à redemocratização de 1985, é possível perceber um descontrole por parte do Estado de Direito, que não conseguiu governar o país de outra maneira que não fosse com mão de ferro, especialmente nos primeiros anos dessa ditadura, que sufocou as manifestações culturais. A ausência de legitimidade política ocasionou a montagem do aparelho repressivo, cuja tentativa era suprir a deficiência política. O aparelho burocrático de repressão, na figura dos censores, atuava de forma desmedida para alcançar seus objetivos ditatoriais, piorando a situação de pessoas que estavam sendo acusadas de subversão. Conforme Marcos Napolitano, é nesse contexto que a indústria brasileira de disco começa a passar por mudanças, junto com o avanço da economia mundial.

Após o AI-5, com o corte abrupto das experiências musicais lastreadas num intenso debate político-ideológico, os marcos da Bossa Nova e do Tropicalismo foram sendo percebidos como referências de uma dinâmica de renovação musical radical. Na verdade a "renovação" da MPB se traduziu num processo de institucionalização, que

---

<sup>12</sup> MENESES, op. cit., p. 27.

<sup>13</sup> NAPOLITANO, op. cit., p. 79.

reorganizou os materiais de referência estética da canção brasileira, para o qual concorrem aqueles dois movimentos.<sup>14</sup>

Para Napolitano, o fechamento político ocasionado pelo AI-5 colaborou para a construção da mística da MPB como espaço cultural para onde o político emergia, mas, por outro lado, a censura e o exílio atrapalharam comercialmente e culturalmente o mercado deste gênero musical, sobretudo durante o governo de Médici, entre 1969 e 1974. Mesmo com os empecilhos impostos pelo regime militar, o pesquisador explica que, em 1978, a MPB já era o setor mais dinâmico da indústria fonográfica brasileira, ao mesmo tempo em que fortalecia sua influência na esfera sociocultural e seu caráter aglutinador dos sentimentos da oposição civil. Culturalmente, as transformações nos comportamentos dos jovens eram grandes, visíveis não só no Brasil. Novos padrões de moda, consumo, sem contar o advento da TV, enfim, tudo colaborou para a explosão comportamental, o que inclui a forma de pensar e de se expressar. Nesse momento, as canções ouvidas no rádio despertaram nessa juventude uma necessidade de falar o que queria, de repudiar o que não queria, de contestar o que não era normal, e esta passou a questionar. A necessidade de contestar as atrocidades que ocorriam levavam muitos cantores a cantar contra o sistema ditatorial, numa tentativa talvez de conduzir o público a refletir e lutar pelo fim de um regime tão opressor. O cantor Chico Buarque de Hollanda foi um dos cantores mais visados e perseguidos nesse período. Entretanto, como vimos ao longo deste trabalho, suas Canções de Protesto foram carregadas de simbolismo e significativamente relevantes para aquele período da história brasileira.

Por esses motivos é que foi salientado neste trabalho que a música possibilita uma forma viável de se ensinar História. Em sala de aula, a articulação entre as canções deve ser analisada associando conhecimentos anteriores, identificando as características das letras das músicas e os fatos históricos dentro das mesmas. Isto reflete uma transposição didática através de um método que constrói o conhecimento a partir de documentos diferenciados. Há uma redefinição sobre o método de ensinar história, partindo da ascensão da História Cultural.

Concordamos que a música é um importante documento histórico que se aproxima da realidade e vivência do aluno, sendo assim, é mais fácil para o estudante se identificar com o tema estudado e formar conceitos, o que torna esse tipo de documento um importante elemento para o currículo escolar. A importância de trabalhar com a Nova História Cultural se mostra na possibilidade de trabalhar a interdisciplinaridade. Deparamo-nos, portanto, com um recurso metodológico capaz de agregar mais saberes além daquele contido nos livros didáticos, de

---

<sup>14</sup> Id., p. 266.

maneira a atrair a atenção dos alunos em sala de aula, despertando a reflexão e o senso crítico para além da esfera econômica e política, mas também cultural e artística.

## **A Idade Média nos quadrinhos: uma visão global em *Hetalia: Axis Powers* (2011-2016) e seu uso no ensino de história medieval**

Ana Luiza Romão Braz<sup>1</sup>

### **Introdução**

O período medieval é uma época que sofre constante estereotipização, principalmente no meio escolar, caracterizado como totalmente feudal ou como a época sombria, das trevas, “na qual a produção cultural fora pouco importante e sem significado para a formação do Ocidente”.<sup>2</sup> De forma complementar, também existe a tendência de se pensar que era um período formado pelo trio da fome, peste e violência. A partir dessa constatação, atualmente o mundo acadêmico vem levantando discussões que objetivam não só a desconstrução dessa visão, mas a implementação dessas ideias na realidade escolar.

Nesse sentido, também é importante falar sobre outra problemática que atinge ambos os contextos universitário e escolar: o eurocentrismo, ou seja, o período medieval sendo transmitido como uma época apenas ocorrida na Europa Ocidental, excluindo grande parte o Leste Europeu, além do Oriente Médio e o continente Asiático de modo geral. Com isso, mostra a ideia de que não ocorreu grandes acontecimentos nessas regiões no decorrer dos mil anos que preenchem a Idade Média.<sup>3</sup>

Uma possibilidade para trabalhar essas novas ideias acerca da Idade Média é a utilização de mídia audiovisual ou impressa como base de discussão. Um exemplo são as histórias em quadrinhos. Podemos considerar como uma ideia recente de inserir quadrinhos pelo meio educacional ou material didático, pois “no que concerne ao campo da educação, o movimento de aceitação e incorporação dos quadrinhos foi ainda mais significativo, concentrando-se, em especial, em finais do século XX”,<sup>4</sup> durante os anos de 1970. Já o ano de 2006 trouxe consigo um aumento em relação a credibilidade com as HQs a partir de suas publicações pelo Programa Nacional de Biblioteca, programa que compra obras para serem inseridas/distribuídas em

---

<sup>1</sup> Graduanda em História pela Universidade Federal da Paraíba. Membro do GRADALIS - Grupo de Estudos Medievais.

<sup>2</sup> PEREIRA, Nilton Mullet. Representações da Idade Média no Livro Didático. In: *Simpósio Nacional de História*, 24, 2007, São Leopoldo, p. 5.

<sup>3</sup> SILVEIRA, Aline Dias da. História Global da Idade Média: Estudos e propostas epistemológicas. *Roda da Fortuna*, v. 8, n. 2, pp. 210-236, 2019.

<sup>4</sup> LIMA, Douglas Mota Xavier de. Histórias em quadrinhos e ensino de História. *História Hoje*, v. 6, n. 11, pp. 147-171, 2017, p. 148.

escolas.<sup>5</sup> Esses dois pontos foram essenciais para mostrar maior importância acerca do uso das Histórias em Quadrinhos em sala, com o aumento de seus usos, estudos e teorias.

A ideia de trazer um meio midiático para sala de aula se tornou algo mais trabalhado e trazido em ambiente escolar, onde os próprios livros didáticos já trazem exemplos dessa aplicação, como tirinhas, ilustrações de filmes e também quadros como recurso de auxílio ao processo de ensino-aprendizagem.<sup>6</sup> Portanto, trazer uma série de quadrinhos como *Hetalia* para o ambiente escolar, nesse caso, para uma aula sobre Idade Média, pode oferecer uma nova visão acerca da história, de maneira lúdica e acessível,<sup>7</sup> além de desmistificar diversos aspectos acerca deste período com uma grande carga negativa e eurocêntrica presente, para diferentes pontos tais como a ideia de uma Idade Média oriental e também asiática.

Com isso, o objetivo do presente estudo é refletir acerca da utilização do volume de 3 do mangá *Hetalia: Axis Powers* para introduzir a ideia de Idade Média global, destacando eventos do Leste Europeu, Ásia e África que ocorreram nesse período, principalmente em foco a Baixa Idade Média.

## O conceito de Idade Média Global

Antes de ser feito o recorte no período medieval, é necessário compreender sobre o que é a História Global. Aline Dias da Silveira<sup>8</sup> aponta como uma maneira de buscar um olhar ampliado trazendo à tona diferentes metodologias. Com outras palavras, essa temática foi proposta nos anos 70, por Immanuel Wallerstein, a partir de uma crítica intervencionista da Guerra Fria dos Estados Unidos, feito com a teoria do sistema-mundo,<sup>9</sup> mas apenas nos anos 90 que inicia a tomada de uma perspectiva global e em uma perspectiva Atlântica.

Mesmo não sendo uma ideia recente, o conceito de Idade Média Global vem crescendo acompanhando essa noção de História Global. Sebastian Conrad nos traz uma perspectiva de que as Ciências Sociais e Humanas sempre tiveram uma forte ligação ao chamado Estado-nação, além de ser aspecto essencial para a análise dentro de disciplinas acadêmicas.<sup>10</sup> Partindo

---

<sup>5</sup> Id.

<sup>6</sup> VERGUEIRO, Waldomiro. Uso das HQS no ensino. In: RAMA, Angela & VERGUEIRO, Waldomiro (orgs). *Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 7-29.

<sup>7</sup> ALCÂNTARA, Cláudia Sales de; ALCÂNTARA, Cláudia Sales de. O lúdico, a escola e a saúde: a educação alimentar no gibi. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 889-904, set/dez 2016; BEZERRA, 2016.

<sup>8</sup> SILVEIRA, op. cit.

<sup>9</sup> SANTOS JUNIOR, João Júlio Gomes dos; SOCHACZEWSKI, Monique. *História global: um empreendimento intelectual em curso*. *Tempo* [online]. 2017, vol.23, n.3, pp.483-502.

<sup>10</sup> CONRAD, Sebastian. *O que é História Global?* Coimbra: Edições 70, 2019.

dessa perspectiva de Estado-nação de Conrad, é possível destacar um paralelo com a Idade Média ao falarmos sobre uma Europa Ocidental, cuja associação ocorreu desde o século XIX. Em resumo, a Idade Média foi enxergada como um tempo tradicionalmente europeu, nos períodos seiscentista, tendo de referência linearidade e a progressividade relacionadas a consolidação dos reinos cristãos europeus.<sup>11</sup>

Quando vamos falar sobre a ideia de uma Idade Média Global, temos que inicialmente pensar em dois pontos principais: um período medieval que sai do tradicional Ocidente e as questões das conexões, portanto “a Europa medieval não deve ser tratada como um espaço fechado, mas como um conjunto de espaços em conexões com o Oriente, próximo ou mais distante, bem como com a África”.<sup>12</sup> O decorrer do período medieval, como apontou Marcelo Cândido da Silva, é formado justamente por essas grandes ou pequenas conexões, uma ampla visão sobre o mundo, uma Europa Ocidental que não se conecta apenas a uma única “caixa” fechada, e sim que envolva outros locais ou então que esse exterior envolva o Ocidente e outros espaços de contato sejam por esferas políticas, culturais e religiosas.

### ***O mangá Hetalia: Axis Powers (2011-2016)***

A principal fonte utilizada para o seguinte artigo, *Hetalia: Axis Powers* é um mangá criado pelo autor japonês Hidekaz Himaruya. A obra começou como uma série de quadrinhos online postada no blog do autor, sendo adaptada posteriormente para mangá e mais tarde em uma série animada. Existente desde 2006, *Hetalia* retrata acontecimentos históricos e curiosidades de maneira cômica a partir de personificação de nações apresentados passando por esses momentos históricos.

Entre os principais personagens estão países personificados: Alemanha, Japão e Itália do Norte formando o Eixo, França, Inglaterra, Rússia, China e Estados Unidos como a Aliança, representando assim o período da Segunda Guerra Mundial, que é por onde o mangá se inicia. É importante salientar que mesmo esses sendo os personagens principais, outras nações aparecem no decorrer do *mangá*. A série também retrata a Antiguidade, Idade Média, Idade Moderna ou Contemporânea.

Um ponto importante sobre os personagens presentes na obra é que as personificações são afetadas de acordo com o decorrer dos eventos. Desse modo, suas personalidades

---

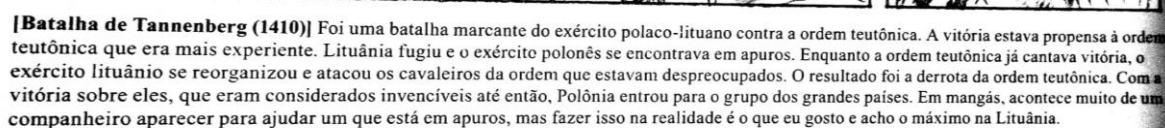
<sup>11</sup> BOVO; BAYARD, 2020.

<sup>12</sup> SILVA, Marcelo Cândido da. Uma História Global antes da Globalização? Circulação e espaços conectados na Idade Média. *Revista de História*, São Paulo, v. 179, n. 1, pp. 1-19, set. 2020, p. 16.

individuais e relacionamentos entre os personagens são impactadas pelo contexto da época (e.g. o personagem que representava a Ordem Teutônica se tornou o personagem Prússia).

O mangá não segue uma ordem cronológica ou divisão de períodos, cada capítulo pode apresentar diferentes épocas, tal como o primeiro volume inicialmente se passa na Segunda Guerra Mundial, mas que, avançando dentro dele, chegamos a capítulos que datam e apresentam-se na Era Moderna. Outro detalhe interessante acerca de *Hetalia* é a existência de notas explicativas no rodapé ou no fim dos capítulos, pequenos textos fornecendo informações adicionais acerca da situação retratada ou contextualizações que ajudam a compreensão do que está sendo abordado.

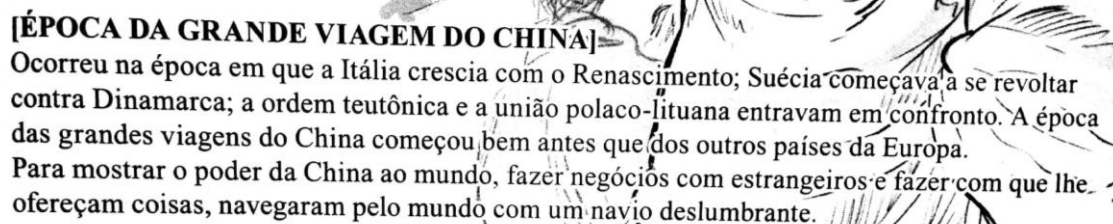
**Figura 1: Nota de rodapé do capítulo *O campeão escandinavo e o Rei do Leste Europeu***



**[Batalha de Tannenberg (1410)]** Foi uma batalha marcante do exército polaco-lituano contra a ordem teutônica. A vitória estava propensa à ordem teutônica que era mais experiente. Lituânia fugiu e o exército polonês se encontrava em apuros. Enquanto a ordem teutônica já cantava vitória, o exército lituânico se reorganizou e atacou os cavaleiros da ordem que estavam despreocupados. O resultado foi a derrota da ordem teutônica. Com a vitória sobre eles, que eram considerados invencíveis até então, Polônia entrou para o grupo dos grandes países. Em mangás, acontece muito de um companheiro aparecer para ajudar um que está em apuros, mas fazer isso na realidade é o que eu gosto e acho o máximo na Lituânia.

Fonte: *Hetalia: Axis Powers*, vol. 3, p. 110, 2013.

**Figura 2: Nota de rodapé do capítulo *Época da Grande Viagem Apressada do China***



**[ÉPOCA DA GRANDE VIAGEM DO CHINA]**  
Ocorreu na época em que a Itália crescia com o Renascimento; Suécia começava a se revoltar contra Dinamarca; a ordem teutônica e a união polaco-lituana entravam em confronto. A época das grandes viagens do China começou bem antes que dos outros países da Europa. Para mostrar o poder da China ao mundo, fazer negócios com estrangeiros e fazer com que lhe ofereçam coisas, navegaram pelo mundo com um navio deslumbrante.

Fonte: *Hetalia: Axis Powers*, vol. 3, pg. 74, 2013.

### **Uma Idade Média Global em *Hetalia***

Como mencionado anteriormente, *Hetalia* trabalha com a ideia de personificação de nações, com a apresentação de acontecimentos históricos ou alguns fatos contemporâneos em relação esses países. Um exemplo são pequenas curiosidades trazidas no volume 5, que mostram alguns exemplos de diferentes leis ao redor do mundo. Em outro capítulo, são discutidas as peculiaridades da indústria cinematográfica de cada cultura.

Quando entramos nos capítulos acerca da Idade Média, são retratados conflitos e algumas curiosidades do período trazidos pelo próprio autor. Um dos capítulos retrata a rivalidade na indústria da moda entre França e a Inglaterra, no qual vemos o personagem Inglaterra sempre investigando a moda francesa para fazer algo semelhante ou copiar o estilo.

Quando a Idade Média é o foco do *mangá*, podemos dividir em duas tendências principais: o retrato da Europa Ocidental, normalmente salientado por meio de uma mídia acerca o período. Ali, os capítulos tratam acerca da moda na França e Inglaterra, como comentado anteriormente, e sobre a Guerra dos Cem Anos, no qual *França* acompanha uma turista (em tempos atuais) e narra o conflito por meio da própria memória, trazendo aflições e também dando grande destaque a Joana D’Arc, um dos principais destaques quando se fala sobre o evento histórico em questão.

Indo ao ponto principal sobre essa presença de aspectos globais no período medieval presentes em *Hetalia* temos exemplos de quatro capítulos que passam essa ideia são eles: “*Época da Grande Viagem Apressada do China*”, contando acerca das viagens de Zheng He junto à Frota do tesouro; no século XV “*Lei Polonesa entra em ação pela Primeira Vez*”, que mostra em maneira cômica a União do Krewo, aliança entre Polônia e Lituânia (1385), a partir do casamento de Jogaila, grão-duque lituano, que era um território pagão e Jadwiga que apossou do trono polonês após a morte do pai, antigo rei da Hungria e Polônia;<sup>13</sup> “*O campeão escandinavo e o Rei do Leste Europeu*”, mostra por meio da memória a Batalha de Tannenberg (1410), conflito entre exército polaco-lituano e a Ordem Teutônica; e por fim “*Rússia e Seus Amigos*”,<sup>14</sup> mostrando especificamente a batalha do Lago Peipus (1242), conflito entre os teutônicos e novgorodianos.

Nos capítulos apontados, é possível observar uma subdivisão, com a maioria focada no Leste Europeu, principalmente em questões de conflitos ou alianças que o autor narra no decorrer do *mangá*. Outra parte é focada na Ásia, a partir de um ocorrido que também não possui destaque: as viagens de Zheng He com a Frota do tesouro. É um momento que possui peso historiográfico ao ser discutido acerca de grandes expedições além dos ricos debates que possam ser levantados.

### **Uma Idade Média Global: Discussão através de *Hetalia***

Antes de discutir a utilização desse *mangá*, é importante justificar o seu uso. Essa mídia literária, existente desde o ano de 1946 (com a obra *Sazae-san* de Machiko Hasegawa), cada vez mais tem se destacado entre as mídias de leitura:

---

<sup>13</sup> FROST, Robert I. The Krewo Act In: FROST, Robert I. *The Oxford History of Poland-Lithuania: Volume I: The Making of the Polish-Lithuanian Union, 1385-1569*. Oxford: Oxford University Press, 2018.

<sup>14</sup> v. 4, p. 73-74.



Desde o “boom” global entre o final de 1990 e primórdios dos anos 2000, *mangás shonen*, que eram populares no Japão, tais como *Attack on Titan* e *One Punch Man*, tem se tornado populares no mercado internacional em traduções oficiais ou não oficiais em diversas linguagens. (BAUWENS-SUGIMOTO, 2016, p. 114)

Com a ideia de Bauwens-Sugimoto, o aumento do acesso a esse tipo de mídia tem aumentado sua fama, se tornando assim de maior conhecimento e acesso especialmente com o avanço da internet. Foram utilizados três dos quatro capítulos apontados anteriormente sobre a temática global, que abrangem diferentes conceitos e de como poderia usá-los a introduzir a ideia desta Idade Média conectada ou além do Ocidente. Assim, utilizamos o capítulo “*Época da Grande Viagem Apressada do China*” para mostrar um aspecto referente a grande expedição e ser um país no continente asiático a realizar grande feito. Nos outros dois “*Lei Polonesa entra em ação pela Primeira Vez*” e “*O campeão escandinavo e o Rei do Leste Europeu*” para mostrar o aspecto sobre a Europa Oriental em duas diferentes situações.

O primeiro capítulo apresentado, narra as viagens de Zheng He com a Frota do tesouro (ocorrida durante o século XV, 1405-1433), que esteve em sete locais como a costa da Índia, África e chegando ao Oriente Médio.<sup>15</sup> Já no capítulo em si, o destaque está presente no China, que protagoniza o capítulo apresentando a volta de uma das viagens apontadas no meio historiográfico, mais especificamente, da região da África. Dessas viagens são trazidos presentes/tributos destinados ao imperador, dentre eles é apresentado de uma pantera, um avestruz, um camelo e por fim uma girafa. Este último animal teve grande destaque entre os outros, pois a pronúncia de seu nome na língua de Bengala remetia o *Qiling*, criatura parte da mitologia chinesa.<sup>16</sup>

Com base nesse capítulo, dentro do ambiente da sala de aula, pode ser apresentado o conceito de uma Idade Média além da Europa, ou seja, um período medieval asiático. Além disso, também é importante citar como o Império Chinês teve grande contato com outras localidades, como a África, mostrando aos alunos que eram povos que tiveram contato entre eles, seguindo a ideia de conexões que Cândido da Silva<sup>17</sup> destaca.

Com o capítulo apresentado, pode ser feito um debate sobre o porquê mesmo da expedição de Zheng He ter sido grande como relatada, não ter destaque tal como as navegações portuguesas e espanholas entre século XV-XVI.

---

<sup>15</sup> FERNANDÉZ-ARMESTO, Felipe. O Impulso: O avanço marítimo da Idade Média tardia e a penetração no Atlântico. In: *Os desbravadores: uma história mundial da exploração da terra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 140-193.

<sup>16</sup> LEVATHES, Louise. *When Chinas Ruled the Seas: the treasure fleet of the dragon throne, 1405-1433*. Oxford: Oxford University Press, 1997.

<sup>17</sup> SILVA, op. cit., p. 16.

Figura 3: Trechos de *Época da Grande Viagem Apressada do China*



Fonte: *Hetalia: Axis Powers*, vol. 3, p. 74-75, 2013.

Os dois capítulos seguintes quebram a imagem de uma Idade Média eurocentrada, pois se passam em ambientes do Leste Europeu. Inicialmente em *Lei Polonesa Entra em Ação Pela Primeira Vez* é retratada a União de Krewo (1385), pacto polaco-lituano ocorrido no século XIV, que mostra o funcionamento das alianças no período, mas em localidades além da tradicional França e Inglaterra que sempre são trazidas à tona sobre a época retratada.

Esse pacto entre ambos os locais se formou a partir da morte do antigo rei da Hungria e Polônia, trazendo ao trono sua filha Jadwiga, com o grão-duque da Lituânia, Jogaila, que foi batizado e com isso se cristianizou com a união.<sup>18</sup> No *mangá* é apontado essa problemática do casamento, mas basicamente se passa com o personagem Polônia nervoso pela vinda de Lituânia para realizar a união. Porém, logo ao chegar, o polonês assume uma pose séria, mas comete um equívoco ao fim do capítulo, trazendo um ar cômico sobre o ocorrido histórico.

<sup>18</sup> FROST, op. cit.



**Figura 5: O Campeão Escandinavo e o Rei do Leste Europeu**



Fonte: *Hetalia: Axis Powers*, vol. 3, p. 108-110. 2013.

São três diferentes capítulos, apontando diferentes temáticas: expedição, aliança e conflito, a partir desses podem ser trazidas as discussões em diferentes comparações em relação a Europa Ocidental. Podemos compará-los e abrir para o debate sobre ambos, mostrando dessa maneira uma diferente visão do mundo ou então novas reflexões acerca do período medieval, com a superação de uma tradicional época “fechada” apenas em regiões como Inglaterra, França e Itália.

### Considerações Finais

*Hetalia* se mostra uma possível ferramenta de ensino-aprendizagem, em especial por sua linguagem lúdica e simples.<sup>20</sup> Além desse meio midiático ser usado de maneira tradicional visto nas escolas, ou seja, no aspecto eurocêntrico, também pode ser um incitador de novos aspectos a serem desbravados junto aos alunos. Com isso, trazer à tona aspectos historiográficos de outras regiões fora da “bolha” comum sobre uma Idade Média Ocidental. Acompanhado disso, discutir com os alunos sobre essa mídia e os fazerem perceber o quão importante uma discussão acerca dela é importante, pois pode assim trazer uma reinterpretação por parte deles.<sup>21</sup>

<sup>20</sup> ALCÂNTARA, op. cit.; BEZERRA, 2016.

<sup>21</sup> LANGER, Johnni. O ensino de História Medieval pelos quadrinhos. *História, Imagem e Narrativas*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, pp. 01-24, abr. 2009, p. 02.

Outro importante ponto é que ao trazer esse material para a sala de aula, será necessário explicar aos alunos sobre o escritor ser japonês e com isso, a visão sobre a história mundial na perspectiva de Hidekaz Himaruya e como isso pode diferenciar, por exemplo, com a perspectiva de um livro didático. Contudo, o papel do professor também é explicar e mostrar sobre esses pequenos detalhes.

Por fim, o *mangá*, mesmo com as limitações existentes, continua sendo uma fonte pouco rica para futuros estudos, não necessariamente com o foco em Idade Média, mas que possa envolver outros aspectos temporais, pois a obra apresenta diversos eventos históricos e nisso mostrando também diversidade de nações e temas que podem ser utilizados em escola ou pesquisas.

## Patrimônio imaterial em livros didáticos: a cultura imaterial pela perspectiva da didática da história

Maria Luiza Queiroz Freire<sup>1</sup>

### Os Livros Didáticos Regionais – tipologia das fontes

Estudar os livros didáticos é pensar os materiais escolares como fonte de pesquisa, o Brasil é um dos países que mais compram livros didáticos no mundo, graças ao PNLD que organiza e distribui esses materiais por meio de editais que selecionam os livros que se encaixam com o conteúdo e competências determinadas pelo governo federal.

Mas por trás de toda essa indústria mora um problema, a mercantilização da cultura escolar impacta diretamente no conteúdo dos livros.

No caso do livro didático, essa mercadoria, pelo fato de sê-la, já aparece estigmatizada, carregando consigo todos os vícios da sociedade capitalista. A finalidade de obtenção do lucro e o caráter fragmentário e parcelar, que maculam as atividades da indústria cultural, conferem, por definição, a desqualificação in totum de seus produtos – desqualificação que, portanto, transcende a todas as particularidades de cada objeto.<sup>2</sup>

As fontes utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa são 4 livros didáticos regionais dos 32 selecionados pelo PNLD em 2016, a pesquisa busca fazer uma comparação do ensino patrimonial imaterial entre duas regiões do Brasil, o Nordeste e o Sudeste, sendo, cada um de uma editora diferente, um livro do Maranhão *Estado do Maranhão* pela Editora Scipione, um de Pernambuco *Akpô Pernambuco – Arte, Cultura, História e Geografia* pela Editora do Brasil, do Rio de Janeiro *Estado do Rio de Janeiro* da Editora Ática e um de São Paulo *História e Geografia do Estado de São Paulo* da Editora Moderna. Todos os livros didáticos regionais são de edição de 2014, destinados ao 4º e 5º ano, eles possuem conteúdos gerais sobre a região, abordam tanto a história, geografia e arte do local. No ano de 2016 foi a quarta e última vez desde os últimos editais que foram abertos que o PNLD fez para livros regionais, essa edição e as outras anteriores (2007, 2010 e 2013) foram direcionados ao Fundamental I do 1º ao 5º ano.<sup>3</sup>

Deu-se dessa forma, utilizando um de cada editora e quatro estados distintos, de acordo

---

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Estadual de Londrina (UEL) sob orientação de Ronaldo Cardoso Alves.

<sup>2</sup> MUNAKATA, Kazumi. O livro didático como mercadoria. *Pro-Posições*, 23.3 (2012), p. 63.

<sup>3</sup> Brasil. Guia do PNLD Ensino Fundamental Anos Iniciais 2016. Brasília, DF, 2015.

com a disponibilidade de encontrar os livros. O que motiva a escolha de serem de estados diferentes são as possibilidades a serem investigadas, procura-se compreender como cada estado constrói a memória local, o sentimento de pertencimento e as questões ligadas a formação de identidade.

### **Patrimônio imaterial, memória e identidade**

De acordo com Pierre Nora, os lugares de memória são resquícios de um passado inexistente cristalizados no tempo. “A ascensão à consciência de si mesmo sob o signo do terminado, o fim de alguma coisa desde sempre começada. Fala-se tanto de memória porque ela não existe mais”.<sup>4</sup> Pensando nas rupturas que o presente tem com o passado, as faltas de memória, da recordação, fazem a necessidade de existirem lugares de memória. Entende-se por PIs, as formas de saberes e fazeres culturais, sendo práticas de nível intangíveis, não se pode medir nem estabelecer fronteiras. Com as ideias de Nora, entendemos os PIs como lugares em que a memória se manifesta evocando histórias e tradições que atravessam o tempo em busca da continuidade da história no presente, ou seja, a procura por si mesmo no passado à luz do presente, a formação de identidade. Mesmo o PI não possuindo um local físico ele é a manifestação pura de culturas, existem em diversas formas e quando evocados trazem ao local um lugar de memória.

Em conjunto com as ideias de Nora, entendemos que Ostrower também dialoga com os apontamentos aqui levantados sobre como a memória e a formação de identidade se realiza nas perspectivas dos PIs, para a autora, a memória e sua manifestação é a interligação entre o passado e o futuro, são de ordem afetiva, transformam o instante lembrado em situações novas e específicas.<sup>5</sup> Nesses dois pensamentos aqui levantados, coloca-se os PIs nos livros didáticos regionais em foco, o ensino patrimonial nas escolas não deve ser transmitido como um ensino engessado no tempo, a chave de se ensinar sobre memória está na própria percepção que o estudante tem sobre determinada tradição e como ele pode transformá-la, nesse sentido, o trabalho de Paulo Freire entra em diálogo com a investigação aqui levantada.

O sujeito quando reflete sobre sua situação é capaz de mudar a realidade que está imerso, decodificando as temáticas que envolvem sua existência, desejando transformações ele é capaz de ser o condutor das mudanças. Para esse movimento cognitivo e sensitivo é necessário que

---

<sup>4</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v.10, 1993, p. 7.

<sup>5</sup> OSTROWER, Fayga. *Criatividade e processos de criação*. 5. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1983, p. 18.



o sujeito possua e desenvolva uma consciência da temporalidade. Com o diálogo com Freire<sup>6</sup> deseja-se que o sujeito seja o condutor da história e não acabe sendo arrastado por ela, perceba que ele não é o objeto da cultura e sim o contrário, ele faz a cultura, nesse sentido, o livro didático pode possuir potencial para tratar dessas questões, porém, estão contaminados pelos ideais de uma educação não libertadora e passam pelo processo mercadológico capitalista, onde provavelmente a possibilidade de um ensino que incentive a autonomia se esvaia. Contudo, aqui investigamos como os livros selecionados provocam a tomada de consciência sobre a cultura imaterial, e como podem apresentar essa proposta, ou seja, quais formas há possibilidade de os livros adotarem para incentivar a percepção do aluno como ele sendo o sujeito que realiza as mudanças.

Os PIs não possuindo lugares determinados para sua realização sofrem pela perda da memória, podendo ser deixados ao esquecimento pelo tempo, por outro lado, por não estarem literalmente engessados têm a potência de estarem sempre passando por mudanças, nesse quesito os sujeitos e lugares que a cultura habita no cotidiano precisam adquirir a consciência de que as pertence, entender como aquilo formou a população local, estarem pensando sobre as novas perspectivas que a cultura pode gerar, por tanto, a consciência histórica pode ser uma chave para as transformações na realidade de forma que a cultura intangível constitua sentido frente ao presente e futuro.

### **Rüsen e Freire – encontro teórico-metodológico**

Os livros didáticos, conforme Rüsen<sup>7</sup> trata, são materiais que podem viabilizar o conhecimento acadêmico pensando nessa problemática, percebe-se quanto esse conhecimento se distancia da população, e mais ainda da escola básica pública, o material didático se bem construído pode se tornar um potencial para o conhecimento acadêmico sair das paredes da universidade, podendo estar imerso no cotidiano da sociedade.

Em conjunto com a didática da história, os livros didáticos regionais podem desenvolver competências acerca da aprendizagem histórica, de acordo com “O livro didático ideal”, a consciência histórica trabalha com os conceitos de memória, interpretação, narrativa e a construção da própria identidade. Nesse contexto a investigação se pautará na aquisição dessas competências, como e em que medida os livros didáticos regionais se preocupam em estimular

---

<sup>6</sup> FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17ª. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.

<sup>7</sup> RÜSEN, Jörn. O livro didático ideal. In: MARTINS, Estêvão; Schmidt, Maria Auxiliadora (Orgs.). *Jörn Rüsen e o ensino de história*. Curitiba: Ed. da UFPR, 2010, pp. 109-127.



a percepção, interpretação e a orientação histórica em seu conteúdo. Em específico, compreenderemos essa aprendizagem a partir dos patrimônios e cultura imaterial, como cada região selecionada trabalha sua história cultural e patrimonial, quais aspectos cada região julga importante e qual maneira o livro constrói o imaginário e história do seu estado, pensando essas questões na didática da história será pesquisado os aspectos empíricos, teóricos e práticos das fontes.

Primeiro, deve-se pensar o que uma aula de história quer ensinar. Para entender como um livro didático auxilia e estimula uma aula, ou seja, sendo uma ferramenta e não um condutor, é necessário pensar o que os alunos precisam desenvolver como aprendizagem histórica. De acordo com Rüsen, a consciência histórica dos alunos pode ser a chave para o aprendizado histórico ser desenvolvido na sala de aula. “O livro didático ideal”, o autor aponta três objetivos da didática da história na sala de aula: a perceptiva, sendo ela a compreensão da história a partir da diferenciação e distanciamento do passado; a interpretativa, para perceber o passado no hoje a partir de manifestações presentes; e o objetivo de orientação, atuando na construção de sentido da realidade.

O livro didático como guia da aula de história pode auxiliar ativamente nesses processos de aprendizagem, seguindo a metodologia de análise de Rüsen em conjunto com os trabalhos de Paulo Freire sobre os temas geradores.

... uma metodologia que não pode contradizer a dialogicidade da educação libertadora. Daí que seja igualmente dialógica. Daí que, conscientizadora também, proporcione, ao mesmo tempo, a apreensão dos “temas geradores” e a tomada de consciência dos indivíduos em torno dos mesmos.<sup>8</sup>

Freire, desenvolveu o método dos temas geradores<sup>9</sup> na alfabetização de adultos, porém, há inúmeras situações que seu trabalho pode ser apropriado de forma que busque uma educação libertadora em conjunto com educandos e educadores. Os temas geradores, como método, são para uso no ensino que se opõe a educação bancária, sendo, uma educação que considera os alunos como meros recipientes vazios que devem ser preenchidos de conhecimento sem qualquer diálogo que possibilite o uso na realidade plural de cada indivíduo “... é algo a que chegamos através, não só da própria existência existencial, mas também de uma reflexão crítica sobre as relações homens-mundo e homens-homens...”.<sup>10</sup> Os temas geradores aqui serão os patrimônios imateriais, analisaremos como eles articulam sua história e seus conceitos, como

<sup>8</sup> FREIRE, op. cit., 1987, p. 87.

<sup>9</sup> FREIRE, Paulo. *Conscientização*. Cortez Editora, 2018.

<sup>10</sup> FREIRE, op. cit., 1987, p. 88.

as dimensões da realidade dos alunos são trabalhadas, procuramos com Paulo Freire as questões de libertação frente às opressões que a educação escolar muitas vezes reafirma, vendo que no caso do material didático ocasiões em que ele não auxilia na fuga de uma educação bancária, mas a incentiva.

Entenderemos como os livros do PNLD 2016 selecionados para esta pesquisa se encaixam nos parâmetros da didática da história e na autonomia da educação. O livro didático em si precisa conter aspectos que promovam e facilitem a apreensão do conhecimento, portanto, além do conteúdo é necessário examinar sua estrutura, como se apresenta aos alunos e professores. Para isso, Rüsen desenvolve no seu método um guia de análise de estruturas, imagens, textos, mapas, fontes, capacidades metodológicas e de conteúdo, orienta como se escrever um livro didático ideal, no caso, utilizaremos seu método para examinar se os livros correspondem com o que é dito como ideal.

### **A Didática da História e o Livro Didático Ideal**

A consciência histórica de Rüsen busca responder às dificuldades práticas de orientação no tempo dos indivíduos, ligado a teoria de Reinhart Koselleck que trata da história dos conceitos e também das categorias históricas de orientação. Rüsen, continua em sua pesquisa como o conhecimento histórico pode influenciar nas capacidades da interpretação da história. Para isso, desenvolve a matriz disciplinar, nela é possível compreender os processos de aprendizado histórico. Em um movimento cíclico e simultâneo se entende como os fatores agem um sobre o outro, são eles: funções (orientação existencial), interesses (carências de orientação no tempo), ideias (perspectivas orientadoras da experiência do passado), métodos (regras da pesquisa empírica) e formas (apresentação).<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> RÜSEN, Jörn. *Razão histórica*. Brasília: UnB, 2001.

**Figura 1 – Matriz disciplinar da Ciência da História**



Fonte: Rüsen, op. cit., p. 35.

A matriz disciplinar orienta o processo de aprendizagem e consciência histórica, assim, buscamos um livro didático que em seu conteúdo seja viabilizador deste movimento. Expandir o horizonte de expectativas que se dá pelo espaço de experiência, orientar o presente de forma que o sujeito seja capaz de construir sentido em suas ações. As concepções de sentido são para Rüsen:

O sentido histórico se constitui pela integração da experiência da mudança temporal do homem e de seu mundo em um modelo interpretativo. Esse modelo permite inserir a vida humana nos contextos de sua determinação temporal. Com ele é possível enunciar objetivos do agir e controlar o sofrimento. O sentido se articula, pois, na representação de um determinado processo temporal. Nela a interpretação pode integrar os acontecimentos contingentes de modo que sua contingência, sua particularidade, adquira significado para a compreensão do mundo humano em sua extensão temporal.<sup>12</sup>

Entende-se esse processo pela construção cultural do homem em seu tempo, tem capacidade de formação do sujeito, de sua identidade histórica, podendo ajudar nas questões de pertencimento e alteridade histórica a partir da experiência no tempo.

O conceito compreensivo de sentido elaborado por Rüsen envolve uma série de conceitos de sentido, tais como sentido como referência à experiência, sentido como intenções expressas nas ações do passado e do presente, sentido como intriga e sentido como teleologia.<sup>13</sup>

<sup>12</sup> RÜSEN, Jörn. *Cultura faz sentido: orientações entre o ontem e o amanhã*. Editora vozes, 2014, p. 43.

<sup>13</sup> WIKLUND, Martin. Além da racionalidade instrumental: sentido histórico e racionalidade na teoria da história de Jörn Rüsen. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, 1.1, 2008, p. 42.

Pensando o conceito de sentido de Rüsen em conjunto com o método usado no capítulo, “O livro didático ideal”, desenvolvido por ele no livro “Jörn Rüsen e o Ensino de História”, livro organizado em 2010 pelas professoras Maria Auxiliadora Schmidt e Isabel Barca (trata-se de uma obra com publicações e textos feitos por Rüsen). O texto referido aqui anteriormente, será a base da metodologia desta pesquisa, é um trabalho que orienta como a análise de um livro didático pode ser feita para investigar o tipo de consciência histórica que o material escolar pretende desenvolver.<sup>14</sup> Dos conceitos citados, Rüsen busca com sua teoria da didática da história gerar o debate em torno das funções da história e como ela pode influenciar no passado, presente e futuro. Pensa a educação histórica e nesse texto oferece direções para um livro “ideal”, há problemáticas na afirmação de um material ideal, devemos ter a ideia de que um livro didático não resolve os problemas de sala de aula, mas por sua forte presença no uso escolar pode causar impacto em seus usuários, sendo o ideal algo subjetivo que muda de acordo com seu local, por tanto, há de se tentar utilizar o método pensando nas questões particulares que existem no Brasil, sem pensar em perfeição, mas em libertação.

Para a análise das fontes de acordo com “O livro didático ideal” deve-se examinar os seguintes quesitos:

1. Formato: deve ser bem estruturado, simples e organizado, possibilitando o uso autônomo.
2. Estrutura: aqui deve deixar explícito os temas que surgirão, permitir que os alunos entendam as intenções do material, contendo os conceitos metodológicos utilizados.
3. Relação com o aluno: contenha referenciais geracionais, culturais e cognitivos atuais.
4. Relação com a aula: o material deve incentivar novas interpretações sobre o conteúdo, não deve estabelecer uma ideia congelada da história, e ajudar no desenvolvimento crítico e argumentativo.<sup>15</sup>

Esses aspectos descritos acima são para o uso prático do material, além dessas questões a análise consiste em identificar sua utilidade para a percepção da história, como se apresentam os materiais, se possui diferentes formas de apresentar o conteúdo e se contém pluriperspectividade, nos dois últimos aspectos, respectivamente, Rüsen se refere ao caráter diacrônico e sincrônico do estudo da história, e como é abordado as possíveis perspectivas sobre

---

<sup>14</sup> OLIVEIRA, Carla Karinne Santana. *O livro didático ideal em questão: estudo da teoria da formação histórica de Jörn Rüsen em livros didáticos de história (PNLD-2008)*, 2012.

<sup>15</sup> RÜSEN, op. cit., 2001, p. 115.

os assuntos apresentados no material. Têm de se analisar as questões de interpretação histórica, como o material respeita os conhecimentos científicos, a apresentação dos procedimentos metodológicos e de que maneira convida os alunos a refletirem sobre o assunto, se caracteriza a história como processo e não apresenta uma história dogmática, e qual tipo de linguagem é utilizada. Por fim, “O livro didático ideal”, busca compreender nos livros didáticos sua capacidade de orientação histórica, sendo, em qual medida os materiais estimulam a integração da história para se pensar o presente, como trabalha a construção da identidade histórica, analisando se o material não é pautado em uma visão etnocêntrica da história, problematiza os juízos históricos, e a partir do passado e presente busca desenvolver perspectivas de futuro.

### **Conscientização**

Pensar o PI é pensar a cultura, é entender o porquê de o elemento ser importante, se ainda é, qual o papel na sociedade, se exerce algum, se tem potencialidade para exercer, se conversa com as novas gerações e quais práticas podem surgir deles. Apenas a salvaguarda de um elemento cultural não o garante como construtor de uma identidade, as culturas são mutáveis, a transfiguração para o presente se faz necessária para tal elemento não se esvaziar de sentido. A escola pode ser um local de prática patrimonial que pode desenvolver a compreensão e a reinvenção de patrimônios. Uma cultura imaterial se manifesta na materialidade das práticas, assim, há como haver a transformação da abstração para a materialidade, se for apropriado para transformar o patrimônio em sentido presente pensando em ação orientado para a vida.

Os temas geradores para realizarem o movimento de um ensino que vise a tomada de consciência, precisam passar pelo que Paulo Freire chama de codificação e decodificação “A “codificação” e a “descodificação” permitem aos alfabetizandos integrar a significação das respectivas palavras geradoras em seu contexto existencial”,<sup>16</sup> por tanto, entender aquilo que determinado tema gerador está imerso e sua codificação é se afastar da situação para poder analisá-la, é a transformação da situação em objeto cognoscível,<sup>17</sup> nesse caso, a codificação pode passar a estar em formato de foto, vídeo, texto, e entre outros aparatos. Após, começa-se de fato a decodificação do objeto codificado, e assim, o encontro com o tema gerador. A

---

<sup>16</sup> FREIRE, op. cit., 1987, p. 12.

<sup>17</sup> Id., 2018, p. 18.

descodificação pode ocorrer de diversas forma, quando apresentado o objeto codificado, a descodificação é o processo de questionar o que é aquilo, de onde vem, para quem se destina, como se percebe o objeto no cotidiano, e com esses tipos de perguntas os educandos irão encontrar suas próprias dúvidas e respostas sobre o tema, percebendo que mesmo codificado, os temas existem em sua vida em algum sentido. Nesse exercício os temas geradores aparecem, e a partir deles e com eles o processo de apreensão e conscientização se inicia, quando começam a perceberem-se sujeitos de mudança, que a cultura é feita por eles e não para eles, deixam de serem objetificados para assim se humanizarem. Neste contexto apresentado, os PIs nos livros didáticos regionais serão analisados nesta ótica, de perceber a partir do seu conteúdo se buscam promover a codificação e descodificação dos temas patrimoniais, e permitir assim, que os educandos aprendam que podem transformar o presente deles de acordo com sua consciência do passado e perspectivas de futuro.

O método Paulo Freire apropriado nesta pesquisa, oferece um diálogo com o livro didático regional em seu conteúdo, pensando as competências que Rüsen nos direciona a investigar nos livros, pensaremos as metodologias em conjunto, no formato em que aparecem, e como esse formato se enquadra no método desenvolvido por Freire, sendo, como o conteúdo e atividades dos LDR propõe ou influenciam uma visão da percepção crítica da realidade como ação cultural.<sup>18</sup> Os livros devem ter propostas educacionais que conversem com a cultura e práticas locais, sendo um material regional, deve conter nele contextos que dialoguem com os alunos, possuindo um potencial maior em relação com os materiais gerais. Aqui nosso tema gerador sendo o patrimônio imaterial, analisaremos como o livro valoriza as práticas culturais locais no sentido de construção de identidade histórica permitindo a percepção do “eu” no mundo, promovendo movimentos culturais e possa fugir da cultura de consumo. Os livros também em seu conteúdo patrimonial devem mostrar que o indivíduo existente naquela cultura é fundamental para a existência e preservação, não deve ser deixado para decisões políticas que apenas visam o lucro com os patrimônios, como produto capitalista.<sup>19</sup>

### **Considerações finais**

O livro didático regional aqui é o objeto cultural que o aluno se apropria em sala, nele deve conter formas de reflexão sobre a cultura local sendo uma ferramenta de formação

---

<sup>18</sup> Id., 1987, p. 104.

<sup>19</sup> LOPES, Régis. *A danação do objeto: o museu no ensino de história*. Argos, 2004.

identitária e pertencimento.<sup>20</sup> O livro regional possui um grande potencial empírico, vindo pelo viés da pedagogia do oprimido, é um material que conversa com cotidiano da região, tem capacidade para entender as particularidades culturais de cada local, analisado pela ótica freireana e ruseniana poderemos entender que tipo de história regional se tenta construir pelo seu conteúdo, e também se a indústria editorial já coloca muito do seu interesse sobre o produto. Não devemos nos esquecer que o material didático é fruto de um mercado<sup>21</sup> no Brasil que envolve do público ao privado, sendo assim, a necessidade de acompanhar seus fatores é fundamental para se entender o ensino no Brasil.

Os PIs vistos pelo livro didático nesta investigação entram nesse sentido de entender o papel que o material escolar pode ter para auxiliar no ensino patrimonial, memorial, de identidade, principalmente por serem regionais, havendo maior espaço para o debate sobre a cultura local, e auxiliar nas questões que envolvem o sentimento de pertencimento e o reconhecimento do outro. Por tanto, essa investigação une dois pensamentos que buscam uma maior autonomia frente aos desafios cotidianos, sendo assim, a pesquisa busca compreender com Rüsen e a Didática da História, e o método Paulo Freire, como esses livros são produzidos, quais os intuitos deles, se querem viabilizar o pensamento autônomo e auxiliar na aprendizagem. O material didático pode ser um viabilizador e condutor, se pensarmos a educação pública no Brasil hoje, é possível enxergar diversos obstáculos que os alunos e professores enfrentam cotidianamente, o livro pode reafirmar as lacunas ou pode auxiliar para que não sejam tão profundas.

---

<sup>20</sup> COSTA, Eliezer Raimundo. Livro Didático: lugar de memória. *Cultura Histórica & Patrimônio*, 2.1, 2013, pp. 168-181.

<sup>21</sup> CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. *Educação e pesquisa*, 30.3, 2004, pp. 549-566.

## Religiões, cosmologias e história da África: imprecisões e limitações em livros didáticos

Harley Abrantes Moreira<sup>1</sup>

Julia Rany Campos Uzun<sup>2</sup>

### Introdução

O objetivo desta investigação é urdir uma análise crítica das abordagens de um conjunto de materiais didáticos sobre as cosmologias de povos africanos, a presença das religiões hegemônicas e expansionistas naquele continente, assim como as notas e os silenciamentos ligados às religiões consideradas de matrizes africanas no Brasil, a partir de apontamentos oferecidos por especialistas em História da África, em diálogo com o aporte da História Cultural das Religiões. A proposta deste texto é apontar questionamentos sobre implicações da adesão ao conceito de cosmologia ou a permanência da aplicação do termo religião nos conteúdos de História da África presentes nos livros didáticos de História.

Para alcançarmos nosso objetivo de questionar algumas passagens desses materiais, optamos por não os analisar em seus aspectos formais e na complexidade que envolve o livro didático enquanto ferramenta educacional e produto cultural.<sup>3</sup> Ainda que esse tipo de análise seja de fundamental importância, não se encontra em nosso horizonte, uma vez que sua operação envolve esforços sistemáticos de grande envergadura.

Diferentemente, esse texto tem a intenção de, tão somente, representar um contato inicial com essas coleções, resultante da experiência de docência, por dois semestres consecutivos, com a disciplina de Prática de Ensino de História, na unidade de Petrolina da Universidade de Pernambuco, onde o interesse em discutir a abordagem das diferentes religiões nos livros didáticos somou-se ao propósito de perceber a ampliação dos conteúdos sobre história da África nesses materiais, abrindo com eles um diálogo que quer se afastar da condição de julgamento ou de avaliação.<sup>4</sup>

---

<sup>1</sup> Doutor em História Cultural (UNICAMP). Professor adjunto do curso de História da Universidade de Pernambuco (UPE-Campus Petrolina).

<sup>2</sup> Doutora em História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas. É diretora do Centro de Estudos em História Cultural das Religiões – CEHIR e pesquisadora do Laboratório de Estudos em História das Religiões – LEHR – da Universidade de Pernambuco.

<sup>3</sup> BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2009, p.291-319.

<sup>4</sup>Preocupados com esse aspecto, decidimos não citar os autores e os livros criticados nesse trabalho. De maneira geral, esses foram os consultados: NAPOLITANO, M. MARIANA, V. *História para o ensino médio*, V.I. – ed.- São Paulo, Saraiva, 2013; ALVES, Alexandre & OLIVEIRA, Letícia Fagundes de. *Conexões com a História*. 7º ano, Ed. Moderna, 2011; ALVES, A.; Letícia F. de O. *Conexões com a História* – 2º ano, 1. ed. – São Paulo:



Diversamente, o que desejamos é, de fato, colocar frente a frente alguns dos ensinamentos desses materiais, com algumas pesquisas em História das Religiões e História da África, notadamente em seus aspectos teóricos quando possam fecundar questionamentos, provocando reflexões e debates que, de modo algum, pretendem ser definitivos, mas, tão somente, chamar a atenção para uma interlocução que pode ser bem mais longa que o espaço de uma comunicação oral e de um sucinto texto que dela resulte.

### **Diversidade cultural e História da África nas legislações educacionais**

O fim da década de 1980 e o princípio dos anos de 1990 foram marcados por um conjunto de grandes transformações sociais, econômicas, políticas e educacionais no Brasil. Com o fim da ditadura civil-militar, o novo governo passou a encarar como um de seus principais desafios a reestruturação dos currículos escolares, buscando atender aos cidadãos brasileiros de modo mais equiparado, a partir da universalização da educação básica que, quando pública, deveria ser laica. Este esforço foi sintetizado no artigo 210 da Constituição Federal de 1988, dispondo acerca da necessidade de determinação de conteúdos mínimos para o Ensino Fundamental que, ao mesmo tempo, garantissem a formação básica dos indivíduos e respeitassem seus valores culturais, artísticos e suas diversidades regionais.

Durante a década de 1990, o governo brasileiro firmou o compromisso internacional para a criação de um currículo comum em todo o território, abrangente o suficiente para suprir as necessidades básicas de aprendizagem, após participar da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada na Tailândia. A partir de então, teve início uma grande pesquisa para a elaboração deste conjunto de conhecimentos básicos.<sup>5</sup> O resultado desse processo foi o desenvolvimento de diversas propostas curriculares, consolidadas na primeira versão dos Parâmetros Curriculares Nacionais, em 1995, encaminhados para consulta e avaliação de um grupo de professores e especialistas. Durante esse processo de validação, o governo brasileiro promulgou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), que determinou que a educação deveria ter como finalidade o desenvolvimento pleno do aluno, preparando-o para a prática cidadã e para o universo do trabalho. A LDB atribuiu ao componente curricular

---

Moderna, 2013; BRAICK, Patrícia Ramos & MOTA, Myriam Becho. *História das Cavernas ao terceiro milênio*. Ensino Médio, 1. Ed. Moderna, 2017; CONTRIM, Gilberto. *História global: Brasil e geral: volume 1 - .ed.* – São Paulo: Saraiva, 2013; DIAS, Adriana Machado; GRIMBERG, Keila; PELLEGRINI, Marco César. *Vontade de Saber (7ª série)*. FTD, 3ªED, São Paulo, 2015. VICENTINO, Claudio. *Projeto Radix História*. Ed. Scipione, 8º ano, 2013.

<sup>5</sup> SILVA, Tomas Tadeu da. *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

de História a responsabilidade do estudo da realidade política e social, destacando a importância da contribuição das diversas etnias e culturas para a construção do Brasil, ressaltando a relevância do estudo da História da África e de seus habitantes, da presença negra no Brasil e seu legado.<sup>6</sup>

Em 1998, os Parâmetros Curriculares Nacionais tornaram-se as principais diretrizes educacionais brasileiras, orientando que os currículos fossem compostos por uma base comum e outra diversificada, dando origem a três etapas: a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Os PCNs buscavam sugerir tantos os conteúdos como as metodologias gerais de ensino, propondo objetivos comuns para cada disciplina com o intuito de permitir a unificação da educação pública brasileira,<sup>7</sup> aproximando diferentes assuntos através de blocos temáticos.<sup>8</sup>

Quase duas décadas depois, um novo documento norteador foi criado para traçar novos objetivos da educação brasileira, caminhando ao lado dos PCNs – e não substituindo-os. A Base Nacional Comum Curricular se transformou em uma das propostas da sétima meta do Plano Nacional de Educação, aprovado em 2014, implantando “diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos. A versão final do documento (2017) destacava a necessidade de uma Educação inclusiva, democrática e justa.”<sup>9</sup>

Dentro dos preceitos da BNCC, a História deve ser uma ferramenta para a compreensão das diferentes sociedades e diversas formas de se viver, estabelecendo comparação entre a realidade do aluno e a do Outro (da sociedade de seu objeto), reconhecendo suas semelhanças e suas diferenças.<sup>10</sup>

---

<sup>6</sup> FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática do ensino de história*. Campinas: Papirus, 2003.

<sup>7</sup> CURY, Carlos Roberto Jamil. Os parâmetros curriculares nacionais e o ensino fundamental. In BARRETO, Elba Siqueira de Sá (org.) *Os currículos do ensino fundamental para as escolas brasileiras*. Campinas: Autores Associados, 2003.

<sup>8</sup> BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *O saber escolar na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2001.

<sup>9</sup> A construção da Base Nacional Comum Curricular foi um longo processo envolvendo diversas entidades representativas de suas áreas para definição dos conteúdos, das abordagens e das metodologias mais importantes a serem empregados em cada componente curricular. Por esse motivo, a publicação final do documento foi sua terceira versão. Para compreender o processo de construção da BNCC para a área de História, confira o artigo de SILVA, Matheus Oliveira. “BNCC e o componente curricular História: como pensaram os seus críticos?” *Boletim Historiar*. n°23, abr./jun. 2018. pp. 85-106. Disponível em <http://seer.ufs.br/index.php/historiar/article/view/9551/7410>. Acesso: 23 mar. 2019.

<sup>10</sup> BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Ministério da Educação. 2017. Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso: 26 mar. 2019.

## Alteridade e diversidade: a África nos livros didáticos

Considerando que o entendimento da diversidade cultural ainda desafia os instrumentos de formação escolar e que a diversidade religiosa é parte integrante desse problema, é necessário pensar os conteúdos que apresentam ou poderiam apresentar as variadas religiões nos livros didáticos. Somada a essa necessidade e passadas quase duas décadas de existência da lei 10.639/2003, que obriga/incentiva o ensino de história da África, é importante, também, pensar em suas consequências, avaliando, entre elas, as representações, os equívocos, os avanços e os desafios que envolvam assuntos de história da África e aqueles que possam ser a ela associados, em particular os que se dirigem às *religiões*, muitas vezes implícitos, mas normalmente presentes em livros didáticos de História.

Primeiramente, é preciso considerar que a lei 10.639/2003 têm provocado mudanças nos conteúdos presentes nos livros didáticos e que, se, no início do milênio, esses materiais sofriam com abordagens folclorizadas e pitorescas das minorias étnicas brasileiras<sup>11</sup> e com silenciamentos da história da África que não era mais que um apêndice da história eurocêntrica hegemônica, hoje essa situação tem mudado. Nos livros didáticos consultados, é possível notar a presença da África em recortes históricos variados e em capítulos específicos que podem atingir duas dezenas de páginas, destacando-se e assumindo um lugar de notoriedade apenas almejado há duas décadas.

Assim, é importante reconhecer as transformações bem-sucedidas que esses materiais têm apresentado no que diz respeito às histórias das Áfricas. Essas mudanças ficam mais evidentes se compararmos alguns dos atuais materiais com aqueles que eram usados pelas escolas há duas décadas. Estudos de especialistas como Anderson Ribeiro Oliva, apontaram diversas imprecisões e um elevado grau de representações eurocêntricas sobre os africanos. Em pesquisa com coleções de livros didáticos no mundo lusófono, realizada há mais de uma década, esse autor constatou que, nesses conteúdos, ainda prevalecia a ideia de um continente marcado pelo isolamento, ou, como propunha Elikia M'Bokolo, um continente “por excelência, fechado em si, esperando, de certa maneira, que outros viessem descobri-lo”.<sup>12</sup>

A despeito de materiais mais antigos, os livros mais recentes trazem mapas de rotas comerciais transaarianas e, através de perguntas interativas, provocam os alunos a pensar que

---

<sup>11</sup> FERNANDES, José Ricardo Oriá. *Ensino de História e Diversidade Cultural: Desafios e Possibilidades*. Cad. Cedes, Campinas, vol. 25, n. 67, 2005, p. 308.

<sup>12</sup> M'BOKOLO. Elikia. *África Negra*. História e civilizações tomo I (até o século XVIII). Salvador e São Paulo: EDUFBA e Casa das Áfricas, 2009, p. 18.

as sociedades ao sul do Saara se comunicavam e interagiam econômica e culturalmente com as regiões norte africanas. Da mesma forma, sugerem que cidades estratégicas como Túnis, Ceuta e Trípoli garantiam as conexões que ligavam o continente africano à Europa no período conhecido como Idade Antiga.

A ideia de que a África foi um continente aberto às trocas comerciais e aos contatos interculturais com outras regiões do mundo, mesmo em períodos históricos mais recuados, não é o único sinal de que os livros didáticos têm se transformado positivamente no que tange o assunto. O próprio espaço cedido pelo livro aos temas referentes à história da África, também indicam que as mudanças ocorridas na última década parecem ser substanciais. Em 2009, os PCNs pareciam ser ainda desconhecidos por muitos educadores e é possível que a pluralidade cultural não fosse trabalhada sem que uma cultura se sobressaísse à outra, em abordagens estereotipadas da história do negro, através das quais apontava-se para um mapeamento das nossas heranças culturais. Até recentemente, autores como Vladimir Zamparoni se queixavam de que, infelizmente, “quem olha para os currículos escolares, do primeiro grau à universidade – salvo raras exceções – não vê a presença negra, senão restrita a algumas lamúrias nas poucas páginas dedicadas à escravidão”.<sup>13</sup>

É a essa realidade, presente por muitas décadas nos livros didáticos, que estamos nos referindo quando afirmamos que parece estar se modificando. A ampliação do espaço dedicado à história da África é um importante exemplo. Em um dos livros consultados, publicado em 2015, encontramos um capítulo exclusivo sobre *Reinos e Impérios Africanos*, de vinte e cinco páginas, uma tendência que se repete em outras obras. Dessa forma, estamos dialogando, aqui, com livros didáticos que têm se esforçado para se atualizar e corresponder às demandas de nossa pauta social (algo que, de certa maneira, são obrigados legalmente a fazer, além de serem compelidos pela própria concorrência das outras editoras que tentam apresentar ao mercado produtos mais atualizados, e os tópicos de combate ao racismo e à própria intolerância religiosa podem ser maneiras de se apresentar como livros didáticos *modernos* e atuais).

Ainda que tais importantes inflexões sejam notadas em recentes livros didáticos, quando o assunto é *religiões* em África, ou as chamadas *religiões de matrizes africanas*, no Brasil, esses materiais podem se emaranhar em vários embaraços.

Em um deles, um dos livros consultados tenta apresentar ao alunado de sétima série a importante noção de que existem diversas religiões em África. Ao fazê-lo, porém, o material

---

<sup>13</sup> OLIVA, Anderson Ribeiro. A História da África nos Bancos Escolares: Representações e imprecisões na literatura didática. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 25, n.3, 2003.

trata apenas do islamismo, o que nos convida a questionamentos quanto aos critérios para a inserção de determinados conteúdos em detrimento de outros. No exclusivo subcapítulo dedicado ao islamismo no continente africano, um ilustre ausente é notado, uma vez que se trata da religião com maior número de adeptos no continente: o cristianismo.

O continente africano, atualmente com cinquenta e quatro países, de fato é notável por sua grande diversidade cultural e, dentro desse âmbito, as religiões ocupam destacado papel e ressaltam o grande pluralismo das espacialidades africanas, envolvidas em dinâmicas de expansão religiosa que fizeram do século XX, um recorte temporal marcado por profundas alterações no mapa das representações religiosas em África. O maior destaque dessas transformações recai sobre a expansão do cristianismo que, em seus variados modelos, avançou por diversos territórios em ritmo incomparável ao de qualquer outra religião que também tenha se multiplicado durante o período.

Segundo números da *Pew Forum On Religion*,<sup>14</sup> é possível notar que a grande alteração nos polos difusores das atuais expansões cristãs, onde o continente africano tem se destacado pelo abandono do papel exclusivo de receptor, em detrimento da posição de exportador dessa religião, outros dados também sinalizam que, apesar da grande predominância do islamismo em regiões como o norte da África, o cristianismo é, atualmente, a religião que concentra maior número de adeptos no continente, de modo geral. O que justificaria, então, a existência de um subtópico, dentro do capítulo sobre história da África, acerca do islamismo, ou apenas do islamismo? Por que outras religiões, incluindo aquela que é mais seguida no continente africano, não é abordada?

Os silenciamentos não são as únicas ocorrências que chamam a atenção. As nomenclaturas adotadas nesses materiais também acusam suas próprias problemáticas e limitações. Diante da própria inexistência de uma palavra específica para definir o que seria *religião* nas sociedades africanas,<sup>15</sup> os livros costumam optar pelo uso acrítico do termo.

Em sessão intitulada *Antropologia*, um dos livros consultados apresenta um texto sobre o que seria *a religião iorubá*, afirmando que *os povos iorubás criaram uma religião muito influente* e, nesse momento, não podíamos deixar de apontar a desatenção do material diante de uma importante discussão em torno do eurocentrismo carregado pelo conceito de *religião* e sua

---

<sup>14</sup> MOREIRA, Harley Abrantes. “*Onde há desespero, a esperança é importante*”? Uma história da expansão do cristianismo batista em Moçambique (1950-1992). Tese de doutorado em História Cultural. UNICAMP, Campinas: 2019 (Orientação de Eliane Moura da Silva), p.1 8.

<sup>15</sup> OLIVA, Anderson Ribeiro. Em Busca de um Diálogo Afrocentrado Acerca das Cosmologias Africanas. *Fênix* – Revista de História e Estudos Culturais, v.14, ano XIV, nº 1, jan/jun de 2017.

insuficiência quando aplicado a contextos históricos e culturais específicos como muitos ambientes africanos. Segundo as explicações da historiadora Eliane Moura da Silva,

O conceito “religião” origina-se da palavra latina *religio*, cujo sentido original indicava simplesmente um conjunto de regras, observâncias, advertências e interdições sem fazer referências a divindades, mitos, celebrações ou a qualquer outra manifestação que consideráramos hoje como religiosas. O termo “religião” foi construído histórica e culturalmente dentro do mundo ocidental, adquirindo um sentido estreitamente ligado à tradição cristã.<sup>16</sup>

Essa conexão entre esse conceito e a cultura cristã, faz sentido na medida em que nossa civilização pressupõe separações e dualidades, como a que contrapõe um mundo cívico distinto do religioso. Para Adone Agnolin,<sup>17</sup> esse ponto é a principal dificuldade da problemática aplicação do termo *religião*, ou mesmo *religiões*, a contextos etnológicos não ocidentais, e a sua aplicação por parte do pesquisador consiste em uma ação de deslocamento de seus objetos de pesquisa, retirados de seus âmbitos culturais para se enquadrarem nas categorias ocidentais, segundo as quais esses observadores compreendem as realidades que estudam.

Livrar-se dessas lentes é, em última análise, impossível e, por isso, especialistas em história das religiões, como Sérgio da Mata, acreditam que a substituição do termo *religião* pelas categorias nativas das fontes documentais é igualmente insuficiente, uma vez que apenas trocaria as limitações de uma tradição de pensamento eurocêntrica, por outra igualmente limitada. Em suas palavras, “jamais atingiríamos um consenso sobre o que viria a ser “religião” para um chinês, um ianomâmi ou um ateniense”.<sup>18</sup> Da mesma maneira, a tradução de alguns termos nativos para o nosso idioma, talvez seja útil para construir seu significado em nossa própria cultura, mas, provavelmente, implicará em desvios de sentido que tais termos venham a ter em suas culturas originárias.

Esses impasses levam os dois últimos autores supracitados a defenderem uma ampliação do conceito de religião, o que, segundo eles, não resolve o problema, mas, ao menos por enquanto, consistiria em um útil paliativo. Essa provisória solução, quando exposta ao estudo de contextos africanos, adquire complicações ainda maiores, uma vez que a relação entre o mundo ocidental e esse continente implica em uma longa tradição de representações hierárquicas e inferiorizantes com efeitos, inclusive, nas epistemologias eurocêntricas que, ao longo de séculos, têm influído na elaboração de racismos que se acomodam em conceitos,

<sup>16</sup> SILVA, Eliane Moura. Estudos de Religião para um novo milênio. In: *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. Contexto, São Paulo, 2009, p. 207.

<sup>17</sup> AGNOLIN, Adone. *História das religiões: perspectiva histórico-comparativa*. São Paulo: Paulinas, 2013, pp. 175-187.

<sup>18</sup> MATA, Sérgio. *História e religião*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 92.

termos, metodologias e teorias usadas em diversas áreas de conhecimento que, através de seus prismas, procuram compreender objetos de pesquisa situados em África.

Para Anderson Ribeiro Oliva, é isso que fazemos a cada vez que aplicamos o termo religião para a compreensão de culturas africanas como as de matriz iorubá. Segundo o autor, é preciso distinguir entre as maneiras de tratar o fenômeno religioso no ocidente e em África, encontrando termos que, ainda que sejam imperfeitos, apontem para essa distinção e para o esforço de superar os racismos epistemológicos e eurocentrismos que possam se esconder por trás de determinados conceitos.

A utilização do termo *cosmologia*, em lugar de *religião* seria, para Oliva,<sup>19</sup> uma tentativa importante para romper com esses paradigmas e, para essa finalidade, acrescentamos, ainda, que o uso desse termo pode ajudar a esclarecer diferenças relevantes entre as culturas cosmológicas africanas e as religiões de matrizes africanas no Brasil. Apesar dos avanços e das contribuições que alguns livros didáticos tem apresentado para o combate da intolerância religiosa contra os praticantes dessas religiões “brasileiras”, esses materiais podem confundir mais que esclarecer no momento em que tentam demonstrar as conexões e continuidades das culturas *religiosas* existentes nos dois lados do atlântico.

Nesse sentido, o estudo das temáticas religiosas tem se destacado dentro dos conteúdos de História da África, muitas vezes em razão de episódios de ódio, discriminação e agressão motivada por preconceitos religiosos e dirigida, especialmente, aos praticantes ou adeptos das chamadas *religiões de matrizes africanas*. Para combater esse tipo de comportamento, alguns livros têm tentado construir narrativas históricas que assinalem a complexidade do que chamam de *religião iorubá*, através do diversificado panteão de divindades e orixás, esclarecendo que, em África, essas culturas religiosas variavam de acordo com as matrizes étnico-linguísticas, com destaque para o grupo sudanês e o bantu.

Em um desses materiais, em texto que trazia o título *A cultura iorubá no Brasil*, a frase *Os iorubás foram os que mais influíram na religião, introduzindo o candomblé* transmite a ideia de que o candomblé, religião brasileira formada a partir do contato cultural de diversos indivíduos escravizados, provenientes de diferentes regiões africanas com o catolicismo no Brasil, já existia em África de onde teria sido exportado.

Ainda que seja fundamental a contribuição prestada por esses materiais quando passam a difundir esses conhecimentos, uma importante pergunta deve resultar desse empreendimento: que tipo de África é sugerida e dada a ler por esses materiais didáticos quando indicam uma

---

<sup>19</sup> OLIVA, op. cit, p. 17.

ligação cultural como essa? Além de uma transfusão cultural fantasiosa, quando apresentam imagens e pequenos textos sobre o dia de Iemanjá e as manifestações de seus devotos em cidades como o Rio de Janeiro, seguidos de outras sessões sobre os orixás iorubás em África, a sugestão implícita é que, aqui e lá, o estudante está diante de religiões irmãs e estáticas, em um momento em que alguns estudos tem revelado as porosidades e negociações culturais entre as crenças nas ancestralidades africanas e as religiões que mais crescem no continente, como o cristianismo.<sup>20</sup>

Ademais, a ideia de que as religiões de matrizes africanas foram transferidas da África para o Brasil, quando não acompanhada de esclarecimentos sobre o atual mapa das religiões no continente africano, pode transmitir ao estudante a falsa ideia de que, ainda hoje, essa grande porção continental conserva as mesmas características religiosas dos séculos de tráfico transatlântico de escravos. Estamos, aqui, diante, novamente, da ideia de uma África estática e imóvel. A mesma que era propagada por intelectuais europeus, entre eles o filósofo alemão Friedrich Hegel e o renomado professor da Universidade de Oxford Sir Hugh Trevor-Hoper<sup>21</sup> que, em diferentes épocas afirmaram a convicção de que a África era um continente sem história, uma vez que sem escrita, que suas culturas eram imóveis e ainda pertencentes a uma era pré-moderna: o tempo da tradição. Período em que as religiões nativas do continente manifestariam características do atraso de povos animistas.

Esse termo, aliás, foi encontrado três vezes nos materiais didáticos consultados. Seu emprego teria sido amplamente difundido a partir do século XIX, através de livros como *Primitive Culture*, de E.B. Tylor, autor que influenciou uma época na qual o homem europeu aplicou essa palavra para se referir a seres primitivos. Em seu significado, tudo seria dotado de uma alma, e essa crença, fundamental e universal, não só explicaria o culto dos mortos e dos antepassados, mas também o nascimento dos deuses.

*Animismo*, portanto, foi um termo que durante muito tempo funcionou como identificação dos níveis arcaicos de cultura.<sup>22</sup> É a essa tradição que alguns livros didáticos se associam quando afirmam que *O islamismo e o cristianismo conviveram na África com religiões animistas*, ou que *a mistura de povos autóctones com árabes, indianos e, mais tarde, europeus*, teria provocado *Algumas religiões animistas passando a apresentar cultos híbridos, com divindades complexas e rituais elaborados*.

---

<sup>20</sup> MOREIRA, op. cit.

<sup>21</sup> LOPES, Carlos. A Pirâmide Invertida - historiografia africana feita por africanos. In: *Actas do Colóquio Construção e ensino da história da África*. Lisboa: Ed. Linopazes, 1995, p. 23.

<sup>22</sup> ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o Profano*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, pp. 10-11.



## **Considerações finais**

O contato inicial com alguns atuais livros didáticos consultados é, sem dúvida, animador quando o comparamos com resultados de pesquisas anteriormente realizadas pelos especialistas em abordagens sobre a história da África nesses materiais, no entanto, quando aplicamos alguma inflexão para observar com mais atenção um aspecto desses conteúdos relativo às religiões e suas especificidades, em ambos os lados do atlântico, notamos que um diálogo entre a história da África e a história das religiões ainda se faz necessário, não apenas quando a pauta for o combate à intolerância religiosa, mas também quando se trata de superar possíveis ingenuidades que possamos alimentar para com um continente diverso culturalmente, aberto historicamente e flexível em suas culturas religiosas.

## Gênero e África no ensino de história: relato da produção do material didático

Ludmilla Martins Gomes da Silva<sup>1</sup>

### Introdução

Partindo das análises feitas em livros didáticos de história (brasileiros e africanos) no decorrer da licenciatura em História, das experiências em atividades de ensino em escolas da rede municipal, grupos de extensão e PIBID, bem como da participação no projeto de pesquisa de “*Ensino de História nos Espaços Lusófonos*”, surgiu o interesse pela construção desse TCC. Temos como objetivo pensar a partir de tais experiências, como os livros didáticos de História trabalham a história da África e as relações históricas entre o Brasil e o continente africano, e como tais ações são também compreendidas por estudantes e professores de história no âmbito da história ensinada.

Todas as experiências no âmbito formativo da universidade e nas escolas de ensino básico, trouxeram indagações a respeito dos materiais didáticos de história e seus usos por professores e alunos, sendo perceptíveis alguns tipos de abordagens e as representações sobre África e Diáspora Africana a meu ver insatisfatórias. A experiência no âmbito da Unilab também despertou tal problematização, ao passo que a convivência e a investigação informal com os colegas angolanos, cabo-verdianos, guineenses, são tomenses, moçambicanos, sobre a forma como aprenderam História na educação básica, como e quais personagens tiveram acesso nesse contexto e os sentidos de suas histórias, dentre outros aspectos, nos causaram ainda maior inquietação.

Leva-se em consideração a ausência na maioria dos materiais e abordagens de ensino de história africana, a participação de mulheres em determinados processos históricos. Essa percepção validou algumas indagações, por exemplo, pensar que os materiais didáticos, especialmente os livros paradidáticos são “(...) *voltados ao ensino com o objetivo de dar suporte ao uso do livro didático (...)*”,<sup>2</sup> ou seja, uma outra ferramenta para leitura e ensino-aprendizagem que está inserido na sociedade e nas escolas, ou ao menos deveria estar.

---

<sup>1</sup> Mestranda em História pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

<sup>2</sup> THOMSON, Beatriz. Os paradidáticos no ensino de História. *Revista do Lhiste*, Porto Alegre, num.4, vol.3, jan/jun. 2016, p. 30.

Consequentemente esse trabalho busca contribuir no ensino de história e na construção da consciência histórica<sup>3</sup> dos estudantes, a partir de alguns temas, tais como o estudo de um recorte sobre a África, a escravidão e a emergência de uma intelectualidade feminina africana no contexto contemporâneo, sobretudo na oferta de publicações de cunho literário, porém que nos fornece indícios históricos importantes e possibilidades de conhecimento sobre o continente africano e as relações com o Brasil.

Dessa forma, o trabalho buscou abordar por meio de uma perspectiva de gênero, personagens femininas que podem ser trabalhadas no ensino de história para compreender as dinâmicas do continente africano e da diáspora, tendo em vista que nos livros didáticos a maior parte ainda aborda pontualmente mulheres em algumas temáticas ou somente retratam em imagens que por vezes não dialogam com o conteúdo. Segundo Carla Pinsky, “*Não basta acrescentar as mulheres aos livros de História, é preciso repensar o próprio saber histórico e privilegiar abordagens analíticas.*”<sup>4</sup> Sendo assim teremos a oportunidade com o material produzido, realizar uma abordagem que dialogue e que possa contribuir com os estudos de gênero na história, assim como a história africana e afro-diaspórica, e de utilizar esse material na elaboração de aulas.

Para execução e produção deste material didático, percorremos os caminhos da metodologia qualitativa, através de levantamento e análise bibliográfica, também trabalhamos com a realização e o tratamento de entrevistas, questionários, a fim de coletar dados e informações sobre as histórias de mulheres africanas e afro-diaspóricas no período da escravidão e na contemporaneidade. Dessa forma, podemos trazer como exemplo, os questionários respondido das e dos depoentes, que sinalizaram o que haviam estudado sobre N’Zinga Mbande, Kimpa Vita e Lueji A’Nkonde, sendo conteúdos abordados tanto na escola quanto em casa, sendo que a maior parte das vezes era visto na escola e com o uso de poucos livros didáticos; já na questão de mulheres contemporâneas, citaram alguns nomes, como por exemplo, Winnie Mandela, mas considere mais importante e interessante, a presença e afirmação de trazerem nomes das próprias mães e outras mulheres das vossas famílias. Na entrevista com o Christ Wa Tshibuabua Kamanda também foi registrado alguns relatos sobre o conteúdo abordado na escola e mulheres contemporâneas:

---

<sup>3</sup> A consciência histórica relaciona “ser” (identidade) e “dever” (ação) em uma narrativa significativa que toma os acontecimentos do passado com o objetivo de dar identidade aos sujeitos a partir de suas experiências individuais e coletivas e de tornar inteligível o seu presente, conferindo uma expectativa futura a essa atividade atual. SCHMIDT, Maria Auxiliadora. GARCIA, Tânia Maria. A Formação da Consciência Histórica de Alunos e Professores e o Cotidiano em Aulas de História. In: *Cad. Cedes*, Campinas, vol. 25, n. 67, set./dez. 2005, p.301.

<sup>4</sup> PINSKY, Carla. Estudos de Gênero e História Social. In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, janeiro- abril/2009, p. 161.

Na escola quando tinha entre 8 (oito) e 9 (nove) anos; também vi em casa falando com irmãos, primos e nos livros de quadrinhos que tinha em casa sobre a N'Zinga e Kimpa Vita(...) Sim; estudei sobre uma mulher Anoiritte Nengapeta era do Norte do Congo foi uma mulher com muita qualidade, se converteu para o catolicismo, ela foi assassinada, o corpo não degradou rápido e há uma oração para ela; Winnie Mandikizila Mandela ex- mulher de Mandela estudei sobre a questão de resistência, é uma espécie de outra N'Zinga, uma N'Zinga da contemporaneidade que lutou contra o sistema apartheid.<sup>5</sup>

Ou seja, essas perspectivas foram abordadas nos conteúdos de história, segundo as/os depoentes e entrevistado, porém é necessário salientar que haviam limitações nos materiais didáticos. Sendo assim, o material didático foi pensando numa perspectiva de ação pedagógica que está estruturada em capítulos e que apresenta as narrativas de três mulheres centro-africanas e de algumas mulheres contemporâneas.

### **O material didático**

A inquietação de produzir um material paradidático, propondo perspectivas de ensino a partir de personagens mulheres, ocorreu a partir das experiências e conhecimentos adquiridos no decorrer do percurso acadêmico na UNILAB (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira), ou seja, toda essa bagagem que foi adquirida nos anos vivenciados, de estudos e pesquisas, fizeram notar a ausência de mulheres e o uso pejorativo para retratar África, africanas/os e diaspóricas/os nos livros didáticos. Dessa forma, essa proposta de material didático tem como objetivo integrar uma ação pedagógica através do PPC do curso de História, ou seja, visa contribuir nas escolas de ensino básico no território brasileiro, criando oportunidades de conhecer e estudar outras perspectivas de História da formação da população brasileira, com um recorte a partir das experiências femininas e algumas narrativas que contribuam para dar representatividade, sentido de pertencimento, construção da consciência histórica e auto-afirmação das identidades múltiplas das e dos educandas/os.

Como público-alvo serão as/os estudantes de escolas de ensino básico, do 7º ano do ensino fundamental II e também sendo material de apoio para estudantes do 2º ano do ensino médio, ambos os anos, estudam essa temporalidade e o conteúdo, seguindo a BNCC (Base Nacional Comum Curricular),<sup>6</sup> algumas das orientações da BNCC:

<sup>5</sup> Entrevista concedida por Christ Wa Tshibuabua Kamanda, no dia 26 de dezembro de 2018, na cidade de São Paulo.

<sup>6</sup> MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, MINISTRO DA EDUCAÇÃO: Rossieli Soares da Silva. In: “BNCC- Base Nacional Comum Curricular”- Brasília, 2018,p.422.

História - 7º Ano - Unidade Temática: Lógicas comerciais e mercantis da modernidade; Objetos de conhecimento: As lógicas internas das sociedades africanas, As formas de organização das sociedades ameríndias, A escravidão moderna e o tráfico de escravizados; Habilidades: (EF07HI15) Discutir o conceito de escravidão moderna e suas distinções em relação ao escravismo antigo e à servidão medieval; (EF07HI16) Analisar os mecanismos e as dinâmicas de comércio de escravizados em suas diferentes fases, identificando os agentes responsáveis pelo tráfico e as regiões e zonas africanas de procedência dos escravizados.

Consequentemente, o material virá como uma proposta a partir das leis 10.639/03 e 11.645/08,<sup>7</sup> ou seja, com o objetivo de possibilitar às educandas/os o ensino de história com um perspectiva a partir das histórias das mulheres africanas e diaspóricas. Com o intuito de mostrar que essas narrativas femininas são compostas de momentos para além de sofrimento, ou seja, são momentos de muita resistência, sabedoria, tradição, coletividade e solidariedade, visto que são essas marcas e tradições deixadas que vivem ainda hoje presentes no território brasileiro formando assim as múltiplas identidades brasileiras, desde as questões raciais, sociais, culturais, religiosas etc.

## **Referencial Teórico**

### **Dialogando com a Historiografia**

Partindo do pressuposto que esse trabalho é construído ao longo do curso de História e tem como intuito a obtenção do título de licenciatura em História, considera-se importante ter esse tópico historiográfico pautando qual a perspectiva que o material didático (livro paradidático) utilizou na sua produção. Fazendo uma contextualização breve sobre a historiografia enquanto teoria da ciência da História, podemos pensar que a princípio a historiografia passou por algumas vertentes que se tem reflexo até os dias de hoje, algumas mais usadas outras menos, dependendo da temática, da ideologia e do contexto social e político. Perante a esse fato, a historiografia inicia-se com o viés do Positivismo que pauta por falar dos grandes feitos e “heróis”, prezando pelo nacionalismo, tem um caráter voltado para os registros dos homens, etc.

Em seguida, surgiu as três gerações da Escola dos Annales que busca trazer teorias e metodologias mais abrangentes para a escrita da história, como por exemplo, estudos sobre

---

<sup>7</sup> Planalto sobre a Lei 10.639/03, sanção dia 09 de janeiro de 2003 pelo governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm) . Acesso em 21 mar. 2019.  
Planalto sobre a Lei 11.645/08, sanção dia 10 de março de 2008, pelo governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm). Acesso em 21 mar. 2019.

peessoas comuns, trabalhadores, escravos, mulheres, etc, também influencia a ampliação do uso de fontes orais, visuais, documentais e diversas outras linguagens. Nessa esteira surge a micro-História que busca reconstruir a história a partir de um sujeito- agente histórico, bem como a História que pode ir do micro ao macro tanto de sujeitos, quanto contextos históricos. E por fim, a Nova História, a História Social, e a também conhecida História Vista de Baixo, que orientam hoje a esmagadora maioria dos programas de graduação e pós-graduação em história, e que foram muito úteis na produção desse material paradidático, ecoando diretamente no ensino e aprendizagem em história que é o nosso principal objetivo. Dessa forma podemos ressaltar que: *“A nova história é a história escrita como uma reação deliberada contra o “paradigma” tradicional, aquele termo útil, embora impreciso, posto em circulação pelo historiador de ciência americano Thomas Kuhn”*.<sup>8</sup>

Ou seja, Burke mostra como a produção historiográfica passou a se preocupar com as atividades humanas e as modificações das estruturas das sociedades, mostrando que a História é construída social e culturalmente, que perpassa no tempo e no espaço. A produção do material também optará pelo aporte teórico da historiografia da História Social/ História Vista de baixo que visa abordar as experiências dos sujeitos/ agentes históricos/as que antes não tinham voz na História. Em virtude do que foi detalhado até o momento, o livro paradidático buscará, a partir da historiografia trazer narrativas/ experiências de mulheres africanas no período do tráfico transatlântico e da escravidão. Mais também numa perspectiva mais contemporânea trazendo mulheres afro-brasileiras como Mãe Stella de Oxóssi, Carolina Maria de Jesus, etc, e mulheres africanas como por exemplo, Chimamanda Adichie (nigeriana) e Yaa Gyasi (ganesa), ambas literárias, conseqüentemente, a escolha por elas se deu por um maior aporte teórico de informações ao longo da construção do material, visto que mulheres centro-africanas é mais de Angola, não querendo se limitar a um único país foi necessário incluir outras regiões/país do continente. Trago aqui uma indagação, *“O por que da ausência de mulheres africanas no ramo da História enquanto historiadoras/ pesquisadoras?”*

Como hipótese, trago uma das possíveis conseqüências que seja a falta de representatividade de mulheres tanto na historiografia quanto no ensino de história (nos materiais didáticos), já que não nos deparamos cotidianamente com essa representatividade no decorrer da História enquanto ciência, sendo algo muito distante e/ou alusivo aos olhos das mulheres, isso é notório basta perceber que ambas africanas que retratei acima são literárias e

---

<sup>8</sup> BURKE, Peter. A Nova História, Seu Passado E Seu Futuro. In: *A escrita da História: novas perspectivas* - São Paulo: Editora UNESP. 1992, p. 2.

não historiadoras de formação e como observação trago que no curso de História aqui da UNILAB (Campus-Malês) que está já está na sexta turma, somente agora com o ingresso da sexta turma é que temos duas estudantes africana/ guineense no curso. Algo para se pensar se houve mudanças de como é constituída a ciência História e de como é esse ensino de história no Brasil e nos países africanos, no entanto essa questão fica para pesquisas futuras.

### **História das mulheres e gênero: perspectivas historiográficas**

Entende-se que não há como falar de mulheres e não fazer um contexto histórico sobre elas na História. A propósito é significativo trazer as perspectivas historiográficas a respeito da História das Mulheres e História das Relações de Gênero no contexto internacional até chegar ao Brasil. Dessa forma as autoras Raquel Soihet, com o texto “*Violência Simbólica- Saberes Masculinos e Representações Femininas*”<sup>9</sup> e a autora Joana Maria Pedro com o texto “*A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero*”,<sup>10</sup> trazem essa perspectiva historiográfica situando onde, quando iniciaram-se esses estudos e quais os objetivos. *A priori* é necessário pontuar que a inserção da História das Mulheres na historiografia assim como as relações de gênero, se deram tanto por mudanças na historiografia já sinalizadas no tópico anterior, como também pela articulação das ondas dos movimentos feministas.

Os primeiros movimentos aconteceram na Europa Ocidental e nos Estados Unidos no século XIX e início do século XX, tendo como um dos principais objetivos a inserção das mulheres na política, o direito ao voto, os direitos sociais e econômicos. Na década de 1960 o objetivo torna-se a liberdade/autonomia pelo corpo, pelo prazer e a luta contra o patriarcado, “*a partir de fins da década de 1960, tiveram papel decisivo no processo em que as mulheres são alçadas à condição de objeto e sujeito da História, marcando a emergência da História das Mulheres*”.<sup>11</sup> Seguidamente na década de 1980 as ondas dos movimentos feministas ganham mais propriedade no Brasil nos âmbitos acadêmicos e com publicações sobre a História das mulheres, sendo um desafio, nesse momento pois: “*Falar de mulher na história significava, então, tentar reparar, em parte, essa exclusão, uma vez que procurar traços da presença*

<sup>9</sup> SOIHET, R. Violência simbólica. Saberes Masculinos e representações femininas. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, 1997, v. 5, n.1, pp. 01-23.

<sup>10</sup> PEDRO, Joana Maria. SOIHET, Raquel. “A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 2007, v. 27, nº 54, pp. 281-300.

<sup>11</sup> Id.

*feminina em um domínio sempre reservado aos homens era uma tarefa difícil*".<sup>12</sup>

Consequentemente chegando à História das relações de gêneros na década de 1990 tendo como:

uma das propostas da História preocupadas com gênero é entender a importância, os significados e a atuação das relações e representações de gênero no passado, suas mudanças e permanências dentro dos processos históricos e suas influências nesses mesmos processos.<sup>13</sup>

A partir dessa breve contextualização sobre a historiografia que possibilita por meio de ferramentas teórico-metodológicas a inclusão das mulheres nos processos históricos, é perceptível que o desafio permanece para a inclusão e inserção das mulheres na historiografia, porque as mulheres ainda estão sobre as margens do saber historiográfico como diz a autora Joana Maria Pedro. Em consequência essa margem ultrapassa o campo historiográfico, chegando ao ensino de História, quando as representações femininas nos materiais didáticos são ausentes e/ou invisíveis, tornando-se uma violência simbólica:

Assim, definir a submissão imposta às mulheres como uma violência simbólica ajuda a compreender como a relação de dominação - que é uma relação histórica, cultural e lingüisticamente construída - é sempre afirmada como uma diferença de ordem natural, radical, irredutível, universal.<sup>14</sup>

Por fim, é necessário também pontuar sobre onde e por quem são feitas a maioria das produções historiográficas sobre História das mulheres e das relações de gênero até finais do século XX. No momento de levantamento bibliográfico nota-se que a maior parte dessas produções são feitas nos Estados Unidos e na Europa, talvez se explica o porquê da ausência de mulheres africanas e afro-diaspóricas nessa construção de historiografia das mulheres e ausência delas no ramo historiográfico e que no Brasil essas produções também são restritas as regiões Sul e Sudeste do país. Mas também podemos preponderar que tanto no final do século XX quanto agora no decorrer das primeiras décadas do século XXI, esses estudos sobre mulheres e gêneros vêm ganhando novos e mais espaços, tanto por essa inserção historiográfica quanto pela crescente e afirmação das ondas feministas e do *mulherismo*. No Brasil podemos citar a ANPUH, que iniciou um GT sobre gênero a partir de 2001 e que vem ganhando espaços tanto na ANPUH nacional, regional, quanto nas instituições de ensino superior. Mas ainda assim, podemos notar que há lacunas no campo historiográfico, em eventos e no ensino de

---

<sup>12</sup> Id.

<sup>13</sup> PINSKY, op. cit., p 162.

<sup>14</sup> SOIHET, op. cit, pp. 4-5.



história sobre gênero, raça, África e Diáspora, ou seja, são lutas constantes, em busca de garantir mais espaços, de inserção e inclusão das histórias femininas a partir desses recortes.

## **Conclusão**

Levando em consideração o que foi explanado até aqui, temos como expectativa, que a produção do livro paradidático sirva tanto como uma ação pedagógica através das experiências já vivenciadas, como ação pedagógica para pesquisas e estágios futuros. Buscamos atender o PPC com esse caráter de ação pedagógica, mais também com um olhar sobre o nosso objetivo principal que é a produção de um livro paradidático, visando assim, que ele possa contribuir com o ensino de história, a partir das experiências femininas africanas e afro-brasileiras.

Portanto, que possa cooperar para a potencialidade das pesquisas em ensino de história, assim como em outros espaços de construção de conhecimentos, que possa ser usufruído e utilizado através do interesse de cada professor/a, estagiária/o, e demais interessados no campo do ensino-aprendizagem, que acredita em um ensino de história mais igualitário e consciente.

## **O telejornal como fonte histórica: metodologia para análise de reportagens com alunos do Ensino Médio**

Cathia Pereira de Oliveira<sup>1</sup>

### **Introdução**

O presente artigo apresenta uma possibilidade metodológica para professores – de história ou demais disciplinas – que ensejam trabalhar juntamente com os alunos a análise de reportagens jornalísticas. Procurou-se desenvolver um passo a passo para que, mesmo o docente que não tenha a formação no campo da história, consiga realizar a atividade de maneira crítica e embasada. É preciso salientar que a discussão sobre o trabalho pedagógico de análise e fontes históricas em sala de aula não se encerra com este trabalho, mas que indica uma breve reflexão e uma proposição metodológica inicial para o docente que busca realizar tal atividade para com seus estudantes.

A partir de novas perspectivas metodológicas na construção do conhecimento histórico, as produções midiáticas são consideradas documentos portadores de marcas das mudanças culturais, sociais e políticas de uma época, podendo ser usadas como fonte de questionamentos sobre seu momento histórico de produção e sua sociedade. O estudo das fontes e a maneira correta de analisá-las permite ao aluno ter contato direto com a produção do conhecimento histórico. Desta forma, a análise de fontes audiovisuais vem a ser um meio capaz de gerar competências e habilidades para o desenvolvimento independente e consciente dos estudantes a partir de as narrativas de sua realidade. Os conteúdos midiáticos possuem grande potencial para o trabalho em sala de aula, propiciada pela relação prévia dos alunos com formatos audiovisuais, e desenvolvendo uma maior criticidade frente a esses produtos e podendo ter desdobramentos no seu cotidiano ao se relacionar diferentemente – e mais criticamente – com tais objetos.

### **O ensino de história e a utilização de fontes para a construção do conhecimento**

A partir do início do século XX, difundia-se a expansão do que era entendido como fontes para o trabalho do historiador, assim como uma nova maneira do pesquisador se

---

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós-graduação em História pela Universidade Federal de São João del-Rei sob orientação de Cássia Rita Louro Palha. Bolsista CAPES.

posicionar defronte elas. Movimento este conhecido como Escola dos Annales deram novos contornos à forma de pesquisar e estudar a história, ampliando o olhar para diversas fontes para além das escritas documentais, articulando novos conceitos e categorias, como por exemplo, a história do cotidiano e das mentalidades.<sup>2</sup> As novas temáticas e abordagens da história foram incorporados à produção historiográfica. Há também a inclusão de diversos sujeitos como agentes históricos anteriormente não pertencentes a esta história tradicional, como grupos sociais e coletivos.<sup>3</sup> Concomitantemente aos Annales, surgiram os estudos de psicologia da aprendizagem, nos quais pedagogos e pesquisadores do campo da educação defendiam a necessidade da participação do aluno na construção do seu próprio conhecimento, partindo de sua vivência e realidade. Denominada Escola Nova, os estudos acerca do processo de ensino e aprendizagem defendiam uma inovação das metodologias e práticas pedagógicas nas escolas, além de uma educação cidadã “que pudesse integrar o indivíduo na sociedade e, que ao mesmo tempo, ampliasse o acesso de todos à escola”.<sup>4</sup>

Ensinar história para além da linearidade e imprescindibilidade do passado é também ensinar o processo de construção do conhecimento histórico, que engloba as questões a serem levantadas acerca desse passado; as formas e métodos de investigação das fontes; e a relação direta ou indireta com que este passado se relaciona com o presente, de maneira que as mudanças e permanências sejam percebidos criticamente no dia a dia deste aluno. A fim de possibilitar essa visão mais crítica do passado, a utilização de fontes históricas em sala de aula é uma forma de apresentar as múltiplas e variadas interpretações possíveis do passado a partir desta fonte, mostrando então que o passado é uma reconstrução a partir dos vestígios daquele momento e sociedade e das questões levantadas no presente. No que tange o trabalho com fontes audiovisuais, é necessário fugir do caráter meramente ilustrativo de imagens veiculadas ao conteúdo de história, buscando então uma metodologia de trabalho. Luca e Pinsky<sup>5</sup> alertam que a imagem pode dar uma falsa sensação de explicar ou refletir a realidade, sendo necessário analisá-las de acordo com seu contexto de produção, tanto político quanto social; investigar quem é o seu autor; em qual veículo de circulação fora publicada e quem era o público-receptor deste meio.

---

<sup>2</sup> ABUD, Katia Maria. A construção de uma Didática da História: algumas ideias sobre a utilização de filmes no ensino. *Revista História*, São Paulo, vol. 22 n. 1, 2003.

<sup>3</sup> FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de ensino de história*. Campinas: Papirus, 2003.

<sup>4</sup> ABUD, Katia Maria. Processos de construção do saber histórico escolar. *História & Ensino*, Londrina, v. 11, jul. 2005.

<sup>5</sup> LUCA, Tania Regina; PINSKY, Carla Bassanezi. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2005.

Além disso, as fontes precisam ser historicizadas, colocadas no tempo com uma contextualização em sala de aula, “numa situação que faça sentido humano, obtido com a sua vivência e a experiência de aprendizado dentro e fora da escola”,<sup>6</sup> relacionando então a bagagem prévia do aluno, de forma que seja possível acionar um conjunto de esquemas mentais que formam as estruturas do conhecimento. A ausência das tecnologias no ambiente escolar também indica uma defasagem da educação com momento atual, não articulando ou estimulando uma maior criticidade acerca dos seus usos e frente ao que é veiculado nas mídias.

A educação escolar precisa compreender e incorporar mais as novas linguagens, desvendar os seus códigos, dominar as possibilidades de expressão e as possíveis manipulações. É importante educar para usos democráticos, mais progressistas e participativos das tecnologias que facilitem a educação dos indivíduos.<sup>7</sup>

### **A televisão e o telejornal como fontes históricas**

As telas – seja da televisão, do computador ou do celular – estão dentro das casas e ao alcance das mãos, modificando as relações das pessoas com o mundo. A disposição de imagens e elementos diversos servem como uma identificação pessoal e coletiva do público, estabelecendo e celebrando um repertório de atitudes, valores e comportamentos de uma sociedade que motivam e norteiam a formação de identidade.<sup>8</sup> Ou seja, a possibilidade da troca de informações rápidas e simultâneas, e os diversos engajamentos que estas mídias proporcionam na vida cotidiana indicam que as relações do público com meios de comunicação são complexas.

No Brasil, o surgimento da televisão proporcionou uma complexa organização que aos poucos ia influenciando a sociedade brasileira e sendo igualmente influenciada por ela, seja pela possibilidade de uma simultaneidade da informação, seja pela regulação de horários e hábitos junto ao cotidiano dos telespectadores. Além disso, a televisão marca sua presença com um lugar imponente, fixando sua presença em 97% dos lares brasileiros,<sup>9</sup> demonstrando seu vastíssimo alcance e estando intimamente ligada à vida e à rotina da maioria da população até os dias atuais. A televisão é um exemplo de como o repertório comum acessível e a popularização deste meio são parte integrante da sociedade brasileira, de modo que a televisão

<sup>6</sup> ABUD, op. cit., 2005, pp. 27-28.

<sup>7</sup> MORAN, José Manuel. *Novas tecnologias e mediação pedagógica*. Campinas: Papirus, 2000, p. 36.

<sup>8</sup> KELLNER, Douglas. A cultura da mídia e o triunfo do espetáculo. In: MORAES, Dênis de (org.). *Sociedade midiaticizada*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

<sup>9</sup> IBGE 2013: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Acesso à Internet e a Televisão e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal 2013. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv93373.pdf>. Acesso em 21 jun. 2016.

não é somente um aparato tecnológico, mas também uma instituição e um fenômeno sociocultural.

De acordo com Piccinin e Soster,<sup>10</sup> o telejornalismo brasileiro nasce concomitantemente à televisão em 1950. Inicialmente com características semelhantes ao rádio, o telejornal desenvolveu-se seguindo o modelo norte-americano, com a crença em um jornalismo objetivo e imparcial, ao passo que na Europa se realizava um jornalismo engajado. Com o passar das décadas, o telejornalismo no Brasil se molda para a televisão e para o público brasileiro, com a conjunção entre as novidades tecnológicas que cada momento histórico disponibilizava, e modernizando assim, o próprio modo do fazer jornalístico.

É principalmente através do telejornal que se dá a constatação da realidade e a percepção sobre o mundo para os cidadãos brasileiros, no qual 63% dos brasileiros indicam a televisão como o meio de comunicação usado para se informar.<sup>11</sup> Desta forma, o telejornal tem seu espaço de preferência privilegiado ao informar e posicionar o telespectador na contemporaneidade, servindo como uma “janela para o mundo” e seus acontecimentos mais relevantes.<sup>12</sup>

A forma com que o telejornal se relaciona com seu público também é de grande importância, pois este formato está inserido em um momento em que a busca por audiência marca a concorrência entre os programas televisivos. É necessário reconhecer os diferentes gêneros telejornalísticos, que passam do mais tradicional – com um aspecto formal, impessoal e imparcial – e os mais voltados ao entretenimento do público. Há ainda o hibridismo entre informação e entretenimento, considerado como uma “tendência”, inclusive nas produções jornalísticas pois marcam sua produção, linguagem, formato, conteúdo e seu relacionamento com o público.<sup>13</sup> Esta nova forma de jornalismo pode se desdobrar em programas jornalísticos variados, podendo conter mais conteúdos de entretenimento, onde o contexto é marcado pela descontração, ou com maior compromisso com a credibilidade jornalística, visando a maior legitimidade da informação. Portanto, o exercício de análise de telejornais também necessita de

<sup>10</sup> PICCININ, Fabiana, SOSTER, Demétrio de Azeredo. Da anatomia do telejornal midiaticizado: metamorfoses e narrativas múltiplas. *Brazilian Journalism Research*, vol. 8, n. 2, 2012.

<sup>11</sup> Secretaria de Comunicação Social (SECOM): Pesquisa Brasileira de Mídia, 2016. Disponível em <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016.pdf/view>. Acesso em 30 nov. 2017.

<sup>12</sup> MARQUES, Francisco Wik Santos Leal; GALLAS, Ana Kelma Cunha. *O consumo de conteúdos telejornalísticos por alunos da Unidade Escolar Desembargador Vaz da Costa e do Instituto Dom Barreto de Ensino: a qualidade do ensino influencia*. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Fortaleza (CE). 03 a 07 set. 2012.

<sup>13</sup> GOMES, Itania M. M. Tendências do telejornalismo brasileiro no início do século XXI: telejornalismo popular e infotainment. In: FREIRE FILHO, João; BORGES, Gabriela (orgs.). *Estudos de Televisão: diálogos Brasil-Portugal*. Porto Alegre: Sulina, 2011.

aparatos analíticos específicos por se trata de um produto audiovisual, que articula construções imagéticas e narrativas, sons, edição e divulgação televisiva.

### **Proposta metodológica para análise de reportagens telejornalísticas em sala de aula**

O telejornal, presente diariamente na vida dos brasileiros, exerce um lugar predominante na busca de informações e de entretenimento. Mas para além disso, este produto televisivo também pode servir como evidências da conjuntura histórica de sua produção e da sociedade que está inserido, contendo nele as marcas do seu tempo e de quem o produziu, em uma narrativa construída a partir de escolhas e intenções.

A construção da ficha de análise para uma reportagem telejornalística como fonte histórica junto com alunos do Ensino Médio tem como orientação base o método em desenvolvimento pela historiadora Cássia Palha<sup>14</sup> que exprime as possibilidades da cliometria para análise específica de programas telejornalísticos. Em um primeiro momento, a autora cita as possíveis averiguações acerca da estrutura do programa escolhido, levando em consideração: a) Lugar/papel dos sujeitos; b) Narração e relação estabelecida com o telespectador; c) Recortes em reportagens específicas; d) Notícias e temáticas; e) Fragmentação seletiva, construção de contexto e sensacionalismo; f) Edição, montagem e ritmo. E em segundo momento, é considerado os elementos que compõem a linguagem audiovisual do programa, respectivamente os recursos imagéticos e os sonoros. Embora a metodologia citada acima se estruture para a análise de programas completos, ele exprime categorias fundamentais que são possíveis de serem observadas em apenas uma reportagem, como a narrativa, o uso de maniqueísmos e sensacionalismo, e a edição da reportagem.

Além disso, a proposta de análise pragmática da narrativa jornalística cunhada por Luiz Gonzaga Motta<sup>15</sup> é complementar. Apesar desta metodologia também reiterar a necessidade de uma análise completa – feita com um conjunto de notícias nas quais todas elas sejam parte de um mesmo tema – a metodologia também possui importantes categorias que possibilitam a observação desta narrativa em apenas uma reportagem. O autor elucida como a forma narrativa é capaz de organizar um discurso e produzir significados, dando sentido ao integrar as ações passadas e atuais, criando uma sequenciação dos acontecimentos. Para o autor “os discursos

---

<sup>14</sup> PALHA, Cássia Rita Louro. *Fontes telejornalísticas nos domínios de Clio: notas metodológicas*. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 9, n. 22, set./dez. 2017.

<sup>15</sup> MOTTA, Luiz Gonzaga. Análise pragmática da narrativa jornalística. In: LAGO, C.; BENETTI, *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. Petrópolis: Vozes, 2007.

mediáticos se constroem através de estratégias comunicativas e recorrem a operações e opções linguísticas e extralinguísticas para realizar intenções e objetivos”.<sup>16</sup>

Na tentativa de envolver os expectadores criando efeito do real e efeitos emocionais, são também utilizadas diversas estratégias comunicativas nas reportagens jornalísticas e estas podem mudar entre diferentes notícias e reportagens. Motta explana que o efeito do real é causado a partir da interpretação de fatos narrados como verdades, sendo necessária a observação de dispositivos retóricos, como a afirmação radical do presente, expressões que criam atualidade, legitimidade do narrador como fonte e citações frequentes. Já os efeitos poéticos ou emocionais são causados pelas interpretações subjetivas, gerando algum tipo ou grau de emoção no expectador a partir de recursos linguísticos ou extralinguísticos, como manchetes ou chamadas dramáticas, fotografias, adjetivos, verbos dotados de sentidos pejorativos ou apreciativo, e o uso de substantivos estigmatizados. O uso de exclamações, interrogações, comparações, ênfases, repetições, metáforas, hipérboles e outros recursos também devem ser observados.

É importante frisar que tal diálogo entre produções midiáticas e seus receptores é aqui entendido como uma simbiose de influências, numa ampla via de trocas e de debate no qual o receptor ressignifica a todo o momento aquilo que é veiculado, sendo seu entendimento fundamentalmente perpassado pela sua individualidade e por seus laços junto à coletividade.<sup>17</sup> Ou seja, entendemos o receptor como sujeito múltiplo, que deve ser situado histórica, cultural e socialmente, e como participante simultâneo de várias instituições onde adquire sua identidade, dando sentido às suas práticas.

Com isso, a atividade de análise de um programa telejornalístico, prediz uma série de discussões anteriores e preparação da turma. A primeira a ser levada em consideração é a faixa etária e a série escolar dos alunos, que neste trabalho é sugerido com alunos do Ensino Médio (entre 15 e 17 anos) pela necessidade de uma maior criticidade frente aos produtos midiáticos e historicização do mesmo. Além disso, é fundamental o conhecimento da relação que estes jovens possuem com televisão, telejornal, *internet* e até mesmo com a busca por informações no seu cotidiano, pois é a partir dos indícios do conhecimento e da relação prévia destes alunos com o telejornal que se dará a execução do trabalho em sala de aula, fazendo mudanças ou adaptações visando maior relação com a realidade da turma em questão.

---

<sup>16</sup> Id., p.144.

<sup>17</sup> Nos Estudos Culturais, o receptor ganha um papel ativo nas mediações, estabelecendo uma negociação com os meios midiáticos a partir de sua cultura (Cf. HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, p. 362).

A partir disso, uma aula introdutória sobre documentos históricos pode ser de grande valia, elucidando e debatendo questões sobre o que são fontes, como cada uma requer uma certa metodologia (e o que é metodologia), como estas evidências históricas dependem de questionamentos e interpretações, e como o conhecimento histórico é construído. Verificar o que os alunos já conhecem ou identificam como fontes históricas possibilita que o professor direcione as perguntas e os exemplos a serem trabalhados. As fontes documentais escritas podem ser as mais conhecidas, e a apresentação de pinturas, fotografias, músicas e filmes como possibilidades de vestígios históricos para a análise podem despertar tanto o interesse da investigação histórica quanto uma visão diferente das mesmas no cotidiano dos alunos.

Uma segunda questão a ser levada em consideração é a disponibilidade e do acesso ao programa que se pretende trabalhar. Por se tratar de um produto televisivo, é necessário que o professor saiba onde encontrá-lo. Se o telejornal em foco for mais atual é possível que seja encontrado na *internet* em sites como *YouTube* e os da própria emissora de televisão, pois grande parte disponibiliza seu conteúdo *online* com acesso gratuito. É necessário que o professor veja previamente se é possível assistir a reportagem *online*, fazer *download* do vídeo ou que seus alunos consigam ter acesso direto ao conteúdo. Mas, se tratando de um programa que ainda irá ao ar em um dia específico, uma possibilidade é a gravação do mesmo em *DVD* ou *VHS*. Porém, se o telejornal escolhido estiver indisponível, ou ser um programa antigo que suas edições não são encontradas *online*, é possível ainda recorrer a acervos pessoais ou da emissora em questão, mas que ainda podem não permitir o acesso a eles.

Após a escolha do programa e da verificação da disponibilidade desta fonte, é preciso que as reportagens dos telejornais sejam apresentadas como uma construção narrativa coletiva, que permeia o trabalho de editores, diretores, repórteres e câmeras. É necessário que o telejornal seja discutido com os alunos como um produto que constrói uma narrativa sobre um acontecimento, levando em consideração o que é um telejornal; como é feito; como é filmado; como é editado; como são escolhidas as notícias e as pautas; como essas notícias são filmadas; quais palavras são usadas pelos repórteres; e qual o ritmo da reportagem e os sons inseridos nela. A familiaridade dos estudantes com vídeos e o processo de edição podem ser de grande importância para a compreensão da construção do produto audiovisual, uma vez que podem conhecer técnicas a partir do acompanhamento do trabalho de produtores de conteúdo no *YouTube* ou até mesmo do uso de câmeras e os próprios celulares. Cabe neste momento discutir a produção: é possível escolher o que será mostrado e como será mostrado – e principalmente, o que não está sendo mostrado.



A contextualização histórica do momento que a reportagem escolhida se insere é o que dá a historicidade da fonte. Trazer outros indícios do que estava acontecendo naquele período, principalmente a respeito do tema que a notícia trata, pode servir para orientar os alunos de modo a perceber o momento em que a reportagem é feita ou transmitida, e então questionar o que é dito (e como é dito) sobre ele.

A seguir, foi criado um esquema metodológico em forma de tabela para ser preenchido com as principais categorias a serem analisadas, juntamente com as possíveis questões que podem ajudar os alunos a pensar sobre a produção jornalística. As questões podem ser levantadas pelo professor em um debate coletivo com os alunos após a veiculação do trecho ou notícia escolhida, ou dada como questões a serem observadas e problematizadas enquanto se assiste a reportagem. As categorias selecionadas para análise e as questões sobre elas são:

**Tabela 1: Categorias e questões**

| <b>Categoria de análise do programa</b>                            | <b>Possíveis questões a serem discutidas</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
|--------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>O lugar do programa na grade de sua emissora e na sociedade</b> | Quais dias o programa vai ao ar (dias de semana ou final de semana)? Em que horário (manhã, tarde ou noite)? A escolha deste horário e dos dias dá indícios de qual é o público-alvo do programa (quem pode assistir televisão neste momento)? É um programa novo ou que está no ar há muito tempo? Há quanto tempo no ar? É um programa importante para a emissora?                                   |
| <b>Tipo de telejornal</b>                                          | Ele tem uma linguagem formal ou informal? Ele tem apresentadores (âncoras)? O apresentador passa credibilidade da notícia que dá? O jornal mistura informação com entretenimento? Ele trata de notícias locais, nacionais ou internacionais? Ele é um jornal especializado (política, esportes, economia)?                                                                                             |
| <b>Como é dada a notícia</b>                                       | É uma reportagem sobre um lugar, pessoa ou acontecimento? A reportagem tem qual tema (política, economia, curiosidade, violência)? O repórter aparece como a figura principal a passar a notícia? Outras pessoas complementam a informação (especialistas ou populares)? A notícia é passada por um <i>link</i> ao vivo? O repórter está no local do acontecido? Foi o acontecimento muito importante? |
| <b>Recurso de câmera, edição, ritmo e som</b>                      | O enquadramento utilizado pela câmera é fixa ou se movimenta? São utilizadas filmagens diferentes, vindas de acervos, <i>internet</i> ou outras pessoas além dos repórteres? Há muitos ou poucos cortes? Eles criam um ritmo da reportagem que condiz com o tema (muito rápido, com muita informação ou mais lento)? Esse ritmo cria algum sentimento ou sensação? São usados recursos na edição (como |

|                                           |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
|-------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                           | elementos gráficos e escritos, edição de cor, velocidade, entre outros)? Há utilização de músicas ou efeitos sonoros além da fala do repórter? Essas músicas passam qual sensação? As imagens se relacionam com o som?                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
| <b>Análise da narrativa, tempo e tema</b> | O que é falado repórter ou pelos personagens entrevistados criam uma sensação da notícia ser verdade ou um sentimento? O jornalista utiliza exclamações, interrogações, comparações, ênfases, repetições, metáforas, hipérboles ou outros recursos linguísticos na sua fala que cria a sensação da notícia ser verdade ou um sentimento em quem assiste? A postura do repórter e entrevistados, suas expressões faciais e tom de voz, influenciam na percepção ou recepção da notícia? O tempo da reportagem é maior ou menor que as outras reportagens do telejornal? Há a busca de mais envolvidos notícia ou ela foca em apenas um lado? É utilizado mais tempo para mostrar algum argumento ou pessoa? Como essa notícia se relaciona com o momento que é transmitida? |

Fonte: autoria própria.

## Considerações finais

O telejornal, presente diariamente na vida dos brasileiros, exerce um lugar predominante na busca de informações e de entretenimento. Mas para além disso, este produto televisivo também pode servir como evidências da conjuntura histórica de sua produção e da sociedade que está inserido, contendo nele as marcas do seu tempo e de quem o produziu, em uma narrativa construída a partir de escolhas e intenções. Concomitantemente, o telejornal e as reportagens jornalísticas acabam por se tornarem parte constitutiva do próprio acontecimento que veiculam, uma vez que possuem grande penetração na sociedade e credibilidade ao noticiar aquilo que pressupõe ser de maior importância.

No que tange o ensino de história, é preciso encarar a diversidade na forma de ensinar e aprender. Como dito anteriormente, a discussão sobre o trabalho pedagógico de análise e fontes históricas em sala de aula não se encerra com este trabalho, mas sim apresenta uma breve reflexão e uma proposição metodológica inicial para o docente que busca realizar tal atividade para com seus estudantes. Neste sentido, procurou-se contribuir com a construção de conhecimento que inclua a análise das mídias e de seus produtos gera a maior autonomia dos alunos, desenvolvendo sua criticidade frente a estes meios e possibilitando a estes jovens um olhar mais apurado, não somente em relação as informações dadas pela mídia, mas também para uma visão transformada em relação ao mundo em que vivem.

DESAFIOS  
CONTEMPORÂNEOS

## A Temporalidade História em Žižek: a paralaxe e o anacronismo

Thayran José Ramos<sup>1</sup>

O campo da teoria e filosofia da História encontra-se em constante modificação, do historicismo ao positivismo, da filosofia analítica da História ao narrativismo, há um deslocamento constante de problemas e conceitos. Segundo Cardoso Jr., a teoria da história passa por um cenário transicional atualmente, pois se observa o esgotamento do narrativismo dos anos 1970 e 1980, que se abre, a partir dos anos 2000, para o chamado pós-narrativismo.<sup>2</sup> Um dos indícios que tornam palpável a nova fase, segundo Kleinberg, é a emergência de uma “nova metafísica do tempo” que acaba reconciliando ou superando os paradigmas do antigo realismo histórico e do narrativismo. Para Kleinberg o mais interessante desse novo movimento,

é a maneira que alguns teóricos procuram ir além da ênfase em linguagem e representação, não retomando a uma variante grosseira de objetivismo ou empirismo, mas reexaminando nossa relação com o passado e com o passado de ordem natural, tentando construir uma nova metafísica do tempo.<sup>3</sup>

Dentro deste contexto podemos inserir a questão da paralaxe temporal, segundo Žižek, nas discussões correntes acerca da temporalidade histórica que marcam a nova metafísica do tempo. Esta última se distribui em três grupos, de acordo com as matrizes teóricas emergentes do conceito de tempo histórico: “temporalidades múltiplas”, “presença” e “reconceptualizando o passado”.<sup>4</sup>

No grupo referente às temporalidades múltiplas, temos como exemplo o trabalho de Helge Jordheim como uma das referências. Para Jordheim, a temporalidade histórica é múltipla e engloba tanto o tempo social/histórico quanto o natural. Através do pensamento de Koselleck, Jordheim estabelece que a multiplicidade do tempo histórico se encontra amarrada às convenções linguísticas e que cada uma delas possui uma estrutura temporal interna, o que as caracteriza como multilaminadas e complexas.<sup>5</sup> Segundo este teórico da história, quando

<sup>1</sup> Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp/Assis) sob orientação de Hélio Cardoso Jr.

<sup>2</sup> CARDOSO JUNIOR, Hélio R. *New Metaphysics of Time: Theoretical Innovations Regarding the Continuity-Discontinuity Issue in the Postnarrativist Theory of History*. 2019, p. 1-2. Artigo não publicado.

<sup>3</sup> KLEINBERG, Ethan. Introduction: The New Metaphysics of Time. *History and Theory*, Virtual Issue 1, ago. 2012, p. 1.

<sup>4</sup> Id.

<sup>5</sup> JORDHEIM, Helge. Introduction: Multiple Times and the Work of Synchronization, *History and Theory* 53, 2014, p. 504.

assumimos uma temporalidade múltipla, contamos com o tempo dos argumentos, das experiências e das tecnologias. Esses elementos temporais não possuem uma fronteira definida, evidenciando que todos os campos de ação da vida humana possuem diferentes estruturas de repetição, que mudam com velocidades diferentes umas das outras.<sup>6</sup> Desse modo, pode-se observar a existência das variadas camadas temporais coexistindo no presente, pois o movimento diacrônico das múltiplas temporalidades embutidas em um presente sincrônico é entendido como um anacronismo imanente à relação com o passado.

Para o segundo grupo, presença, temos, entre outros, o trabalho de Berber Bevernage como uma referência. Segundo Bevernage, não existe ausência do passado no presente, mas sim uma presença desse passado que assombra o presente e se torna presente através de sua ausência. Portanto, o passado e o presente devem ser entendidos como duas dimensões imbricadas.<sup>7</sup> A perspectiva de um passado espectral que ronda o tempo presente coloca em pauta o problema da ética e da justiça históricas, cuja principal função seria a reparação de traumas históricos. A temporalidade histórica para o autor se constrói a partir dessa constante presença do passado no tempo presente, de um anacronismo, portanto, que resgata a dimensão moral da temporalidade, tornando o tempo histórico sensível às exigências da justiça e da memória.

No terceiro grupo, temos Paul Roth, partidário da proposta de uma reconceptualização do passado. A proposta de Roth é instaurar um “irrealismo histórico” a partir da retomada da filosofia analítica da história. Para isso, o passado se configura como aberto, ou seja, não existe um passado homogêneo e terminado. Segundo ele, a narrativa de um evento histórico depende do arcabouço de descrições e categorias disponíveis para o seu entendimento. Contudo, esse arcabouço narrativo se modifica

também, pois o tempo histórico, muito embora não se possa tratá-lo de modo direto como desejava o antigo realismo histórico, faz com que as estruturas linguísticas com que se experimenta o tempo histórico também se alterem. Ou seja, o passado é plural e construído a partir anacronismos entre narrativas e a experiência exterior do tempo histórico que não depende de categorias da linguística.<sup>8</sup>

É nesse espaço de inovação dos conceitos de tempo histórico que entendemos como pertinente e útil a aproximação do conceito de paralaxe segundo Žižek. Para entendermos a *paralaxe temporal* zizekiana, assim como, sua relação com a temporalidade histórica, o ponto

---

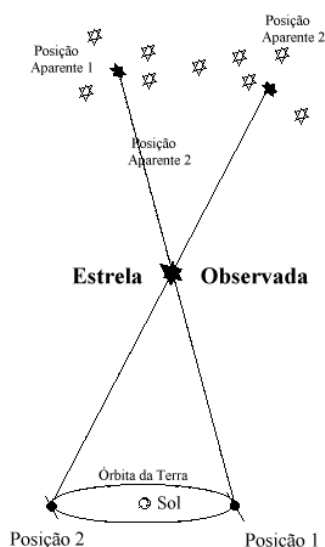
<sup>6</sup> Id., p. 508.

<sup>7</sup> BEVERNAGE, Berber. Time, Presence, and Historical Injustice. *History and Theory* 47, maio 2008, pp. 4-5.

<sup>8</sup> ROTH, Paul. The Pasts. *History and Theory* 51, out. 2012, p. 27

de partida é observarmos o conceito a partir de seus elementos na Física. Observe-se o diagrama ótico da paralaxe:

**Figura 1: Diagrama ótico da paralaxe**



A paralaxe, do ponto de vista físico e espacial, consiste em um fenômeno ótico. Ela é definida como a medida de posição aparente de um objeto em relação a um segundo plano mais distante, a partir de um observador que se posiciona a partir de diversos ângulos em relação ao objeto observado. Segundo a imagem acima, a paralaxe estelar atribui a uma estrela observada uma posição aparente para um observador a partir de um ponto-referência na Terra.

Slavoj Žižek apresenta esse conceito em seu livro “A visão em paralaxe”,<sup>9</sup> transpondo-o de sua versão física para uma versão relativa à consciência do tempo histórico. Segundo Žižek, a paralaxe pode ser definida como a lacuna que separa o Real da aparência, caracterizando o Real não como inacessível, mas como a própria lacuna que impede nosso acesso a ele, “a pedra do antagonismo que distorce nossa perspectiva do objeto percebido através de um ponto de vista parcial”.<sup>10</sup> Ou seja, para o filósofo esloveno, a realidade histórica não é inalcançável, porém ela se encontra no lugar diferencial e diferenciante que se situa entre o objeto real e suas interpretações.

Nos escritos de Žižek, a questão embutida no conceito de paralaxe torna-se efetiva quanto ao significado da paralaxe temporal para a temporalidade histórica, pois,

<sup>9</sup> ZIZEK, Slavoj. *A visão em paralaxe*. São Paulo: Boitempo, 2008.

<sup>10</sup> Id., p. 372.

na dialética complexa dos fenômenos históricos, encontramos fatos ou processos que, embora sejam atualizações dos mesmos ‘princípios’ subjacentes em níveis diferentes, por essa razão, não podem acontecer no mesmo momento histórico.<sup>11</sup>

Ou seja, para o autor os processos históricos, mesmo que semelhantes ou “atualizações dos mesmos princípios subjacentes”, não podem acontecer no mesmo momento histórico por uma questão de paralaxe. Isto acontece, porque a paralaxe temporal é composta por dois pontos de vista não simétricos e cuja assimetria é irreduzível. Para exemplificar a paralaxe histórica, Žižek recorre à relação proposta por Hegel, entre a Revolução Francesa e o Estado Alemão. Žižek faz uma revisão da dialética hegeliana da história a partir da paralaxe e por isso contrapõe-se à interpretação mais comum da crítica de Hegel à Revolução Francesa. Isto é, a liberdade concreta do Estado Alemão como um todo orgânico não supera a liberdade subjetiva do terror revolucionário francês e segundo o autor, essa “escolha” histórica (modelo francês ou modelo alemão) estaria diretamente ligada à dialética fundamental do Espírito, segundo a qual se desenvolve de modo progressivo e linear a História Universal. Žižek conclui seu exemplo dizendo que somente a subjetividade do terror francês tornou possível o surgimento do Estado racional moderno, cuja epítome é o Estado Alemão.<sup>12</sup> Desse modo, percebemos que a relação construída por Hegel entre o Estado Alemão e a Revolução Francesa assume uma posição inicial e final igual para ambos os eventos, em contraponto ao que supunha uma concepção linear da história. Concepção esta que acabava por desconsiderar a coexistência de duas camadas temporais, mesmo que fossem atualizações do mesmo princípio subjacente.

Dentro do pensamento hegeliano, a dialética do espírito se desenvolve a partir de três momentos: 1) a eticidade ou espírito verdadeiro, aonde encontramos o espírito em sua forma simples e natural;<sup>13</sup> 2) a cultura ou o espírito alienado de si mesmo, na qual o espírito se encontra com o mundo exterior e já não é mais estabelecido de maneira simples e natural, mas sim a partir da subjetividade, suprassumindo assim as características mantidas pela eticidade;<sup>14</sup> e 3) a moralidade ou o espírito certo de si mesmo, que se apresenta quando se dá a suprassunção desse segundo momento, tornando a subjetividade em universalidade.<sup>15</sup>

Nesse segundo momento da dialética hegeliana, encontramos a *liberdade absoluta e o terror* que é o período de transição do espírito alienado de si mesmo para o espírito certo de si mesmo. Esse instante de transição é o elo de conexão entre o processo dialético hegeliano e a

---

<sup>11</sup> Id., p. 50.

<sup>12</sup> Id., pp. 50-51.

<sup>13</sup> HEGEL, G.W.F. *Fenomenologia do espírito*. 9 ed. Petrópolis: Vozes. 2003, pp. 301-302.

<sup>14</sup> Id., pp. 229-331.

<sup>15</sup> Id., pp. 400-401.

*paralaxe temporal*. A *liberdade absoluta* se configura como a *Universalidade*, suprasumindo o espírito alienado de si e terminando essa transição. Já o *Terror* tem como base a *Singularidade* que transforma a *Universalidade* em *Universalidade Singular*, nesse instante de transição dentro do segundo momento da dialética hegeliano Žižek, para ilustrar o fenômeno *paraláctico* utiliza-se de dois fatos história para representar o que seriam a *liberdade absoluta* e o *terror*: o Estado Alemão e a Revolução Francesa. A interpretação comum da análise hegeliana sobre a Revolução Francesa consiste no que Žižek aponta como sendo:

o mito de que a crítica de Hegel à Revolução Francesa possa se reduzir a uma variação da ideia ‘alemã’ de que os franceses católicos tiveram de realizar a violenta revolução política ‘real’ porque deixaram passar o momento histórico da Reforma, que realizara na esfera espiritual a conciliação entre Substância espiritual e subjetividade infinita.<sup>16</sup>

De acordo com essa interpretação comum da análise hegeliana, a Revolução Francesa seria um evento não harmonioso, a Razão não estaria alinhada ao espírito, pois segundo Hegel, esse movimento seria a ação recíproca da consciência consigo mesmo, não resultando em nenhuma ação positiva ou Universal, “nem às obras universais da linguagem, nem às da efetividade, e nem às leis e instituições universais de liberdade consciente, nem aos feitos e às obras de liberdade querente”.<sup>17</sup> Ou seja, a Revolução Francesa estaria dentro do segundo momento da dialética do espírito, como uma representação do espírito alienado de si mesmo, no sentido de ser a manifestação da liberdade subjetiva, do encontro da consciência simples com o mundo exterior.

Diversamente, o Estado Alemão se projetaria como a suprassunção do ser-aí dentro do processo dialético. No contexto alemão, existiria a conciliação entre o espírito e a Razão, o espírito se encontraria certo de si mesmo, resultando no surgimento do conceito. Portanto, a eticidade como constituição do estado de direito (espírito em sua forma simples), se chocaria com a sua negação, a cultura, que seria a representação da subjetividade (o espírito alienado-de-si), gerando a síntese ou a vontade universal:

o mundo ético mostrava, como seu destino e sua verdade, o espírito que nele só tinha partido, - o Si singular. Já aquela pessoa do direito tem sua substância e seu conteúdo fora dela. O movimento do mundo da cultura e da fé suprassume essa abstração a substância se torna, para Sico espírito, primeiro a vontade universal, e finalmente sua propriedade.<sup>18</sup>

<sup>16</sup> ŽIZEK, op. cit., 2008, p. 51.

<sup>17</sup> HEGEL, op. cit., pp. 394-395.

<sup>18</sup> Id., p. 400.



Segundo Hegel, a subjetividade da representação do espírito alienado de si mesmo, característica da Revolução Francesa é superada através do “Uno negativa ou si absoluto, que elimina essas diferentes substâncias morais: é simples agir-de-acordo-com-o-dever, que não cumpre este ou aquele dever, mas que sabe e faz [que é no caso] direito concreto”.<sup>19</sup> Instaure-se com isso a Universalidade Concreta a partir do estado alemão.

Žižek, com base no conceito de paralaxe, procura subverter essa ordem proposta por Hegel e por seus comentadores tradicionais. Para o filósofo esloveno, a subjetividade do espírito alienado de si é a própria Universalidade Concreta, para ele “a escolha direta da ‘universalidade concreta’ de um mundo-vida ético específico só pode terminar numa regressão à sociedade orgânica pré-moderna, que nega o direito infinito à subjetividade como característica fundamental da modernidade”.<sup>20</sup> Por isso, a escolha histórica entre o Terror e a Reforma, do ponto de vista de Hegel, se construiria a partir do espírito do Estado Alemão como síntese do processo dialético. Para Žižek, no entanto, a superação não se completa, pois a subjetividade do Terror da Revolução Francesa é que consegue gerir o Estado Moderno.

Portanto, para Žižek, a paralaxe temporal se desenvolve na aparência subjetiva no segundo momento da dialética do espírito, no Uno terrorista da Revolução Francesa que se apresenta como subjetividade da forma mais pura, na negação do todo orgânico que representa o Estado pré-moderno. Ou seja, na lacuna que encontramos entre o Terror revolucionário abstrato subjetivo e o todo orgânico do estado de direito. Este é um fenômeno de paralaxe temporal, pois o momento que na dialética histórica superaria o terror revolucionário, ou seja, o Estado, na verdade, se vê determinado pelo momento em relação ao qual ele ensejaria superação. Um acontecimento histórico cujo foco não está nele mesmo gera uma assimetria irreduzível, paraláctica. Nesse sentido, estabelecendo a Revolução Francesa como o objeto real, o Estado Alemão se apresenta como a mera projeção ou aparência deste.

Desse modo, observa-se que a paralaxe se afasta de um paradigma realista do conhecimento histórico, já que não admite que o fato observado tenha uma realidade independente do ponto de vista do observador. No entanto, não se pode dizer que a crítica ao realismo contida na ideia de paralaxe leve a uma compreensão narrativista da experiência histórica, pois existe um objeto real de referência, mas a este se somam necessariamente todos os pontos de vista possíveis, gerando o que se pode chamar genericamente de anacronismo histórico. Portanto, um objeto compreende a superposição de todos os objetos aparentes relativos a ele.

---

<sup>19</sup> Id., p. 234.

<sup>20</sup> ŽIZEK, op. cit., 2008, p. 52.

A nova metafísica do tempo resgata com todo o vigor discussões ao redor do conceito de anacronismo, que se revela como uma das facetas referentes ao tempo histórico. O conceito de anacronismo torna-se muito mais complexo quando adentramos na nova metafísica do tempo, pois localizamos diferentes tipos de anacronismos. Segundo Cardoso Jr., temos dois anacronismos: o anacronismo dos historiadores denominados presentistas e o anacronismo daqueles que possuem uma concepção anti-presentista.<sup>21</sup>

Anacronismo, do grego *chronos* que significa tempo e o prefixo *ana* que tem por significado “voltar” ou “contra”, isto é, de volta no tempo. Mais utilizado com o significado de “fora do tempo”, só poderia tornar-se um debate dentro da temporalidade histórica após a determinação de um passado histórico vazio, fechado que conduz para a linearidade histórica.<sup>22</sup> De acordo com Freeman, a concepção de anacronismo (juntamente de sincronismo) nos mostra uma condição paradoxal referente à temporalidade histórica: podemos colocar no passado as concepções do presente, distorcendo o mesmo de maneira que fica difícil o entendimento do presente segundo o passado, mas ao mesmo tempo, o anacronismo “nos oferece maneira de conceitualizar a liberdade”.<sup>23</sup> Portanto, o anacronismo perfaz a ruptura ou a resistência com relação ao tempo homogêneo e linear, assumindo assim a multiplicidade do tempo histórico.

De modo similar, Miri Rubin argumenta que o uso de conceitos presentes para entender o passado é uma forma ética de fazer a História e ainda, a única maneira de fazer justiça ao passado que é responsável pelo presente.<sup>24</sup> Para este autor, é essencial o trabalho do historiador a partir do presente, pois “possuímos alguns pontos de vantagem e habilidades indisponíveis para aqueles que viveram e fizeram o tempo que estudamos”<sup>25</sup> e com isso, podemos compreender melhor o passado, assumindo essa posição de intromissão do presente em nossos estudos. No mesmo diapasão, no artigo *Eloge de l'anachronism en histoire*,<sup>26</sup> Loraux mostra como, apesar da antiga repulsa do historiador pelo anacronismo como pecado capital do conhecimento histórico, um “anacronismo controlado” pode contribuir para a quebra da homogeneidade dessa temporalidade linear da história.

Portanto, é neste sentido que a *paralaxe temporal* zizekiana caminha, se tornando um elemento teórico importante para a discussão da temporalidade no cenário da teoria e filosofia da história contemporânea e também auxiliando nas discussões referentes ao anacronismo. O

<sup>21</sup> CARDOSO JUNIOR, op. cit., pp. 17-18.

<sup>22</sup> FREEMAN, Elizabeth. Synchronic/Anachronic. In: BURGESS, Joel; ELIAS, Amy J. *Time: A Vocabulary of the Present*. New York: New York University Press, 2016, p. 134.

<sup>23</sup> Id., pp. 129-130.

<sup>24</sup> RUBIN, Miri. 2017. Presentism's Useful Anachronisms. *Past & Present* 234 (1), p. 238.

<sup>25</sup> Id., p. 241.

<sup>26</sup> LORAUX, Nicole. 2005. Éloge de l'anachronisme en histoire. *Espaces Temps*, 87-88, pp. 127-139.

intuito deste artigo é realizar somente uma introdução, visto que o desenvolvimento mais aprofundado da temática será realizado no decorrer do programa de mestrado no qual estou inserido.

## ***“Dónde están nuestros hijos?”: Justiça de transição argentina e o grupo das mães da praça de Maio***

Tainara Cristina Egídio Camargo<sup>1</sup>

### **Introdução**

A segunda metade do século XX marca a história da América Latina por conta de ditaduras militares, assim como no Brasil que passa por um golpe civil-militar em 1964, e o Chile em 1973 com Augusto Pinochet, a Argentina também passa por um período de instabilidade políticas e atentados a democracia. Em 1976 a considerada “última ditadura Argentina” se inicia com o objetivo de ser um “processo de reorganização nacional”.

Na América Latina os movimentos femininos ganham força a partir de 1920 com a luta por direitos trabalhistas e políticos. Com os adventos de instaurações das ditaduras na América Latina, a Argentina se destaca por conta de seu grande números de desaparecidos nesse período.

O grupo das mães da praça de maio surge como uma resposta a milhares de casos de desaparecimentos ocorridos na ditadura militar argentina e a falta de resposta da justiça para esses casos. Em 30 de abril de 1977 Azucena Villaflor de Devicenti se reúne na praça de maio com outras mães que elaboram um abaixo assinado exigindo uma resposta sobre os seus filhos e seus corpos.

Eram mulheres cujos os entes queridos foram presos e considerados desaparecidos no período de ditadura militar, seu perfil consistia em donas de casa, costureiras e demais trabalhadoras, muitas católicas, que sempre se utilizavam da sua religião para fortalecer o movimento e escapar de investidas policiais.

### **Objetivos**

Quando se analisa o grupo das mães da praça de maio é necessário primeiramente tratar da questão da identidade materna, de como essa figura a todo custo protege seus filhos e é a base familiar, ligada a questões morais, religiosas e sociais, dessa maneira se diferenciando de outros grupos sociais que eram oposição a ditadura, como destaca Ana Maria Colling “[...] os agentes repressores tem mães, o que deve ter algum significado moral e ético. Não é um

---

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá (UEM) sob orientação de Angelo Aparecido Priori.

advogado ou uma liderança política que está reivindicando a liberdade de um prisioneiro: é uma mãe [...]”.<sup>2</sup>

Outro conceito de grande importância é o de justiça de transição, “Denomina-se justiça transicional o conjunto de medidas direcionadas a superar os graves danos causados à sociedade por regimes totalitários e/ou ditatoriais que, em contextos de anomalia constitucional, cometem violações aos direitos humanos contra pessoas ou grupos de uma determinada nação”.<sup>3</sup> Com Base nesse conceito, a justiça de transição possui alguns objetivos:

- “1. A busca irrestrita da verdade para esclarecer os crimes de direitos humanos e de direito humanitário internacional e assim construir a memória histórica contra as políticas de esquecimento;
2. A aplicação da justiça contra os responsáveis pelas violações aos direitos humanos e ao direito humanitário internacional, seja através dos tribunais nacionais, internacionais ou mistos;
3. Colocação em prática de medidas de reparação, tanto material quanto moral, para todas as vítimas de abusos de direitos humanos.
4. A aplicação de reformas institucionais dentro das estruturas do Estado para transformá-lo em um órgão democrático dentro de um Estado de direito. Este conjunto de ações pretende satisfazer, na medida do possível, as expectativas de não repetição dos graves atos do passado recente, como demandam as vítimas de violações aos direitos humanos e seus familiares”.<sup>4</sup>

## Resultados

Assim como no Brasil e no Chile, a Argentina também passa por experiências ditatoriais no século XX. O período anterior ao golpe de 1976 é marcado por uma instabilidade política e crise econômica, dez anos antes desse golpe ocorreu a autodenominada “Revolução Argentina” liderada pelo general Juan Carlos Oganía e aliados civis, se baseando no modelo ditatorial brasileiro implantado em 1964, uma tentativa falha visto que o poder civil se restaura em 1970 e já em 1973 o Peronismo volta ao poder. Em junho de 1974 Juan Domingo Perón falece e esse fato causa efeitos na sociedade argentina, como a inflação e alta de preços durante o governo de Isabelita Perón (1974-1976), fatores como esse e grandes conflitos sociais foram o estopim para um novo golpe militar, como detalha Maria Helena Capelato:

“Em 24 de março de 1976, a Junta de Comandantes em Chefe das três armas assumiu o poder e o General Jorge Rafael Videla foi indicado Presidente. Ele anunciou os instrumentos legais do Processo de Reorganização Nacional, justificando em nome da moral cristã, tradição nacional e dignidade do ser argentino, e prometeu acabar com o “desgoverno”, com a corrupção e ação subversiva. O golpe teve amplo apoio na sociedade, sobretudo nos meios de comunicação e na alta hierarquia da igreja católica. Assim se instalou o chamado Estado Terrorista, responsável por uma violência

<sup>2</sup> COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar*. São Paulo: Record. 1997, p. 67.

<sup>3</sup> CUYA, Esteban. *Justiça de transição*. Acervo, v. 24, n. 1, 2011, p. 4.

<sup>4</sup> Id.

extrema que levou a sociedade Argentina a uma desintegração resultante de uma prática rotineira de tortura e assassinato de pessoas”.<sup>5</sup>

A doutrina de segurança nacional argentina tinha como um inimigo interno os considerados subversivos, e com o objetivo de conter essas pessoas foi instaurada uma “Guerra Suja”, Luís Alberto Romero define essa experiência ditatorial como genocídio.<sup>6</sup> Eram utilizadas como ferramentas de repressão a tortura, o sequestro, a detenção clandestina e o desaparecimento.

Esse terrorismo de estado argentino foi responsável pela criação de cerca de 364 campos de concentração e centros de detenção clandestinos, funcionando em instalações públicas ou privadas. O ERP – Exército Revolucionário do Povo e os Montoneros eram os principais grupos subversivos que atuavam contra a ditadura, sendo dessa forma atingidos pela repressão, onde muito de seus membros foram mortos, causando um declínio de atividades ligadas a guerrilha. No geral, entre os objetivos das forças armadas quando tomaram o poder, apenas um se concretizou, que foi conter forças subversivas, pois em questões ligadas a economia e aplicação de uma política liberal nesse campo causou danos a indústria, e havia uma coisa que poderia causar a manutenção dos militares no poder, a recuperação das Ilhas Malvinas, o que fracassou e esse território continuou pertencendo ao Reino Unido e 649 soldados argentinos morreram.

Com o enfraquecimento dos militares após a guerra das Malvinas foi formada uma quarta junta militar que convocou eleições em 1983, elegendo dessa forma Raúl Alfonsín que tinha como objetivo defender os direitos humanos e iniciar uma justiça de transição. O primeiro passo para isso foi enviar ao congresso um projeto de lei revogando a lei de anistia estabelecida pelos militares e estabelecer a comissão nacional sobre o desaparecimento de pessoas, que levaria a condenação de chefes do regime militar.

A partir do momento em que essa comissão sobre o desaparecimento de pessoas é formada foi possível documentar casos de sequestros, raptos de crianças e outras graves violações a direitos humanos. Alfonsín foi responsável também pelo relatório “Nunca Más” que abordou crimes ocorridos na ditadura.

O Peronista sucessor de Alfonsín, Carlos Saúl Menem Akil criou em 1992, a Comissão Nacional para o Direito à Identidade que trabalha juntamente com o Banco Nacional de Dados Genéticos, criado como base de dados digital sobre os desaparecidos, tornando-se uma

---

<sup>5</sup> CAPELATO, María Helena. Memória da ditadura militar argentina: um desafio para a história. *Revista Clio*, 2006, p. 66.

<sup>6</sup> ROMERO, Luis Alberto. *Breve historia contemporánea de la Argentina*. Fondo de Cultura Económica, 2012.

ferramenta essencial até a atualidade, para a localização das crianças sequestradas pelo regime militar.

Segundo Elizabeth Jelin na década de 70 entram em pauta discussões sobre direitos humanos, onde organizações começaram a organizar protestos contra esses crimes, com destaque para mulheres que estavam em vanguarda nesses movimentos, eram afetadas com a perda de parentes, mulheres que se dispuseram a correr risco em busca de recuperar vítimas, primeiramente sem um viés heroico, mas sim por ideais como amor e dedicação, um encontro de dores em busca de desaparecidos, e aos poucos essa luta se tornou uma luta por democracia, como exemplo as mulheres do Brasil que eram ativas no movimento pela anistia, as mulheres na Argentina no centro de movimentos por direitos humanos, como as mães da praça de Maio.<sup>7</sup>

Diante dos horrores repressivos no período ditatorial argentino, surge um grupo de mulheres em 1977, sendo grande parte donas de casa, em frente a Casa Rosada, lar do ditador e buscavam entregar uma carta a este, questionando o desaparecimento de seus filhos, com a esperança de que estes estivessem vivos.

Sem respostas, o grupo não desanimava e apenas crescia, Passaram rapidamente de 14 para 200 mulheres.<sup>8</sup> Mesmo com a repressão, e sendo consideradas as “Loucas da praça de Maio” pelo governo de Videla, as mulheres movidas muitas vezes pela fé, se reuniam para rezar como uma forma de se livrarem de possíveis violências policiais. Como agrupamentos com mais de três pessoas estavam proibidos, essas mães caminhavam em dupla pela praça, com sol ou chuva, estavam presentes ali nas quintas-feiras as 15:30 da tarde, com o lenço branco usado na cabeça, fazendo referencia a fraldas brancas usadas em seus filhos e sendo dessa forma uma de suas marcas. Por conta dessas manifestações, muitas mulheres começaram a ser atingidas pela repressão, como a primeira líder desse movimento, Azucena Villaflor de Devicenti, que desapareceu.

Um marco da luta das Mães da praça de Maio foi em 1980, onde vinte mães saíram de La Plata em um micro-ônibus tendo como destino Porto Alegre, uma viagem de 30 horas, com o objetivo de mostrar ao Papa João Paulo II sua luta pelos filhos desaparecidos e os crimes cometidos pela ditadura argentina. Essas mulheres conseguiram se reunir com o Papa e ganhando assim uma repercussão internacional.

---

<sup>7</sup> JELIN, Elizabeth. *La lucha por el pasado: cómo construimos la memoria social*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno editores, 2017. Livro digital, EPUB. Capítulo 2, p. 17.

<sup>8</sup> PONZIO, Maria Fernanda Garbero de Aragão. A voz dos lenços brancos: o corpo testemunhal das Madres de Plaza de Mayo. *Cadernos Neolatinos*, n. 7, Rio de Janeiro, 2010, p. 3.

Em 2003 no governo de Néstor Carlos Kirchner ocorre a transformação de antigos centros de detenção em memoriais para os desaparecidos, e a Argentina se torna signatária da convenção da ONU sobre a não aplicação de limitações legais aos crimes de guerra e contra a humanidade. No final de 2006, as mães da praça de maio organizam uma manifestação em apoio a Kirchner que foi um dos grandes apoiadores do movimento. Sua esposa e sucessora no governo Cristina Kirchner manteve o apoio as mães da praça de maio. Outro fato de grande importância é que a Argentina no presente conta com dezenas de centros de memória aos atingidos pela ditadura, locais que eram centros de tortura e agora são locais de preservação da memória daqueles que derramaram seu sangue em oposição a um regime autoritário. As mães de maio afirmam também que o momento mais positivo ocorreu no governo de Nestor Kirchner.

Após quatro décadas, as avós e mães da praça de maio continuam a espera de respostas, e continuam se reunindo, nesse tempo pelo menos cento e vinte crianças foram identificadas por conta do trabalho do banco nacional de dados genéticos.

### **Considerações finais**

Com base no exposto, pode-se concluir que as mães da praça de Maio tiveram uma atuação intrínseca na justiça de transição argentina, visto que essa é um dos exemplos mais efetivos de justiça de transição na América Latina, pois no tempo presente ainda ocorrem julgamentos e prisões por crimes de violação a direitos humanos na ditadura sendo assim uma justiça de transição que ainda trabalha para que essa herança traumática seja superada e as ações repressivas sejam punidas.

Essas mulheres ainda ocupam a praça de Maio em um mesmo ritual, toda quinta, as 15:30, questionando “Onde estão nossos filhos?” com esperança de que estes ainda estejam vivos, ou que pelo menos tenham o direito ao luto com corpo, podendo enterrar aqueles que não voltaram para a casa na ditadura de Videla.



## **A historiografia latino-americana e as demandas por Memória, Verdade, Justiça e Reparação**

Lays Corrêa da Silva<sup>1</sup>

A relação entre memória, história e historiografia contém vínculos, imbricações e correspondências às quais o historiador deve estar sempre atento. Nas sociedades que passaram por transições políticas essa relação esteve no centro dos debates historiográficos, assim como também gerou uma reflexão sobre o papel do historiador em meio às demandas por Memória, Verdade, Justiça e Reparação que acompanharam as transições políticas dos anos 1970, 1980 e 1990. Durante esse período, os historiadores foram chamados a testemunhar em julgamentos e a participar da formulação de políticas de memória. O envolvimento dos historiadores com essas políticas públicas suscitou questões sobre a objetividade científica da História, o engajamento político do historiador e o lugar da memória nesse debate.

A memória constituiu-se como objeto de estudo da História a partir das contribuições do sociólogo Maurice Halbwachs,<sup>2</sup> o primeiro a enunciar a memória como uma construção social coletiva. Posteriormente, historiadores como Michael Pollak<sup>3</sup> e Pierre Nora<sup>4</sup> ampliaram os debates sobre o tema, consolidando assim um campo de “estudos da memória” dentro da historiografia. É de Pollak a identificação de que essa memória coletiva é construída não apenas a partir de um processo de negociação, mas, principalmente, a partir de disputas de memória que envolvem hierarquias e relações de poder entre uma chamada “memória oficial” e diversas “memórias subterrâneas” que podem coexistir dentro de uma mesma sociedade.

Dentro desse processo de construção social da memória, a historiografia pode funcionar, como propõe o historiador Fernando Catroga, como “fonte produtora (e legitimadora) de memórias e tradições, chegando mesmo a fornecer credibilidade cientificista a novos mitos de (re)fundação de grupos e da própria nação”.<sup>5</sup> Dessa forma, o papel do historiador ganha centralidade nas sociedades modernas, já que, de acordo com a pesquisadora argentina Elizabeth Jelin, são eles os responsáveis por escreverem as narrativas oficiais e produzirem ao longo do tempo interpretações opostas e revisões dessas mesmas narrativas, como produto das

---

<sup>1</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro sob a orientação de Maria Paula Nascimento Araujo.

<sup>2</sup> HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo, Vértice, 1990.

<sup>3</sup> POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

<sup>4</sup> NORA, Pierre. Entre Memória e História. A problemática dos lugares. *Proj. História*, São Paulo, n.10, dezembro de 1993, pp. 7- 28.

<sup>5</sup> CATROGA, Fernando. *Memória, História e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p. 50.

lutas políticas, mudanças de sensibilidade de uma época e com o próprio avanço da investigação histórica.<sup>6</sup>

De acordo com Enzo Traverso, historiador que vem se dedicando a estudar os usos políticos do passado, o historiador também participa desse processo de construção social da memória, já que ele próprio está inserido em um contexto social e é por este influenciado. Traverso destaca que o historiador ao realizar seu trabalho não o faz isolado em uma “torre de marfim”, e que por isso deve preocupar-se em inscrever a memória em um conjunto histórico mais amplo. Nas palavras do autor:

“El historiador no trabaja encerrado en la clásica torre de marfil, al abrigo del mundanal ruido y tampoco vive en una cámara refrigerada, al abrigo de las pasiones del mundo. Sufre los condicionamientos de un contexto social, cultural y nacional; no escapa a las influencias de sus recuerdos personales ni a un saber heredado – condicionamientos e influencias de los cuales puede intentar liberarse a través de un esfuerzo de distanciamiento crítico, pero nunca a partir de la negación –. Desde esta perspectiva, su tarea no consiste en tratar de suprimir la memoria – personal, individual y colectiva –, sino en inscribirla en un conjunto histórico más vasto. (...) Precisamente porque no vive encerrado en una torre sino que participa en la vida de la sociedad civil, el historiador contribuye a la formación de una consciencia histórica, y entonces de una memoria colectiva.”<sup>7</sup>

A formulação de Comissões de Verdade em países onde o julgamento dos crimes cometidos foi impedido pela promulgação de uma lei de anistia, destacou ainda mais a centralidade da História dentro do processo de transição política.

As Comissões de Verdade tem sido uma das principais medidas de Justiça de Transição<sup>8</sup> implementadas no período pós-transição. Essas Comissões são órgãos que centram seu trabalho no passado, investigando um padrão de abusos em um determinado período de tempo. Elas são instituídas pelo Estado geralmente por um período temporário, e tem por objetivo final a entrega de um Informe, com as conclusões e recomendações da Comissão. Esses órgãos se envolvem diretamente com a população afetada pelos crimes perpetrados, a partir do recolhimento de seus relatos.<sup>9</sup> De acordo com a pesquisadora Priscila Hayner, principal especialista sobre o tema,

<sup>6</sup> JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 2002, p. 40.

<sup>7</sup> TRAVERSO, Enzo. *Historia y Memoria. Notas sobre un debate*. In: FRANCO, Marina e Levín, Florencia, *Historia Reciente. Perspectivas y desafíos para un campo en construcción*. Buenos Aires: Editorial Paidós, 2007, pp. 6-7.

<sup>8</sup> De acordo com o jurista Celso Lafer, podemos definir de forma abrangente Justiça de Transição como “um conjunto de procedimentos jurídicos e políticos que tem por objetivo auxiliar nesta transição, revelando os crimes cometidos sobretudo pelo Estado, reparando as vítimas, criando condições para um novo pacto nacional”. ARAUJO, Maria Paula. *Comissões de Verdade: um debate ético-político na contemporaneidade*. In: ARAUJO, Maria Paula; FICO, Carlos; GRIN, Monica (Orgs.). *Violência na História: Memória, trauma e reparação*. Editora Ponteio, 2012, p. 132.

<sup>9</sup> HAYNER, Priscila. *Unspeakable Truths: Transitional Justice and the Challenge of Truth Commissions*, Nova Iorque: Routledge, 2011 apud MORAIS, Joana e RAIMUNDO, Filipa. Em nome da “verdade histórica: a Comissão do livro negro sobre o regime fascista, uma Comissão de Verdade na democratização portuguesa (1977-

ainda que existam características similares na maioria das Comissão de Verdade implantadas, essa categoria não pode ser definida de forma rígida, afim de abarcar casos que possam constituir novos modelos.<sup>10</sup>

Existe um debate em torno do caráter não judicial desse mecanismo. Ainda que investigue sobre as violações de Direitos Humanos ocorridas no regime precedente, essas Comissões geralmente não têm poder de julgamento, que continua a cargo dos tribunais. Esta característica pode ser vista como uma limitação, mas em grande parte dos países em que são implantadas Comissões de Verdade, existem leis de anistia que impedem o julgamento dos crimes cometidos. Sendo assim, a instauração dessas Comissões, permitem que o Estado investigue e esclareça os crimes cometidos, ainda que não possa julgá-los. Além disso, Hayner atribui ao caráter não judicial das Comissões sua força, por poder ir além do julgamento individual de perpetradores e por ter seu processo centrado nas vítimas.<sup>11</sup> Elas contribuem para a revelação da verdade factual sobre um período abrangente, revelando muitas vezes padrões de violações de Direitos Humanos. As comissões da verdade auxiliam, portanto, para que a avaliação do regime autoritário em matéria de violação de Direitos Humanos deixe de ser uma questão de opinião para se tornarem fatos abrangentemente apurados pela Comissão, contribuindo para a defesa da democracia.<sup>12</sup>

A historiadora Maria Paula Araujo (2012) destaca ainda que as Comissões de Verdade têm um papel político de instaurar na sociedade um debate sobre o passado autoritário e violento, criando também uma situação de enfrentamento desse passado. Dessa forma, as Comissões de Verdade são momentos privilegiados de disputas de memória, que envolvem toda a sociedade e buscam conformar uma determinada narrativa sobre o passado investigado. Os Informes gerados por essas Comissões contribuem para, de acordo com a historiadora Anne Pérontin-Dumon (2010), constituir uma primeira história geral da repressão, com as singularidades de seus mandatos e as condições políticas e sociais particulares de cada país e se tornaram importantes fontes de estudo sobre o período.

A argentina foi uma das pioneiras na implantação de medidas de Justiça de Transição com a formação da *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (CONADEP). Essa Comissão foi formada para reunir os antecedentes para o julgamento sobre os casos de

---

1991), p.102. In: ARAUJO, Maria Paula e PINTO, Antonio (Orgs.) *Democratização, Memória e Justiça de Transição nos países lusófonos*, Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

<sup>10</sup> Id.

<sup>11</sup> HAYNER, Priscilla. Enfrentando crímenes pasados y la relevancia de comisiones de la verdad. In: *Ensayos sobre la justicia transicional*. Editado pelo Centro Internacional para la Justicia Transicional, 2003, pp. 117-138.

<sup>12</sup> LAFER, Celso. Justiça, História, Memória: reflexões sobre a Comissão da Verdade. In: FICO, Carlos; GRIN, Monica (Orgs.). *Violência na História: Memória, trauma e reparação*. Editora Ponteio, 2012.

desaparecimentos forçados. Seu Informe, conhecido como “Nunca más!” foi um marco das políticas de memória do continente e influenciou diretamente os estudos sobre a história do período.

Num primeiro momento, a historiografia argentina sobre a Ditadura Militar esteve muito centrada na figura do desaparecido político como a vítima principal da violência de Estado. Essa construção da figura do desaparecido deixou de lado o projeto político que estava em jogo naquele momento e que era defendido por esses jovens militantes. Esse esquecimento não foi ocasional, ele fazia parte de uma estratégia política que buscava consolidar entre a sociedade argentina o repúdio à violência perpetrada pelo estado autoritário. De acordo com Andreas Huyssen:

En el plano narrativo, Nunca más estableció la figura del desaparecido como víctima inocente del terror de estado. Esta estrategia “se olvida” de la dimensión política de la insurgencia izquierdista que la dictadura militar trató de erradicar. Este olvido era absolutamente necesario en la época por dos razones: primero, era necesario derrotar los argumentos de la defensa de los generales que se fundamentaba en el presupuesto de que el golpe y la represión habían sido causados por el terrorismo armado de la izquierda radical. Segundo y más importante, era necesario permitir a toda la sociedad argentina, incluyendo tanto a los que no participaban como a los que se beneficiaban de la dictadura, congregarse alrededor de un consenso nacional nuevo: la clara separación entre los que habían perpetrado los crímenes y las víctimas, los culpables y los inocentes.<sup>13</sup>

Foi apenas nos anos 2000 a partir do movimento dos filhos desses desaparecidos de recuperar a história dos seus pais, que essa memória foi reconfigurada a partir de estudos que buscaram recuperar a dimensão política de suas lutas. Essa reconfiguração tirou os desaparecidos do lugar de vítimas, trazendo para a História o seu protagonismo político.

O Chile foi o segundo país do continente a ter uma Comissão de Verdade formada. A Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación foi instaurada logo após a transição chilena, em 1990 e contou com a presença de um historiador entre os comissionados.

O historiador Gonzalo Vial Correa foi convidado a participar da Comissão pelo então presidente Patricio Aylwin. Vial é uma figura muito controversa para a historiografia chilena pois, apesar de ser reconhecidamente um importante expoente da historiografia conservadora, ele esteve envolvido na redação do Libro Blanco del Cambio de Gobierno en Chile. Este livro, publicado logo após o golpe de 73, continha uma série de documentos, supostamente achados no gabinete de um dos Ministros de Allende, chamado de Plan Zeta. De acordo com este plano, o governo de Salvador Allende preparava, para o dia 19 de setembro um golpe que iria instalar uma “República Popular Democrática no Chile. O plano, posteriormente desmentido por

<sup>13</sup> HUYSEN, Andreas. Resistência à memória: usos e abusos do esquecimento público. *Intercom* - Porto Alegre, 31 de Agosto de 2004.

investigações da CIA, acabou servindo como justificativa para os crimes cometidos pela Ditadura<sup>14</sup>. Além disso, Vial fez parte do governo de Pinochet durante um breve período, atuando como Ministro da Educação.

Dentro da Comissão, Gonzalo Vial foi responsável por escrever o Marco Político do Informe Rettig; seção dedicada a tratar dos eventos anteriores ao golpe. A narrativa contida no Marco Político do Informe reforçou a ideia de inevitabilidade do golpe, utilizando-se da teoria de Vial de que a quebra da democracia no Chile se deu a partir da “quebra de consensos” que já vinha acontecendo desde o início do século, mas que se intensificou com a eleição de Allende em 1970. De acordo com o historiador Greg Grandin no caso Informe chileno “recorreu-se à história para fornecer justificativa para a inexorabilidade da intervenção militar”.<sup>15</sup>

A visão conservadora de Gonzalo Vial sobre o golpe de 1973 foi utilizada pelo governo para alcançar a reconciliação e formar uma memória oficial sobre o período do governo da Unidade Popular que apontasse a radicalização política como causa central do golpe.

Se num primeiro momento a memória construída sobre a Ditadura Militar chilena foi uma memória reconciliatória, a partir da prisão do ex-general Augusto Pinochet em Londres ocorre uma mudança nesse cenário, com a publicação do Manifesto de Historiadores em 1999. Os onze historiadores que assinaram o Manifesto estiveram nos anos 1980 e 1990 envolvidos num movimento de renovação da historiografia chilena que esteve articulado ao combate à Ditadura Militar pinochetista. Esses historiadores se posicionaram contra a manipulação histórica sobre o período do pré-golpe no Chile e defendem uma determinada visão historiográfica sobre o passado recente chileno.

De acordo com o historiador Mario Garcés, um dos autores do Manifesto,

“este grupo de historiadores chilenos, finalmente, se hacia oír en el espacio público y ofrecían otra mirada a la historia reciente de Chile, abriendo espacios para la expresión y circulación de otras memorias, distinta de la ‘memoria del Estado’”.<sup>16</sup>

O Manifesto teve ampla divulgação e recebeu o apoio de diversos intelectuais chilenos e estrangeiros. Sua publicação expressou a urgência de um debate sobre a história recente chilena e a dívida que a historiografia tinha para com este debate.<sup>17</sup> Nesse sentido, o Manifesto

<sup>14</sup> Disponível em <http://www.memoriachilena.cl/602/w3-article-96802.html>. Acesso em 07 fev. 2019.

<sup>15</sup> GRANDIN, Greg. A instrução da grande catástrofe: Comissões da Verdade, história nacional e formação do Estado na Argentina, Chile e Guatemala. *Ponto-e-vírgula* 15, 2014, pp. 19-50.

<sup>16</sup> GÁRCES, Mario, GARCÉS, Mario. Actores y Disputas Por La Memoria En La Transición Siempre Inconclusa. *Ayer*, no. 79, 2010, p. 166.

<sup>17</sup> VALDIVIA ORTIZ DE ZÁRATE, Verónica. Gritos, susurros y silencios dictatoriales. La historiografía chilena y la dictadura pinochetista. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 167 - 203, jan./abr. 2018.

delimitou um campo de pesquisa a ser explorado, inaugurando os estudos sobre História do Tempo Presente no Chile.<sup>18</sup>

O Uruguai teve um processo de transição política bastante diferente dos demais países do Cone Sul. A Ley de Caducidad instaurada em 1986 e que impedia o julgamento dos crimes cometidos durante a Ditadura Militar, foi a referendo duas vezes e nas duas a sociedade uruguaia escolheu manter sua validade. Com a ascensão de governos de esquerda no Uruguai, estes utilizaram-se da brecha prevista no artigo quatro da lei, que permitia ao poder executivo investigar os casos de desaparecimento forçado, para fomentar políticas de memória e verdade sobre o período da Ditadura. Uma das primeiras medidas vindas do executivo foi a formação em 2000 da Comisión para la Paz (COMIPAZ) pelo então presidente Jorge Battle. Tal Comissão buscava revelar o que havia acontecido com os desaparecidos políticos no Uruguai. Seu Informe final apresentado em 2003 se referiu estritamente a uma coleção de dados sobre o ocorrido com os desaparecidos e o destino dos seus corpos.<sup>19</sup> Já em 2005, o presidente eleito pela Frente Ampla Tabaré Vázquez encomendou a um trio de reconhecidos historiadores da Universidad de la República, José Pedro Barrán, Gerardo Caetano e Álvaro Rico, uma contextualização histórica mais ampla do que a que havia sido feita no Informe da Comisión Battle. A Comissão dos Historiadores contou com o trabalho de arqueólogos que realizaram escavações nos quartéis militares e encontraram restos dos desaparecidos.<sup>20</sup> Além disso, a Comissão teve acesso à arquivos que até o momento haviam sido mantidos fora da esfera civil.<sup>21</sup> Diferentemente do modesto informe da COMIPAZ, o Informe entregue por essa comissão dava maior densidade histórica para entender os operativos das forças repressivas e seus resultados.<sup>22</sup> De acordo com o historiador Peter Winn:

El informe de los historiadores fue tan bueno que, aunque se centró solo en los ya mencionados 165 desaparecidos, su contextualización de las desapariciones forzadas como parte de las campañas militares en contra de partidos políticos y grupos revolucionarios iluminó tanto las razones de su encarcelamiento y tortura, como de sus numerosos camaradas que sobrevivieron a la represión colectiva.<sup>23</sup>

<sup>18</sup> GREZ, Sergio. Historiografía y memoria en Chile. Algunas consideraciones a partir del Manifiesto de Historiadores. In: Grez, Sergio. *Historiografía, memoria ciudadanía y política: reflexiones desde el oficio de historiadores*, Valparaíso: Editorial América en Movimiento, 2019, p. 35.

<sup>19</sup> MARCHESI, Aldo & WINN, Peter. Uruguay: los tiempos de la memoria. In: WIIN, Peter; STERN, Steve; LORENZ, Federico; MARCHESI, Aldo (Orgs.) *No hay mañana sin ayer: batallas por la memoria histórica en el Cono Sur*. Santiago: LOM Ediciones, 2014, p. 164.

<sup>20</sup> Id., p. 165.

<sup>21</sup> Id.

<sup>22</sup> Id., p. 168.

<sup>23</sup> WINN, Peter. Las batallas por la memoria histórica en el Cono Sur: conclusiones comparativas. In: WIIN, Peter; STERN, Steve; LORENZ, Federico; MARCHESI, Aldo (Orgs.) *No hay mañana sin ayer: batallas por la memoria histórica en el Cono Sur*. Santiago: LOM Ediciones, 2014, p. 332.

A experiência de uma Comissão de Historiadores no Uruguai foi única em toda América Latina, onde as Comissões foram formadas por pessoas que tinham algum prestígio social, seja por serem figuras políticas reconhecidas ou por sua atuação na defesa dos Direitos Humanos. No caso uruguaio, os historiadores foram chamados a dar conta do passado de violação de Direitos Humanos não por seu reconhecimento social, mas por seu trabalho científico e conhecimento do contexto ao qual se referiam. Pensar a experiência uruguaia nos permite refletir sobre como o historiador ao adentrar o espaço público e atender às demandas por verdade, justiça e reparação, o faz a partir de seus métodos historiográficos, sua expertise com os acervos e com a reconstrução de períodos históricos traumáticos.

O Brasil foi um dos últimos países da América Latina a instaurar uma Comissão de Verdade. Dessa forma, quando a Comissão Nacional da Verdade foi instaurada já existia no Brasil todo um campo de estudos historiográficos sobre a História da Ditadura Militar, o que fez com que alguns historiadores reivindicassem o seu espaço dentro da Comissão. Logo após o anúncio da instauração da Comissão, a Associação Nacional dos Historiadores fez uma declaração onde defendia a necessidade da presença de historiadores através de uma separação entre as categorias de história e memória e da reivindicação da autoridade do historiador:

Eles (os historiadores) tem o dever e a capacidade de pensar os temas tratados em tão importante fórum não apenas pelas lentes afetivas da memória, mas também pela perspectiva racional da História. Por isso sua presença é imprescindível nos trabalhos da Comissão da Verdade e nos debates por eles suscitados que, com certeza, mobilizarão a sociedade brasileira no próximo ano.<sup>24</sup>

Essa postura da Associação não foi homogênea entre o conjunto dos historiadores. O historiador Carlos Fico, reconhecido especialista sobre a História da Ditadura Militar Brasileira, se posicionou contra a presença de historiadores na Comissão indicando que a noção de “verdade” trabalhada pela mesma trazia problemas epistemológicos para a história:

Comissões como esta tendem a constituir uma narrativa oficial, unívoca. As correntes teóricas, ao longo do século XX (como os Annales e o marxismo), lutaram exatamente contra isso e hoje, em termos epistemológicos, todos reconhecemos que a multiplicidade de interpretações co-possíveis é a base principal do processo social de construção de um conhecimento histórico eficaz, esclarecedor, que não se pretende uma “verdade”, mas uma forma de entendimento que contribua para a compreensão refinada da experiência humana em toda sua complexidade.<sup>25</sup>

<sup>24</sup> ANPUH. *Comissão da Verdade: entre a memória e a história*. Disponível em: <http://site.anpuh.org/index.php/2015-01-20-00-01-55/noticias2/item/543-posicao-da-anpuh-sobre-a-participacao-dos-historiadores-na-comissao-da-verdade> apud BAUER, C. S. Breves considerações sobre “Os lugares dos historiadores e da história na sociedade brasileira”. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 10, n. 23, 4 jul. 2017.

<sup>25</sup> FICO, Carlos. *Vídeo-palestra sobre Comissão da Verdade*. Disponível em: [http://www.brasilrecente.com/2011/11/videopalestra-sobre-comissaoda-verdade\\_19.html](http://www.brasilrecente.com/2011/11/videopalestra-sobre-comissaoda-verdade_19.html) apud BAUER, op. cit.

Fico coloca os limites da atuação dos historiadores frente às demandas por Memória, Verdade, Justiça e Reparação, destacando que o historiador parte de um lugar diferente daquele utilizado pelas Comissões para pensar essas questões.

A Comissão Nacional da Verdade não teve a presença de historiadores entre os comissionados, mas os debates suscitados por sua instauração serviram para “reforçar a importância das funções sociais do historiador, ao obrigar-lhes a refletir sobre sua responsabilidade científica e social, e da historiografia, ao explicitar as dimensões éticas e políticas às quais a escrita da história está involucrada”. Referindo-se ao caso brasileiro, Bauer declara que:

Situada entre os âmbitos histórico e jurídico, a Comissão Nacional da Verdade suscita o debate sobre os ofícios do historiador e do juiz, pois em sociedades nas quais não há possibilidade de persecução penal dos responsáveis pelo terrorismo de Estado, a faculdade de julgar é conferida socialmente ao historiador e à história são atribuídos sentidos e utilidades específicos. Na busca pela *verdade*, um dos objetivos dessas comissões, as relações entre os ofícios – ambíguas, intrincadas e de influência mutua – tornam-se ainda mais complexas.<sup>26</sup>

Os debates aqui apresentados sobre América Latina nos dão um panorama de como a historiografia vem sendo afetada pelas demandas por Memória, Verdade, Justiça e Reparação e qual é o papel do historiador frente à esses debates. Procuramos elucidar através das experiências apresentadas que, participando ou não das políticas de memória implantadas, os historiadores tem sido convocados ao espaço público para debater sobre os temas sensíveis que afetam a sociedade e eles tem perante a estes temas um compromisso ético-político. Ao mesmo tempo, as medidas de Justiça de Transição implementadas afetam diretamente a historiografia, revelando como certos usos e abusos do passado no espaço público podem afetar a maneira de escrever a história.<sup>27</sup>

O debate ético-político instaurado nas sociedades com as Comissões de Verdade revela que o que está em questão não é apenas a história e a memória do passado, mas também uma posição ética em relação ao presente e ao futuro.<sup>28</sup> Dessa forma os historiadores ao contribuírem para esse debate estão contribuindo também para a formação de uma cultura de respeito e valorização dos Direitos Humanos.

---

<sup>26</sup> BAUER, Caroline. *Como será o passado? História, historiadores e a Comissão Nacional da Verdade*. São Paulo: Paco Editorial, 2017, p. 52.

<sup>27</sup> Id., p. 50.

<sup>28</sup> ARAUJO, op. cit., p. 137.



## **Crise hídrica e usos da água na cidade de Guarulhos (2014-2015)**

Paulo Henrique Mendes<sup>1</sup>

A crise hídrica pode ser entendida como um evento em que houve diminuição da distribuição de água para consumo aos moradores da Região Metropolitana de São Paulo em 2014 e 2015 em decorrência do baixo índice de chuvas em 2013, levando a consequente redução do volume dos sistemas de abastecimento, fazendo com que os gestores dos recursos hídricos implantassem o racionamento de água como uma das principais medidas para enfrentar o problema. O objetivo deste artigo é verificar como a crise hídrica alterou aspectos da vida dos moradores da cidade de Guarulhos e as maneiras como a administração da cidade, por meio do Saae (Serviço Autônomo de Água e Esgoto), atenuou a redução da distribuição de água à população alegando que era motivada essencialmente por fatores climáticos; em contraposição aos ambientalistas e especialistas, os quais destacaram não apenas essas características para explicar a escassez do recurso, considerando também a falta de planejamento dos gestores e as degradações ambientais como fatores determinantes para ampliação do problema.

Para compreensão dessa temática, esse trabalho vai ao encontro dos referenciais teóricos e metodológicos de estudos relacionados ao meio ambiente no Brasil a partir da perspectiva da história ambiental, os quais tiveram impulso a partir da década de 1990 com destaque para temáticas sobre as realidades locais, ao caráter regional, destacando como os homens e mulheres exploram “a natureza ao longo do tempo e do espaço” de acordo com seus interesses políticos, sociais e econômicos.<sup>2</sup> Estudos que visam justamente entender o processo de crescimento das metrópoles brasileiras do final do século XX e início do século XXI, verificando a relação entre desigualdade social, segregação territorial e meio ambiente, analisando a dualidade entre modernização/desenvolvimento e atraso social.

De acordo com o historiador Paulo Henrique Martinez, o campo historiográfico brasileiro surgiu num contexto mundial, no entanto, não relegou a ele uma “historiografia de imitação”, pois as características físicas do territorial nacional, bem como a formação social e econômica do país têm características culturais que singularizaram a sociedade brasileira das demais partes do mundo.

---

<sup>1</sup> Graduado em História na Universidade Federal de São Paulo. Graduando no curso Técnico em Meio Ambiente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.

<sup>2</sup> MARTINEZ, Paulo Henrique. *Brasil: desafios para uma História Ambiental*. Nômade. Universidad Central – Colômbia, 2005, p. 27.

A História Ambiental no Brasil encerra grandes possibilidades que, desde logo, afugentam os riscos de uma “historiografia de imitação” ou de mimetismo acadêmico das modas intelectuais europeias e norte-americanas, pois contém inúmeras perspectivas de trabalho que desafiam a imaginação inventiva e a criatividade dos historiadores.<sup>3</sup>

Dessa maneira, a especificidade espacial e geográfica do meio ambiente brasileiro torna o país área fértil para o campo de pesquisas de história ambiental.<sup>4</sup> Ao mesmo tempo, a problemática ambiental suscita uma atenção do poder público, da sociedade, bem como da universidade enquanto formadora de um campo de saber e de conhecimento científico, o que a torna um espaço necessário para reflexão de formas de utilização do meio ambiente sem destruí-lo tendo em vista que a sociedade contemporânea enfrenta uma série de desafios relacionados à preservação do meio ambiente, a sustentabilidade, ao consumo, ao crescimento e desenvolvimento, a preservação da natureza e seus ecossistemas.

São temáticas de um mundo que exige estudos dos mais variados campos do saber, destacado aqui sob a perspectiva da história ambiental, essencial para compreender tais questões relacionando-as aos agentes históricos, ao meio ambiente urbano e natural, da mesma forma que a utilização dos recursos hídricos. Desse modo a pesquisa sobre a crise hídrica na cidade de Guarulhos a partir da perspectiva da história ambiental colabora para a tentativa de compreensão das mudanças e permanências que influenciaram e ainda influenciam o espaço urbano e a vida cotidiana dos indivíduos.

Para tentar entender a perspectiva de crise hídrica em Guarulhos, as fontes documentais utilizadas fazem parte de um conjunto de notícias que abarcam o biênio de 2014 e 2015, pesquisadas no jornal *Folha Metropolitana*, periódico diário distribuído gratuitamente em estabelecimentos comerciais, órgãos públicos, empresas, shoppings, condomínios e bancas de jornal da cidade em sua versão impressa e também disponibilizado no formato digital no site do jornal, o qual foi idealizado a partir da iniciativa dos empresários Silvio de Souza Pinheiro e de Paschoal Thomeu (prefeito da cidade de Guarulhos de 1988 a 1992). Foi o primeiro jornal diário de Guarulhos com sua primeira publicação em 7 de setembro de 1971 sob a denominação de *Guaru News*, o qual, a partir de 3 de fevereiro de 1976, passou a se chamar *Folha Metropolitana*.<sup>5</sup>

---

<sup>3</sup> Id., p. 29.

<sup>4</sup> MARTINEZ, Paulo Henrique (Org.). *História ambiental paulista: temas, fontes, métodos*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2007, p. 19.

<sup>5</sup> BORGES, Augusto César Maurício; Omar, ELMI El Hage (orgs). *Signos e Significados em Guarulhos: identidade, urbanização e exclusão*. São Paulo, Navegar, 2014, p. 76.

A escolha da fonte impressa torna-se importante na medida em que é uma das principais ferramentas de disseminação de informações. O jornal pesquisado, em que pese ter um discurso preconizado pela isenção jornalística, traz igualmente características próprias oriundas da constituição de sua história e de seus fundadores, embora essa marca não seja uma das características a serem analisadas neste artigo. Nesse sentido, mesmo percebendo que o periódico traz em si uma carga ideológica, a fonte impressa jornalística apresenta uma possibilidade de perceber possíveis formas de participação dos agentes sociais em contextos determinados.

O pesquisador dos jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa. Entretanto, ter sido publicado implica atentar para o destaque conferido ao acontecimento, assim como para o local em que se deu a publicação.<sup>6</sup>

De modo que foi preciso verificar uma sequência de notícias no decorrer dos anos de 2014 e 2015 para se dimensionar os principais aspectos do evento retratado pelo jornal, contudo, cotejando essas fontes com artigos acadêmicos sobre a estiagem do período com o objetivo de dimensionar as causas e consequências da diminuição do abastecimento de água para o consumo humano numa perspectiva científica. O critério de escolha das fontes da pesquisa se baseou em buscas pelas reportagens que trouxessem em seu conteúdo informações relacionadas à falta de água e a crise hídrica para entender a construção de um discurso em relação às perspectivas dos diferentes interlocutores: moradores da cidade, especialistas em recursos hídricos, bem como os representantes da administração pública. Dessa forma, ao analisar a documentação foi possível verificar que a redução no abastecimento que atingiu a região pode ser enfatizada de diferentes maneiras, de acordo com os interesses dos interlocutores: a população a caracteriza a partir da falta de chuva relacionando-a com a má administração do recurso pelos gestores; enquanto os responsáveis pela gestão e os políticos aliados ao governo do Estado de São Paulo e da Prefeitura de Guarulhos atribuíram a escassez no fornecimento principalmente às condições desfavoráveis do clima. Embora Saae e Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) tivessem discursos similares para explicar a escassez de água, divergiram e por diversas vezes entraram em conflito quanto à administração e distribuição hídrica disponível aos guarulhenses.

---

<sup>6</sup> LUCA, Tânia Regina de. *História dos, nos e por meio de periódicos*. In: PINKSY, Carla Bassanesi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 140.

Por outro lado, não foi possível mensurar um número considerável de entrevistas ou mesmo destaques às análises de ambientalistas e de especialistas em recursos hídricos nas reportagens da *Folha Metropolitana*. Esse viés foi possível através de pesquisas em artigos acadêmicos que deram uma dimensão analítica para o evento estudado, permitindo aferir que a denominada crise hídrica tem uma caracterização muito destacada a partir do clima e do ciclo das chuvas, ao mesmo tempo potencializada de acordo com as ações antrópicas no meio ambiente, dessa maneira, sujeita a excepcionalidades. No artigo *A seca e a crise hídrica de 2014-2015* da Rede Clima e INCT (Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia) Mudanças Climáticas, a crise hídrica é considerada a partir da combinação de três fatores essenciais: baixo índice pluviométrico durante os verões de 2013-2014 e 2014-2015, crescimento do consumo e ineficiência da gestão do recurso.<sup>7</sup> Embora o ciclo da chuva na região sudeste do país seja bem definido com níveis máximos de precipitação no verão entre os meses de dezembro e fevereiro e baixos no inverno entre os meses de junho a agosto, a maior parte da estação chuvosa no ano de 2014 passou com valores de chuva inferiores à média histórica; incluindo sobre os Sistemas Cantareira e Alto Tietê, administrados pela Sabesp, os principais distribuidores de água para Guarulhos. A média de chuvas registradas de 1961 a 1990 sobre a região da Cantareira, principal sistema fornecedor de água para Guarulhos, durante os meses de janeiro teve uma média de 250 milímetros. No mesmo período em 2014 atingiu apenas de 65 milímetros, o índice mais baixo desde 1961.<sup>8</sup>

Desse modo, é possível verificar a diminuição no principal sistema de fornecimento de água aos guarulhenses. Torna-se importante destacar a queda das chuvas na região dos reservatórios paulistas, pois embora o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Guarulhos tivesse autonomia na distribuição da água para a cidade, a autarquia comprava no período 87% do que era consumido da Sabesp, sendo 74% proveniente do Sistema Cantareira, o qual fornecia 2.500 litros por segundo e 26% do Sistema Alto Tietê (300 litros por segundo via Itaquaquecetuba e 700 litros por segundo Ermelino Matarazzo); áreas de captação da água que se encontram distantes da cidade.<sup>9</sup> Enquanto os sistemas produtores próprios guarulhenses correspondiam por 13% do que estava sendo consumido pela população, recursos retirados a partir de captações superficiais (lagos, rios, córregos e ribeirões) e subterrâneas, provenientes

<sup>7</sup> MARENGO, José; NOBRE, Carlos; *A seca e a crise hídrica de 2014-2015*. Revista USP. São Paulo. n. 106. pp. 31-44. julho/agosto/setembro 2015.

<sup>8</sup> MARENGO, J. A.; ALVES, L. M. *Crise hídrica em São Paulo em 2014: seca e desmatamento*. Geousp – Espaço e Tempo (Online), v. 19, n. 3, pp. 485-494, mês. 2016.

<sup>9</sup> SISTEMA de água de Guarulhos. Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Guarulhos. Disponível em <http://www.saaeguarulhos.sp.gov.br:8081/sistema-de-agua>. Acesso em 12 fev. 2021.

das Estações de Tratamento de Água Cabuçu com 7,3%, e Tanque Grande com fornecimento de 2,45%, além de 28 poços artesianos distribuídos em pontos diferentes da cidade distribuindo 3,25% da água potável da cidade.

Por este motivo a queda dos níveis do Sistema Alto Tietê e, sobretudo, do Cantareira afetaram drasticamente a vida dos guarulhenses no período entre 2014 e 2015. O complexo de represas do Cantareira, considerado um dos maiores sistemas de abastecimento de água potável do mundo, fornecia no período cerca de 30 mil litros de água por segundo abastecendo mais de 8,8 milhões de moradores da Região Metropolitana de São Paulo e de cidades nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí. Em função das chuvas muito inferiores à média histórica e das temperaturas máximas extremas, a vazão dos rios que alimentavam os reservatórios dos sistemas de abastecimento atingiu a menor marca da história entre os anos de 2014 e 2015. Sendo que a Região Metropolitana que recebia a vazão de 31 metros por segundo de água do Cantareira passou a 15,69 metros por segundo.<sup>10</sup>

Em decorrência disso, em fevereiro de 2014 a Sabesp implantou o programa de bônus para os moradores atendidos pelo sistema Cantareira que receberiam desconto de 30% nas contas de água se reduzissem em 20% o consumo médio. Nesse período também começaram a racionar a distribuição de água.<sup>11</sup> Essa redução afetou drasticamente a vida dos moradores de Guarulhos, principalmente a partir de março de 2014 quando foi estabelecido o racionamento de água na cidade em regime de fornecimento em dias alternados. No mesmo sentido, para estimular a redução do consumo pelos moradores seria concedido desconto nas contas das pessoas que conseguissem reduzir o uso de água.<sup>12</sup> Essa foi uma das maneiras utilizadas pelo Saae para tentar reduzir o consumo pelos moradores da cidade no período, além de criação campanhas educativas. No entanto, o racionamento tornou-se a prática mais usual e a que mais gerou desconforto para população. Com a redução do abastecimento surgiram movimentos populares organizados de maneira a exigir do Saae providências pela ineficiência na distribuição de água. Um dos exemplos a se destacar é a iniciativa de um grupo de moradores dos bairros periféricos do Bonsucesso, Residencial Parque Cumbica-Inocoop, Jardim Presidente Dutra, Pimentas e Jardim Maria Dirce que criaram o movimento *Juntos Somos Mais Fortes* para monitorar a distribuição de água. Essa mesma região foi palco dos principais movimentos de luta por água encanada na década de 1980.

---

<sup>10</sup> MARENGO, J. A.; ALVES, L. M. *Crise hídrica em São Paulo em 2014: seca e desmatamento*. Geousp – Espaço e Tempo (Online), v. 19, n. 3, pp. 485-494, mês. 2016.

<sup>11</sup> LEITE, Fabio; VENCESLAU, Pedro. *Governo reduz o uso, mas Cantareira volta a bater nível mais baixo da história*. O Estado de São Paulo. 1 abr. 2014.

<sup>12</sup> Jornal do Saae - Edição nº 135 - Fevereiro de 2014 - Ano XIII – Nº 135.

Ao final do mês de junho de 2015, o Saae havia estabelecido uma alteração no sistema de fornecimento para a região, abastecida pelo Sistema Alto Tietê, passando de 60 horas seguidas sem água para apenas 12 horas com abastecimento, sendo que até então era de um dia de abastecimento e um sem. Em reação a essa medida, no dia 3 de julho, aproximadamente 150 pessoas se reuniram em frente a estação do Saae no bairro Residencial Parque Cumbica-Inocoop para protestarem contra essa medida. De acordo com a reportagem, as reivindicações do grupo fizeram com que o Saae retrocedesse da decisão de um racionamento com número maior de dias, garantindo a retomada do sistema de um dia com fornecimento e outro sem a partir do dia 7 de julho.<sup>13</sup>

Embora o Saae determinasse racionamento com um número definido de dias sem água, admitia que o sistema de rodízio na cidade era alterado conforme o consumo dos moradores de cada bairro de acordo com os fornecimentos dos sistemas de abastecimento da Sabesp. Em destaque de chamada na capa da *Folha Metropolitana* de 26 de maio de 2015 o racionamento estava apresentado além do determinado pela autarquia: *Pimentas e Bonsucesso têm rodízio de 2 dias sem água*, cujo subtítulo destacava: *Dois bairros com grande densidade demográfica, pertencentes ao Sistema Alto Tietê, estão com rodízio de dois dias sem água e apenas um com abastecimento, confirmou ontem o Saae*. A manchete fazia referência à notícia que estava no editorial de política, destacando justamente o aumento no número de dias em que a população desses bairros estava sem abastecimento em virtude do consumo verificado.<sup>14</sup> Dessa maneira, as oscilações no fornecimento de água estabelecido pela própria autarquia aconteceram em vários momentos no decorrer de 2014 e 2015 ultrapassando o número de dias estabelecido no racionamento e não sendo exclusivo de um sistema de abastecimento apenas. Nesse sentido, notícia da *Folha Metropolitana* de 5 de agosto de 2015 trazia o descompasso do Saae quanto ao racionamento determinado por ela própria e afirmava que autarquia havia estabelecido um “novo” sistema de rodízio em algumas regiões do município, pois era incapaz de cumprir o que havia estabelecido como meta. “O Serviço Autônomo de Água e Esgoto (Saae) perdeu o controle sobre o rodízio de água implantado na cidade”.<sup>15</sup>

Por outro lado, a redução do abastecimento também modificou aspectos da econômica no município. Estabelecimentos especializados na venda de galões e caixas d’água, por exemplo, tiveram redução dos estoques com o aumento da venda desses produtos, conforme

<sup>13</sup> CAVALCANTI, Mari. *Protesto de moradores do inocoop faz Saae recuar*. Folha Metropolitana, 4 de julho de 2015, p.7.

<sup>14</sup> CRUZ, Eurico. *Rodízio de 2 dias sem água no Pimentas*. Folha Metropolitana, 26 de maio de 2015.

<sup>15</sup> MAGALHÃES, Rômulo. *Bairros de Guarulhos ficam até três dias sem ter água*. Folha Metropolitana, 5 de agosto de 2015.

verificado em matéria veiculada em 30 de janeiro de 2015, a qual destacava em sua manchete crescimento na venda de recipientes para armazenamento de água: *Crise eleva vendas de galões e caixas d'água*. A notícia apresentava 4 comerciantes que exemplificavam esse aquecimento nas vendas e na mudança de cenário como um evento nunca antes ocorrido na cidade, destacando a dificuldade na reposição do estoque em decorrência da grande procura dos produtos. Essa crescente demanda pelos recipientes seguiu a lógica do mercado e fez com que os preços também aumentassem.

Esse crescimento por alternativas de estoque gerou casos de armazenamento de água de forma inadequada, um dos motivos apresentados pela Secretaria Municipal de Saúde de Guarulhos para a alta do número de infectados pelo vírus da dengue no município em 2015. Em 26 de março de 2016, por meio Decreto nº 32570, o prefeito Sebastião Almeida determinou Situação Excepcional de Emergência na Saúde Pública explicitando como um dos motivos o fato de que “nos primeiros 2 meses do ano, o número de casos de dengue em Guarulhos, aumentou em 800% em relação ao mesmo período de 2014”.<sup>16</sup> Sendo que o armazenando de água em decorrência do racionamento e sem os cuidados de vedação necessários ajudaram na proliferação do mosquito transmissor da dengue, *aedes aegypti*. Ao final do ano de 2016 foram registrados 25.785 casos e 9 mortes associadas à doença, sendo que em 2014 haviam sido registrados pouco mais de 5 mil casos.<sup>17</sup>

Essa situação de extrema gravidade ocasionada pela queda no nível dos principais sistemas de abastecimento de água na Região Metropolitana de São Paulo fez com que o poder público tivesse que agir de maneira efetiva, o que muitas vezes gerou transtornos para a população. Os modos de entender as causas da escassez tanto pelos representantes do Saae quanto pelos gestores da Sabesp tiveram um ponto de convergência: a diminuição das chuvas foi um dos principais argumentos para explicação da crise. Contudo, dívidas bilionárias da autarquia guarulhense com a empresa paulista, disputas judiciais, políticas e econômicas, fizeram com que as companhias entrassem em discordâncias em muitos momentos, deixando a população de Guarulhos numa situação ainda mais complicada pelas sucessivas possibilidades de diminuição ainda maior da distribuição de água ou mesmo de um possível ônus da dívida aos consumidores por meio de reajustes nas contas.

No início de março de 2015 o governador Geraldo Alckmin (PSDB) e o prefeito de Guarulhos, Sebastião Almeida (PT), reuniram-se no Palácio dos Bandeirantes, sede do governo do estado de São Paulo, onde celebraram um acordo entre a Sabesp e o Saae para formar um

---

<sup>16</sup> Decreto nº 32570 de 26 de março de 2015 - Diário Oficial de Guarulhos, 27 de março de 2015.

<sup>17</sup> POZZI, Raphael. *Dengue atinge 25,7 mil guarulhenses em 2015*. Folha Metropolitana, 26 de dezembro de 2015.

comitê que se reuniria dentro de 3 meses para definirem as formas de abastecimento de água para Guarulhos, além de serem discutidas as possibilidades de pagamento da dívida da autarquia guarulhense com a empresa paulista que já ultrapassava R\$ 2 bilhões de reais.<sup>18</sup> Na ocasião, Almeida aventou a possibilidade de a Sabesp gerir o tratamento de esgoto da cidade. Contudo, no início de abril a Sabesp aprovou reajuste de 13,68% nas contas de água e a situação entre o Saae e a Sabesp não se resolveu. Em 23 de abril daquele mês a *Folha Metropolitana* publicava matéria informando que em virtude das dívidas a Sabesp poderia cortar a água fornecida ao município. Destacava-se que entre as empresas existia uma disputa financeira, jurídica e política e que por este motivo a estatal paulista poderia antecipar a cobrança de precatórios, pedir ao Tribunal de Justiça de São Paulo que vinculasse a dívida ao orçamento do município ou exigisse execução de medidas contratuais descumpridas pela Prefeitura de Guarulhos. De acordo com Rubens Naves, um dos advogados da Sabesp, se essas medidas não fossem executadas haveria a possibilidade de solicitação de inscrição da Prefeitura de Guarulhos no Cadastro Estadual de Inadimplentes, inviabilizando dessa maneira repasses de recursos estaduais e linhas de crédito ao município. E como última medida poderia haver corte do fornecimento de água a cidade até o pagamento da dívida.<sup>19</sup>

O vínculo entre a Sabesp (fornecedora de mais de 85% da água que é consumida na cidade de Guarulhos) e o Saae (responsável pela distribuição dessa quantidade de água para a população) foi fruto de uma consequência histórica de dependência entre Guarulhos e São Paulo verificada desde o princípio de criação de ambas as empresas e intensificada no biênio 2014 e 2015 no contexto da crise hídrica e da forte polarização política vivida no país, acirrada pela disputa entre políticos e partidários do PT (Partido dos Trabalhadores), do qual prefeito de Guarulhos fazia parte, e do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) do Governador do Estado. Em relação à dívida do Saae com a Sabesp, matéria de 9 de setembro de 2016 da *Folha Metropolitana* informava que naquele ano, com o fim da gestão do prefeito Sebastião Almeida, o Saae teria uma dívida de R\$ 2,7 bilhões com a Sabesp, sendo que a autarquia guarulhense destinava todo mês R\$ 11 milhões para o pagamento de precatórios por conta dessa dívida. Na reportagem é destacado que os débitos devidos provinham de gestões anterior a do prefeito Sebastião Almeida, denotando um problema crônico em relação à gestão e ao abastecimento.<sup>20</sup> No entanto, jornal institucional do Saae de junho de 2017 informava que a dívida com a Sabesp

---

<sup>18</sup> ALVES, Wellington. *Sabesp e Saae farão gestão compartilhada*. Folha Metropolitana, 10 de março de 2015.

<sup>19</sup> CRUZ, Eurico. *Por dívida do Saae, Sabesp pode cortar água da cidade*. Folha Metropolitana, 23 de abril de 2015.

<sup>20</sup> CRUZ, Eurico. *Dívida do Saae com a Sabesp será desafio do prefeito eleito*. Folha Metropolitana, 9 setembro de 2015.



naquele ano era um pouco superior à informada pela *Folha Metropolitana*, dando conta de um pagamento de 2,9 bilhões, considerando ainda que o déficit de abastecimento para o município atingira 1.700 litros por segundo, gerando racionamento de água com períodos superiores a 32 horas em alguns bairros da cidade mesmo após o fim do racionamento.<sup>21</sup>

Com aumento no nível dos reservatórios em decorrência da alta no índice de chuvas no verão do final de 2015 e início de 2016, o governador Geraldo Alckmin declarou o fim da crise hídrica em março de 2016. Nesse ano a Sabesp obteve o maior lucro de sua história, faturando R\$ 1,9 bilhão de reais, sendo que em 2014 o lucro tinha sido de R\$ de 563 milhões. O recorte da receita foi atribuído ao aumento do valor da conta de água nos anos de 2015 (15,2%) e de 2016 (8,4%), bem como o acréscimo no volume de água faturada; e diminuição de bônus concedidos nas contas de quem não economizava água.<sup>22</sup>

De acordo com o Saae, para que toda a população de Guarulhos recebesse água potável diariamente sem interrupção seria necessária distribuição de 4.700 litros por segundo, contudo, ao município, em 2016, após a normalidade dos sistemas de abastecimento, a Sabesp distribuía 3.000 litros por segundo, um déficit de 1.700 litros por segundo. Por este motivo, o rodízio ainda permaneceu na cidade mesmo com o fim da crise hídrica. A autarquia atribuiu os problemas de abastecimento na cidade pela falta de investimento dos órgãos públicos.<sup>23</sup> Dessa maneira, os dados fornecidos pelo Saae permitem aferir a dependência que a cidade de Guarulhos tinha em relação aos recursos hídricos oriundos dos sistemas produtores da Sabesp. Pois mesmo com a normalidade dos níveis das represas que abasteciam Guarulhos, a população ainda conviveu com racionamentos de água. Dessa maneira, tornou-se possível depreender que os problemas relativos ao abastecimento de água para a população da cidade não aconteceram apenas em períodos de crise de desabastecimento ou por questões relativas aos fatores climáticos, sendo influenciados em grande medida por fatores econômicos, políticos, institucionais e pela relação intrínseca com as estruturas de desenvolvimento do estado de São Paulo.

---

<sup>21</sup> *Redução do volume de água afeta bairros de Guarulhos*. Jornal do Saae, fevereiro de 2014.

<sup>22</sup> LOBEL, Fabricio. *Com lucro recorde, Sabesp vê fim de crise e aumento de vazamentos*. Folha de São Paulo Online, 7 de março de 2016. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/03/1870357-sabesp-anuncia-fim-da-crise-hidrica-em-sao-paulo-e-lucro-recorde.shtml>. Acesso em 12 fev. 2021.

<sup>23</sup> Id.

## Arqueologia das epidemias: uma extensão digital em tempos de isolamento social

Heloise De Oliveira Woehl<sup>1</sup>

Camilla Murta Ribeiro<sup>2</sup>

Pedro Henrique Caetano<sup>3</sup>

Isabel Bueno Caetano<sup>4</sup>

João Ursine Magalhães de Andrade<sup>5</sup>

Rafael Corteletti<sup>6</sup>

### Introdução

O presente trabalho tem como objetivo mostrar as ações de extensão realizadas pelo projeto unificado Arqueologia das Epidemias, vinculado ao colegiado do curso de Arqueologia, do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas.

Este projeto foi criado no ano de 2020 durante um momento em que a pandemia do Covid-19 assolou o Brasil, com o objetivo de ilustrar o passado para compreendermos um pouco sobre o que ocorre no contexto atual. Nesse sentido, o projeto visa trazer conhecimentos para a população sobre epidemias passadas (algumas ainda presentes) de forma acessível através da rede social *Instagram*.

A execução e difusão do projeto através das redes sociais decorre de vários fatores. A inegável característica tecnológica do século XXI, que conta com uma cibercultura e um ciberespaço, onde cada vez mais as redes sociais se tornam ferramentas de forte presença em nosso cotidiano, está acentuada agora neste cenário em que se preza o distanciamento e isolamento social. Por isso a equipe responsável do projeto vê como vantajoso o uso de uma comunicação simples e rápida proporcionada por tais plataformas. (Tang, Gu, & Whinston, 2012, apud Antunes, C. & Sebastião, S. P. 2020, p. 6<sup>7</sup>; Grimaldi, S. S. L. et al., 2019, p. 3<sup>8</sup>).

---

<sup>1</sup> Graduanda no curso de Antropologia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

<sup>2</sup> Graduanda no curso de Antropologia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

<sup>3</sup> Graduando no curso de Antropologia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

<sup>4</sup> Graduanda no curso de Antropologia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

<sup>5</sup> Graduando no curso de Turismo pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

<sup>6</sup> Docente na Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

<sup>7</sup> Antunes, C. & Sebastião, S. P. (2020). Desafios éticos nas redes sociais online: a produção de conteúdos e a opinião dos profissionais. *Cuadernos.info*, (46), 222-248. Disponível em <https://doi.org/10.7764/cdi.46.1473>. Acesso em 17 out. 2020.

<sup>8</sup> Grimaldi, S. S. L.; Rosa, M. N. B.; Loureiro, J. M. M.; Oliveira, B. F. (2019). O patrimônio digital e as memórias líquidas no espetáculo do Instagram. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v.24, n.4, p.51-77. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/3340>. Acesso em 17 out. 2020.

O meio digital das redes sociais onde a informação é construída, armazenada e projetada, se coloca como uma cultura material contemporânea, por meio de um armazenamento de informações no formato digital. As redes sociais podem se colocar como um âmbito de diálogo e memória, fazendo um paralelo entre presente e passado, assim fornecendo uma dinâmica mais reflexiva que trabalha tanto nas informações que são fornecidas quanto nas ferramentas utilizadas.<sup>9</sup>

## **Metodologia**

Para execução deste projeto foram realizados encontros semanais via webconferência nas sextas-feiras à tarde, bem como o uso diário do *WhatsApp* para troca de informações e correções avaliadas em conjunto que contam desde a incrementação até a retirada de informações para a síntese do texto dos *posts* produzidos que serão encaminhados à publicação no *Instagram*.

A escolha desta rede social em específico se deu pela sua versatilidade, visto que possibilita uso de imagens, vídeos, *lives*, *hashtags* seguidas de palavras chaves, onde as pessoas podem buscar seus interesses sobre determinado assunto, *stories* que permitem o uso de enquetes e outras interações. Também o *chat* que torna acessível o contato direto para com os seguidores. Um dos objetivos primários deste projeto é o de passar o conhecimento científico de forma leve e rápida, sem a necessidade de o leitor despende de tempo ou foco maior.

O tema de cada postagem fica a critério de cada aluno(a), o que permite uma liberdade e um protagonismo na busca de artigos acadêmicos que mais lhe agradem na temática arqueologia mais epidemias, transformando e adaptando o conteúdo em uma linguagem acessível para população não acadêmica de forma didática em postagens sucintas que mesclam informações visuais e escritas (Figura 1).

---

<sup>9</sup> Id., p. 5.

**Figura 1: Exemplo de adaptação da linguagem**



Fonte: Acervo Arqueologia das Epidemias.

Outro ponto é o visual, que é pensado para que se torne mais agradável a visualização das informações bem como a garantia de uma identidade que se assegura através de cores padronizadas e a presença de marca d'água (Figura 2) em todas as postagens, com cores específicas que as classifica conforme seu tipo que pode ser Informativo, Materialidade, Artístico ou Curiosidade (Figura 3).

**Figura 2: Marca d'água**



Fonte: Acervo Arqueologia das Epidemias.

**Figura 3: Classificação das categorias por cores**



Fonte: Acervo Arqueologia das Epidemias.

Todos esses itens vieram com o objetivo de não criar um conteúdo unilateral na transmissão das informações, mas um conteúdo que estabelecesse um vínculo com quem estivesse lendo.

Em todas as publicações se fez a presença obrigatória das fontes utilizadas (Figura 4) na produção das mesmas, isso tudo viabilizando uma segurança quanto a veracidade, combatendo quaisquer indícios de dados de caráter duvidoso com o uso de textos científicos.

**Figura 4: Fontes bibliográficas**



Fonte: Acervo Arqueologia das Epidemias.

Para acompanhamento e análise das publicações realizadas, sobre quem é nosso público e onde ele está inserido, estão sendo utilizados os dados quantitativos contabilizados e fornecidos pela própria plataforma do aplicativo.

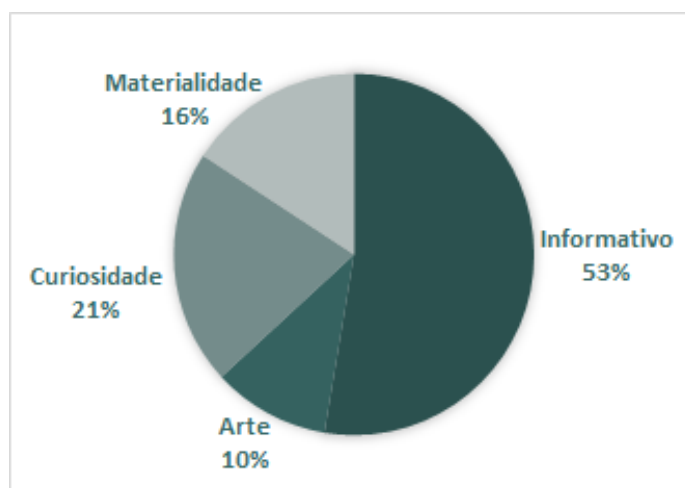
## Resultados e discussão

Na atual conjuntura de pandemia ocasionada pelo coronavírus, o projeto Arqueologia das Epidemias, como mecanismo funcional 100% digital e online, surge como alternativa para investigação de dados científicos de epidemias passadas e contemporâneas estipulando uma conexão com o olhar arqueológico a fim de se divulgar os resultados no *Instagram*, tendo em mente que ele está entre as redes sociais mais utilizadas, ponto este importante para difusão e debate de nosso conteúdo que muito tem a colaborar na luta que se enfrenta hoje contra a negação da ciência.

Criado o perfil “@arqueologiadasepidemias” no *Instagram* demos início às postagens que seguiram um cronograma de publicação com intervalo de um ou dois dias, variando conforme disponibilidade de *posts* finalizados, buscando sempre manter uma presença contínua e ativa na conta.

Até o dia 23 de setembro deste mesmo ano contabilizou-se um total de 19 publicações, sendo dois da categoria arte, quatro de curiosidades, três de materialidade e dez informativos (Figura 5).

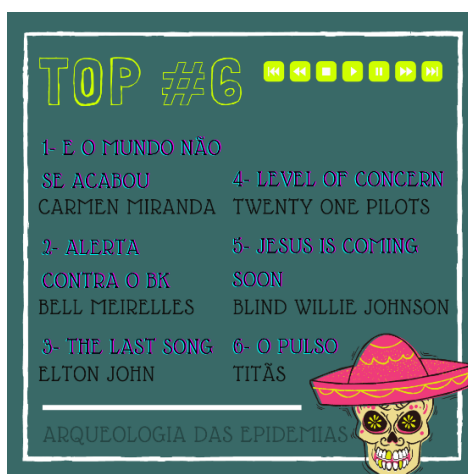
**Figura 5. Contabilização de postagens**



Fonte: Acervo Arqueologia das Epidemias.

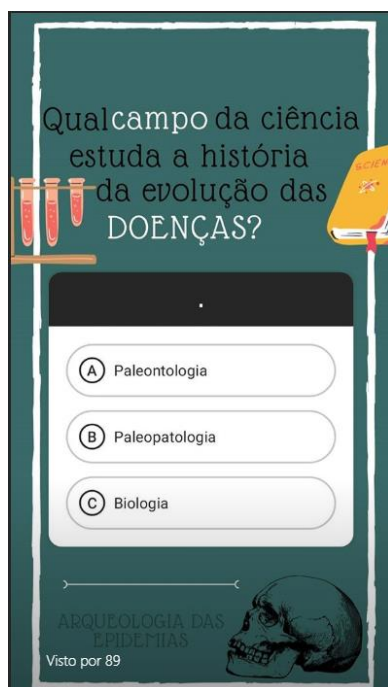
Buscando utilizar o máximo de ferramentas possíveis disponibilizadas pela plataforma do *Instagram*, a cada postagem nova ela é divulgada nos *stories* a fim de avisar nossos seguidores. Outras atividades realizadas nesta ferramenta *stories* foram a apresentação do projeto de forma breve; ilustração das categorias por cores; criação da “*Playlist Pandêmica*” que visa apresentar músicas produzidas que fazem referência a epidemias (Figura 6); e a criação de um *quiz* com perguntas diretamente ligadas as postagens realizadas (Figura 7), todos estes citados estão salvos no perfil da conta na aba *Destaques* (Figura 8).

**Figura 6: Playlist Pandêmica**



Fonte: Acervo Arqueologia das Epidemias.

**Figura 7: Quiz**

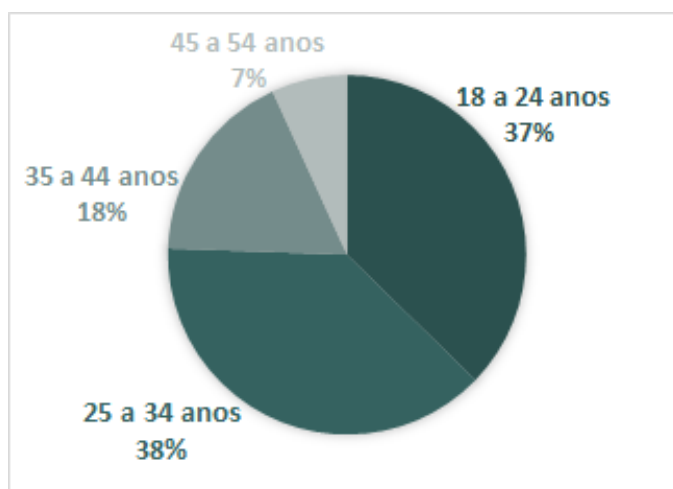


Fonte: Acervo Arqueologia das Epidemias.

**Figura 8: Aba Destaques**

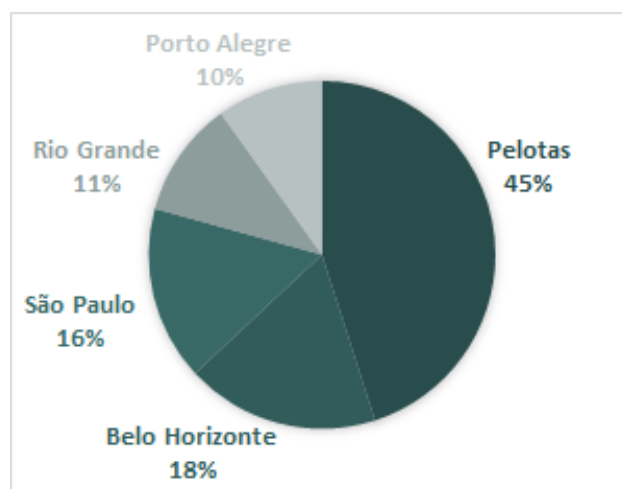
Fonte: Acervo Arqueologia das Epidemias.

Com base nos dados relacionados ao perfil do nosso público fornecido pelo próprio *Instagram*, encontramos uma predominância de mulheres, compondo 62%; uma concentração de 75% na faixa etária dos 18 até 34 anos (Figura 9); localizados principalmente nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, em especial nas cidades de Pelotas/RS, Belo Horizonte/MG, São Paulo/SP, Rio Grande/RS e Porto Alegre/RS (Figura 10). É importante ressaltar que, apesar de pequena, o projeto já tem inserção internacional com 2% de seguidores distribuídos em Portugal, Estados Unidos, Espanha e México.

**Figura 9: Distribuição da faixa etária dos seguidores**

Fonte: Acervo Arqueologia das Epidemias.



**Figura 10: Localização por cidade dos seguidores**

Fonte: Acervo Arqueologia das Epidemias.

## Conclusões

A partir do que foi citado, concluímos a importância de difundir conhecimentos e nos adaptarmos às novas formas de extensão universitária. Sabendo que o atual cenário que compartilhamos abalou as estruturas da sociedade como um todo, impulsionando que ajustes fossem emergentes e urgentes, é certo que este projeto não vem como exceção, e assim como para os demais, tais adequações possibilitaram, em específico no caso que nos abrange, que a ciência e a transmissão dos conhecimentos se reinventassem, assim como os alunos e professores envolvidos. No entanto, é de suma importância ter uma continuidade para além e para o pós isolamento social para que o maior entendimento sobre antigas epidemias possa ajudar a população na prevenção das futuras.

O “Arqueologia das Epidemias” mostrou-se de grande valor a quem o acompanha, deixando evidente o poder e a importância de seu amplo alcance em um momento de distanciamento social. Sendo possível gerar conhecimentos históricos que se relacionam com o momento atual, conscientizando de forma didática informações que antes se encontravam enquadradas nos moldes academicistas e transformou-se para além dos muros da academia. Sendo assim, enfatizamos a importância de ações que unificam ensino, pesquisa e extensão universitária, mostrando-se, cada vez mais, ser algo necessário, proveitoso e inclusivo à outras formas de saberes.

## **Negacionismo histórico institucionalizado e controle judicial: o caso da Fundação Cultural Palmares**

Fernando Santana de Oliveira Santos<sup>1</sup>

### **Introdução**

Um órgão governamental passa a publicar textos que reescrevem a história de um povo com o objetivo de torná-la mais adequada ao projeto político de quem está no comando da nação. Até parece que estamos contando a história do romance *1984*, de George Orwell, no qual o Ministério da Verdade se encarrega de falsificar notícias, dados e a história de um continente em favor de um regime totalitário.<sup>2</sup> Mas, não é sobre a distopia orwelliana que nos referimos. As primeiras linhas desse texto resumem o recente posicionamento da Fundação Cultural Palmares em relação a Zumbi, por meio da publicação de textos negacionistas, que desqualificam a sua importância para resistência negra e criticam o uso simbólico do personagem pelos movimentos negros.

Esse trabalho discute a institucionalização do negacionismo histórico no governo Bolsonaro e a possibilidade de judicialização de determinados usos do passado, a partir do referido caso da Fundação Cultural Palmares. O texto é resultado de uma pesquisa em andamento cujo objetivo geral é analisar a legitimidade de o Estado, por meio das funções legislativa e jurisdicional, impor limites ao negacionismo histórico.

Serão analisados 4 textos publicados no sítio eletrônico da Fundação Palmares, em 2020, por ocasião do 13 de maio, data que marca a extinção oficial da escravidão no Brasil. São todos textos de autoria de apoiadores do governo Bolsonaro, que não possuem vínculo institucional com a Fundação ou ligação com os movimentos negros tampouco pesquisas desenvolvidas sobre os temas abordados. Além de desqualificarem o sujeito histórico Zumbi dos Palmares, os textos atribuem a princesa Isabel papel central na luta pela abolição. A construção discursiva das publicações é exemplificativa do “método” negacionista e do uso político do passado do qual o bolsonarismo tem se servido.

Denomina-se negacionismo histórico a prática de falsear fatos e processos históricos com fins políticos e ideológicos. Trata-se de manipular o passado para instituir memórias

---

<sup>1</sup> Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade pela Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) sob orientação de Janaina Zito Losada.

<sup>2</sup> ORWELL, George. *1984*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

compartilháveis por uma comunidade de modo que possa servir à legitimação de um determinado projeto político. Segundo Vidal-Naquet, o objetivo da operação é privar ideologicamente uma comunidade do que representa sua memória histórica.<sup>3</sup> Mas, como lembra Hobsbawm, não se trata apenas de privação, há sempre uma outra versão da história a ser oferecida em substituição àquela que se pretende negar: “O passado legitima. O passado fornece um pano de fundo mais glorioso a um presente que não tem muito o que comemorar”.<sup>4</sup>

Vidal-Naquet chama de revisionismo o que se tem aqui classificado de negacionismo. Compreendo que esta denominação é mais adequada, pois revisar análises históricas é tarefa própria da História, sempre que novas fontes e abordagens teóricas puderem fundamentá-la. A prática de que falamos não comporta qualquer intuito científico de atualização ou aprimoramento do trabalho historiográfico. São, em verdade, mentiras produzidas para confundir a consciência que os sujeitos sociais elaboram sobre si e sobre os outros sujeitos sociais em uma determinada época. Mesmo nos casos em que não se negam completamente fatos e processos históricos, mas apenas os falseiam, entendo adequado o termo negacionismo, pois, na origem dessa atitude, tem-se a negação da Ciência histórica, de seus fundamentos éticos e metodológicos. Da mesma forma que relativizar o perigo de uma pandemia, ainda que não se negue a sua existência fática, o que está em xeque é o próprio conhecimento científico.

Quanto às consequências do negacionismo histórico, considero que elas não estão circunscritas ao fazer historiográfico, ao desprestígio do trabalho de historiadores éticos ou ao eventual mal-estar provocado nos círculos de historiadores. A manipulação da história pode ser muito mais perigosa do que isso. No Brasil recente, por exemplo, permitiu interferir na última disputa eleitoral para presidente. A negação de que o Brasil experimentou uma ditadura militar cruel e a afirmação de que o 31 de março de 1964 foi um ato revolucionário para salvar o Brasil do perigo comunista serviram para alimentar, no presente, o discurso de que o Brasil precisava de um militar para resolver os “males” criados por um governo de esquerda, sem falar do projeto autoritário embutido no bolsonarismo que, pela lente negacionista da ditadura, era a solução para o problema da segurança pública no país. O negacionismo também se presta a deslegitimar políticas públicas, a exemplo da entrevista de Bolsonaro ao programa Roda Vida, da TV Cultura, ainda como presidenciável, em que ele criticou a política afirmativa de cotas universitárias, justificando que não há dívida histórica a reparar e que “Se for ver a história

---

<sup>3</sup> VIDAL-NAQUET, P. *Os assassinos da memória: “Um Eichmann de papel” e outros ensaios sobre o revisionismo*. Campinas: Papirus, 1988.

<sup>4</sup> HOBSBAWM, E. *Sobre história: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 11.

realmente, os portugueses nem pisavam na África, eram os próprios negros que entregavam os escravos”.

### **Institucionalização do negacionismo histórico no Brasil atual**

O negacionismo histórico é apenas uma das vertentes da política obscurantista praticada pelo bolsonarismo. No mesmo âmbito se inserem o negacionismo sanitário, que relativiza os riscos da pandemia de Covid-19, o negacionismo ecológico, que omite o aumento da exploração dos recursos naturais, e o negacionismo econômico, que negligencia a carestia dos produtos de primeira necessidade. Não se trata, entretanto, de ignorância ou de mero desdém pela Ciência; negar a realidade e virar as costas para o que pesquisadores afirmam tem um fim político bem definido: visa aprofundar um projeto neoliberal que pouco se importa com ações afirmativas, com o meio ambiente e com o aprofundamento das desigualdades sociais.

É certo que o uso político do passado não é prática originária do bolsonarismo. Em alguma medida, e para diferentes fins, governos sempre recorrem a uma interpretação do passado para construir a sua hegemonia no campo político. A seleção de eventos para serem lembrados por meio de datas comemorativas é um bom exemplo do uso político do passado. Mas, talvez, a especificidade do bolsonarismo seja o modo escancarado com que se utiliza do negacionismo e o potencial socializador das versões da história que difunde. Nesse sentido, o uso amplo das tecnologias da informação tem sido importante facilitador. O negacionismo histórico serviu como tática eleitoral, conforme exemplifiquei acima, e continua sendo útil como estratégia de governabilidade.

Com o bolsonarismo no poder, tem ocorrido um processo de institucionalização do negacionismo histórico. Se, antes, as declarações e publicações de Bolsonaro e de seus aliados serviam de suporte para veiculação de narrativas falsas sobre o passado, agora, o negacionismo tem sido incorporado à estrutura de Estado. Um exemplo disso é a oficialização da comemoração do 31 de março de 1964 pelas Forças Armadas como marco da democracia no Brasil. O ato é uma continuidade da agenda de fortalecimento da imagem dos militares, mas também uma tentativa de apagamento da memória construída pela presidenta Dilma Rousseff, uma das vítimas de tortura na ditadura militar, que, em 2011, determinou a exclusão da data do calendário comemorativo das Forças Armadas.

Outro exemplo desse negacionismo que se institucionaliza é a promessa de revisão da história ensinada nas escolas. Por diversas vezes, Bolsonaro criticou a versão do golpe de 1964 contida nos livros didáticos durante e depois da campanha eleitoral. O primeiro ministro da educação nomeado pelo governo, Ricardo Vélez Rodríguez, ratificou a intenção de revisar

livros de História para resgatar uma versão de 1964 como “decisão soberana da sociedade brasileira”.<sup>5</sup> Até o momento, não foi emitida ordem oficial para mudar a versão da história presente nos livros didáticos. No entanto, alguns autores se anteciparam e, ainda em 2018, na reta final das eleições, quando se mostrava como certa a vitória de Bolsonaro, solicitaram às editoras que substituíssem a expressão “golpe de 1964” por “movimento”, objetivando não perderem espaço na seleção do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para o ano de 2020.<sup>6</sup> Não duvido de que, mesmo de maneira não oficial, editoras vão implementar outras mudanças sensíveis nos textos de história a fim de não ficarem de fora do milionário mercado dos livros didáticos, aquecido pelas aquisições do governo federal para as escolas públicas da educação básica.

Recentemente, por meio de um projeto de lei que equipara e criminaliza a apologia ao comunismo à apologia ao nazismo, o deputado federal Eduardo Bolsonaro deu um novo sinal de como a estrutura de Estado tem sido utilizada para veicular o negacionismo histórico no Brasil.<sup>7</sup> A proposta de lei é absurda por razões históricas óbvias, que impossibilitam equiparar os erros da experiência socialista europeia ao genocídio hitlerista. Evidentemente, o interesse do terceiro filho de Bolsonaro não é apenas o de falsear a história soviética, mas, sobretudo, desqualificar partidos de esquerda, que, geralmente, são reunidos pelo bolsonarismo sob o rótulo de comunistas.

A institucionalização do negacionismo histórico também se revela no caso analisado neste trabalho. A publicação de artigos negacionistas na página oficial da Fundação Cultural Palmares contraria a historiografia sobre a luta contra a escravidão no Brasil e desvirtua a finalidade da fundação. Criada pela lei federal nº 7.668, de 22 de agosto de 1988, a instituição visa promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira. Além disso, é responsável por inscrever em cadastro geral as comunidades quilombolas e emitir certidão de autodefinição. Atualmente, é chefiada por Sérgio Camargo, um crítico dos movimentos negros e de políticas afirmativas como as cotas universitárias. A ofensiva negacionista contra Zumbi dos Palmares configura uso

---

<sup>5</sup> MINISTRO promete mudar livros didáticos por “visão mais ampla” da ditadura. *El País*, São Paulo, 3 abr. 2019. Disponível em [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/04/politica/1554334968\\_202816.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/04/politica/1554334968_202816.html). Acesso em 18 jul. 2020.

<sup>6</sup> OLIVEIRA, Regiane. Autores se autocensuram sobre ditadura para não perder espaço no MEC de Bolsonaro. *El País*, São Paulo, 7 abr. 2019. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/06/politica/1554504245\\_154102.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/06/politica/1554504245_154102.html). Acesso em: 13 jul. 2020.

<sup>7</sup> BRASIL. *Projeto de lei nº 4425/2020, de 1º de setembro de 2020*. Altera a redação da Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983 e da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, criminalizando a apologia ao nazismo e comunismo, e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados [2020]. Disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2261904>. Acesso em 15 out. 2020.

do aparato estatal contra os movimentos sociais e os direitos que eles conquistaram nas últimas décadas, a exemplo das ações afirmativas, que, para parte dos apoiadores de Bolsonaro, expressam o vitimismo das populações negras e ofertam tratamento privilegiado a elas.

### O “método” negacionista

Desde o 13 de maio de 2020, foram publicadas, pelo menos, 4 textos que reforçam o viés negacionista do bolsonarismo no sítio eletrônico oficial da Fundação Cultural Palmares. Dois deles foram retirados por força de decisão judicial ainda no mês de maio. Um terceiro foi publicado posteriormente e, em julho, também foi retirado mediante ordem judicial. O quarto ainda permanece no sítio eletrônico e constitui mais uma defesa a um dos textos anteriores, mas não deixa de expressar o desprezo pela figura de Zumbi assim como as demais publicações. Adiante, serão analisados brevemente cada um dos textos e o que de comum entre eles permite caracterizar o método negacionista.

O artigo “A narrativa mítica de Zumbi dos palmares”, de autoria de Mayalu Felix foi publicado por ocasião do 13 de maio.<sup>8</sup> A autora é doutora em Letras, professora universitária escreve textos pró-Bolsonaro para o site O Misto e define-se como cristã e uma roqueira liberal-conservadora. No currículo da professora cadastrado na plataforma Lattes, não é possível encontrar qualquer publicação ou formação que indiquem experiência com a pesquisa histórica e, menos ainda, relacionadas com o tema da escravidão no Brasil. Trata-se de um texto curto que, em síntese, evidencia Zumbi como um mito criado pelas esquerdas brasileiras com propósitos políticos, racialistas e identitários.

A autora utiliza no texto alguns importantes referenciais teóricos, reconhecidos academicamente, a exemplo do linguista Tzvetan Todorov, do psiquiatra Carl-Gustav Jung e do antropólogo Claude Lévi-Strauss. Por outro lado, dialoga com referenciais academicamente inexpressivos, como o ensaísta Olavo de Carvalho e o jornalista Laurentino Gomes. Pinçando argumentos de uns e de outros, tenta demonstrar que o “herói” Zumbi é uma invenção. Ao invés de líder da resistência negra, seria um criminoso, um possuidor de escravos. A autora chega a insinuar que Zumbi era homossexual e que o Movimento Negro silenciaria sobre esse assunto por conveniência, como se um personagem heterossexual e viril pudesse ser mais representativo para os interesses do movimento. No entanto, conforme demonstra Silvia Lara, uma das principais pesquisadoras do quilombo de Palmares, apesar de existirem poucos registros sobre

---

<sup>8</sup> FÉLIX, Mayalu. *A narrativa mítica de Zumbi dos palmares*. Disponível em <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2020/02/A-NARRATIVA-MÍTICA-DE-ZUMBI-DOS-PALMARES.pdf>. Acesso em maio 2020.

a vida pessoal de Zumbi, há farta documentação que demonstra que ele existiu e que foi uma importante liderança da resistência à escravidão.<sup>9</sup> Sobre o fato de Zumbi possuir escravos, nenhuma pesquisa histórica séria conseguiu demonstrá-lo. Relatos de escravizados que possuíam outros escravizados existem tanto no Brasil quanto em outros países.<sup>10</sup> Mas, evidentemente, esse fato não pode ser analisado sem considerar as diferenças significativas entre a escravização pautada em critérios racistas e em interesses imperialistas da posse de uma “mercadoria valiosa”, que, naquele contexto, poderia garantir renda para a compra da alforria, por exemplo.

Compartilhando do pensamento de Olavo de Carvalho, Félix sugere que personalidades negras como José do Patrocínio, Luiz Gama e André Rebouças teriam conseguido extrair algo de bom da “integração” com a cultura branca, que ela classifica como cultura universal. Por mérito, eles teriam conseguido ascender socialmente, pois perceberam que era “mais útil e mais honroso para o negro vencer individualmente no quadro da nova cultura mundial do que ficar choramingando coletivamente as saudades de culturas tribais extintas”.<sup>11</sup> Mas, os três abolicionistas, segundo a autora, estariam fora do padrão marxista e, portanto, não serviriam às pretensões ideológicas do Movimento Negro. Pela mesma razão, ela considera que a militância de esquerda teria tratado de desconstruir o protagonismo da princesa Isabel na luta pela abolição, pois, sendo ela “mulher, caucasiana e nobre, membro da monarquia que os marxistas sempre odiaram”, não corresponderia à identidade racial preconizada pelo Movimento. A autora também afirma, sem apontar qualquer fonte documental ou bibliografia relevante que a princesa Isabel e sua família nunca possuíram escravos, estabelecendo um contraponto à figura de Zumbi, que, segundo ela, seria um escravagista.

Por fim, Félix critica as ações afirmativas para negros, chamadas de “políticas racialistas” que, a pretexto de valorizar a identidade negra, acabam não impactando positivamente na qualidade de vida das populações negra e “mestiça” pobres. Assim, toda discussão sobre a mitificação de Zumbi pelo Movimento Negro desemboca em uma crítica às políticas de inclusão dessas populações, que são reduzidas a um identitarismo de esquerda e qualificadas como um gasto vultoso e sem eficácia. Assim, a tentativa de desconstruir o significado de Zumbi para a resistência negra acaba revelando indícios de que a deslegitimação

---

<sup>9</sup> LARA, Silvia. Quem eram os “negros do Palmar”? in: RIBEIRO, Gladys Sabina; FREIRE, Jonis; ABREU, Martha Campos; e CHALHOUB, Sidney (Orgs.). *Escravidão e cultura afro-brasileira: temas e problemas em torno da obra de Robert Slenes*. Campinas: Editora da Unicamp, 2016. p. 57-85.

<sup>10</sup> REIS, João José. De escravo a rico liberto: a história do africano Manoel Joaquim Ricardo na Bahia oitocentista. *Rev. hist.*, São Paulo, n. 174, p. 15-68, jan.-jun., 2016. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/rh/n174/2316-9141-rh-174-00015.pdf>. Acesso em 20 out. 2020.

<sup>11</sup> FÉLIX, op. cit., p. 5.

da política pública, fruto de luta encampada pelo Movimento Negro, é preocupação central da narrativa produzida por Félix.

O outro artigo também publicado por ocasião do 13 de maio, intitulado “Zumbi e a Consciência Negra – Existem de verdade?”, de autoria de Luiz Gustavo dos Santos Chrispino, segue a mesma linha do texto de Félix, desqualificando a representatividade de Zumbi e o significado do dia da Consciência Negra.<sup>12</sup> Chrispino escreve artigos para o site Duna Press, dentre os quais se destacam textos favoráveis a Bolsonaro. Além disso, identifica-se como professor de História e Geografia, comunicador, ativista político pró-monarquia parlamentar constitucional federalista, anti-politicamente correto e totalmente contrário a tudo que seja ligado ao esquerdismo, comunismo, fascismo, nazismo e outros “ismos”.

Para ele, haveria poucas evidências da existência de Zumbi e, se existiu mesmo, não foi o herói idealizado pelo Movimento Negro. O personagem histórico passou a ser “mais falado”, segundo o autor do artigo, apenas na década de 1980. Dois aspectos chamam a atenção nas afirmações de Chrispino: primeiro, que o professor de História, embora reconheça a escassez de fontes a respeito de Zumbi, aventura-se a refutar o destacado papel a ele atribuído na luta contra a escravidão; segundo, que a referência à década 1980 como momento em que a figura de Zumbi ganharia relevância na historiografia coincide justamente com o período que finda a ditadura militar brasileira. Assim, não se pode descartar a intenção do autor de sugerir que o “aparecimento” de Zumbi na história é uma decorrência da saída dos militares do poder. Reforça essa suspeita o fato de Chrispino atribuir à esquerda brasileira a “invenção” da consciência negra e de considerar que o governo militar atuou na repressão dos “movimentos esquerdistas que assolavam o país”.

O texto de Chrispino não referencia qualquer fonte documental que possa corroborar as afirmações que ele faz sobre Zumbi nem de qualquer outro fato histórico que ele menciona. Quanto às referências bibliográficas, cita a obra *Zumbi dos Palmares*, de Leda Maria de Albuquerque, e os estudos de Afonso Taunay, Francisco Adolfo de Varnhagen e Hélió Vianna. O primeiro, embora ele não faça qualquer ressalva, é um romance histórico, um texto ficcional ambientado no quilombo de Palmares, que, portanto, não constitui um trabalho embasado em pesquisa histórica. Os demais autores citados são conhecidos historiadores brasileiros cuja obra tem relevante valor historiográfico, pois estão entre os primeiros a produzir interpretações sobre o Brasil por meio de métodos de pesquisa documental. Apesar disso, são estudos que ainda

---

<sup>12</sup> CHRISPINO, Luiz Gustavo dos Santos. *Zumbi e a Consciência Negra – Existem de verdade?* Disponível em <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2020/05/Zumbi-e-a-Consciência-Negra-existem-de-verdade.pdf>. Acesso em jul. 2020.



evidenciam a história brasileira sob a perspectiva do colonizador e são limitados pela pouca disponibilidade de fontes e de suportes teórico-metodológicos que pudessem resultar na elaboração de pesquisas mais acuradas.

Assim como no texto anteriormente mencionado, o de Chrispino centraliza sua análise na crítica às esquerdas brasileiras e a um suposto marxismo cultural que usariam os negros como massa manobra e hegemonizariam o ambiente universitário. A abordagem também desconsidera os processos históricos que marcam a desigualdade entre negros e brancos e a estruturação do racismo no Brasil. Para o autor, deveria haver uma luta pela igualdade de todos os cidadãos e não para separar negros de brancos e indígenas. Além disso, afirma que “Se existe uma Consciência Negra no Brasil, também deve existir uma branca e outra indigenista”.<sup>13</sup> Dessa forma, a desqualificação da Consciência Negra é revestida de um viés político-ideológico: o processo histórico de exclusão das populações negra é relativizado, pois as pautas levantadas pelo Movimento Negro evidenciariam um separacionismo racial patrocinado pelas esquerdas brasileiras.

Um segundo texto de Chrispino foi publicado na página da Fundação Cultural Palmares após a propositura da ação judicial que determinou a retirada do texto anterior. Trata-se do artigo “Então... Zumbi tinha escravos? Ainda Bem!”.<sup>14</sup> Posteriormente, outra decisão judicial também ordenou a exclusão do novo texto do sítio eletrônico governamental. Neste artigo, o autor defende-se de críticas recebidas pela publicação anterior e ratifica seu posicionamento em relação a Zumbi e a crítica sobre a influência das esquerdas na produção historiográfica. Ele ainda classifica como “positivista” a cobrança de seus críticos em relação à ausência de indicação de fontes primárias na elaboração do texto anterior e justifica que suas afirmações tinham por base a sua experiência de vida. Ou seja, a refutação à suposta historiografia esquerdista, segundo ele mesmo reconhece, baseava-se apenas na visão de mundo do autor. Não que a experiência não possa ser uma fonte importante de pesquisa, mas, certamente, o texto continha acusações ao Movimento Negro impossíveis de serem sustentadas apenas com a vivência do autor na Vila Madalena, em São Paulo, na década de 1970.

Assim como Mayalu Félix, Chrispino afirma que Zumbi possuía escravos e, para sustentar sua afirmação, recorre a referências do *Guia politicamente incorreto da história do Brasil*, de Leandro Narloch. Segundo ele, a obra de Narloch estaria cheia de fontes que atestam

---

<sup>13</sup> CHRISPINO, op. cit, p. 5.

<sup>14</sup> CHRISPINO, Luiz Gustavo dos Santos. *Então... Zumbi tinha escravos? Ainda Bem!* Disponível em <http://www.palmares.gov.br/wpcontent/uploads/2020/05/entaozumbi-tinha-escravos-ainda-bem.pdf>. Acesso em jul. 2020.

as conclusões sobre Zumbi. De fato, Narloch referencia fontes primárias e bibliográficas em seus livros, mas, por si só, as fontes não são capazes de garantir a qualidade de um trabalho historiográfico. Narloch é conhecido pela proposta de revisar a historiografia acadêmica, que ele também acusa de ser enviesada pela ideologia de esquerda, mas não se preocupa em realizar a devida crítica às fontes documentais e à bibliografia que utiliza. São, na verdade, pinçados e generalizados fragmentos de fontes que podem encadear a narrativa que ele quer criar.

Chrispino encerra o texto reafirmando seu posicionamento sobre o Brasil miscigenado e a igualdade entre negros e não negros: “[...] não só o povo negro, como o branco, carece de voz no país [...]”. E ainda: “[...] dependendo de mim e de muitos outros brasileiros de verdade, a Cultura Brasileira, a verdadeira Cultura Nacional, miscigenada pelas culturas indígena, branca e negra, na sua real proporção e divisão, sem dar mais crédito para A ou B [...]”.<sup>15</sup> Desse modo, fecha o seu discurso contra a necessidade de existir uma “consciência negra”, desprezando os processos históricos que fundamentam as ações de discriminação positiva voltadas à valorização da cultura negra. Assim como no texto de Félix, a deslegitimação de Zumbi como símbolo da resistência das populações negras gira em torno do “antiesquerdismo” do autor, que se liga a uma crítica desqualificada às lutas e conquistas dos movimentos negros.

O quarto texto negacionista publicado a respeito de Zumbi ainda pode ser localizado na página oficial da Fundação Cultural Palmares. Intitulado “Machado de Assis e Zumbi Noel?”, o artigo de autoria de Vera Helena Pancotte Amatti corrobora a linha de argumentação dos textos anteriores.<sup>16</sup> A autora é jornalista e professora de português, escreve para o site Duna Press e, conforme o portal da transparência da Câmara dos Deputados, é secretária parlamentar do gabinete do deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança, do Partido Social Liberal (PSL).

O texto de Amatti apoia a publicação de Luiz Gustavo Chrispino, que teria ensejado investigação do Ministério Público contra Sérgio Camargo por improbidade administrativa. Além de tecer elogios à coragem de Chrispino, segue com críticas a um suposto domínio da esquerda e dos movimentos negros na escrita da história nacional. Na sua análise, a manutenção do “mito” de Zumbi tem gerado divisões e racismo. Assim como os textos anteriores, o de Amatti não apresenta fontes novas ou análise histórica capazes de refutar o que a historiografia acadêmica produziu até então sobre o personagem Zumbi. Ela tenta utilizar uma fotografia como prova de que a princesa Isabel era uma abolicionista como José do Patrocínio, Luiz Gama

<sup>15</sup> CHRISPINO, op. cit., 2020, p. 3-4.

<sup>16</sup> AMATTI, Vera Helena Pancotte. *Machado de Assis e Zumbi Noel?* Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2020/05/Machado-de-Assis-e-Zumbi-Noel.pdf>. Acesso em: jul. 2020.

e André Rebouças e que ela mantinha relação de amizade com personalidades negras, a exemplo de Machado de Assis. Na fotografia, o escritor estaria ao lado da princesa Isabel na missa campal pela abolição. Sobre esta fonte, no entanto, conforme indicou Lilia Schwarcz, não se pode descartar a possibilidade de ela ter sofrido alguma manipulação do fotógrafo.<sup>17</sup> A fotografia causa estranheza, como se as cabeças dos personagens tivessem sido “ajeitadas” sobre o corpo. E, mesmo que Machado de Assis tivesse participado do evento juntamente com outras personalidades negras, o fato mereceria uma análise histórica mais crítica do que a mera dedução de uma relação de cordialidade entre a realeza e os escravizados, cuja exploração da mão de obra assegurou por séculos a manutenção do poder real.

Essas publicações incluem-se naquilo que o sociólogo peruano Aníbal Quijano chamou de colonialidade do poder, um processo que não cessa de oprimir e inferiorizar as populações colonizadas mesmo após o fim da empresa colonial. A visão eurocêntrica dos autores tenta focar na princesa Isabel como a redentora da escravidão no Brasil e, por outro lado, trata o líder da resistência de Palmares como um criminoso vil. A estrutura do poder colonial, segundo Quijano, é legitimada por um imaginário que diferencia colonizador e colonizado, que trata este sempre como o “outro” a ser civilizado pelo empreendimento colonial: a maldade e a barbárie do colonizado contrastam com a bondade e a racionalidade do colonizador.<sup>18</sup> Mesmo no presente, esse imaginário ainda permeia determinados estudos sociais, por meio de uma epistemologia eurocentrada, que indica a colonização como superação da selvageria e do atraso, tornando possível também falar de uma “colonialidade do saber”.<sup>19</sup>

Os textos seguem, ainda, a linha do que Spivak denominou de violência epistêmica.<sup>20</sup> A história do sujeito colonial é representada a partir da perspectiva do colonizador e a luta empreendida contra a opressão silenciada em nome de uma falsa generosidade dos exploradores. Os sujeitos são silenciados, seu ímpeto de resistência abafado e os supostos cientistas assumem o direito de falar por eles, de dizer quem são os personagens históricos que, verdadeiramente, representam a sua libertação. Esse epistemicídio nunca é gratuito e sempre busca validar projetos políticos que têm na existência/resistência do “outro” um empecilho à sua concretização.

<sup>17</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Lima Barreto: triste visionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

<sup>18</sup> QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005, pp. 107-130.

<sup>19</sup> CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, Edgardo (Org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005, pp. 80-87.

<sup>20</sup> SPIVAK, Gayatri. *Pode o Subalterno Falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Em resumo, os artigos contêm sintomas claros do “método” negacionista. A narrativa histórica é construída pelos autores como verdade revelada, como conhecimento que estava oculto, impedido de ser trazido a público, pois conteria o signo capaz de derrotar os seus defraudadores. Nesse sentido, todos os articulistas assumem essa tarefa de iluminar o mundo com as afirmações de seus textos. As publicações também não são lastreadas por bibliografia confiável nem por fontes documentais, ou então, quando as utilizam, os autores não realizam o devido trabalho de crítica, a exemplo do uso da fonte iconográfica por Amatti e da referência a trabalhos historiográficos antigos sem situá-los historicamente, como fez Chrispino. Outro ardil do “método negacionista” é pinçar argumentos teóricos consagrados sem contextualizá-los e depois ladeá-los a deduções completamente fantasiosas, como faz o texto de Mayalu Félix. Por fim, outra marca do negacionismo histórico evidenciado nos textos é a contestação de análises históricas confiáveis pelo suposto vínculo ideológico dos autores e não pela qualidade do trabalho investigativo realizado. Certamente, nenhum trabalho de história é neutro, mas a sua confiabilidade deve ser mensurada pelo adequado trabalho de seleção, crítica e análise das fontes disponíveis, tarefa que nenhum dos autores dos textos analisados conseguiu realizar.

### **O controle judicial**

Com exceção do texto de Amatti, todas as publicações negacionistas foram retiradas da página oficial da Fundação Cultural Palmares por ordem judicial. Os dois primeiros, de autoria de Félix e de Chrispino, foram objeto de ação popular ajuizada pelo deputado Túlio Gadelha e outros (processo nº 1028357-89.2020.4.01.3400), distribuída para a 9ª vara cível da seção judiciária do Distrito Federal. O terceiro texto, também de autoria de Chrispino, foi objeto da ação popular proposta por Caio Henrique Alves de Freitas (processo nº 1020680-69.2020.4.01.3800) e distribuída por prevenção para a mesma vara cível. Ambas as decisões que determinaram a exclusão das publicações tomam por base três razões: 1) a de que a permanência dos textos na página oficial da Fundação ameaçava o patrimônio histórico-cultural brasileiro e violava o direito à identidade, ação e memória da comunidade negra; 2) a de que a ordem judicial não ofenderia a liberdade de expressão, pois se tratava de um órgão estatal e não de uma publicação em sítio eletrônico privado; 3) e que as publicações não atendem ao dever estatal de pluralismo político, pois a Fundação não ofertou outras possibilidades de análise das questões abordadas.

A judicialização de casos de negacionismo como esse é bastante controversa tanto entre juristas quanto entre historiadores. As juristas Irene Spigno<sup>21</sup> e Emanuela Fronza<sup>22</sup>, por exemplo, indicam alguns riscos de juízes intervirem na repressão de textos negacionistas, dentre eles o de limitar a liberdade de expressão. De modo semelhante, o historiador Enzo Traverso atenta para o perigo de transformar os negacionistas em vítimas de censura ao permitir que tribunais atuem como guardiões de uma verdade oficial.<sup>23</sup> Concordo que um tribunal não é o espaço mais adequado para discutir versões da história. Por outro lado, não podemos perder de vista o perigo representado pelo fenômeno negacionista. Conforme indicamos na primeira parte do texto, este é um fenômeno perigoso, que pode servir à deslegitimação de políticas públicas, à veiculação de discursos de ódio contra grupos ditos minoritários e ao acobertamento de crimes contra a humanidade. Portanto, há casos em que a judicialização pode se fazer necessária como forma de reparar o dano provocado, a exemplo do caso da Fundação Palmares.

A liberdade de expressão é um direito em permanente disputa, embora assegurado textualmente por diversos dispositivos legais. No entanto, não se pode confundir liberdade de expressão com um pretense “direito” de oprimir grupos historicamente subalternizados. Ao impor limites ao negacionismo histórico, como no caso apresentado, juízes não limitam o livre pensar, mas reprimem o uso do conhecimento histórico como subterfúgio para fomentar discursos de ódio. Reconhecer que há aí alguma ofensa à liberdade de pesquisar e escrever a história significaria, de maneira indireta, atribuir algum valor historiográfico ou sociológico às deturpações dos negacionistas.

É possível ainda cogitar que o controle judicial de casos de negacionismo pode implicar uma oficialização da verdade histórica. Sabemos que a verdade histórica é provisória, na medida em que é passível de ser revisada mediante novas fontes e abordagens, enquanto a verdade decidida nos tribunais é normativa e pretende ser definitiva. Entretanto, conforme ressalta Traverso, a judicialização da história é uma contradição que historiadores precisam assumir algumas vezes, pois há casos em que “[...] fazer justiça significa também render justiça à memória”.<sup>24</sup>

---

<sup>21</sup> SPIGNO, Irene. Argumentaciones Constitucionales Contra La Juridificación De La Investigación Histórica. *Cuestiones Constitucionales: Revista Mexicana de Derecho Constitucional*, n. 36, p. 167-198, jan./jun., 2017. Disponível em <https://revistas.juridicas.unam.mx/index.php/cuestiones-constitucionales/article/view/10863>. Acesso em 2 out. 2019

<sup>22</sup> FRONZA, Emanuela. ¿El delito de negacionismo? El instrumento penal como guardián de la memoria. *Revista de derecho penal y criminología*, n. 5, p. 97-143, 2011. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3791153>. Acesso em: 2 out. 2019.

<sup>23</sup> TRAVERSO, Enzo. *O passado, modos de usar: história, memória e política*. Portugal: Edições Unipop, 2012.

<sup>24</sup> TRAVERSO, op. cit., p. 107.

Não se trata de apostar de forma acrítica nas soluções ofertadas pela democracia liberal. Sabemos como o judiciário pode ser utilizado para confirmar ideologias dominantes, mas também não podemos perder de vista que este é um espaço de poder a ser disputado e que pode contribuir para o enfrentamento de um fenômeno que, como dissemos, possui implicações para além do campo metodológico da história. O citado projeto de lei de autoria do deputado Eduardo Bolsonaro demonstra que os negacionistas insistem em institucionalizar suas mentiras até mesmo por meio da normatização. Portanto, são muitas as frentes de combate que precisam ser fortalecidas. Nesse sentido, tenho defendido que nos inserirmos nesse debate da judicialização de casos graves de negacionismo é taticamente mais proveitoso do que simplesmente nos ausentarmos dele.

### **Considerações finais**

As questões levantadas atentam para o perigo do negacionismo histórico e suas implicações para além do campo da História. No caso da Fundação Cultural Palmares, a institucionalização do negacionismo patrocinado pelo bolsonarismo serve à deslegitimação de conquistas de movimentos sociais e ao fortalecimento de um projeto político despreocupado com o fosso social que separa negros e não negros no Brasil. Como dissemos, mais do que negar acontecimentos históricos, esse processo de institucionalização visa afirmar uma história que possa legitimar o projeto neoliberal na qual está assentado o bolsonarismo.

Tenho admitido como legítima a possibilidade de judicialização e mesmo de implementação de leis que possam fortalecer a construção de uma memória democrática e de respeito à diversidade. Assumo as contradições decorrentes dessa estratégia, pois considero que um problema complexo como o negacionismo demanda a mobilização de diversas frentes de luta. Não descarto que, até a conclusão da pesquisa que estou desenvolvendo, essas alternativas de mostrem demasiadamente custosas para o campo História e pouco eficazes para o enfrentamento dos casos mais graves de negacionismo. Mas, prefiro me inserir nesse debate ao invés de apenas abandoná-lo sob o argumento de que um tribunal não é espaço para desmarcar graves mentiras sobre o passado.

Apesar disso, não tenho dúvida de que outras frentes de lutas, mais legítimas, devem ser construídas pelas historiadoras e pelos historiadores. Qualificar os debates historiográficos, assumir um compromisso ético com o exercício da profissão e ampliar a socialização de pesquisas históricas honestas além do espaço acadêmico são algumas dessas frentes que podemos mobilizar. O fato é que profissionalizar o campo da História implica também defendê-

lo de abusos e não admitir que ele seja utilizado como pretexto para veicular discursos de ódio, desqualificar a trajetória de determinados sujeitos históricos ou esconder crimes contra a humanidade.